A história dos 403 dias d
escândalo do mensalão,
maior esquema d
corrupção de todos o
tempos no Brasi
Os acontecimentos qu
abalaram o país
paralisaram o governo d
PT, sob o comando d
Lula e dos homens d
president

Por Ivo Patarr

"A democracia é o pior regime,
exceto todos os outros."

Winston Churchill (1874-1965),
primeiro-ministro inglês

"O que podemos afirmar, com tranqüila segurança, é que fora da democracia e da Constituição qualquer solução será frágil e transitória. Nosso país, que sofreu tantas vezes sob regimes autoritários de variada inspiração ideológica, tem aprendido, aos poucos, a lição da democracia. No regime democrático, a solução dos problemas será lenta e difícil, mas virá. As soluções fáceis, na maioria das vezes, são os atalhos do autoritarismo e do salvacionismo."

(Do relatório final da CPI dos Correios, em 29/3/2006)

“Nem sob os anos da ditadura a direita conseguiu desmoralizar a esquerda como esse núcleo petista fez em tão pouco tempo. Na ditadura, apesar de todo sofrimento, perseguições, prisões, assassinatos, saímos de cabeça erguida e certos de que tínhamos contribuído para a redemocratização do país. Agora, não. Esses dirigentes desmoralizaram o partido e respingaram lama por toda a esquerda brasileira.”

(Frei Betto, amigo histórico de Lula, em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, em 24/8/2005)

Nas décadas de 60 e 70 do século 20, não foram poucos os brasileiros a desafiar os "donos" do poder e a combater por liberdade e democracia. Muitos tombaram, mas a luta não foi em vão. Hoje o Brasil é um país livre e democrático, como demonstram os serviços prestados pela imprensa na apuração do escândalo do mensalão. Nesse início de século 21, a luta das forças progressistas é por justiça social e distribuição de renda. E a luta passa prioritariamente pelo combate à corrupção. A construção de uma sociedade sem tantas desigualdades pressupõe uma imprensa atuante, sempre pronta a denunciar o clientelismo, o fisiologismo e o chamado toma-lá-dá-cá. Jornalistas têm a missão de zelar pela transparência das ações do poder constituído e pela boa aplicação do dinheiro público, apontando desvios e demais expedientes que lesem os direitos e os legítimos interesses do povo. Se houver responsabilidade e espírito público, teremos nas mãos as ferramentas necessárias para assegurar investimentos em projetos sérios, eficientes e de alcance social. Dessa forma, transformaremos o Brasil num país desenvolvido e em uma grande nação. O escândalo do mensalão confirma, uma vez mais, que a imprensa livre, pluralista e vigilante é imprescindível à democracia e ao Estado de Direito. Nada melhor para a sociedade do que jornalistas determinados, incapazes de se curvar a pressões econômicas, chantagens políticas ou ao benefício das sempre generosas verbas publicitárias, em troca da omissão e do silêncio sobre o jogo sujo dos "donos" do poder. Este livro homenageia dezenas de profissionais de imprensa, aqui citados nominalmente. São repórteres que não se intimidaram, não abaixaram a cabeça aos poderosos da vez, e contribuíram de forma decisiva para desvendar e elucidar o mais extenso e complexo esquema de corrupção governamental da história brasileira, em todos os tempos.

Ivo Patarra
Julho de 2006

Lula, o chefe

O Palácio do Planalto bem que tentou abafar, mas desde o início o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, esteve no centro da crise política. O escândalo eclodiu em 14 de maio de 2005, com a divulgação de uma gravação clandestina pela revista Veja. Maurício Marinho, funcionário dos Correios, pôs no bolso do paletó R$ 3 mil. Propina. De cara, a evidente vinculação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) ao esquema de corrupção. Os Correios eram área de influência do partido, uma das agremiações integrantes da base aliada do governo federal, capitaneada pelo PT (Partido dos Trabalhadores), a legenda de Lula.

Enquanto os telejornais escancaravam a fita com as imagens de Maurício Marinho enfiando o dinheiro no bolso, Lula apressava-se em defender o deputado Roberto Jefferson (RJ), o presidente nacional do PTB. Palavras de Lula, alto e bom som:

– Precisamos ter solidariedade com os parceiros, não se pode condenar ninguém por antecipação.

Lula se pronunciou durante almoço com aliados. O presidente insistiu:

– Parceria é parceria. Tem de ter solidariedade.

E arrematou, para não deixar dúvidas:

– Essa é a hora em que Roberto Jefferson vai saber quem é amigo dele e quem não é.

Lula estava preocupado. Recorda-se que, alguns meses antes, dissera a seguinte frase endereçada a Jefferson, em meio ao noticiário que especulava sobre um pagamento de R$ 10 milhões do PT ao PTB, com vistas a "comprar" o apoio dos trabalhistas às eleições municipais de 2004:

– Eu te daria um cheque em branco e dormiria tranqüilo.

A gravação de Maurício Marinho trouxe outras complicações. O funcionário dos Correios mencionou uma empresa, a Novadata. Pertence a Mauro Dutra, o Maurinho, amigo de Lula. A Novadata é uma fornecedora de computadores ao governo federal. Em dois anos e meio de administração Lula, faturou R$ 273,5 milhões. Como se sabe, Maurício Marinho desandou a conversar com os interlocutores que o subornavam, sem saber que estava sendo gravado.

Aqui uma pausa, para registrar: Lula passou o réveillon de 2001 na mansão de Mauro Dutra em Búzios, no badalado litoral do Rio. O mesmo Dutra que fez contribuições ao PT, arrecadou dinheiro para o partido e emprestou avião a Lula. Na fita, Marinho fala de "acertos" em licitações. Descreve manobra da Novadata para superfaturar computadores. A empresa tentou fazer o preço de cada computador vendido ao governo dar um salto injustificado, de R$ 3.700,00 para R$ 6.000,00.

Logo nos primeiros dias da crise, Lula trabalhou abertamente contra a idéia de se criar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a corrupção nos Correios. Foi decisão de governo: a administração federal iria liberar dinheiro de emendas ao orçamento, a todos os parlamentares que votassem contra a CPI. Faltou combinar com os jornais.

Jefferson foi destaque no noticiário político. As incursões do presidente do PTB nos subterrâneos de Brasília revelaram várias suspeitas de corrupção. Lula achou por bem se afastar do aliado, mas continuou trabalhando contra a instalação da CPI. Jefferson estava cada vez mais isolado. Os estrategistas do presidente não atentaram para o erro fatal.

Em 6 de junho de 2005, Jefferson concedeu uma entrevista-bomba ao jornal Folha de S.Paulo. O Brasil não era mais o mesmo. A manchete, na primeira página, para não deixar dúvidas: "O PT dava mesada de R$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson". Nascia o escândalo do mensalão.

Leal ao presidente que procurou protegê-lo, Jefferson tentou deixar Lula fora da crise. Mas logo implicou o superministro José Dirceu (PT-SP). A entrevista reproduziu a reação de Dirceu, assim que ouviu Jefferson falar sobre os repasses. A tarefa de fazer a distribuição do dinheiro era de responsabilidade do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Palavras de Dirceu:

– Eu falei para não fazer.

Ora, se o todo-poderoso ministro da Casa Civil, braço direito de Lula, disse a Delúbio Soares não fazer, fica implícito que a prática já fora pensada, discutida e era de conhecimento do chamado "núcleo duro" do governo. Destaca-se que Delúbio tinha relação histórica com Lula. Jefferson continuou o seu relato à Folha, envolvendo outros importantes auxiliares do presidente.

Se os mencionados não conheciam os fatos, ficaram com a obrigação de encaminhar as denúncias a Lula, assim que foram informados. Afinal, o presidente não poderia permanecer alheio a um esquema de entrega sistemática de dinheiro a parlamentares. Isso, claro, se já não soubesse muito bem o que acontecia

Jefferson levou informações sobre o mensalão ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Da mesma forma que Dirceu, deveria contar tudo o que lhe foi relatado ao presidente. Assim, providências enérgicas impediriam o prosseguimento da prática de suborno. Independentemente das convicções do ministro. Conforme Jefferson, Ciro disse que não acreditava na história da transferência de dinheiro de caixa 2 para a base aliada.

Informado por ministros leais, Lula não poderia fugir do seu dever constitucional de determinar a imediata abertura de investigação, com a finalidade de punir os eventuais culpados.

Depois foi a vez de Miro Teixeira, o ministro das Comunicações. Os deputados José Múcio (PTB-PE) e João Lyra (PTB-AL) testemunharam a conversa na qual Jefferson pediu para Miro contar tudo a Lula. Tem mais. Jefferson também discutiu o problema com o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), o então líder do governo Lula na Câmara, e garante que expôs tudo ao ministro Antonio Palocci (PT-SP), outro integrante do "núcleo duro" do governo. O recado estava dado.

Aparentemente, só Miro tomou a coisa a sério. A prova é a entrevista concedida por ele em 24 de setembro de 2004 ao Jornal do Brasil, na qual alardeou que havia pagamentos a parlamentares ligados à base de apoio do governo. Não houve conseqüências. Miro, no entanto, já havia narrado o caso ao presidente. Aí é que a coisa pega. Foi em 25 de fevereiro de 2004. Na época, o deputado Miro se transferira ao PT e assumira a liderança de Lula na Câmara. O episódio aconteceu logo depois do escândalo que culminou com a saída de Waldomiro Diniz do Ministério da Casa Civil, no primeiro grande caso de corrupção da era Lula.

Miro era assediado por deputados que temiam pelo fim da "mesada" fornecida pelo governo, uma hipótese aventada com a saída de Waldomiro. Afinal, o assessor de Dirceu cuidava justamente da relação da administração federal com o Congresso. Miro foi duro. Disse ao presidente que deixaria a liderança do governo. Não aceitava os pagamentos. Com ar de surpresa, Lula garantiu desconhecer o assunto. Mas disse que iria discuti-lo, sem falta, com Dirceu. Nada. Pouco mais de um mês depois, Miro voltou ao Palácio do Planalto e pediu para sair da liderança. Substituiu-o o deputado Professor Luizinho (PT-SP), aparentemente um dos expoentes do mensalão.

Em 5 de janeiro de 2005, Jefferson levou o assunto diretamente a Lula. Quem testemunhou foi o ministro Walfrido Mares Guia (PTB-MG), do Turismo. Nenhuma providência tomada. Voltou a Lula novamente, em 23 de março de 2005. Desta vez, várias pessoas ouviram a conversa sobre as "mesadas do Delúbio". Jefferson expôs tudo. Presenciaram José Dirceu, Aldo Rebelo e José Múcio. Todos os três, aliás, já estavam a par do assunto. Além deles, ouviram o relato o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) e o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, que, da mesma forma, não poderiam mais alegar desconhecimento. Jefferson afirmou:

– Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira.

Reação de Lula:

– Que mensalão?

Houve ainda um outro episódio, dez meses antes. Foi na noite de 25 de maio de 2004. O curioso é que, daquela vez, Lula introduziu o assunto. A comitiva do presidente estava em viagem oficial à China. Lá pelas tantas, depois do farto jantar, Lula se virou para o deputado Paulo Rocha (PT-PA) e perguntou se ele já ouvira falar do pagamento de mesadas a parlamentares. Para entender: durante os desdobramentos do escândalo do mensalão, Rocha preferiu renunciar ao mandato a correr o risco de ser cassado, justamente por fazer saques de dinheiro de caixa 2. Rocha negou a história. Mas outros três deputados que estavam à mesa na China confirmaram a veracidade da conversa à revista Veja.

Com a explosão do escândalo do mensalão, Aldo Rebelo foi escalado para falar em nome do Palácio do Planalto. Admitiu que Lula ouvira mesmo o relato de Jefferson em 23 de março de 2005, mas tratou de blindar o presidente. Para Rebelo, a denúncia envolvia o PT e outros partidos, não o governo. Ora, o PT é o partido de Lula. E os outros partidos dão sustentação política ao governo Lula. Estavam sendo pagos para isso. Como blindá-lo?

O líder de Lula no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), tentou explicar a reunião de 23 de março:

– Nenhum dos presentes tratou aquilo como denúncia, nem discutiu o assunto na reunião. Depois, Lula chamou Aldo e Chinaglia e perguntou se havia comentários sobre isso na Câmara. Não houve denúncia, apenas o relato de boato.

Para Mercadante, portanto, Lula, o grande beneficiário da maioria forjada para apoiar o seu governo no Congresso, não tinha providências a tomar sobre o assunto. Pois não havia "comentários" sobre o tema.

A Folha ainda circulava com a denúncia de Jefferson sobre o mensalão naquele 6 de junho de 2005, quando o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), veio a público revelar que dois deputados receberam propostas para se transferir à base aliada do governo Lula, em troca de dinheiro.

Pior: em 5 de maio de 2004, Perillo levou o fato diretamente ao conhecimento de Lula. Na época, o presidente disse que iria apurar. Não fez nada. De qualquer forma, não faria sentido dizer que não sabia do assunto. Meses depois, fustigado, o Palácio do Planalto se posicionou sobre o episódio, por meio de nota. Informou que Lula não se recordava de nenhum comentário do governador a respeito da tentativa de suborno de deputados.

Em 12 de junho de 2005, nova entrevista de Jefferson à Folha de S.Paulo. O deputado deu detalhes da conversa com Lula, mantida dentro do gabinete do presidente:

– Ele me pediu que explicasse como funcionava o mensalão. Eu disse. Depois ele se levantou, me deu um abraço e eu saí.

Na entrevista, a chave para entender por que o escândalo do mensalão não foi contido nos bastidores da política, e virou um escândalo. Jefferson relatou à repórter

Renata Lo Prete a primeira conversa com Lula para falar dos repasses, em janeiro de 2005. Jefferson esforçou-se em proteger o presidente:

– E vi a reação dele de perplexidade. E então as coisas pararam. Mas o que eu estranho é que a Abin, depois que eu disse isso ao presidente Lula, parte para mandar arapongas contra o PTB. Alguém, dentro do governo, não gostou que nós passamos essa informação ao presidente.

O "alguém" é o ministro José Dirceu. Foi acionado por Lula. A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) teria entrado em ação. No final das contas, mostrou-se desastrosa a estratégia de fuçar a vida de Jefferson e descobrir podres do deputado, com vistas a obter o seu silêncio. Ele não aceitou a chantagem. O tiro saiu pela culatra.

Dia 13 de junho de 2005, o seguinte à entrevista. A assessoria de Dirceu divulgou informações segundo as quais o relacionamento entre o ministro e Lula era excelente. Bobagem. O importante do "recado" de Dirceu estava na frase que, segundo a assessoria, o ministro havia proferido. A fala de Dirceu foi divulgada como sendo textual, entre aspas, e serviu para definir o seu relacionamento com o presidente:

– Não faço nada que não seja de comum acordo e determinado por ele.

Estava tudo aí. Dirceu, ao travar combate para não ser expelido do governo, fez ameaça velada a Lula. Como quem diz: "Não ouse me fritar, muito menos me demitir. Sei demais. Posso e vou comprometê-lo". Mas ficou nisso. Dirceu jamais fez nada, apesar de, em outros momentos da crise, ter voltado a insinuar que poderia pôr o dedo na ferida.

Em 14 de junho de 2005, Jefferson prestou depoimento ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Foi um dia histórico. Jefferson pediu o afastamento de Dirceu do governo. Na prática, sentenciou à morte o homem mais importante da história do PT, depois de Lula:

– Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula.

Para complicar as coisas, entrou em cena Fernanda Karina, a ex-secretária de Marcos Valério. A essa altura, Valério, o empresário dono de agências de publicidade e principal operador do mensalão, já era uma celebridade. Ela disse em entrevista à revista Isto É Dinheiro que Valério tinha comunicação direta com Dirceu.

O superministro de Lula também foi acusado de receber dinheiro do esquema de corrupção montado em Santo André (SP). Quem fez a denúncia foi Francisco Daniel, o irmão do ex-prefeito Celso Daniel (PT). Aqui, Lula voltou ao centro da crise. Francisco Daniel disse que o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, transportou R$ 1,2 milhão de propina em seu carro. O dinheiro teria sido entregue a Dirceu, na época o presidente nacional do PT.

Em 16 de junho de 2005, Dirceu foi defenestrado do governo. Fazendo-se de alheio aos problemas, Lula deu entrevista em Luziânia (GO) para dizer que as denúncias eram "vazias". Se assim o fossem, por que afastar o ministro? Entrementes, nos bastidores de Brasília, o presidente trabalhava para frustrar a CPI dos Bingos, uma nova fonte de investigações contra o seu governo. Prometeu mundos e fundos para quem ficasse ao seu lado. Não conseguiu impedir a instalação da CPI dos Bingos.

Um episódio que mostrou Lula como sujeito atuante nos corredores invisíveis de seu governo, e não alguém sempre por fora dos "detalhes" comprometedores. Foi o caso da "simples" nomeação do diretor de engenharia de Furnas Centrais Elétricas. O assunto relatado por Jefferson ocupou páginas e páginas de jornal. Não era para menos. O diretor, Dimas Toledo, administrava, de acordo com Jefferson, uma "sobra" de R$ 3 milhões ou R$ 4 milhões por mês – dependendo da versão –, dinheiro abocanhado quase que integralmente pelo PT.

O caso Furnas acabou contribuindo para o desgaste da relação PT/PTB, pois o partido de Jefferson não aceitava ficar à margem, relegado a um segundo plano. Pois bem. Jefferson exercia influência em Furnas e queria trocar Dimas Toledo. O presidente era simpático ao pleito do PTB. Lula dissera a Jefferson:

– Roberto, por que está demorando tanto?

O presidente não aceitou explicações:

– Nada disso. O Dimas vai sair.

No caminho, porém, estava José Dirceu, aparentemente cioso da fortuna em comissões e propina. Quando a casa caiu, Jefferson contou a história aos jornais. A reação instantânea do Palácio do Planalto foi afastar todos os citados, inclusive Dimas Toledo. Mas a história de Jefferson revelou que Lula tinha conhecimento do que se passava, e há tempos.

Outro episódio, vinculado diretamente a Lula. Ocorreu em 8 de julho de 2005, a partir de uma notícia publicada pelo jornal O Globo. A Telemar, uma das maiores operadoras de telefonia do país, investiu R$ 5 milhões na pequena Gamecorp, de Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha. Como se sabe, a Telemar é constituída por recursos públicos do Banco do Brasil, BNDES e fundos de pensão de empresas estatais. É uma concessionária de serviço público, regulada pelo governo federal.

O negócio Telemar/Gamecorp foi intermediado pela consultoria de Antoninho Marmo Trevisan, outro amigo de Lula. Para o presidente, porém, nada de errado. Como sempre, aliás. A reação dele, nervosa, pretendendo pôr um ponto final no assunto:

– Estão querendo mexer na minha vida privada. Isso é uma baixaria, um golpe baixo, um desrespeito. Isso é irracional.

Voltemos a um acontecimento importante, ocorrido em 17 de junho de 2005. Lula deu a famosa entrevista em Paris, divulgada com exclusividade pelo programa Fantástico, da Rede Globo. O impressionante da história foi o coro do presidente ao que acabara de ser dito por Marcos Valério e Delúbio Soares, ambos metidos até o pescoço na lambança do escândalo do mensalão. A estratégia dos três, apesar da diferença de tom das intervenções, foi a mesma: negar os pagamentos a parlamentares, o crime de corrupção, e pôr tudo na conta dos simples repasses para quitar dívidas de campanha, usando caixa 2. Um crime menor, apenas eleitoral. Para Lula, o PT fez o que é feito no Brasil, sistematicamente:

– E não é por causa do erro de um dirigente ou de outro que você pode dizer que o PT está envolvido em corrupção.

Enquanto Lula minimizava a crise, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) acusava o que chamou de "crime de quadrilha":

– Agora, o partido está dentro do governo, e foram usadas empresas públicas como o Correios e Furnas, para fazer transações ilícitas. Favoreceram essas empresas em troca do dinheiro dado ao partido.

Difícil tapar o sol com a peneira. Olívio Dutra (PT-RS), petista histórico, foi demitido do Ministério das Cidades. Ressentido, desabafou durante entrevista. A "disputa" e a "concentração de poder no governo" fizeram crescer a "erva daninha". Para ficar claro, a erva daninha da corrupção.

Para ajudar a entender Lula, um acontecimento de 1995. Outro petista histórico, o economista Paulo de Tarso Venceslau, procurou o presidente para conversar. Apresentou-lhe um esquema de corrupção envolvendo o advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula. Ele vinha usando o nome de Lula para desviar dinheiro de prefeituras do PT. Venceslau não aceitava a prática, mesmo sabendo que o dinheiro acabava nos cofres do partido.

O economista achou que Lula o ajudaria a extirpar o corrupto que manchava o nome do PT. Resultado: Venceslau foi expulso do partido. Quanto a Teixeira, continuou firme e forte. Venceslau concedeu entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo:

– Lula foi o primeiro a saber do caso. Sabia do comprometimento do seu compadre, sabia do volume de dinheiro público envolvido, e fez questão não só de acobertar, mas de punir quem tinha descoberto.

O economista comparou Lula nos dois casos. Na década de 90, candidato a presidente, ao ser informado das andanças de Teixeira atrás de comissões em prefeituras, e agora, presidente da República, com o escândalo do mensalão:

– Eu levei para ele, pessoalmente. E o tempo todo fingiu que não sabia. Evidentemente que Lula não operava, assim como não está operando hoje. Mas como ele sabia naquela época, ele sabe hoje, sempre soube.

Depoimento de José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara. Quem roubou a cena foi Roberto Jefferson. Veio à tona a operação Portugal Telecom. Os fatos: o ministro Walfrido Mares Guia pediu ajuda a Lula para resolver os problemas financeiros do PTB. Com o conhecimento do presidente, Marcos Valério e Emerson Palmieri, tesoureiro do PTB, viajaram para Lisboa atrás de uma "comissão" de R$ 100 milhões. A jogada pressupunha uma transferência de US$ 600 milhões do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Se desse certo, os R$ 100 milhões irrigariam os caixas 2 do PT e do PTB. Valério chegou a Portugal se dizendo "consultor do presidente do Brasil". Era mesmo.

Mais uma história apimentada misturando Lula e caixa 2. Foi publicada em 4 de agosto de 2005, pelo jornal O Estado de S. Paulo. Diz respeito a uma entrevista do presidente ao Programa do Ratinho, do SBT, em 2004. A aparição de Lula na televisão teria sido comprada com R$ 2,1 milhões do valerioduto. O dinheiro viabilizou um acerto entre o deputado José Borba (PMDB-PR), aliado do governo, e o apresentador de televisão Carlos Roberto Massa, o Ratinho. As partes negaram. Dias depois Borba renunciou ao mandato.

Um caso intrigante, o da exoneração de Márcio Araújo de Lacerda, secretário-executivo do ministro Ciro Gomes. Lacerda estava na lista de sacadores de Valério, agraciado com R$ 457 mil. O dinheiro foi usado para pagar os serviços publicitários de uma agência que trabalhou na campanha de Lula, no segundo turno de 2002. A eleição de Lula, portanto, teve dinheiro de caixa 2. O caso repercutiu durante o depoimento do tesoureiro Delúbio Soares à CPI do Mensalão. Eis o diálogo travado entre Delúbio e o deputado Júlio Redecker (PSDB-RS):

– O dinheiro foi enviado para Ciro Gomes?

– Sim.

– Pagou despesas de campanha de Ciro ou Lula?

– De Ciro.

– Mas Ciro disse que foi serviço prestado pelo marqueteiro dele no segundo turno à campanha de Lula.

– Não foi. O dinheiro pagou serviços prestados pelo (publicitário) Einhart à campanha de Ciro no segundo turno.

– Mas Ciro não foi candidato no segundo turno. Ele apoiou a candidatura Lula.

– O Einhart trabalhou com o Duda Mendonça. Eles filmaram o Ciro para o programa de Lula no segundo turno. O dinheiro pagou despesas que o Ciro teve no segundo turno.

– Então o dinheiro de Valério, de caixa 2, pagou despesas de campanha de Lula no segundo turno.

Delúbio silenciou.

Em 11 de agosto de 2005, a crise assumiu contornos dramáticos. O publicitário Duda Mendonça confessou à CPI dos Correios que recebeu R$ 10,5 milhões de Marcos Valério no exterior. Note-se bem: trata-se de dinheiro de caixa 2, não declarado, sem origem definida, usado para pagar serviços prestados na campanha de 2002, na eleição que elegeu Lula. Dia seguinte, em discurso no Planalto, Lula acreditou que dava fim ao caso:

– O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas.

Em 13 de agosto de 2005, a revista Época publicou entrevista com Valdemar Costa Neto (PL-SP), o primeiro deputado a renunciar durante as investigações do escândalo do mensalão. Em foco, a reunião de 2002 que decidiu o apoio do PL (Partido Liberal) ao PT e a indicação de José Alencar para vice de Lula.

O encontro se deu no apartamento do então deputado Paulo Rocha (PT-PA), em Brasília. Lula estava presente. Depois de árdua negociação, durante a qual Lula, discreto, se retirou a um aposento ao lado, fechou-se o acordo pelo qual o PT se prontificou a transferir R$ 10 milhões para o PL. Época pergunta:

– Lula sabia que a conversa no quarto era sobre dinheiro?

– Ele sabia. O presidente sabia o que a gente estava negociando. Olha, ele e o Zé Dirceu construíram o PT juntos. O Lula sabia o que o Dirceu estava fazendo. O Lula foi para lá para bater o martelo. Tudo o que o Zé Dirceu fez foi para construir o partido.

O vice-presidente Alencar confirmou a entrevista de Valdemar:

– Tudo aquilo que ele fala é verdade. Houve uma reunião e houve um acordo. Esse acordo está registrado na imprensa no ano de 2002, um acordo eminentemente político.

Em sua denúncia sobre o escândalo do mensalão, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, refere-se assim ao acerto PT/PL:

"O acordo criminoso com os denunciados José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoino e Silvio Pereira foi acertado na época da campanha eleitoral para a presidência da República em 2002, quando o PL participou da chapa vencedora."

Em 23 de agosto de 2005, Valdemar depôs à CPI do Mensalão. Sustentou que empregou R$ 6,5 milhões do caixa 2 do PT repassados ao PL, entre janeiro de 2003 e setembro de 2004, para pagar material de campanha do segundo turno das eleições de 2002:

– A situação em São Paulo era difícil. Lula tinha vencido José Serra no primeiro turno por apenas 100 mil votos. Tínhamos que entrar com força. Encomendei o material e o dinheiro foi gasto para pagar os fornecedores.

Vale registrar a entrevista de Hélio Bicudo, o respeitável jurista, à revista Veja. Bicudo, quadro histórico do PT, desligou-se do partido:

– Lula é um homem centralizador. Sempre foi presidente de fato do partido. É impossível que ele não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos e quem era o responsável. Não é porque o sujeito é candidato a presidente que não precisa saber de dinheiro. Pelo contrário. É aí que começa a corrupção.

– Por que o presidente não tomou nenhuma atitude para impedir que a situação chegasse aonde chegou?

– Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma.

Desabafo do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), outro acusado de envolvimento no escândalo do mensalão, durante uma reunião do campo majoritário, a corrente do PT cujas lideranças máximas sempre foram Lula e José Dirceu. Cunha fez ameaças veladas a Lula, reclamou de ingratidão e de hipocrisia. Apesar de feitas a

portas fechadas, acabaram na imprensa. Não foram desmentidas. O envolvimento de Lula, por Cunha:

– Quem tomou a decisão de fazer alianças? Foi o Zé Dirceu? Quem exigiu o contrato com Duda Mendonça?

Em outras palavras, Lula não só sabia, como estava por trás de tudo. Era o chefe. Continua a ser o chefe.

Insatisfeitos com o presidente, próceres do PT mantiveram a carga sobre Lula. Em entrevista à Folha de S.Paulo em 25 de setembro de 2005, Dirceu disse quem, em sua opinião, eram os responsáveis pela crise:

– Muita gente. Parece que eu fui presidente do PT sete anos sozinho, secretário-geral cinco anos sozinho, né? O PT não foi construído assim. Tem dezenas de dirigentes importantes que hoje são prefeitos, governadores, ministros, deputados e senadores que participaram da construção de toda essa estratégia comigo.

– E o presidente.

– E o próprio presidente da República. É isso o que eu digo. A responsabilidade é de todos nós. Nós temos que debater isso, num congresso do partido, e fazer o balanço.

– O senhor acha que o presidente da República assume a responsabilidade que tem?

– Não quero nominar ninguém. O que eu não aceito é prejulgamento, que foi tudo errado, que foi tudo um fracasso, que a política de alianças do PT estava errada. Tudo foi aprovado democraticamente.

Dirceu respondeu se Lula participou das discussões:

– Participou. Todos participaram. Mas eu quero discutir e avaliar. Eu não quero julgar ninguém porque eu não quero que me prejulguem. O que não aceito é a imagem de que eu fiz tudo sozinho e depois apareceu Silvio Pereira, Delúbio Soares e Marcelo Sereno, que são o mal. Então corta esse mal e o PT está salvo. Isso é maniqueísta. E eu não mereço isso.

Outro trecho da entrevista:

– As pessoas que votaram no PT a vida inteira imaginavam que votavam num partido que tinha práticas diferentes.

– Esse é um erro e o PT vai pagar por ele. Nós vamos ter que pedir desculpas ao país. Nós assumimos compromissos na campanha eleitoral com partidos e repassamos recursos. Se fossem da arrecadação oficial do PT, não teria problema nenhum. Como foram recursos de empréstimos tomados num banco e foram repassados fora da prestação de contas, há uma ilegalidade aí que vai ser punida pela Justiça.

Sobre a política de alianças e o programa de governo de Lula:

– Então estão julgando Lula também. Tem de saber qual é o julgamento e qual é o grau de responsabilidade de cada um.

– E a responsabilidade política? As pessoas votam no Lula e ele não sabe de nada? É difícil acreditar que ele ignorava tudo.

– Não é isso. É que ele não tem responsabilidade. Eu não posso atribuir responsabilidade a ele no grau dele. O Lula tem responsabilidade política porque ele era líder do PT. Mas os graus são diferentes. Não posso atribuir a ele responsabilidade sobre o caixa 2. Aí eu não vou atribuir.

– Ele não tem responsabilidade como liderança?

– Isso é uma pergunta que tem de ser dirigida a ele. Eu não vou responder por ele.

Menos de duas semanas depois, foi a vez de Lula conceder entrevista. Ele falou ao programa Roda Viva, da TV Cultura:

– Feliz o país que tem um político da magnitude do Zé Dirceu.

Em outro momento:

– Qual a acusação que existe contra o Zé Dirceu?

Outra entrevista perigosa para o presidente. O entrevistado agora foi Silvio Pereira, o ex-secretário-geral do PT. Silvinho falou à Folha de S.Paulo, em 2 de outubro de 2005:

– A minha responsabilidade não é diferente da de nenhum outro dos 21 membros da executiva nacional do PT. O nível de decisão que eu tinha não era diferente do de nenhum dos 21 membros da executiva nacional do PT.

Silvinho evitou citar nomes:

– Eu assumo a responsabilidade como membro da direção do PT, em que pese a direção do PT ter realmente a noção do que estava acontecendo. Ninguém é hipócrita de achar que não sabia que existia caixa 2. Qual membro da direção do PT não sabia disso?

O repórter perguntou se o então presidente do partido, José Genoino, sabia do esquema de caixa 2. Palavras de Silvinho:

– Eu pergunto: qual o membro da alta direção do PT que não poderia supor que pudesse existir?

Silvinho foi afastado do PT ao admitir que ganhou um jipe Land Rover de presente de uma fornecedora da Petrobrás.

Um fardo pesado para Lula, o caso Santo André. Em 23 de novembro de 2005, a empresária Rosângela Gabrilli depôs à CPI dos Bingos. Trouxe à luz meandros do esquema de corrupção engendrado na administração do ex-prefeito Celso Daniel.

A irmã dela, Mara Gabrilli, pediu ajuda diretamente a Lula. Esteve no apartamento do presidente em São Bernardo do Campo (SP), e conversou com ele por 20 minutos. Descreveu um quadro de extorsão contra prestadores de serviços à Prefeitura, como a empresa da família dela. Lula ficou de "averiguar e tomar providências". Desabafo de Mara, confirmando o depoimento da irmã:

– Ninguém fez absolutamente nada. Nunca tive uma resposta.

Chamada a depor na mesma CPI dos Bingos, Mara revelou novas informações sobre o encontro com Lula. Na ocasião, contara ao presidente que Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, estava envolvido no esquema de corrupção. Também o acusavam de mandar matar Celso Daniel. Durante a reunião de Mara com o presidente, Lula virou-se para os três assessores que o acompanhavam no apartamento, para dizer:

– Nossa, eu achei que o Sérgio Gomes já estava muito longe.

Como sempre, Lula não sabia o que se passava. Conveniente. O incrível é que o tal Sombra não saía do noticiário dos jornais. Vivia prestando depoimentos a CPI, Ministério Público e Polícia Civil. Como poderia estar "muito longe"? O presidente seria tão desinformado?

Lula não tomou providências para resolver o problema em Santo André, conforme se comprometera. Ao invés disso, a família de Mara passou a sofrer pressões. Ela explicou à CPI o que aconteceu após a conversa em São Bernardo do Campo. Referiu-se ao ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT), um dos acusados de envolvimento no esquema de corrupção:

– Ocorreu justamente o contrário. Klinger soube, reclamou, e dias depois uma comissão de sindicância da Prefeitura se instalou na nossa empresa.

Além de Santo André, a crise política teve outra ramificação importante em Ribeirão Preto (SP), terra de Antonio Palocci. Irromperam sucessivos indícios de condutas inadequadas e corrupção na cidade, na época em que a administração municipal estava sob o comando do prefeito Palocci. Apesar da gravidade das denúncias que só se avolumavam, Lula fez reiteradas defesas do seu ministro da Fazenda.

Quanto mais clara a participação de Palocci na malversação dos contratos de limpeza pública de Ribeirão, mais manifestações de Lula a elogiar o ex-prefeito. Como justificar a defesa intransigente dos procedimentos de alguém cujo envolvimento nas falcatruas ficava cada dia mais evidente?

O noticiário era farto: inquéritos, provas documentais e testemunhas. Principalmente os depoimentos do advogado Rogério Buratti. Ele manteve ligações estreitas com o PT, mas decidiu contar o que sabia para melhorar sua situação na Justiça. Por que, então, a solidariedade a Palocci? Aparentemente, só há uma explicação. Palocci sabia demais. Impossível Lula simplesmente demiti-lo e mandá-lo de Brasília de volta a Ribeirão. Palocci era uma pedra no sapato do presidente.

Ao admitir a hipótese de impeachment de Lula, o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, falou da proximidade do presidente com Luiz Gushiken, outro integrante do "núcleo duro" do Planalto. Busato tratou do caso Visanet, ou seja, do dinheiro da publicidade do Banco do Brasil que, de acordo com as investigações da CPI dos Correios, acabou desviado para o PT:

– A revelação de repasses de verba de publicidade da Visanet, ligada ao Banco do Brasil, a agências de Marcos Valério, e de distribuição a parlamentares sempre em épocas apropriadas ao governo, atingiu mortalmente o coração de Gushiken. E, ao atingir Gushiken, atinge Lula, na medida que o presidente não tomou nenhuma atitude para afastá-lo do governo. É prova inconteste de que Lula sabia exatamente de todo o esquema e estava de acordo com a sua existência.

Busato não tem dúvidas:

– A participação de Lula é absolutamente baseada pela proximidade de quem sempre foi confidente e grande amigo de Gushiken. O ex-ministro realmente comandava toda a área de comunicação do governo federal, onde havia um desvio de dinheiro público para atividades partidárias e delituosas no sentido de corromper o Congresso Nacional.

Em 17 de janeiro de 2006, mais evidências de que o presidente sabia muito bem o que se passava à sua volta. Gente muito próxima de Lula estava exposta a denúncias de corrupção, com amplo conhecimento de Lula. Em depoimento à CPI dos Bingos, voltou à cena o economista Paulo de Tarso Venceslau. Ele pôs o dedo na ferida. Declarou que enviou uma carta diretamente a Lula, em 1995, para relatar as peripécias do amigo e compadre do presidente, o advogado Roberto Teixeira. Na década de 80, Teixeira emprestou um imóvel para Lula morar, em São Bernardo do Campo.

Teixeira representava uma empresa que vivia batendo nas portas de prefeituras do PT para obter contratos sem licitação, com base "em notas falsas e rasuradas". Apesar de informado, Lula nada fez. Como se vê, a coisa vinha de longe.

Insatisfeito na época, Venceslau procurou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sempre muito próximo de Lula. Reação de Mercadante ao ler a carta endereçada a Lula, segundo a descrição não desmentida de Venceslau:

– Ele ficou chocadíssimo e disse: "Isso é nitroglicerina pura". Mas não fez nada. Afirmava que tentava sem conseguir. O silêncio continuou.

Pergunta-se: como "tentava e não conseguia"? Mercadante tinha acesso privilegiado a Lula. Em 1994, por exemplo, foi candidato a vice-presidente quando Lula tentou chegar ao Palácio do Planalto pela segunda vez. Se Mercadante tentou e não conseguiu afastar Teixeira do PT, a resistência foi do próprio Lula. Não há outra hipótese. Venceslau também contou tudo a frei Betto, outro amigo histórico de Lula. Frei Betto dirigiu-se assim a Venceslau:

– Se o Lula souber que alguém está conversando com você, ele jura que aquela pessoa vai ser decapitada do partido.

Lula protegia o esquema suspeito de corrupção, engendrado por seu compadre. Ressalte-se que isso ocorreu em 1995. Desde 1993 Venceslau vinha denunciando Teixeira. Na época, Venceslau era secretário de Finanças de São José dos Campos (SP), cidade cuja prefeita era Ângela Guadagnin (PT-SP).

Ângela foi ouvida depois do depoimento de Venceslau. Ela admitiu outra acusação, a de que Paulo Okamotto, homem de confiança do presidente Lula, percorria prefeituras do PT na década de 90. Okamotto ia atrás de listas de fornecedores das administrações. De posse dos nomes das empresas, ia a campo pedir dinheiro a quem mantinha contratos com os governos do PT. Ângela é outra estrela do PT que teve papel importante nos desdobramentos do escândalo do mensalão. Ela admitiu:

– O que fica desse episódio é que se conhecia o esquema de arrecadação paralela há muito tempo, desde 1993.

A coisa é anterior. Em 1989, a primeira eleição para presidente disputada por Lula. Ele mesmo, pessoalmente, pediu à então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, um esquema que alterasse a ordem cronológica dos pagamentos a empresas contratadas para fornecer bens e serviços à administração municipal.

Naquele final da década de 80, vivíamos tempos de inflação galopante. Receber antes do prazo estipulado, portanto, permitiria fazer aplicações financeiras que renderiam bom dinheiro. Quem fosse contemplado com o benefício retribuiria à altura, com transferências generosas de dinheiro para o caixa 2 do PT. Luiza Erundina resistiu.

Em 1998, Lula foi candidato a presidente pela terceira vez. Em 9 de fevereiro de 2006 depôs ao Ministério Público um ex-secretário de Habitação de Mauá (SP), de nome Altivo Ovando Júnior. Em 1998, aquela cidade da Grande São Paulo estava sob comando do ex-prefeito Oswaldo Dias (PT). De acordo com o depoimento de Altivo Ovando Júnior ao Ministério Público, Lula pressionou por dinheiro para financiar a sua campanha eleitoral:

"O declarante se recorda de que, no pleito de 1998, o presidente Lula compareceu no gabinete do prefeito de Mauá, oportunidade em que, utilizando termos chulos, cobrou de Oswaldo Dias maior arrecadação de propina em favor do PT."

Durante o depoimento, foi reproduzida frase atribuída a Lula:

"Ele dizia: 'Pô, Oswaldão, tem que arrecadar mais, faz que nem o Celso Daniel em Santo André. Você quer que a gente ganhe a eleição como?'"

Naquele ano, Lula voltou a perder, pela terceira vez consecutiva. Mas, em 2002, disputou e foi eleito presidente. Passou a despachar no gabinete do terceiro andar do Palácio do Planalto. Após mais de três anos, fica difícil acreditar que não soubesse o que acontecia na sala bem ao lado de seu gabinete, ocupada durante parte daquele período de turbulência pelo superministro Antonio Palocci. E ali se urdiu a conspiração contra o caseiro Francenildo Costa.

O rapaz havia desmascarado Palocci. Contestou as mentiras do ministro. Palocci procurava um meio de negar o impossível, o fato de ter sido um freqüentador da "casa dos prazeres". A mansão fora alugada em Brasília pela "república de Ribeirão Preto", como ficou conhecido o grupo de colaboradores do então ministro, e costumava ser reduto para festas com garotas de programa.

Lula participou ativamente da tentativa de blindar Palocci. O presidente teria tramado o recurso ao STF (Supremo Tribunal Federal) para suspender o depoimento de Francenildo à CPI dos Bingos. As investigações sobre o caso mostraram que Lula fora avisado pessoalmente da ordem de Palocci para que violassem o sigilo bancário do caseiro. Jorge Mattoso, o presidente da Caixa Econômica Federal, avisou-o em 24 de março de 2006.

A rigor, Lula já recebera informações a respeito em 20 de março, quando o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, relatou ao presidente o envolvimento de Palocci na quebra do sigilo. Palocci foi afastado em 27 de março, uma semana depois. Naquele momento, não havia mais jeito de desvinculá-lo do crime. Durante todo o escândalo, Lula deu uma de quem não sabia de nada. Ao mesmo tempo, participava de toda a operação abafa.

No auge da crise, em 23 de março, houve uma reunião na casa de Palocci. A revista Veja relatou que um sindicalista nomeado por Lula na vice-presidência da Caixa Econômica Federal fora escolhido para subornar algum funcionário da Caixa, com R$ 1 milhão. A idéia era encontrar alguém para assumir a violação do sigilo.

O tal sindicalista, Carlos Augusto Borges, é homem de confiança de Lula. Será possível que o presidente não soubesse da missão de Borges? Ou, ao contrário, teria sido exatamente o presidente quem o designara para pilotar a operação de suborno? Tudo indica que Lula considerava sua obrigação fazer tudo o que estivesse ao alcance para salvar Palocci, que tantos serviços prestara desde a campanha eleitoral de 2002. Sabe-se que, depois da reunião na casa de Palocci, o ministro da Fazenda e Bastos foram se encontrar com Lula no Palácio do Planalto.

Em 16 de abril de 2006, o ex-governador do Rio, Anthony Garotinho, concedeu entrevista à Folha de S.Paulo. Ele reproduziu as palavras de José Dirceu ao procurá-lo na véspera da votação do processo que cassou o seu cargo de deputado. Dirceu queria o apoio de Garotinho para não perder o mandato. Disse assim:

– Saiba que tudo o que fiz, tudo, fiz porque o Lula mandou. Você acha que ia mandar bloquear o dinheiro do Rio e o Palocci iria obedecer? Todo político tem alguém que faz o lado mau. Estou pagando agora por ter feito o lado mau.

Publicada a entrevista, o comentário do ex-deputado Dirceu, devidamente cassado, sobre a declaração de Garotinho:

– Não vou bater boca com ele.

Informações que vieram a público e não foram desmentidas, durante a segunda quinzena de abril de 2006. As notícias dão conta de que Dirceu, depois de cassado, continuou a se reunir com Lula e integrantes do governo federal. Foi incumbido de missões estratégicas, como a de se encontrar com o ex-presidente Itamar Franco, com quem Lula tentava uma aproximação política.

Se Lula manteve relacionamento nos porões da política com Dirceu, era falácia o discurso do presidente de que fora apunhalado pelas costas, no escândalo do mensalão. Afastar Dirceu de seu governo teria sido só um jeito de manter as aparências.

Dirceu pagou caro. Foi cassado justamente por ter sido apontado como o responsável pelo esquema de corrupção. Apenas o operava. Vê-se agora que Lula não interrompeu a parceria com Dirceu. Não foi traído, portanto.

Este livro é um empenho pela memória. Tantos os caminhos da corrupção, dos personagens corruptores e corrompidos, que ao longo dos 403 dias de crise, esquecemos, nos cansamos, ficamos anestesiados, descrentes. Temos de lembrar. Lembrar para não repetir.

Lula não queria a verdade. Não a quer. O chefe de tudo foi, desde o início, como se verá no dia-a-dia dos acontecimentos, o próprio presidente Lula.

Dia n°1 –14/5/2005 A revista Veja chega às bancas de jornal. Traz a reportagem "O homem-chave do PTB". Transcreve trechos de uma fita de 114 minutos de duração, filmada e gravada por dois homens. O interlocutor deles, Maurício Marinho, chefe do departamento de contratação e administração de materiais da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), não sabe que uma câmara oculta registrava todas as suas palavras.

O repórter Policarpo Júnior, em Veja, descreve a cena em que Marinho pega de um suposto empresário a propina – um maço de R$ 3.000,00 – e, sem conferi-lo, coloca-o no bolso esquerdo do paletó. É uma "aula de corrupção", afirma o repórter, que em outro trecho se refere aos "políticos desonestos que querem cargos apenas para fazer negócios escusos – cobrar comissões, beneficiar amigos, embolsar propinas, fazer caixa 2, enriquecer ilicitamente. Quem tem intimidade com o poder de Brasília sabe que esses casos não são a exceção – e em alguns bolsões de corrupção são até mesmo a regra".

O flagrante vai para o noticiário dos telejornais. As imagens chocam. Mostram Marinho, inspirado, que desanda a conversar. Conta detalhes dos bastidores políticos do governo do presidente Lula. O funcionário acha que está trocando idéias com dois empresários interessados em vender equipamentos de informática à estatal federal. Marinho vai logo dizendo: é preciso fazer "um acerto" para se tornar fornecedor dos Correios. De várias formas:

– Dólares, euros, tem esquema de entrega em hotéis. Se for em reais, tem gente que faz ordem de pagamento, abre conta.

Marinho tranqüiliza os interlocutores quanto ao perigo:

– A gente procura agora ter muito cuidado com telefone, falar o mínimo possível.

E mais o seguinte:

– Uns têm escritório, a gente vai direto no escritório. Para evitar conversa, para evitar problema.

Acena: "os acertos" variam de 3% a 10% do total. Depende do negócio. E podem ser feitos no final do dia, ali mesmo, nos Correios:

– Vamos conversar mais ou menos às 18, depois das 18, que acabou o expediente e o pessoal vai embora. Fica só a secretária, depois vai embora também e acabou.

Agora, o mais grave: o alto funcionário explica estar ali em defesa dos interesses do PTB. O partido, da base aliada do governo Lula, tem o deputado Roberto Jefferson (RJ) como presidente. Trechos da gravação:

– Nós somos três e trabalhamos fechado. Os três são designados pelo PTB, pelo Roberto Jefferson.

Mais um trecho:

– É uma composição com o governo. Nomeamos o diretor, um assessor e um departamento-chave. Eu sou o departamento-chave. Tudo que nós fechamos o partido fica sabendo.

A explicação:

– O novo diretor é da nossa agremiação. Quem vai cobrir a diretoria de tecnologia é o Fernando Bezerra, líder do PTB no Senado, com o apoio do Roberto Jefferson.

Sobre Jefferson:

– Ele me dá cobertura, fala comigo, não manda recado.

E mais, sobre Jefferson:

– Eu não faço nada sem consultar. Tem vez que ele vem do Rio de Janeiro só para acertar um negócio. Ele é doidão.

Na fita, Marinho revela que os achaques do PTB também ocorrem em outras empresas públicas. Cita a Petrobrás, a Eletronorte, a Infraero. Mas os negócios vão além:

– Nós temos outras 18 empresas de porte nacional.

É sábado, mas Lula convoca os ministros das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB-CE), da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP), e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Na mesma noite, o ministro das Comunicações, a quem os Correios estão subordinados, divulga uma nota oficial: afasta Marinho e o superior hierárquico dele, Antonio Osório Batista, diretor de administração. Batista é um ex-deputado do PTB da Bahia, integrante da direção executiva do PTB. Fora nomeado por indicação de Jefferson.

Reação do presidente do PT, José Genoino (SP):

– Essas coisas só não acontecem com o PT.

2 – 15/5/2005 Os telefones de Brasília não param de tocar. Auxiliares do presidente Lula, nervosos, conversam com líderes da base aliada. De outro lado, o PTB cobra apoio a Roberto Jefferson. Quer solidariedade do governo. A mesma que recebeu o ministro José Dirceu (PT-SP), em fevereiro de 2004. Na época, uma outra fita de vídeo captou imagens e a conversa do assessor e braço direito de Dirceu, Waldomiro Diniz. Ele pedia propina a Carlinhos Cachoeira, um empresário do jogo. Em troca, oferecia facilidades em negócios com o governo do Rio de Janeiro.

Detalhe: em 2004, Jefferson já recebera um aval de Lula. Ocorreu num encontro, em outubro, para tratar de uma denúncia grave. Nas eleições daquele ano, o PT teria comprado, por R$ 10 milhões, o apoio eleitoral do PTB. Frase atribuída a Lula na ocasião:

– Você atravessou o oceano sozinho. Eu te daria um cheque em branco e dormiria tranqüilo.

3 – 16/5/2005 O ministro José Dirceu (PT-SP) concede entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura. Afirma: o governo Lula "não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção". Rebate insinuações de fisiologismo:

– A indicação de pessoas de outros partidos não é prática fisiológica.

Dirceu se manifesta contra uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar corrupção nos Correios:

– O governo já tomou todas as providências que deveria tomar.

Na mesma linha, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), uma liderança importante do PT, trata de minar a criação da CPI. Para ele, o teor da fita com as cenas e as declarações de Marinho é "uma história mal contada, uma coisa esquisita, até ridícula".

O jornal Folha de S.Paulo denuncia doações ocultas para a campanha política do PT, durante as eleições municipais de 2004. Conforme reportagem do jornal, o caixa da direção nacional do PT recebeu R$ 12,9 milhões vindos de várias empresas, principalmente empreiteiras e coletoras de lixo. O dinheiro foi repassado para candidatos do partido a prefeito, em várias cidades.

A doação é oculta porque as empresas e os candidatos não se expõem. A verdadeira origem dos valores não é informada ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Não consta da prestação de contas da campanha. Para o jornal, uma "situação ideal se a

doadora for uma prestadora de serviços contratada por um administrador que está concorrendo à reeleição".

A Folha cita como exemplo, entre outros, o caso da candidata a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT). Ela concorria à reeleição e declarou ter recebido apenas R$ 100 mil da empresa Qualix Ambiental, de coleta de lixo. Os documentos entregues pelo próprio PT nacional, porém, mencionavam a doação de R$ 600 mil.

A Qualix era contratada do governo da ex-prefeita Marta Suplicy. Prestava serviços de varrição e coleta de lixo em São Paulo. Entregou o dinheiro ao PT nacional, que o repassou ao diretório municipal do PT. A origem da doação foi atribuída ao partido. Na verdade, veio da empresa que mantinha contrato com a Prefeitura.

4 – 17/5/2005 Os principais jornais do país destacam a atividade da oposição que defende a instalação de uma CPI para investigar denúncias de corrupção nos Correios. Para o jornal O Estado de S. Paulo, em editorial, "o governo tem escassas condições morais para enfrentar às últimas conseqüências o novo escândalo na área federal". O jornal sustenta que "dos 6 mil cargos de confiança cujos titulares o próprio governo admite já ter substituído – de um total disponível superior a 20 mil –, os jeffersonianos foram contemplados com cerca de 2 mil".

Lula defende o deputado Roberto Jefferson em almoço com líderes da base aliada no Palácio do Planalto. Diz ser contra a CPI:

– Precisamos ter solidariedade com os parceiros, não se pode condenar ninguém por antecipação.

E insiste, para que todos ouçam, ao chamar para perto de si o líder do PTB, deputado José Múcio (PE):

– Zé Múcio, diga ao Roberto Jefferson que sou solidário com ele. Parceria é parceria. Tem de ter solidariedade. O Roberto Jefferson é inocente até prova em contrário. Quem tiver culpa no cartório que pague. Essa é a hora em que o Roberto Jefferson vai saber quem é amigo dele e quem não é.

Num discurso de 41 minutos no plenário da Câmara dos Deputados, Jefferson nega envolvimento em esquema de corrupção nos Correios. Diz que o PTB é tão ético quanto o PT. E ele, Jefferson, tão ético quanto o presidente do PT, José Genoino (SP). Rebate a acusação de que o PTB é fisiológico. Lista os cargos que tem no governo federal:

– Temos a presidência do Instituto de Resseguros do Brasil, a vice-presidência da Caixa Econômica Federal, uma diretoria da BR Distribuidora, da Embratur, da Eletronorte e da Eletronuclear, além das delegacias de trabalho do Rio e de São Paulo.

Para Jefferson, os R$ 3.000,00 recebidos por Maurício Marinho não eram propina, mas pagamento por uma consultoria.

– Ele não vendia nem comprava nada. Ele estava sendo contratado como consultor.

Sobre seu relacionamento com o funcionário, diz:

– Estive com ele três ou quatro vezes. Ele esteve uma vez no meu aniversário. Outra vez, no aeroporto. Esteve uma vez na liderança do partido. Mas nunca integrou nossos quadros e nunca recebeu delegação para pedir recursos a qualquer pessoa.

Agora, o relacionamento de Jefferson com o PT:

– Houve uma conversa entre mim e o Genoino. Iríamos apoiar o PT em alguns Estados, e o PT, que segundo os jornais possuía um caixa de mais de R$ 120 milhões, iria transferir recursos para o PTB. Isso acabou não se concretizando. Genoino não

pôde, disse que não dava para sustentar as suas campanhas, quanto mais as minhas. Não foi algo que ferisse a moral, a ética ou a boa relação republicana entre partidos.

Em seguida, fazendo num gesto teatral:

– Vou descer da tribuna e assinar o pedido de CPI. Nada temo. O PTB não se preocupa com investigação.

Comentário do líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP):

– Jefferson se saiu bem. Nem os opositores mais duros do governo questionam a ética do deputado.

Nos bastidores, porém, governo e aliados buscam evitar a abertura da CPI. O líder do PL na Câmara, deputado Sandro Mabel (GO), telefona para os colegas e apela para que não endossem as investigações. O líder do PT, deputado Paulo Rocha (PA), faz a mesma coisa:

– A CPI é um instrumento de disputa política que a oposição usa contra o governo.

Julgamento do TCE (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) considera irregular contrato celebrado pelo ministro Antonio Palocci (PT-SP), na época em que foi prefeito de Ribeirão Preto (SP), em 2002. O motivo: não ficou provado interesse público na dispensa de licitação para contratar a Coderp (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto). Não houve pesquisa de mercado para justificar o preço da contratação, um negócio de R$ 3,5 milhões, que previa a realização do projeto arquitetônico do Vale dos Rios.

A obra previa a revitalização da região central de Ribeirão. Jamais foi realizada. Apesar disso, chegaram a gastar R$ 2 milhões. A Coderp só explicou o destino de R$ 323 mil. A denúncia: não há registros legais sobre o dispêndio de R$ 1,7 milhão.

5 – 18/5/2005 Novos trechos da fita em que Maurício Marinho revela a corrupção nos Correios são publicados nos jornais. O funcionário envolve a Novadata, do empresário Mauro Dutra, o Maurinho, amigo de Lula e que já atuou como arrecadador de dinheiro para campanhas do PT. A empresa, especializada em informática, fornece computadores para o governo federal. Marinho refere-se a uma operação para favorecer a Novadata em licitação. Eis o diálogo, que começa com o interlocutor que gravava a conversa:

– E a Novadata acertou daí direto com a diretoria...

– Foi direto com a diretoria.

– Ou foi com você?

– Não, foi eu, o diretor e o Godoy. Mas como teve um negócio, era um negócio grande, o Godoy saiu... Veio até de São Paulo...

Marinho refere-se ao diretor Antonio Osório Batista e a um assessor dele, Fernando Godoy, também afastado devido ao escândalo. O diálogo prossegue com uma pergunta sobre a contratação da Novadata. Como se sabe, Marinho não tinha conhecimento de que estava sendo gravado.

– Acertaram com o Osório direto então?

– Não, o Osório não acerta. É comigo ou com o Godoy.

O jornal Folha de S.Paulo denuncia os negócios da Novadata com o governo Lula. Renderam R$ 273,5 milhões em menos de dois anos e meio. Só com a Caixa Econômica Federal, vendas de R$ 95 milhões. Foram fechados três novos contratos

com os Correios, por R$ 15,3 milhões. No quarto acerto com a Novadata, os Correios reajustaram em R$ 5,5 milhões um contrato de R$ 98 milhões.

A denúncia assume contorno ainda maior: Lula passou o réveillon de 2001 na mansão de Mauro Dutra em Búzios (RJ), uma das praias mais badaladas do Brasil. Maurinho pôs avião à disposição de Lula.

Em outro trecho da gravação com a câmera escondida, Maurício Marinho trata das relações da Novadata com os Correios:

– Olha, no fornecimento de material, o mais forte é ele. Aqui no Correio, é. Computador, esses negócios, é a Novadata. Pelo menos nos últimos dois anos eles têm vencido quase todas aqui dentro.

Ainda Marinho, sobre um processo licitatório de “se não me engano R$ 60 milhões, coisa assim”:

– Mas como eles (a Novadata) perceberam que só estavam eles e eles achavam que podiam ganhar mais, falaram “olha, nós não vamos partir para abrir o processo, você dá como ‘deserta’ e marca uma outra abertura”.

“Deserta”, no caso, é a licitação para a qual não se apresentam concorrentes. Tem de ser refeita. Palavras de Marinho:

– O preço inicial do computador que nós tínhamos colocado em R$ 3.700,00 na licitação, eles pediram para aumentar... Sabe para quanto foi a licitação, um item, eram quatro itens? Foi R$ 6.000,00. Olha que absurdo...

No discurso que fez na Câmara, Roberto Jefferson denunciou um certo comandante Molina, que o teria procurado duas semanas antes da divulgação da fita, em nome do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Teria tentado vender a gravação clandestina. Jefferson diz que recusou o negócio. Não o denunciou. O PMDB nega envolvimento em corrupção nos Correios e pressiona o governo. Ameaça-o com CPI para investigar o caso Waldomiro Diniz.

Dentro do loteamento promovido pelo governo Lula, o PTB ficou com uma diretoria dos Correios, o PT com duas e o PMDB com três, incluindo a financeira. E isso sem falar na indicação do próprio presidente dos Correios, o ex-deputado João Henrique de Almeida, também uma nomeação do PMDB. Rápido, Almeida anuncia a suspensão de uma licitação suspeita. Afinal, os detalhes de bastidores foram descritos na gravação clandestina com Marinho.

O negócio suspeito, de R$ 61 milhões, pretendia viabilizar a aquisição de medicamentos para funcionários dos Correios. Almeida também toma outra providência: impede o acesso de jornalistas à documentação sobre o processo de compra de remédios.

Na gravação, Marinho cita o diretor de recursos humanos dos Correios, Robinson Koury Viana da Silva, suplente do senador Ney Suassuna. O relato é rico, traz detalhes de uma parte da negociata tramada com o suplente de senador:

– Todos os projetos dele, nós que fazemos o projeto básico. Mesmo no RH. O pessoal dele não tem muito trâmite no negócio, a gente monta, passa pra ele, aí ele chama o departamento e diz: “Eu quero isso”. Mas ninguém sabe que é nós que estamos fazendo. Então o nosso negócio é assim. Tem uma licitação que vai ser... São 60 milhões em beneficiamento de saúde. (...) Fizemos tudo aqui. A decisão dele não conseguia desenrolar, desenrolar, um ano sentado em cima. Fechamos o projeto. Apareceram umas quatro empresas, deputado “a”, senador “b”, um rolo danado. “Meu amigo, o negócio é seu. Você quer que a gente trabalhe com quem?” Ele falou: “Infelizmente vou defender as quatro, porque as quatro virão através dos caciques e eu

não posso fechar porta para ninguém". "Tudo bem, então vou colocar o preço com as quatro suas, entendeu, mando a carta, com toda a planilhinha, daquelas quatro". Fechei todo o processo, eram no mínimo três, tinha quatro, entendeu? (...) O processo está pronto. Tá pronto! Fechado, redondo. Ele adotou o recurso, o recurso é dele, da área dele, dos recursos humanos, do RH. Tá? Aí mandaram o processo de volta. O que nós fizemos chegou pra nós. Aí nós adotamos os nossos documentos, assinamos e pedimos autorização. O presidente, é acima de 650 mil, autorizou a abertura. Tá no comitê de análise. Saiu do comitê de análise, está sendo publicado. Dentro de poucos dias vocês vão ver aí na internet, tá lá, Diário Oficial. Agora, é um negócio grande. O que é que ele fez? Aí o acerto que a gente faz. Nesse tipo de negócio, ele que vai fechar, tem participação. Só que uma parte da participação vai vir pra nós. Entendeu? O negócio é dele, é capitaneado (inaudível). Ele que levantou a bola, nós fizemos viabilizar o negócio dele. Só isso. Mas nós temos uma participação. Dessa participação dele, a gente passa para o nosso partido. Entendeu? Que é ele que me sustenta, segura a gente aqui.

Em café da manhã com líderes partidários, Lula manifesta-se contra a CPI. Manda um recado, ao elogiar o ministro da Justiça, que também é o chefe da Polícia Federal:

– Todos sabem que o Márcio Thomaz Bastos tem credibilidade para apurar o caso dos Correios.

Na saída do mesmo encontro, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), um aliado do governo, desqualifica a CPI. Nas palavras dele:

– Todo mundo sabe como começa uma CPI, mas não sabe como termina. Além do mais, quem tem o poder de oratória do Roberto Jefferson sabe colocar bem as palavras. Ele provou que não tem nada para que possa ser condenado.

O apelo do presidente e os esforços da tropa de choque do governo não impedem a decisão dos parlamentares, contrária a deixar as investigações só nas mãos da Polícia Federal. A oposição protocola requerimento com o pedido de abertura da CPI dos Correios. O documento recebeu assinaturas de 230 deputados e 46 senadores, dos quais 101 deputados e 10 senadores aliados do Palácio do Planalto.

6 – 19/5/2005 O governo Lula põe em prática estratégia para tentar barrar a CPI. Os repórteres especializados na cobertura política de Brasília noticiam uma operação para abafar o caso. A tática:

Pressão para a retirada de nomes do protocolo que pede a instalação da CPI, a fim de evitar o número de assinaturas necessário para viabilizar a comissão. Argumento: a oposição fará da investigação um palanque eleitoral;

Propalar, entre as forças aliadas, que quem mantiver a assinatura vai virar inimigo. Não será contemplado com a liberação de emendas do orçamento, e terá de devolver os cargos do governo para os quais indicou ocupantes;

Quem retirar o nome, ao contrário, terá os pleitos atendidos e será recompensado. Poderá fazer nomeações para cargos no executivo;

Ponto importante é intimidar a oposição, com a ameaça de CPI para o setor elétrico, com função de investigar procedimentos da época do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP);

Detalhe: a nomeação de um apadrinhado do presidente da Câmara para uma diretoria da Petrobrás. É pleito de Severino Cavalcanti (PE), do PP (Partido Progressista), cujo apoio não se pode prescindir;

Se a operação-abafa não for bem-sucedida, os governistas e o presidente do Senado, o aliado Renan Calheiros (PMDB-AL), têm uma saída: não indicam os nomes para compor a CPI;

Em último caso: conseguir os principais cargos da CPI, o de relator e o de presidente, e tratar de neutralizá-la.

O esforço do governo não produz os resultados esperados, como mostra o recuo de Severino, o presidente da Câmara, até a véspera um fervoroso crítico da CPI:

– Esta Mesa não criará nenhum obstáculo para esclarecer a verdade. Faremos todo o possível para que a população respeite esta Casa. E só haverá respeito se cumprirmos nossos deveres. Quero dizer que a CPI será instalada se cumprir todos os requisitos regimentais.

7 – 20/5/2005 Enquanto caminha por um dos corredores do Palácio do Planalto, em Brasília, em direção a uma solenidade oficial, Lula é abordado por jornalistas. Os repórteres querem saber se a CPI dos Correios preocupa. Diz o presidente, sorrindo:

– Olha para a minha cara para você ver se eu estou preocupado com isso.

O governo, no entanto, tem um plano. O seu conteúdo vaza e acaba nos jornais: a tática do Palácio do Planalto é retirar os nomes do requerimento da CPI no último momento, para não provocar o desgaste dos parlamentares aliados. Assim, ninguém é pressionado. O importante é inviabilizar a comissão.

Lula tem problemas. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) não esconde da imprensa sua insatisfação. Reivindica o direito de os parlamentares do PT subscreverem o pedido de CPI. Declaração do deputado Ivan Valente (PT-SP), da esquerda petista:

– Na busca pela conquista da maioria a todo custo, avançaram todos os sinais. Em nome da governabilidade, atropelaram valores éticos.

8 – 21/5/2005 A revista Veja traz nova denúncia. Com o título "Mesada de R$ 400 mil para o PTB", a acusação de que Lídio Duarte, o presidente do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), uma estatal federal, vinha sendo pressionado a entregar R$ 400 mil por mês ao PTB. Segundo Veja, um corretor de seguros, Henrique Brandão, agindo em nome do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), exigiu a quantia do presidente do IRB.

A revista conta que Lídio Duarte ficou em dúvida, não sabia ao certo se Henrique Brandão falava mesmo em nome do PTB. A saída foi procurar Roberto Jefferson. Veja:

"Na conversa, Jefferson não deixou dúvidas: disse que era amigo de Henrique Brandão havia mais de 30 anos, repetiu que as despesas do partido eram altas e que precisava da colaboração financeira dos dirigentes indicados para seus cargos pelo PTB. Em outras palavras: quem tinha cargo tinha que roubar."

Lídio Duarte pede demissão. Em seu lugar, assume o posto Luiz Appolônio Neto, sobrinho do deputado Delfim Netto (PP-SP), outro apadrinhado de Jefferson e de um importante deputado do PTB, o ex-governador de São Paulo Luiz Antonio Fleury Filho.

O IRB tem monopólio do mercado nacional de resseguros internacionais. Movimenta cerca de US$ 450 milhões por ano. Faz operações com 23 corretoras credenciadas, como a de Henrique Brandão. Diz Veja:

"Apenas no primeiro ano, a corretora de Brandão abocanhou 10% de todos os seguros de embarcações e 20% dos de empresas aéreas. Desde 2003, nesse ambiente esplendorosamente favorável, os negócios de Brandão, o amigo de três décadas de Roberto Jefferson e empregador de seu genro, crescem a um ritmo de 25% ao ano."

No jornal O Estado de S. Paulo, entrevista com o ex-presidente do IRB. Lídio Duarte afirma ter se recusado a fazer contratações de apaniguados políticos. A pedido de Roberto Jefferson, recebeu deputados do PTB como Nelson Marquezelli (SP) e Elaine Costa (RJ), que solicitaram nomeações para pessoas do seu círculo de influência:

– Expliquei que isso não era possível, porque no IRB todos os funcionários são de carreira, todos concursados.

A regra do concurso público não vale, como se verá, para cargos de alta direção no IRB. Em outra reportagem, O Estado informa que os principais postos da estatal estão loteados entre PTB, PT, PMDB e PP. O jornal destaca o papel exercido por Luiz Eduardo Lucena, indicação do PP, na diretoria comercial do IRB:

"Com tanta autonomia, o apadrinhado do PP chegou a manipular, em média, R$ 300 milhões em contratos, que geraram R$ 21 milhões de comissões de corretagem."

9 – 22/5/2005 O ministro Márcio Thomaz Bastos anuncia a abertura de inquérito na Polícia Federal para investigar denúncias de corrupção no IRB. Faz parte da estratégia de esvaziar a CPI. O governo quer convencer parlamentares e a opinião pública de que toma as providências necessárias. Não quer uma apuração política em âmbito do Congresso Nacional. Afirma o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP):

– O governo está investigando, orientando e estimulando a investigação pela Polícia Federal, Controladoria-Geral da União etc. Evidente que nessas circunstâncias uma CPI não é necessária. Cabe aos líderes da base continuar a discutir com suas bancadas.

Lula segue em viagem de uma semana para a Coréia do Sul e o Japão. Durante o vôo, o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), vice-líder do governo, traduz aos jornalistas que estão a bordo o sentimento do presidente:

– Esta lista de assinaturas da CPI é muito clara. Vai acabar o pão-de-ló e o cafuné para quem quiser jogar contra o governo. Tem de acabar essa conversa de verba, de obra. Essa conversa não vamos mais ter com quem não for do governo, no ônus e no bônus.

10 – 23/5/2005 O governo alega excesso de arrecadação para anunciar aumento de R$ 773 milhões nos gastos da União. E faz chegar aos ouvidos dos parlamentares, com esperteza, a promessa: R$ 200 milhões vão para emendas ao orçamento. Para beneficiar, claro, as bases eleitorais de deputados e senadores. Recado mais direto, impossível: haverá recursos, mas apenas para aqueles cujos nomes estiverem fora do requerimento de criação da CPI.

O STF (Supremo Tribunal Federal) determina a abertura de inquérito criminal para investigar o ministro da Previdência Social, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele é suspeito de fazer uso irregular de empréstimos do Basa (Banco da Amazônia) ao abatedouro de frangos Frangonorte. Jucá foi um dos proprietários do frigorífico.

Uma auditoria realizada em fevereiro de 1996, dois meses após a liberação do empréstimo de R$ 750 mil, constatou que a Frangonorte continuava paralisada. O jornal Folha de S.Paulo denuncia: Jucá contraiu uma dívida de R$ 25 milhões no Basa. O ministro obteve empréstimos dando como garantia sete fazendas que não existiam. Fazendas fantasmas.

11 – 24/5/2005 A Folha de S.Paulo defende, em editorial, a instalação da CPI dos Correios. E publica, em mais de meia página, os nomes dos deputados e senadores que assinaram o pedido de criação da comissão de investigação.

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) reage a declarações do presidente do PT, José Genoino, segundo as quais o governo precisava "requalificar" a base de apoio. Dá na imprensa:

– Genoino disse que o PT não empurra lixo para debaixo do tapete. Todos sabem que empurra.

Jefferson diz que o partido de Lula é traiçoeiro. Compara-o à fábula do escorpião que pede ao sapo para atravessar o rio em suas costas. Promete não picá-lo, mas trai. Não consegue contrariar a própria natureza. Os dois morrem afogados.

– O PTB é o sapo.

O presidente do PTB confidencia que os ministros José Dirceu (PT-SP) e Aldo Rebelo (PC do B-SP), das Relações Institucionais, estiveram em sua própria casa no dia anterior.

– Eles só faltaram se ajoelhar para pedir a retirada das assinaturas.

E, com ironia:

– Mas a CPI que pega o governo, com 18 estatais, com tentáculos enormes, vamos trazer aqui o tesoureiro do PT, o segundo tesoureiro, o Silvinho, vamos trazer o Dirceu. Ah!, essa é importante.

O Ministério Público reabre as investigações sobre o seqüestro e o assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT), ocorrido em janeiro de 2002. E anuncia a convocação do chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, para prestar depoimento. Carvalho ocupava o cargo de secretário de Governo de Santo André, na época do crime.

Antes de ser morto, Daniel fora escolhido para ser um dos coordenadores da campanha eleitoral de Lula em 2002. Como tal, era encarregado de arrecadar dinheiro para os cofres do PT. Morto Daniel e eleito Lula, Carvalho assume o cargo de chefe de gabinete do presidente. Cuida dos afazeres de Lula.

O caso é reaberto porque promotores tiveram acesso a um envelope dirigido a Daniel. Continha um dossiê de 80 páginas e denúncias contra Sérgio Gomes da Silva, o Sérgio Sombra – ex- segurança de Daniel e depois, graças à convivência na Prefeitura, empresário e acusado de ser o mandante do crime.

Na documentação, um esquema relaciona as empresas de transporte em Santo André a uma rede de corrupção. Parte do dinheiro da propina teria sido destinado à campanha de Lula. No envelope, a anotação: "de parte de Gilberto".

Os promotores suspeitam que Daniel fora seqüestrado para revelar o paradeiro de documentos que comprometiam Sérgio Sombra. Talvez fossem as provas de um dossiê, com informações comprometedoras acerca de empresas beneficiadas em licitações e contratos supostamente fraudulentos, da Prefeitura de Santo André. A documentação descoberta contém dados pessoais de Sombra:

"Pessoa de inteira confiança do senhor Celso Daniel, seu motorista e segurança particular, tendo ocupado cargo em comissão no gabinete durante a administração anterior. Também ocupou o cargo de assessor parlamentar no gabinete do então deputado federal Celso Daniel."

O seqüestro ocorreu depois que o prefeito e Sombra jantaram no restaurante Rubayat, na zona Sul de São Paulo. Os dois estavam no automóvel Pajero de Sombra, quando houve a rendição, no caminho de volta a Santo André.

Atitudes de Sombra no momento do seqüestro chamaram a atenção. Suspeita-se que ele conhecia um dos acusados de atacar o prefeito. Fala-se até de um pagamento, de US$ 40 mil, aos homens contratados para fazer o seqüestro. O acerto, feito ali mesmo, na cena do crime.

Sombra ficou preso oito meses. O caso intriga pelas mortes violentas de seis pessoas que testemunharam ou estiveram, por algum motivo, nas cenas do crime. Caso, por exemplo, do garçom que serviu Daniel e Sombra durante o jantar, pouco antes do seqüestro. Ou do homem que chamou a polícia, horas depois, por reconhecer o corpo de Daniel, jogado numa estrada de terra.

12 – 25/5/2005 Em sessão tumultuada, o Congresso cria a CPI dos Correios. 236 deputados e 52 senadores assinaram o requerimento que autoriza a investigação, bem mais do que o número mínimo necessário, 171 deputados e 27 senadores. A derrota do governo é expressiva porque 14 deputados e um senador do PT votaram pela instalação da comissão. Está aberta uma crise no partido do presidente Lula.

13 – 26/5/2005 Outra empresa na área de influência do PTB vai parar nos jornais. A Folha de S.Paulo publica que a Eletronuclear, uma subsidiária da Eletrobrás, recomendou a contratação da corretora Assurê Corretagem de Seguros. É a empresa de Henrique Brandão, o amigo de Roberto Jefferson, escolhida para intermediar um seguro de US$ 3,6 milhões das Usinas de Angra 1 e 2, em 2004. O jornal afirma que o negócio rendeu US$ 360 mil para Brandão.

A recomendação foi feita pela Eletronuclear, por meio de carta à Bradesco Auto-Re, do grupo Bradesco, que havia vencido uma licitação. Quem endereçou a carta recomendando a Assurê foi o diretor de administração e finanças da Eletronuclear, Carlos Padilha. Filiado ao PT, é ex-prefeito de Angra dos Reis (RJ).

Já o diretor de planejamento, gestão e meio ambiente da Eletronuclear, Luiz Rondon Teixeira Magalhães Filho, foi nomeado pelo PTB. O principal assessor dele, Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, é genro de Jefferson e, fechando o círculo, mantém relações comerciais com Henrique Brandão. A Assurê contribuiu para a campanha da vereadora do Rio, Cristiane Brasil Francisco, filha de Jefferson. Deu R$ 70 mil em dinheiro. O próprio Brandão, em pessoa, aparece na relação de doadores, com R$ 10 mil.

15 – 28/5/2005 A revista Veja traz depoimento do líder do governo Lula no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN). A história é reveladora. O senador queria emplacar um afilhado político, Ezequiel Ferreira de Souza, no cargo de diretor de tecnologia dos Correios. Mas de nada valeram os compromissos e as promessas, ou o esforço de Bezerra. O caso envolve também um personagem importante da crise, o secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Diz o senador:

– No início do ano estive com o Silvio Pereira. Eu disse a ele que o governo tinha um compromisso comigo que não havia sido cumprido. Silvio respondeu que havia uma diretoria dele nos Correios, a de tecnologia, e que poderia colocar o Ezequiel lá.

Bezerra informa que o assunto ficou de ser encaminhado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Pouco tempo depois, o senador recebeu telefonema do ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia (PTB-MG). A pedido dele, Bezerra apresentou o afilhado ao ministro das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Diz Bezerra:

– Fiquei surpreso quando a conversa começou. Eunício disse que não poderia nomeá-lo naquele momento e que precisaria de uma semana ou uma semana e meia. A

justificativa de Eunício é que não ficava bem para ele nomear o Ezequiel sem resolver as questões de nomeação nos Correios do PMDB. Eu disse a ele que esse cargo, a diretoria de tecnologia, havia sido prometido ao Ezequiel por Lula, na frente do Roberto Jefferson e do Fleury. O cargo prometido ao Ezequiel era do PT. O PMDB não tinha nada a ver com isso. Saí de lá e liguei para o José Dirceu. Ele me disse que a nomeação era uma ordem do presidente e que ela iria sair.

Não saiu. O que chegou ao senador, conforme a explicação que deu à revista, foi uma carta anônima:

- A nota dizia que a nomeação não sairia porque havia uma licitação no valor de US$ 56 milhões. A carta dizia também que a licitação tinha um sobrepreço de 20%.

Para Veja, a nomeação "atrapalharia uma licitação fraudulenta dirigida por Eduardo Medeiros, atual diretor de tecnologia da estatal e homem ligado ao PT". E mais: a fim de viabilizar a licitação para a compra de kits de informática destinados aos Correios, o diretor Medeiros e um assessor dele, Edilberto Petry, "estavam definindo especificações dos equipamentos sob orientação da Novadata, empresa pertencente a Mauro Dutra, amigo de Lula".

Depois de ter recebido a carta anônima, o senador Bezerra encontrou o ministro das Comunicações, num jantar em Brasília. Ouviu do ministro:

– Procure ver as verdadeiras razões para o veto ao Ezequiel na Casa Civil.

16 – 29/5/2005 Lula volta de viagem à Ásia. Faz reunião de emergência para discutir formas de controlar a CPI. Fontes do Palácio do Planalto informam: o governo desistiu de tentar barrar a comissão com obstruções e medidas protelatórias. A partir de agora, a estratégia é conter as investigações, restringindo-as aos Correios.

A Folha de S.Paulo publica o editorial "Declínio Ético":

"O deprimente espetáculo encenado em Brasília na última semana, em torno da instalação da CPI dos Correios, ampliou as proporções do fracasso político do governo Luiz Inácio Lula da Silva e expôs sem disfarces a rarefação ética e o descompromisso moral de muitos daqueles a quem a sociedade confiou a missão de conduzir e zelar pela República. As exceções, por certo – e felizmente – existem, mas saltou aos olhos nesse vexatório processo a combinação de truculência, cinismo e desenvoltura fisiológica empregada pelo executivo em seus desesperados esforços para impedir o inquérito parlamentar."

Outro trecho:

"Ameaças, ofertas, apelos e chantagens, a tudo se recorreu para evitar que a evidência de corrupção numa empresa estatal fosse examinada por uma CPI. Tamanho empenho, aliado ao desprendimento para assumir os ônus inerentes a uma operação desse tipo, serviu para alimentar ainda mais as suspeitas de que as 'bravatas' do funcionário Maurício Marinho são na realidade o fio de uma meada que, trazida à luz, poderá causar sérios danos para o governo e para seus aliados."

17 – 30/5/2005 O Jornal Nacional, da TV Globo, divulga informações da CGU (Controladoria-Geral da União), que descobriu um contrato fraudulento de R$ 8 milhões para os Correios comprarem 1.500 cofres. Foi Maurício Marinho quem fez o "acerto". Os cofres são menores do que os previstos no contrato. Em troca, teria havido um "desconto". São suspeitos outros processos de compra, para medicamentos e uniformes, assim como contratos ligados aos serviços da rede postal noturna.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) afasta especulações de que deixará o cargo de líder do governo Lula no Congresso. Mas, ao mesmo tempo, não retira o que disse a Veja. Do senador:

– Não vejo razão, até agora, que me faça entregar o cargo. Não agredi o governo em nada.

18 – 31/5/2005 Descontrolados com notícias que não param de pipocar, deputados e senadores da "tropa de choque" do governo mudam de tática. A ordem agora é "matar" a CPI na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), um órgão da Câmara dos Deputados. Ali o Palácio do Planalto acha que dispõe de votos para frustrar a CPI, declarando-a inconstitucional.

A alegação é falta de "fato determinado", algo que justifique a investigação. Tudo se resumiria a suspeitas, usadas pela oposição por motivos eleitorais, para produzir uma devassa na administração petista. A decisão da CCJ terá de passar pelo crivo de deputados e senadores, num momento em que pesquisas não deixam dúvidas: a população quer a investigação do escândalo.

Para complicar as coisas há uma crise na relação Palácio do Planalto/PT. Ministros não se entendem entre si. Lula, atrás de uma saída, escolhe o ministro Antonio Palocci (PT-SP) para negociar com parlamentares. O objetivo é um só: abortar a CPI. A condução do processo, nas mãos de Palocci, desagrada a José Dirceu (PT-SP), o poderoso ministro da Casa Civil, que mantém uma disputa surda com o ministro da Fazenda. Do deputado João Paulo Cunha (PT-SP):

– Não vai haver CPI.

Do líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP):

– A tese de inconstitucionalidade da CPI tem eco e respaldo em vários deputados da CCJ.

Deputado Paulo Rocha (PA), líder da bancada do PT:

– Temos maioria na CCJ, temos maioria no plenário, estamos reconstruindo a nossa maioria política.

Opinião do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, favorável à CPI:

– Quando há um fato, e não é tolo, é dever fazer um amplo esclarecimento.

Outro problema no horizonte, com potencial para atormentar o governo. Senadores de oposição decidem acionar o STF (Supremo Tribunal Federal), com a finalidade de reavivar uma CPI dos Bingos. O objetivo é apurar irregularidades em casas de jogo e a conduta de Waldomiro Diniz, o ex-assessor do ministro Dirceu fulminado em 2004, após aparecer numa gravação pedindo propina.

O requerimento da CPI dos Bingos fora arquivado pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Aliado do governo, Sarney determinara o engavetamento da comissão alegando que nada podia fazer, já que os líderes da base governista se recusavam a indicar os nomes para compor a CPI.

19 – 1/6/2005 A imprensa volta a noticiar os subterrâneos do poder. As estatais Furnas Centrais Elétricas e Infraero indicaram, de forma suspeita, negócios a ser intermediados pela corretora de seguros Assurê, de propriedade de Henrique Brandão, o amigo do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Brandão aparece associado à corretora norte-americana Acordia. A notícia é da Folha de S.Paulo.

Conforme a reportagem, "a existência de cartas de estatais solicitando ao IRB a nomeação da Assurê/Acordia era comentada por resseguradores desde o ano passado". O jornal considera estranha a rapidez com que a indicação foi feita:

"A correspondência da Infraero foi assinada no mesmo dia em que a Acordia obteve licença do IRB para operar no Brasil: 6 de agosto de 2003."

21 – 3/6/2005 As manchetes de jornais chocam a opinião pública. "Operação abafa da CPI custa R$ 400 milhões", afirma a Folha de S.Paulo. "Contra a CPI, Palocci abre cofre", escreve O Estado de S. Paulo. Na Folha, a informação de que "os líderes governistas estão fazendo listas de deputados fiéis para ter suas emendas pagas". A operação vai liberar a dinheirama das emendas parlamentares para beneficiar redutos eleitorais dos aliados do governo.

Já O Estado afirma que o ministro Antonio Palocci (PT-SP) prometeu R$ 1,5 milhão por deputado que votar a favor da derrubada da CPI. "Com isso, os governistas estão agora mais otimistas quanto ao sucesso da operação montada para abafar a investigação".

A revista Veja reproduz em seu site na internet a gravação da entrevista do ex-presidente do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), Lídio Duarte. Em depoimento à Polícia Federal, ele desmentira o teor do que dissera à revista. A divulgação da fala renova o combustível político da crise. Fica a impressão de que Lídio Duarte foi pressionado a recuar, antes de depor no inquérito policial. Afinal, a reprodução de sua voz não deixa dúvidas: ele havia mesmo contado à reportagem de Veja a história da mesada que deveria ser entregue ao PTB. Eis a declaração:

– A história é a seguinte: dizem que o partido tem despesas com o diretório, com as festas, com os jantares, com não sei o quê. Cada indicado tem de botar lá R$ 400 mil por mês, entendeu?

22 – 4/6/2005 Mais um petardo contra o presidente do PTB. A revista Época estampa, na capa: "O laranja de Roberto Jefferson". Conta a história do dono de uma pequena sorveteria de beira de estrada, em Cabo Frio (RJ). Foi motorista, segurança e funcionário de gabinete do deputado Jefferson (RJ).

Ex-camelô, Durval da Silva Monteiro enfrenta problema até para pagar a conta de luz da sorveteria. O pequeno estabelecimento tem 25 metros quadrados. Mas o sorveteiro "ganhou" duas emissoras de rádio de Jefferson, suspeito de ser o verdadeiro dono dos negócios. Uma das emissoras, a Rádio Matozinho FM, de Três Rios (RJ), em 20 anos nunca rendeu um real a Durval. Sobre a outra, em Paraíba do Sul (RJ), o sorveteiro não tem informações. Simplesmente desconhece. Não tinha a menor idéia de que era um dos donos do negócio. Foi informado pela revista. Trecho da entrevista publicada na Época traz a reação do sorveteiro:

– Rádio Clube Vale do Paraíba? Eu não sou sócio dela não. Isso aí é um troço novo para mim. Rádio Clube Vale do Paraíba... Vou lá buscar ela! Quero um pedaço dela já, já. Essa rádio eu até acho que era sócio dela também.

Veja descreve o desbaratamento de uma quadrilha. A organização cobrava propina para fazer vistas grossas à extração ilegal de madeira, em Mato Grosso. A reportagem de capa, "Amazônia à venda", traz foto da prisão do gerente do Ibama (Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em Mato Grosso. Hugo Werle aparece algemado. O deputado Carlos Augusto Abicalil (PT-MT) o indicara para o cargo. Werle é conselheiro fiscal do PT e atuou como arrecadador de

dinheiro na campanha eleitoral pela Prefeitura de Cuiabá, em 2004. É acusado de enriquecimento ilícito.

Werle foi preso com outros dois militantes do PT, ambos gerentes do Ibama. Marcos César Antoniassi, de Juara (MT), e Ana Lúcia da Riva, de Sinop (MT). O primeiro preside o diretório do PT de Novo Horizonte do Norte (MT). É acusado de emitir laudos falsos de vistoria e de atestar a existência de madeireiras-fantasmas. Ana Lúcia de Riva, por sua vez, é casada com o presidente do diretório do PT em Alta Floresta (MT).

A Polícia Federal calculou que a madeira derrubada ilegalmente pela quadrilha seria suficiente para carregar 66 mil caminhões em dois anos. Uma devastação. Entre outros expedientes, os funcionários do Ibama vendiam autorizações para o transporte de "produtos florestais" e facilitavam a falsificação de documentos. Veja reproduz um diálogo telefônico interceptado pela Polícia Federal. Nele, dois madeireiros, acusados de pertencer à quadrilha, defendem a manutenção de Werle no Ibama. Para tanto, resolvem prestigiar um jantar político do PT em Cuiabá:

– Mandaram um convite pra mim aqui, pra uma janta do José Dirceu.

– Ah, o Zé Dirceu vai vir aí?

– Vai, amanhã.

– Ah, mas o Zé Dirceu é mala...

– Tem que pagar o convite, adivinha o preço do convite...

– R$ 100.

– R$ 500. Mas é brabo, é porque é eleição do cara, entendeu? E aqui, e se o cara não ganhar, é perigoso o Hugo sair.

– Não, não. Então tem que deixar ele aí.

23 – 5/6/2005 Divulgada pesquisa Datafolha. Levantamento nacional mostra que, num período de um ano, dobrou de 32% para 65% o percentual de brasileiros que acreditam que haja corrupção no governo Lula. E 88% apóiam a criação da CPI dos Correios.

Fontes do Palácio do Planalto assopram informações a jornalistas que fazem a cobertura política de Brasília. Assinalam uma mudança no discurso de Lula. O presidente não vai mais disfarçar um "extremo constrangimento" com as denúncias que envolvem o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). A estratégia é isolar o petebista, contaminado de forma irreversível pela crise. Suposto desabafo de Lula a ministros de seu círculo mais próximo:

– Isso não pega em mim. Quem cometeu irregularidade ou tem culpa no cartório, que pague o preço.

Outra frase atribuída ao presidente:

– Não sou conivente de forma alguma.

Dentro do PTB, clima de tensão. Um dos integrantes da direção do partido, sem se identificar, dá entrevista para relatar o constrangimento de ver o presidente do partido, Roberto Jefferson, no noticiário sobre o escândalo de corrupção. Mas acrescenta: ninguém ousa tomar a iniciativa de afastá-lo. Único a se identificar publicamente, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) escolhe as palavras:

– O caso é grave e, se eu fosse ele, ia querer que tudo fosse apurado.

24 – 6/6/2005 Entrevista-bomba de Roberto Jefferson. O deputado denuncia para a Folha de S.Paulo, pela primeira vez, a história do mensalão. O Brasil não será mais o

mesmo. "PT dava mesada de R$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson", é a manchete de primeira página. A entrevista, concedida à jornalista Renata Lo Prete, põe Brasília em polvorosa.

O presidente do PTB acusa o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, homem da cúpula do partido e da confiança do presidente Lula. Acusa-o de dar dinheiro a representantes do PP e do PL, em troca de apoio ao governo no Congresso.

Jefferson relata à jornalista o diálogo que manteve com o ex-presidente do PTB, José Carlos Martinez, morto em acidente aéreo, em outubro de 2003:

– Um pouco antes de o Martinez morrer, ele me procurou e disse: "Roberto, o Delúbio está fazendo um esquema de mesada, um mensalão, para os parlamentares da base. O PP, o PL, e quer que o PTB também receba. R$ 30 mil para cada deputado. O que você me diz disso?" Eu digo: "Sou contra. Isso é coisa de Câmara de Vereadores de quinta categoria. Vai nos escravizar e vai nos desmoralizar".

Em outro trecho, Jefferson conta que Delúbio manteve contato com o líder do PTB na Câmara dos Deputados, José Múcio (PE):

– Final de dezembro, início de janeiro, o doutor Delúbio o procura: "O Roberto é um homem difícil. Eu quero falar com você. O PP e o PL têm uma participação, uma mesada, eu queria ver se vocês aceitam isso". O Múcio respondeu que não poderia tomar atitude sem falar com o presidente do partido.

Em seguida, Jefferson menciona uma reunião entre os deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ) e Pedro Henry (PP-MT), para pressionar Múcio:

– "Que que é isso? Vocês não vão receber? Que conversa é essa? Vão dar uma de melhores que a gente?" Aí o Múcio voltou a mim. Eu respondi: "Isso desmoraliza. Tenho 22 anos de mandato e nunca vi isso acontecer no Congresso Nacional".

Jefferson diz à jornalista ter procurado o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia (PTB-MG):

– No princípio de 2004, liguei para o ministro Walfrido e disse que precisava relatar algo grave. Conversamos num vôo para Belo Horizonte. "Walfrido, está havendo essa história de mensalão". Contei desde o Martinez até as últimas conversas. "Em hipótese alguma. Eu não terei coragem de olhar nos olhos do presidente Lula. Nós não vamos aceitar".

O deputado diz que passou a viver uma "brutal pressão", pois os deputados do PTB sabiam que os colegas do PL e do PP recebiam o mensalão.

– Fui ao ministro Zé Dirceu, ainda no início de 2004, e contei: "Está havendo essa história de mensalão. Alguns deputados do PTB estão me cobrando. E eu não vou pegar. Não tem jeito". O Zé deu um soco na mesa: "O Delúbio está errado. Isso não pode acontecer. Eu falei para não fazer". Eu pensei: vai acabar. Mas continuou.

Agora, o diálogo com o ministro Ciro Gomes (PSB-CE), da Integração Nacional:

– Lá para junho eu fui ao Ciro Gomes. Falei: "Ciro, vai dar uma zebra neste governo. Tem um mensalão. Hoje eu sei que são R$ 3 milhões, R$ 1,5 milhão mensal para o PL e para o PP. Isso vai explodir". O Ciro falou: "Roberto, é muito dinheiro, eu não acredito nisso".

– Aí fui ao ministro Miro Teixeira, das Comunicações. Levei comigo os deputados João Lyra e José Múcio. Falei: "Conte ao presidente Lula que está havendo o mensalão". Nessa época o presidente não nos recebia. Falei isso ao Aldo Rebelo, que então era líder do governo na Câmara.

– A quem mais no governo o senhor denunciou a situação?

– Disse ao ministro Palocci: “Tem isso e é uma bomba”. Fui informando a todos do governo a respeito do mensalão. Me recordo inclusive de que, quando o Miro Teixeira, depois de ser ministro, deixou a liderança do governo na Câmara, ele me chamou e falou: “Roberto, eu vou denunciar o mensalão. Você me dá estofo?” Eu falei: “Não posso fazer isso. Vamos abortar esse negócio sem jogar o governo no meio da rua. Vamos falar com o presidente Lula que está havendo isso”. Me recordo até que o Miro deu uma entrevista ao Jornal do Brasil denunciando o mensalão e depois voltou atrás.

– No princípio deste ano, em duas conversas com o presidente Lula, na presença do ministro Walfrido, do líder Arlindo Chinaglia, do ministro Aldo Rebelo, do ministro José Dirceu, eu disse ao presidente: “Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira. Ele continua dando mensalão aos deputados”. “Que mensalão?”, perguntou o presidente. Aí eu expliquei ao presidente.

– Qual foi a reação dele?

– O presidente Lula chorou. Falou: “Não é possível isso”. E chorou. Eu falei: “É possível sim, presidente”. Estava presente ainda o Gilberto Carvalho.

– Toda a pressão que recebi neste governo, como presidente do PTB, por dinheiro, foi em função desse mensalão, que contaminou a base parlamentar. Tudo o que você está vendo aí nessa queda-de-braço é que o mensalão tem que passar para R$ 50 mil, R$ 60 mil. Essa paralisia resulta da maldição que é o mensalão.

– Isso não existia também no governo passado?

– Nunca aconteceu. Eu tenho 23 anos de mandato. Nunca antes ouvi dizer que houvesse repasse mensal para deputados federais por parte de membros do partido do governo.

– O que, em sua opinião, levou a essa situação?

– É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir o poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. É por isso. Quem é pago não pensa.

– O que fez o presidente Lula diante de seu relato?

– Depois disso parou. Tenho certeza de que parou, por isso está essa insatisfação aí. Ele meteu o pé no breque. Eu vi ele muito indignado. Pressão, pressão, pressão, pressão. Dinheiro, dinheiro, dinheiro, dinheiro, todo mundo tem, todo mundo tem. Acho que foi o maior erro que o Delúbio cometeu.

Para Jefferson, “o governo agiu para isolar o PTB”, para “circunscrever a desonra ao PTB”. Ele não perdoa o discurso em que José Genoino falou em “requalificar” a base de apoio ao governo:

– O PTB é uma base desqualificada. Foi isso que afetou. Não segurou ninguém. Não são parceiros, não são solidários.

Ele prossegue:

– Eu sempre disse aos meus companheiros, e eles são testemunhas desde o início, o PT não tem coração, só tem cabeça. Ele nos usa como uma amante e tem vergonha de aparecer conosco à luz do dia. Nós somos para o PT gente de segunda, eu sempre me senti assim. A relação sempre foi a pior possível.

E mais:

– Você não pode confiar, o que está fechado não está fechado. Tudo o que é dito não é cumprido. Toda a palavra que é empenhada não é honrada. O PT esgarçou, esgarçou, esgarçou a minha autoridade como presidente do PTB, porque prometeu e não cumpriu. O pior foi na eleição, o que o Genoino fez comigo. Ele e o seu Delúbio.

Em outra parte da entrevista à Folha, o presidente do PTB responde a denúncias sobre o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Relata encontro com o presidente da estatal, Lídio Duarte:

– Por volta de agosto de 2004, eu o chamei ao meu escritório no Rio e disse: "Quero que você me ajude, procurando essas pessoas que trabalham com o IRB, para fazerem doações ao partido nesta eleição, porque estamos em situação muito difícil". Ele ficou de tentar. Em setembro, ele voltou a mim e disse: "Deputado, não consegui que as doações sejam por dentro, com recibo. Querem dar por fora, e isso eu não quero fazer". Eu falei: "Então não faça".

Jefferson conta que Lídio Duarte aproximou-se de Luiz Eduardo de Lucena, diretor comercial do IRB, indicado para o cargo pelo líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR). Instala-se uma queda-de-braço entre o PTB e o PP:

– O Palocci conversa comigo e diz o seguinte: "Roberto, vamos fazer uma saída por cima. Nós temos o diretor administrativo, um homem de altíssimo gabarito, o Appolônio Neto, sobrinho do Delfim Netto, fez um dos melhores trabalhos de modernização do IRB. A gente passa o Appolônio como sendo do PTB, e ele sendo sobrinho do Delfim, que é do PP, e a gente resolve a situação". Eu falei: "Não sou problema, está dada a solução". O doutor Appolônio foi uma indicação salomônica do ministro Palocci.

O presidente do PTB também reclama que o PT, com 20% da base, responde pela indicação de 80% dos cargos:

– Mesmo o IRB: o PTB tem a presidência, mas todos os cargos são do PT. A Eletronorte: o presidente, doutor Roberto Salmeron, é um dos melhores quadros do PTB. Mas, de novo, toda estrutura abaixo é do PT. O diretor mais importante, o de Engenharia, é o irmão do ministro Palocci.

O escândalo do mensalão explode em Brasília. O ministro das Relações Institucionais, escalado pelo Palácio do Planalto, fala da entrevista de Roberto Jefferson. Admite que Lula fora informado por Jefferson do suposto pagamento de mesadas a deputados do PL e do PP, em 23 de março de 2005. Nervoso, Aldo Rebelo (PC do B-SP) afirma:

– É bom deixar claro que não há nenhuma acusação que relacione o pagamento a parlamentares por parte do governo. A denúncia do deputado Roberto Jefferson refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu qualquer tipo de acusação.

O ministro confirma a reunião em que Jefferson levou o assunto ao presidente. Estavam presentes, entre outros, o ministro Walfrido Mares Guia (PTB-MG), os deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP), José Múcio (PTB-PE) e ele próprio, Aldo.

– De passagem, durante essa conversa, Jefferson fez referência ao pagamento a parlamentares na Câmara... Jefferson não fez referências nem a fatos nem a pessoas, fazendo apenas um comentário genérico.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), confirma que Lula foi avisado por Jefferson. E também menciona a reunião de 23 de março:

– Nenhum dos presentes tratou aquilo como denúncia, nem discutiu o assunto na reunião. Depois, Lula chamou Aldo e Chinaglia e perguntou se havia comentários sobre isso na Câmara. Não houve denúncia, apenas o relato de boato.

O deputado Miro Teixeira (PT-RJ) confirma os relatos feitos por Jefferson e põe mais lenha na fogueira:

– O relato do Roberto Jefferson foi mais amplo. Não posso relatar em detalhes, pois não tenho elementos de prova. Mas ele descreveu uma cena de corrupção em um ambiente ministerial, a que ele assistiu.

A “cena de corrupção”, como definiu Miro, tinha, segundo Jefferson, um ministro, representantes de três partidos e um diretor de departamento. Ocorreu num ministério e, na ocasião, um integrante de um partido deu dinheiro a outro, de outro partido. Quando ouviu o relato de Jefferson, Miro era ministro das Comunicações e filiado ao PDT. Reação de Miro, segundo ele mesmo:

– Vamos agora ao presidente da República.

Miro afirma que Jefferson se recusou e que, sem provas, teria sido irresponsável se encaminhasse a denúncia. O Jornal do Brasil publicou reportagem sobre o assunto em 24 de setembro de 2004. Miro, fonte da notícia, negou posteriormente as informações. O caso não foi investigado pela Câmara.

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), também testemunha: aliados do governo Lula procuraram dois deputados federais goianos e ofereceram mesada para que trocassem de partido.

– Foi um assédio. Era para trocar de partido, sair do PSDB e ir para a base do governo, por uma mesada de R$ 40 mil por mês e R$ 1 milhão por ano de bônus.

O mais grave: o governador conta que relatou o caso ao presidente da República em 5 de maio de 2004, durante uma visita de Lula a Rio Verde (GO). Segundo Perillo, Lula reagiu como se não soubesse, disse que iria apurar e responsabilizou o governo passado, período no qual, conforme o presidente, esse tipo de expediente teve início. O governador não aceitou:

– Eu retruquei. Disse que estava falando do que estava acontecendo no governo atual, no governo dele.

O ministro Ciro Gomes (PSB-CE) confirma a procedência das denúncias de Jefferson:

– É fato que, há um ano, ele esteve na minha sala e, numa conversa, disse que havia um boato de que haveria essa prática de dinheiro para uma fração de parlamentares que, segundo mencionou, estavam no PL e no PP.

Para Ciro, não existiam provas do esquema.

– Perguntei se ele tinha dados mais objetivos, que me obrigassem a tomar alguma atitude de levar adiante a informação. Ele não tinha.

O ministro Walfrido Mares Guia (PTB-MG) também ouviu os “boatos de mesadas” feitos por Jefferson, duas vezes. E confirma que testemunhou a reunião de 23 de março, da qual Lula participou:

– Ele falou no final da reunião, disse que tinha boatos sobre um mensalão, mas ficou nisso. Logo depois fomos embora.

O prefeito do Rio, Cesar Maia (PFL), também vem a público. Para dizer que somas em dinheiro eram distribuídas de forma aberta durante almoços mensais realizados em restaurantes de Brasília. Relata ter tomado conhecimento do esquema por intermédio de 15 parlamentares, com os quais conversou.

– O dinheiro chegaria em uma mala, e os pacotes eram distribuídos.

De forma reservada, ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) avaliam que em tese Lula pode sofrer processo de impeachment, por crime de responsabilidade. O

presidente teria prevaricado se ficar provado que, informado a respeito da existência do mensalão, não tomou providências para investigar as denúncias.

Declaração do jurista Fábio Konder Comparato, presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia, um dos mais conceituados advogados do país:

– A rigor, se ficar comprovado o ato de corrupção, há várias implicações penais. Configura, inclusive, o crime de responsabilidade por parte do presidente, o que o sujeita a impeachment.

Comparato acrescenta, a respeito de Lula:

– Ele, de qualquer maneira, estava ciente e mandou prosseguir, ou ficou ciente e, como diz Jefferson, mandou frear a coisa, mas não tomou providências para apurar responsabilidades.

O PPS inicia processo de coleta de assinaturas para criar a CPI do Mensalão. Em decorrência da crise, o apadrinhado de Roberto Jefferson (PTB-RJ) na presidência da Eletrobrás, Roberto Salmeron, demite-se do cargo. Outra conseqüência do escândalo: o assessor dos Correios, Fernando Godoy, já afastado, é indiciado pela Polícia Federal.

Enquanto isso, aparentemente alheio à gravidade dos fatos, o PT trata de emitir nota em que nega a existência do mensalão. E seu presidente, José Genoino, manifesta-se mais uma vez contrário à CPI dos Correios. A essa altura, a comissão já é fato consumado. O PT sabe disso e toma providências para blindar o tesoureiro Delúbio Soares. Proíbe-o de dar entrevistas e o isola na sede do partido, em São Paulo. O tesoureiro só sai de lá à noite, apressado. O carro dele é escoltado por duas motocicletas.

Apreciador de charutos cubanos, Delúbio tem intimidade com Lula e o comando do PT. Em 2004, contudo, foi denunciado por comprar fazendas em Goiás, com dinheiro vivo. No mesmo ano pediu que o Banco do Brasil comprasse 70 ingressos por R$ 1.000,00 cada um, para um show musical. Detalhe: a arrecadação serviria para comprar uma nova sede para o PT. Denunciada, a operação foi desfeita.

25 – 7/6/2005 Acuado, Lula muda novamente de estratégia. Ordena ao PT que apóie a CPI dos Correios e, mais do que isso, se some à iniciativa de criar a CPI do Mensalão. O governo não diz, mas analisa que uma segunda comissão acabará tirando o foco da primeira. Supõe que os trabalhos ficarão dispersos e o processo como um todo confundirá a opinião pública. Em sua ofensiva, Lula determina a demissão de diretores do IRB, dos Correios e solicita ao PT o afastamento do tesoureiro Delúbio Soares.

Contrariado, José Genoino, o presidente do PT, trata de defender o que chama de "patrimônio ético" do partido. E garante que o assunto mensalão jamais circulou dentro do PT:

– O que aconteceu com o Delúbio? Uma denúncia falsa e mentirosa.

O secretário-geral do partido, Silvio Pereira, o Silvinho, também na ofensiva, descarta uma investigação interna do PT sobre as atividades de Delúbio:

– Não há necessidade. Não há nada contra ele.

Na mesma linha, Paulo Ferreira, secretário de Relações Internacionais do PT:

– Delúbio é quadro de confiança do partido e seu afastamento não está em pauta.

O tesoureiro permanece recluso, protegido da imprensa. No final do dia, deixa a sede do PT apressado, mais uma vez. Agora, abaixado, no banco de trás de um carro, com vidros escuros. Outro veículo, para despistar, deixara o local pouco antes, pretendendo confundir os jornalistas.

Declaração da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), ex-petista, para quem o governo Lula entregou a máquina pública “para ser parasitada por delinqüentes de luxo”:

– Tenho absoluta convicção de que ninguém da cúpula palaciana do PT age isoladamente na montagem dos crimes contra a administração pública. Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre aspas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do presidente Lula. Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual.

Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo revela uma crise na Petrobrás, decorrente de nomeações políticas. A proliferação de empresas de “papel”, voltadas ao transporte de gás natural, serve de fato para abrigar apaniguados políticos, nomeados com objetivo de acomodar situações e dar governabilidade à administração federal.

Segundo o jornal, o expediente gerou uma crise na Gaspetro, subsidiária da Petrobrás, e a demissão do diretor João Eudes Touma. Ele entregou uma carta justificando sua saída: houve contratações indevidas de pessoal para empresas que, a princípio, seriam virtuais. Uma delas, a Transportadora Nordeste Sudeste, recebeu, em cinco meses, R$ 722 mil, apenas para pagar salários.

26 – 8/6/2005 O tesoureiro Delúbio Soares, com um broche do PT no peito, concede entrevista. Fala a um batalhão de jornalistas. Não convence. Apesar de orientado por advogados e pela cúpula do PT, Delúbio é patético. Nervoso, usa frases de efeito, vazias, evasivas, e não responde a parte das perguntas. Por fim é salvo pelo presidente do partido, José Genoino, que encerra a entrevista. Antes, os repórteres já haviam sido impedidos de retrucar e questionar as respostas do tesoureiro.

Delúbio é um dos três dirigentes do PT que usam carro blindado. Além dele, o privilégio cabe ao ministro José Dirceu e ao presidente Lula. Durante a entrevista, repete seis vezes que o PT “não compra votos nem apoio” de deputados. Utiliza variações do termo “chantagem” 15 vezes. Uma das falas, sempre confusas:

– Nós não aceitamos chantagem. Não me prejulguem pela versão de uma chantagem porque o Brasil é maior do que essas acusações. Estou muito indignado. Estão tentando chantagear não só o PT, mas também o governo e também o Congresso. O PT não se rende e não se vende.

Perguntado sobre suas idas ao Palácio do Planalto, sede do governo federal, apesar de não ter cargo público, o tesoureiro diz: “Lá estive várias vezes, para tratar dos assuntos de interesse do PT. É isso que aconteceu”. A respeito da entrega de dinheiro a partidos da base aliada:

– O PT participou, no ano passado, de campanha eleitoral. Os acordos eleitorais foram tratados entre os partidos. O PT e os partidos da base aliada fizeram acordos que foram traduzidos em apoio aos candidatos nos municípios. Isso foi feito em comum acordo entre os partidos.

Acerca da ligação com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto (SP), cujo partido, da base aliada, foi citado por Roberto Jefferson (PTB-RJ) como um dos beneficiários do mensalão, Delúbio responde:

– Não tenho nenhuma restrição, o presidente do PL tem sido uma pessoa correta. Não tenho nenhum problema de encontrar o presidente do PL, seja na minha casa, seja no escritório do PT, seja na sede do PT ou em Mogi das Cruzes, onde fui visitá-lo, em apoio ao candidato do PL naquela cidade.

A Polícia Federal investiga denúncias de extorsão praticadas por Maurício Marinho, nos Correios. Um dos dez empresários que prestaram depoimento, Haroldo Cláudio, dono de uma empresa de calçados, disse que recebeu proposta para pagar R$ 350 mil de propina. Se desse o dinheiro, ganharia licitações na estatal. Segundo o empresário, Marinho disse que o dinheiro iria para o PTB.

27 – 9/6/2005 O Congresso instala a CPI dos Correios. O deputado Sandro Mabel (PL-GO) nega ter proposto à deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) para que deixasse o partido de oposição e ingressasse na base aliada do governo, em troca de uma mesada de R$ 30 mil e um bônus de R$ 1 milhão, no final do ano. Dois parlamentares apontam Mabel como o autor do assédio à deputada. O caso foi relatado pelo governador Marconi Perillo (PSDB) a Lula.

Mabel admite ter conversado com Raquel, mas nega que ofereceu dinheiro. E envolve o vice-presidente da República, José Alencar (PL-MG):

– A deputada uma vez me procurou e disse: “Sandro, estou querendo ter mais espaço”. Até havia uma assessora dela. Eu falei: “Raquel, o PL está sempre de portas abertas”. José Alencar já tinha falado isso para ela. Estamos precisando de mulher. Agora, financeiro? Recusamos 15 parlamentares em um ano, vamos dar recursos financeiros para quê? Em primeiro lugar, não temos nem recursos.

De acordo com Mabel, a deputada acabou decidindo não sair do PSDB, depois de conversar com a própria base política. Diz Mabel:

– Ela só queria entender o processo, porque estava meio chateada com não sei o quê. Foi conversa de corredor.

A repórter Sheila D’Amorim, de O Estado de S. Paulo, questiona Mabel. Diz que o governador de Goiás mencionara dois deputados assediados, sendo que Raquel confirmara uma abordagem. Reação do deputado:

– Mas foi abordada com dinheiro? Então não foi comigo que ela conversou. É simples. É só chamar a Raquel ou quem quer que seja. A nossa posição é clara nesse assunto. Aqui recusamos parlamentares. Para que iríamos pagar parlamentar para vir?

Dirigindo-se à repórter, com ironia, Mabel insinua que deseja saber que partido paga parlamentares, para que mudem de legenda:

– Vou fazer uma proposta para você. Quando você descobrir, me conta porque aí vou para esse partido também.

28 – 10/6/2005 A Abin (Agência Brasileira de Inteligência, vinculada ao governo federal) divulga nota oficial para explicar que o recém-afastado presidente dos Correios, João Henrique Souza Almeida, integrante da cota do PMDB no governo Lula, vai ser intimado a depor e poderá responder a processo por prevaricação e improbidade administrativa. Motivo: antes do escândalo nos Correios vir a público, Almeida recebeu prazo para afastar Maurício Marinho da estatal e relatar à Polícia Federal atividades supostamente ilícitas do funcionário. Não o fez. A Abin informa que havia infiltrado agentes entre empresários descontentes, por ter sido informada da ocorrência de fraudes em licitações nos Correios.

29 – 11/6/2005 Nova gravação clandestina com diálogos mantidos por Maurício Marinho chega à imprensa. Desta vez, são divulgadas na Folha de S.Paulo. Investigações sugerem disputas comerciais como causa das escutas. As conversas revelam tentativas de extorquir empresários que desejam firmar contratos para fornecer bens e serviços aos Correios.

A fita segue o mesmo padrão da anterior. Marinho recebe em sua sala interlocutores supostamente ligados a empresários, interessados em negócios com os Correios. Sem saber que está sendo gravado, uma vez mais o funcionário menciona seus contatos com o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, o genro de Jefferson e assessor da diretoria da Eletronuclear. Trecho do diálogo, que começa com o interlocutor:

– Eles querem garantir a condição deles dentro dos Correios. É mais do que importante, é vital até, para essa empresa. E queriam saber daí de você, de mim, me disseram, "olha, Joel, vê se é ele mesmo a pessoa".

– Nós estamos conversando aqui. Eu vou sair daqui ainda hoje e vou direto para o diretor, tá?

– O que eu precisava saber de você... Mas isso bem exato e prático. Quais seriam os valores, incluindo a diretoria. Porque aí eu acerto com você as coisas, e você faz essa distribuição.

– Normalmente é feito isso, todo negócio é acertado... Tem algo que sobe, né?, e um "x" que fica embaixo. Isso é acertado assim.

– Sim, mas você me deixa numa condição meio tranqüila, porque efetivamente você tem essa condição de negociação.

– Tenho. O que for acertado... O que for fechado é o que sobe.

"O PT assombra o Planalto", diz o título de reportagem de Veja. A revista afirma que o mensalão, no valor de R$ 30 mil, é pago "para um plantel estimado de uns 90 deputados, o que daria cerca de R$ 2,7 milhões mensais". Relata ter conversado com três ministros, cinco deputados e um senador, e que "todos confirmaram, com a condição de não ter a identidade revelada, a existência do mensalão". Informa que os nove políticos pertencem ao PT, PMDB, PSB, PP e PFL. "Esses políticos contam que Delúbio desembarcava em Brasília com o dinheiro e se dirigia à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição".

Veja traz declaração de um deputado petista que pede para não ser identificado. Segundo ele, o PT despreza o Congresso:

– O PT acredita que é um poder burguês. Por isso, acha que lá só tem corrupto e que o jeito mais fácil de controlá-lo é com dinheiro.

Em outra reportagem, Veja acusa madeireiros do Pará de doarem dinheiro a lideranças do PT, em troca de autorização para derrubar árvores na Amazônia. O esquema reuniu três candidatos a prefeito nas últimas eleições, dois deputados do PT, funcionários do Ibama, Incra, sindicalistas e madeireiros. Escreve Veja:

"Os três candidatos a prefeito pelo PT, apurou a reportagem, teriam recebido pelo menos R$ 300 mil de madeireiros, às vésperas das eleições, em troca de autorização do Ibama para derrubar madeira ilegal. São eles: Paulo Medeiros, de Urará; Chiquinho do PT, de Anapu; e Lenir Trevisan, de Medicilândia."

Tudo intermediado pelos deputados petistas José Geraldo e Airton Faleiro, ambos ligados ao Ibama. Veja descreve o método, "de um descaramento nunca visto". Feito o desmate ilegal e vendida a madeira nobre, o transporte passa pelos postos de fiscalização graças a um adesivo colado nos caminhões. Os dizeres, impressos no adesivo: "oPTante do Plano Safra Legal 2004", assim mesmo, com as letras "p" e "t" em maiúsculo.

O empresário Leivino Ribeiro, da Associação de Madeireiras dos Municípios de Anapu e Pacajá, concede entrevista. Afirma que gastou R$ 2 milhões com procedimentos para "documentar" a madeira, na parceria com o PT. A revista reproduz

trechos de uma conversa gravada entre o deputado João Batista Oliveira, o Babá (PSOL-PA), ex-petista, e um representante do sindicato dos reflorestadores do Pará. Pergunta do deputado:

– Como era essa história do adesivo?

– O pessoal intitulou o acordo de "Optante do safra legal", com destaque para a sigla do PT no adesivo. Os caminhões com esse adesivo iam sem ninguém perturbar. Só em Anapu foram mais de 100 mil metros cúbicos de madeira nesse esquema.

– Mas por que o Ibama liberou toda essa madeira? Vocês deram apoio para o PT na região?

– Foi dado apoio, sim. Estou falando isso como sindicalista, sou do Sindifloresta, participei das negociações, mas estou achando uma grande sacanagem.

– Mas tinha contrapartida financeira?

– Eles aproveitaram o momento para pedir apoio. O setor madeireiro tem muito voto e também deu apoio financeiro.

O jornal O Estado de S. Paulo denuncia: Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, é funcionário fantasma. Professor de matemática da Secretaria de Educação de Goiás, recebe salário mas não vai trabalhar. Está licenciado, com remuneração mensal de R$ 1.242,56 para prestar serviços no sindicato da categoria, em Goiânia. Mas há cinco anos Delúbio responde pelas finanças do PT e vive no eixo São Paulo-Brasília, bem distante de Goiás. Antes disso, foi secretário sindical do PT por cinco anos, e tampouco prestou serviços no sindicato. Delúbio costuma se apresentar, falsamente, como professor aposentado.

30 – 12/6/2005 Nova entrevista do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à repórter Renata Lo Prete, da Folha de S.Paulo. Traz denúncias contra o governo Lula, auxiliares do presidente, integrantes da base aliada no Congresso, membros do PT. E introduz um novo personagem no cenário político nacional, até aqui desconhecido de todos aqueles que não freqüentavam os escaninhos do poder em Brasília: o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Jefferson explica a origem do dinheiro do mensalão:

– Vem de operações com empresas do governo e com empresas privadas.

– Que operações?

– Transferência de dinheiro à vista. Esse dinheiro chega a Brasília, pelo que sei, em malas. Tem um grande operador que trabalha junto do Delúbio, chamado Marcos Valério, que é um publicitário de Belo Horizonte. É ele quem faz a distribuição de recursos. Sei que o deputado José Janene é um dos operadores. Ele vai na fonte, pega, vem, é tido como um dos operadores do mensalão. Inclusive eu já vi o ministro Zé Dirceu muito irritado com ele porque ele se apresentava como "operador do Zé Dirceu". Ele também é um dos homens que constroem o caixa para repartição entre deputados do PP e do PL.

– Qual era exatamente o papel de Marcos Valério?

– Ele é operador do Delúbio, desde o início do governo. O Janene faz a mesma operação. É de conhecimento notório.

– O senhor poderia citar nomes de deputados que recebiam essa remuneração mensal?

– Isso eu vou deixar para a imprensa investigar. Mas eu sei que as direções do PP e do PL recebiam. Não é segredo. Eles insinuaram isso para o Zé Múcio, que não quis entrar.

Outro trecho:

– Se você perguntar: “Tem provas? Fotografou? Gravou?” Não. Mas era conversa cotidiana na Câmara a repartição de mesada entre os deputados da base aliada, em especial o PL e o PP. Nunca ouvi falar do PMDB, e tenho certeza de que os deputados e os senadores do PT jamais receberam isso.

– O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, já anunciou a decisão de processá-lo.

– É um direito dele. Na colocação que fiz, eu o atingi duramente. Ele tem o direito democrático de me processar.

– Houve problema de dinheiro entre PT e partidos da base na campanha municipal?

– Eu e o líder Zé Múcio acalmamos nossa base dizendo o seguinte: o PTB não vai ter mensalão, que desmoraliza e escraviza o deputado, e nas eleições a gente compõe com o PT uma troca de apoio e pede o financiamento para candidaturas que nós entendemos que devemos ganhar. Foi pedida ao PTB, pelo José Genoino, uma planilha por Estados de campanhas a prefeito que o PT financiaria para nós. Apresentamos uma planilha de R$ 20 milhões. Esse recurso foi aprovado pelos dois e pelo Marcelo Sereno. No princípio de julho de 2004, eu reuni o partido e comuniquei. O repasse do dinheiro se dará em cinco etapas.

– O primeiro recurso chegou na primeira quinzena de julho: R$ 4 milhões, em dinheiro, em espécie. Em duas parcelas: uma de R$ 2,2 milhões e, três dias depois, uma de R$ 1,8 milhão. Quem trouxe o recurso à sede do PTB foi o Marcos Valério, em malas de viagem. Eu e o Emerson Palmieri dividimos esses recursos entre candidatos. E assumimos o compromisso, que era o do Genoino comigo, que outras parcelas viriam. Elas não vieram, e os candidatos do PTB que haviam assumido compromissos de campanha entraram em crise brutal. Essas coisas foram esticando a corda, tensionando a relação do PTB com o PT.

– Que avaliação o senhor faz das reações dos membros do governo citados em sua entrevista anterior?

– Os ministros foram covardes com o presidente. O Palocci sabia do mensalão porque eu falei para ele. O Walfrido errou por não ter dito ao presidente sobre o mensalão, porque eu falei com ele. O ministro Ciro sabia. O Zé Dirceu, conversei várias vezes com ele sobre o mensalão. Deixaram o presidente completamente desinformado de algo que viciou a relação do governo, e do comando do PT em especial, com a base aliada no Congresso.

– Quando de minha conversa com o presidente este ano, lá no gabinete dele no Palácio do Planalto, estávamos eu e o ministro Walfrido, quando eu disse a ele do mensalão. Ele tomou um susto. Expliquei a ele no que consistia: um repasse de recursos do Delúbio para líderes e presidentes de partido da base aliada dividirem um dinheiro por mês com representantes de suas bancadas, em especial o PP e o PL. O PTB fora convidado a participar e repelira.

– Acho que os ministros traíram a confiança do presidente. Como pode ministros minimizarem, dizendo que não havia importância em minhas palavras, e ter essa explosão no Brasil quando a Folha as coloca para a opinião pública? Só eles não tinham dimensão da explosão que isso iria provocar? O presidente, foi como se alguém dissesse “olha ali a tua mulher com outro homem”. Aquela reação de surpresa, de mágoa, as lágrimas brotaram. Ele me pediu que explicasse como funcionava o mensalão. Eu disse. Depois ele se levantou, me deu um abraço e eu saí.

– E o que eu sei, até pela vivência da Casa, essas coisas não se escondem, é que houve uma atitude forte, porque o mensalão secou. E nós estamos assistindo a uma crise de abstinência. O corpo mole é porque está faltando aquilo que o Delúbio sempre

transferiu a líderes e presidentes da base: o dinheiro para pagar o exército de mercenário, as bancadas de aluguel.

Em outro trecho da entrevista, a repórter pergunta:

– Como se estabeleceu a relação do PTB com a cúpula petista?

– Quando, lá atrás, o José Carlos Martinez era presidente do PTB, e nós começamos a constituir a relação, depois de nomeado o Walfrido Mares Guia ministro do Turismo, o segundo cargo foi o do delegado Regional do Trabalho no Rio, Henrique Pinho. Toda a estrutura abaixo dele foi nomeada pelo Silvio Pereira. Outro cargo: Fernando Cunha, para a BR Distribuidora. Toda a estrutura abaixo do Fernando Cunha foi nomeada pelo Silvio Pereira. Na área de Petrobrás, de petroquímica, quem manda é ele.

– Um dia, perguntei: “Mas como é isso? Vocês dão a cabeça e tomam o corpo?” E ele disse que esse era o jeito do PT de repartir o poder. Foi assim no Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes. A primeira indicação para o Dnit, feita pela bancada de São Paulo, acho que é Pimentel o nome, esse que hoje aparece nos jornais. Toda a estrutura abaixo foi montada pelo Silvio e pelo Delúbio. O gerente, um tal de Lauro Corrêa, é homem do PT. Ele mandava mais que o diretor-geral do Dnit. O PT nomeava as pessoas que controlavam a estrutura do poder por baixo dos nomeados do PTB.

– A quem o senhor se refere quando fala na direção do PT?

– Genoino, Marcelo Sereno, Delúbio Soares, Zé Dirceu, que sempre soube de tudo. Várias vezes eu conversei com o Genoino e com o Delúbio no gabinete do ministro Zé Dirceu. Tudo era tratado com o conhecimento dessas pessoas e do Silvio Pereira. Isso no início do governo. Há uma sala contígua à do gabinete do ministro Zé Dirceu no Palácio do Planalto, e de vez em quando nós fazíamos essas conversas. 90% das conversas eram feitas no Palácio, numa salinha que era reservada ao Silvio Pereira. De vez em quando o Delúbio metia a mão na porta, entrava, sentava, conversava e saía. O Zé Dirceu participava da conversa, e o Genoino também.

Jefferson lembra o encontro com Lula, em janeiro de 2004, quando falou do mensalão ao presidente. E revela suspeitas acerca do envolvimento de seu nome na divulgação dos escândalos:

– E quando eu disse a ele, olhando nos olhos dele, do mensalão, o choque dele... Eu tenho seis mandatos. Eu sou deputado federal desde o presidente Figueiredo. Eu nunca tinha ouvido falar de financiamento de bancada aliada na base pelo partido do governo. E contei isso ao presidente Lula. E vi a reação dele de perplexidade. E então as coisas pararam. Mas o que eu estranho é que a Abin, depois que eu disse isso ao presidente Lula, parte para mandar arapongas contra o PTB. Alguém, dentro do governo, não gostou que nós passamos essa informação ao presidente.

Quanto à reação do governo, desde que decidiu contar o que sabe dos pagamentos a deputados:

– Num primeiro momento, o Zé Dirceu ficou muito hostil comigo depois do meu discurso na Câmara, quando eu assinei a CPI. Na véspera, houve reunião da executiva do PTB para que todos os companheiros assinassem a CPI e nós devolvêssemos os cargos ao governo.

Jefferson comenta a conversa, em sua casa, com José Dirceu e Aldo Rebelo. Os dois homens de confiança de Lula pediram para que ele retirasse o nome do requerimento de criação da CPI. Respondeu-lhes que se importava com a restauração da honra, e que a revista Veja vinha promovendo um “verdadeiro linchamento”. Reação de Dirceu, segundo Jefferson:

– Ele respondeu: “Roberto, na Veja não tenho nenhuma ação, porque a Veja é tucana”. Eu falei: “Mas O Globo e a Globo estão repetindo o linchamento”. Ele falou: “No O Globo eu falo por cima. Dá para segurar”.

Jefferson conclui:

– Retirar a assinatura foi o meu maior erro. Depois que fiz isso, recrudesceu o noticiário contra o PTB. Eu entendi que foi uma armadilha do Zé Dirceu para mim. Recrudesceu o noticiário, e eu vi claramente a mão do governo.

– Viu onde e como?

– Nas matérias que saíram na revista Época e no O Globo no fim de semana seguinte. Violentamente contra mim e contra o PTB. Eu falei: “Eu errei, eu me enfraqueci ao retirar a assinatura da CPI, e o Zé Dirceu armou essa arapuca pra mim”. (...) Eu vejo nitidamente o dedo desse segmento, Zé Dirceu, Genoino e Delúbio, para colocar esse cadáver podre no colo do PTB.

O ministro José Dirceu (PT-SP) e o presidente do PT, José Genoino, reagem à nova entrevista de Jefferson. Negam as acusações do deputado. Para Genoino, é mentira que Marcos Valério fazia pagamentos regulares a deputados:

– Marcos Valério nunca fez esse tipo de coisa, ele não é desse tipo.

A Folha de S.Paulo noticia uma reunião, ocorrida em fevereiro de 2004, na qual 40 deputados do PTB teriam decidido rejeitar a oferta de pagamentos mensais em troca de apoio ao governo federal. O jornal afirma:

“Três deputados do PTB ouvidos pela reportagem confirmaram que Jefferson, há mais de um ano, fala aberta e criticamente sobre o ‘mensalão’ com seus colegas na sigla. Um deles, o deputado federal Pedro Fernandes (MA), disse que Jefferson “pôs em discussão” a possibilidade na bancada, mas houve uma recusa unânime.”

A reportagem reproduz declaração do deputado Osmânio Pereira (PTB-MG):

– Em pelo menos duas reuniões ele disse que nunca aceitaria mensalão.

O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que na época fazia parte do PTB, também mencionou Jefferson ao jornal:

– Ele ameaçou denunciar o mensalão. Disse assim: “Se tentarem cooptar deputado meu em cima de mesadas, eu vou denunciar”.

E mais:

– Desde que Lula assumiu, tem esse boato aqui dentro. Mas eu não vou ser o bocão para denunciar quem está recebendo.

A Folha publica o editorial “Adeus às ilusões”:

“A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai se revelando um dos maiores estelionatos eleitorais da história democrática do país. Todas as bandeiras que um dia caracterizaram o Partido dos Trabalhadores foram conspurcadas. Até mesmo o que se afigurava como o último baluarte petista, uma relação diferenciada com a ética e a coisa pública, se reveste de tons de ‘bravata’, para utilizar um termo empregado pelo próprio presidente da República ao negar propostas antes defendidas pelo seu partido.”

Em outro trecho, o editorial aponta:

“Em termos sociológicos, a ausência de um projeto ajuda a explicar a crise da legenda. Sem uma utopia à qual aspirar, o poder pelo poder transformou-se em razão de existência. Muitos de seus expoentes mostraram-se deslumbrados com as mordomias, benesses e oportunidades de ascensão social oferecidas pela nova situação.”

O editorial conclui:

"Galgado ao comando do país, o partido enredou-se na trama do fisiologismo e da corrupção. Suas virtudes transmutaram-se em vícios. O despreparo, a ambição e o oportunismo derrotaram a esperança."

O escândalo do mensalão leva Lula a convocar duas reuniões. Quer debater saídas para a crise. O segundo encontro, domingo à noite, termina com a decisão de se descartar a saída do ministro José Dirceu (PT-SP) do governo. Seria "passar recibo" do envolvimento dele nas irregularidades denunciadas por Roberto Jefferson (PTB-RJ). O próprio Dirceu responde com um "de jeito nenhum, isso é uma loucura", quando perguntado sobre o seu afastamento. O PT divulga nota. Afirma que vai processar o presidente do PTB. Ameaça. Quer que Jefferson "responda perante a lei por suas falsas acusações e pelos seus irresponsáveis atos".

31 – 13/6/2005 O presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP), vai à forra. Depois de acusado por Roberto Jefferson (PTB-RJ) de envolvimento no escândalo do mensalão, trata de disparar contra o oponente. Para Valdemar, Jefferson quer "tomar dinheiro" de alguém. Diz duvidar da doação de R$ 4 milhões do PT ao PTB, em 2004. Motivo: o PTB está "cheio de cargos no governo", e "ajudando um monte de empresários". Palavras de Valdemar:

– Como é que vai dar dinheiro em campanha para um cara que tem milhares de cargos? Há diversos empresários que atuam nessas empresas que podem fazer doações para o partido. Qual é a justificativa para dar um mundo de cargos e, depois, dar dinheiro para eleição? Isso não bate.

O ataque contra Jefferson:

– Como não bate ele reclamar do mensalão. Um camarada que extorque empresas abrirá mão de mesada? Vai querer em dobro. Vai dizer: "Tô bravo porque tem mesada?" Ele falava aquilo para conseguir mais cargo. Foi com essa história de mensalão para conseguir mais espaço.

Para Valdemar, não tem lógica uma estratégia para fornecer mesadas a dezenas de deputados:

– Quem vai administrar um negócio desse? Você tem um problema em casa, com a mulher, um assessor... O pessoal deda.

A deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) confirma ter recebido oferta em dinheiro para mudar de partido e fazer parte da base aliada do governo. Recusa-se, porém, a dar detalhes do episódio:

– A verdade me obriga a dizer que sim, eu fui convidada a mudar de partido. Agora, a responsabilidade me obriga a parar por aqui. Porque não posso provar. Vai ser a palavra de uma pessoa contra a palavra da pessoa que me fez o convite.

O ministro José Dirceu (PT-SP) faz saber, por meio da assessoria, que "minha relação com o presidente é excelente". E manda o recado:

– Não faço nada que não seja de comum acordo e determinado por ele.

Na declaração, todo o veneno e a ameaça implícita. Dirceu seria capaz de vir a público contar a verdade?

O diretor de Administração e Finanças da Embratur, Emerson Palmieri, pede exoneração do cargo. Ele foi citado por Roberto Jefferson como tesoureiro informal do PTB. Teria a função de receber e distribuir pagamentos do PT dentro do PTB.

Maurício Marinho admitiu ao Ministério Público Federal que recebeu mais de 300 fornecedores e prestadores de serviços, interessados em assinar contratos com os Correios. A notícia ganha destaque nos jornais. O funcionário confessou que o genro de Jefferson, Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira, intermediou o acesso de empresários aos Correios. Trecho do depoimento:

"Marcus Vinícius foi muitas vezes na ECT. Marcus Vinícius pedia ao depoente que atendesse determinados fornecedores, entre os quais César de tal (fornecedor de copiadoras) e Cristiano Brandão ou outra pessoa (área de tecnologia). Que não consegue se recordar de outras pessoas, mas pode informar que Marcus Vinícius o apresentou a outros fornecedores mais de duas vezes."

Denúncia contra os ministros José Dirceu (PT-SP) e Ciro Gomes (PSB-CE). Diz respeito ao projeto para a transposição de águas do rio São Francisco. Declarações do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), reproduzidas no site do Jornal do Brasil, dão conta de que Roberto Jefferson (PTB-RJ) teria exibido uma fita para a bancada do partido, com a comprovação da maracutaia.

Jefferson teria ido ao gabinete de Ciro com os deputados Luiz Antônio Fleury Filho (PTB-SP), José Múcio (PTB-PE) e o senador Fernando Bezerra (PTB-RN). Queria assuntar sobre a contratação de uma empresa de consultoria, dentro do projeto de transposição. Ciro teria informado que o problema já tinha sido resolvido, com outras duas empreiteiras. O acordo firmado envolveria Dirceu. Ciro, porém, teria sinalizado com outros negócios, em novas licitações, num futuro próximo.

Acusação contra a Petrobrás. A estatal teria favorecido Prefeituras do PT e de partidos da base aliada, na Bahia. O motivo, patrocínios para festas de São João. Apesar de o PFL administrar 150 cidades baianas, recebeu recursos para festas em apenas dois municípios. Já o PT, que controla 18 Prefeituras da Bahia, recebeu patrocínios em oito cidades. O coordenador de comunicação da Petrobrás, Rosemberg Pinto, responsável pelo programa, é filiado ao PT. Outros dez municípios agraciados são administrados por PP, PL, PMDB e PC do B, todos partidos com representantes na base aliada do governo Lula. Pinto não informou quanto a Petrobrás desembolsou com os patrocínios.

32 – 14/6/2005 O Brasil pára a fim de ver e ouvir o depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. A sessão dura quase sete horas, entre a fase de depoimento e os debates. Provoca um terremoto político. Repleto de acusações, declarações contundentes e ironias, o depoimento de Jefferson reafirma denúncias feitas à Folha de S.Paulo. E vai além: a confissão e o testemunho do deputado comprometem, e muito, o governo Lula. Sobre o mensalão:

– Desde agosto de 2003 é voz corrente em cada canto desta Casa, em cada fundo de plenário, em cada gabinete, em cada banheiro, que o 'seu' Delúbio, com conhecimento do 'seu' José Genoino, sim, tendo como pombo-correio o 'seu' Marcos Valério, um carequinha, que é publicitário lá em Minas, repassa dinheiro a partidos que compõem a base de sustentação do governo no negócio chamado mensalão.

Jefferson refere-se ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares:

– Atendi na minha casa, no princípio de 2004, janeiro, fevereiro... O Delúbio foi simpático. Fumou um charuto. Simples, um homem simples, mas cumprindo uma missão. Cheio de melindres e de tato para falar comigo. Com aquele jeitão dele de goiano do interior, disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha que pudesse haver, foi a expressão que ele usou, e que faria alguns repasses para o PTB.

– Com o Zé Dirceu eu falei sobre esse assunto uma meia dúzia de vezes. Não é, Zé Dirceu? Não é? Ao Genoino, o presidente do partido, falei uma meia dúzia de vezes.

– Disse isso ao ministro Palocci. Ele nega. Mas, Palocci, com todo o respeito, disse isso a vossa excelência, olhando dentro dos seus olhos.

Agora, Jefferson mira deputados envolvidos com corrupção:

– Será que eu estou falando em um convento de virgens? Será que só eu ouvi falar em mensalão? Eu apenas destampei a panela, deputado.

– Tem muita gente do PP que está acima disso, tem muita gente do PL que está acima disso. Mas deputado Valdemar Costa Neto, deputado José Janene, Pedro Corrêa, Sandro Mabel, Bispo Rodrigues, Pedro Henry. Me perdoem, de coração, não posso ser cúmplice de vocês.

Para Valdemar Costa Neto (PL-SP), que o acusa de mentiroso:

– Eu afirmo que o senhor recebe repasses.

Dirigindo-se a Valdemar, que é o presidente nacional do PL:

– Diga os nomes dos seus que recebem o mensalão. Vossa excelência recebe e reparte.

Jefferson aponta que o dinheiro, “no início, era para transferência de partido. Depois foi para votação”. E mais:

– Um dia, pedi a um companheiro: (...) Avisa ao Pedro Henry que, se ele tomar os dois deputados do PTB que está tentando com aquela mala de dinheiro, vou para a tribuna e conto a história do mensalão. Aí, refluiu, mas o mensalão não parou.

Sobre a saída do deputado Luiz Piauhylino (PDT-PE) do PTB:

– O motivo não é nobre, não é justo, foi por dinheiro.

– Provas não tenho, mas tenho provação. Provação vivi, porque além de eles receberem a mesada, ainda ficavam tentando os nossos deputados: “Vem para cá, seu otário. Olha, está na mala. Vocês não tem. Aqui tem”.

Jefferson dá novos detalhes do acordo PT/PTB:

– Em maio do ano passado, conversamos eu, o tesoureiro do meu partido, Emerson Palmieri, o doutor Delúbio, o presidente José Genoino e o Marcelo Sereno. Lá no prédio da Varig, onde fui várias vezes, e os senhores podem buscar informação na portaria, porque lá a gente tem que se identificar. Pedi ao presidente do PT, ex-deputado Genoino, um apoio para a campanha do meu partido. “Sem problema. Você me dá um planejamento de custo das campanhas do PTB”. Fizemos. Voltamos. Nos reunimos de novo com os três e eles aprovaram R$ 20 milhões para o financiamento das campanhas do PTB em todo o Brasil.

– Eles cumpriram a primeira parte do acordo, em princípios de julho, com R$ 4 milhões. O dinheiro foi levado para o partido (...) pelo senhor Marcos Valério. Foi quando estive com ele pela primeira vez. É carequinha, falante e fala em dinheiro como se fosse assim uma coisa que caísse do céu. Primeiro foram R$ 2,2 milhões. Em duas malas enormes, notas de R$ 50 e R$ 100, etiquetadas por Banco Rural e Banco do Brasil. E três dias depois, (...) ele volta com R$ 1,8 milhão. Notas de R$ 50 e R$ 100, Banco Rural e Banco do Brasil e a promessa de outras quatro parcelas iguais. Perguntei ao Genoino: “Como é que a gente vai fazer para justificar esse dinheiro?” Ele falou: “No final a gente faz a entrada, via partido, e a saída, conta-contribuição”. Perfeito. Mas até hoje essas notas não chegaram. Isso gerou uma crise brutal no meu partido...

– Voltei ao Zé Dirceu, uma, duas, dez vezes, e disse: “Zé, está esgarçando, estou perdendo autoridade”. Ele falou: “Roberto, a Polícia Federal é meio tucana. Meteu em cana 62 doleiros, agora, na véspera da eleição. A turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil”.

Jefferson usa o depoimento para mandar recado a José Dirceu:

– Eu percebi que o governo quis botar um cadáver podre, que atinge o senhor Delúbio Soares, que atinge o senhor Silvio Pereira, que atinge o senhor Zé Dirceu... Estão dizendo que eu sou réu... Zé Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula. Rápido, saia daí rápido, Zé, para você não fazer mal a um homem bom, correto e de quem tenho orgulho de ter apertado a mão.

A origem do dinheiro da corrupção:

– Tem de perguntar isso ao Genoino e ao Delúbio, mas pelo que ouvi da conversa do Marcos Valério, quando ele foi levar os recursos ao PTB na eleição, ele faz via agência de publicidade, na relação de contratos que tem com algumas empresas do governo.

Sobre o financiamento de campanhas eleitorais, feito com dinheiro de empresas:

– Nenhum partido aqui recebe ajuda na eleição que não seja assim. Nenhum. Tenho a coragem de dizer de público aqui. Não aluguei meu partido, não fiz dele um exército de mercenário, nem transformei os meus colegas de bancada em homens de aluguel. Aqui todos sabem de onde vem, só que nós temos a hipocrisia de não confessar ao Brasil. Estou assumindo isso aqui e faço como pessoa física, faço como Roberto Jefferson. O dinheiro vem dos empresários que, na maioria das vezes, mantêm relação com as empresas públicas. É assim e sempre foi.

Jefferson toca no problema dos Correios, na acusação de que participou de esquema de corrupção:

– Não consegui compreender ainda por que o zeloso Ministério Público, a zelosa Polícia Federal, a zelosa Corregedoria da União não investigaram a diretoria de informática... E 60% do depoimento do senhor Maurício Marinho apontam lá para a diretoria do ‘seu’ Silvinho Pereira, secretário-geral do PT.

– Não entendi por que não pesquisaram a Novadata ainda. Não sei por que correm atrás de um óbolo de R$ 3 mil, quando os contratos que desfalcam os Correios são de bilhões. Não compreendi ainda como é que o cioso Ministério Público, a ciosa Polícia Federal e a ciosa Corregedoria da República ainda não investigaram o correio aéreo noturno, do ‘seu’ Silvinho Pereira, onde as contas de superfaturamento nos primeiros anos da atual gestão chegam a superfaturamento de 300%.

– A Skymaster? Eu nunca tinha ouvido falar. Sei agora, porque gente boa dos Correios está começando a me dar essas informações. E a Novadata? Naquela época não sabia nada, mas gente boa dos Correios começa a me dar agora essas informações. Assim como gente boa começa a me dar informações, deputado Valdemar Costa Neto, das licitações da Valec, do ex-deputado Juquinha, do PL. Como gente boa começa a me dar o que está acontecendo no Dnit, lá do PL. Coisas que, se Deus quiser, a CPI vai conhecer.

Ex-tesoureiro nacional e atual secretário-geral do PP, Benedito Domingos afirma aos jornais Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo que tomou conhecimento de um esquema de pagamento de mensalões a parlamentares do PP. A distribuição de dinheiro era feita no apartamento do deputado José Janene (PP-PR), localizado em edifício da Asa Sul, em Brasília.

– Você sabe que as pessoas tinham, mas não sabia de onde vinha.

Domingos conversa com o repórter Expedito Filho, de O Estado de S. Paulo. Diz que o mensalão era conhecido como “apoio financeiro”, e entendido como uma espécie de caixa 2:

– O zunzunzum era muito forte. Um grupo sempre freqüentou a casa do Janene. Sempre houve uma grande movimentação. A casa do Janene era chamada de pensão.

A revista Isto É Dinheiro publica duas entrevistas com Fernanda Karina Ramos Somaggio, uma ex-secretária do empresário Marcos Valério, o dono das agências de publicidade DNA Propaganda e SMPG Comunicação. Ela acusa Valério de envolvimento com o esquema de compra de deputados.

Fernanda Karina relata os encontros freqüentes de Valério com dirigentes do PT. Cita Delúbio Soares, Silvio Pereira, e reuniões em hotéis de São Paulo e Brasília.

– Em que hotéis?

– O Blue Trees, em Brasília, o L'Hotel, em São Paulo, o Sofitel, também em São Paulo.

A secretária testemunhou saídas de dinheiro:

– Com certeza. O Marcos Valério ficava o tempo todo com o Delúbio Soares. Era o Marcos quem pegava o negócio e levava de um lugar para o outro.

– Onde o dinheiro era retirado?

– Era sempre no Banco Rural. E era coisa grande. Algumas vezes pouco, R$ 50 mil, R$ 30 mil. Às vezes muito, mas muito mais.

Para ela, Delúbio era o mais próximo de Valério no esquema:

– Depois, o Delúbio abriu as portas e aí tinha o José Dirceu, o Silvio Pereira.

– Como era o contato com o ministro José Dirceu?

– Havia ligações. A gente ligava e pedia para a menina do Delúbio colocar ele em contato com o Marcos Valério.

– Então o Valério tinha uma comunicação direta com o Dirceu?

– Sim.

– A senhora relata também que o irmão do ex-ministro Anderson Adauto teria recebido dinheiro da agência. Isso aconteceu no Ministério?

– Não. O irmão dele foi lá na agência, pegou uma mala de dinheiro e foi embora.

A ex-secretária conta que Valério mantinha contato com dois deputados do PT de São Paulo, José Mentor e João Paulo Cunha. Valério pagou passagens aéreas para Silvana Jupiassu, secretária de Cunha. A filha de Silvana também ganhou bilhetes aéreos.

– Isso porque ela facilitava o contato com o João Paulo.

Em outra parte da entrevista, Fernanda Karina envolve outra funcionária de Valério nos saques de dinheiro:

– Eram pedidos freqüentes. Era tudo feito pela Simone Vasconcellos. Era ela quem ia de vez em quando para Brasília pagar.

Fernanda Karina fala das atividades de Valério:

– Ele faz intermediação de negócios. Por exemplo: a SMPB tem a conta do Banco do Brasil na parte de esportes através da Multi Action, uma das empresas do grupo. E é tudo negociata. Eu sei que eles passam dinheiro para o pessoal do governo.

– Como isso é feito?

– O Marcos Valério manda e tem um pessoal do departamento financeiro que faz isso.

– E como a senhora tinha conhecimento?

– Ele era meu chefe. Eu estava sempre com ele. Todo mundo sabe que tem mutreta no fato de a empresa ter um bom dinheiro no Banco do Brasil.

– Haveria pagamento de propinas a gente do governo?

– Eu já vi sair muito dinheiro de lá.

– Em que situações?

– Vi sair R$ 100 mil em dinheiro para o irmão do Anderson Adauto, no fim de 2003, quando ele era ministro dos Transportes.

– E para o pessoal do Banco do Brasil?

– O Marcos Valério dá muitas festas para eles, muitos paparicos, muitos mimos.

– Ele oferece viagens de jatinho para eles?

– Não, o Marcos usa o jato do Banco Rural, eventualmente. O Delúbio Soares também anda no jato do Banco Rural.

Em outro trecho, o repórter de Isto É Dinheiro, Leonardo Attuch, indaga se Valério faz pagamentos para obter em troca contas publicitárias do governo. Diz Fernanda Karina:

– Com certeza. Quando você entra numa concorrência, a gente já sabe quem vai ganhar e quem não vai. Eles fazem a licitação pública, mas é um jogo de cartas marcadas. Tem quem vai pegar a melhor parte da conta, a pior parte da conta.

– A senhora viu?

– Olha, para o Banco do Brasil, o Marcos dava festas. Festas para a alta cúpula e para a área de marketing.

A revista pergunta como os pagamentos eram feitos:

– Tinha duas pessoas da área financeira, a Simone Vasconcellos, e uma assistente, a Geysa, que cuidavam de tudo.

– A senhora tem noção de quanto?

– Já vi o boy sair com motorista para tirar R$ 1 milhão do Banco Rural. Era para depois dividir o dinheiro, entendeu?

A Folha de S.Paulo divulga o relatório "Agências & Anunciantes", do jornal Meio & Mensagem. Traz informações sobre o faturamento da agência DNA Propaganda, de Marcos Valério. É o que mais cresceu em 2004, com um aumento de 203%. Dos R$ 23,2 milhões de faturamento registrados em 2003, o valor subiu para R$ 70,5 milhões. A agência atende as contas do Banco do Brasil, Eletronorte e Ministério do Trabalho. Um outro dado: a DNA recebeu multa de R$ 9 milhões em sete processos na área tributária e dois na previdenciária, por não pagamento de impostos.

Já a SMPB, a outra agência de Valério, cuida da conta dos Correios. Teve faturamento de R$ 39,9 milhões em 2004, sendo R$ 29,6 milhões apenas com os Correios. Além de atender o Banco Rural, a SMPB foi contratada pelo Ministério dos Esportes e pela Câmara dos Deputados, na gestão de João Paulo Cunha (PT-SP).

Parlamentares de cinco partidos entregam ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), pedido para a criação da CPI do Mensalão. O requerimento tem assinaturas de 255 deputados e 41 senadores.

O chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, admite em depoimento a promotores criminais que entregou ao prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), no ano 2000, um dossiê de 80 páginas, com denúncias de fraude em licitações naquela cidade da Grande São Paulo. Relata ter havido uma discussão, poucos dias antes do assassinato de Daniel, entre o então prefeito e o seu secretário de Serviços Municipais, o vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT). Klinger vem sendo investigado por envolvimento no suposto esquema de corrupção montado em Santo André.

O irmão do prefeito morto, João Francisco Daniel, declarou ao Ministério Público que o dinheiro da propina entregue por fornecedores da Prefeitura tinha como destino as campanhas eleitorais do PT. Segundo o depoimento dele, Carvalho teria confessado que transportou R$ 1,2 milhão, de uma só vez, para o então presidente do PT, o deputado José Dirceu (SP).

33 – 15/6/2005 O governo conquista o comando da CPI dos Correios. Nomeia dois aliados para os cargos principais da comissão: o presidente será o senador Delcídio Amaral (PT-MS), e o relator o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Serraglio tem ligações com José Dirceu. Apoiou a candidatura do filho do ministro, José Carlos Becker (PT), à Prefeitura da cidade paranaense de Cruzeiro d'Oeste.

A escolha dos nomes ignora a tradição de conceder um posto-chave à maior bancada do Senado, no caso o bloco PSDB/PFL. O terceiro cargo mais importante, o de vice-presidente, também vai para as mãos de um governista, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Delcídio e Serraglio acenam com investigações restritas aos Correios, deixando de fora denúncias acerca do mensalão.

Os jornais destacam que durante os trabalhos da CPI do Banestado, o relator e deputado José Mentor (PT-SP) apresentou sete requerimentos relacionados ao Banco Rural, determinou a quebra de sigilo bancário da instituição, solicitou cópia de inquérito policial sobre investigações de empresas do banco no exterior, ouviu diretores e convocou a presidente da instituição para depor. No final do processo, não concluiu nenhuma investigação relativa ao Rural.

Outra notícia: o Banco Rural foi condenado a pagar multa de US$ 5,9 milhões por ilegalidades cometidas no mercado de câmbio, na década de 80. O Rural teria permitido remessas de dinheiro ao exterior, com a falsificação dos nomes dos verdadeiros remetentes.

34 – 16/6/2005 Demite-se do cargo o ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP). Considerado a face do PT no governo, chegou a ser o mais poderoso ministro de Lula. Perdeu força em fevereiro de 2004, em conseqüência do escândalo Waldomiro Diniz. Com as denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), fica sem condições de permanecer no governo. Sai contrariado. Volta à Câmara para exercer mandato de deputado federal por São Paulo.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), um dos mais respeitáveis parlamentares do Congresso Nacional, defende uma investigação para apurar se Lula sabia do mensalão. Quer saber se o presidente agiu para investigar o esquema e punir eventuais responsáveis. Péres está convicto: Lula "foi conivente, prevaricou, com certeza":

– Não acho que o presidente Lula seja capaz de um ato desonesto, no sentido de enriquecer ilicitamente. Agora, que ele sabia, com certeza sabia.

Para o senador, "ninguém, só quem acredita em Papai Noel, pode imaginar que José Dirceu com o senhor Delúbio, amigos, companheiros de partido, que há muitos anos acompanham o presidente da República, tenham feito tudo isso com o seu desconhecimento. E ficou comprovado, ou há fortes indícios de que ele sabia".

Péres admite que um eventual processo de impeachment "pode levar o país a uma instabilidade muito grande". Entende, contudo, que a situação justifica uma investigação sobre o presidente:

– Se ficar evidenciado que o presidente realmente sabia e não tomou providências, não podemos, em nome da estabilidade, fingir que não sabemos e ficar de braços cruzados, senão nós é que estaremos prevaricando também.

Do senador: responsabilizar alguém por corrupção não exige farta documentação para servir de prova:

– Provas são provas. Há provas documentais, técnicas, periciais e testemunhais. Se a testemunha for idônea, se o seu depoimento for convincente, a testemunha vale também, é uma prova.

O repórter Fausto Macedo, de O Estado de S. Paulo, entrevista o ex-assessor parlamentar, ex-coordenador de campanha e sobrinho do deputado José Janene (PP-PR), Aristides Barion Júnior. Ele ataca o tio. Diz não se surpreender com denúncias que envolvem Janene, o líder do PP na Câmara dos Deputados, como um operador do esquema do mensalão:

– Surpreso, eu? Claro que não. O Zé é terrível, você não conhece ele. Quando o Zé vê que o cara é menor, ele esmaga. Se vê que não pode com o cara, tenta fazer um acordo. O Zé é o número um do mensalão, não tenho dúvida.

Aristides conta que Janene lhe deve US$ 1 milhão, dinheiro que foi emprestado para a campanha eleitoral de 1994. Afirma que o tio ficou rico depois de entrar para a política:

– O Zé mora em um apartamento que vale mais de R$ 1 milhão, tem fazenda, carros importados, tem avião, tem dois apartamentos na praia, mas é tudo em nome de terceiros.

Há cinco anos o Ministério Público pede à Câmara dos Deputados uma investigação contra Janene. Ele é réu em sete ações civis na Justiça do Paraná. Tem acusação por suposto ato de improbidade administrativa, desvio de verbas públicas na Prefeitura de Londrina (PR) e enriquecimento ilícito.

O sobrinho conta como Janene age nas campanhas eleitorais:

– Aí você tira suas conclusões. As campanhas são ostensivas, ele gasta uma fortuna. Na última eleição, não tinha uma esquina em Londrina que não tinha duas ou três pessoas dele com bandeiras. É muito dinheiro. Ele trabalha em cidadezinha pequena. Vai lá, acerta com o prefeito e com os vereadores, 60, 80 cidades pequenas. Aí faz votos, manda bala sem dó nem piedade.

Cerco ao ministro Luiz Gushiken. Ele comanda a Secom, Secretaria de Comunicação da presidência da República, e é um dos auxiliares mais próximos de Lula. A Folha de S.Paulo publica que a mulher de Marco Antônio da Silva, diretor de eventos da Secom, trabalha para a empresa Multi Action, ligada a Marcos Valério.

A publicitária Telma dos Reis Menezes Silva ocupa o posto estratégico de representante da Multi Action, uma realizadora de eventos. Telma mantém contatos com órgãos públicos em nome da empresa de Valério. O detalhe: cabe à Secom opinar e determinar o conteúdo de editais de licitação que definem contratações na área de comunicação do governo federal. É a Secom de Gushiken que controla a publicidade e os patrocínios oficiais do governo Lula.

Marco Antônio da Silva nega qualquer irregularidade. Afirma que não tem envolvimento com o trabalho da mulher. A Folha pergunta-lhe para quem Telma trabalha. O marido:

– Não sei. Deve trabalhar para vários eventos.

– Sua mulher nunca lhe disse para quem trabalha?

– Eu evito. Minha mulher não é política, não é militante, não é filiada.

– Como ela conheceu Marcos Valério?

– Não sei.

– O ministro sabe dessa situação?

– Acho que não. É uma questão de foro pessoal. Eu relativizei de forma primária, por ela já ser do mercado. Ela é uma pessoa ingênua em relação a essas coisas. Problemas políticos daqui eu não comento em casa.

35 – 17/6/2005 A imprensa noticia que dois diretores indicados pelo PT e afastados como os demais da cúpula dos Correios, em razão das irregularidades ocorridas na estatal, já estão novamente nomeados nos Correios, uma semana depois de terem sido oficialmente desligados da estatal. Eduardo Medeiros de Morais, afastado da diretoria de tecnologia, e Maurício Coelho Madureira, afastado da diretoria de operações, são agora os novos consultores dos Correios. Os salários: R$ 10.000,00 cada um, para trabalhar diretamente no gabinete da presidência da estatal. Depois da notícia, as nomeações são canceladas.

O Campo Majoritário, o maior grupo interno do PT, segmento liderado pelo deputado José Dirceu (PT-SP), decide manter nos quadros do partido o tesoureiro Delúbio Soares e o secretário-geral, Silvio Pereira. Para Delúbio, houve acusações falsas. Ele avisa que não deixará o cargo, pois "seria uma confissão de culpa":

– Agi dentro das regras da política.

Manifestação de Silvio Pereira:

– O que eu fiz foi decisão partidária. Se eu sair, vai ter de sair todo o mundo.

O presidente José Genoino, por sua vez, recusa-se a pôr em discussão o afastamento dos dois dirigentes. Para ele, as acusações são inconsistentes:

– Não será sequer objeto de avaliação. Será adotado o melhor para o partido.

O deputado Roberto Jefferson (RJ) anuncia que se licencia do cargo de presidente nacional do PTB. Reportagem da Folha de S.Paulo informa que Jefferson omitiu das duas últimas declarações de renda, entregues ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral), a propriedade de dois apartamentos em Cabo Frio (RJ), comprados em 1997. Uma casa em Petrópolis (RJ), adquirida em 1990, tampouco constou das declarações de Jefferson ao TRE.

O jornal O Estado de S. Paulo traz reportagem denunciando dois altos dirigentes do PT. Eles teriam tentado comprar, por R$ 4 milhões, o apoio da bancada do PPS na Câmara Municipal de São Paulo. O objetivo da investida: obter apoio dos dois vereadores do partido ao governo da então prefeita Marta Suplicy (PT-SP).

A oferta teria sido feita ao presidente do PPS de São Paulo, Carlos Fernandes, e ao tesoureiro do partido, Ruy Vicentini. Os dois foram chamados a conversar numa padaria no bairro dos Jardins, em 2004. Os emissários que falaram em nome do PT seriam o secretário-geral do partido, Silvio Pereira, e o secretário de Projetos Especiais de Marta Suplicy, Valdemir Garreta.

Em um segundo encontro, realizado em hotel paulistano, Garreta, ao lado de um assessor de Rui Falcão – o dono do estratégico cargo de secretário de Governo de Marta Suplicy –, teria reiterado a oferta. O PPS rejeitaria o suborno. De acordo com o tesoureiro Vicentini, a tentativa de comprar o partido foi registrada em ata. Ele conta como Garreta fez a abordagem:

– Aí ele disse: "Vamos ser práticos e me entrega um planejamento de campanha". Eu disse que não ia entregar. Aí ele disse: "Eu estou autorizado pelo tesoureiro do partido a chegar até R$ 4 milhões, sendo R$ 2,5 milhões na hora de firmarmos o compromisso, e o outro R$ 1,5 milhão na campanha". Eu levantei e disse: "O partido não está à venda".

36 – 18/6/2205 A revista Época traz a manchete de capa "Homem da Mala". A reportagem, de Diego Escosteguy, traça um perfil de João Cláudio Genu, o chefe de

gabinete do líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR). Genu é apontado como braço direito de Janene, e "principal executivo na operação do mensalão". Época:

"O partido de Janene teria um esquema de arrecadação muito semelhante ao do PTB de Jefferson. Apadrinhados bem posicionados em estatais garantem a arrecadação. O PP instalou diretores na Petrobrás, em Furnas, no Instituto de Resseguros do Brasil e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O dinheiro chega a Brasília trazido por emissários ou pelo próprio Genu. Depois, é distribuído. Segundo relato de um parlamentar, vem em envelopes."

A revista aponta que o PP, após aderir ao governo Lula, engordou a bancada do partido. Passou de pouco mais de 20 para 56 parlamentares. E informa que os mensalões, no PP, variavam de deputado para deputado:

"Os valores variam de R$ 5 mil a R$ 30 mil, a depender da importância do político recompensado. O local de entrega varia. Às vezes é o apartamento do próprio Janene, apelidado de 'a pensão' dentro da bancada do PP. Outras, a própria sala da liderança. Em alguns casos, a casa que Genu mantém para festas no bairro Park Way, em Brasília. O chefe de gabinete de Janene é apontado como responsável pela logística da operação. O mensalão vinha sendo usado para atrair novos deputados e para garantir que alguns deles seguissem fielmente as orientações do partido."

Sobre o patrimônio de Genu, cujo salário alcança R$ 5.720,00:

"O assessor é dono de um apartamento de luxo, uma casa no setor de mansões de Brasília e cinco carros, dois deles importados. Numa avaliação pessimista, nos últimos cinco anos, amealhou entre R$ 1,5 milhão e R$ 2 milhões. Metade disso só no governo atual. Na declaração que entregou ao Imposto de Renda no início do ano, declarou ter ganho menos de R$ 80 mil em 2004. Pelo recolhimento de CPMF, a Receita descobriu que passaram por suas contas bancárias R$ 680 mil no mesmo período."

A revista Isto É também destaca o deputado José Janene (PP-PR), o chefe de Genu. O relato dos repórteres Amaury Ribeiro Jr. e Luiz Cláudio Cunha é demolidor:

"Curiosamente, nos dois primeiros anos do governo Lula, que coincidem com a idéia milagrosa do mensalão denunciado pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson, Janene desencravou da miséria. Documentos obtidos por Isto É em cartórios, órgãos oficiais e sindicatos rurais do Paraná mostram que Janene e sua mulher, Stael Fernanda, viraram proprietários em 2003 e 2004 de uma dezena de fazendas, imóveis e uma frota de carros importados avaliados em cerca de R$ 7 milhões. O casal amealhou tudo isso ganhando, junto, R$ 200 mil anuais, média mensal de R$ 16,5 mil – pouco mais que meio mensalão. Nesta fantástica engenharia financeira não estão incluídas outras jóias de seu patrimônio: rebanhos de gado e ovinos, safras de soja e a mansão de R$ 2 milhões, ainda em construção, encravada no Royal Golf, um elegante condomínio fechado na zona mais elegante de Londrina, onde é vizinho, entre outras personalidades endinheiradas, do locutor global Galvão Bueno."

As agências de publicidade de Marcos Valério são mais uma vez notícia de jornal. A Folha de S.Paulo traz reportagem informando que a Polícia Civil de Minas Gerais investiga a DNA e a SMPB por compra de notas fiscais frias. O inquérito policial traz 23 notas falsas, mas suspeita-se que o número seja muito maior.

Do repórter Mario Cesar Carvalho: "O uso de notas frias por agências de publicidade que trabalham para o governo é um método clássico para desviar dinheiro. Imagine que a agência X contratou 10 figurantes para um comercial. Na nota fiscal, os 10 podem virar 100 e a diferença em dinheiro vai para partidos ou políticos".

A matéria informa que Valério já foi condenado a dois anos e 11 meses de reclusão, porque suas agências sonegaram contribuições previdenciárias. Segundo a sentença, a DNA "deixou de recolher contribuições sociais devidas valendo-se de expedientes escusos diversos, sobretudo omitindo, de seus registros contábeis, fatos geradores daqueles tributos".

O jornal explica: "A agência não lançava na folha os valores pagos a empregados a título de remuneração e também fazia pagamentos a empregados da empresa como se fossem trabalhadores autônomos. A escrituração de pagamentos de salários em 'contabilidade paralela' foi comprovada com a apreensão de um documento que descreve os 'procedimentos adotados para efetuarmos pagamentos de salários aos funcionários que recebem seus vencimentos através do caixa (2)'".

Em reportagem, O Estado de S. Paulo trata da empresa CGI Informática, cujos contratos com a Petrobrás no Paraná, em 2004, alcançavam R$ 6,6 milhões. A empresa teria alugado 70 automóveis e entregue os veículos para a campanha eleitoral à Prefeitura de Curitiba, no mesmo ano de 2004, para uso político da aliança que reunia PT, PTB, PL e parte do PMDB. Nota fiscal reproduzida no jornal atesta o pagamento de R$ 8.400,00 para o aluguel dos veículos, somente por um período de dois dias.

A enxurrada de denúncias não pára. A Folha de S.Paulo traz reportagem centrada no relato do tesoureiro do PT do Maranhão, Luís Henrique Sousa, para 20 pessoas, durante uma reunião partidária na capital São Luís, em janeiro de 2005: a direção nacional do PT mandara um emissário à cidade portando "uma mala" repleta de "verdinhas". O dinheiro serviria para pagar dívidas contraídas durante as eleições de 2004.

As "verdinhas", no entanto, não seriam dólares, segundo a reportagem, mas apenas a forma como o tesoureiro se expressou para dizer que o dinheiro fora encaminhado pelo partido. A mala trazia R$ 327 mil. Segundo o tesoureiro, as despesas de campanha do PT no Maranhão, no valor de R$ 1,5 milhão, foram autorizadas pelo presidente do partido, José Genoino, e o tesoureiro Delúbio Soares.

37 – 19/6/2005 O programa Fantástico, da TV Globo, entrevista a publicitária Maria Christina Mendes Caldeira, ex-mulher do presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP). Ela descreve conversas que ouviu do ex-marido, segundo as quais o governo de Taiwan fez uma contribuição ilegal para a campanha de Lula, em 2002. A transação teria sido intermediada por Valdemar e o tesoureiro Delúbio Soares. Diz Maria Christina:

– Essa doação foi entregue para o Delúbio, foi administrada para o Delúbio. Eu não tenho prova de que o PT sabia disso, porém ele representava o acesso ao PT.

Da doação, em dinheiro, no valor de US$ 2 milhões, Valdemar, segundo a ex-mulher, ficou com 20%. Ou seja, US$ 400 mil. Ela comenta a amizade entre Valdemar e Delúbio:

– O integrante do PT que tinha uma relação profundamente estreita, que era o único que estava o tempo inteiro com ele, que estava envolvido com todas as coisas que ele fazia, se chama Delúbio.

Maria Christina acusa Valdemar de comprar, com R$ 30 mil desviados do PL, móveis, esculturas e objetos decorativos para a casa em que os dois moravam, em Brasília. O deputado teria comprado também dois cofres de aço.

O Estado de S. Paulo registra acusação do ex-superintendente de administração da INB (Indústrias Nucleares Brasileiras), Neildo de Souza Jorge, ao secretário de Comunicação do PT, Marcelo Sereno. Ligado a José Dirceu (PT-SP), Sereno foi chefe de gabinete e chefe da assessoria especial da Casa Civil, durante a gestão do ex-ministro Dirceu. Acabou afastado do governo e transferido para o PT, depois de ser acusado de manter relacionamento estreito com outro assessor na época próximo de Dirceu, Waldomiro Diniz.

Agora, é acusado de nomear um funcionário fantasma para o cargo de coordenador de ação comunitária da INB. Trata-se de um militante do PT, com salário de R$ 10 mil. Além disso, Sereno faria uso indevido de veículo e motorista da estatal.

Agências de publicidade de Marcos Valério no noticiário: contratos assinados no governo Lula permitiram às empresas de Valério um faturamento de R$ 150 milhões. O contrato da agência SMPB com a Câmara dos Deputados, na gestão do ex-presidente João Paulo Cunha (PT-SP), talvez seja o mais curioso. Com três aditivos, o valor subiu de R$ 9 milhões para R$ 21,8 milhões.

Em 2004 Valério criou a Estratégia Marketing e Promoção, para cuidar de campanhas eleitorais. A empresa foi contratada para a campanha de um aliado de Cunha, que disputava a Prefeitura de Osasco (SP). Campanha vitoriosa, Emídio de Souza (PT) foi eleito. O passo seguinte: a SMPB disputa licitação para ganhar a conta de publicidade da Prefeitura.

38 – 20/6/2005 O FMI (Fundo Monetário Internacional) divulga relatório em Washington com criticas ao Brasil. Afirma que o país limita o trabalho de autoridades fiscais e não avança no combate à lavagem de dinheiro, por deixar de exigir esforços maiores dos bancos contra a abertura de contas em nome de "laranjas".

Para o FMI, a falta de regras, leis claras e o sigilo bancário dificultam os trabalhos do Ministério Público, autoridades policiais e investigadores estrangeiros no acompanhamento de operações e movimentações financeiras executadas a partir do Brasil. O documento faz referência ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda):

"O Brasil deveria considerar emendas à previsão do sigilo bancário e de informações sigilosas para permitir ao Coaf acesso a informações adicionais, bem como documentação relativa aos registros de operações suspeitas."

E mais: "O Brasil também deveria considerar mudanças nas previsões de sigilo para permitir um acesso mais amplo das autoridades às informações financeiras sem ordem judicial".

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) concede entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura. Reafirma que existe um esquema de corrupção no governo Lula. Envolve três lideranças do PT na organização das operações: José Genoino, Delúbio Soares e Silvio Pereira. Acrescenta: "A última palavra era sempre do Zé Dirceu". Jefferson define o ex-ministro como "uma espécie de presidente do PT":

– Tudo que era fechado no PT tinha que ser homologado lá na Casa Civil.

Jefferson sugere o afastamento dos três dirigentes dos quadros do PT.

– É melhor que eles saiam para salvar a imagem do PT e melhorar a imagem do governo.

Em outro momento da entrevista, Jefferson acusa o esquema de distribuição de dinheiro para deputados da base aliada do governo Lula. Envolve, com ironia, o deputado João Pizzolatti (PP-SC):

– Era feito no café da manhã. O deputado subia e descia com um pacotinho.

Conhecido no início dos anos 90 como um dos líderes da "tropa de choque" do ex-presidente Fernando Collor, Jefferson opina que o nível de corrupção no governo Lula é maior do que aquele que levou ao impeachment de Collor. Para o deputado, o esquema montado naquela época por PC Farias, o tesoureiro de Collor, "era menor, malfeito, às claras, com o rabo de fora".

Volta a falar dos R$ 4 milhões que diz terem sido repassados pelo PT ao PTB. Refere-se ao tesoureiro informal do PTB, acionado por Jefferson assim que o dinheiro chegou. Diz o deputado:

– Eu pedi ao Emerson Palmieri que guardasse o dinheiro no cofre de um armário de aço, grande.

39 – 21/6//2005 Em Luziânia (GO), durante solenidade, Lula classifica de "bobagens" e de "denúncias vazias" as acusações de corrupção no governo:

– Ninguém, neste país, mais do que eu, tem autoridade moral e ética para fazer as mudanças nas instituições e no comportamento social.

Depois de ter prestado depoimento à Polícia Federal e negar o teor da entrevista que dera a Isto É Senhor, aquela com acusações ao empresário Marcos Valério e a integrantes do PT e do governo Lula, a secretária Fernanda Karina concede entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo. Explica que recuou das primeiras declarações por medo. Um advogado orientou-a e agora volta a confirmar as denúncias:

– Estava com muito medo porque na terça-feira, depois que saí do meu trabalho, na rua por onde passo, veio uma pessoa, um motoqueiro, e parou a moto ao lado do meu carro, fechou meu carro. E disse que, se falasse qualquer coisa, eu colocaria a vida da minha filha e do meu marido em risco.

No Jornal Nacional, Fernanda Karina volta a pôr o dedo na ferida. Diz que Valério costumava manter contato com o tesoureiro Delúbio Soares, "todos os dias". Menciona as reuniões "com o pessoal do PT", após Valério efetuar saques de grandes quantias em dinheiro:

– Quando ele saía para as reuniões, antes de sair, passava no andar de baixo, no departamento financeiro, e saía com a mala.

O repórter Ismar Madeira indaga sobre o destino do dinheiro:

– Eles nunca falaram nomes. Esses nomes eu desconheço. Eu sabia que o dinheiro ia para Brasília, e que eles distribuíam lá. Mas para quem, quando e onde, eles não falavam. Era entre eles.

Da entrevista da secretaria:

– Dinheiro eu sabia que tinha dentro de malas, mas nunca foi aberto o dinheiro. Mas sempre sabia. Eles tomavam muito cuidado com o dinheiro, claro.

Sobre o relacionamento de Valério e do deputado José Dirceu (PT-SP):

– Sei que ele conversava muito com o 'seu' José Dirceu, o ministro. Apesar de o ministro ligar diretamente para o celular dele, eu liguei para o ministro uma vez. Mas ele sempre falava.

Sobre a relação de Valério com o deputado João Paulo Cunha (PT-SP):

– Estreitas. Sempre que pedia para ligar, eu ligava, falava com a secretária dele em Brasília e ele retornava para o celular do senhor Marcos... As conversas não eram conversas abertas, né? Sempre conversavam por código.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) afirma ter ouvido conversas da deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) sobre uma oferta de dinheiro. A proposta, encaminhada pelo líder do PL na

Câmara, deputado Sandro Mabel (GO), era para Raquel trocar o PSDB pelo PL, a fim de fazer parte da base aliada do governo Lula. Do deputado Leréia:

– Não sei de valores. Só sei que ela recebeu uma oferta em dinheiro.

Em seu depoimento, Leréia confirma: o governador Marconi Perillo (PSDB) relatou o episódio de assédio à deputada tucana a Lula, durante um evento em Rio Verde (GO), no dia 4 de maio de 2004:

– Foi no carro do presidente, na presença do motorista e do ajudante de ordens de Lula.

O Ministério Público acusa o líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR), de receber uma mesada de R$ 21 mil, das empresas de vigilância Tâmara e Principal. As duas foram contratadas pela Prefeitura de Londrina (PR) durante o mandato do prefeito Antonio Belinati, cassado no ano 2000.

De acordo com o Ministério Público do Paraná, a mesada remunerava uma intermediação de Janene junto à administração de Belinati, em favor das empresas de vigilância. Proprietários dessas empresas confessaram aos promotores que deram propina a Janene.

Em outra ação, Janene é denunciado por envolvimento num processo fraudulento de licitação, para favorecer a empresa Iasin. A empresa teria recebido irregularmente R$ 142 mil. Em troca, teria pagado comissão de R$ 25 mil ao deputado.

Ex-coordenador político de Janene, o advogado Eduardo Alonso de Oliveira aumenta a pressão. Ao Ministério Público, falou que Janene lhe oferecera US$ 200 mil em dinheiro, para não depor numa Comissão Especial de Inquérito. A comissão fora constituída para fazer investigações a partir da Câmara Municipal de Londrina.

40 – 22/6/2005 O STF (Supremo Tribunal Federal) determina ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que nomeie senadores para compor a CPI dos Bingos. Segundo a Folha de S.Paulo, o governo trabalha para impedir o funcionamento da comissão. Estrategistas do Planalto consideram a possibilidade de, mesmo indicados, integrantes da CPI não darem quorum e, assim, frustrarem propositadamente os trabalhos de investigação. Do jornal:

"Essa idéia estava sendo discutida ontem entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT-SP), chamado às pressas ao Planalto."

Proposta no início de 2004, a CPI dos Bingos foi engavetada por decisão do então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que apóia o governo.

Além de apurar suspeitas de lavagem de dinheiro e a suposta ligação de casas de bingo com o crime organizado, a comissão foi proposta com a finalidade de investigar atividades do ex-subchefe de assuntos parlamentares do Ministério da Casa Civil, Waldomiro Diniz. Ele acabou afastado do governo Lula depois da divulgação de uma fita no início de 2004, na qual aparece pedindo propina ao empresário do jogo Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Quando a gravação foi feita, em 2002, Waldomiro era o presidente da Loterj (Loteria Estadual do Rio), na gestão da governadora Benedita da Silva (PT-RJ).

A deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) depõe no Conselho de Ética da Câmara. Afirma que recebeu proposta em dinheiro do deputado Sandro Mabel (PL-GO), para se transferir ao PL e apoiar a base do governo Lula. Da deputada:

– Sandro fez a seguinte colocação: “O PL quer se repaginar e ter uma cara nova. Temos que ter uma mulher, mas não qualquer mulher. Queremos uma mulher que faça a diferença”. Confesso que me senti lisonjeada.

De acordo com Raquel, Mabel fez vários elogios, dizendo à deputada que ela “viajaria pelo Brasil adequando a educação ao perfil do PL”. Então, veio a oferta:

– Houve sim uma proposta de R$ 30 mil por mês, que poderia chegar a R$ 50 mil. Em dezembro, eu receberia mais R$ 1 milhão. Fiquei indignada. Não perguntei mais nada e a conversa acabou ali. A deputada decidiu pedir conselho ao governador Marconi Perillo (PSDB). Ela não denunciou o caso por falta de provas:

– Era uma conversa sem testemunhas. Seria a minha palavra contra a dele. Qualquer pessoa sensata só fala o que pode provar.

A secretária Fernanda Karina concede entrevista à imprensa. Acrescenta novos detalhes às atividades do empresário Marcos Valério. Fala do relacionamento do ex-chefe com integrantes do PT. É questionada sobre “malas de dinheiro” para políticos em Brasília:

– Os acertos para saques no Banco Rural eram feitos pela gerência financeira da SMPB e também por Marcos. Várias vezes, quando ele precisava de dinheiro, falava diretamente com a diretoria do banco.

Fernanda Karina menciona “boys e motoqueiros”, que tinham a função de ir ao Banco Rural e ao Banco do Brasil buscar dinheiro:

– As pessoas do departamento financeiro falavam que na mala tinha dinheiro. Não falavam o valor.

Valério encarregava-se de transportar o dinheiro para Brasília:

– Era para político, porque Marcos sempre estava conversando com político.

Fernanda Karina reafirma: Valério e Delúbio Soares voaram em avião do Banco Rural:

– O Banco Rural sempre disponibilizava o avião, para quando eles precisassem.

Dá detalhes sobre a licitação para a escolha da agência de publicidade que atenderia a conta dos Correios. Foi um período em que Valério manteve intenso contato com Delúbio, o secretário-geral Silvio Pereira e outras “pessoas do PT em Brasília”. As conversas eram incompreensíveis, sempre “codificadas”:

– O que aconteceu foram vários telefonemas, várias viagens a Brasília durante o processo de licitação. As pessoas que iam às reuniões nunca eram faladas. Eu sempre soube que eram o Marcos, o Delúbio e o Silvio Pereira, algumas vezes. As reuniões eram sigilosas, fora da empresa, fora de Belo Horizonte.

A licitação dos Correios chamou a atenção de Fernanda Karina. Antes da sua conclusão, todos os funcionários da SMPB já sabiam que a agência iria ganhar a conta publicitária da estatal:

– No final de 2003, houve uma festa preparada dois dias antes da divulgação do resultado da licitação, para os funcionários comemorarem a conquista da conta.

O TCU (Tribunal de Contas da União) aponta sobrepreço em dois contratos dos Correios com a empresa Skymaster Airlines, contratada para o serviço de postagem noturna. A diretoria de operações da estatal, responsável pelo negócio, pertenceria à área de influência do secretário-geral do PT, Silvio Pereira.

O contrato, assinado em janeiro de 2004, previa gastos anuais de R$ 78 milhões. Num dos casos examinados, o TCU apurou um acréscimo de 108% no valor contratado. O preço de um vôo de R$ 213 mil em dezembro de 2003, em 2004 subiu para R$ 445 mil.

O TCU compara os valores de duas linhas aéreas exploradas pela Varig, nos patamares de R$ 115,7 mil e R$ 27 mil. No caso dos Correios, os custos dos mesmos serviços subiram, sem maiores justificativas, para R$ 229,2 mil e R$ 75 mil.

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, defende a convocação de Lula para dar explicações sobre o escândalo do mensalão:

– Acho que todos os personagens envolvidos em algum tipo de denúncia devem ser investigados. Evidentemente, o presidente da República viu a corrupção ser denunciada da porta de seu gabinete. Portanto, todas as instituições devem ser passadas a limpo e todas as investigações legais neste momento são válidas.

Busato critica setores do governo e organizações ligadas ao PT, para os quais a onda de denúncias esconde um interesse eleitoral de oposicionistas, que desejam desestabilizar o Palácio do Planalto:

– Falar em golpe neste momento é uma falácia. Está claro que algozes e vítimas, denunciantes e denunciados, são da mesma falange, da mesma linha política. Quem falar em golpe está querendo desviar o efetivo foco da crise que está aí, que é a corrupção.

41 – 23/6/2005 Mais um revés para o governo Lula, virtualmente paralisado em decorrência da avalanche de denúncias de corrupção e em meio a um debate inócuo e sem fim em torno das sempre debatidas reformas ministerial e política. Agora, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, encaminha requerimento ao STF (Supremo Tribunal Federal) solicitando a quebra de sigilo bancário do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. A medida se estende a algumas empresas das quais ele foi sócio. O motivo é uma suspeita de remessa ilegal de dinheiro para o exterior.

O processo corre em segredo de justiça. Por isso, não são divulgados nomes de bancos nem quantias envolvidas. As suspeitas sobre Meireles referem-se a transferências de dinheiro de empresas dele ao BankBoston, em 1999, sem o correspondente registro das operações na Receita Federal.

A publicitária Maria Christina Mendes Caldeira, ex-mulher do presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto (SP), conversa com a repórter Angélica Santa Cruz, de O Estado de S. Paulo. Dá detalhes de como Valdemar costumava pagar as despesas, sempre em dinheiro vivo, inclusive quando comprava bilhetes aéreos de viagens internacionais:

– Teve uma época em que comecei a reclamar muito e ele passou a usar eventualmente um cartão. Mas ele mantinha um cofrão em nossa casa que parecia um armário. Tenho as notas fiscais desse cofre. Quando nos separamos, saí denunciando a existência dele. E o Valdemar mandou uma empresa ir lá retirar o cofre.

Maria Christina insinua que houve a "compra" de um pequeno partido político, o PST. A adesão do PST ao PL teria sido obtida com dinheiro vindo de uma agência de publicidade. A agência, por sua vez, teria um contrato com uma empresa estatal. Maria Christina não acrescenta maiores detalhes:

– Tenho provas de que ele usa verbas do PL em despesas pessoais. Ele tem dois carros em Moji que estão em nome do partido. Tenho cópias de cheques que passei para empresas que mobiliaram nossa casa e que saíram em nome do partido.

Em depoimento ao Ministério Público, o tesoureiro do PPS de São Paulo, Ruy Vicentini, fornece pistas sobre um esquema de entrega de dinheiro a vereadores

paulistanos. Pagamentos regulares, do tipo mesada, teriam sido praxe em São Paulo em 2002, um ano antes do esquema do mensalão entrar em operação em Brasília.

De acordo com informações de Vicentini, os vereadores Raul Cortez e Roger Lin, os únicos da bancada do PPS na Câmara Municipal de São Paulo na época, receberam uma "contribuição mensal". Em troca teriam votado conforme os interesses da prefeita Marta Suplicy (PT). Ele relata a insatisfação de Cortez, ao saber que outros dois vereadores iriam engordar a bancada do PPS:

– Ele disse: "Eu tenho uma contribuição mensal dada pelo PT e não vou dividir poder com quem quer que seja". E, por isso, ele e o Lin saíram do partido.

O tesoureiro sabe mais: no final de 2004, os vereadores Edivaldo Estima e Myryam Athiê, ambos egressos do PP e novos no PPS, teriam recebido uma proposta do PT: R$ 250 mil para cada um, apenas para apoiarem o vereador Celso Jatene (PTB), que iria disputar a presidência da Câmara Municipal. O PT queria impor uma derrota ao novo prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB).

42 – 24/6/2005 A cúpula da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) reúne-se com Lula em Brasília. Entrega uma carta ao presidente. Quer punição para todos os envolvidos em corrupção:

"O Brasil, uma vez mais, está desafiado a combater a corrupção política que se nutre da impunidade. Ela é acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, usando as estruturas do poder público em benefício de interesses privados."

Outro trecho: "A apuração das recentes denúncias é imprescindível. Não pode ser esvaziada, sob qualquer pretexto. A corrupção consiste não apenas em delitos individuais, mas em práticas existentes em estruturas da sociedade, sobretudo no funcionamento do sistema político".

Levantamento publicado pela revista Isto É escancara saques milionários de dinheiro vivo, em contas bancárias das agências de publicidade DNA e SMPB, de Marcos Valério. Só no período que vai de julho de 2003 a maio de 2005, R$ 20,9 milhões foram retirados do Banco Rural, em Belo Horizonte.

Os dados, em poder do Ministério Público, foram obtidos junto ao Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) e dizem respeito apenas a saques com valores superiores a R$ 100 mil. O relatório registra retiradas de R$ 16,5 milhões da SMPB. Da DNA, outros R$ 4,4 milhões.

No total, segundo Isto É, houve 103 saques na boca do caixa, média de uma retirada por semana, sempre em valores acima de R$ 100 mil. As investigações identificaram que duas pessoas fizeram os saques. Uma delas, Geyza Dias dos Santos, da SMPB, já havia sido mencionada pela secretária Fernanda Karina. Reporta Isto É:

"Em janeiro de 2004, por exemplo, foram retirados R$ 2,8 milhões. Em setembro do mesmo ano foi retirado R$ 1,3 milhão. Em 2003 se deram os maiores saques nas contas das duas empresas: R$ 11 milhões, no total. Apenas entre setembro e outubro foram feitos 20 saques na seguinte seqüência: seis de R$ 250 mil, quatro de R$ 300 mil, três de R$ 100 mil, dois de R$ 200 mil, um de R$ 112 mil, um de R$ 350 mil, um de R$ 500 mil (o maior deles, no dia 10 de outubro) e um último de R$ 385 mil. Em 2003, os saques somaram R$ 11 milhões. No ano passado, as retiradas chegaram a R$ 10 milhões."

Divulgado relatório da comissão de sindicância realizada no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Detalha operações suspeitas de irregularidades envolvendo o

então presidente da estatal, Lídio Duarte, indicado para o cargo pelo PTB, e o diretor comercial, Luiz Eduardo Pereira de Lucena, da cota do PP no governo federal.

O documento indica um conluio entre os dois altos funcionários do IRB e outros executivos de estatais, como Furnas, Eletrobrás e Infraero, para favorecer de forma ilegal três corretoras de seguro: a Assurê, de Henrique Brandão, amigo do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), e as empresas Cooper Gay, multinacional inglesa, e Alexander Forbes, de origem sul-africana.

A comissão de sindicância recomenda a abertura de processo criminal contra os dois dirigentes do IRB, por tráfico de influência. E ação cível, por improbidade administrativa. Conclui que concederam vantagens indevidas às três corretoras.

O relatório implica em irregularidades os diretores do IRB Luiz Appolônio Neto, sobrinho do deputado Delfim Netto (PP-SP), e Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima, indicado para o cargo pelos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Edson Lobão (PFL-MA).

As corretoras citadas tiveram crescimento vertiginoso, graças a contratos de colocação de resseguros no exterior. Para a comissão de sindicância, os despachos que beneficiaram as corretoras eram “desprovidos de fundamentação”. O relatório cita o caso da empresa aérea TAM, cujo resseguro seria realizado pela corretora Alexander Forbes, indicada por Lídio Duarte e Luiz Pereira de Lucena, mas sem levar em conta recomendações da própria TAM. Os dois também teriam favorecido a Alexander Forbes em outra oportunidade, numa renovação de apólices do sistema Usiminas.

Outro problema: a despeito de parecer técnico contrário, Lucena teria favorecido a Cooper Gay na renovação de seguro da Petrobrás, contando com um “de acordo” de Duarte. Em mais um contrato da Petrobrás, novamente contrariando parecer técnico, Duarte teria operado de forma favorável à Cooper Gay ao contratar uma empresa. Para isso, escreveu um simples “a Cooper poderia ser testada neste tipo de negócio”.

A imprensa noticia contratos da Novadata, a empresa de Mauro Dutra, o Maurinho, amigo do presidente Lula há 20 anos. Ela realizou vendas para o governo federal, nos últimos dois anos, período que coincide com o mandato de Lula, em valores atualizados, no total de R$ 284,5 milhões.

O maior contrato, com a Caixa Econômica Federal, tem custo de R$ 109,6 milhões. Outros R$ 100 milhões, por sua vez, são resultado de contrato de locação de 27.500 computadores para a Petrobrás. As vendas para os Correios também são relevantes. Atingem R$ 16,2 milhões. O resto vem de contratos com órgãos da administração federal e dos poderes judiciário e legislativo.

O Ministério Público de Goiás anuncia que vai investigar a compra de uma fazenda em Buriti Alegre (GO). A propriedade está em nome de Antônio Soares de Castro, o pai do tesoureiro Delúbio Soares. A aquisição foi registrada pelo valor de R$ 147 mil, mas as terras são avaliadas em R$ 800 mil. Em depoimento a promotores, o pai de Delúbio admitiu que não tinha dinheiro para comprar as terras. Informou que outro filho dele, Carlos Rubens Soares, emprestou R$ 100 mil para o negócio. O Ministério Público apura ainda a compra de um carro Toyota Corolla, ano 2005, por Delúbio.

43 – 25/6/2005 A revista Veja publica entrevista com Marcos Valério. Descreve que o empresário “tem passado os dias trancado com um batalhão de advogados e mergulhado em documentos e fitas de vídeo”, com a finalidade de esmiuçar o depoimento de Roberto Jefferson (PTB-RJ) à Comissão de Ética da Câmara.

Veja questiona Valério sobre saques em dinheiro com valores e datas compatíveis às denúncias de Jefferson. Ele responde:

– Reconheço que já fiz vultosas movimentações financeiras no Banco Rural. Tenho fazendas, compro animais. Lido com gado. Há fazendeiros que simplesmente não aceitam cheque. Tenho 13 cavalos de raça.

– Quando e como o senhor conheceu Delúbio?

– Em meados de 2002. Fui levado ao PT pelas mãos do deputado federal Virgílio Guimarães, meu conterrâneo da cidade de Curvelo. Aí eu pedi e ele me apresentou à maioria do pessoal do PT, inclusive o Delúbio.

– Como foi o processo de aproximação com os outros líderes do PT?

– Foi também pelo Virgílio. Foi ele quem me apresentou ao ministro José Dirceu e a João Paulo Cunha.

Valério fala da amizade com Delúbio Soares:

– Nunca neguei que sou muito, mas muito amigo mesmo do Delúbio. Eu sou do interior, bicho do mato. O Delúbio é goiano, bicho do mato também. Houve aquela afinidade.

Veja pergunta sobre as 13 vezes que Valério esteve na sede do PT em Brasília, em 2005. Resposta:

– Fui tomar cafezinho com meu amigo Delúbio. Discutíamos futilidades e um pouco de política.

Evasivo, o empresário admite ter ido aos gabinetes dos ministros da Saúde, Humberto Costa (PT-PE), e dos Transportes, Anderson Adauto (PL-MG), discutir política e campanhas eleitorais. E quantas vezes Valério esteve com o ministro José Dirceu (PT-SP)?

– No período em que foi ministro, três ou quatro vezes, no máximo. Por telefone, devo ter falado duas vezes, logo no início do governo. Nossos encontros foram por acaso.

– Segundo relato de empresários ouvidos por Veja, o senhor foi visto várias vezes no Palácio do Planalto, na ante-sala do gabinete do ministro José Dirceu.

– Fui mesmo várias vezes ao Palácio do Planalto. Estive lá para visitar uma conterrânea do Delúbio, chamada Sandra Cabral.

– Sandra Cabral é assessora-chefe da Casa Civil. Que assuntos o senhor tinha para conversar com o braço-direito do então ministro José Dirceu?

– Ela é de Goiás, como o Delúbio. Como ele tem interesse em ser candidato a deputado federal, eu e a Sandra discutíamos os projetos do Delúbio. Conversamos muito sobre isso.

– O senhor está dizendo que esteve quatro ou cinco vezes no Palácio do Planalto apenas para conversar com a assessora-chefe da Casa Civil sobre uma provável candidatura do tesoureiro do PT a deputado federal?

– É isso mesmo. A Sandra é amiga do Delúbio e estava preocupada com a campanha dele.

44 – 26/6/2005 A Folha de S.Paulo informa que o patrimônio de Marcos Valério subiu de R$ 3,8 milhões para R$ 6,7 milhões em apenas um ano, de 2002 para 2003, durante o primeiro ano do governo Lula. O jornal esclarece que praticamente todos os bens do empresário estão em nome dos filhos e da mulher, Renilda Santiago. O casal possui imóveis, carros de luxo e tem aplicações financeiras. A Folha descreve ganhos de Valério:

"Em 2002, recebeu das agências de publicidade (e coligadas) das quais é sócio R$ 504 mil a título de lucros e dividendos. No ano seguinte, foram R$ 2,95 milhões. Ou

seja, o retorno que as empresas lhe proporcionaram no primeiro ano do governo Lula foi quase seis vezes maior do que em 2002.”

A Folha também destaca a reportagem “PT achacou empresa para liberar obra, diz ex-petista”. A denúncia é de Altivo Ovando Júnior, que em 2000 era secretário de Habitação de Mauá (SP), cidade administrada na época pelo prefeito Oswaldo Dias (PT).

O ex-secretário acusa Valdemir Garreta, dirigente petista que coordenava a campanha de Marta Suplicy (PT) à Prefeitura de São Paulo. No depoimento que prestou ao Ministério Público, Altivo Ovando Júnior também citou o deputado José Mentor (PT-SP), tido como fiel aliado do ex-ministro José Dirceu (PT-SP).

O alvo do achaque foi o grupo Peralta. A empresa pretendia construir um shopping center em Mauá. Precisava que a administração municipal fizesse desapropriações, investimentos em infra-estrutura e concedesse isenção de impostos. Garreta teria abordado o empresário Armando Jorge Peralta, sem meias palavras:

– Se não der dinheiro, não vai ter shopping.

Garreta exigiu R$ 1,8 milhão, alegando que era preciso financiar as campanhas eleitorais de Marta Suplicy e Oswaldo Dias. Peralta topou, desde que dividisse em seis parcelas de R$ 300 mil.

O Ministério Público tem em mãos dois documentos. O primeiro, um recibo do diretório nacional do PT, no valor de R$ 48 mil. Foi emitido para a Peralta Investimentos e Participações. O segundo, no valor de R$ 252 mil, é uma nota emitida pela Flash Comunicação, de Mato Grosso do Sul, empresa supostamente ligada ao governador Zeca do PT (PT-MS). A nota atesta a realização de um vídeo para uma empresa do grupo Peralta. Suspeita-se de nota fria. Afinal, nenhum vídeo foi realizado. Os dois documentos somam R$ 300 mil, e “fecham” a contabilidade de uma das parcelas.

De acordo com Altivo Ovando Júnior, ele mesmo, contra a sua vontade, foi o responsável pelo transporte de duas das parcelas de R$ 300 mil. Foi pessoalmente pegar a quantia na sede da empresa em Osasco (SP). Uma parcela, paga em cheque. A outra, em dinheiro. Tudo devidamente entregue a José Mentor (PT-SP), que depois foi líder da prefeita Marta Suplicy na Câmara Municipal.

Trecho do inquérito em que Altivo Ovando Júnior admite ao Ministério Público o recebimento da propina:

“O dinheiro lhe foi entregue em uma caixa de arquivo, destas de papelão, devidamente lacrada”.

O shopping foi construído e está em funcionamento.

45 – 27/6/2005 O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) concede entrevista à Rádio Solar, de Juiz de Fora (MG). Relaciona os escândalos do mensalão, dos Correios e das casas de bingo ao assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT).

– É uma estrutura de corrupção, de caixa 2, que sustentou um grupo de dirigentes do PT durante muito tempo.

46 – 28/6/2005 Fecha o cerco a Marcos Valério. A Polícia Federal analisa documentos apreendidos nos setores de contabilidade das empresas do empresário, mas não há registros de transações com gado ou cavalos. Valério mencionou negócios no setor pecuário como justificativa para saques em dinheiro, no valor de R$ 20,9 milhões, efetuados no Banco Rural. As investigações constataram novos números: durante o

governo Lula, o patrimônio de Valério teria saltado de R$ 2 milhões para R$ 6,7 milhões.

Pecuaristas também estranham as alegações de Valério. R$ 20,9 milhões seriam suficientes para adquirir até 50 mil cabeças de bezerro de engorda, mas o nome de Valério é desconhecido no mercado de leilões de gado. Declaração de Daniel Bilk Costa, presidente do Sindicato Nacional dos Leiloeiros Rurais:

– Os poucos pecuaristas que têm mais de 5 mil cabeças de gado são conhecidos. Ninguém que gasta R$ 20 milhões, em dinheiro e à vista, fica no anonimato.

Dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural apontam que as agências de publicidade DNA e SMPB são donas de dez grandes fazendas no interior da Bahia. Apenas duas tiveram endereços cadastrados para correspondência. Um dos endereços não foi encontrado. O outro fica na sede de uma agência de publicidade.

Prossegue a devassa: a DNA foi multada em R$ 63,2 milhões pela Receita Federal, em novembro de 2004, por movimentação financeira incompatível com a receita da empresa. A agência movimentou R$ 268 milhões naquele ano, considerados muito mais do que poderia ter faturado com serviços de publicidade. Suspeita-se de dinheiro de caixa 2. As agências de Valério detêm cinco importantes contas de publicidade no governo Lula: Banco do Brasil, Eletronorte, Correios e Ministérios do Trabalho e do Esporte.

A secretária Fernanda Karina depõe no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Faz novas revelações:

– Quando o senhor Marcos ia a Brasília, sempre no dia ou no dia anterior eram sacadas grandes quantias de dinheiro, pela Geyza ou pelos boys. Os boys falavam que tinha saque de R$ 1 milhão. O dinheiro era levado para o departamento financeiro da agência, onde a Simone e a Geyza dividiam os maços e colocavam nas malas.

– O senhor Marcos passava na empresa e pegava as malas para levar no avião fretado. Algumas vezes, a Simone diz que ficava em um hotel em Brasília, dentro de um quarto, o dia todo, contando dinheiro. E era um entra e sai de homem que ela ficava muito cansada. Ela só contava dinheiro e passava para essas pessoas.

A funcionária Geyza Dias dos Santos trabalha no departamento financeiro da SMPB com a gerente Simone Vasconcellos. Simone também usava os quartos do Hotel Grand Bittar, em Brasília, onde se hospedava, para repartir o dinheiro que seria entregue. Os boys são Marquinhos e Orlando, cujo trabalho era retirar o dinheiro no Banco Rural ou no Banco do Brasil, e levá-lo à agência.

Fernanda Karina entrega a agenda de trabalho ao Conselho de Ética. Traz as anotações do período em que foi secretária de Valério. Aponta quatro encontros do empresário com o responsável pelo segundo cargo mais importante da Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República, o secretário-adjunto Marcus Vinicius di Flora. Há referências a Márcio Lacerda, secretário-executivo do ministro Ciro Gomes (PSB-CE). Lacerda ocupa o segundo cargo mais alto da hierarquia do Ministério da Integração Nacional. Outra anotação traz uma ordem de Valério. Era para deixar motorista à disposição de Delúbio Soares, sempre que ele estivesse em Belo Horizonte.

Apontamentos na agenda também registram encontros de Valério com os deputados José Mentor (PT-SP) e João Magno (PT-MG). Há uma ordem para a secretária presentear Marcus Vinicius di Flora e outro deputado, João Paulo Cunha (PT-SP), com canetas Mont Blanc. O nome do então tesoureiro nacional do PL, Jacinto Lamas, homem de confiança do presidente do partido, Valdemar Costa Neto (SP), aparece três vezes na agenda. E, por fim, outro representante do PT com quem Valério

se encontrava com certa freqüência: o diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato.

As retiradas de dinheiro, segundo Fernanda Karina:

– Os saques eram feitos antes de reuniões do senhor Marcos com os senhores Delúbio e Silvio Pereira, marcadas por mim nos hotéis Blue Tree Tower em Brasília, e Sofitel em São Paulo. O senhor Marcos só dizia que era para os amigos de Brasília.

A assessora especial do ministério da Casa Civil, Sandra Rodrigues Cabral, admite ter se reunido com Marcos Valério no Palácio do Planalto. Fala em "três, quatro ou cinco vezes", mas sempre para tratar do que seria uma candidatura a deputado do tesoureiro Delúbio Soares. Sandra dá entrevista na sede nacional do PT em São Paulo, depois de se reunir por uma hora com o presidente do partido, José Genoino, e com o próprio Delúbio.

– Não conversei concretamente com Marcos Valério nenhum assunto de governo.

Sandra não vê nada de errado em tratar a candidatura de Delúbio no Palácio do Planalto, sede do governo:

– O Planalto, no nosso governo, felizmente, é um palácio aberto. Não só à imprensa, como a qualquer outra pessoa que entra a qualquer hora. Meu gabinete é absolutamente aberto.

Após a entrevista, a assessora é afastada da Casa Civil.

A confusão entre público e privado parece não ter fim. Agora, são as duas revistas do cunhado do ministro Luiz Gushiken. Foram contempladas com publicidade oficial do governo. As desconhecidas Investidor Institucional e Investidor Individual, editadas pela também desconhecida Ponto de Vista Editorial, dobraram o faturamento graças à propaganda de empresas estatais.

As revistas de Luis Leonel, o cunhado, em 2002 já dispunham de anúncios de empresas estatais. Representavam 26% da publicidade das revistas. Em 2003, primeiro ano do mandato de Lula, com Gushiken no comando da Comunicação, a publicidade oficial passou a representar 47,3% do total de anúncios das revistas. Em 2004 o índice foi próximo: 45,5%.

Leonel nega-se a conversar com jornalistas. Renata, irmã de Gushiken, há dez anos é responsável pela parte administrativa. A irmã de Leonel, Elizabeth Leonel Ferreira, é casada com Gushiken. Tudo em família. Única declaração do cunhado:

– O parentesco não tem nada a ver com os anúncios.

47 – 29/6/2005 Apesar da resistência da base aliada do governo Lula, o Senado instala a CPI dos Bingos. Na CPI dos Correios, os governistas trabalham contra a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Marcos Valério. Mas o esforço é em vão.

Vencidos, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Maurício Rands (PT-PE) tentam impedir o depoimento de Valério na CPI. Vencidos mais uma vez, insistem na definição de uma pauta restrita, que limite o questionamento ao caso dos Correios. Não querem perguntas que vão além, muito menos indagações acerca de saques em dinheiro vivo e das amizades de Valério dentro do governo Lula e do PT.

Marcos Valério presta depoimento à Polícia Federal. Ao lado dele, três advogados para orientá-lo. Agora, Valério nega que usou dinheiro vivo para comprar gado, como havia declarado a Veja. Na nova versão, o dinheiro serviu para pagar

fornecedores de suas empresas, comprar ativos e distribuir lucros entre os sócios. Sem maiores detalhes.

Depois da Polícia Federal, Valério presta esclarecimentos à comissão de sindicância da Câmara dos Deputados. Não informa quais os "ativos" nos quais teria aplicado o dinheiro sacado. Sobre a entrevista a Veja, teria sido só uma "brincadeira".

Convidados pela segunda vez a depor na mesma comissão de sindicância, os petistas Delúbio Soares, Silvio Pereira e Marcelo Sereno não aparecem. Mais uma vez.

Vêm a público novos detalhes da agenda da ex-secretária de Marcos Valério, Fernanda Karina: em 3 de dezembro de 2003, dois dias antes de um encontro de Valério com o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, o empresário fez um saque de R$ 200 mil. Alguns dias depois, em 11 de dezembro, um novo encontro com Silvio Pereira. Na véspera, mais retirada, de R$ 120 mil.

Outra anotação, de outubro de 2003: mandar flores a Silvio Pereira. É um presente pelo nascimento da filha do secretário-geral. "Parabéns pela vinda de Luana. Que seja feliz", diz o recado, ditado por Valério.

A Justiça de Londrina (PR) decreta a indisponibilidade dos bens do deputado José Janene (PP-PR) e de outras 19 pessoas e seis empresas. Todos são acusados de realizar licitações fraudulentas e simulações em cartas-convites, para lesar a Prefeitura e dilapidar o erário público. De acordo com o Ministério Público, empresários recebiam sem prestar serviços e, em troca, pagavam propina. Numa das ações, Janene é acusado de receber R$ 25 mil.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o líder do PTB, deputado José Múcio (PE), confirma ter participado de um jantar em março de 2005 na casa de Roberto Jefferson (PTB-RJ), em Brasília. Estavam presentes José Genoino, presidente do PT, e os tesoureiros do PT e do PTB, Delúbio Soares e Emerson Palmieri. O encontro serviu para Jefferson pedir mais R$ 4 milhões ao presidente do PT. Com o dinheiro, acertaria a segunda parcela dos R$ 20 milhões prometidos pelo partido de Lula ao PTB, para gastos supostamente efetuados na campanha eleitoral de 2004.

Múcio também confirma uma reunião anterior, realizada em junho de 2004, na sede do PT, em Brasília, com a presença de Jefferson, Palmieri, Genoino, Delúbio e o secretário de comunicação do PT, Marcelo Sereno, para fazer o acordo dos R$ 20 milhões.

Até o jantar de março, Múcio desconhecia que o PT já havia repassado R$ 4 milhões para o PTB. Palavras dele:

– Foi quando ouvi falar nos R$ 4 milhões e quando o Roberto pediu outros R$ 4 milhões para regularizar a situação, porque ele tinha ficado numa situação extremamente desconfortável no partido, por causa do acordo não cumprido dos R$ 20 milhões. Ele disse: "Com R$ 4 milhões resolvo o problema".

Insinuação de Múcio: Jefferson teria ficado com R$ 4 milhões.

– Tenho quase certeza absoluta de que não chegou ao partido.

Prestam depoimento no Conselho de Ética, ainda, José Genoino e a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO). Genoino admite conhecer Marcos Valério:

– Eu estive apenas algumas vezes com ele, na sede do PT, para cumprimentar, numa relação social, na medida em que ele tinha relação mais próxima com o companheiro Delúbio Soares.

Raquel relata que recebeu telefonema de Alon Feuerwerker, assessor do ministro Aldo Rebelo (PC do B-SP), nos dias seguintes à entrevista na qual Roberto Jefferson (PTB-RJ) revelou a existência do mensalão.

– Ele disse que o objetivo era tratar de uma emenda minha de R$ 1 milhão.

As finanças do PT. A Folha de S.Paulo publica reportagem de Cláudia Trevisan, com revelações importantes. O partido do presidente Lula emprestou R$ 3,6 milhões do Banco Rural, em 2003. Detalhe: o PT não tinha sequer conta no Banco Rural antes de Lula vencer as eleições, em 2002. Em dezembro de 2004, o valor do empréstimo já atingira R$ 5,1 milhões. Outro detalhe: quando o PT conseguiu o financiamento dos R$ 3,6 milhões, estava com um patrimônio líquido negativo de R$ 4,2 milhões. A situação não recomendava que uma instituição financeira concedesse crédito.

Além do Banco Rural, o banco BMG. A Folha revela, ainda, que o segundo banco, também com sede em Belo Horizonte, emprestou outros R$ 2,4 milhões ao PT, em 2003. A dívida junto ao BMG foi atualizada e chegou aos R$ 2,7 milhões em 2004. O Banco do Brasil, por sua vez, o único credor do PT em 2002, aumentou os financiamentos ao partido. Em 2002, foram R$ 705 mil. Em 2003, R$ 1 milhão. Em 2004, R$ 3,5 milhões. Ao mesmo tempo, o patrimônio líquido do PT alcançava os R$ 24,7 milhões, negativos.

Mais um líder da base aliada do governo Lula vira manchete de jornal. É o deputado Pedro Henry (PP-MT), acusado de ser um dos beneficiários do mensalão. O jornal O Estado de S. Paulo relata um plano arquitetado por ele para comprar candidaturas adversárias, em 2004, com a finalidade de favorecer o irmão, Ricardo Henry (PP-MT), candidato a prefeito de Cáceres (MT). A estratégia de Henry: pagar pela desistência de candidatos de outros partidos.

A denúncia foi feita por um ex-aliado, o ex-policial militar Altamiro Ramos da Cruz. Sua função era desarticular os adversários. Para isso, tinha autorização para subornar com quantias de R$ 3 mil a R$ 5 mil. Valores acima desse patamar deveriam ser negociados com outro assessor, Hamilton Gurjão Brito. Ou diretamente com os irmãos Henry.

O repórter Ricardo Brandt conseguiu confirmar a acusação do ex-policial Altamiro. Uma professora desempregada, Wilma Araújo (PFL), moradora da periferia de Cáceres, confessou ter desistido da candidatura a vereadora por R$ 3 mil. Palavras dela:

– Eu sei que errei. Mas vai ser melhor assim, pois quem erra tem que pagar as conseqüências e estou disposta a pagar.

Altamiro acabou frustrado pela demora do dinheiro:

– Quando chegou, fui atrás das pessoas com quem tinha conversado, mas ouvi muitos “não”. Só consegui negociar com dois candidatos e fechar com um.

Além de Wilma, Altamiro conseguiu a desistência de Milene Garcia Sversuth, outra candidata a vereadora do PFL. Ela acabou nomeada para um cargo na Prefeitura, depois que Ricardo Henry ganhou a eleição.

48 – 30/6/2005 Roberto Jefferson no ataque. A Folha de S.Paulo publica novas acusações do presidente do PTB. Agora, um esquema de desvio de dinheiro engendrado na estatal Furnas Centrais Elétricas. A maracutaia envolveria o diretor de Engenharia da empresa, Dimas Toledo. Ele teria se reunido com Jefferson, na casa do deputado, em 13 de abril de 2005.

Jefferson diz à repórter Renata Lo Prete que "sobram" R$ 3 milhões por mês em Furnas. A operação teria sido relatada por Toledo. O dinheiro é dividido assim: R$ 1 milhão para o PT nacional, nas mãos do tesoureiro Delúbio Soares. R$ 1 milhão para o PT de Minas Gerais, levado ao partido pelo diretor de Administração de Furnas, Rodrigo Botelho Campos. O resto, dividido meio a meio: R$ 500 mil para a diretoria de Furnas, R$ 500 mil para alguns deputados que deixaram o PSDB rumo ao PTB.

Jefferson nomeiou três deputados desse grupo: Osmânio Pereira (MG), Salvador Zimbaldi (SP) e Luiz Piauhylino (PE), sendo que o último já se transferiu para o PDT. Coube ao grupo nomear o diretor de Finanças de Furnas, José Roberto Cesaroni Cury.

A história, confusa, vai até Lula. Jefferson explica: o PTB havia escolhido Francisco Pirandel para ser o diretor de Engenharia no lugar de Toledo. No loteamento do governo Lula, coube ao partido nomear o cargo ocupado por Toledo. Informado da "sobra" dos R$ 3 milhões por um Toledo que lutava para se manter no posto, Jefferson contou tudo ao ministro José Dirceu (PT-SP):

– Tudo o que o Dimas me explicou eu relatei depois ao Zé Dirceu. Ele confirmou que era isso mesmo. Percebi claramente que o Zé Dirceu estava jogando contra a nomeação do Pirandel.

A proposta de Dirceu, sempre segundo Jefferson:

– "Roberto, vamos resolver esse negócio por cima. Deixa o Dimas lá. A gente faz um acerto direto entre o PT e o PTB".

Jefferson aceitou. Em 26 de abril, no Palácio do Planalto, o último encontro de Jefferson com o presidente. Lula foi logo cobrando, não estava satisfeito com a situação em Furnas:

– "Roberto, por que está demorando tanto?"

Jefferson responde que estava sofrendo pressões, mas sem dar detalhes. E diz aceitar uma "solução de compromisso". Lula não quer:

– Nada disso. O Dimas vai sair.

Pouco mais de duas semanas depois, Veja publica a gravação em que Jefferson aparece como o chefe da corrupção nos Correios. Veio a crise do mensalão e a ministra Dilma Rousseff, então das Minas e Energia, manda suspender qualquer operação. Toledo fica.

Ante a matéria da Folha, com as denúncias de Jefferson, o Palácio do Planalto exonera todos os diretores de Furnas mencionados por Jefferson. Para diminuir o desgaste, uma nota da estatal pontua que os afastados "solicitaram licenças de seus cargos, até que as apurações necessárias estejam concluídas". Caem Toledo, com 35 anos de Furnas, José Roberto Cesaroni Cury e Rodrigo Botelho Campos, ex-vice-presidente da CUT, indicado do PT.

Em mais uma sessão tumultuada, Jefferson presta depoimento à CPI dos Correios. Admite que pediu dinheiro ao então diretor de Administração dos Correios, Antônio Osório:

– Eu pedi a ele que, se possível, na relação com qualquer empresário privado, ele pudesse no final ajudar o caixa oficial do partido.

Jefferson também chama a si a responsabilidade sobre os R$ 4 milhões que, segundo ele, foram repassados ao PTB pelo PT. Recusa-se a dar nomes de supostos beneficiários do dinheiro.

– Não admito que o partido pegou, morre comigo a informação. Não vou prejudicar inocentes, recebo na pessoa física, por omissão do presidente do PT e erro meu.

O foco do depoimento, o pagamento de mensalões:

– Na raiz do mensalão está o troca-troca de partido. Até luvas de R$ 1 milhão e financiamento de R$ 30 mil de taxa de manutenção nós já temos.

– O senhor Marcos Valério, versão moderna e macaqueada do senhor PC Farias, sacava R$ 1 milhão por dia nas contas do Banco Rural. Ou sacava em Minas Gerais ou no prédio do banco no Brasília Shopping, no nono andar, onde muitos assessores dos que recebem mensalão, que estão registrados na portaria, subiam até o escritório do banco para receber R$ 30 mil, R$ 40 mil, às vezes R$ 20 mil ou até R$ 60 mil.

– Tem que procurar no Banco do Brasil também, porque recordo que, dos recursos que recebi do PT, 60% eram notas etiquetadas do Banco do Brasil.

Jefferson chuta o pau da barraca:

– Não há, povo do Brasil, cidadãos do Brasil, eleição de deputado federal que custe menos de R$ 1 milhão ou de R$ 1,5 milhão. Mas a média, aqui na CPI e na Câmara, na prestação de contas, é de R$ 100 mil. Não há eleição de senador que custe menos que R$ 2 milhões ou R$ 3 milhões, mas a prestação de contas, na média, é R$ 250 mil. Esse processo começa na mentira e deságua no PC Farias, nos outros tesoureiros e, agora, no senhor Delúbio e no senhor Valério.

– É de deixar a gente perplexa. Ou alguém tem dúvida que a campanha mais rica de 2002 foi a campanha do PT? A mais milionária, a mais poderosa de todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí? E as declarações da Justiça Eleitoral não traduzem a realidade. Nem a minha, porque é igual à dos senhores.

– Participei no passado de uma CPI, a CPI do PC, como advogado. Tentei fazer naquela CPI o que vi ontem aqui por parte de alguns políticos: impedir que as investigações avançassem. Procurei evitar que os fantasmas do PC Farias pudessem viver à luz do dia. E, nessa inversão de papéis, vi que muitos que ontem exorcizavam tais fantasmas agora estão caçando eles. Só que não são mais os fantasmas de PC. São os fantasmas do Delúbio e do Marcos Valério.

PC Farias é pinto perto do que se vê de corrupção no PT.

O deputado Henrique Fontana (PT-RS) acusa Jefferson de ter servido "ao mais corrupto governo da história do Brasil, o de Fernando Collor". Diz Jefferson:

– Servi também ao de vossa excelência!

E vai em frente:

– Não tente empurrar nada para o PTB. No Rio Grande do Sul, o governo do PT viveu o escândalo do apoio dos bicheiros e tentou jogar tudo para debaixo do tapete. Bicheiros e Waldomiro Diniz são coisas do PT.

– O PT, que fez da ética e da moralidade a sua bandeira, rasgou agora a bandeira. A mim isso não traz felicidade. Chafurdou, se sujou como os outros no passado, nos quais atirou pedra. E para que isso não se repita temos de enfrentar a raiz do financiamento eleitoral. Esses fantasmas que ficam rondando o poder, Delúbio, PC Farias, Valério, é sempre a mesma prática.

– Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato. Já passei dele. Não vim perorar pelo deputado, absolutamente. Enfrento uma luta aqui como cidadão, como homem, como chefe de família. Saio do Congresso da maneira que entrei, pela porta da frente. Ninguém vai me colocar de joelhos e com o rabo entre as pernas. Ninguém vai me acanalhar. Não faço papel do herói, porque não sou melhor que os senhores, sou igual. Não faço papel de vilão porque não sou, porque os senhores e senhoras não são melhores do que eu.

Já no final do depoimento, mais uma denúncia: Marcos Valério, em reunião intermediada pelo tesoureiro Delúbio Soares, ofereceu um negócio que renderia R$ 100 milhões ao PT e ao PTB. Uma operação no coração do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Jefferson tinha de convencer o presidente do IRB, Luiz Appolônio Neto, a fazer

uma transferência de US$ 600 milhões de aplicações do IRB. Appolônio Neto fazia parte do círculo de influência de Jefferson. A comissão do negócio, os tais R$ 100 milhões:

– O Marcos Valério pediu que eu influenciasse na operação de transferência de US$ 600 milhões de uma conta que o IRB tem no exterior, não sei se na Inglaterra ou na Suíça, para o Banco Espírito Santo, em Portugal.

A proposta de Valério foi feita em abril de 2005, na sede do PTB, em Brasília. O Banco Espírito Santo teria interesses no Brasil. Jefferson conta que, em seguida, telefonou para José Genoino, o presidente do PT. Contou-lhe o que ouviu. Disse:

– "Zé, esse cara é doido, ele acha que chove dinheiro, que dinheiro dá em árvore."

Resposta de Genoino:

– Fica tranqüilo, que ele resolve.

A transação acabou não se realizando.

O gerente responsável pelo Banco Rural em Brasília, Lucas Silva Roque, confirma declarações de Jefferson. Valério movimentou mesmo dinheiro na agência do Brasília Shopping:

– As pessoas que negociavam com ele freqüentavam a agência, mas tudo que ocorreu aqui foi na maior normalidade e em conformidade com as regras do Banco Central.

Nos registros da portaria, os nomes de Valério, de seu sócio e advogado Rogério Tolentino, de João Cláudio de Carvalho Genu, chefe de gabinete do deputado José Janene (PP-PR), e de Eujaci Moreira Santos, assessor do deputado João Leão (PL-BA).

O presidente do Sindicato dos Reflorestadores do Pará, Mário Rubens de Sousa Rodrigues, acusa Maria Joana de Rocha Pessoa, assessora da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ela teria arrecadado até R$ 2 milhões por meio de caixa 2. O dinheiro irrigou a campanha da senadora à Prefeitura de Belém.

A denúncia: o gerente executivo do Ibama (Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em Belém, Marcílio de Abreu Monteiro, ex-marido da senadora, cobrou propina de madeireiros, em troca de uma permissão para retirar madeira da floresta amazônica. A proposta não foi cumprida. Ana Júlia estaria ameaçada de morte.

O TCU (Tribunal de Contas da União) e a CGU (Controladoria-Geral da União) contestam a liberação de R$ 760 mil da Petrobrás, Correios e Caixa Econômica Federal, para a festa de 20 anos da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT). O evento ocorreu em 2003. A notícia, do jornal O Estado de S. Paulo.

O relatório da CGU lista "impropriedades" nos contratos firmados pela Petrobrás. A estatal bancou R$ 580 mil da festa. Para os auditores, houve "ausência de análise prévia de custo-benefício da contratação". O patrocínio foge do objeto social da Petrobrás.

49 – 1/7/2005 O prefeito de Itaboraí (RJ), Cosme José Salles (PT), institucionalizou o próprio mensalão. Está na Folha de S.Paulo. Lei municipal de dezembro de 2004 estipula: o salário do prefeito deve ser equivalente a 0,5% da receita obtida pela cidade. Dá para imaginar o resultado. Em Itaboraí, município pobre, 70% da população não têm esgoto, 90% das ruas são de terra e a renda per capita é de R$ 202,29. Já o salário do prefeito petista... Em janeiro de 2005, R$ 28.978,00. Em

fevereiro, R$ 27.562,00. Março, R$ 24.228,00. Abril, R$ 33.060,00. E, em maio, R$ 33.153,00.

A Folha tenta entrevistar o prefeito. Não consegue. Faz uma semana que Salles, de acordo com sua assessoria, está “incomunicável”. Está longe, pescando com amigos no Pantanal. Publicada a matéria, o prefeito apressa-se em explicar. Mandou ofício à Câmara Municipal, pedindo salário fixo. De R$ 15.000,00.

50 – 2/7/2005 A revista Veja traz detalhes de uma “sociedade secreta” entre Marcos Valério e o PT. A reportagem de Alexandre Oltramari conta a história do empréstimo de R$ 2,4 milhões do BMG ao PT. A operação foi avalizada por José Genoino, Delúbio Soares e Valério. O empréstimo, de fevereiro de 2003, não foi pago pelo PT. O partido acabou socorrido por Valério. O empresário pagou uma das parcelas da dívida, no valor de R$ 350 mil.

De posse dos documentos que comprovam a transação, Veja pergunta ao presidente do PT. Valério assinou aval para o partido? Com a palavra, Genoino:

– Não sei de nada disso, não. Eu tenho de me informar. Acabei de descer do avião... Acho que não tem isso. Vou me informar. Me liga em uma hora.

Uma hora depois, na sede do PT em São Paulo:

– Olha, não tem isso, não. O que temos com o Marcos Valério são dívidas de campanha de políticos que ele fez para a gente como publicitário.

– Ele nunca foi avalista do PT em alguma operação bancária?

– Nunca. Ele nunca foi avalista do PT. Não tem isso, não.

Para Veja, uma “transação comprometedora”. Afinal, as agências de publicidade de Valério dispõem de contratos com o governo federal avaliados em R$ 144,4 milhões. Da reportagem:

“Isso mostra a existência de um ciclo conhecidíssimo, mas que raramente se consegue trazer à luz com tanta nitidez como agora: o dinheiro sai dos cofres públicos, faz uma escala na conta da agência de publicidade e acaba aterrissando no caixa do PT.”

Para entender melhor:

“No início do ano passado, a empresa de participações de Valério, a Graffiti, que controla a agência de publicidade DNA, contraiu um empréstimo de mais de R$ 15 milhões e deu como garantia a receita de um contrato publicitário que, pouco antes, fora firmado entre a SMPB e os Correios.”

O repórter quis ouvir Valério. Ele havia negado em entrevista anterior que dera aval ao PT. Quem fala, porém, é o advogado e sócio, Rogério Tolentino:

– Por orientação dos advogados, ele não vai fazer nenhuma afirmação que possa conflitar com a defesa. Por isso, ele não pode confirmar, desmentir nem dar nenhum esclarecimento.

Veja também procurou a direção do BMG, para saber por que o banco não executou as garantias do empréstimo. Afinal, a operação não fora quitada pelo PT. A explicação, em nota:

“A direção do BMG não pode comentar as informações levantadas pela revista em respeito à lei do sigilo bancário.”

As investigações avançam. Marcos Valério está no olho do furacão. Existem coincidências entre saques de dinheiro no Banco Rural e o troca-troca partidário. O dinheiro saia do Banco Rural, os deputados saiam da oposição. Ingressavam na base aliada do governo Lula, em quatro partidos: PTB, PL, PP e o próprio PT.

Dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) indicam retiradas de R$ 6,4 milhões, entre agosto e outubro de 2003. Foi

um período de grande migração partidária. As bancadas dos quatro partidos governistas ganharam 16 deputados. O crescimento da base aliada prosseguiu. No final, no PL a bancada subiu de 26 para 52 parlamentares. No PTB, de 26 para 47. No PP, de 49 para 55.

O fenômeno também ocorreu nos Estados. Mato Grosso é um bom exemplo. O deputado Pedro Henry (PP-MT), um dos líderes da base do governo Lula, conquistou quatro deputados estaduais, 12 prefeitos e 100 vereadores para o PP.

51 – 3/7/2005 Filho do presidente Lula é funcionário fantasma do PT. Os repórteres Lílian Christofoletti e José Alberto Bombig, da Folha de S.Paulo, descobrem que Sandro Luís Lula da Silva, contratado por R$ 1.522,00 pelo diretório do PT em São Paulo, prestava "serviços à distância".

Sandro Luís foi empregado do partido durante mais de três anos. Nos últimos dois anos e meio, desde que o pai virou presidente da República, segundo a assessoria do PT, passou a prestar serviços em sua casa, em São Bernardo do Campo (SP). A reportagem entrevistou oito funcionários do diretório. Eles afirmaram que nunca viram Sandro Luís na sede do partido.

A Folha ouviu às mais diversas explicações. Numa primeira versão, o PT informou que o filho do presidente nunca trabalhara lá. Depois, alegou que o rapaz deixara de ser funcionário em meados de 2002. E, por fim, o PT afirmou que ele foi desligado dos quadros do partido "há uma ou duas semanas". Mais transparência, impossível...

O jornal entrevista o presidente do diretório, Paulo Frateschi:

– Ele não ia todos os dias. Às vezes, aparecia um dia por semana, um dia por mês. Ele não precisa ir ao diretório para trabalhar. Trabalha na casa dele, até porque precisa apenas de um computador para realizar o serviço.

O programa Fantástico, da TV Globo, conta a história de uma mala de dinheiro entregue ao deputado José Borba (PMDB-PR), líder do partido na Câmara. Borba freqüentou a agência do Banco Rural, no Brasília Shopping Brasília, em dezembro de 2003. Lá se deram saques em dinheiro vivo do mensalão.

Relato de Fernanda Karina, a ex-secretária de Marcos Valério, entrevistada pelo Fantástico: Valério se encontrou com Borba três ou quatro vezes, em Brasília. E levou uma mala de dinheiro para o deputado. Diz Fernanda Karina:

– Uma vez, eu me lembro que o senhor Marcos saiu com uma mala e foi para Brasília no avião do Banco Rural. E eu sabia que nessa mala tinha dinheiro. Ele pediu para eu ligar para o José Borba e depois para Delúbio ou Silvio Pereira, para dizer que estava indo para Brasília encontrar José Borba.

Borba nega conhecer Valério:

– Nunca houve contato, nenhum encontro.

52 – 4/7/2005 Cai Silvio Pereira, o secretário-geral do PT. Silvinho, como é conhecido, disfarça o afastamento do partido com um pedido de licença. Na verdade, foi obrigado a se desligar do PT. Acusado de organizar a distribuição de cargos no governo Lula, Silvinho nunca ocupou um cargo público na administração federal. Mesmo assim, costumava despachar com freqüência dentro do Palácio do Planalto. Era ligado ao deputado José Dirceu (PT-SP) e ao Campo Majoritário, a facção petista do presidente Lula.

Silvinho teve papel importante no processo que culminou com a expulsão da senadora Heloísa Helena (AL) e dos deputados Babá (PA), João Fontes (SE) e Luciana

Genro (RS) dos quadros do PT. Todos foram acusados de indisciplina partidária. Por outro lado, Silvinho defendeu a permanência no PT do governador Flamarion Portela (RR), apesar das acusações de desvio de verba que pesavam contra ele. O governador acabou cassado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Ultimamente, em meio à crise, Silvinho vinha repetindo que ficara isolado dentro do PT, embora garantisse que suas ações tenham sido decorrentes de orientações da própria cúpula do partido.

Mais lenha na fogueira. A imprensa põe as mãos em relatório de prestação de contas do PT, datado de 2004. O documento foi registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Em dois anos, o partido do presidente Lula reconheceu que fez empréstimos de R$ 28 milhões junto ao Banco do Brasil, Banco Rural e BMG. O BMG entrou com R$ 2,4 milhões, cujos detalhes foram revelados por Veja. O Banco Rural, com outros R$ 5,1 milhões. E o restante, R$ 20,6 milhões, veio do Banco do Brasil, sendo a maior parte em contratos de leasing, para comprar dez mil computadores e impressoras para os diretórios do partido.

A oposição estranha a relação entre o partido do presidente da República e o Banco do Brasil, que se recusa a divulgar garantias, avalistas, taxas de juros ou quaisquer dados sobre os contratos assinados com o PT. O Banco do Brasil também se nega a informar se as parcelas do empréstimo vêm sendo pagas pelo partido. Alega sigilo bancário. Balanço do próprio PT, porém, acerca do patrimônio líquido da sigla no final de 2004, fala em R$ 24 milhões negativos.

Outra revelação: apesar das dificuldades para saldar a operação de crédito de R$ 2,4 milhões feita em 2003, o BMG destinou mais da metade das suas doações para campanhas eleitorais, em 2004, ao PT. Os dados são do TSE. Dos 26 candidatos que receberam R$ 795 mil do BMG naquele ano, 20 pertencem ao PT. Ficaram com R$ 505 mil da bolada.

Mais Marcos Valério. A Folha de S.Paulo apura que as agências DNA Propaganda e SMPB Comunicação, de Valério, registraram depósitos bancários de R$ 500 milhões em 2004:

"Especialistas do meio publicitário ouvidos pela reportagem calculam, com base em estimativas de gastos das duas agências com a compra de espaço para veiculação de comerciais, que os ingressos de recursos nas contas da DNA e da SMPB são três vezes superiores ao que poderia ser justificado com a atividade de publicidade e propaganda em 2004."

Em quatro anos, o governador do Acre, Jorge Viana (PT), aumentou os gastos de publicidade de R$ 4 milhões para R$ 27,4 milhões. Foram feitos 13 termos aditivos, que significaram aumento de 585% nas despesas com propaganda.

O contrato do Acre com a Asa Comunicação, cuja sede fica em Belo Horizonte, foi firmado pelo publicitário Paulo Vasconcelos do Rosário Neto, que dirigiu a DNA de Valério. Entre os diretores da agência, o ex-candidato a deputado Américo Antunes (PT-MG).

No editorial "O amigo publicitário", a Folha afirma que "a promiscuidade entre a vida financeira das empresas de Marcos Valério e a do PT tornou-se flagrante":

"O episódio não é apenas constrangedor. Trata-se de uma acintosa violação aos mais elementares princípios republicanos. O fato de um publicitário responsável por contas de órgãos governamentais pagar dívida do partido do presidente da República já é, em si, um escândalo."

A Agência Reuters divulga tabela com o cruzamento de dados apurados pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda). Há uma coincidência entre votações importantes no Congresso Nacional, com a aprovação de projetos de interesse do governo Lula, e saques de dinheiro das contas das empresas de Marcos Valério.

Foram R$ 21 milhões em retiradas, durante dois anos. Média de um mensalão de R$ 30 mil por dia. Nas datas de votação de projetos importantes para o governo, os saques diários subiam para R$ 106 mil.

O levantamento: a votação em segundo turno da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, em 24 de setembro de 2003, coincidiu com retiradas de R$ 1,2 milhão, nos dias 23, 25 e 26 daquele mês. Em dezembro de 2003, a Reforma Tributária foi aprovada pelo Senado. Houve um novo pico de saques, que chegou a R$ 2,8 milhões, em janeiro de 2004.

Em março de 2004, o governo precisou de apoio para neutralizar as investigações sobre o caso Waldomiro Diniz. Também queria aprovar uma Medida Provisória contra as casas de bingo, para sinalizar que não compartilhava das irregularidades. As retiradas no período: R$ 1 milhão. Em seguida, um total de R$ 700 mil, nos dias em que o Congresso debatia e aprovava o novo salário mínimo.

Mais uma coincidência: a aprovação da Medida Provisória que deu status de ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ocorreu em 1º de dezembro de 2004. Graças a ela, Meireles ficou com foro privilegiado para se defender de denúncias de crime eleitoral, evasão de divisas, sonegação e lavagem de dinheiro. Dois dias antes, saques de R$ 480 mil no Banco Rural.

Luiz Gushiken, o ministro responsável pela Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República, é a bola da vez. A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás, rompe um contrato, firmado sem licitação, com um consórcio de empresas que inclui a Globalprev. A sede da Globalprev fica na casa de Elizabeth Leonel Ferreira, mulher de Gushiken, em Indaiatuba (SP). Elizabeth recebe aluguel pelo uso do imóvel da empresa que, até o final de 2002, tinha o nome de Gushiken Associados, funcionava no mesmo local e era dirigida pelo ministro.

Gushiken deixou a sociedade para assumir o cargo de primeiro escalão no governo Lula. Os sócios da Globalprev, porém, são os mesmos que trabalhavam na época da Gushiken Associados. Inclusive Wanderley José de Freitas, um ex-assessor do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo.

A Globalprev, assim como a Gushiken Associados, é especializada na preparação de planos de aposentadoria. Com a suposta influência exercida por Gushiken junto aos fundos de pensão, a empresa teria crescido mais do que qualquer outra empresa do ramo de previdência complementar.

Com Gushiken ministro, a Globalprev assinou seis contratos em 2003, com os seguintes fundos de pensão: além do Petros, Previ (Banco do Brasil), Portus (Sistema Portuário), Cifrão (Casa da Moeda), Capaf (Banco da Amazônia) e Postalis (Correios).

Os números: em 2002, antes do governo Lula, a Gushiken Associados faturou R$ 645 mil. Em 2003, com Gushiken ministro, a Globalprev teve faturamento de R$ 1 milhão. Em 2004, R$ 1,9 milhão. E, nos primeiros cinco meses de 2005, R$ 968 mil.

53 – 5/7/2005 Cai Delúbio Soares, o tesoureiro do PT acusado por falcatruas. O afastamento é disfarçado de pedido de licença. Delúbio desliga-se do PT, mas trata de proteger o presidente do partido, José Genoino. Isenta-o de qualquer responsabilidade

nas decisões da área financeira do partido. E manda a surrada cantilena: acusa "conservadores" e "setores da direita" pelo escândalo. Insiste: tudo não passa de manobra, cuja orquestração tem o objetivo de aprovar o impeachment de Lula.

Integrante do Campo Majoritário do PT, Delúbio é considerado por correligionários e gente do próprio governo um "homem-bomba". Sabe demais. Sempre teve ligações fortes com Lula. A amizade com o presidente vem dos tempos de sindicalismo. Foi dirigente da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT). Em 2000, entrou para a executiva do PT. Lula era o presidente de honra do PT.

No auge do escândalo, não escondeu que Lula foi o autor do pedido para que continuasse tesoureiro do PT. Delúbio queria ocupar um cargo no governo federal. Como tesoureiro, fazia contatos com empresários e pedia dinheiro para o caixa do PT. Próximo de Lula, participou de reuniões no Palácio do Planalto. Sem ocupar cargo no governo, foi convidado para eventos oficiais. Esteve na comitiva que acompanhou Lula em viagem à África.

O líder do PMDB na Câmara, deputado José Borba (PR), volta atrás e agora admite conhecer Marcos Valério. Borba, aliado do governo Lula, divulga nota à imprensa para refutar qualquer comportamento ilegal. O resultado é desastroso. Termina acusando Valério de negociar cargos no governo. A repercussão do caso faz ele perder o cargo de líder do PMDB. A nota de Borba:

"Nunca recebi do senhor Marcos Valério qualquer numerário ou recursos financeiros, limitando-se o relacionamento ao fato de que o mesmo fazia parte do grupo do PT, que exercia efetiva influência político-administrativa junto ao governo federal."

"O meu relacionamento com líderes do PT, integrantes de sua executiva nacional e o senhor Marcos Valério sempre foram delimitados pela tratativa da ocupação de cargos públicos, em razão de pleitos de integrantes de nossa bancada, sendo leviana e politiqueira qualquer especulação de favorecimento financeiro a deputados do PMDB."

"O que discuti com dirigentes do PT e o senhor Marcos Valério é o que lideranças partidárias discutem hoje e sempre discutiram em todos os governos, a nomeação de seus partidários para cargos na administração."

O escândalo do mensalão. Jacinto Lamas, tesoureiro do PL nos dois primeiros anos do governo Lula, esteve 15 vezes na agência do Banco Rural no Brasília Shopping. As visitas foram registradas no sistema de segurança do edifício. E nove das vezes coincidiram com saques que totalizaram R$ 2,3 milhões.

Lamas freqüentava o Banco Rural nos horários em que as agências bancárias estão fechadas, no começo da manhã ou no período noturno. O sistema de segurança também registrou o nome de Alexandre Chaves Rodrigues, motorista do então presidente do PTB, José Carlos Martinez. Ele esteve na agência em 14 de janeiro de 2004, mesmo dia de uma retirada de R$ 250 mil em dinheiro.

O Congresso instala a CPI do Mensalão. Mais uma derrota do governo. Durante os últimos dez dias, a bancada governista, orientada pelo Palácio do Planalto, tentou atirar em outra direção e impedir a nova comissão de investigação. Em seu lugar, propunha apurar a compra de votos, com a alegação de que era preciso investigar a reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorrida em 1998. Agora, com três CPIs em funcionamento, muda a tática do governo. A base aliada parte para confundir investigações, tumultuar o processo, dispersar trabalhos e cansar a opinião pública, desmoralizando as comissões.

Em depoimento à CPI dos Correios, Edgard Lange, agente da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), afirma que recebeu ordens para investigar irregularidades nos Correios. Foi no início de abril de 2005, mas as atividades foram suspensas 40 dias depois, logo após a descoberta de indícios de corrupção na Diretoria de Tecnologia. O cargo era ocupado por Eduardo Medeiros, cuja indicação foi atribuída a Silvio Pereira. Fazia parte da cota de cargos do PT nos Correios.

O Brasil, espantado, assiste a mais uma dança de números milionários. São números do governo Lula. Relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda), em poder da CPI dos Correios, indica que a agência DNA Propaganda recebeu, durante a administração federal petista, R$ 419,2 milhões em depósitos, numa conta do Banco do Brasil em Belo Horizonte. A metade do dinheiro, R$ 219 milhões, depositada irregularmente, sem a identificação de origem dos recursos.

O expediente contraria a lei de combate à lavagem de dinheiro, que obriga o banco a obter declaração dos clientes sobre a origem de depósitos com valores superiores a R$ 100 mil. A informação precisa ser registrada no Banco Central. O relatório do Coaf também identificou, no último ano, uma movimentação de R$ 5,5 milhões, em dinheiro vivo. A quantia passou por uma conta da SMPB Comunicação, numa agência do Banco Bradesco em Belo Horizonte. Marcos Valério obtém habeas-corpus para depor na CPI dos Correios, sem correr o risco de ser preso.

54 – 6/7/2005 Marcos Valério depõe na CPI dos Correios. Nega conhecer o mensalão. Nega envolvimento em quaisquer irregularidades. Não satisfaz. Alega que pagou “fornecedores” com saques em dinheiro vivo de R$ 20,9 milhões. Tampouco convence quando diz que “a amizade por Delúbio” foi o motivo que o levou a ser avalista do empréstimo bancário de R$ 2,4 milhões para o PT. Os parlamentares fazem graça da versão. Temendo a execução da dívida, Valério resolvera pagar uma das parcelas do empréstimo, no valor de R$ 350 mil.

Valério admite ter se reunido com o presidente do Banco Rural e o então ministro José Dirceu (PT-SP), no Palácio do Planalto. Rechaça a hipótese de ter sido beneficiado em licitação que escolhia a agência de publicidade para atender os Correios. E quando lhe perguntam se fez doações para campanhas eleitorais, responde:

– Se fiz alguma doação, foi dentro da lei... Doação, que me lembre, não. Como pessoa física, não fiz nenhuma doação.

Os empréstimos de R$ 20,6 milhões do Banco do Brasil para o PT derrubam dois altos dirigentes do banco. Caem o vice-presidente de Finanças, Luis Eduardo Franco de Abreu, ligado ao PT, e o vice-presidente de Varejo, Edson Monteiro O governo procura aliviar, alegando que não houve irregularidades. A verdade, porém, é que o banco oficial ficou em maus lençóis. Aprovou operações de crédito vultosas ao partido do presidente da República.

De novo o Coaf. Vem à tona que um procurador da Fazenda Nacional, Glênio Guedes, recebeu R$ 902 mil de Marcos Valério. Foram duas transferências, no final de 2003: uma de R$ 782 mil, outra de R$ 120 mil. À CPI, Valério disse ter conhecido o procurador num clube. Faz cinco dias, porém, que o caso já repercute nos bastidores. Guedes foi afastado do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Motivo: deu parecer a favor do arquivamento de um processo contra o Banco Rural. O jornalista Gilberto Alípio Mansur admite ter recebido R$ 300 mil da SMPB, por serviços

prestados à agência de Valério. Suspeita-se que ele intermediou um encontro de Valério com a direção da Editora Três, que publica a revista Isto É, supostamente para que não fosse publicada uma entrevista com Fernanda Karina.

Divulgado o ranking do Ibope/Monitor. Além da DNA Propaganda, traz outra agência com crescimento surpreendente. É a Duda Mendonça, pertence ao marqueteiro de Lula. É dona de contas importantes no governo. O faturamento subiu de R$ 32,6 milhões para R$ 78,5 milhões.

O tesoureiro do PPS paulistano, Ruy Vicentini, volta ao ataque. Ele entrega ao Ministério Público os nomes de doleiros e de empresas de câmbio que, segundo ele, fizeram lavagem de dinheiro e operações com o objetivo de entregar dinheiro do PT a vereadores de São Paulo, a fim de garantir maioria parlamentar à ex-prefeita Marta Suplicy (PT) na Câmara Municipal.

Vicentini acusa o deputado José Mentor (PT-SP), na época vereador e líder do governo municipal. Ele seria o encarregado de aliciar vereadores para o esquema. Denuncia também o vereador Arselino Tatto (PT), que tinha o papel de "prover os vereadores de fundos":

– Criou-se um ordenado extra para os vereadores, denominado mensalão. Não tinha um valor fixo. As quantias eram acertadas com os vereadores, conforme os projetos.

Vicentini afirma ter ouvido relatos do ex-chefe da Assessoria Parlamentar da Secretaria de Governo, Mario César Aga, sobre o esquema de compra de votos. Diz o tesoureiro:

– Mario Aga falava que o esquema na Câmara Municipal era de grana e que não tinha mais jeito de outra negociação. Se a Prefeitura quisesse parar alguma investigação sobre a administração era na base do dinheiro, e que cada votação tinha um valor.

Vicentini cita os ex-secretários municipais Rui Falcão, Carlos Zarattini e Valdemir Garreta, todos do PT:

– O secretário de Governo da dona Marta, Rui Falcão, organizou, a partir de seu gabinete, o caixa único. O Zarattini e o Garreta arrecadavam o dinheiro dos empresários de ônibus e do lixo e o que sobrava era enviado para o gabinete do José Dirceu.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), acusado por Roberto Jefferson (PTB-RJ) de ser um dos operadores do mensalão, admite que se reuniu com Delúbio Soares e Silvio Pereira para fazer "negociações políticas".

Rodrigues lista as nomeações que fez no governo Lula: dois diretores da Companhia Docas do Rio, um diretor do Serviço de Patrimônio da União, o diretor-administrativo do Portus, o fundo de pensão do sistema portuário, e um diretor do Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes).

Em entrevista à Rádio Jovem Pan de São Paulo, Roberto Jefferson (PTB-RJ) afirma que mais de 100 parlamentares recebiam o mensalão:

– Chegou para mim que tinha até deputado que batia a mão no bolso para dizer: "Esse dinheiro que eu estou gastando aqui é do Delúbio".

55 – 7/7/2005 E surge mais um empréstimo guardado em segredo pelo PT. O site da revista Época na internet divulga uma operação de crédito no Banco Rural, em

maio de 2003, no valor de R$ 3 milhões. O PT é o beneficiário, e o avalista do empréstimo, mais uma vez, o empresário Marcos Valério. Ele assina a transação com o presidente do PT, José Genoino, e com o tesoureiro Delúbio Soares.

A reportagem de Época é assinada pelos repórteres Ricardo Mendonça e Eliane Brum: “As novas revelações caíram como um petardo sobre a imagem pública do PT. E, da porta para dentro, o partido implodiu. Quando surgiu o primeiro empréstimo garantido por Valério, no BMG, Genoino negou sua existência depois de consultar o tesoureiro Delúbio Soares. Desmentido publicamente e desgastado, Genoino entrou em depressão e se confessou magoado com Delúbio, que não o teria informado corretamente. Na quinta-feira, quando foi procurado por Época para falar do novo empréstimo, a respeito do qual novamente não tinha o que explicar, o presidente do PT deixou a mágoa de lado e passou a xingar Delúbio pelos cantos do partido, em São Paulo”.

Fernanda Karina, a ex-secretária de Marcos Valério, presta depoimento à CPI dos Correios. Reafirma denúncias e trata do relacionamento de Valério com o deputado José Mentor (PT-SP). O petista foi o relator da CPI do Banestado, uma comissão encarregada de investigar remessas ilegais de dinheiro para o exterior:

– Uma vez, quando Mentor telefonou com uma notícia sobre a CPI do Banestado, o senhor Marcos Valério mandou que eu pegasse as 25 pastas suspensas em que ele guardava notas fiscais e de investimentos e picotasse tudo. Foram feitos quatro sacos de papel picado. O Marcos Valério só saiu da minha frente quando eu tinha picado tudo.

Sobre a logística dos saques de dinheiro vivo no Banco Rural, em operação determinadas por Valério e tocadas por Simone Vasconcelos, pessoa de estrita confiança do empresário:

– A Simone ligava, avisando que os boys iam passar no banco e a agência abria mais cedo. Eram dois ou três boys que se dirigiam ao banco para dar garantia, em caso de assalto. Acontecia pelo menos uma vez por semana. O dinheiro era acomodado em valises tipo 007, que ficavam no departamento de finanças da agência.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), quer a confirmação de que o dinheiro ia mesmo para parlamentares no Congresso Nacional. Fernanda descreve o procedimento de Valério:

– Ele falava algumas vezes com o Delúbio e depois ligava para outras pessoas, falando: “Olá, deputado. Amanhã vou estar em Brasília”. Um dia que eu o ouvi falando isso teve um saque, e ele viajou no dia seguinte.

Movimentação bancária de Valério intriga a CPI e dá pistas sobre os caminhos da corrupção. Trata-se de um crédito de R$ 2,4 milhões, seguido de um débito no mesmo valor. A operação foi mapeada pela Receita Federal. Ocorreu no BMG, em nome da Graffiti Participações, empresa de Valério, em 14 de julho de 2004.

O curioso é o valor do crédito, praticamente o mesmo da dívida de R$ 2,4 milhões, contraída em fevereiro de 2003 pelo PT, com o aval de Valério, no mesmo BMG. Outra coincidência: naquele mesmo 14 de julho de 2004, Valério pagou R$ 350 mil da dívida do PT junto ao BMG. E mais: o imposto de renda da Graffiti não faz menção à origem do dinheiro, nem dá qualquer justificativa para o depósito de R$ 2,4 milhões na conta da empresa.

Manifestações e protestos contra a corrupção pipocam pelo país. A Câmara dos Deputados rompe parceria com a SMPB. A agência de Valério havia sido contratada

por R$ 9 milhões em 2003, quando o presidente da Câmara ainda era o deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Durante a vigência do contrato, o petista assinou dois aditivos, autorizando mais R$ 4,7 milhões para publicidade.

Antes de anunciar o fim dos serviços da SMPB, o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), já havia autorizado mais R$ 8,2 milhões para a agência de Valério. Um dos serviços da SMPB sob suspeita, ainda na gestão de Cunha: duas pesquisas de opinião, no valor de R$ 757 mil. A pretexto de aferir a imagem da população sobre o legislativo, foram encaixadas perguntas de cunho político, induzindo avaliação do governo Lula.

A Prefeitura de Osasco (SP), berço político de Cunha e onde o prefeito, Emídio de Souza (PT), é aliado do ex-presidente da Câmara, anuncia o cancelamento de licitação para contratar agência de publicidade. Do certame, no valor de R$ 3 milhões, participavam 17 empresas. Vinha sendo liderado pela SMPB. Valério já prestara serviços em Osasco durante a campanha eleitoral, por meio da Estratégia Marketing, contratada para assessorar Emídio de Souza.

Mais uma vez, o ministro Luiz Gushiken. O publicitário Alarico Neves Assumpção prestava serviços na agência DNA de Valério. Aí, assumiu importante cargo na Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da Repúbica, comandada por Gushiken. Depois, acabou transferido para a SMPB, a outra agência de publicidade do mesmo Valério.

Assumpção ocupou o posto de diretor de mídia da Secom. Foi responsável pela supervisão de contas publicitárias do governo federal, em ministérios e estatais. Antes de ir para a SMPB, atuou no comitê do governo Lula que negociava preços de anúncios e respondia por gastos públicos com propaganda oficial.

A força de Gushiken vem da influência nos fundos de pensão de empresas estatais. O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini (PT-SP), é aliado histórico de Gushiken. Foi ele quem indicou o nome de Adacir Reis para chefiar a poderosa SPC (Secretaria de Previdência Complementar). Ela regula os 366 fundos de pensão do país, responsáveis por 960 planos de previdência complementar. Os fundos atendem de 2,3 milhões de pessoas. Negócio de R$ 280 bilhões.

Outro aliado de Gushiken, José Valdir Gomes, foi nomeado para a diretoria de Assuntos Atuariais da SPC, para exercer o controle estratégico dos fundos de pensão. Sérgio Rosa é o presidente da Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil, o maior do país. Tem patrimônio de R$ 70 bilhões. Como Gushiken, Rosa começou a vida sindical no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Veio de lá também outra indicação de Gushiken: Wagner Pinheiro, o presidente da Petros, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás, o segundo maior do país. Patrimônio de R$ 24,9 bilhões.

Agora, o loteamento de cargos no fundo de pensão dos funcionários de Furnas, cujo patrimônio é de R$ 4,8 bilhões. A reportagem de Irany Tereza, de O Estado de S. Paulo, aponta um rateio entre os partidos políticos da base aliada do governo Lula:

"A presidência do fundo foi entregue a Marcos Antonio Carvalho Gomes, funcionário de Furnas, ex-sindicalista e petista do grupo do deputado Jorge Bittar (PT-RJ), e os demais diretores são indicados pelo PTB, PMDB e PP, num convívio administrativo extremamente conflituoso."

Os investimentos do fundo de pensão estavam concentrados em bancos de segunda linha, como o BMG e o Banco Rural. As aplicações no Banco Santos, quebrado em 2004, provocaram perdas de R$ 153,6 milhões.

Os “investimentos” no Banco Santos levaram ao afastamento do gerente de Investimentos do fundo, Benedito Siciliano, da cota do PTB. Ele foi dispensado, apesar dos protestos do diretor de Administração e Finanças, José Dias, nomeado pelo PMDB.

De acordo com O Estado, “aplicações desse tipo, de alto risco, costumam gerar do banco compromissos de elevada rentabilidade. A suspeita é de que parte desse rendimento seria desviada para financiar partidos políticos”.

56 – 8/7/2005 Os jornais estampam nas primeiras páginas as fotografias de uma bolada de dinheiro. Trata-se do conteúdo de uma maleta com R$ 200 mil e de outros US$ 100 mil, carregados dentro da cueca do assessor de um deputado do PT. Não qualquer deputado. José Adalberto Vieira da Silva, preso no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, trabalha para o deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), o líder petista na Assembléia Legislativa do Ceará. Guimarães é integrante do diretório nacional do PT e irmão do presidente do partido, José Genoino.

Antes de se calar e se recusar a prestar esclarecimentos à Polícia Federal, Vieira da Silva age com rapidez e apaga a memória do telefone celular. Diz ser agricultor. O dinheiro em seu poder, resultado da venda de verduras. Desmascarado, confessa ser assessor do irmão de Genoino. Usa o paletó para cobrir o rosto e tentar se esconder dos fotógrafos.

Guimarães, por sua vez, é um dos 14 parlamentares cujo nome aparece na agenda de Marcos Valério. Em entrevista, ele diz não saber por que está na agenda. Também ignora o que o assessor fazia em São Paulo. Deputado do Ceará, Guimarães estava em São Paulo, no mesmo dia. Explicação dele:

– Foi tudo uma grande armação para atingir a mim e ao Genoino. Vou desvendar esse mistério.

O jornal O Globo, do Rio, publica que a Telemar, uma das maiores operadoras de telefonia do país, comprou ações da Gamecorp, a empresa de Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente Lula. A Telemar, concessionária de serviço público, é constituída com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco do Brasil e fundos de pensão de empresas estatais. Investiu R$ 5 milhões na Gamecorp. Agora, tem ações da empresa de Lulinha e o direito de usar programas de jogos para telefones celulares.

Fábio Luiz Lula da Silva fez a Gamecorp em sociedade com Kalil e Fernando Bittar, filhos de Jacó Bittar. É um velho amigo de Lula, conselheiro da Petros, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás. No início, a Gamecorp tinha um capital social de R$ 100 mil. Com o novo negócio, a expectativa de faturamento já alcança R$ 7 milhões em 2005. A transação foi intermediada pela BDO Trevisan. Trata-se de uma empresa de consultoria, controlada por Antoninho Marmo Trevisan. Ele é outro amigo de Lula, nomeado para o Conselho de Ética Pública da Presidência da República.

Mais uma nas páginas de O Globo. A história de Wendel Resende de Oliveira, ex-motorista da deputada Neyde Aparecida (PT-GO). Ele conta que, em 27 de setembro de 2004, por determinação da deputada, transportou uma mala com US$ 200 mil do diretório nacional do PT, em São Paulo, até Goiás.

Oliveira viajou para São Paulo de avião. Para não despertar suspeitas, recebeu orientação para seguir com a mala de ônibus até Goiânia. Lá, entregou a carga a um filho da deputada. O dinheiro teria ido para Gilmar Alves, o irmão de Neyde Aparecida, candidato a prefeito de Quirinópolis (GO). Ele acabou eleito. Outra parte teve como

destinatário Carlos Soares, irmão de Delúbio Soares, derrotado na eleição para vereador em Goiânia.

Silvio Pereira, o ex-secretário-geral do PT, depõe na Polícia Federal. Define-se como "dirigente profissionalizado da executiva nacional do PT". Salário, R$ 9.000,00 mensais. O delegado Luís Flávio Zampronha de Oliveira considera incompatíveis salário e patrimônio declarado: um apartamento em São Paulo, no valor de R$ 180 mil, uma casa de praia em Ilhabela (SP), avaliada em R$ 400 mil, e um jipe marca Land Rover, no valor de R$ 80 mil, que, segundo o depoente, foi financiado.

O Ministério Público abre inquérito para apurar denúncia de irregularidade na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), durante a gestão do prefeito Antonio Palocci (PT-SP), o poderoso ministro da Fazenda de Lula. Augusto Pereira Filho, diretor da Coderp (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto), empresa controlada pela administração municipal, admitiu ter recebido um "complemento salarial" de R$ 2.250,00, em dinheiro vivo, sem registro em folha. O valor era repassado por uma empresa contratada pela Prefeitura, a Construtora Vale do Paranapanema. O pagamento teria sido negociado pelo ex-superintendente da Coderp, Juscelino Dourado, atual chefe de gabinete do ministro Palocci.

Ao dar posse a três novos ministros do PMDB em seu governo, Lula põe um fim a boatos sobre a saída do ministro Luiz Gushiken:

– Eu quero dizer aqui, para todo o mundo ouvir, que o companheiro Gushiken continuará dirigindo a Secom. O companheiro Gushiken cuida não apenas bem da Secretaria de Comunicação, mas do mundo de assuntos estratégicos, que é uma coisa extremamente importante. Eu acho que nós não podemos, a qualquer insinuação contra qualquer companheiro, a priori, achar que as pessoas são culpadas.

O deputado José Dirceu (PT-SP), por sua vez, defende a permanência de José Genoino no comando do PT. Em reunião do Campo Majoritário, a corrente hegemônica do PT, o ex-ministro fala em "conspiração das elites":

– Querem o impeachment do presidente Lula. É disso que se trata.

57 – 9/7/2005 Caem José Genoino, o presidente nacional do PT, e Marcelo Sereno, o secretário de Comunicação do partido. Sereno é próximo a José Dirceu. Genoino, homem de Lula, manteve o PT sempre muito próximo do Palácio do Planalto. Outro petista afastado: José Adalberto Vieira da Silva, o assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão de Genoino, que ficou famoso pelos dólares escondidos na cueca.

Lula põe gente do seu primeiro time no PT. O ministro da Educação, Tarso Genro (PT-RS), desliga-se do governo e assume a presidência do PT. O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini (PT-SP), vai para a secretaria-geral. O da Saúde, Humberto Costa (PT-PE), para a secretaria de Comunicação.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Tarso Genro fala de uma "crise de coerência moral do partido", com conseqüência "devastadora" para a militância:

– O PT vive a pior crise da sua história.

A revista Veja traça um perfil de Fábio Luiz Lula da Silva, o filho do presidente Lula. Era um rapaz que dava aulas de informática para ganhar a vida. Sem esforço, numa ascensão fulminante de pouco mais de um ano, virou dono de uma empresa de R$

5 milhões. A Telemar, a sócia de Lulinha, patrocinou viagens do filho do presidente para os Estados Unidos, Coréia e Japão.

Veja aponta que Fábio Luiz Lula da Silva se instalou num prédio de escritórios em São Paulo, no mesmo andar que a agência de publicidade Matisse. A agência era uma empresa relativamente pequena até conquistar a conta milionária da Secom, do ministro Luiz Gushiken. Em 2004, segundo ano do governo Lula, a Matisse faturou R$ 10,3 milhões, por serviços prestados à administração federal. Explicação do diretor de Produção da Matisse, Luiz Flávio Guimarães, nervoso por ser questionado sobre o filho do presidente:

– Foi uma vizinhança meramente casual.

Outra notícia: a Telemar mantém contratos com 40 empresas que produzem programas de conteúdo para telefones celulares. Uma só é sócia da Telemar: a Gamecorp, de Lulinha.

Um faturamento de R$ 1,7 bilhão em dois anos e meio de governo Lula. E a Geap (Fundação de Seguridade Social, de caráter privado) obtém autorização para prorrogar convênios de assistência e prestação de serviços de saúde, destinados ao funcionalismo público federal. A entidade funcionaria como um monopólio. A notícia é do jornal O Estado de S. Paulo. O faturamento bilionário, conseqüência de contratos sem licitação. A Geap mantém convênios com 28 órgãos federais. Desconta 6% do salário de 300 mil servidores, em troca de serviços de saúde. A diretora-executiva da entidade, Regina Ribeiro Parizi, militante do PT, foi nomeada para o cargo por indicação do ex-ministro José Dirceu (PT-SP).

58 – 10/7/2005 A Folha de S.Paulo publica entrevista com Robert Lobato, ex-tesoureiro do PT do Maranhão. Ele acusa Delúbio Soares de ter mandado dinheiro diretamente para contas bancárias de militantes do partido, em vez de depositar em contas oficiais dos diretórios do PT. Dessa forma, Delúbio evitava prestações de contas sobre valores movimentados pelo PT. Diz Robert Lobato:

– São comuns depósitos em conta particular de companheiros. Na verdade, trata-se de um artifício do Campo Majoritário, para ajudar apenas os seus candidatos. Esses recursos, dessa forma, não passam pelo partido e não constam da prestação de contas oficial.

O tesoureiro do Maranhão ficou apenas um ano no cargo:

– Saí porque cansei de tanta desfaçatez, dos discursos hipócritas de um partido que faz pior do que o governo anterior e, mesmo assim, ainda tem o cinismo de afirmar que está mudando o país. Mudando para quem? Para os Delúbios da vida?

59 – 11/7/2005 O Jornal Nacional, da TV Globo, leva ao ar uma conversa telefônica gravada pela Polícia Federal. Foi feita em agosto de 2004, quase dez meses antes de estourar o escândalo do mensalão. A fala é de Maria Auxiliadora de Vasconcellos, uma auditora fiscal do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Ela foi presa sob a acusação de integrar uma quadrilha de fraudadores.

Na conversa com outra auditora, Maria Auxiliadora insinua que o então ministro José Dirceu (PT-SP) e o ex-tesoureiro Delúbio Soares recebiam uma “mensalidade” da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro). Em troca da propina, haveria um relaxamento na fiscalização de empresas fluminenses. No diálogo gravado, Maria Auxiliadora cita o ex-ministro da Previdência do governo Lula, Amir Lando (PMDB-RO):

– Chegou às mãos do Almir Lando. Aí foi que ele disse: "Olha, na realidade, o que acontece é o seguinte: eu, no Rio de Janeiro, não vou mexer, porque eu me comprometi a não mexer. O Rio tem um contrato com a Firjan." Ele mesmo abriu o jogo. "A Firjan dá uma mensalidade, dá não sei o quê, e quem vai buscar é o Delúbio de Souza, sei lá, Soares, para as empresas não serem fiscalizadas".

– O Amir Lando é uma pessoa maravilhosa, é uma pessoa acessível, e ele foi muito claro ao dizer: "No Rio de Janeiro, eu realmente não vou mexer porque eu tenho compromisso com o José Dirceu".

O Ministério Público tem três testemunhas do suposto esquema de pagamento de propina para autoridades do governo federal, por parte da Firjan. Os auditores receberiam ordens para não multar determinadas empresas. Em um caso investigado, houve pressão para anular uma multa. Posteriormente, o empresário que tinha sido autuado obteve o cancelamento da multa, por interferência política.

60 – 12/7/2005 Caem os ministros Luiz Gushiken e Romero Jucá (PMDB-RR), acusado de desviar dinheiro de um abatedouro de frangos. Gushiken, integrante do chamado "núcleo duro" de Lula, assegura um cargo na assessoria do presidente. Vai cuidar de um núcleo de assuntos estratégicos. A Secretaria de Comunicação e a propaganda do Palácio do Planalto ficam subordinadas, a princípio, à nova ministra da Casa Civil, Dima Rousseff.

Antes de embarcar para uma viagem à França, Lula aproveita reunião ministerial para repelir denúncias de favorecimento político à Gamecorp, de Fábio Luiz Lula da Silva. O presidente está nervoso:

– Estão querendo mexer na minha vida privada. Isso é uma baixaria, um golpe baixo, um desrespeito. Isso é irracional.

O publicitário André Gustavo Vieira da Silva admite: Delúbio Soares foi padrinho do casamento dele, em agosto de 2003. Silva é um dos donos da agência Arcos, contratada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Os gastos de publicidade do banco estatal subiram, de 2003 para 2004, de R$ 8,2 milhões para R$ 30 milhões.

Silva salienta, porém, que Delúbio não é um amigo. O convite para ser padrinho de casamento fez parte de uma estratégia para dar visibilidade à Arcos. Deu certo. Declaração à Folha de S.Paulo:

– Amigo, amigo, ele não é. Ele é uma pessoa conhecida. Amigo é aquele que freqüenta a sua casa.

Em depoimento à CPI dos Correios, Eduardo Medeiros, o diretor de Tecnologia dos Correios, nomeado por influência de Silvio Pereira, garante: não sabe nada sobre cobrança de propina por parte de funcionários da estatal, cuja presidência e seis diretorias, reconhece, estavam loteadas entre PMDB, PTB e PT.

Medeiros admite, no entanto, ter tomado conhecimento em duas ou três ocasiões do vazamento de informações acerca de especificações técnicas de licitações dos Correios. Era "comum", segundo ele, a visita de deputados aos Correios, acompanhados de empresários interessados em negócios com a estatal:

– A maioria era do PMDB, naturalmente, porque o ministro, o presidente e três diretorias eram do PMDB.

Durante o depoimento, surge o caso do empresário Vilmar Martins, da Metalúrgica Gadotti Martins Carrinhos Industriais. Ele denunciou uma licitação dirigida e a cobrança de propina no valor de 20% do valor da nota fiscal, que deveria ser paga

em dólares, sendo a metade nas mãos do próprio Medeiros. A chantagem: se o dinheiro não fosse pago, os Correios não receberiam a mercadoria. Se não recebesse, não haveria pagamento. Depois de negar conhecer o empresário, Medeiros, pressionado, confessa ter conversado com Martins, "dois ou três dias" atrás.

Em outro depoimento à CPI dos Correios, Antônio Osório, o ex-diretor de Administração dos Correios, acusa o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Ele teria pedido dinheiro a diretores da estatal indicados pelo PTB. Queria recursos para o caixa de campanha do partido, que deveria ser fornecido por empresários que mantinham contratos com os Correios. Osório se reuniu com Jefferson em mais de 50 ocasiões.

A CGU (Controladoria-Geral da União) divulga relatório preliminar. Apurou 18 irregularidades, em 69 contratos e licitações dos Correios. Um total de R$ 37,5 milhões em sobrepreços. Prejuízo potencial: R$ 79 milhões.

O jornal O Globo revela: Michelle Janene, filha do deputado José Janene (PP-PR), foi estagiária da corretora Bônus-Banval, autora de saque de R$ 255 mil em conta bancária da DNA Propaganda, de Marcos Valério. A corretora nega qualquer ligação com Janene. Ele, por sua vez, nega vínculo com a Bônus-Benval.

A Polícia Federal faz operações sigilosas de busca e apreensão de documentos nas instalações do Banco Rural em Lagoa Santa (MG) e no Brasília Shopping. Quer comprovar o que disse José Francisco de Almeida Rego, ex-tesoureiro do banco. Ele contou como a SMPB remetia dinheiro de Minas Gerais para Brasília.

Segundo ele, os saques se tornaram freqüentes desde o início de 2003, e as retiradas chegaram a ultrapassar R$ 200 mil por operação realizada. O ex-tesoureiro recebia ligações da tesouraria da agência Assembléia do Banco Rural, em Belo Horizonte, onde a SMPB mantinha conta. Eram solicitações para pagamentos em Brasília. Um fax mencionava os valores e os nomes dos sacadores.

Era responsabilidade do ex-tesoureiro cuidar da liberação de recursos junto ao Banco Central, e dos detalhes para a entrega. O dinheiro, para não fazer volume, só vinha em notas de R$ 50 e R$ 100. Era levado para uma sala especial da agência. Lá, as cédulas eram colocadas em bolsas que os próprios sacadores traziam. Era gente apressada que ia embora, em geral, sem conferir os valores.

O ex-tesoureiro do Banco Rural relata que Simone Vasconcelos, representante da SMPB em Belo Horizonte, fazia retiradas na agência do Brasília Shopping. Mas não levava o dinheiro com ela. Assinava recibos e listava os nomes daqueles que passariam depois para receber. Na maioria das vezes, eram pacotes de R$ 50 mil ou R$ 100 mil. As pessoas, por determinação dela, não precisavam se identificar. A Polícia Federal confirma que localizou documentos comprovando saques em nome da SMPB na agência em Brasília, mas estranhou a falta de identificação dos sacadores.

61 – 13/7/2005 Mais uma versão para o caso do petista preso com R$ 200 mil numa maleta e US$ 100 mil na cueca. No início, José Adalberto Vieira da Silva alegou que era agricultor e o dinheiro, resultado da venda de verduras. Agora, o deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), o chefe de Vieira da Silva, envolve um outro assessor de seu gabinete, José Vicente Ferreira. Os dois iriam usar o dinheiro para abrir uma locadora de veículos em Aracati (CE), em sociedade com um terceiro petista, Kennedy Moura Ramos. Diz o deputado:

– Isso comprova que eu não tenho nada a ver com esse caso, nem o PT e muito menos o ex-presidente nacional do partido.

Guimarães afirma que tudo foi uma “armação” contra o PT. Manifesta-se “decepcionado” e “traído” pelo assessor preso. A primeira pessoa que Vieira da Silva avisou ao ser detido foi Kennedy Moura. Ele é assessor especial da presidência do BNB (Banco do Nordeste do Brasil). O presidente, Roberto Smith, também pertence às fileiras do PT. Da mesma forma que Kennedy Moura, assumiu o cargo por suas ligações com Guimarães.

Amigo de Guimarães, Moura foi seu assessor jurídico. A presidente do PT do Ceará, Sônia Braga, é ex-mulher dele. Moura é responsável pelas finanças do PT no Ceará. Foi ele quem avisou Guimarães da prisão do assessor. Moura pede exoneração dos quadros do BNB.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o empresário de jogos Carlos Augusto Cachoeira, o Carlinhos Cachoeira, ataca Waldomiro Diniz. Segundo ele, o ex-subchefe da Casa Civil e assessor direto do ex-ministro José Dirceu (PT-SP) pediu propina de R$ 100 mil a R$ 300 mil, em troca de favorecimento em licitação. Na época, Waldomiro presidia a Loterj, a estatal que administra loterias no Rio. Waldomiro teria dito que o dinheiro era para financiar campanhas eleitorais. Para Carlinhos Cachoeira, Waldomiro agia sozinho:

– Em todas as conversas, no final, era pedida propina. O Waldomiro dizia: “Quero 1% do contrato bruto”. Ele sempre pedia dinheiro para campanha. Hoje, tenho certeza de que esse dinheiro ficava com ele.

Valdirene Dardin, ex-secretária de Finanças do prefeito de Mauá (SP), Oswaldo Dias (PT), acusa o PT. Segundo ela, houve saque irregular de R$ 230 mil em conta bancária da Prefeitura. Valdirene alega “práticas abomináveis” e “enjoantes”, com a finalidade de incriminá-la pelo desaparecimento do dinheiro público.

Ela concede entrevista à Folha de S.Paulo. Segundo Valdirene, não havia em Mauá a prática de se exigir duas assinaturas para liberar recursos municipais. Só a assinatura dela já era suficiente. A ex-secretária diz que desconhece o destino do dinheiro da Prefeitura, sacado por ordem do PT. Eis a definição dela sobre a gestão de Oswaldo Dias, de 2001 a 2004:

– O escândalo do mensalão e o da cueca milionária parecerão mero conto de fadas aos olhos da opinião pública.

62 – 14/7/2005 O Jornal Nacional, da TV Globo, noticia que assessores e até familiares de deputados do PT estiveram no Banco Rural, na agência do Brasília Shopping, local de pagamento do mensalão. Anita Leocádia Pereira Costa, assessora do líder do PT na Câmara, deputado Paulo Rocha (PA), foi à agência duas vezes. Reação do deputado Rocha: a funcionária foi fazer consulta médica em uma clínica neurológica, que também funciona no prédio.

Márcia Milanésio Cunha, casada com o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), esteve no Banco Rural três vezes. Reação de Cunha, divulgada em nota: a mulher esteve na agência para resolver um problema relativo ao pagamento de uma conta de televisão a cabo.

O presidente do PT na Bahia, deputado Josias Gomes, foi pessoalmente ao Banco Rural. Explicação dele:

– Como havia almoçado no shopping, fui ao banco pedir uma informação. Não fiz saques.

Os três mentiram.

Azeda de vez o caso do assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), o irmão de José Genoino, preso com R$ 200 mil numa maleta e US$ 100 mil na cueca. A matéria vai ao ar pelo Jornal Nacional, da TV Globo. Kennedy Moura, o petista afastado do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) em razão do escândalo, não gostou de ser envolvido na história por Guimarães. Não engoliu a versão do dinheiro para a locadora de carros no interior do Ceará. A entrevista ao JN:

– Não sei que rancores fizeram com que o deputado me fizesse uma vinculação a uma empresa que nunca ouvi falar.

Moura vai além. Relata a conversa com Guimarães, padrinho de seu casamento, quando ele lhe pediu para assumir que era o dono do dinheiro, uma “proposta indecente”:

– Ele falou que o Adalberto tinha que ser protegido por questões de Estado.

Moura também descreve o diálogo com Guimarães, quando contou a prisão de José Adalberto Vieira da Silva:

– Perguntou se ele tinha falado alguma coisa. Disse que não sabia. Ele disse: “Graças a Deus”.

Outra contradição: José Vicente Ferreira, o outro assessor de Guimarães também apontado como participante do negócio da locadora, havia dado entrevista ao jornal O Povo, do Ceará. Disse que emprestou um cheque a Vieira da Silva, seu amigo, para que pudesse comprar uma passagem aérea ao Recife. Ferreira não sabia da viagem a São Paulo. Muito menos de locadora.

O Ministério Público investiga a hipótese de Vieira da Silva ter sido um emissário de Moura em São Paulo. A finalidade da viagem, buscar dinheiro de propina repassado por empresários que mantêm negócios com o BNB. No dia anterior à prisão, Vieira da Silva teria se deslocado até o escritório de José de Freitas, empresário do setor de construção civil e diretor do Grupo Cavan.

A outra linha de investigação do Ministério Público, mais apimentada: Vieira da Silva seria uma das “mulas” usadas para transportar R$ 20 milhões guardados no cofre do PT em São Paulo. Com o escândalo do mensalão, o dinheiro estaria sendo desovado para gente de confiança, numa operação coordenada pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares.

A polícia de Minas Gerais apreende 2 mil notas fiscais da DNA Propaganda. Os documentos estavam em 12 caixas de papelão, na casa do ex-policial Marco Túlio Prata, em Contagem (MG). Ele é irmão do contador da agência, Marco Aurélio Prata. Na casa são localizados dois tambores de lata, com notas carbonizadas.

Entre as notas fiscais queimadas, provavelmente documentos frios, a polícia encontra recibos da DNA, atestando supostos serviços de empresas terceirizadas, prestados ao Banco do Brasil, Eletrobrás e Ministérios do Trabalho e do Esporte.

Policiais também encontram documentos carbonizados, onde ainda se consegue ler o nome da DNA. Estavam numa rua de terra, sem movimento, bem perto da casa do irmão do contador de Marcos Valério. A papelada queimada encheu cinco sacos.

Cai o diretor de marketing e comunicação do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato. Ligado ao ex-ministro Luiz Gushiken, morou com ele num mesmo apartamento em Brasília. Na campanha de Lula, Pizzolato, militante do PT há 20 anos, trabalhou com Delúbio Soares para captar recursos.

Ele mantinha relações próximas com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), e é amigo de Ricardo Berzoini (PT-SP), o ex-ministro do Trabalho que virou secretário-geral do PT. Pizzolato é desligado da presidência do conselho deliberativo da Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil.

No governo Lula, ocupou o posto estratégico de responsável pelos gastos de propaganda do Banco do Brasil. Foram R$ 153 milhões em 2003, R$ 262 milhões em 2004. Afastado Pizzolato, o Banco do Brasil rescinde a conta de publicidade com a DNA de Marcos Valério. Pizzolato também era amigo de Valério.

O ex-diretor de marketing ficou conhecido pelo envolvimento no episódio dos R$ 70 mil que o Banco do Brasil deu a um show de arrecadação de fundos, com objetivo de comprar uma sede nova para o PT. Com a divulgação da história, o dinheiro teve de ser devolvido. Ele também foi responsável por um evento artístico suspeito do governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, que consumiu R$ 2,5 milhões.

Em entrevista à Rádio Bandeirantes, em Porto Alegre, o presidente do PT do Rio Grande do Sul, David Stival, admite: o PT gaúcho tem recorrido ao uso de caixa 2 nas disputas eleitorais, e a arrecadação de recursos para as campanhas não vem sendo declarada à Justiça Eleitoral. As contribuições chegam em dinheiro, mas não há uma emissão de recibos correspondente. Diz Stival:

– Se for para provar qualquer coisa, não provo nem sob tortura. Não há prova, isso é feito ‘pf’ (por fora) mesmo.

A base governista impede que a CPI dos Correios quebre os sigilos bancário, fiscal e telefônico de José Dirceu (PT-SP), José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira e Mauro Dutra, o empresário amigo de Lula. O Palácio do Planalto também consegue bloquear a convocação de Luiz Gushiken para depor na comissão.

63 – 15/7/2005 Uma operação orquestrada. Marcos Valério vem a público e, por meio de nota, nega mais uma vez a existência do mensalão e explica que, “em atenção a pedidos de Delúbio Soares”, “contraiu vários empréstimos bancários em nome das agências de publicidade SMPB e DNA, no período de 2003 a 2005”.

A nota, uma estratégia de defesa, diz que o dinheiro, “a título de empréstimos”, foi depositado “na rede bancária para pessoas indicadas pelo então secretário de Finanças do PT, senhor Delúbio Soares”. Em seguida, o empresário menciona que o dinheiro, segundo Delúbio, servia para “saldar dívidas relacionadas a campanhas eleitorais”.

O reconhecimento de que Valério participou de um esquema para financiar o PT é manchete dos principais jornais do país. Poucos se dão conta da manobra: desviar as investigações do pagamento de propina. Em vez do mensalão, ou seja, do dinheiro entregue a parlamentares da base aliada do governo, um crime grave de corrupção, a estratégia é fazer crer que o dinheiro foi repassado para pagar dívidas de campanha. Um simples crime eleitoral.

Em entrevista ao Jornal Nacional, Valério não fornece nomes, valores, número de operações bancárias, nem formas de ressarcimento do que teria sido emprestado ao PT. Nega a existência de malas para pagamento de grandes somas e de favorecimentos às suas empresas por parte de funcionários do governo.

A Folha de S.Paulo publica detalhes de alguns depoimentos secretos prestados à Corregedoria da Câmara dos Deputados. A reportagem conseguiu ler transcrições em notas taquigráficas. Num deles, José Genoino admite que Silvio Pereira usava mesmo uma sala do Ministério da Casa Civil, no Palácio do Planalto, para discutir a divisão de cargos federais entre os partidos da base aliada. Declaração de Genoino:

– Ele conversava com os demais partidos e era o encarregado quando tinha conflitos. E tinha muitos conflitos com os partidos da base aliada. Ele fazia isso ou na sede do PT ou na liderança. Ou então na sala de reuniões ordinárias da Casa Civil.

Outro depoimento, de Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, afirma que Marcos Valério foi designado pelo PT para obter de empresários R$ 20 milhões que seriam repassados ao PTB, nas eleições de 2004. O acerto foi feito em reuniões das quais participaram Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Marcelo Sereno, Roberto Jefferson (PTB-RJ) e ele próprio, Palmieri.

O tesoureiro também contou detalhes dos R$ 4 milhões entregues por Valério. Foram dois pagamentos. O dinheiro chegou em duas malas "de rodinhas", em notas de R$ 50, na maioria, e umas "poucas notas de R$ 100".

O jornal Correio Braziliense traz a história do apartamento de Henrique Pizzolato. O diretor de marketing, afastado do Banco do Brasil, comprou um imóvel de 160 metros quadrados, por R$ 400 mil, num dos endereços mais valorizados do Rio de Janeiro, a uma quadra da praia de Copacabana.

Detalhe: na manhã desse mesmo dia, um grupo de auditores da Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil, tomou o depoimento do mensageiro Luiz Eduardo Ferreira da Silva. Ele conta que em 15 de janeiro de 2004, cerca de um mês antes da compra do apartamento em Copacabana, sacou R$ 326 mil de uma conta da DNA Propaganda, numa agência do Banco Rural localizada no centro do Rio. Ele levou o pacote de dinheiro para Pizzolato.

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), desabafa durante uma entrevista em Curitiba:

– Nunca imaginei que houvesse algo nesse sentido no país, independentemente de governo. Não significa que não possa ter existido em outros governos, mas na minha ótica pensei que, apesar de tudo o que se diz, nosso país não tivesse tantos tropeços no entrelaçamento entre a administração, políticos e empresas.

64 – 16/7/2005 Depois de Marcos Valério, a vez de Delúbio Soares apresentar a versão de que nunca houve o esquema do mensalão, ou seja, os pagamentos de propina a parlamentares, em troca de apoio ao governo no Congresso Nacional. O que houve, simples assim, foram repasses para a quitação de dívidas de campanha, por meio de caixa 2. Para apresentar a versão, Delúbio foi de forma espontânea ao novo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

O depoimento vaza em seguida para a imprensa. Faz parte da estratégia. Os jornais dão destaque. Delúbio procurou usar o procurador-geral para dar um recado: o PT recebeu cerca de R$ 40 milhões em empréstimos. De maneira nenhuma, assegura o tesoureiro, o dinheiro é fruto do desvio de verbas públicas, ou teve origem no superfaturamento de contratos com empresas estatais. E mais, importante: os milhões, conforme frisara Valério, foram usados para acertar despesas de campanhas eleitorais, tão-somente.

A revista Veja não deixa por menos. A reportagem de capa, "Mensalão – quando e como Lula foi alertado", descreve cinco situações nas quais informações sobre o esquema de pagamento de propina chegaram aos ouvidos do presidente. A primeira vez, em 25 de fevereiro de 2004, por meio do deputado Miro Teixeira (PT-RJ). O episódio ocorreu duas semanas após a queda de Wadomiro Diniz.

Escreve o repórter Otávio Cabral: “Waldomiro Diniz, na condição de braço-direito de José Dirceu, era quem cuidava da relação do governo com o Congresso e, com sua demissão, os credores do mensalão entraram em polvorosa. Miro Teixeira, que havia apenas três semanas assumira a liderança do governo na Câmara, começou a ser procurado pela tropa interessada em saber como seria paga a mesada dali em diante. O deputado ficou estupefato. Não sabia o que era mensalão. Entre os dias 17 e 19 de fevereiro, Miro Teixeira recebeu várias sondagens. Numa delas, na manhã do dia 17, a pressão veio em comitiva. Eram três deputados juntos, querendo saber do futuro financeiro: Valdemar Costa Neto, presidente do PL, Sandro Mabel, líder do PL, e Pedro Henry do PP”.

Miro Teixeira conversou reservadamente com o presidente. Disse que deixaria o cargo por causa do mensalão. Veja relata:

“Lula demonstrou surpresa, disse que nunca ouvira falar naquilo e prometeu conversar com o então ministro José Dirceu para apurar a denúncia – mas não voltou a tocar no assunto. No dia 31 de março, Miro voltou ao Palácio do Planalto e, diante do fato de que nada fora feito a respeito do mensalão, pediu para deixar a liderança. Saiu no dia 6 de abril, sendo substituído pelo Professor Luizinho.”

O segundo aviso ao presidente, em 5 de maio de 2004. Quem deu foi o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). O Planalto, em comunicado, deu a seguinte explicação à revista: Lula não se recorda de ter ouvido nenhum comentário de Perillo sobre o assunto.

O governador, no entanto, chegou a ilustrar a conversa com o presidente mencionando os casos de dois deputados de Goiás. Um deles virou escândalo. É o da deputada Raquel Teixeira (PSDB), a quem o deputado Sandro Mabel (PL) teria oferecido dinheiro para que se mudasse para o PL. Sobre o outro, o governador não deu detalhes. Veja justifica o motivo: o deputado Enio Tatico, do PSC, aceitou a proposta e se transferiu para o PL. Tatico tem uma justificativa para a mudança:

– Mudei de partido porque o líder do PL é de Goiás e é meu amigo. Não recebi proposta.

O terceiro episódio. O próprio Lula aborda o assunto, durante viagem oficial à China. Aconteceu em 25 de maio de 2004. Durante um jantar, Lula perguntou ao deputado Paulo Rocha (PT-PA) se ele já ouvira falar sobre o pagamento de mesadas a deputados. Rocha nega ter havido a pergunta, mas dez deputados estavam na mesa do jantar. Três deles confirmaram a veracidade da conversa.

Nos outros dois casos, o aviso foi dado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). No primeiro deles, em 5 de janeiro de 2005, o ministro Walfrido Mares Guia (PTB-MG) testemunhou a conversa. No segundo, em 23 de março de 2005, parte da alta cúpula do governo estava presente, no gabinete de Lula no Palácio do Planalto: José Dirceu (PT-SP), ministro da Casa Civil; Aldo Rebelo (PC do B-SP), ministro das Relações Institucionais; Walfrido Mares Guia, do Turismo; Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente; Arlindo Chinaglia (PT-SP), líder do governo na Câmara; e o deputado José Múcio (PTB-PE). A revista conclui:

“Se soube do assunto e não tomou providências, Lula pode ser acusado de crime de responsabilidade, previsto nos artigos 84 e 85 da Constituição e, também, na Lei nº 1079, editada em 1950, conhecida como Lei do Impeachment. Pela lei, o presidente, se soube do mensalão, tinha de ter mandado apurar. ‘Se o presidente teve ciência disso, caracteriza-se uma omissão, que é um caso típico de crime de responsabilidade’, afirma o jurista Miguel Reale Júnior, que redigiu a petição que resultou no impeachment de Fernando Collor, em 1992.”

65 – 17/7/2005 A oposição vai para cima. Acusa o governo de engendrar uma nova Operação Uruguai, em alusão ao esquema simulado pelos aliados do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, para explicar a origem do dinheiro que financiava gastos do ex-presidente. Na época, um empréstimo de US$ 3,7 milhões foi forjado para justificar despesas de Collor. O presidente acabou afastado do cargo, depois de um processo de impeachment. Agora, a farsa contábil é a série de operações de crédito de Marcos Valério. Serviria para esquentar dinheiro de caixa 2 oriundo de fontes ilegais, usado para fazer acertos com políticos da base aliada.

Um perfil de Marcelo Sereno, ex-secretário de Comunicação do PT e ex-chefe de gabinete de José Dirceu (PT-SP), de quem também foi assessor especial, é publicado pela Folha de S.Paulo. Para ilustrar a reportagem, a fotografia de um prédio de alto padrão na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, em cuja cobertura mora Sereno. É atribuída a ele, ainda, a compra, em março de 2005, de um outro apartamento no Rio, no valor de R$ 700 mil.

Sereno é acusado de "manipular" o Nucleos, fundo de pensão das estatais de energia nuclear. O objetivo, levar dinheiro para as campanhas eleitorais do PT. Os repórteres Elvira Lobato e Leonardo Souza ouvem o petista Neildo de Souza Jorge, integrante do conselho deliberativo do Nucleos. Ele denuncia operações financeiras supostamente lesivas aos fundos de pensão:

– A grande mutreta é que eles compravam títulos públicos e depois vendiam com deságio para corretoras. Estas faturavam a corretagem e parte desse dinheiro, pelo que sabemos agora, iria para mensalões, caixas de campanha. A maior rombeira era isso.

O jornal O Estado de S. Paulo traz uma lista com os nomes de 22 deputados do PP. Testemunha cuja identidade vem sendo mantida em segredo aponta-os como destinatários de mensalões, distribuídos a mando do líder do partido, deputado José Janene (PR).

Os operadores do esquema seriam João Cláudio Carvalho Genu, chefe de gabinete de Janene, e o deputado João Pizzolatti (PP-SC). Os locais de entrega da propina: o apartamento de Janene, em Brasília, e uma sala da comissão de Minas e Energia, dentro da Câmara dos Deputados. Segundo a denúncia, Pizzolatti circulava com o dinheiro dentro de malas, nos corredores da Câmara, protegido por funcionários da área de segurança.

A CPI dos Correios compromete-se a investigar as atividades de Paulo Roberto Costa, apadrinhado do PP e diretor de Abastecimento da Petrobrás. A testemunha sigilosa o acusa de exercer papel importante na irrigação financeira do esquema.

Em surpreendente entrevista concedida na França e exibida no programa Fantástico, da Rede Globo, Lula faz coro às recentes versões sobre a crise política, que foram manifestadas por Delúbio Soares e Marcos Valério. Assim, fecha a manobra que procura convencer a sociedade brasileira: houve "erros", sim, mas apenas decorrentes de empréstimos e operações de crédito, usados para pagar dívidas de campanha, por meio de caixa 2. A versão oficial insiste em minimizar tudo à manipulação de verbas não-declaradas.

Lula contribui para reduzir o problema. Exime-se de qualquer ato indevido, pois "já faz tempo que eu deixei de ser presidente do PT". Para ele, "o PT tem que explicar à sociedade brasileira que erros cometeu":

– O que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil, sistematicamente. Eu acho que as pessoas não pensaram direito no que estavam fazendo, porque o PT tem na ética uma das suas marcas mais extraordinárias. E não é por causa do erro de um dirigente ou de outro que você pode dizer que o PT está envolvido em corrupção.

O jornal O Estado de S. Paulo comenta as declarações do presidente no editorial "Lula endossa a farsa". Para o jornal, o presidente está associado a uma "armação". Concedeu uma entrevista na qual "tinha absoluto controle" das perguntas, para se dirigir aos brasileiros. Conclusão do editorial:

"A hipótese mais plausível é a de que ele aceitou ser 'poupado dos detalhes'. Se um governante precisa se esforçar para saber o que os seus colaboradores não querem que saiba, que dirá então quando dá a impressão de que não quer saber. No caso de Lula, a única dúvida é se agiu assim para se proteger ou por autêntico desinteresse em conhecer como funcionam as coisas no seu governo."

66 – 18/7/2005 O Brasil debate o caixa 2. É crime de falsidade ideológica prestar informações fraudulentas sobre a arrecadação de dinheiro para campanhas políticas, sem declarar o dinheiro à Justiça Eleitoral. Omitir receitas também é crime de sonegação fiscal. Para a legislação de crimes contra o sistema financeiro nacional, é fraude movimentar recursos de forma paralela, à margem da contabilidade legal. O caixa 2 também é crime contra a ordem tributária.

Na prática, porém, o uso de caixa 2 em campanhas eleitorais não recebe punição. No máximo, multa. Ninguém é preso por crime eleitoral. Muito mais grave é dar propina a parlamentares. Neste caso, o crime de corrupção pode condenar a 12 anos de prisão, fora processos e outras penas, caso seja constatada formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. E isso sem mencionar a perda de mandato, por crime de responsabilidade ou falta de decoro parlamentar.

Por isso o esforço para descaracterizar a existência de um esquema de pagamento de mensalões. Ao circunscrever tudo ao rol de crimes eleitorais, os delitos poderão ser diluídos para um número grande de receptores, se possível anônimos, o que, afinal, dificultará a comprovação e a responsabilização dos culpados.

Prossegue o imbróglio de milhões de reais. A promiscuidade entre público e privado, as informações desencontradas, as incongruências envolvendo os supostos empréstimos de Marcos Valério ao PT. Da mesma forma, o Brasil debate o uso suspeito do dinheiro do "valerioduto", pelo partido do presidente da República. Os números contraditórios sobre as dívidas do PT. Uma lambança.

As notícias ocupam páginas e páginas dos jornais, país afora: o Banco do Brasil teria dispensado a apresentação de garantias e avalistas nos empréstimos concedidos ao PT. Escândalo. R$ 15,9 milhões de operações de crédito do BMG destinados ao PT tiveram como garantia o contrato de publicidade da SMPB de Valério com os Correios. Ou seja, um suporte do próprio governo do PT. Escândalo. Um outro empréstimo do BMG, cujo destino final também teria sido os cofres do PT, no valor de R$ 12 milhões, teve como garantia o contrato de publicidade da DNA de Valério com a Eletrobrás. Escândalo. Suspeita-se de uma série de "contratos de boca", entre Valério e a cúpula do PT. Escândalo.

Cai o presidente da Petrobrás, o ex-senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Em seu lugar assume José Sérgio Gabrielli, filiado ao PT. Justificativa do governo para o

afastamento: Dutra vai disputar uma vaga no Senado em 2006. Faltam 15 meses para o pleito. Pela legislação, a desincompatibilização precisa ocorrer seis meses antes da eleição. História mal contada.

Outras mudanças no governo: Antônio Batista Brito, diretor Comercial da Brasil Veículos, e Josenilton Andrade, do Centro Cultural Banco do Brasil, são afastados do Banco do Brasil. Motivo: reportagem do Correio Brazilense envolveu os dois num episódio dentro do apartamento de Henrique Pizzolato, o ex-diretor de marketing do Banco do Brasil. Os dois altos funcionários, mais Pizzolato, teriam pressionado o mensageiro Luiz Eduardo Ferreira da Silva a assumir a responsabilidade pelo saque de R$ 326 mil, o mesmo que ajudou a derrubar Pizzolato. O dinheiro foi retirado no Banco Rural, da conta bancária da DNA de Marcos Valério, e entregue a Pizzolato. O mensageiro resistiu.

Em entrevista à Rádio Jovem Pan, de São Paulo, o respeitado senador Pedro Simon (PMDB-RS) comenta as acusações do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Para ele, o escândalo do mensalão vem sendo comprovado por fatos novos, todos os dias. O esquema de corrupção que circunda o governo Lula e o PT é mais grave do que aquele que vitimou o ex-presidente Fernando Collor:

– A coisa lá, a Operação Uruguai e tudo mais, foi bem inferior. Lá eles usaram dinheiro das empresas, fizeram garantias, só que isso aconteceu com eles fora do governo. Agora, o partido está dentro do governo, e foram usadas empresas públicas como o Correio e Furnas, para fazer transações ilícitas. Favoreceram essas empresas em troca do dinheiro dado ao partido. O nome disso é peculato, é formação de quadrilha.

Roberto Busato, presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil):

– Valério e Delúbio são personagens menores, nessa comédia infame que estarrece a nação. Valem menos pelo que são e mais pelos personagens que buscam inutilmente ocultar e aos quais serviram, com ações criminosas nos subterrâneos da política.

67 – 19/7/2005 Provas do mensalão. Deputados fizeram saques de dinheiro em contas das empresas de Marcos Valério, em agências do Banco Rural em Belo Horizonte e Brasília. Documentos em poder da CPI dos Correios mostram autorizações para retiradas, beneficiando três deputados do PT, um do PP e um do PL.

Márcia Milanésio Cunha, mulher do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), fez um saque de R$ 50 mil. Anita Leocádia Pereira Costa, assessora do deputado Paulo Rocha (PT-PA), então líder do PT na Câmara, outro de R$ 470 mil. O deputado Josias Gomes (PT-BA), por sua vez, sacou duas vezes. Ele próprio, em pessoa. R$ 50 mil de cada vez. João Cláudio Carvalho Genu, o chefe de gabinete de José Janene (PR), líder do PP, retirou R$ 1,1 milhão. Em nome do deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), saíram R$ 150 mil.

Simone Vasconcelos, a principal operadora de Valério e autora dos pagamentos do mensalão, fez retiradas de R$ 6,1 milhões. Outubro de 2003, Brasília, coisa de cinema: Simone efetuou dois saques, um de R$ 800 mil e outro de R$ 650 mil. O dinheiro foi entregue em carro-forte no escritório da SMPB na capital federal.

Tem mais: Jacinto Lamas, tesoureiro do PL, retirou R$ 1,3 milhão. As seguintes pessoas também: Vilmar Lacerda, presidente do PT no Distrito Federal, R$ 100 mil. Raimundo Ferreira da Silva Júnior, assessor do deputado Paulo Delgado (PT-MG), R$ 100 mil. Roberto Costa Pinho, ex-assessor, tem currículo extenso: trabalhou para os ministros da Cultura e da Fazenda, Gilberto Gil e Antônio Palocci (PT-SP), e para o senador Delcídio Amaral (PT-MS), o presidente da CPI dos Correios. Sacou R$ 350

mil. José Luiz Alves, secretário de Governo da Prefeitura de Uberaba (MG), pegou R$ 150 mil. O prefeito de lá, Anderson Adauto (PL), foi ministro dos Transportes de Lula. E Solange Pereira de Oliveira, funcionária da tesouraria do PT de São Paulo, recebeu R$ 100 mil.

Brasília vive um corre-corre. João Paulo Cunha (PT-SP) não comenta. Sai-se com um "tudo tem explicação". O deputado Professor Luizinho (PT-SP) defende Cunha:

– A informação que tenho, do próprio João Paulo, é de que a Márcia esteve no Rural para resolver problema da televisão a cabo.

O ex-ministro Anderson Adauto não foge da briga. Delúbio, o tesoureiro do PT, o ajudou a pagar uma dívida de campanha:

– Encerrei 2002, quando me elegi deputado federal, com uma dívida de campanha. Então, pedi para o Delúbio e ele me ajudou. Não sei precisar a quantia, mas foi entre R$ 100 mil e R$ 150 mil.

Foram R$ 150 mil, e Adauto era o ministro dos Transportes:

– Não vejo nenhuma irregularidade em ser ajudado para pagar dívidas de campanha.

Nas fileiras do PT, algumas explicações: Wilmar Lacerda recebeu dinheiro para pagar dívidas de campanha. Solange Pereira de Oliveira, do diretório paulista, não quer comentar. E Raimundo Ferreira da Silva Júnior, que também é vice-presidente do PT do Distrito Federal, cumpriu ordens de Delúbio. Buscou o envelope, mas não sabia quanto tinha dentro:

– O Delúbio me ligou de São Paulo e pediu para que eu fosse até a agencia do Rural, onde deveria pegar um dinheiro que ele estava precisando para umas despesas. Ele me disse que precisava de alguém de confiança para buscar o pacote. Como sou amigo dele, nada mais natural.

O escândalo do jipe Land Rover. Silvio Pereira está na CPI dos Correios, com habeas-corpus para não ser preso. Não precisa responder, se não quiser. Pode evitar perguntas, e mesmo cair em contradição. Não sairá algemado. Show de cinismo. O ex-secretário-geral do PT nunca ouviu falar em mensalão. Não tem idéia sobre empréstimos de Marcos Valério ao PT.

O que fez Silvinho? Apenas um banco de dados, com mais de 5 mil nomes de pessoas, prontas para assumir postos no governo Lula. Gentilmente, informa aos integrantes da CPI: existem 1.400 cargos ocupados por filiados do PT, na administração federal.

Pressionado, Silvinho não se lembra se viajou no avião de César Roberto Santos Oliveira, alto executivo da empresa GDK, uma prestadora de serviços da Petrobrás.

– Eu mantinha contatos institucionais com César Oliveira, mas repito que não intermediei interesses da empresa.

Silvinho cala-se. Recusa-se a dizer se ganhou um jipe Land Rover de Oliveira:

– Não falo sobre meu patrimônio, por orientação dos advogados.

Tarde demais. O Jornal Nacional, da TV Globo, localiza o vendedor do jipe. O carro está em nome de Silvio Pereira. Um telefonema para o homem que fez o depósito, de R$ 73,5 mil. Ele é funcionário da GDK, e confirma tudo. O Brasil fica sabendo. Assessores do PT reconhecem o negócio, mas insistem: não houve irregularidades. Diz Silvio Pereira:

– Todas as informações estão no meu Imposto de Renda e poderão ser analisadas pela CPI.

Cai Marco Antônio Silva, o diretor de eventos da Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República, um dos mais importantes auxiliares do ex-ministro Luiz Gushiken. Militante do PT, foi acusado de favorecimento ilícito e tráfico de influência. É casado com Telma dos Reis Menezes da Silva, funcionária da Multi Action, a empresa de organização de eventos de Marcos Valério. Em um ano de governo Lula, a Multi Action movimentou R$ 28 milhões.

Marco Antônio Silva integrou a comissão julgadora da licitação que escolheu a agência de publicidade contratada pelos Correios. Venceu a SMPB de Valério. Contratada a SMPB, a Multi Action foi chamada para prestar serviços aos Correios.

Em depoimento à CPI dos Bingos, José Vicente Brizola acusa o PT gaúcho: o partido fez caixa 2 para a campanha eleitoral de 2002. Ele foi procurado por Carlos Fernandes, filho da candidata a senadora Emília Fernandes (PT-RS). Carlos Fernandes queria uma intermediação para pedir contribuições de campanha a empresários de jogo. Na época, Brizola, filho do ex-governador Leonel Brizola, presidia a Lotergs (Loteria do Rio Grande do Sul):

– Fui procurado pelo filho da senadora e por ela. Eles me propuseram que angariasse recursos para a campanha majoritária, com concessionárias e outros operadores, legais e ilegais.

Derrotada nas urnas, Emília Fernandes ocupou por um ano a secretaria especial da Mulher, no governo Lula.

O Campo Majoritário, corrente petista liderada por José Dirceu (PT-SP), obtém vitória em reunião da executiva nacional do partido, a mais alta instância partidária: por 18 votos a 7 fica rejeitada a suspensão das atividades partidárias do ex-tesoureiro Delúbio Soares, por 60 dias.

68 – 20/7/2005 Mais provas do mensalão. Chega ao Conselho de Ética da Câmara o teor de um depoimento prestado à Polícia Federal. É de Simone Vasconcelos, a diretora administrativa e financeira da SMPB, a agência de publicidade de Marcos Valério.

A confissão de Simone choca. Sozinha, sacou R$ 6,1 milhões de contas de Valério no Banco Rural. Os números foram apurados pela CPI dos Correios e são irrefutáveis. Simone entregou pacotes de dinheiro a desconhecidos. Ela pagava o mensalão. Era gente que a procurava na agência do Rural em Brasília, a mando de Valério. Todos pegavam os pacotes, sem conferir, e punham o conteúdo em pastas executivas.

Simone não tem a mínima idéia do destino do dinheiro, mas confessa: sentia-se “constrangida e preocupada de estar sendo identificada por desconhecidos”, e também por estar “entregando altas somas de dinheiro para estes, sem ao menos saber quem eram”.

Numa ocasião, Valério queria saber a cor da blusa de Simone, “para que fosse identificada pelo estranho que deveria receber o dinheiro”. Os valores variavam de R$ 50 mil a R$ 300 mil, sendo que, em algumas ocasiões, teve de levar altas somas até as mãos de Valério, em hotéis de luxo. Uma vez, levou o dinheiro até um táxi, que a esperava na frente de um centro de compras em Brasília.

Novas pessoas, novos saques. A CPI dos Correios usa os dados da quebra do sigilo bancário de Marcos Valério para identificar o caminho do dinheiro. Surge Zilmar

Fernandes da Silveira, a sócia do publicitário Duda Mendonça. Foi identificada uma retirada de Zilmar de R$ 250 mil. Duda é ligado ao presidente Lula e responsável pela campanha eleitoral de 2002, que o elegeu. Além de orientar ações do presidente, administra os contratos de publicidade da Petrobrás, Ministério da Saúde e Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República.

Rodrigo Barroso Fernandes, assessor do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT), sacou R$ 274 mil. Com a notícia, é desligado da Prefeitura. E começa a novela de um tal Roberto Marques, o amigo de José Dirceu (PT-SP) que fugiu feito o diabo da cruz, de uma retirada de R$ 50 mil.

Outros nomes: Paulo Menegucci, diretor dos Correios. Recebeu R$ 205 mil. Jair dos Santos, motorista do presidente do PTB, Flávio Martinez. Sacou R$ 300 mil. Nestor Francisco de Oliveira, assessor do deputado Roberto Brant (PFL-MG). Pegou R$ 102 mil no banco. Cantídio Cotta Figueiredo, candidato a deputado pelo PTB. Sacou R$ 68 mil. Luiz Carlos de Miranda Faria, outro candidato do PTB. Fez retirada de R$ 68 mil. Benoni Nascimento de Moura, da corretora Bônus-Banval. Pôs a mão em R$ 255 mil. E Luiz Carlos Masano, também ligado à Bônus-Banval. Recebeu R$ 50 mil. Suspeita-se das ligações da Bônus-Banval com o deputado José Janene (PP-PR).

Chamam a atenção, ainda, os saques atribuídos a David Rodrigues Alves, um policial mineiro, no valor de R$ 4,9 milhões. Localizado o policial, ele explica que foi contratado por Cristiano de Mello Paz, sócio de Marcos Valério.

A história dele: recebia entre R$ 50 e R$ 100 sempre que ia buscar dinheiro no Banco Rural e o levava diretamente a Paz, na SMPB em Belo Horizonte. Diz o policial:

– Os pacotes já estavam prontos nas agências, eu apenas assinava o recebimento. Meu trabalho era retirar o dinheiro e entregar na SMPB. Quero deixar claro que eu fazia a retirada do dinheiro do banco. Eu não sacava e não sei de quem era o dinheiro.

Paz, o sócio de Valério, informa, por meio da assessoria, que não conhece o policial. O policial devolve, à altura: foi apresentado a Paz por um doleiro, Haroldo Bicalho.

O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) admite nos bastidores renunciar ao mandato. A mulher dele, Márcia Milanésio Cunha, sacou mesmo R$ 50 mil do valerioduto, no Banco Rural. Cunha chegou a escrever a carta de renúncia, mas José Dirceu (PT-SP) e os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, o convencem a recuar.

Cunha não comenta a quase-renúncia. A assessoria, porém, já está pronta para rebater: os R$ 50 mil foram gastos integralmente na campanha eleitoral de Osasco (SP). Com o tempo, a versão vai ser aprimorada. E o deputado? Viajou com a família para destino ignorado. Por dez dias.

Não há mais dúvida: Silvio Pereira ganhou o jipe Land Rover da GDK, a empresa contratada pela Petrobrás. César Roberto Santos Oliveira, vice-presidente da GDK, deu mesmo o presente ao secretário-geral do PT. José Paulo Boldrin, dono da revendedora de automóveis Eurobike, de Ribeirão Preto (SP), confirmou o negócio. Vendeu o carro depois que recebeu um depósito de R$ 73.500,00. O jipe é um Land Rover modelo Defender 90-SW, ano 2003. O carro já saiu da Eurobike em nome de Silvinho. E foi entregue na casa dele, em São Paulo.

A GDK doou R$100 mil para a campanha de Lula. Em 2003, primeiro ano de governo, faturou R$ 145 milhões em contratos com a Petrobrás. Em 2004, venceu dez licitações promovidas pela estatal. Total em jogo: R$ 512 milhões. O maior contrato foi

para reformar a plataforma de extração de petróleo P-34, no valor de US$ 88 milhões. Em 2005, mais cinco contratos celebrados com a Petrobrás, no valor de R$ 272 milhões.

Na campanha eleitoral de 2004, a GDK só deu dinheiro para uma campanha política. Foi a de Osasco (SP), justamente o berço político de Silvinho. Doou R$ 400 mil para o candidato Emídio de Souza (PT), e com isso foi a maior doadora daquela campanha.

Silvinho chegou a pedir R$ 79 mil pelo Land Rover, mas anuncia que desistiu de vender. Ele se desliga do PT.

Com estrela do PT na lapela, Delúbio Soares depõe à CPI dos Correios. Protegido por habeas-corpus, não pode ser preso. Ao longo de todo o escândalo, como se verá, Delúbio agiu sempre como um grande escudo, protegendo Lula e a cúpula do PT. Isenta o governo e integrantes do PT de quaisquer responsabilidades pelas transações financeiras com Marcos Valério. Assume todos os eventuais erros. Mata no peito. Orientado por advogados, evita o caixa 2:

– Não existe caixa 2, existe dinheiro não-contabilizado.

Nega a existência do mensalão. Deixa dúvidas:

– Eu definia quem iria receber o dinheiro. Quem definia o método de pagamento do dinheiro era o Marcos Valério. Eu não sei como era feita a entrega do dinheiro.

E foi assim que tudo começou, segundo Delúbio: Valério se ofereceu para pagar dívidas de campanha, "eu concordei". Simples assim. Tudo "na base da confiança". Sem documentos ou contratos, sem que ninguém do partido tivesse conhecimento. E como devolver os quase R$ 40 milhões que foram emprestados dos bancos? O tesoureiro do PT arranca risos dos parlamentares presentes à sessão:

– Estou diante de um grande problema, e preciso resolvê-lo o mais rápido possível.

Delúbio esquiva-se de responder sobre a quantia de R$ 29.436,26 emprestada pelo PT ao presidente Lula, em 2003. O dinheiro vai dar muito pano para manga. Por ora, a informação: no livro-caixa do PT, oficialmente entregue ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o dinheiro foi quitado em quatro vezes. Diz o tesoureiro:

– Nossa prestação de contas é rigorosa.

Questionado sobre a legalidade do ato, encerra o assunto:

– Não convém me pronunciar.

Mais números contra Marcos Valério. Dos R$ 836 milhões faturados nos últimos seis anos pelas 14 empresas das quais o empresário aparece no período como sócio, o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) descobre: R$ 500 milhões não tiveram origem identificada. Simples assim. E surge mais um braço financeiro de Valério, aliás: o BRB (Banco de Brasília), pelo qual passaram, em dois anos, R$ 100 milhões. É dinheiro atribuído às chamadas "contas lavanderia".

A movimentação é descrita como atípica. Depósitos e transferências imediatas, que vão de R$ 20 mil e R$ 120 mil, feitas pelo sistema TED (Transferência Eletrônica Direta). O dinheiro é posto instantaneamente nas contas dos beneficiados. Ninguém sabe, ninguém viu.

Em cinco anos, Valério pagou R$ 26 mil de imposto de renda. Dinheiro para comprar um carro popular. Para o fisco, ele tem uma renda média mensal pouco superior a R$ 5.000,00. O patrimônio declarado, porém, é de R$ 18,5 milhões. 80% dos bens, nos nomes da mulher, Renilda de Souza, e dos filhos. Em 2004, Valério pagou apenas R$ 2.800,00 de impostos. Em 2005, R$ 3.000,00.

Depoimento à Comissão de Ética da Câmara. Maria Christina Mendes Caldeira, ex-mulher do deputado Valdemar Costa Neto, presidente do PL, faz relato sobre a conversa telefônica entre o ex-marido e o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ). Os dois trataram de operação financeira para atrair deputados para a bancada do PL.

– Ouvi a conversa e vi o dinheiro, guardado no cofre da nossa casa.

Ela testemunhou a entrega de uma mala repleta de dólares ao deputado maranhense Remi Trinta. Ouviu o diálogo em que Valdemar pede para Jacinto Lamas, o tesoureiro do PL, pegar "várias malas" em Belo Horizonte:

– Ele era como o boy do Valdemar.

Além de movimentar altas somas, o ex-marido tinha o costume de andar de jatinho e torrar milhões em cassinos. Em uma noite, perdeu US$ 500 mil numa casa de jogo do Uruguai. Outra vez, foram US$ 300 mil em Las Vegas, nos Estados Unidos.

– Na volta de uma viagem acabei trazendo, sem saber, uma mala de dinheiro.

O Congresso Nacional instala a CPI do Mensalão. O governo tem o controle da comissão, com a nomeação do senador Amir Lando (PMDB-RO) para presidente, e do deputado Abi-Ackel (PP-MG) para relator. Lando foi ministro da Previdência de Lula, é peemedebista fiel ao Planalto. Quem o banca é o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Abi-Ackel foi ministro da Justiça do presidente João Figueiredo (1979-1985). Diz Mercadante:

– É um deputado acima de qualquer suspeita.

69 – 21/7/2005 Mais um deputado do PT no escândalo do mensalão. É José Mentor (SP), ligado a José Dirceu (PT-SP) e à ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP), da qual foi líder de governo na Câmara Municipal de São Paulo. Mentor recebeu dois cheques, no total R$ 120 mil. Os documentos estão entre os comprovantes de R$ 50 milhões transferidos de contas de Valério, via Banco do Brasil.

Os R$ 120 mil vieram da 2S Participações, empresa ligada a Valério, que movimentou R$ 26,4 milhões em dois anos. O dinheiro foi transferido para o escritório de advocacia de Mentor. O deputado o vincula a um serviço jurídico que prestou a Rogério Tolentino, sócio de Valério. Importante: no escritório de Mentor não há cópias do parecer que diz ter elaborado.

Mentor foi identificado por causa de um cheque nominal. Na maior parte dos casos, porém, os cheques do Banco do Brasil em poder da CPI dos Correios só mencionam números sigilosos, as próprias contas bancárias dos favorecidos.

Outro detalhe importante: em julho de 2004, quando Mentor pôs as mãos nos cheques, ele ainda ocupava o cargo estratégico de relator da CPI do Banestado. A comissão investigava lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Suspeita-se que Mentor poupou o Banco Rural, ligado a Valério, no relatório final da CPI.

O deputado Paulo Rocha (PT-PA), líder do PT na Câmara dos Deputados, afasta-se do cargo. Ligado a José Dirceu (PT-SP), foi tesoureiro do PT do Pará e presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT) paraense. Sai sem explicar saques no total de R$ 470 mil, supostamente feitos pela assessora Anita Leocádia Pereira Costa. O dinheiro foi retirado de uma conta bancária de Valério, no Banco Rural. Rocha até prometeu dar entrevista, mas depois voltou atrás. E sumiu do gabinete.

A nota da assessoria de Rocha, coerente com as explicações de Lula, Delúbio e Valério, mas contradizendo o que ele dissera anteriormente: o deputado pedira R$ 300

mil a Delúbio para quitar gastos de campanha no Pará. Não há menção sobre os R$ 170 mil restantes. Como se verá, há mais dinheiro envolvido.

A Polícia Federal avança no caso da cueca milionária. Reúne indícios sobre a origem dos R$ 200 mil encontrados numa maleta e os US$ 100 mil escondidos nas partes íntimas, tudo transportado por José Adalberto Vieira da Silva, o assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE). Tudo indica que é propina. A suspeita vem do fato de Vieira da Silva ter se encontrado com um dono de empreiteira. Do procurador Márcio Torres, sobre o depoimento de Vieira da Silva ao Ministério Público Federal:

– Ele confirma que esteve com o empresário José Petronilho de Freitas. Disse que foi fazer uma visita e conversaram amenidades, nada a ver com o dinheiro.

O empresário é ligado a Cavan. Está em jogo um negócio de R$ 450 milhões. O sistema de transmissão de energia elétrica do Nordeste prevê a construção de um linhão de 550 quilômetros. Vai ligar Teresina a Fortaleza. O empreendimento tem financiamento do BNB (Banco do Nordeste do Brasil). Envolve ainda a Chesf (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco).

Recapitulando: quando recebeu ordem de prisão no aeroporto de Congonhas, flagrado com a dinheirama, Vieira da Silva telefonou ao amigo petista e assessor especial do BNB, Kennedy Moura, que seguiu para São Paulo. A propósito, também estava na capital paulista o deputado Guimarães. Foi ele, aliás, quem indicou Moura para o BNB de Lula. Suspeita-se que Vieira da Silva era apenas "mula", alguém incumbido de transportar dinheiro.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o procurador da República Ronaldo Meira de Vasconcellos acusa Waldomiro Diniz, "a mão invisível que estimulava a jogatina no país". Waldomiro, que então presidia a Loterj, estatal das loterias, foi o responsável pela portaria que autorizou os jogos eletrônicos no Rio. Vários Estados copiaram o dispositivo legal. Diz o procurador da República:

– Era um convite estimulando a prática da jogatina.

Lula demite Olívio Dutra (PT-RS), o ministro das Cidades. É um acordo para dar espaço ao PP. Em seu lugar assume Márcio Fortes, uma indicação do presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Dutra não esconde o ressentimento:

– O PT tem problemas muito sérios, que acabam respingando no governo.

Para Dutra, "disputa" e "concentração de poder no governo" deram espaço para o crescimento da "erva daninha" da corrupção. Ele não explica nem cita nomes, mas acrescenta, com gravidade:

– O problema foi provocado por figuras e políticos que predominaram por certo tempo dentro do nosso partido.

"Escárnio à nação". O título, do editorial da Folha de S.Paulo. Fala dos saques nas contas das empresas de Marcos Valério, que "indicam que o dinheiro não servia apenas para financiar ou saldar dívidas de campanhas, mas para complementar salários":

"Vai ficando cada vez mais claro que os desvios praticados pelo Partido dos Trabalhadores não dizem respeito a um esquema pelo qual irregularidades seriam cometidas em nome de uma causa política – o que, de qualquer forma, caracterizaria corrupção e crime."

Outro trecho:

"Perplexos, os brasileiros que acompanham o desenrolar dos depoimentos e das revelações da imprensa vão assistindo ao desvelamento de um amplo esquema de apropriação da máquina pública e movimentação irregular de recursos orquestrado pela cúpula do PT, com evidentes ramificações no governo federal."

70 – 22/7/2005 A dívida de R$ 29.436,26 do presidente Lula. Durante cinco dias, a Folha de S.Paulo procurou explicações do Palácio do Planalto. Queria saber como o débito fora pago. O governo, finalmente, emitiu uma nota: "A Presidência da República não tem conhecimento dessas informações, que devem ser buscadas junto ao Partido dos Trabalhadores".

A Folha recorda: no segundo dia, o Planalto ainda respondeu que o dinheiro se referia a viagens de Lula, como presidente de honra do PT. Em seguida, estranhamente, retirou a informação. Ou seja, ela não procedia. Depois disso, nenhuma nova manifestação.

Dados da prestação de contas do PT, assinados pelo então tesoureiro Delúbio Soares e entregues ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral): a primeira das quatro parcelas que quitou a dívida de R$ 29.436,26 foi de R$ 12 mil. O dinheiro foi depositado em 30 de dezembro de 2003, ao final do primeiro ano do governo Lula.

No mesmo dia, coincidência! Extratos bancários do PT encaminhados ao mesmo TSE revelam um depósito on line na conta do diretório nacional. Nos extratos aparece o nome da funcionária Solange Pereira Oliveira, da tesouraria do PT. O nome dela também faz parte da lista dos sacadores de dinheiro das contas de Marcos Valério. Retirou R$ 100 mil, em dinheiro vivo.

A grande dúvida, que perdura: a dívida de Lula teria sido paga com dinheiro de caixa 2, das contas de Valério? Outra informação, apurada pelos repórteres Marta Salomon e Rubens Valente: no mesmo 30 de dezembro de 2003, um saque na conta da SMPB de Valério. Não há identificação a respeito. O nome do sacador desapareceu dentro da sala da CPI dos Correios. Intrigante. Quem desapareceu também foi Solange. Desapareceu da sede do PT. A nova direção do PT não se manifesta a respeito.

Em viagem ao Rio, Lula ridiculariza as investigações sobre o escândalo do mensalão:

– O que o povo quer mesmo é resultado. É saber se, no frigir dos ovos, a sua vida vai estar melhor do que quando nós entramos no governo.

Em outras palavras, Lula defende o "rouba, mas faz".

Após almoçar com trabalhadores na refinaria da Petrobrás em Duque de Caxias (RJ), o presidente, exaltado, diz que ninguém lhe dá lição de ética:

– Eu conquistei o direito de andar de cabeça erguida neste país. E não vai ser a elite brasileira que vai me fazer abaixar a cabeça.

Não se trata disso, evidentemente. Trata-se, isso sim, de um sofisticado esquema de corrupção, montado por um grupo de políticos que gravita em torno do presidente.

Surgem evidências contra mais um deputado do PT. O Professor Luizinho (PT-SP) também usufruiu os serviços de caixa 2 de Marcos Valério. Ex-líder do governo Lula na Câmara, Luizinho é ligado a José Dirceu (PT-SP). Ele, no entanto, manda Rosana Lima, sua solícita chefe de gabinete, negar: o José Nilson dos Santos identificado entre os sacadores do esquema do mensalão não é o José Nilson dos Santos que trabalha para ele. É um homônimo.

O José Nilson assessor, segundo a chefe de gabinete, trabalha em Santo André (SP). "Nunca esteve em Brasília com a finalidade de sacar dinheiro no Rural. Não sacou R$ 20 mil de forma alguma". Acreditou?

O deputado José Borba (PMDB-PR) vai para o noticiário. Ele não aparece como sacador, nem funcionários dele aparecem como sacadores. Mas Borba esteve no Banco Rural em Brasília, no mesmo dia e horário que Simone Vasconcelos, a diretora administrativa e financeira de Marcos Valério.

Em 26 de novembro de 2003, ela fez quatro saques, num total de R$ 400 mil. De acordo com o sistema de controle, Borba entrou no prédio apenas dois minutos antes de Simone. Saiu cinco minutos depois. Cena de cinema. Uma semana depois, 3 de dezembro: Borba e Simone, novamente. No mesmo dia, no mesmo Banco Rural.

71 – 23/7/2005 A revista Veja noticia: Marcos Valério pediu ao deputado João Paulo Cunha (PT-SP) garantias de que não será "enjaulado" por causa do escândalo do mensalão. Além disso, exigiu dinheiro para garantir o futuro da família. Valério teria mandado recado: se não for atendido, vai para Brasília com "quilos de documentos". Frase atribuída a Valério, com referência a Lula:

– Vocês vão se ferrar. Avisa ao barbudo que tenho bala contra ele.

Outra ameaça:

– Quem tiver motivos para preocupação, pode ir se preocupando.

Conforme Veja, Valério pediu ao governo para deixá-lo intermediar uma operação de corretagem, envolvendo a liquidação do Banco Econômico. Um negócio que renderia R$ 200 milhões.

Em outro momento, Valério menciona o procurador-geral, Antonio Fernando de Souza, e o tesoureiro Delúbio Soares:

– A realidade é bem simples. O PT me pediu dinheiro emprestado e está provado que tomei os empréstimos nos bancos. Entreguei todos os contratos ao procurador-geral da República. O tesoureiro diz que o dinheiro foi para o PT. A nova direção fala que vai dar o cano nos empréstimos que beneficiaram o PT. O beneficiado foi o PT e as pessoas que ele apontou. Não paguei a ninguém da minha cabeça. Se mandou pagar ao PL ou ao PP, ou a que partido for, se foi para pagar dívidas de campanha ou para gastos de pré-campanha, isso não me diz respeito.

A revista Época acusa o deputado Abi-Ackel (PP-MG), o relator da CPI do Mensalão. Ele teria ligações com Marcos Valério, que doou R$ 100 mil para a campanha dele a deputado federal, em 1998. O filho, Paulo Abi-Ackel, recebeu R$ 50 mil de Valério.

Abi Ackel dá entrevista. Diz não se lembrar do fato, ocorrido sete anos atrás. Mas nega que as supostas doações possam prejudicar o trabalho do relator:

– Estou apurando o mensalão, que pressupõe uma contribuição periódica para votar com o governo. Em 1998, era outra situação.

Mais tarde, a explicação: a contribuição de Valério foi recebida não por ele, mas pelo setor financeiro da campanha de Eduardo Azeredo (PSDB), candidato na época a governador de Minas. O depósito, decisão de Cláudio Mourão, o tesoureiro da campanha.

A Folha de S.Paulo vai a Santo André (SP). O promotor Amaro José Thomé Filho suspeita que a Prefeitura funcionou como um "laboratório" para o esquema de caixa 2 do PT em Brasília. A comparação é com uma suposta operação de coleta de

propina de empresários de ônibus. O promotor investiga corrupção na gestão do ex-prefeito Celso Daniel (PT), assassinado em 2002:

– Com o andamento das investigações, tanto no âmbito municipal quanto no federal, podemos chegar à conclusão de que Santo André pode ter servido de laboratório para a implantação de um esquema muito maior.

Entre as semelhanças dos dois esquemas de "sangria" de verbas públicas, a participação de empresários, tesoureiros de partido, membros da cúpula do PT, o uso de malas para transportar dinheiro e a presença do deputado José Dirceu (PT-SP).

Outro promotor do caso, Roberto Wider Filho, critica o arquivamento do pedido de abertura de inquérito para investigar Dirceu. Foi decisão de Nelson Jobim, o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal):

– A gente teve notícia de que o dinheiro iria para José Dirceu. Isso foi encaminhado à Procuradoria, mas o ministro Jobim impediu a instauração de um inquérito.

A Folha traz artigo de Cláudio Weber Abramo, diretor-executivo da Transparência Brasil. Trata de caixa 2:

"Se uma empresa não doa abertamente recursos para um partido, mas prefere fazê-lo por debaixo do pano, isso não se explica por anseios de discrição quanto a fervores ideológicos, mas por uma entre duas hipóteses possíveis. Em período pré-eleitoral, trata-se de investimento com expectativa de retorno material futuro, na forma de vantagens de diferentes tipos, todas elas fraudulentas. Em período pós-eleitoral, trata-se do pagamento da propina devida pela materialização daquelas vantagens."

Outro trecho: "Caixas 2 são montados com dinheiro proveniente de corrupção. São subornos oriundos de contratos superfaturados, conseguidos pelo direcionamento de licitações públicas, da leniência na fiscalização de contratos, do perdão ou redução de dívidas e multas previdenciárias e tributárias, da promulgação de regulações que beneficiam inteiros setores econômicos, de achaques para a concessão de licenças, da omissão cúmplice de agências reguladoras e de uma multidão de outros mecanismos fraudulentos".

72 – 24/7/2005 O instituto DataFolha divulga pesquisa. 78% da população acreditam existir corrupção no governo Lula. Em entrevista à Folha de S.Paulo, o respeitável senador Jefferson Péres (PDT-AM) diz estar convencido de que o presidente sabia de todo o esquema de corrupção. Foi poupado apenas dos detalhes. Péres acredita nos pagamentos:

– Talvez não na forma de uma mesada, mas acho que eram pagamentos pontuais. Sempre que precisavam, os parlamentares subornados, para aderir ou permanecer no governo, recorriam ao caixa 2 do Delúbio. Pouco importa que tenha sido mensal, semestral ou esporádico. Configura suborno, corrupção.

A Folha traz o editorial "A Lavabrás". Trata da lavanderia "de dinheiro escuso destinado a alimentar campanhas, partidos e políticos":

"A documentação que vai chegando às mãos da CPI e as revelações trazidas pela imprensa começam a completar, pouco a pouco, o quebra-cabeça do esquema de movimentação irregular de dinheiro por intermédio das empresas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza. Ao que tudo indica, o país está diante de uma grande operação de captação de recursos de caixa 2 e lavagem de dinheiro pela qual o empresário vinha abastecendo o Partido dos Trabalhadores e os políticos por ele indicados."

O editorial prossegue: “Os fatos apurados já reduziram a pó a fantasiosa versão de que as empresas de Valério apenas ofereceram uma providencial ajuda à legenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se encontrava em dificuldades para saldar compromissos de campanha e se viu forçada a operar com dinheiro ‘não contabilizado’”. E mais:

“São cada vez mais enfáticos os sinais de que o publicitário conta com uma rede de empresas utilizada para intermediar doações clandestinas e procurar ‘esquentá-las’. Não se sabe ainda a dimensão do fundo que se acumulou, mas os indícios são de que parte considerável da arrecadação se encontra no exterior.”

O jornal O Estado de S. Paulo revela bastidores do “esquema megalomaníaco” montado pelo PT. Descreve como o tesoureiro Delúbio Soares “terceirizou” a Secretaria de Finanças do partido, repassando atribuições a Marcos Valério. Para a repórter Vera Rosa, o “gabinete de crise” do PT estima em R$ 160 milhões as dívidas do partido, acumuladas em dois anos e meio de governo Lula.

A reportagem menciona gastos milionários em aluguel de jatinhos e helicópteros, para transportar dirigentes partidários. Durante as viagens, hospedagens em suítes de hotéis de luxo:

“Enquanto isso, as empresas de Marcos Valério, dono das agências SMPB e DNA, amealhavam contratos e negócios no governo, principalmente em estatais, como Correios, Banco do Brasil e Eletronorte. Para agradar aos petistas, vez por outra o publicitário financiava festas de embalo, que contavam com participação de dirigentes da legenda, deputados e até funcionários do Banco do Brasil.”

Declaração do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP):

– É muito curioso que empréstimos vultosos do Banco Rural, BMG e Banco do Brasil tenham sido dados sem nenhum tipo de garantia, só por relação de amizade.

Segundo a experiente repórter, José Dirceu (PT-SP) “sempre foi visto como o homem que dava as cartas no partido mesmo à distância, durante a gestão de Genoino”. E mais:

“Sempre em dobradinha com Valério, um seleto grupo de petistas distribuía dinheiro conforme suas conveniências e mantinha operadores próprios em Estados e municípios. Candidatos amigos ou que serviam para alavancar projetos políticos futuros ganhavam mundos e fundos. Os outros recebiam o que se convencionou chamar no PT de ‘ração’: pacote básico ‘estrela’, com material institucional.”

Ainda em O Estado: fundos de pensão de empresas estatais aplicaram, durante o governo Lula, R$ 600 milhões. Os principais beneficiários, apenas três bancos. Dois deles estão no centro da crise: BMG e Banco Rural. O outro, o Banco Santos.

73 – 25/7/2005 Equipe de reportagem da TV Globo flagra Delúbio Soares ao deixar seu apartamento nos Jardins, em São Paulo. Está no automóvel Marea HLX, com acessórios e blindagem, comprado pelo PT por R$ 104 mil. Faz quase três semanas que o tesoureiro supostamente está desligado do partido, embora o salário, de R$ 12 mil, continue sendo pago pelo partido.

Depois do flagrante, o novo tesoureiro, deputado José Pimentel (PT-CE), apressa-se em recolher o carro blindado e a anunciar a venda do veículo. Delúbio e Silvio Pereira, o Silvinho, são clientes dos advogados Arnaldo Malheiros e Celso Vilorde, dois dos mais prestigiados criminalistas do país, com serviços advocatícios cotados em R$ 2 milhões. As novas lideranças do PT garantem que o partido não pagará mais advogado para ex-dirigente. Não é bem assim.

O deputado Romeu Queiroz (PTB-MG) admite o recebimento de R$ 102 mil do valerioduto. O dinheiro veio da conta da SMPB no Banco Rural, em 31 de agosto de 2004. Queiroz assegura: o repasse não ficou com ele, foi transferido para candidatos do interior de Minas Gerais, do PTB e do PT. O deputado não fornece nomes.

Mais um beneficiário do caixa 2 do PT. É o secretário de Finanças do PT de Minas Gerais, Carlos Magno Ribeiro Costa. Ele recebeu R$ 90 mil. Em férias, não é localizado para dar explicações.

A CPI dos Correios identifica novos depósitos milionários. A corretora Bônus-Banval fora relacionada ao deputado José Janene (PP-PR). Num primeiro momento apareceram saques efetuados no Banco Rural, num total de R$ 305 mil, destinados a pessoas ligadas à empresa. Agora a coisa ficou mais séria. A Bônus-Banval recebeu R$ 2,9 milhões da empresa 2S, de Valério, por meio de sete transferências eletrônicas feitas no Banco do Brasil.

Surgem também depósitos suspeitos de R$ 6 milhões na conta da Garanhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações. São transferências por meio de cheques do Banco Rural. Garanhuns (PE), a propósito, é a cidade de nascimento de Lula. No endereço registrado da empresa, em Santana do Parnaíba (SP), um terreno baldio, usado como campinho de futebol.

Jorge Moura, ex-presidente da Refer, o fundo de pensão dos ferroviários, acusa: Marcelo Sereno, homem de confiança de José Dirceu (PT-SP), tentou influenciar um investimento de R$ 1,4 bilhão da Refer. Para Moura, Sereno tentou direcionar as aplicações do fundo de pensão para os bancos Rural, BMG, Santos e Pactual.

Ele denuncia outras pressões, vindas do deputado Carlos Santana (PT-RJ). A mulher dele, Tânia Santana, ocupava cargo na diretoria da Refer. Do esquema participariam Cristina Montemor, a presidente do conselho deliberativo da Refer, ligada a Santana, e Juarez Barroso, integrante do PT e secretário de Administração da Prefeitura de Nova Iguaçu (RJ).

O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) defende a quebra de sigilos dos fundos de pensão. Quer provar que não existiram empréstimos dos bancos Rural e BMG para o PT:

– Não tem empréstimo, o que houve foi um ajuste contábil para maquiar a entrada do dinheiro nos cofres do partido.

74 – 26/7/2005 Depoimento à CPI dos Correios. É de Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, mulher de Marcos Valério, sócia das agências de publicidade DNA e SMPB. Ponto alto do que diz: o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) participou das negociações que culminaram nos dois empréstimos concedidos pelos bancos Rural e BMG ao PT, operações avalizadas por Valério.

Renilda Maria dá detalhes: Dirceu viajou a Belo Horizonte no fim de 2004, para se reunir com dirigentes do Banco Rural e discutir empréstimos para o PT. O encontro foi no Hotel Ouro Minas. Segundo ela, o ex-ministro também esteve com diretores do BMG em Brasília. Numa tacada, Valério espeta Dirceu e ainda sustenta a tese da conveniência, a dos empréstimos para rechear os cofres do caixa 2 do PT.

Por meio de nota, Dirceu não foge. Manteve encontros com executivos dos dois bancos, mas nega ter tratado de empréstimos ao PT. De acordo com a assessoria, a conversa com diretores do BMG, no Palácio do Planalto, tratou da conjuntura econômica.

A agenda do Ministério da Casa Civil informa, ainda, que houve uma terceira reunião, em agosto de 2003, em Brasília, com Kátia Rabelo, a presidente do Banco Rural. Durante os 30 meses em que permaneceu à frente da Casa Civil, Dirceu manteve encontros com dirigentes de quatro bancos: Rural, BMG, Bradesco e Citibank.

Da jornalista Dora Kramer, em O Estado de S. Paulo:

"Está bem que José Dirceu não tenha falado com as diretorias dos bancos Rural e BMG sobre os empréstimos ao PT e, como alega o Rural, tenha se reunido com eles para discutir a liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco. Desde quando é normal um ministro da Casa Civil fazer reuniões em hotéis para tratar com diretores de bancos da liquidação de instituições financeiras? A emenda parece pior que o soneto."

Não foi só o jipe Land Rover de Silvio Pereira. A GDK, contratada da Petrobrás, também emprega Mônica Wagner, filha do novo ministro das Relações Institucionais de Lula, Jaques Wagner (PT-BA). Ela trabalha na empresa desde maio de 2004. Na época, o pai comandava o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, nomeado por Lula. Em 2002, a GDK doou R$ 225 mil para a campanha do PT na Bahia. Wagner era o candidato a governador.

75 – 27/7/2005 A CPI dos Correios aprova pedido de prisão preventiva para Marcos Valério. A decisão ocorre duas semanas após a descoberta das notas e documentos da DNA, queimados em Minas. A justificativa para a prisão é o risco de Valério destruir provas que possam contribuir para a elucidação do escândalo.

O PL consultou o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE). Nos bastidores, a idéia de retirar a representação que pediu a abertura do processo de cassação de Roberto Jefferson (PTB-RJ). É a primeira tentativa de acordão. Teme-se uma cassação em massa de deputados.

Em troca, o PTB desistiria de pedir processos contra cinco deputados do PL. O repórter Ranier Bragon, da Folha de S.Paulo, questiona o líder do PL, deputado Sandro Mabel (GO). Mabel quer saber de Jefferson:

– Se ele voltar atrás, nossa representação perdeu o efeito, aí nós não temos problema nenhum. O que nós temos de limpar é essa história de mensalão, nunca existiu isso. Se ele falar: "Ó, o mensalão eu não provei, mas provei que existiu dinheiro de campanha etc", aí é outro departamento. Agora essa história de tirar para fazer acordo... Acordo de quê?

Segundo Mabel, Jefferson é o interessado no acordo. Deseja ser governador do Rio e por isso tenta evitar a cassação. A manobra se frustra porque vem a público. Diz Jefferson:

– Não negocio com vagabundos.

Apesar das negativas, José Nilson dos Santos é mesmo o assessor do deputado Professor Luizinho (PT-SP), ex-líder do governo Lula na Câmara. Sacou R$ 20 mil em dinheiro, de conta bancária da SMPB de Marcos Valério. Foi em 23 de dezembro de 2003, no Banco Rural. Deixou o número do RG na agência. Reação do Professor Luizinho:

– Alguém está montando documentação falsa. Vou processar todos.

Em Santo André (SP), o assessor confirma o número do RG, mas alega estar surpreso:

– Não sei o que aconteceu. Nunca entrei em uma agência do Banco Rural. Nem aqui nem em Brasília.

José Nilson dos Santos está na lista das 11 pessoas indicadas pelo PT a Valério. Todas autorizadas a fazer saques de dinheiro, diretamente do caixa 2 do partido. Já faz sete anos que o assessor trabalha com Luizinho.

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), envia ofício ao Conselho de Ética da Câmara. Confirma que alertou Lula sobre o esquema de pagamentos a parlamentares, em 5 de maio de 2004. Diz o documento:

"Relatei ao senhor presidente que ouvira rumores sobre a existência de mesada a parlamentares em conversas informais em Brasília, porém sem provas concretas. Repeti o inteiro teor das informações que havia recebido. O senhor presidente disse que não tinha conhecimento e que ia tomar as providências que o assunto requeria. Não sei quais foram as providências tomadas."

Perillo aponta duas testemunhas da conversa, que estavam dentro do carro. O motorista e o chefe da segurança do presidente. Nunca foram chamados pela CPI dos Correios, jamais depuseram.

Mais uma mala, com R$ 200 mil em dinheiro, nas mãos de um integrante do PT. O líder do partido na Câmara Municipal de Vitória da Conquista (BA), vereador Alexandre Pereira, não fala sobre o assunto. Ele foi procurado pelo repórter Biaggio Talento, do jornal O Estado de S. Paulo, que procurava detalhes sobre o que ocorrera com Geraldo Reis, membro do diretório do PT da Bahia

Reis tem ligações com o deputado Guilherme Menezes (PT-BA). Em 12 de julho de 2005, foi assaltado quando transportava a tal mala, numa viagem de ônibus entre Salvador a Vitória da Conquista. Ficou de mãos vazias. De acordo com o relato de passageiros do ônibus, até os assaltantes ficaram surpresos com a quantidade de dinheiro. Reis não faz comentários.

Para Pereira, agora, não eram R$ 200 mil, mas R$ 20 mil. E dinheiro para pagar os advogados do prefeito de Vitória da Conquista, José Raimundo Fontes (PT). O assalto da mala não teve registro na polícia. Não foi pedida investigação.

76 – 28/7/2005 Manifestações populares contra a corrupção ocorrem no Rio e em Porto Alegre. Nos protestos, chuva de ovos e confrontos entre populares e policiais militares. Em Brasília, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, descarta a prisão preventiva de Marcos Valério. Para ele, não existem fatos que indiquem uma tentativa de obstrução das investigações. Só isso justificaria a prisão. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Nelson Jobim, nega pedido de prisão de Valério, formulado pela Polícia Federal. A representação baseava-se na queima e destruição de documentos da agência DNA.

Cheiro de pizza no ar. A abertura de diversas frentes de investigação dá a sensação de perda de controle das apurações. Exatamente como o governo queria. O turbilhão de informações tira o foco dos trabalhos da CPI dos Correios. Nos jornais, denúncias sobre o envolvimento de membros da oposição em esquemas de corrupção repercutem e confundem a opinião pública. São acusações envolvendo as agências de Valério na campanha de Eduardo Azeredo (PSDB) ao governo de Minas, em 1998. Ele não foi eleito.

No Congresso, trazem intranqüilidade os boatos sobre a existência de uma lista, com nomes de mais de 100 parlamentares, todos supostos recebedores de dinheiro do valerioduto. O governo continua a negar o esquema do mensalão. Refuta atos e crimes de corrupção, e insiste na tese de que o dinheiro serviu apenas para liquidar dívidas de

campanhas eleitorais. Quer que o problema atinja a todos, indiscriminadamente. Jaques Wagner (PT-BA), ministro das Relações Institucionais, fala de caixa 2:

– No que toca o financiamento de campanha, pelas regras atuais, todo mundo tem.

Análise da movimentação das contas bancárias das empresas de Marcos Valério faz alimentar as provas do esquema de corrupção. Novas revelações vêm a público: o deputado João Magno (PT-MG) recebeu duas transferências eletrônicas da SMPB, pelo Banco Rural. Um total de R$ 29 mil, em agosto e setembro de 2004.

Por meio da assessoria, explicações. A mesma ladainha: Magno nunca teve contato com a SMPB, mas nas eleições de 2002 pediu ajuda financeira a Delúbio Soares. Ele deu. Mais nada.

Outro que se apresenta para tentar explicar, o deputado Romeu Queiroz (PTB-MG). Os R$ 50 mil depositados na conta dele, transferidos eletronicamente em agosto de 2004 da conta da SMPB no Banco Rural, são parte das doações de campanha daquele ano. Vieram da empresa siderúrgica Usiminas, que contribuiu para a eleição de Queiroz com R$ 102 mil. A SMPB, portanto, apenas repassou o dinheiro, imediatamente encaminhado por Queiroz, por sua vez, a candidatos a vereador de seis partidos, em 20 cidades. Quanto aos R$ 50 mil depositados em sua conta, foi um engano cometido por um assessor. Diz Queiroz:

– Não fiquei com nada.

Levantamento identifica novos saques de R$ 300 mil, atribuídos a Jacinto Lamas, o tesoureiro informal do PL. O dinheiro foi repassado por meio da conta da SMPB no Banco Rural. Existem retiradas em nome de Lamas, num total de R$ 1,6 milhão. O irmão dele, Antônio de Pádua Lamas, assessor do PL, também fez um saque, de R$ 350 mil. Esteve no Banco Rural, em Brasília, em 7 de janeiro de 2004, das 14h22 às 14h36.

A atualização das somas acrescenta mais R$ 1,6 milhão aos saques atribuídos ao policial mineiro David Rodrigues Alves. Os novos cálculos chegam a R$ 6,5 milhões. Identificados mais R$ 100 mil sacados pelo assessor do PT, Roberto Pinho. No total, retirou R$ 450 mil. Célio Siqueira, assessor do deputado Vanderval dos Santos (PL-SP), outros R$ 150 mil.

O deputado Professor Luizinho (PT-SP) admite, finalmente: José Nilson dos Santos sacou mesmo R$ 20 mil da conta da SMPB, no Banco Rural. Em nota à imprensa, reconhece: o assessor se lembrou de um deslocamento para uma agência bancária, em São Paulo, em dezembro de 2003:

“No final de 2003, procurei o senhor Delúbio Soares para tratar deste assunto. Ele me orientou que retirasse o valor de R$ 20 mil em uma agência bancária na avenida Paulista. Só fui me dar conta que era o Banco Rural agora.”

Luizinho, aguerrido defensor do governo Lula, justifica os R$ 20 mil, dez meses antes da eleição:

– O dinheiro foi usado na preparação de pré-campanhas de vereadores em municípios paulistas.

Dados atualizados mostram que a empresa Garanhuns recebeu R$ 7,1 milhões. A origem do dinheiro: cheques emitidos por empresas de Marcos Valério via Banco Rural, na agência do Brasília Shopping. Aberta mais uma investigação: a CPI dos Correios suspeita que a Garanhuns é uma empresa de fachada, utilizada para lavar

dinheiro e remeter ilegalmente divisas para o exterior. 99% do capital da empresa estão nas mãos de uma offshore chamada Esfort Trading, sediada no Uruguai. Outra suspeita: os R$ 7,1 milhões foram parar nas mãos do tesoureiro Jacinto Lamas, que repassou a soma a Valdemar Costa Neto (PL-SP).

Entrevista com o economista Paulo de Tarso Venceslau. Ele relata ao repórter Luiz Maklouf, do jornal O Estado de S. Paulo, um esquema de corrupção, em 1995, cujo operador era o advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula. Teixeira representava uma tal Cpem (Consultoria para Empresas e Municípios). Por ter denunciado a trama Venceslau foi expulso do PT, em 1998. Para ele, Teixeira era o Marcos Valério da época:

– Ele era o grande operador. Ele se apresentava nas Prefeituras em nome do Lula, para pegar dinheiro para o PT.

Venceslau conversou pessoalmente com Lula, em 1995. Queria alertá-lo para os métodos ilícitos de Teixeira:

– Lula foi o primeiro a saber do caso. Sabia do comprometimento do seu compadre, sabia do volume de dinheiro público envolvido, e fez questão não só de acobertar, mas de punir quem tinha descoberto.

Definição de Venceslau: Lula é um caudilho, "e o partido se ajoelha diante dele. Esse ajoelhar foi mortal para o PT":

– O poder do Lula passou a ser quase que absoluto diante da máquina partidária. O partido se ajoelhou.

Agora, o economista fala do deputado José Dirceu (PT-SP):

– Até então aparentava manter uma velha amizade comigo, mas passou a ser meu algoz. Naquele momento ele provou ao Lula sua extrema lealdade. Um caudilho com esse poder, um partido de joelhos e um executor como o Zé Dirceu, só podia levar a isso que estamos vendo hoje.

– Como pôde ser possível a montagem dessa máquina de dinheiro, o valerioduto, dentro do PT?

– Silvio, Delúbio, essas pessoas foram postas no entorno de Dirceu. Silvinho, por exemplo, sempre foi uma pessoa medíocre no PT. Foi alçado a dirigente pelo Zé Dirceu e virou pau-mandado. Assim como o Delúbio. São pessoas que raciocinam muito pouco, não precisam pensar muito. Tinham de executar.

– Paus-mandados de quem?

– Do Zé Dirceu, que era o grande comandante, o grande chefe desse pessoal. Quem mandava e desmandava era Dirceu. A máquina partidária era controlada a mão-de-ferro por ele.

– Delúbio Soares afirma que Dirceu não sabia do esquema.

– Isso é conversa para boi dormir. Zé Dirceu controlava o partido, colocava as pessoas nos postos que lhe interessavam, mantinha sob rígido controle. É ingenuidade achar que não sabia a origem dos recursos. Até porque o Delúbio não tem capacidade, nem origem, formação, preparo nem nada para montar um aparelho desse tipo. Vamos ser realistas. É um sindicalista do interior de Goiás, professor de carreira do Estado, neófito em São Paulo, nunca circulou nas rodas do poder e de repente adquire amizade sólida com um grande operador chamado Marcos Valério. É piada achar que ele fez isso da cabeça dele.

Sobre Lula:

– O Lula sempre geriu de perto as questões que envolvem sua relação de poder. Claro que não vai estar mandando fazer, mas saber, ele sabia. Não os detalhes. Comparando com a época que estourou o negócio do Teixeira: a primeira pessoa que

soube foi Lula. Eu levei para ele, pessoalmente. E o tempo todo fingiu que não sabia. Evidentemente que Lula não operava, assim como não está operando hoje. Mas como ele sabia naquela época, ele sabe hoje, sempre soube.

77 – 29/7/2005 Depoimento à Polícia Federal. É de João Cláudio Genu, assessor do deputado José Janene (PP-PR). Ele admite que fez vários saques em dinheiro vivo na agência do Banco Rural no Brasília Shopping. De setembro de 2003 e janeiro de 2004, foram R$ 850 mil em retiradas. Genu agiu por determinação de Janene e dos deputados Pedro Corrêa (PP-PE) e Pedro Henry (MT).

Genu nega que distribua dinheiro do mensalão a deputados do PP. Apenas transportou somas, como uma espécie de "mula". Segundo Genu, ele pegava o dinheiro dentro da agência, em envelopes entregues por Simone Vasconcelos, a alta funcionária de Marcos Valério. Tudo ia para dentro de uma pasta tipo 007, sem conferir. Da agência bancária, Genu ia para o anexo do Senado, onde estão a presidência e a sede do PP. Lá funcionava uma tesouraria do partido.

A Polícia Federal monta esquema para proteger a vida de Soraya Garcia. Ela cuidou das finanças da campanha de Nedson Micheletti (PT) à Prefeitura de Londrina (PR), em 2004. Militante do PT, acabou denunciando a sonegação de R$ 6,5 milhões nos gastos da campanha apresentados pelo PT à Justiça Eleitoral. Ela acusa o envolvimento do então deputado Paulo Bernardo (PT-PR), ministro do Planejamento de Lula, e de outro deputado, André Vargas (PT-PR).

Declaração do promotor eleitoral Sérgio Correia de Siqueira sobre o caixa 2 que reelegeu Micheletti, com referência ao ministro Bernardo e ao deputado Vargas:

– O que ela fala é que eles chegavam de Brasília num dia e o dinheiro aparecia no outro.

Aparecia dentro de sacos plásticos de lixo e em sacolas de lojas. Oficialmente, a campanha custou R$ 1,3 milhão. De acordo com os números de Soraya, foram R$ 7,8 milhões. Ela relatou ao promotor que foi incumbida de fazer duas planilhas de despesas. Uma, em letras azuis, a oficial. A outra, em vermelho, mostrava o caixa 2. Depois que os documentos eram impressos, os arquivos eram apagados do computador.

Soraya põe no rolo o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho. Ele é natural de Londrina. Carvalho foi procurado várias vezes para dar socorro financeiro à campanha de Micheletti. Olha a coisa batendo na porta de Lula, novamente.

Em entrevista ao repórter Sérgio Gobetti, de O Estado de S. Paulo, o deputado João Magno (PT-MG), ex-prefeito de Ipatinga (MG), confessa que errou ao receber R$ 50 mil do valerioduto, em 2003. Diz que o dinheiro foi usado para pagar dívidas de campanha:

– Não declarei. Não digo que a gente não deva respeitar a lei, mas se não jogar as regras do jogo tem de deixar a política. Recebi consciente de que era desvio da lei, mas essa é a regra do jogo no Brasil.

Magno apresentou Marcos Valério, um velho conhecido, aos deputados João Paulo Cunha (PT-SP) e José Mentor (PT-SP). Valério também tem bom relacionamento com o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG). Agora, essa: para obter dinheiro do caixa 2 do PT, o petista Magno procurou Valério, e não Delúbio. A confissão:

– Foi quando perguntei se era possível ele liberar algum dinheiro, para pagar dívidas da minha campanha. Ele disse que dependia de ter o consentimento do Delúbio. Ele não entregaria dinheiro sem autorização do PT.

Em 2002, antes de conversar com Valério, Magno já havia ido a Delúbio Soares procurar a "ajuda financeira". É revelador:

– Ele disse que ia ver o que era possível fazer. Naquele momento achei uma providência bastante solidária dele. Esse assunto não era discutido no diretório estadual, mas cada deputado sabia que existia essa fonte de ajuda.

78 – 30/7/2005 Um documento do Banco Rural autoriza Roberto Marques, o Bob, amigo e uma espécie de ajudante-de-ordens do deputado José Dirceu (PT-SP), a sacar R$ 50 mil. O dinheiro, da SMPB. A matéria está na revista Veja A prova, um fax, veio em papel timbrado do Rural, endereçado à agência da avenida Paulista, em São Paulo, em 15 de junho de 2004. Bob trabalha na Assembléia Legislativa de São Paulo, nas proximidades da agência da Paulista.

O saque vivo dos R$ 50 mil foi no dia seguinte. Mas quem fez foi um certo Luiz Carlos Manzano, sob suspeição de trabalhar como contador na Bônus-Banval. A corretora teria dado um emprego a Michele Janene, filha do deputado José Janene (PP-PR). Dirceu e Bob negam, não sabem nada sobre o saque de R$ 50 mil. A revista:

"A confirmação de que o Roberto Marques do documento do Rural é o mesmo Bob ajudante de Dirceu foi dada a Veja na última sexta-feira pelo deputado Carlos Abicalil (PT-MT). Sub-relator da CPI dos Correios, o parlamentar contou que foi procurado pelo próprio Marques na semana retrasada para tentar esclarecer o aparecimento de seu nome nos documentos contábeis do Banco Rural. Segundo o deputado, o assessor repassou o número de sua identidade e de seu CPF, para que ele pudesse conferir com os documentos em poder da CPI. O resultado da pesquisa, nas palavras do deputado, foi o seguinte: 'O número do RG conferia. Só não conferia o saque', diz."

Nas páginas dos jornais: Lula tomou café da manhã com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), quatro dias atrás. Em silêncio. Urdiram uma manobra. Um acordo anticassação, para proteger deputados e barrar processos contra os envolvidos no escândalo do mensalão. A idéia era interromper os trabalhos do Conselho de Ética da Câmara, e paralisar as investigações sobre corrupção. Não foi para frente.

Deu no The New York Times. O jornal americano escreve sobre o Brasil: o governo Lula está "atolado no maior e mais audacioso esquema de corrupção da história do país". Entre os exemplos, a prisão do assessor com US$ 100 mil na cueca, o jipe Land Rover com a história do presente da empresa GDK a Silvio Pereira, e os R$ 5 milhões da Telemar injetados na Gamecorp de Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente.

Para o jornal, a corrupção em Brasília é "uma das maiores ameaças aos ganhos democráticos duramente conquistados nos últimos 20 anos". O The New York Times comenta outros escândalos do continente americano, mas volta a falar do Brasil:

"É o mais recente exemplo da corrupção incessante que marcou a política da América Latina desde os tempos coloniais, quando governantes absolutistas consideraram as áreas conquistadas como propriedade pessoal."

79 – 31/7/2005 Simone Vasconcelos, a diretora administrativa e financeira da SMPB, confirma: Roberto Marques, o Bob, o ajudante-de-ordens de José Dirceu (PT-SP), recebeu mesmo autorização para o saque de R$ 50 mil. O deputado Carlos Abicalil (PT-MT) evita a imprensa e não fala mais sobre o assunto.

80 – 1/8/2005 Marcos Valério faz tremer. Simone Vasconcelos depõe na Polícia Federal, em Brasília. Fornece uma lista com 31 nomes, elaborada por Valério. Traz os nomes de sacadores e beneficiários do mensalão. Todos autorizados pelo PT a fazer retiradas. Total que saiu das contas bancárias das empresas de Valério: R$ 55,8 milhões. Um esclarecimento: nem sempre os beneficiários foram pegar dinheiro vivo no banco. Os mais espertos mandaram assessores e familiares. Eis os principais nomes da lista, com os respectivos valores agraciados, por ordem de grandeza:

Duda Mendonça, publicitário e marqueteiro de Lula, o responsável pela campanha eleitoral vitoriosa de 2002: R$ 15,5 milhões. Valdemar Costa Neto, presidente do PL, R$ 10,8 milhões. Diretório nacional do PT, R$ 4,9 milhões. Deputado José Janene (PP-PR), R$ 4,1 milhões. Deputado Vadão Gomes (PP-SP), R$ 3,7 milhões; Manoel Severino dos Santos, presidente da Casa da Moeda e ligado ao PT do Rio de Janeiro, R$ 2,6 milhões. Emerson Palmieri, tesoureiro do PTB, R$ 2,4 milhões. Tome fôlego.

Deputado José Borba (PMDB-PR), R$ 2,1 milhões. Marcelino Pies, tesoureiro do PT do Rio Grande do Sul, R$ 1,2 milhão. Anderson Adauto (PL-MG), ex-ministro dos Transportes de Lula, R$ 1 milhão. José Carlos Martinez, o falecido ex-presidente do PTB, R$ 1 milhão. Deputado Paulo Rocha (PT-BA), R$ 920 mil, o que é bem mais, portanto, que os R$ 420 mil identificados anteriormente.

Rodrigo Barroso Fernandes, um ex-secretário do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT-MG), também está na lista de Valério. Agraciado com R$ 774 mil. Márcio Araújo de Lacerda, secretário-executivo do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PSB-CE), pegou R$ 457 mil. Roberto Costa Pinho, ex-assessor do ministro da Cultura, Gilberto Gil, R$ 450 mil. Deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), R$ 400 mil.

E mais estes aqui, imperdíveis: Raimundo Ferreira da Silva Júnior, do PT do Distrito Federal, R$ 370 mil. Deputado João Magno (PT-MG), R$ 350 mil. Deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), R$ 350 mil. Deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), R$ 250 mil. Vilmar Lacerda, presidente do PT do Distrito Federal, R$ 235 mil. Deputado Paulão (PT-AL), presidente do PT de Alagoas, R$ 160 mil. Deputado Josias Gomes (PT-BA), R$ 100 mil. Deputado João Paulo Cunha (PT-SP), R$ 50 mil. José Adelar Nunes, tesoureiro do PT de Santa Catarina, R$ 50 mil. E deputado Professor Luizinho (PT-SP), R$ 20 mil.

A estratégia de Valério: convencer a Polícia Federal que a lista dos R$ 55,8 milhões tem origem em empréstimos bancários, e que o dinheiro foi totalmente repassado, por meio de caixa 2, a pessoas indicadas pelo PT. Valério quer um acordo, o benefício da delação premiada. Um abrandamento de penas, se vier ser condenado. Em troca, fornece informações. Mais alguns pedidos de Valério: ele não quer ser preso e quer o desbloqueio de R$ 1,8 milhão, aplicado em nome da mulher, Renilda Maria.

Valério mantém pressão sobre o PT. Quer negociar, ser protegido. Por ora, ameaça: pode revelar os detalhes da reunião entre cinco integrantes do PT e o vice-presidente do BMG, Roberto Rigotto. O encontro ocorreu durante o período de votação da Medida Provisória 130, que tratou de crédito consignado para aposentados. História enroladíssima, como se verá. De qualquer forma, Valério não falará dos tais detalhes. Provavelmente, porque conseguiu o que desejava. Mas o negócio é assim: o BMG obteve exclusividade para operar o crédito consignado, durante alguns meses. Fez um dinheirão.

Um petardo. Escancarados os bastidores sigilosos da relação entre Marcos Valério e José Dirceu (PT-SP), o superministro do presidente Lula. Maria Ângela Saragoça, ex-mulher de Dirceu, psicóloga, foi contratada em 2003 pelo BMG. Trabalhava meio expediente em uma agência em São Paulo, por R$ 3.265,00. Um mês depois, ganhou empréstimo de R$ 42 mil no Banco Rural.

O dinheiro foi usado para pagar uma parte do apartamento que comprou no bairro de Perdizes, um dos mais tranqüilos de São Paulo. Antes de comprá-lo porém, Maria Ângela teve de vender o antigo, situado na Vila Madalena. Quem comprou o imóvel por R$ 115 mil foi o advogado Rogério Tolentino, sócio de Valério. Depois, alugou-o a Ivan Guimarães, petista nomeado à presidência do Banco Popular do Brasil. O apartamento novo custou R$ 150 mil. O vendedor do imóvel concedeu entrevista ao jornal Estado de Minas. Maria Ângela chegou com dinheiro vivo, dentro de uma sacola.

Duas informações: a agência DNA, de Valério, fez, sem licitação, a campanha de lançamento do Banco Popular, um braço do Banco do Brasil. Custos da campanha: R$ 25 milhões. O BMG aproveitou os bons ventos no governo Lula e fez uma lucrativa parceria com a Caixa Econômica Federal e o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

Voltando à ex-mulher de José Dirceu. O ministro pediu emprego a ela logo depois da posse de Lula. A informação é do Correio Braziliense. Dirceu não quer falar sobre o assunto. Maria Ângela solta uma nota: foi apresentada a Valério por Silvio Pereira, um velho conhecido, de mais de 20 anos. Dirceu não tem nada a ver com isso:

“Em setembro de 2003, encontrei-o em companhia do senhor Marcos Valério, a quem fui apresentada. Conversamos sobre minha situação profissional e o publicitário mineiro se colocou à disposição para me indicar alguma empresa que eventualmente necessitasse de meus serviços. Também disse que tinha contatos se eu precisasse de financiamento para a compra do novo apartamento.”

Renuncia o deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP). Ele preferiu perder o mandato a correr o risco de ficar inelegível até 2015, caso fosse cassado por envolvimento no escândalo do mensalão. Agora, está livre para se candidatar em 2006. Valdemar não abre mão do cargo de presidente do PL.

Roberto Busato, o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), protesta:

– A renúncia não pode ser um salvo-conduto para a impunidade.

Valdemar profere discurso da tribuna na Câmara. Recebeu, sim, dinheiro do valerioduto, apesar de ter negado anteriormente. Todo o dinheiro do caixa 2 do PT, no entanto, foi usado para pagar despesas de campanhas eleitorais, garantido. Não teve essa, de mesada a deputado:

– Fui induzido ao erro quando aceitei receber recursos destinados à campanha, sem a devida documentação que oficializasse a doação.

O patrimônio de Valdemar, conforme declaração apresentada por ele ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral), em 2002: R$ 2,9 milhões. Em Mogi das Cruzes (SP), base eleitoral do agora ex-deputado, Valdemar é conhecido como Boy. De Frederico Augusto, irmão de Valdemar, ao repórter José Maria Mayrink, de O Estado:

– Não entendo como o Boy tem tantos bens, pois nosso pai morreu pobre e não deixou quase nada para os filhos.

Em Brasília, o discurso do presidente do PL. Menção ao PT:

– Não tínhamos razões para suspeitar da origem dos recursos que recebíamos. Em nenhum momento poderíamos colocar sob suspeita as ações de um partido aliado que, junto conosco, venceu as eleições.

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), elogia Valdemar. E falou exatamente desse jeito:

– Não posso deixar de ressaltar a prova da dignidade da maneira correta como vossa excelência agiu para engrandecer o mandato popular, que espero que São Paulo faça de volta.

Evento em Brasília, fechado à imprensa. Lula dá explicações aos sindicalistas. Frases do presidente, transpiradas da reunião:

– O Delúbio enterrou o partido. Ele fez dívidas de R$ 65 milhões em nome do partido, sem ter como pagar.

– Pode ser que alguns integrantes do meu partido ou de outros partidos erraram, pegaram dinheiro por aí, mas sem a minha autorização.

– Mas qual deputado que não pega dinheiro para fazer campanha?

A Secretaria de Imprensa do presidente não comenta.

A vez de Cláudio, filho do presidente Lula. Ele usou avião oficial da FAB (Força Aérea Brasileira), com 14 amigos. Foi durante as férias de 2004. O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) fez sete tentativas até conseguir confirmar a mordomia, junto ao gabinete institucional da presidência da República. Antes, mandou sucessivos requerimentos à Secretaria-Geral da presidência, Ministério da Casa Civil e Ministério da Defesa.

81 – 2/8/2005 José Dirceu (PT-SP) e Roberto Jefferson (PTB-RJ) enfrentam-se em sessão do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Um duelo com ofensas, denúncias para todos os lados e muita ironia. Dirceu trata de proteger Lula, minimizando a influência que teve no governo do presidente. Jefferson rouba a cena. Eis as intervenções de Dirceu, retrucadas por Jefferson:

– Tenho consciência da tragédia que se abateu no PT. Sei da gravidade dos erros que setores da direção do PT cometeram na campanha de 2004, mas quero repetir que só respondo pelo que decidi, participei e autorizei.

– Tratei de todos os assuntos com vossa excelência, deputado José Dirceu, os republicanos e os não-republicanos. Vossa excelência nos deixava a todos à vontade para qualquer conversa, na ante-sala do presidente da República.

– O senhor se desentendeu conosco porque queria capturar vários órgãos públicos e não permitimos as nomeações.

– Falei do mensalão para o todo-poderoso José Dirceu, hoje humilde, ele deu um soco na mesa e disse: "Não pode, o Delúbio não está autorizado".

– No caso de se comprovar que o mensalão é realidade, quem vai decidir isso é a Justiça. Por enquanto é um indício, não uma certeza.

– O José Genoino era o vice-presidente do PT. O presidente de fato era José Dirceu. Tudo tinha de ser fechado e homologado depois na Casa Civil, pelo José Dirceu.

– Não é fato. Não é verdade.

– O acordo da Bahia foi fechado na Casa Civil. O acordo de São Paulo, o do Paraná que envolvia a nomeação em Itaipu, foi fechado na Casa Civil.

– Não posso ser prejulgado, transformado, como fez o deputado Roberto Jefferson, no chefe de quadrilha ou no chefe do maior esquema de corrupção no país.

– Foi o maior tráfico de influência, a maior corrupção política que eu já vi por parte de um partido. O braço desse partido no governo é vossa excelência.

– O falecido presidente Martinez recebeu R$ 1 milhão do Marcos Valério. Se esses saques são para o mensalão, como diz o deputado Roberto Jefferson, o PTB também recebeu.

– O senhor acusou um homem que não pode se defender, mas eu vou fazer isso por ele. O Martinez me mostrou que havia recebido do PT R$ 1 milhão para pagamento de programas de televisão de campanha, que são caríssimos.

– Jamais propus para qualquer deputado, deputada, senador, senadora, para qualquer presidente de partido, qualquer proposta que não fosse lícita, republicana.

– Não tem mensalão no Brasil. É conversa da imprensa, todos os jornais mentem, todas as revistas mentem. Os gestos do Delúbio não são de conhecimento de vossa excelência. As atividades de Marcos Valério, que foi 12 vezes à Casa Civil, vossa excelência não viu, não.

Comentário da jornalisa Dora Kramer, de O Estado de S. Paulo:

"Quem ouvisse pela primeira vez pensaria tratar-se do ministro da Pesca, não do chefe da Casa Civil, poderosíssimo, comandante de uns, integrante de outros e influente em todos os grupos de trabalho governamentais, participante ativo e explícito dos atos do PT nesse período."

Do jornalista Clóvis Rossi, da Folha de S.Paulo:

"Que diabo de político mambembe é esse que, tendo participado do alto comando petista por 12 anos, não percebeu que os seus colegas eram capazes de praticar 'atos' capazes de gerar o que o próprio Dirceu chamou de 'tragédia' do PT?"

"É, diga-se, o mesmo dirigente político que conviveu durante 13 anos com um certo Waldomiro Diniz e, ainda assim, foi incapaz de notar nele qualquer tendência delinqüencial, a ponto de levá-lo para o coração do governo, posição a partir da qual negociava com delinqüentes."

Jefferson denuncia: Dirceu, com o conhecimento e o aval de Lula, articulou uma viagem de Valério e Emerson Palmieri, o tesoureiro do PTB, para Lisboa. O objetivo: negociar a captação de recursos junto à Portugal Telecom, para conseguir "fundos" e pagar as dívidas de campanha do PT e do PTB. Foi o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia (PTB-MG), segundo Jefferson, quem pediu socorro ao presidente. O PTB precisava de dinheiro. Nasceu a operação Portugal Telecom.

Fatos denunciados: Valério e Palmieri voaram de primeira classe para a capital portuguesa, em 24 de janeiro de 2005, a fim de se encontrar com representantes do Banco Espírito Santo, e com o ministro de Obras Públicas de Portugal, Antonio Mexia, que mantinha com ligações com banqueiros. Valério queria se meter numa transferência de US$ 600 milhões do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). O dinheiro estava depositado numa instituição financeira do Reino Unido e deveria ir para o Banco Espírito Santo. O banco é um dos principais acionistas da Portugal Telecom. A "comissão" do negócio, de R$ 100 milhões, iria injetar recursos em caixa 2 para "salvar" PT e PTB. Ao final, a "solução" acabou descartada, pelo alto risco.

Reação de Dirceu:

– Não é verdade, isso não é fato. Nunca tive relação com a Portugal Telecom, de nenhum tipo. Nem administrativa, nem funcional, nunca tratei com a Portugal Telecom, nenhuma matéria.

Reação de Valério:

– Havia o rumor de que a Portugal Telecom estava comprando a Telemig Celular. Como a minha agência DNA tinha a conta da Telemig, fui a Portugal atrás de oportunidades de negócios. Palmieri foi comigo a passeio. É amigo e estava estressado.

Reação do Palácio do Planalto: em nota, admitiu as visitas de dois representantes da Portugal Telecom a Lula, em Brasília. Agenda do encontro: "novos investimentos no Brasil". Da nota:

"Em nenhum momento foi tratado qualquer assunto que não se referisse aos empreendimentos da companhia portuguesa no Brasil."

Como se vê, não é bem como Dirceu falou.

Marcos Valério depõe à Procuradoria-Geral da República. Segundo ele, há mais nomes de políticos além dos já divulgados, na lista dos beneficiários dos saques e das transferências de dinheiro das contas de suas empresas. Ele não fornece as novas identidades.

Para a oposição, a forma "pingada" com que o dinheiro foi distribuído, fora do período eleitoral, é reveladora. Diz o senador Álvaro Dias (PSDB-PR):

– Isso desmonta a versão fantasiosa de que os recursos se destinavam a cobrir despesas de campanha, porque não era período eleitoral.

Do deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS):

– A matemática dos repasses desmonta a tese petista de que os empréstimos eram para pagar dívidas de campanha do partido. O dinheiro era, na verdade, para pagar o mensalão.

No depoimento à Procuradoria-Geral, Valério afirma que se encontrou três vezes com o ex-ministro José Dirceu (PT-SP), no Palácio do Planalto. Delúbio Soares revelara as reuniões de Dirceu com diretores dos bancos Rural e BMG, para tratar dos empréstimos ao PT. Foram seis operações de crédito. No total, R$ 55,2 milhões. O jogo de palavras, mais uma vez, defende a tese de que os empréstimos existiram.

Valério insiste. Menciona contratos de gaveta, fechados com Delúbio. Uma espécie de garantia para os bancos credores – eles receberiam os R$ 55,2 milhões. Valério entrega cópia de documento assinado por Delúbio, dirigido ao BMG. O tesoureiro do PT assumia "o compromisso irretratável e irrevogável de garantir, como avalista e devedor solidário", todas as operações de empréstimos firmadas com o PT e as empresas ligadas a Marcos Valério, a saber: DNA, SMPB, Graffiti e Rogério Tolentino Associados.

Os procuradores ficam intrigados. Delúbio, um homem sem grandes posses, foi aceito como avalista de empréstimos milionários. O BMG também emprestou R$ 83,4 milhões às empresas de Valério, entre fevereiro de 2003 e abril de 2004.

Um momento do depoimento de Valério que chamou atenção especial: o empresário informa que R$ 4,9 milhões foram entregues, em dinheiro vivo, nas sedes do PT em São Paulo e em Brasília. Por fim: os advogados Aristides Junqueira e Pedro Fonseca, contratados para defender o PT no caso Santo André (SP), receberam R$ 185 mil em recursos de caixa 2. O dinheiro que pagou os advogados, portanto, não tinha nada a ver com dívidas de campanha.

Cai Márcio Araújo de Lacerda, secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional. Amigo do ministro Ciro Gomes (PSB-CE), era seu assessor mais importante. Em 2002 foi coordenador financeiro da campanha de Ciro, então no PTB, a presidente da República. O nome de Lacerda apareceu na lista do valerioduto, beneficiário de R$ 457 mil. Segundo ele, o dinheiro pagou a agência que fez a campanha de Ciro a presidente:

– A campanha do Ciro terminou sem dívida e, no segundo turno, com o apoio à candidatura de Lula, houve uma junção das equipes na campanha do PT. O pessoal da

agência New Trade, responsável pelo marketing de Ciro, integrou-se, a convite de Duda Mendonça, à campanha do PT e dos aliados nos Estados. O dinheiro foi depositado na conta da agência, não podia imaginar que tinha esse esquema todo.

O empresário Jacome Einhart, dono da New Trade, confirma e descreve o telefonema que deu ao publicitário Duda Mendonça, o responsável pela campanha eleitoral de Lula:

– Liguei para o Duda e dei os parabéns pela vitória, e ele me chamou para ajudar no segundo turno.

O dinheiro do caixa 2 do PT repassado à New Trade saldou despesas da campanha de Lula à presidência da República. Fato grave, mas sem os desdobramentos que teriam sido necessários, nem as implicações merecidas. Ficou por aí.

Depoimento do ex-secretário de Segurança Nacional do governo Lula, Luiz Eduardo Soares, à CPI dos Bingos. Ele ouviu do empresário de jogos Sérgio Canozzi, em 2002, que o ex-presidente da Loterj do Rio, Waldomiro Diniz, levantava R$ 300 mil mensais.

Soares fala de propina. O tal Canozzi ofereceu suborno de R$ 10 milhões para a governadora do Rio, Benedita da Silva (PT), num esquema de desvio de dinheiro público. Soares garante que denunciou a "oferta" ao secretário de Coordenação de Governo de Benedita, Marcelo Sereno, o aliado de José Dirceu (PT-SP). Mais: fez três tentativas para contar o caso diretamente à governadora, mas ela desconversou. Waldomiro continuou na presidência da Loterj. Da governadora Benedita a Soares:

– Você deveria ser mais construtivo, e não ficar me trazendo mais problemas.

82 – 3/8/2005 A operação Portugal Telecom. Notícia do jornal Expresso, de Lisboa. O ex-ministro de Obras Públicas de Portugal, Antonio Mexia, recebeu Marcos Valério "na qualidade de consultor do presidente do Brasil". O encontro, em outubro de 2004, teve o caráter "de cortesia". Durou de dez a 15 minutos. A conversa, "de circunstância". Não teve "tema específico".

Em nota, a presidência da República nega, "enfaticamente". Valério não foi autorizado a representar Lula. Mas é fato: Valério foi recebido em audiência pelo ministro José Dirceu (PT-SP), em 11 de janeiro de 2005, 13 dias antes da viagem a Lisboa, em companhia do tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri. Para anotar: Valério foi ao encontro de Dirceu com o representante do Banco Espírito Santo no Brasil, Ricardo Espírito Santo. Ele é primo do presidente do banco, Ricardo do Espírito Santo Salgado. Dados em poder da CPI dos Correios mantêm registro de que Santo Salgado esteve no Brasil no fim de 2004, para jantar com Delúbio.

Mais uma informação, que corrobora a denúncia de Jefferson: o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) confirma que rejeitou uma proposta para aplicar US$ 100 milhões no Banco Espírito Santo. Não são os números de Jefferson, mas são números. Quem forçou a posição do IRB pela rejeição da proposta, em abril de 2005, foi o diretor de Finanças da estatal, Alberto Pais, o único não indicado por partidos políticos.

Simone Vasconcelos na CPI dos Correios. A diretora administrativa e financeira da SMPB conta que esteve cerca de 30 vezes em Brasília, em 2003, por determinação de Marcos Valério. Foi tratar de retiradas de dinheiro, atendendo os interesses de Delúbio Soares. Ela conhece um pouco da história do saque em nome de Roberto Marques, o Bob, o fiel amigo de José Dirceu:

– A Geyza Dias, gerente financeira da SMPB, autorizou o saque de R$ 50 mil do Rural em São Paulo, em nome dele. Mas no dia seguinte enviou outro fax ao Rural,

mudando o destinatário. Se foi mudado, foi por ordem do Valério, que deve ter mudado a pedido do Delúbio.

Dava muito na cara, né?

Os R$ 50 mil, afinal, foram recebidos por um emissário da corretora Bônus-Banval. Na primeira fase de operação do valerioduto, aliás, o dinheiro era entregue em espécie ou mediante transferências eletrônicas, diretamente aos beneficiados. Depois, Marcos Valério procurou procedimentos mais seguros, dificultando a identificação dos recebedores. Passou a usar os serviços das corretoras Bônus-Banval e Garanhuns para distribuir o dinheiro. Além de tudo, tinha outro problema: Simone Vasconcelos não agüentava mais lidar com tanto dinheiro. Palavras dela à CPI:

– Quando chegava ao Rural em Brasília tinha impressão de que até o guarda sabia que eu ia tirar dinheiro. Não gostava disso, pelo risco pessoal. Achava perigoso. Com o passar de alguns meses, fiquei incomodada, constrangida. Não me ocorreu que fosse ilegal, mas pedi para não fazer mais.

De Simone:

– Não me arrependo de nada. Sou muito grata ao Marcos Valério. Ele me deu possibilidade de crescimento profissional. E quando fiquei incomodada por entregar valores, isso mudou. Tudo o que fiz foi por determinação do meu patrão.

Cai Manoel Severino dos Santos, o presidente da Casa da Moeda, um órgão subordinado ao Ministério da Fazenda. Manoel Severino aparece na lista de Valério como sacador de R$ 2,6 milhões. É um dos fundadores do PT no Rio. Foi secretário da ex-governadora Benedita da Silva (PT-RJ). Trabalhou na campanha de reeleição de Benedita. Exerceu a função de tesoureiro informal do partido. É próximo de Marcelo Sereno e Delúbio.

A DNA pagou R$ 34 mil mensais, entre abril de 2003 e dezembro de 2004, para a IFT (Idéias, Fatos e Texto), empresa do jornalista Luís Costa Pinto. Em troca, serviços de comunicação aos deputados Professor Luizinho (PT-SP) e Virgílio Guimarães (PT-MG).

A SMPB, outra agência de Marcos Valério, pagou R$ 20 mil mensais a Luís Costa Pinto, pela assessoria ao deputado João Paulo Cunha (PT-SP), na época em que presidia a Câmara dos Deputados. A CPI dos Correios descobriu uma transferência de R$ 50 mil a Luís Costa Pinto, vinda das contas de Valério.

A Corregedoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal abre inquérito para apurar denúncia contra Antônio Carlos Correa, superintendente da Polícia Rodoviária do Rio. Apontado como afilhado político de Roberto Jefferson (PTB-RJ), ele atuaria num esquema irregular para liberar caminhões e carretas apreendidos nas estradas. Em escuta telefônica, aparece autorizando a circulação de um veículo apreendido, “a pedido de um parlamentar de Petrópolis”, o que seria uma referência a Jefferson.

Em outra ligação, um empresário ameaça outro policial rodoviário. Diz que vai negociar diretamente com o superintendente Correa, caso não haja um acordo. Do empresário:

– Se o acerto for direto com o Correa, ele vai comer sozinho. Ele não vai passar nada.

Correa, 31 anos de Polícia Rodoviária Federal, perde o cargo.

83 – 4/8/2005 Mais uma história que passa raspando em Lula. O jornal O Estado de S. Paulo faz uma revelação sobre o caixa 2 do PT. A reportagem é de Christiane

Samarco. Desta vez, trata-se de R$ 2,1 milhões do valerioduto que foram parar nas mãos do líder do PMDB na Câmara, deputado José Borba (PR), em 2004.

De acordo com o próprio Borba, boa parte dos R$ 2,1 milhões foi repassada a Carlos Roberto Massa, o Ratinho, apresentador do Programa do Ratinho, do SBT. Bancou uma entrevista-churrasco com Lula no programa de televisão. Foram cinco horas de gravação com o presidente, na Granja do Torto, registradas por seis câmeras do SBT. O programa foi ao ar em 30 de abril de 2004.

Borba relatou a história a dois integrantes da cúpula do PMDB. Borba intermediou o pagamento. Deu a entender que poderia renunciar ao mandato. Prefere isso a contar a verdade. Afinal, Ratinho é compadre e velho amigo. Financiou a campanha de Borba a deputado, em 2002, incluindo um jatinho que percorreu o Paraná.

O Planalto e Ratinho negam o pagamento. Da reportagem:

"Foi justamente a eleição de 2002 que aproximou Ratinho, que já foi deputado, e o candidato Lula, apoiado pelo PMDB de Borba no Paraná. Os contatos entre eles se estreitaram a ponto de a grande entrevista exclusiva ter sido acertada pelos dois em um café da manhã em Brasília, um mês antes do churrasco no Torto. A entrevista teria custado caro porque incluiu a participação especial da dupla sertaneja Bruno e Marrone, que cantou para e com Lula."

Em depoimento à CPI do Mensalão, Roberto Jefferson (PTB-RJ) conta detalhes da operação Portugal Telecom. Foi procurado por Marcos Valério em março de 2005, que tratou do negócio com o Banco Espírito Santo, acionista da Portugal Telecom. Valério queria que Jefferson conseguisse uma transferência de US$ 600 milhões para o Espírito Santo, cuja sede fica em Portugal. O dinheiro era do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) e estava aplicado na Europa.

Além disso, Jefferson teria de influenciar a Eletrobrás. A estatal precisava reestatizar linhas de transmissão de energia. O Espírito Santo providenciaria um financiamento de R$ 3 a R$ 4 bilhões. A comissão proposta, de 3%. Isso renderia uma bolada entre R$ 90 milhões e R$ 120 milhões, dinheiro para PT e PTB. Na época, o IRB e a Eletrobrás estavam na área de influência do PTB.

Havia outro negócio, proposto pelo então ministro José Dirceu (PT-SP). Renderia R$ 24 milhões por fora, para PT e PTB. Esse o motivo da viagem a Lisboa de Valério e do tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri. Rogério Tolentino, sócio de Valério, também foi.

Segundo Jefferson, Dirceu disse que a Portugal Telecom oferecera a bolada em nome de uma antecipação de recursos para futuras campanhas eleitorais. Jefferson afirma que Valério, Tolentino e Delúbio Soares viajavam com freqüência a Portugal.

Em seu depoimento, Jefferson aponta a origem da crise política: dificuldades do PT e do PTB para pagar dívidas:

– Se as operações tivessem dado certo, as crises estariam sanadas. As tensões seriam superadas.

Para ele, os problemas começaram quando decidiu contar a Lula que havia mensalões. Jefferson acusa o ministro da Justiça:

– Passaram a perseguir a mim e ao PTB. O ministro Márcio Thomaz Bastos disse que divulgaria corrupção em três órgãos administrados pelo PTB, o IRB, os Correios e a Eletronorte.

Jefferson acrescenta:

– Procurei o José Dirceu e pedi que ele não "viajasse", mas ele não me deu ouvidos. Depois fiquei sabendo que os arapongas da Agência Brasileira de Inteligência estavam lá nos Correios, querendo me pegar.

Um acordo na CPI dos Correios impede a abertura dos sigilos bancários e fiscais de 11 fundos de pensão de empresas estatais. A alegação: a investigação iria gerar um clima de instabilidade na economia, e prejudicar investimentos no Brasil. Deputados e senadores abrem mão de apurar irregularidades num veio importante de abastecimento do caixa 2. Do deputado Maurício Rands (PT-PE):

– Os investimentos dos fundos são ativos da escala de bilhões. Temos de ter responsabilidade com a economia do país.

Agora, fica tudo restrito a um pedido de informações à Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social.

A CPI dos Correios ouve o policial David Rodrigues Alves, autorizado a sacar R$ 6,5 milhões das contas das empresas de Marcos Valério, em agências do Banco Rural em Belo Horizonte.

O policial confirma: o dinheiro ficava separado no banco, em maços lacrados. Transportava os valores para a SMPB, em caixas de sapato, camisa ou celular, dependendo da quantia. Fazia até três viagens por dia, carregando de R$ 50 mil a R$ 150 mil. Em troca, recebia de R$ 50 a R$ 100 por viagem, mais o dinheiro do táxi.

Na CPI dos Bingos, Antonio Carlos Lino da Rocha, ex-presidente da multinacional Gtech no Brasil, e Marcelo Rovai, ex-diretor de marketing da empresa. Os dois acusam o advogado Rogério Buratti e Waldomiro Diniz, o ex-subchefe do Ministério da Casa Civil. Ambos tentaram extorquir R$ 20 milhões da Gtech, em abril de 2003. A exigência caiu depois para R$ 6 milhões. Em troca, o governo facilitaria a renovação de um contrato da multinacional norte-americana com a Caixa Econômica Federal. Buratti foi secretário de Governo do ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP), quando ele era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

A história de Marcelo Rovai: ele aceitou conversar com Waldomiro Diniz, porque lhe informaram que o assessor de José Dirceu (PT-SP) era o terceiro homem mais importante do governo. Quanto a Buratti, era poderoso o suficiente para impedir a assinatura do contrato. Afinal, já assessorara três petistas de peso: Palocci, Dirceu e o deputado João Paulo Cunha (SP).

Os ex-dirigentes da Gtech negam o pagamento da propina. Senadores acreditam que, para evitar o rompimento do contrato de processamento de loterias, o dinheiro foi pago, e a prorrogação, um negócio de R$ 650 milhões, assinada. Não ficaram por aí as relações Gtech/governo Lula. Houve a criação de mais um jogo, a Loto Fácil, e o aumento de 50% no preço de outro, a Mega Sena, que também favoreceram a Gtech.

Outra indicação do suborno: as ligações telefônicas entre Rovai e Buratti. O ex-diretor da multinacional negou os telefonemas, mas a quebra de sigilo telefônico mostrou que os dois se falavam com freqüência. A Caixa Econômica Federal prorrogou contrato de US$ 100 milhões com a Gtech por mais um ano.

84 – 5/8/2005 A operação Portugal Telecom. O jornal português Público informa que Ricardo Espírito Santo Salgado, presidente do Banco Espírito Santo, confirmou um encontro mantido com Marcos Valério em Lisboa, no final de 2004. Na audiência, o banqueiro comentou que tinha dificuldade para marcar uma reunião com altos funcionários do governo Lula.

De volta ao Brasil, Valério marcou o encontro, sem problemas. Em dois dias estava agendado. A reunião ocorreu em 11 de janeiro de 2005. Ricardo Espírito Santo, representante do banco português no Brasil, foi recebido pelo ministro da Casa Civil,

José Dirceu (PT-SP). Valério também estava na audiência. O banqueiro e Valério confirmaram, embora Dirceu não tenha conseguido se lembrar da presença de Valério.

Outro diário português, o Jornal de Negócios, publica entrevista com o presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa. Ele também se reuniu com Valério, "grande empresário de Minas Gerais", em Lisboa. Em outubro de 2004, em audiência oficial realizada no Palácio do Planalto, foi a vez do encontro de Lula com Miguel Horta e Costa.

Em entrevista ao repórter Expedito Filho, de O Estado de S.Paulo, Valério descreve Dirceu como o "avalista político" dos empréstimos bancários do Banco Rural e do BMG ao PT:

– Por que você acha que os bancos emprestaram? Algum banqueiro deste país daria o aval para Delúbio e Valério? Os bancos só deram aval porque sabiam que por trás tinha um conforto, uma garantia.

Segundo Valério, Delúbio Soares avisava Dirceu sobre as transferências de dinheiro do valerioduto:

– Delúbio tinha fidelidade canina e não fazia nada sem conversar com Dirceu.

Mais bastidores do mensalão, na versão de Valério:

– Nos dois últimos anos, eu fui a pessoa mais íntima do Delúbio. Ele me disse que Zé Dirceu sabia das dívidas do partido, que Zé Dirceu sabia dos compromissos com os outros partidos da base. Delúbio assumiu mais compromissos do que realmente poderia. Além de Zé Dirceu, todo mundo na cúpula do PT sabia dos empréstimos de Delúbio e das transferências para diretórios do PT e para partidos aliados.

– Eu via a maneira como Silvinho Pereira respeitava o Delúbio, o Delúbio ao Genoino, e todos ao Dirceu.

Tudo começou no segundo turno da eleição para presidente, em 2002. Valério se aproximou de um velho amigo, o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), conterrâneo dele da cidade de Curvelo (MG). Conheceu Dirceu e a cúpula do PT. As operações de empréstimo e transferências começaram depois da eleição:

– No PP, os saques eram autorizados para João Cláudio Genu, chefe do gabinete da liderança, e distribuídos para os deputados pelo líder, deputado José Janene. O PL, primeiro partido a receber, tinha como distribuidor o deputado Valdemar Costa Neto, embora os saques fossem feitos pelo tesoureiro Jacinto Lamas. No PMDB, quem sacava era Maria Sebastiana, e o Borba distribuía.

Valério se lembra de conversa que ouviu na sede do PT em Brasília, no edifício Varig. Era sobre uma discussão entre o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e o tesoureiro Delúbio Soares:

– Jefferson queria grana, chantageou e ameaçou o Delúbio. Ele me disse: "Vamos ter problemas com o Roberto Jefferson".

Cerca de mil manifestantes participam de ato de protesto contra a corrupção no centro de Fortaleza, fantasiados de palhaço e vestindo cuecas gigantes. Em São Paulo, 600 reúnem-se em protesto "contra a política econômica, as alianças espúrias e a corrupção". A bancada do PT no Senado divulga documento:

"As denúncias de corrupção, de caixa 2 e de desrespeito à causa pública atingiram vários integrantes da estrutura do PT e do governo federal. (...) A crise abala a esperança de quem acredita na possibilidade e na necessidade de se implantar no Brasil uma administração viável politicamente, mas ao mesmo tempo amplamente democrática, popular, transparente e transformadora."

Do senador Saturnino Braga (PT-RJ):

– Elegemos um homem que não tem competência para gerir o país.

A assessoria jurídica da Câmara dos Deputados emite parecer. Entende como cabível a abertura de processo para a perda do mandato de deputado de José Dirceu (PT-SP). O ex-ministro argumentou que não existe base jurídica para a cassação, pois as acusações de irregularidades contra ele são do período em que estava afastado da Câmara dos Deputados, exercendo o cargo de ministro da Casa Civil de Lula. Do consultor José Menck:

"O deputado investido no cargo de ministro continua deputado, não perdendo o mandato. Assim sendo, fica sujeito a todas as restrições e impedimentos decorrentes do mandato de parlamentar."

O publicitário Duda Mendonça emite nota para repudiar, "com veemência e indignação", o que chama de "tentativas absurdas e absolutamente improcedentes" de Marcos Valério. Duda não aceita que ele e a sócia, Zilmar Fernandes Silveira, sejam envolvidos no "inexplicável esquema de distribuição de dinheiro". Duda foi apontado como o destinatário de R$ 15,5 milhões, por meio de cinco cheques lançados entre fevereiro e novembro de 2003.

A Polícia Federal indicia o coordenador financeiro da campanha de Fernando Pimentel (PT) a prefeito de Belo Horizonte. Chamado a depor, Rodrigo Barroso Fernandes não se manifesta sobre os R$ 274 mil que recebeu, por meio do caixa 2 do PT. Com o nome na lista dos recebedores de dinheiro do valerioduto, Fernandes já havia pedido demissão da Prefeitura de Belo Horizonte.

85 – 6/8/2005 O PT decide suspender Delúbio Soares por tempo indeterminado – solicitação do próprio ex-tesoureiro do partido. Obtém 27 votos. Outra proposta previa a suspensão da filiação partidária de Delúbio por 60 dias. Recebe 16 votos. Fica rejeitada a abertura de um processo interno de investigação, sobre atividades de Delúbio na secretaria de Finanças do PT. Do deputado Chico Alencar (PT-RJ), da esquerda do partido:

– Delúbio sabe de muita coisa. Ele não faria operações milionárias de moto próprio, e por isso tem que ter blindagem, proteção. O partido não quer ser melindrado. O Campo Majoritário está vivo e José Dirceu, trabalhando firme.

Para o deputado Mauro Passos (SC-PT), o receio é um só. Delúbio poderia contar o que sabe:

– Tornou-se perigoso, do ponto de vista que pode liquidar figuras do nosso partido e do nosso governo. Imagino o esforço para que não abra o verbo.

O jornal O Estado de S. Paulo comenta a decisão do PT, no editorial "Pizza no diretório do PT". Critica a influência de Dirceu e classifica Delúbio como o "parceiro de falcatruas de Valério", o autor de "negócios escabrosos":

"Tiveram vida breve as promessas de moralização do Partido dos Trabalhadores, repetidas pelo seu novo presidente, Tarso Genro. A 'refundação' do partido, de que ele falava, ou ficou para as calendas ou se fará, como tudo indica, sobre as mesmas bases apodrecidas de onde emanou o maior escândalo de corrupção de que se tem notícia no país."

A revista Época publica uma fotografia. Vê-se a ampla casa, de bom gosto, avaliada em R$ 600 mil. Recém-construída, por José Dirceu (PT-SP). Fica no

condomínio Vale de Santa Fé, em Vinhedo (SP). Tem 431 metros quadrados, piscina e churrasqueira. Tudo num belo terreno de 1.680 metros quadrados.

Análise da CPI dos Correios sobre operações financeiras. É de envolvidos no escândalo do mensalão, e traz dúvidas sobre movimentações de Dirceu. Cerca de R$ 535 mil, transferidos ao ex-ministro entre 2000 e 2005, não dispõem de identificação. Não se sabe quem são os depositantes. Para a assessoria de Dirceu, o deputado está protegido por sigilo bancário, e não fará comentários sobre o assunto.

A operação Portugal Telecom. Quem se manifesta, agora, é o ex-diretor de Finanças da Embratur no governo Lula, Emerson Palmieri. Ele também é tesoureiro informal do PTB. Contesta a versão apresentada por Marcos Valério, segundo a qual foi a Lisboa apenas a passeio, por estar estressado e ser amigo de Valério. Ele dá entrevista ao repórter Rubens Valente, da Folha de S.Paulo:

– Não sou amigo dele, não tenho nada com ele, eu o conheço há poucos meses.

Palmieri aproximou-se de Valério "por contingência". Foi a Portugal em "missão partidária", mas não há clareza sobre o encontro de Valério com representantes da Portugal Telecom:

– O Jefferson tinha combinado com José Dirceu e que era para eu acompanhar, para saber se iria ocorrer a reunião. Mais nada, eu não tinha detalhes disso.

Na explicação confusa, Palmieri diz que foi convocado por Roberto Jefferson (PTB-RJ) para a viagem, mas sem maiores explicações sobre o que estava em andamento. Refere-se assim ao encontro entre Valério e diretores da empresa portuguesa:

– Ele não permitiu que eu entrasse na reunião, disse apenas que "provavelmente vamos equacionar em 20 dias o problema do PT e do PTB".

86 – 7/8/2005 Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o sub-relator da CPI dos Correios para a área de finanças, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), defende uma mudança na cultura política, que acabe com o que chama de "jogo de promiscuidade" entre governo e Congresso Nacional. Critica nomeações políticas para cargos públicos, que visem contrapartidas financeiras. Fala à repórter Eugênia Lopes sobre o comprometimento de Lula com o escândalo do mensalão:

– Todo mundo está achando que, para caracterizar a responsabilidade, precisa aparecer o cheque na conta do presidente. Mas não precisa, porque os principais personagens foram nomeados pelo presidente para exercer papel público de representação governamental ou política. A incompetência e a omissão às vezes fazem um mal para o Brasil pior do que a corrupção. E sob esse aspecto o presidente é responsável sim.

– Já há provas do pagamento de mesada a parlamentares?

– A maior parte dos saques se deu no período das votações de temas da reforma previdenciária, a tributária e da mudança partidária, em especial o início de 2004, que era para o prazo final para definir a composição das comissões permanentes da Câmara. É mais uma grande coincidência que nem o melhor roteirista de novela seria capaz de escrever. Fica claro que, nessas votações, havia algum tipo de favorecimento, liberação de emendas ou indicação de cargo para ter contrapartida ou até pagamento de, não digo mensalão, vamos chamar de capilé. Capilé é um cala-boca menor do que o mensalão.

87 – 8/8/2005 O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), anuncia processos de cassação para quatro deputados acusados de quebra de decoro parlamentar. José Dirceu (PT-SP) não está na lista. Os quatro requerimentos

foram solicitados pelo PL. Todos contra deputados do PTB, mas atingem apenas parlamentares que foram candidatos a prefeito em 2004. Segundo a tese apresentada, eles teriam recebido dinheiro de Roberto Jefferson (PTB-RJ). São eles: Sandro Matos (RJ), Newton Lima (SP), Joaquim Francisco (PE) e Alex Canziani (PTB). Os nomes deles não aparecerão no escândalo do mensalão. Faz 62 dias que o Conselho de Ética da Câmara, presidido por Ricardo Izar (PTB-SP), analisa o processo de cassação do mandato de Jefferson.

O empresário Ricardo Penna Machado presta depoimento à Polícia Federal. Admite que organizou festas de embalo com prostitutas no Hotel Gran Bittar, em Brasília, a pedido de Marcos Valério, de quem foi sócio. As garotas de programa foram encomendadas à cafetina Jeany Mary Corner, bem relacionada nos círculos políticos da capital federal.

As festas foram nos últimos andares do Gran Bittar, no segundo semestre de 2003. Começavam com jantares e comida fina na suíte presidencial. Champanhe, licores e uísques importados. Depois, os convidados, cujos nomes não são revelados, desciam para as suítes de luxo. Numa das festas, 24 apartamentos do hotel estavam reservados. Foi um fracasso. A coisa vazou, poderia chegar aos ouvidos dos jornalistas. Acabou encerrada abruptamente com um telefonema, aos gritos, do ministro José Dirceu (PT-SP).

Para o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, Lula está sob suspeita:

– A crise não foi gerada pela oposição, não foi gerada por um fato exógeno, foi desencadeada por pessoas da máxima confiança do presidente, pessoas que lhe acompanharam em toda a sua vida política. Só aí já cabe alguma suspeição sobre a figura do presidente.

88 – 9/8/2005 A oposição denuncia o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), por trabalhar pelo engavetamento do processo contra o deputado José Dirceu (PT-SP). Por causa disso, ameaça obstruir trabalhos parlamentares no Congresso. Severino é forçado a recuar e encaminha quatro casos ao Conselho de Ética da Câmara. São as representações contra Dirceu, Sandro Mabel (PL-GO), Romeu Queiroz (PTB-MG) e Francisco Gonçalves (PTB-MG).

Surge Paulo Okamotto, o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Foi nomeado para o cargo por Lula. Apresenta-se como o autor do pagamento da dívida de Lula de R$ 29.436,26 junto ao PT.

Okamotto foi tesoureiro da campanha de Lula em 1989, na primeira vez que o líder petista disputou a presidência da República. A CPI dos Correios investiga se o pagamento da dívida foi feito com dinheiro de caixa 2. No Sebrae, Okamotto administra um orçamento anual de R$ 900 milhões. Ele diz que pagou a dívida em quatro parcelas, mas não contou nada ao presidente:

Tirei recursos da minha conta pessoal.

Okamotto não tem provas de que pagou. Não tem recibos, nada. A história não tem lógica. Ele diz que sacou dinheiro vivo em caixas eletrônicos em Brasília, e enviou os valores em espécie para São Paulo. Na capital paulista, aconteceram os depósitos em conta bancária do PT, a partir de quatro agências diferentes do Banco do Brasil. Uma confusão.

Declaração do senador Álvaro Dias (PSDB-PR):

– Chama a atenção a dificuldade do governo para explicar algo aparentemente simples.

Comentário do deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS):

– Levaram quase um mês para encontrar alguém que assumisse a responsabilidade. Temos informações de que a versão foi combinada de última hora.

Do ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner (PT-BA):

– O que eu tenho a dizer é o que ouvi do presidente. Lula não tomou empréstimo do PT, não reconhece empréstimo e não pagou empréstimo do PT.

Do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP):

– Não houve empréstimo. Foi mais uma trapalhada do Delúbio Soares.

Em depoimento à CPI do Mensalão, Marcos Valério confirma que destinou mesmo R$ 15,5 milhões das contas bancárias de suas agências de publicidade para pagar o publicitário Duda Mendonça. O dinheiro foi entregue à sócia de Duda, Zilmar Fernandes Silveira, e a outras pessoas autorizadas por ela.

Zilmar é íntima da família presidencial. Cuida pessoalmente da imagem de Lula e da primeira-dama, Marisa Letícia. Faz isso desde a eleição de 2002. Sugere roupas novas para o presidente, e tratamentos estéticos para dona Marisa. No mercado publicitário, é tida como próxima de Delúbio Soares.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o advogado Rogério Buratti diz que foi procurado por emissários da multinacional Gtech, em abril de 2003. Queriam uma intermediação dele junto ao ministro Antonio Palocci (PT-SP), para renovar um contrato com a Caixa Econômica Federal. Em troca da influência, R$ 16 milhões.

Buratti garante que não aceitou a proposta, e isenta o ministro da Fazenda de qualquer irregularidade. O contrato com a Gtech, porém, foi renovado por R$ 650 milhões. Buratti nega tráfico de influência, mas não desmente a amizade com Palocci. E desvia o foco do ministro. Diz suspeitar que a Gtech contratou, por R$ 5 milhões, a MM Consultoria. A empresa, sim, teria ajudado na renovação do contrato. A MM é ligada ao advogado Marcelo Coelho Aguiar, que foi assessor de Luiz Gushiken na Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República. A história tem desdobramentos.

Em Brasília, outra história. A do sacador do valerioduto que passou recibo. É Charles dos Santos Dias, assessor do ex-senador Ademir Andrade (PSB-PA), candidato ao governo do Pará em 2002, derrotado no primeiro turno. Dos R$ 920 mil do caixa 2 do PT em nome do deputado Paulo Rocha (PT-PA), R$ 300 mil foram retirados de conta da SMPB, em dinheiro vivo, na agência Assembléia do Banco Rural, em Belo Horizonte. Dias fez o saque.

O dinheiro teria sido usado para comprar o apoio político do ex-senador. Em troca da bolada, ele ficou ao lado de Maria do Carmo (PT-PA), candidata a governadora no segundo turno das eleições do Pará, em 2002. Ela também foi derrotada. De qualquer forma, Dias descontou três cheques, de R$ 100 mil cada um, em 6 de maio de 2003. Assinou recibo, deixou rastro. Os números do RG, CPF e do telefone celular.

Do ex-senador Andrade ao jornal O Estado de S. Paulo:

– Tenho 30 anos de vida pública dedicada à luta do povo, sempre na esquerda, defensor dos sem-terra. Nunca me servi de qualquer coisa de governo, tive sempre comportamento absolutamente impecável, e de repente me vejo envolvido em situações como essa.

89 – 10/8/2005 A Polícia Federal entrega à CPI dos Correios um laudo apontando suspeitas de manipulação em números e informações do Banco Rural. Os dados foram enviados para os trabalhos de investigação da comissão. Há indícios de transações que foram apagadas ou modificadas, para mais ou para menos, nas operações de crédito, débito, transferências bancárias e saques atribuídos às empresas de Marcos Valério. Arquivos supostamente adulterados abrigam 39 mil registros de operações.

Os peritos da Polícia Federal desconfiam de modificações feitas na contabilidade eletrônica do banco, para que coincidam com as versões dos saques. As mudanças poderiam escamotear a falsificação de valores, omitir sacadores e até incluir operações fantasmas. De acordo com dados da CPI, não há identificação sobre a origem de R$ 11,8 milhões, referentes a 50 movimentações das empresas de Valério no Banco Rural.

Na CPI do Mensalão, o vice-presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), trata de "esquentar" uma lista de sacadores das contas de Valério, numa jogada para envolver parlamentares de oposição no escândalo do mensalão. O documento, apócrifo, traz 128 nomes, para os quais teriam sido entregues R$ 10,8 milhões, durante a campanha de reeleição do governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB), em 1998.

No primeiro momento, Pimenta afirma que achou a lista com os nomes em cima da mesa de trabalhos da CPI. Supõe que Valério a deixou ali, por distração, durante o depoimento à comissão. Mas Pimenta foi visto ao lado de Valério, após o final do depoimento, na madrugada anterior, caminhando em direção à garagem do Senado.

Pimenta apressa-se em dar uma segunda versão. Foi até o carro de Valério pegar a tal lista, mas com o advogado de Valério. Não dá certo. O advogado, Marcelo Leonardo, nega. E, pior, fica provado que Pimenta saiu do Senado, na madrugada, dentro do carro de Valério.

Do jornalista Janio de Freitas, na Folha de S.Paulo:

"Assim tem agido a tropa de choque petista. Procura esvaziar tudo o tempo todo, sem decência no trato dos fatos, sem dignidade política e sem compostura pessoal. Disso só pode resultar a sua associação moral a Marcos Valério e a quantos acusados haja. E, como o PT domina as CPIs ao somar-se a seus aliados da 'base governista', as inquirições e investigações ficam prejudicadas, particularmente as referentes ao mensalão."

Pimenta deixa a vice-presidência da CPI do Mensalão.

Depoimento de Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério na agência de publicidade SMPB, à CPI dos Correios. Ele admite que assinou "pilhas" de cheques identificados apenas como "assunto PT/Marcos Valério", sem saber o destino do dinheiro. Diz Paz:

– Marcos Valério fez uma reunião conosco em que falou da importância da aproximação com o partido. Toda agência de publicidade tem interesse em estar próxima. Não vejo nada de ilícito nisso.

Paz defende o sócio:

– Valério colocou a importância de ter bom relacionamento com o PT. Disse que queria se aproximar do PT e tomou a decisão de fazer o empréstimo, se nós concordássemos. Assinei na confiança e achei que deveria assinar.

Os cheques da "conta PT" vinham separadamente. Não eram nominais. Eram ao portador ou endereçados a empresas.

– Todas as vezes que os cheques chegavam na minha mesa eram pilhas desse tamanho, até me incomodava. Eu não tinha tempo para ficar conferindo.

Os parlamentares estranham. Que motivos levaram a agência a assumir riscos, emprestando dinheiro a um partido político? Justificativa de Paz:

– Senti desconforto por causa da dívida da empresa. O Valério dizia: “Não se preocupe, o PT vai pagar”. Achei que tudo seria cumprido. Hoje vejo que foi um erro. O pior dia da minha vida foi quando vi a empresa acusada por Jefferson.

O jornal argentino La Nación publica entrevista com o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Segundo Amaral, o dinheiro movimentado pelo PT e por Marcos Valério pode ter comprado deputados, para que votassem leis de interesse do governo. Também serviu para comprar deputados de oposição, que se transferiram para as fileiras da base aliada.

Para Delcídio, Lula pode ter sido enganado, “por alguém que o rodeia”. O senador acrescenta: do PT “poderia se esperar ineficiência administrativa, mas não uma crise ética”. E mais:

– Para mim é muito difícil, emocionalmente. Além de receber pressões de todos os lados, é muito difícil ver no banco dos réus dirigentes com os quais se fazia campanhas, discursos, com quem se compartilhava a militância.

Em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo alerta:

“A multiplicidade de comissões de inquérito (Correios, Mensalão e Bingos) e de instâncias de decisão sobre eventuais processos e punições (as próprias CPIs, a Mesa da Câmara, a Corregedoria e o Conselho de Ética da Casa, a Procuradoria-Geral da República e o STF), enfim, os complexos trâmites exigidos, tudo isso poderia servir de instrumento aos desejosos de circunscrever a alguns bodes expiatórios a culpa pelo assombroso lamaçal cuja profundidade ainda está por ser medida. O abafa seria o produto de dois movimentos que se confundem: de um lado, o daqueles que, em autodefesa, só aceitam cortar superficialmente na própria carne; de outro, o daqueles que acreditam, talvez com razão, que as cassações não podem chegar a um número tal que poria abaixo a legitimidade do Congresso.”

90 – 11/8/2005 A crise política assume contornos dramáticos. Duda Mendonça e Zilmar Fernandes Silveira depõem na CPI dos Correios. Duda apareceu sem ser convocado. Marqueteiro de Lula, confessa que recebeu R$ 11,9 milhões em caixa 2 de Marcos Valério. É dinheiro que pagou os serviços prestados na campanha de 2002, que elegeu Lula. Pior: R$ 10,5 milhões do total foram depositados no exterior, por orientação, segundo Duda, de Valério.

Duda teria sido obrigado a constituir uma empresa offshore, cuja característica principal é a ausência de identificação dos donos. Nasceu a Dusseldorf, nas Bahamas. Segundo a versão, Valério fez seguidos depósitos à Dusseldorf em 2003, por meio dos bancos BAC Flórida Bank, Banco Rural Europa, Israel Discount Bank de Nova York e a empresa Trade Link. Duda não fornece senha ou extratos para permitir uma análise da movimentação. Diz Duda:

– Esse dinheiro era claramente de caixa 2, a gente não é bobo. Nós sabíamos, mas não tínhamos outra opção, queríamos receber. Não vou dar uma de santinho. Ou eu recebia daquele jeito, ou tomava cano.

Além dos R$ 10,5 milhões na Dusseldorf, Valério repassou R$ 1,4 milhão a Duda, em dinheiro vivo, em várias parcelas. Os primeiros R$ 300 mil foram recebidos na agência do Banco Rural da avenida Paulista, em São Paulo. Zilmar foi buscar o dinheiro:

– Cheguei na tesouraria do Rural e o rapaz me trouxe um pacote de dinheiro. Eu me assustei, porque pensei que ia receber um cheque administrativo.

A sócia de Duda acostumou-se, sem problemas. Voltou à mesma agência nos dias seguintes, para pegar mais duas boladas de R$ 300 mil cada uma, em dinheiro vivo. E depois fez outras duas retiradas, também em espécie, de R$ 250 mil cada.

O depoimento de Duda choca o país. Além do marketing de Lula, o publicitário cuidou das campanhas dos candidatos do PT aos governos de São Paulo e do Rio, José Genoino e Benedita da Silva, e do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Recebeu R$ 11,9 milhões de Valério, e outros R$ 3,6 milhões de Delúbio. Todos os R$ 15,5 milhões "por fora", sem nota fiscal.

As televisões transmitem o depoimento de Duda. O publicitário escancara a promiscuidade entre público e privado, nas relações do governo federal. Segundo ele, o pacote fechado com o PT para as eleições de 2002 era de R$ 25 milhões. Faltou o acerto de R$ 9,5 milhões do combinado, mas Duda voltou a trabalhar para o partido do presidente Lula, em 2004. Foi responsável pelas campanhas eleitorais em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Goiânia. Duda detém contas milionárias de publicidade, da Petrobrás, Secom e Ministério da Saúde. Juntas, renderam um faturamento de R$ 120 milhões, em 2003 e 2004.

Ao depor à CPI, Duda quer se livrar da acusação de evasão de divisas. O crime teria sido cometido por quem enviou o dinheiro ao exterior. O publicitário apenas o recebeu e, portanto, é autor de crime mais leve, de sonegação fiscal. Caso faça o acerto com a Receita Federal antes da denúncia do Ministério Público, ficará livre de processo criminal. No início do governo Lula, o acesso de Duda à esplanada dos Ministérios e ao ministro Luiz Gushiken era intenso. Recebeu o apelido de ministro da propaganda.

Enquanto Duda depõe espontaneamente à CPI dos Correios, Marcos Valério comparece à CPI do Mensalão. Da mesma forma, ele não havia sido convocado. O depoimento não tem a mesma repercussão, mas cria um problema. Segundo Valério, foi o próprio Duda quem pediu para o dinheiro ser depositado no exterior:

– Fui procurado pelo Delúbio, que me incumbiu de pagar o Duda, por intermédio da Zilmar. Fiz os pagamentos à pessoa que ela indicou, o consultor financeiro de nome Jader.

A grana foi sacada pelo doleiro Jader Kalid Antônio, autor de 22 operações de retirada de dinheiro da SMPB. Diz Valério:

– Fui usado pelo PT e cuspido para fora. É muito mais fácil acusar o publicitário Valério do que o marqueteiro Duda Mendonça. É mais fácil falar em valerioduto do que em dirceuduto ou ptduto.

Ex-diretores do Banco Central são entrevistados pelos repórteres Fernando Dantas e Suely Caldas, de O Estado de S. Paulo. Os pagamentos a Duda Mendonça no exterior reforçam os indícios de que os empréstimos dos bancos Rural e BMG ao PT e ao empresário Marcos Valério foram obras de ficção. As operações de crédito, uma estratégia para camuflar doações prévias, depositadas por empresas em contas bancárias no exterior, cujos titulares seriam os próprios bancos envolvidos no esquema. Os empréstimos serviriam para cobrir as doações, e não eram mesmo para ser pagos.

Segundo a análise, não faz sentido a aprovação de empréstimos da ordem de milhões de reais, em operações com aval de dirigentes do PT, políticos com baixo patrimônio. A suspeita, portanto, é de que os empréstimos não deveriam ser quitados e nem cobrados, pois já haviam sido pré-pagos com depósitos no exterior.

O repórter Lourival Sant'Anna, de O Estado de S. Paulo, obtém informações de bastidores, de fonte muito próxima a Delúbio Soares. Os gastos com a campanha de Lula, em 2002, alcançaram os R$ 200 milhões. O PT admitiu despesas de R$ 21 milhões, quase dez vezes menos. Os tais R$ 21 milhões teriam sido suficientes para todas as despesas, e teria havido uma sobra, de R$ 11 mil. Nos números de verdade, há uma dívida de caixa 2, de R$ 21 milhões. E a arrecadação não contabilizada teria sido de quase R$ 160 milhões.

Repercussões do depoimento de Duda Mendonça: para o jornal Folha de S.Paulo, em editorial, "o presidente Lula perde o pouco de autoridade que lhe restava: como pode o governo exigir dos cidadãos e das empresas o cumprimento de obrigações fiscais se o mais alto magistrado da República chegou ao poder valendo-se de operações fraudulentas?"

O jornalista Clóvis Rossi, na mesma Folha, escreve que o depoimento do "publicitário do rei" mostra que não foram apenas deputados os beneficiados pelo valerioduto. "Foi o próprio presidente da República, cuja propaganda foi paga com esse dinheiro. Pior: não foram pagamentos feitos durante a campanha e, portanto, antes da presidência de Lula, mas depois da posse e depois de a agência de Duda ter obtido contratos de publicidade do governo".

O presidente do PT, Tarso Genro (RS), defende Lula:

– Não há nenhuma legitimação moral e jurídica para a proposta de impeachment. Vamos fazer todos os movimentos políticos, jurídicos e sociais para defender o mandato do presidente.

Um grupo de 20 deputados do PT forma um bloco dissidente e emite uma nota. Para eles, o esquema revelado por Duda "trai a esperança de mais de 52 milhões de votos", recebidos por Lula. Os petistas pedem a abertura de processos na comissão de ética do PT, contra sete deputados do partido envolvidos com o mensalão.

Do deputado José Thomaz Nono (PFL-AL):

– A crise demonstrou que o PT é um partido igual aos outros. Não há monopólio da virtude. Não há reserva de mercado de coerência.

Para o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), "acabou o governo. Isso não é caixa 2, é corrupção". Declaração de Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA):

– Estamos cada vez mais próximos da responsabilidade do presidente. Nada disso poderia ter acontecido sem que Lula soubesse.

Da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), chocada:

– Agora se fecham todos os indícios de crime. E esse dinheiro não veio de empréstimo. Veio de licitações fraudadas, de investimentos de fundos em bancos que depois retribuíam. Tudo que o Código Penal diz que dá cadeia eles fizeram.

Do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), sobre o caixa no exterior:

– O PT já admitiu caixa 2 nacional, que recebeu dinheiro por fora de empresas ou pessoas físicas, mas dentro do Brasil. Agora, quando paga com dinheiro estrangeiro alguém que contratou para fazer sua campanha eleitoral, o PT confessa o caixa 2 no exterior.

O deputado José Dirceu (PT-SP) alerta para uma "convulsão social", caso Lula sofra um impeachment:

– Vocês acham que não vai acontecer nada no país se fizerem isso?

A CPI dos Bingos recebe informações do Ministério Público de São Paulo. Rogério Buratti manteve relações próximas com Antonio Palocci (PT-SP), ministro da

Fazenda, pelo menos até fevereiro de 2004. Mentira à CPI ao dizer que não tinha contato com Palocci. O ministro também negara.

Buratti foi secretário de Governo do ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP), o ministro Palocci. Afastado por suspeita de corrupção. Motivo: em uma fita, gravada pelo próprio Buratti, havia indícios de acerto ilegal com um empresário. A gravação foi furtada por um integrante do PT. Divulgada, inviabilizou a permanência de Buratti na Prefeitura. Saiu do PT, e não teria mais convivido com Palocci.

Agora, sabe-se que ele ligou duas vezes de um telefone fixo, em 7 de fevereiro de 2004, para a casa do ministro, em Brasília. E no dia 21 daquele mês, mais uma vez, de um celular. Além disso, manteve contatos telefônicos com Juscelino Antonio Dourado, o chefe de gabinete de Palocci no Ministério da Fazenda. E fez outras 99 ligações para Ralf Barquete, um consultor da Caixa Econômica Federal. Os telefonemas ocorreram no período da renovação do contrato entre a Caixa e a multinacional Gtech. Barquete também foi secretário de Palocci na Prefeitura de Ribeirão. Buratti minimiza a importância dos telefonemas ao ministro. As conversas tiveram "caráter pessoal":

– Nunca disse que não conheço Palocci e não converso com ele. Disse que não tenho intimidade com ele. Foi isso que eu falei.

Palocci insiste na versão furada. Em nota emitida por sua assessoria, afirma que "eventuais telefonemas foram provavelmente tentativas de contato que não prosperaram". Sobre os contatos com Buratti nos últimos anos, "apenas sociais, eventuais e esporádicos".

Cai Marcos Trindade, o chefe do Serviço de Engenharia e Saúde Pública da Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Filiado ao PT, foi diretor da Secretaria de Obras Públicas do ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT). Trindade admitiu que transportou R$ 850 mil, em dinheiro vivo, em viagens de ônibus de Belo Horizonte a Porto Alegre, em 2003. O dinheiro, do valerioduto, pagaria despesas da campanha de Tarso Genro (PT-RS) ao governo do Rio Grande do Sul, em 2002.

O PT gaúcho finalmente reconhece que pôs a mão em R$ 1 milhão da SMPB de Marcos Valério, para a campanha de Genro. Negara numerosas vezes, anteriormente. O transporte das somas foi feito por Trindade. Ele fez quatro viagens a Belo Horizonte, para buscar o dinheiro.

A primeira vez, em 16 de julho de 2003, de avião, em companhia de outro petista, Paulo Antônio Bassoto. Na volta, o companheiro foi detido no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com R$ 150 mil em dinheiro. Trindade carregava R$ 50 mil consigo, mas conseguiu escapar. Seguiu viagem.

Depois do susto, as viagens passaram a ser de ônibus. Trindade não se arrepende de ter executado a tarefa, digna de "um militante e homem de esquerda, comunista sempre".

Frederico Catarino, gerente de uma agência do Banespa em Mauá (SP), confirma quatro saques, num total de R$ 230 mil, feitos por determinação de Valdirene Dardin, secretária de Finanças da Prefeitura de Mauá, na época do prefeito Oswaldo Dias (PT). As retiradas aconteceram entre abril de 2003 e março de 2004, mas não foram justificadas na administração municipal.

Valdirene responsabilizou o PT pelo desvio do dinheiro, mas depois mudou a versão e disse desconhecer o motivo dos saques e o destino da grana. De acordo com Catarino, Valdirene fez as retiradas em duas ocasiões. Os outros dois saques foram feitos por ele mesmo, mas a pedido dela. Seguindo orientações, levou o dinheiro à Prefeitura e o entregou a Valdirene. Catarino informa que, por determinação de

Valdirene, em todas as quatro vezes as somas foram embaladas em sacos plásticos de supermercado.

91 – 12/8/2005 Lula aproveita reunião ministerial para ler discurso ensaiado e preparado por sua assessoria. Faz um auto-elogio a realizações do seu governo e exime-se de responsabilidades sobre o escândalo do mensalão. Visivelmente abalado, quase não olha para as câmeras que transmitem o discurso. No final, de improviso:

– Eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas.

As afirmações são vagas. Lula não diz com precisão ao que se refere. Não aponta nenhum culpado. O discurso, cheio de frases soltas. Fica nítida a intenção de proteger os responsáveis pela crise:

– Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país.

Lula afirma estar "consciente da gravidade da crise política", mas não explica por que Delúbio Soares era freqüentador assíduo do Palácio do Planalto. Tampouco refuta, com a ênfase esperada, que fora alertado por Roberto Jefferson (PTB-RJ) para a existência de um esquema de distribuição de mensalões à base aliada. Diz Lula:

– Se estivesse ao meu alcance, já teria identificado e punido exemplarmente os responsáveis por esta situação.

A verdade, porém, é a do presidente que se movimentou, de todas as formas, desde o início, para impedir a instalação das CPIs. De um homem que tratou de manter, o quanto pôde, José Dirceu (PT-SP) no Ministério da Casa Civil. Justo Dirceu, tido como o grande operador do mensalão. Lula também está muito próximo do esforço do PT para manter Delúbio nas fileiras do partido, apesar do envolvimento indiscutível do ex-tesoureiro no esquema de corrupção.

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), reage à hipótese de afastamento do presidente da República:

– Esse pensamento não existe, eu irei fazer tudo para que o presidente Lula continue, não podemos fazer com que o Brasil venha sofrer um impeachment, que é doloroso para o país.

O presidente do PT, Tarso Genro (RS), expõe a crise do partido. Para ele, a fala de Lula foi insuficiente:

– Acho que o presidente fez um primeiro pronunciamento à nação. Na minha opinião, ele deverá fazer uma série. Se fosse esse exclusivamente, eu diria que é insuficiente.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), não se reconhece "na atitude desses dirigentes, não é esse o partido que ajudei a fundar":

– É inaceitável esse tipo de prática dentro do nosso partido. Como diria Juscelino Kubitschek, o homem público não pode ter compromisso com o erro. Muito menos com erros tão graves, como os que estão sendo cometidos.

Reação do petista Valter Pomar, da esquerda do partido:

– O Mercadante nem parece aquele que, na última reunião do diretório, defendeu a suspensão do Delúbio Soares, em vez da expulsão dele.

Do senador Cristovam Buarque (PT-DF):

– Não tenho mais nenhuma ligação política com o PT.

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) divulga uma declaração oficial:

"O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos, e tantas outras denúncias de corrupção que vêm acontecendo de longa data, e que nos últimos dias emergiram de forma escandalosa, provocam, em todos nós, a indignação ética."

92 – 13/8/2005 A revista Época publica entrevista com Valdemar da Costa Neto (SP), o presidente do PL. Foi o primeiro deputado a renunciar por envolvimento no escândalo do mensalão. Aliado do Palácio do Planalto, Valdemar foi um dos artífices da aliança PT-PL em 2002, e um dos responsáveis pela escolha de José Alencar (PL-MG) para vice-presidente de Lula.

A entrevista acaba ofuscada pelo depoimento de Duda Mendonça à CPI dos Correios, e o discurso de Lula no dia seguinte. Os fatos relatados por Valdemar aos repórteres Thomas Traumann e Gustavo Krieger não tiveram a repercussão merecida. As declarações do presidente do PL à revista Época, porém, marcam um momento da maior gravidade na crise do mensalão:

– Tudo começou nas negociações para fechar o apoio a Lula em 2002, com José Alencar, do PL, como vice. Tivemos muitas reuniões em Brasília, na casa do José Dirceu. Sempre participavam o João Paulo Cunha, quase sempre o Silvio Pereira, sempre o Delúbio Soares, além do José Alencar.

Valdemar conta que, com a aprovação da verticalização das eleições, ou seja, da obrigatoriedade de as alianças regionais seguirem a coligação nacional, o PL precisou de dinheiro:

– A questão é que o PL precisava ter 5% dos votos para ter as verbas do fundo partidário. Com a verticalização, as nossas chances de chegar a 5% eram pequenas, porque só poderíamos coligar com o PT. Falei para o Zé Dirceu: "Para isso, preciso de uma estrutura muito maior para segurar meu pessoal". Ele falou: "Mas quanto?" Eu falei: "R$ 15 milhões, R$ 20 milhões".

O PT não tinha dinheiro. Valdemar envolve Lula e Alencar:

– Já estávamos fazendo uma nota conjunta dizendo que a coligação PT-PL não ia sair quando me liga o Zé Alencar. Eu contei a ele que não conseguimos chegar a um número. "Não vou prejudicar nosso pessoal todo em troca de uma aliança", falei. O Zé Alencar disse para eu não assinar a nota conjunta. Daí 15 minutos, ele ligou e disse que o Lula viria no dia seguinte a Brasília resolver o assunto.

A negociação:

– A reunião foi no apartamento do deputado Paulo Rocha. Estavam lá o Lula, o José Alencar, o Dirceu e o Delúbio. O Lula chegou para mim e disse: "Quer dizer então que você é o nosso problema?" "Não posso matar o nosso pessoal", respondi. O Zé Dirceu não queria falar de dinheiro, queria negociar a participação no governo: "Valdemar, vamos governar juntos?" Respondi: "Mas, desse jeito, não vai sobrar ninguém na Câmara para governar junto com vocês". Depois o Lula até falou para o Zé Alencar: "Vamos sair porque esta conversa é entre partidos, não entre candidatos". Daí o Delúbio chegou perto de mim e disse: "Vamos conversar".

– E vocês falaram de números...

– O Lula e o Alencar ficaram na sala e fomos para o quarto eu, o Delúbio e o Dirceu. Eu comecei pedindo R$ 20 milhões, para levar uns R$ 15 milhões. Daí, ficou aquela discussão. Uma hora, o Zé Alencar entrou e falou: "E aí, já resolveram?" Eles achavam que iam arrecadar R$ 40 milhões. Eu falei: "Tira R$ 15 milhões para a gente.

É justo". Eles ameaçaram ir embora. O Lula mandou ligar para o Patrus Ananias e avisou que, se a conversa não desse certo, ele seria o candidato a vice na chapa. Uma hora, o Dirceu chegou a dizer "acabou". Eles batiam tanto o pé comigo que eu pensei: "Ô povo firme. Esses vão me pagar rigorosamente em dia". Daí chamei o Zé Dirceu de volta para o quarto. O Zé Alencar veio junto. Falei: "Vamos acertar os R$ 10 milhões". Voltamos para a sala e avisamos: "Está fechado". Lembro ainda que o Zé Alencar falou "peça tudo por dentro".

– Lula sabia que a conversa no quarto era sobre dinheiro?

– Ele sabia. O presidente sabia o que a gente estava negociando. Olha, ele e o Zé Dirceu construíram o PT juntos. O Lula sabia o que o Dirceu estava fazendo. O Lula foi lá para bater o martelo. Tudo o que o Zé Dirceu fez foi para construir o partido.

– O vice-presidente José Alencar falava "tudo por dentro". E o presidente Lula dizia o quê?

– Nunca falou. Quando saí, ele me falou: "Então está liquidado o assunto". O Lula foi lá para autorizar a operação. E não vejo nada demais. O que ninguém esperava é que desse essa lambança.

Hora do pagamento. Delúbio Soares procura Valdemar:

– Em fevereiro de 2003, ele falou que ia me dar a primeira parcela. Falou para eu mandar meu pessoal até a SMPB, em Belo Horizonte, para pegar o dinheiro. Perguntei quanto era. Ele disse: "Eu não sei. Vai lá". Mandei o Jacinto Lamas. Chegou lá, o Jacinto me liga: "Não é dinheiro, me deram um envelope". Eu falei: "Nem abre". E liguei para o Delúbio. Falei: "Delúbio, é um envelope". Ele falou: "Não tem problema, pode trazer". Mandei o Jacinto levar o envelope fechado para São Paulo, até o flat onde eu morava. Quando abri o envelope, eram cheques. O total era de R$ 800 mil. Todos cheques da SMPB, para uma empresa chamada Garanhuns. Eu liguei de novo para o Delúbio. Ele falou: "Fica tranqüilo, que eu vou mandar buscar o cheque aí". Passa uma hora, vem um segurança, desse pessoal que mexe com dinheiro, e falou assim: "Vim resgatar". E me deixou o dinheiro. Dinheiro vivo, cash. Estava numa daquelas malinhas com rodinhas, de levar no aeroporto. Chamei alguns fornecedores de campanha e eles pegaram todo o dinheiro.

– Esse procedimento, de pegar cheques na SMPB e trocar por dinheiro em São Paulo, se repetiu?

– Duas ou três vezes. O sujeito chegava, colocava o dinheiro na mesa e pedia que eu conferisse. Separava direitinho nos pacotes.

Valdemar frisa que o dinheiro não seguia para deputados do PL, apenas para fornecedores de campanha. Nas viagens a Belo Horizonte, segundo ele, o tesoureiro Lamas foi buscar um total de R$ 3,2 milhões. O presidente do PL diz que ficava preocupado com a logística de mandar pegar cheques na capital mineira, mas o esquema não incomodava Delúbio.

– Quando você está no governo, você é o dono do mundo. Você não tem preocupação com nada. Eu disse para ele: "Você está me mandando em cheque e eu quero em dinheiro. Pára com isso. Me tira desse negócio lá de Minas Gerais, que está ficando ruim para mim". Aí, eles inventaram aquele negócio do Banco Rural. Mas foi só em setembro. De abril a setembro de 2003, não recebi nada.

– O dinheiro era sempre entregue na SMPB ou no Banco Rural?

– Não, teve dinheiro que eles entregaram para mim. Entregaram para o Jacinto em Brasília... O Jacinto chegou a receber em hotéis. Uma vez, em São Paulo, mandaram ele pegar o dinheiro num restaurante. Era sempre o Delúbio quem me avisava que o dinheiro estava liberado.

Os repórteres de Época perguntam quando os pagamentos passaram a ser feitos diretamente no Banco Rural. Diz Valdemar:

– O Delúbio falou: "Vou mandar o dinheiro para Brasília. Pega no Banco Rural". Isso me atrapalhava, porque os credores do PL estão em São Paulo. O Jacinto Lamas deixava o dinheiro comigo, e os credores iam receber lá em casa. Primeiro no hotel Academia de Tênis, onde eu morava. Depois na minha casa, em Brasília.

Valdemar levou uma "geladeira de um ano" do ministro Dirceu, por divergências na Reforma da Previdência. Nesse período, de acordo com ele, "José Dirceu escolheu operar com o Roberto Jefferson. O Jefferson era o cara que estava sempre com eles, que andava com o Lula. Eles entraram nesta porque quiseram. Jefferson é um sujeito conhecido na praça".

– Conhecido como?

– Conhecido. Como um cara mal-intencionado, perigoso. Para indicar diretor de estatal... Ele diz que indicava diretores de estatais para arrecadar dinheiro para o PTB. Em dois anos de governo Lula, o PTB arrecadou oficialmente R$ 200 mil. Ele diz que arrecadava R$ 400 mil por mês em uma estatal. Onde ele punha esse dinheiro? Ia para o bolso dele. Eles acabaram como tinham de acabar. Em Brasília, você é obrigado a conviver com pessoas que não gosta. Mas não precisa colocar dentro de sua casa. Eles escolheram conviver com um cidadão assim. Eles indicavam aos deputados para ir para o PTB. Tem de perguntar para eles por que esta preferência.

Época indaga quanto Valdemar recebeu do esquema Valério:

– Foram R$ 6,5 milhões. Não chegou aos R$ 10,8 milhões que estão falando. Estão botando R$ 4 milhões a mais na minha conta. Dinheiro que foi repassado para a Garanhuns e um outro cheque, que não é nosso.

– Delúbio Soares diz ter montado o caixa 2 sozinho. É possível que o ex-ministro José Dirceu não soubesse do que estava acontecendo?

– O Zé Dirceu sempre comandou o PT. O Zé e o Lula. Eu cheguei a cobrar o Zé diversas vezes no Planalto. Falei: "Zé, meu dinheiro está vindo pingado, em conta-gotas". Falei que eu queria receber tudo de uma vez. O Zé disse: "Calma que o Delúbio está providenciando o dinheiro para te pagar. Ele vai arrumar o dinheiro e resolver tudo".

– Ele sabia o que o Delúbio estava fazendo?

– É gente deles. Esse pessoal construiu o PT junto. Delúbio, Lula e José Dirceu são a mesma família. Por que, agora, na desgraça, só um vai pagar? Tenho certeza de que o Dirceu nunca fez nada que o presidente não aprovasse.

A revista Veja traz entrevista com o jurista Hélio Bicudo, um dos quadros mais respeitáveis do PT. Ele diz à repórter Lucila Soares que o partido chegou ao governo sem projeto, tratou de aparelhar o Estado e adotou a "tática de alcançar resultados pela corrupção do Congresso Nacional":

– Não posso admitir que dentro da história que venho construindo, muitas vezes penosamente, eu possa ser considerado partícipe do que está acontecendo.

– O senhor acredita que o presidente Lula sabia dos fatos que estão vindo a público?

– Lula é um homem centralizador. Sempre foi presidente de fato do partido. É impossível que ele não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos e quem era o responsável. Não é porque o sujeito é candidato a presidente que não precisa saber de dinheiro. Pelo contrário. É aí que começa a corrupção.

– Por que o presidente não tomou nenhuma atitude para impedir que a situação chegasse aonde chegou?

– Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma.

Em outro trecho, Bicudo trata de um caso que envolveu Lula:

– Em 1997, presidi uma comissão de sindicância do PT para apurar denúncias contra o empresário Roberto Teixeira, que estava usando o nome de Lula para obter contratos de Prefeituras em São Paulo. A responsabilidade dele ficou claríssima. Foi pedida a instalação de uma comissão de ética, e isso foi deixado de lado por determinação de Lula, porque o Roberto Teixeira é compadre dele.

– Em que momento o senhor começou a perceber que o partido estava no caminho errado?

– Quando a direção passou a tomar a frente das campanhas políticas. No início, a militância era a grande força eleitoral. Isso foi mudando na medida em que o partido começou a abandonar os princípios éticos. A partir da campanha eleitoral de 1998 instalou-se definitivamente a política de atingir o poder a qualquer preço.

O jornal português Expresso publica que Delúbio Soares esteve dez vezes em Portugal. A notícia, de primeira página, confirma acusação de Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre viagens do tesoureiro do PT a Lisboa, na chamada operação Portugal Telecom. Nicolau Santos, diretor-executivo do Expresso, pergunta:

"O que aconteceu na reunião entre Valério e o presidente da Portugal Telecom? Quais as relações de Valério com o Banco Espírito Santo? Em que qualidade Valério intermediou a reunião entre Ricardo Espírito Santo e José Dirceu? Houve algum encontro entre Ricardo Espírito Santo e Delúbio? É normal um publicitário brasileiro ser recebido por tantas pessoas em altos cargos sem trazer uma recomendação?"

No Brasil, o secretário-geral do PT, Ricardo Berzoini (SP), não dispõe de registros sobre as viagens internacionais de Delúbio:

– Não tenho nenhum conhecimento, de nenhuma viagem.

Do deputado Walter Pinheiro (PT-BA):

– Nada mais me surpreende.

O Jornal Nacional, da TV Globo, entrevista a mulher do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Ela não é identificada, por segurança. Diz temer pela vida do marido, preso na penitenciária de segurança máxima de Avaré (SP):

– Ele se transformou num arquivo vivo.

Em cartas endereçadas à família, Toninho da Barcelona contou que remeteu dinheiro ao exterior, por solicitação do PT, desde a primeira campanha de Lula a presidente, em 1989. Segundo ele, as remessas se multiplicaram na década de 90 e foram concentradas na empresa Trade Link, ligada ao Banco Rural, nas Ilhas Cayman, e em outra offshore situada no Panamá, outro paraíso fiscal.

A mulher de Toninho da Barcelona fala ao Jornal Nacional de ameaças ao marido. Foram feitas por supostos advogados que o procuraram na prisão, a mando do deputado José Mentor (PT-SP):

– Ele falou para mim que os advogados perguntaram se ele tinha mesmo revelações a fazer sobre as remessas do partido.

Toninho da Barcelona perguntou aos advogados o que ganharia para responder a pergunta. A resposta foi a seguinte:

– Temos três reis e um ás que podem ajudá-lo a sair daqui.

Veja aborda o assunto. Para a revista, as cartas do doleiro dão pistas sobre os caminhos do dinheiro:

“Os doleiros, normalmente, recebem dinheiro frio no Brasil – das mãos do dono do dinheiro ou de seu representante – e se encarregam de enviá-lo ao exterior, por meio de uma cadeia de laranjas.”

A revista Época publica reportagem sobre duas gráficas gaúchas que prestaram serviços à campanha eleitoral do PT no Rio Grande do Sul, em 2002. O candidato a governador, como se sabe, foi o atual presidente do partido, Tarso Genro (PT-RS). As duas gráficas foram contratadas depois, durante o governo Lula, pelo Ministério da Educação. Justamente na época em que o ministro era Tarso Genro. Mais: o pagamento pelos serviços gráficos das eleições de 2002, feito no ano seguinte, teve dinheiro do valerioduto.

Para se defender, o Ministério da Educação informa que as gráficas Impressul e Comunicação Gráfica foram escolhidas por critérios técnicos definidos por agências de publicidade. Época vai atrás de Reinaldo Saucedo, diretor de produção da agência Casablanca, contratada pelo Ministério da Educação.

– Como se dão as escolhas dessas empresas?

– Foi uma indicação do cliente.

– Do Ministério da Educação?

– O cliente, ele tem essa opção de indicar o fornecedor. Eu faço a cotação das gráficas eventuais que a gente está acostumado a trabalhar. E na verdade ele indicou as gráficas. Aí o que eu faço? Eu incluo na lista de concorrência.

93 – 14/8/2005 A Folha de S.Paulo traz reportagens sobre lavagem de dinheiro. Em pauta, as dificuldades para impedir esquemas de corrupção no Brasil. O motivo é a sofisticação das operações ilegais e a falta de pessoal especializado para prevenir crimes financeiros, em órgãos oficiais de fiscalização. O jornal entrevista o advogado Otto Steiner, ex-diretor jurídico da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos). Para ele, “o Brasil é o país do Carnaval, do futebol e do caixa 2”:

– Esse dinheiro não contabilizado alimenta a corrupção. É usado para pagar propina a políticos, caixinha a funcionários públicos e para obter vantagens em operações comerciais.

Para Steiner, o problema é endêmico. Não há leis para incriminar o sonegador, mas há mecanismos para evitar a punição:

– A empresa sonega, é autuada, o Ministério Público faz a denúncia e, aí, o sonegador fecha um acordo para pagar de forma parcelada o débito. Com isso, o processo é extinto.

Avaliação da especialista norte-americana Rachel Ehrenfeld, em entrevista ao repórter Iuri Dantas:

– A corrupção é o principal problema na América Latina, como no Brasil. Se não há corrupção, não há lavagem de dinheiro, nem propina, nem tráfico de drogas. Porque há corrupção, porque as pessoas se tornam gananciosas, porque não há lei nem ordem, e isso facilita todos os problemas que estão ocorrendo hoje na América Latina.

O dinheiro obtido por meio de operações fraudulentas, tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando e outros crimes acaba em empresas aparentemente legais. E isso gera a falsa sensação de avanço econômico. Diz a especialista norte-americana:

– O problema é que, quando nada é feito nos países em que o dinheiro é obtido ilegalmente, as pessoas investem em negócios legítimos, e isso atrapalha. Ajuda a corromper a economia desses países. As drogas, por exemplo, têm um papel muito importante para a política e a economia dos países latino-americanos. Economia ilegal, se você preferir. E ninguém parece estar fazendo muito para combater isso.

A repórter Suely Caldas, de O Estado de S. Paulo, desvenda os caminhos do dinheiro do valerioduto. Para ela, os empréstimos do Banco Rural não existiram. Foram inventados para explicar a farta distribuição de recursos por parte do PT, e para "esquentar" dinheiro depositado no Banco Rural, em paraíso fiscal. O texto da jornalista:

"A empresa interessada em doar dinheiro ao governo Lula deposita, digamos, US$ 5 milhões na conta do Banco Rural, lá no paraíso fiscal. Feito isso, o Rural concede um empréstimo do mesmo valor, no Brasil, à SMPB, empresa de Marcos Valério. Em seguida, a SMPB repassa o dinheiro do 'crédito' aos 'protegidos' indicados por Dirceu/Delúbio (por enquanto, deputados do PT e de partidos aliados)."

A suspeita sobre a verdadeira face do esquema vem do fato de o Banco Rural ter levado um calote de R$ 6,5 milhões de Valério, em 1998, em operação semelhante. "Que banco sério premia o insistente e reincidente caloteiro com tantos outros milionários empréstimos?" Da repórter:

"Além de comissões polpudas faturadas por eles, o Rural provisiona no balanço o 'prejuízo' decorrente do calote dos 'empréstimos', obviamente concebidos para se transformar em ativos podres. Com isso, o banco reduz 'seu lucro' e se livra do Imposto de Renda referente à parcela do falso 'prejuízo'."

94 – 15/8/2005 Técnicos da CPI dos Correios suspeitam da versão de Duda Mendonça. O publicitário disse que foi obrigado a abrir uma empresa num paraíso fiscal, para receber pelos serviços à campanha que elegeu Lula em 2002. O problema é que remessas de R$ 8,8 milhões à offshore Dusseldorf, nas Bahamas, foram feitas em datas ou em dias seguintes a saques em contas de Marcos Valério.

A coincidência de datas é considerada forte indicador de que o dinheiro dos depósitos teve origem no Brasil. Depois de sacado, os valores teriam sido depositados por doleiros em contas no exterior, até chegar em offshores como a Trade Link, ligada ao Banco Rural, nas Ilhas Cayman. De lá, saía a transferência para a Dusseldorf. Como evidência, os técnicos apontam 35 dos 40 depósitos em dólares na conta de Duda no BankBoston de Miami, cuja origem foram recursos retirados do Banco Rural no Brasil.

Os dados: em 11 de março de 2003 sacaram-se R$ 300 mil do Banco Rural, em Belo Horizonte. No dia seguinte, a Trade Link autorizou uma transferência de US$ 83,6 mil (equivalente a R$ 300 mil, menos as comissões) para a Dusseldorf. No dia 12 de março de 2003, um dia depois, sacaram-se outros R$ 300 mil do Banco Rural de Belo Horizonte. Mais um dia, novo depósito em dólares, de valor equivalente, no BankBoston de Miami.

Para os técnicos da CPI, a exigência de Marcos Valério para que Duda abrisse uma offshore num paraíso fiscal só faria sentido se o dinheiro já estivesse no exterior, sem a possibilidade de ser "internalizado" no Brasil, o que, aparentemente, não ocorreu.

Em entrevista a Lourival Sant'Anna, repórter de O Estado de S. Paulo, Roberto Busato, presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), aponta motivos para a abertura de processo de impeachment contra Lula. Busato também denuncia falhas graves da Polícia Federal e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda), para detectar as movimentações de dinheiro do valerioduto. Diz Busato:

– Não é possível que esse Banco Rural tenha praticado tantos fatos que não foram detectados pela análise sistêmica que o Banco Central é obrigado a fazer. Onde estava a Receita Federal, com todos esses ilícitos tributários declarados? É incrível a

inoperância de instrumentos do Estado brasileiro para evitar ou estancar uma corrupção sistêmica que estava ocorrendo dentro do governo Lula. Temos de reexaminar a legislação e as instituições.

– Os membros do PT envolvidos na corrupção fazem uma separação entre erro e corrupção, entendendo que em benefícios para o partido não há delito, mas erro. E que delito é apenas o aproveitamento próprio das verbas desviadas. Isso é desvio de conduta muito grave. Agiram criminosamente.

O presidente da OAB justifica o pedido de impeachment:

– O presidente é a expressão máxima do PT. Portanto, não me parece lógico que ele desconhecesse as práticas que seu partido estava adotando na sua própria campanha e, depois, dentro do seu governo. Havia denúncias a partir do caso Waldomiro Diniz. E o presidente da República nunca veio a público demonstrar transparência na solução desses problemas. Esses indícios todos autorizam juridicamente um pedido de impeachment do presidente.

Partidos de oposição reúnem-se em Brasília e descartam o impeachment de Lula. Dirigentes do PSDB, PFL, PDT, PPS, PV e do setor oposicionista do PMDB concluem que não há condições para um processo de impedimento do presidente. Além de temer a acusação de golpismo, a oposição faz cálculo eleitoral: com a crise política e o enfraquecimento de Lula, aumentam as chances de derrotá-lo nas eleições de 2006. De Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado:

– Não há clima político para o impedimento e o pedido, se houver, tem de vir da sociedade.

Do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC):

– Se ficar comprovada a desonestidade pessoal e cabal do presidente, não vamos poupá-lo.

Para o presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), "é conveniente assegurar a governabilidade". Opinião de outro peemedebista, o deputado Geddel Vieira Lima (BA):

– O impeachment não é ato de vontade política. Existem parâmetros constitucionais que não foram preenchidos, ainda.

Segundo o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), "o impedimento de um presidente é muito traumático para a sociedade". Do presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE):

– O impeachment não consta da nossa ordem do dia.

A CPI dos Correios inicia o processo de notificação de 18 deputados envolvidos no escândalo do mensalão. Todos são convocados a apresentar as suas defesas por escrito. A lista dos que podem ser cassados tem sete deputados do PT, quatro do PP, três do PL, dois do PTB, um do PMDB e um do PFL. Os nomes: José Dirceu (PT-SP), João Paulo Cunha (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), Paulo Rocha (PT-BA), Josias Gomes (PT-BA), João Magno (PT-MG), José Janene (PP-PR), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Vadão Gomes (PP-SP), Sandro Mabel (PL-GO), Carlos Rodrigues (PL-RJ), Wanderval Santos (PL-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Romeu Queiroz (PTB-MG), José Borba (PMDB-PR) e Roberto Brant (PFL-MG).

95 – 16/8/2005 O jornal Folha de S.Paulo noticia apreensão de papéis na casa do banqueiro Edemar Cid Ferreira, ocorrida em março de 2005. Os documentos ligam o tesoureiro Delúbio Soares ao escândalo do Banco Santos. Há indícios de que o

banqueiro tentou levantar recursos com fundos de pensão, 11 dias antes da intervenção do Banco Central. Delúbio estaria envolvido. O Banco Santos foi liquidado, acusado de provocar rombo de R$ 2,2 bilhões.

O nome do tesoureiro do PT aparece duas vezes no documento. "Delúbio s/ Fundos", é a primeira menção. Na segunda há mais detalhes, conforme apurou o repórter Mario Cesar Carvalho: "Buscar Recursos / Delúbio", diz a anotação, acerca de uma relação com os nomes de vários fundos de pensão. Levantamentos oficiais indicam que os fundos perderam R$ 550 milhões em aplicações no Banco Santos. O mais prejudicado foi o Real Grandeza, dos funcionários de Furnas, com perdas de R$ 151 milhões.

A direção do Banco Santos é acusada de gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Principal executivo da instituição, Edemar Cid Ferreira declarou-se "petista" com a ascensão de Lula, em 2002. De acordo com a reportagem, a Polícia Federal possui provas de que diretores de fundos de pensão recebiam propina do banqueiro. Trecho da matéria publicada:

"Delúbio era o interlocutor mais freqüente de Edemar, segundo três ex-diretores do banco ouvidos pela Folha. Era freqüentador habitual da instituição. Mas não era o único integrante da cúpula petista a ter relações com o banqueiro. A ex-prefeita Marta Suplicy, por exemplo, usava o heliponto da sede do banco, no Jardim Europa, próximo a sua casa."

A direção do PT descarta, por 9 votos a 6 e uma abstenção, a abertura de processo disciplinar na comissão de ética do partido, contra os sete deputados petistas envolvidos no escândalo do mensalão. Coincidentemente, não apareceram para depor cinco das oito pessoas arroladas como testemunhas do ex-tesoureiro Delúbio Soares. Entre elas, o presidente do PT paulista, Paulo Frateschi. Resultado: o processo é prorrogado, Delúbio ganha sobrevida no PT.

Para manter as aparências, o PT divulga uma resolução sobre o envolvimento do partido no escândalo do mensalão:

"O partido faz seu primeiro pedido de desculpas à nação, pois os atos que nos comprometem, moral e politicamente perante os brasileiros, foram cometidos por dirigentes do PT, que certamente simularam estar investidos de representação de nossas instâncias."

Depoimento à Polícia Federal. É do motorista Rogério Bicheri, que prestou serviços à campanha da reeleição do prefeito de Londrina (PR), Nedson Micheletti (PT). Ele confirma a existência de caixa 2 na eleição paranaense. Diz ter acompanhado o coordenador da campanha, Fábio Reali, até a casa de Zeno Minuzzo, assessor do deputado Paulo Bernardo (PT-PR), atual ministro do Planejamento de Lula. Foram pegar um envelope com dinheiro.

Uma comissão de 12 parlamentares da CPI dos Correios desloca-se a São Paulo para ouvir o doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Ele se diz disposto a colaborar com as investigações, em troca de proteção e da revisão de uma pena de 25 anos de prisão.

Toninho da Barcelona dá o nome de quatro expoentes que fizeram operações de remessa de dinheiro ao exterior. São eles: José Dirceu (PT-SP), Delúbio Soares, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Diz mais: a corretora Bônus-Banval fez operações para o líder do PP, deputado José Janene (PR), e também para Dirceu. Fala de grandes quantias em moeda nacional, trocadas por dólares. Foi pedido do deputado José Mentor (PT-SP). Informa conhecer detalhes de operações em Santo André (SP), feitas por doleiros que prestavam serviços ao PT. Cita o envolvimento do MTB Bank no esquema de remessa de divisas ao exterior, e relata operações cruzadas entre o Banco Rural e o BankBoston, no exterior.

Em agosto de 2004, Toninho da Barcelona vendeu US$ 134 mil para o superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Francisco Baltazar da Silva. Ele foi indicado para o cargo por Lula, depois de coordenar a sua equipe de segurança em todas as quatro eleições presidenciais que disputou. Com o escândalo, Francisco Baltazar deixou o cargo.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, admite remessas de dinheiro e aplicações financeiras no exterior, mas ressalva: as operações, intermediadas pelo Unibanco, foram legais e amparadas em contratos de câmbio, registrados no Banco Central.

A Folha de S.Paulo reporta a acusação contra duas diretoras uruguaias da Garanhuns, empresa apontada como intermediária no esquema de distribuição de dinheiro do mensalão. Foram denunciadas pelo DEA (Departamento de Combate ao Narcotráfico dos Estados Unidos), por lavagem de dinheiro. Teriam atuado ao lado de uma organização de drogas do México, o Cartel de Juarez.

Em depoimento à CPI do Mensalão, Emerson Palmieri, o tesoureiro informal do PTB, dá detalhes sobre a reunião em que o PT se comprometeu a repassar R$ 20 milhões para a campanha eleitoral do PTB, em 2004:

– Estávamos eu e o deputado Roberto Jefferson, com José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira e Marcelo Sereno. Genoino disse que a contribuição seria de partido para partido, e os recibos seriam providenciados depois. Seriam cinco parcelas de R$ 4 milhões. Depois disso, Genoino levantou-se e disse que ia ligar para José Dirceu.

As negociações com o PT, segundo o tesoureiro do PTB, eram feitas principalmente com Genoino e Delúbio.

– Depois, Delúbio nos apresentou a Marcos Valério e passamos a tratar com ele.

Das cinco parcelas de R$ 4 milhões, só uma teria sido paga. Veio em duas etapas, em dinheiro vivo, no início de julho de 2004. Uma de R$ 2,2 milhões, outra de R$ 1,8 milhão. Palmieri conta que foi encarregado por Jefferson de dividir o dinheiro em “bolos” de R$ 150 mil e R$ 200 mil. O tesoureiro afirma:

– Não coube tudo no cofre do partido, passei uma parte para um armário ao lado. Entreguei a chave ao deputado Roberto Jefferson e ele me pediu sigilo. Poucos dias depois, disse a ele que deveríamos providenciar um segurança para tomar conta daquela dinheirama. Ele me respondeu: “O dinheiro já não está mais aqui no PTB”. Não sei para onde ele levou. Acho que Jefferson não distribuiu o dinheiro.

Jacinto Lamas, o ex-tesoureiro do PL, também depõe na CPI do Mensalão. Afirma que foi buscar, por determinação do ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), “pacotes”, “envelopes” e “encomendas”, sempre em dinheiro vivo, na sede da SMPB em Belo Horizonte, e na agência do Banco Rural no Brasília Shopping. Confessa também o recebimento em hotéis. Neste caso, Simone Vasconcelos, diretora financeira da SMPB, entregava o dinheiro.

– Era sempre um acerto entre o Valdemar e o Delúbio.

Entrevistado durante um evento no Palácio do Planalto, o vice-presidente José Alencar (PL-MG) confirma a entrevista de Valdemar Costa Neto (PL-SP) à revista Época.

– Tudo aquilo que ele fala é verdade. Houve uma reunião e houve um acordo. Esse acordo está registrado na imprensa no ano de 2002, um acordo eminentemente político.

Recorde-se que, conforme Valdemar, Alencar entra no quarto em que está sendo feita a negociação e pergunta se a decisão sobre o acordo dos R$ 10 milhões do PT ao PL já havia sido tomada.

Alencar informa estar repetindo as palavras do presidente do PL, "porque não mexo com recursos". E explica:

– Aqueles recursos de que fala o Valdemar eram para ajudar nos Estados os candidatos a deputado por causa da verticalização, que perturbou muito a eleição naquele ano, por razões óbvias. E havia determinados Estados em que PL e PT não podiam confirmar a aliança nacional, porque houve problemas no passado.

Para que os candidatos do PL pudessem disputar as eleições, portanto, houve a "compensação de recursos". Diz Alencar:

– Só que esses recursos acabaram não sendo pagos, porque durante a campanha não houve pagamento de um real sequer. Isso, segundo o Valdemar. Estou repetindo porque não mexo com isso.

O Conselho de Ética da Câmara absolve, por unanimidade, os quatro deputados do PTB denunciados pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto (SP). Eles teriam sido beneficiados por R$ 4 milhões entregues pelo PT ao PTB, para as eleições de 2004. Sem provas, ficam sustados os processos de cassação contra Alex Canziani (PR), Sandro Matos (RJ), Neuton Lima (SP) e Joaquim Francisco (PE), todos candidatos a prefeito em 2004.

96 – 17/8/2005 Preso Rogério Buratti, o advogado e ex-secretário de Antonio Palocci (PT-SP) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Ele é acusado de tentar destruir contratos de venda de imóveis e cheques, documentos que o incriminam em negócios suspeitos. Buratti é denunciado pelo Ministério Público por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, num esquema de compra e venda de fazendas e de duas empresas de ônibus. Preso também o corretor de imóveis Claudinet Mauad, envolvido nas transações de Buratti.

Investigações sustentam que Buratti comprou três fazendas nos últimos dois anos. Por uma propriedade em Ituverava (SP), pagou R$ 280 mil. Em seguida, trocou-a por terras em Pedregulho (SP), que custaram R$ 600 mil. Em novo negócio, vendeu a fazenda de Pedregulho e comprou uma em Buritizeiro (MG), por R$ 1,2 milhão. Mais recentemente, teria se desfeito da última propriedade, e comprado duas empresas de ônibus por R$ 2,6 milhões, nas cidades de Rancharia (SP) e Presidente Venceslau (SP).

Para o Ministério Público, os negócios evidenciam operações de lavagem de dinheiro, e teriam sido firmados por meio de "contratos de gaveta". As empresas de ônibus estariam em nome de terceiros. Interceptação telefônica autorizada pela Justiça indica que Buratti também comprou fazenda em Catalão (GO).

Em 1992, Buratti chegou a Ribeirão para coordenar a campanha vitoriosa do então candidato a prefeito, o vereador Antonio Palocci. Chegou sem nada, dirigindo um fusca. Hoje, seu patrimônio pode ultrapassar R$ 3 milhões. Foi afastado da Prefeitura de Ribeirão num rolo com uma empreiteira, após a divulgação de uma fita em que aparece

numa conversa suspeita com um empresário. Trabalhou como assessor da Prefeitura de Matão (SP), na época sob comando do PT.

Daí foi para a empreiteira Leão Leão, a principal doadora da segunda campanha de Palocci a prefeito de Ribeirão, em 2000. Saiu da Leão Leão como vice-presidente, em 2004, metido em outro escândalo, o da suposta extorsão de dinheiro da multinacional Gtech, para aprovar a renovação de um contrato com a Caixa Econômica Federal. Waldomiro Diniz participaria da operação.

Buratti é indiciado por suspeita de participação em esquema de fraude em licitações e contratos irregulares de limpeza pública em Ribeirão e outras nove cidades de São Paulo e Minas Gerais, em benefício da Leão Leão. Palocci não comenta a prisão. Buratti fecha acordo com o Ministério Público. Vai colaborar com a Justiça nas investigações, em troca da redução da pena. Prepare-se.

O jornal O Estado de S. Paulo denuncia esquema de corrupção na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). O repórter Diego Escosteguy obtém lista com produtos farmacêuticos e cirúrgicos comprados pelo órgão do governo. Relaciona empresas fornecedoras e políticos favorecidos pelos negócios. O diretor da Anvisa, Victor Hugo Travassos, foi indicado para o cargo pelo líder do PP, deputado José Janene (PR). Além do PP, fariam parte do esquema os deputados Cabo Júlio (PMDB-MG) e Almir Sá (PL-RR), e a “liderança do PMDB”, o que seria uma referência ao deputado José Borba (PMDB-PR).

João Cláudio Genu, assessor de Janene, é apontado como principal operador do esquema. Teria o controle de 68 processos da lista, envolvendo 11 empresas e produtos que vão de porta-algodão a laser para urologia. Genu achacaria as empresas, em troca do fornecimento de autorizações para a compra dos produtos. Um assessor solicita anonimato. Define Genu pedindo a propina:

– Ele ia na jugular das empresas.

97 – 18/8/2005 Em depoimento à CPI do Mensalão, Delúbio Soares sai-se com evasivas. Além da sucessão de negativas, o ex-tesoureiro do PT não se lembra mais de nada. E os empréstimos de Marcos Valério ao partido? “Tem que verificar se foram R$ 55 milhões, R$ 56 milhões, R$ 58 milhões”. Do dinheiro repassado ao publicitário Duda Mendonça, “não sei se são R$ 12 milhões, R$ 16 milhões, R$ 17 milhões”. Sobre a grana que o PT ficou de dar ao PL em troca do apoio em 2002, “algo em torno de R$ 9 milhões a R$ 10 milhões”.

De acordo com Delúbio, ele “não tinha nenhum tipo de controle sobre quanto foi pago, e a quem”. Também nega a existência de documentação sobre empréstimos feitos por Valério:

– Não fizemos contabilidade nenhuma. Eu falava com o Marcos Valério, ele fazia o empréstimo. Não temos nem contabilidade de caderneta.

Delúbio tem precisão cirúrgica, no entanto, quando interessa:

– O PT nunca comprou voto, nunca comprou deputados, nunca comprou votação.

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) introduziu Valério:

– Quando o Virgílio me apresentou ao Marcos Valério, disse que ele tinha experiência em campanhas. Ao falar de experiência, quero dizer alguém que sabe trabalhar com recursos, que não faz mutreta.

Dos repasses de dinheiro do PT a partidos aliados:

– Parte do dinheiro era para resolver débitos de 2002. Uma parte para planejar, em 2003, as campanhas eleitorais de 2004. E uma parte para a eleição de 2004. Sei que

foi uma ilegalidade. Pagar dívida de outro partido com dinheiro não contabilizado é proibido pela lei eleitoral.

Apesar de se definir como "pessoa fiel", incapaz de delatar as pessoas, enumera os parceiros com quem manteve negociações:

– No PMDB, rachado em relação ao apoio ao governo, o contato era feito com o deputado José Borba. No PTB, o contato inicial foi com o ex-presidente José Carlos Martinez e, depois da sua morte, com o deputado Roberto Jefferson. No PL, as conversas eram com o presidente, Valdemar Costa Neto. No PP, com o deputado José Janene.

Intervenção da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP):

– Isso é ilegal. Um partido não pode assumir a dívida de outro.

Delúbio aceita:

– Como é dinheiro não contabilizado, sei que é ilegal. Por isso estou tendo tantas dificuldades.

O tesoureiro lista os diretórios do PT que receberam recursos de caixa 2. Cita São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

– Pedi para o Marcos Valério resolver com esses Estados.

Delúbio se atrapalha ao ser inquirido pelo deputado Júlio Redecker (PSDB-RS). O deputado procura esclarecer a transferência de R$ 457 mil do valerioduto para Márcio Lacerda, o ex-secretário executivo do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PSB-CE). O dinheiro teria sido usado para quitar dívida com a agência New Trade, do publicitário Einhart Jacome Paz. Depois de trabalhar para Ciro no primeiro turno, em 2002, ele foi prestar serviços à campanha de Lula, no segundo turno. O diálogo é tenso:

– O dinheiro foi enviado para Ciro Gomes?

– Sim.

– Pagou despesas de campanha de Ciro ou de Lula?

– De Ciro.

– Mas Ciro disse que foi serviço prestado pelo marqueteiro dele no segundo turno à campanha de Lula.

– Não foi. O dinheiro pagou serviços prestados pelo Einhart à campanha de Ciro no segundo turno.

– Mas Ciro não foi candidato no segundo turno. Ele apoiou a candidatura de Lula.

– O Einhart trabalhou com o Duda Mendonça. Eles filmaram o Ciro para o programa de Lula no segundo turno, o dinheiro pagou despesas que o Ciro teve no segundo turno.

– Então o dinheiro de Valério, de caixa 2, pagou despesas de campanha de Lula no segundo turno.

Delúbio silenciou.

Em entrevista à GloboNews, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), atribui o endividamento do PT a "uma administração temerária, absolutamente irresponsável, uma administração financeira e orçamentária de um botequim":

– O PT cresceu de tal forma que passou a ser uma grande rede nacional de supermercados. Aquela administração, sem nenhum planejamento estratégico, quebrou a instituição.

Em debate no Instituto Fernand Braudel, em São Paulo, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) afirma:

– Crime é crime. O presidente vem a público e não explica. E o que é pior, diz que o Partido dos Trabalhadores errou, que o governo errou. Lavagem de dinheiro é crime. Compra de voto com mesada é corrupção passiva e corrupção ativa. É uma falsa percepção que está tomando conta de alguns integrantes da CPI. Erraram? Não! Praticaram crimes, e crimes graves. É importante não tirar o foco disso. Está na hora de tratar o assunto como um fato criminoso e não, tão-somente, como um erro e pedir desculpas.

O jornal O Estado de S. Paulo noticia contornos de um negócio suspeito que envolve os Correios e beneficia a HHP, uma empresa supostamente ligada ao ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Trata-se de um contrato sem licitação, investigado por superfaturamento, entre os Correios e o DAE (Departamento de Água e Esgoto), uma autarquia da Prefeitura de Bauru (SP).

Os Correios foram contratados em maio de 2005, por um ano, para fazer leitura, impressão e entrega simultânea de contas de água em Bauru. O negócio seria dirigido para beneficiar a HHP, pois os Correios exigiram que o trabalho fosse realizado com equipamentos usados exclusivamente pela empresa. E mais: o DAE assumiu o pagamento de R$ 131 mil mensais pelo serviço, enquanto o preço médio no mercado foi avaliado em R$ 80 mil.

Do repórter José Maria Tomazela:

"O prefeito de Bauru, Tuga Angerami (PDT), foi apoiado pelo PT no segundo turno das eleições de 2004. A presidente do PT local, Estela Almagro, viajou com o prefeito a Brasília para abrir as portas do governo para Angerami. Em 2002 Estela concorreu a deputada estadual em dobradinha com José Dirceu."

Em sessão tumultuada, a CPI dos Correios rejeita a convocação de Paulo Okamotto, o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Ele seria chamado para explicar a dívida de R$ 29.436,26 do presidente Lula junto ao PT. Okamotto, supostamente, quitou a dívida. Rejeitada a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Okamotto.

A base aliada do governo também impede a CPI de convocar Henrique Meirelles, o presidente do Banco Central, para explicar deficiências na fiscalização de atividades do Banco Rural. Outro a ficar de fora da CPI é o doleiro Toninho da Barcelona. Os governistas adiam a convocação do ex-ministro Luiz Gushiken, e bloqueiam investigação sobre as viagens de Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha, ao Japão, durante o processo de compra das ações da Gamecorp pela Telemar.

98 – 19/8/2005 Mais um petardo de grandes proporções contra o governo. A vítima é Antonio Palocci (PT-SP), o poderoso ministro da Fazenda. Em troca do benefício da delação premiada, Rogério Buratti presta depoimento na Delegacia Seccional da Polícia Civil de Ribeirão Preto (SP), na frente de seis promotores do Ministério Público que investigam fraudes em licitações e lavagem de dinheiro.

Buratti afirma que na segunda administração de Palocci em Ribeirão, em 2001 e 2002, a empreiteira Leão Leão deu R$ 50 mil de propina, todos os meses, ao prefeito. Um belo mensalão. Naquele período, Buratti foi vice-presidente da empresa e presidente da Leão Ambiental, um braço da Leão Leão responsável pela limpeza urbana. Sabe do que está falando. A Leão Leão tinha contratos com a Prefeitura de Ribeirão.

Buratti faz referência ao amigo Ralf Barquete, o então secretário da Fazenda do prefeito Palocci. Quando assumiu o cargo de ministro da Fazenda, Palocci levou Barquete para assessorar a presidência da Caixa Econômica Federal, em Brasília:

– Esse dinheiro foi pago mensalmente durante toda a gestão do prefeito Palocci, ou seja, durante dois anos. Quem indicou o Ralf para receber esse dinheiro foi o próprio Palocci à empresa Leão. Como eu integrava a diretoria, tinha conhecimento. Ralf apanhava o dinheiro na tesouraria da empresa. Quem entregava era o gerente financeiro da época. Oficialmente, a empresa apoiou financeiramente a campanha de Palocci à Prefeitura. Esse apoio ocorreu oito meses antes do início da campanha eleitoral. O valor oficial era de R$ 150 mil. O sistema dos R$ 50 mil continuou com o outro prefeito, Maggioni.

Gilberto Maggioni (PT) era o vice de Palocci. Assumiu a Prefeitura a partir de 2003. Buratti dá detalhes do mensalão de R$ 50 mil, uma contrapartida para garantir pagamentos em dia aos contratos de limpeza pública:

– O pagamento ocorria com a simulação de compras, utilizando-se notas frias. O pagamento da mensalidade era condicionado ao pagamento que a Prefeitura fazia. Antes e depois das licitações havia reuniões com as empresas, tendo em vista um acordo para a disputa em um determinado local. É um procedimento natural.

O prefeito Palocci fez contratos sem licitação com a Leão Leão. Durante a gestão dele à frente da Prefeitura de Ribeirão, houve contratações suspeitas de direcionamento e superfaturamento. Ficou famosa a decisão de comprar um “molho de tomate refogado, peneirado, com ervilhas”, produzido por apenas uma empresa.

Outro projeto previa a construção de uma ponte pênsil. Consumiu R$ 6 milhões e não saiu do papel. Outros R$ 5 milhões foram gastos na implantação de uma fábrica de pré-moldados, para o fornecimento de material de construção. A finalidade era levantar 50 bases de apoio comunitário. A fábrica foi desativada. Construíram-se apenas quatro bases.

Buratti faz outras revelações. Fala da tentativa frustrada da Leão Leão de entrar no negócio do lixo na cidade de São Paulo:

– No tocante a licitações de concessão de lixo havia um acordo no mercado entre as grandes empresas que participariam. As menores não tinham condições de participar por conta do capital inicial e, como eram muitas empresas, haveria uma disputa muito grande. A notícia que eu tenho é que as empresas sempre colaboravam nas eleições. Nessa época, a prefeita da cidade de São Paulo era Marta Suplicy. Em algumas cidades onde a Leão Leão tinha contratos de coleta de lixo havia um apoio da administração pública na licitação. Onde havia esse apoio ocorria uma colaboração na elaboração dos editais e nas informações gerais, privilegiadas, da licitação. Outro benefício era com relação à fixação do cronograma, fixando-se datas de abertura e divulgação de acordo com os interesses comuns, ou seja, da prefeitura e da empresa. Quando a empresa sagrava-se vencedora, combinava-se com o prefeito uma forma de contribuição financeira. A contribuição ocorria dentro de um porcentual de 5% a 15%, a depender do contrato, em relação ao faturamento. O dinheiro era levado diretamente ao prefeito.

Em nota distribuída por sua assessoria, Palocci “nega com veemência a veracidade da informação de que recebeu recursos” da Leão Leão. Lula evita os jornalistas. Silencia.

Em outra parte do depoimento, Buratti denuncia um esquema de financiamento da campanha de Lula em 2002, com dinheiro de casas de bingo, de São Paulo e do Rio de Janeiro. O esquema rendeu R$ 2 milhões à campanha, o que lhe foi confidenciado por Ralf Barquete, morto depois, vítima de câncer.

Buratti relata que as casas de bingo tinham interesse na regularização do jogo no Brasil. Medida Provisória que regulamentava a atividade, aliás, foi elaborada a pedido do ministro José Dirceu (PT-SP), mas acabou abandonada após a divulgação da gravação em que Waldomiro Diniz apareceu pedindo propina ao empresário de jogo Carlinhos Cachoeira. De Buratti aos promotores:

– Em relação à exploração dos bingos no país, tenho conhecimento de que houve duas contribuições em 2002 para a campanha do presidente Lula, efetivadas por dois grupos. Um do Rio, cujo nome desconheço, outro de São Paulo. O grupo de São Paulo ofereceu R$ 1 milhão. Não sei o montante oferecido pelo grupo do Rio. Acredito que seja em torno de R$ 1 milhão ou mais. A contribuição foi encaminhada diretamente ao comitê financeiro da campanha, na sede nacional do PT. O comitê era coordenado por Delúbio Soares, ele tinha conhecimento. O interesse dessas contribuições era a regulamentação do jogo de bingo no Brasil, o que não aconteceu.

O presidente do PT, Tarso Genro (RS), ameaça renunciar ao cargo e não disputar a reeleição no partido. Exige que José Dirceu (PT-SP) saia da chapa do chamado Campo Majoritário, para a escolha do novo diretório nacional do PT. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Genro diz à repórter Vera Rosa, cheio de ironia, que Dirceu tem responsabilidade pela crise do mensalão:

– Seria desrespeitoso com o ex-ministro Dirceu dizer que ele não tem responsabilidade política. É claro que tem. Foi dirigente máximo do PT durante os últimos dez anos, foi dirigente máximo da campanha de Lula e do governo. Dizer que Dirceu não tem responsabilidade política seria outorgar a ele uma espécie de alienação que deporia contra a sua capacidade de direção.

Genro é contra a idéia de responsabilizar apenas Delúbio:

– É sabido que, se Delúbio cometeu ilegalidades, cometeu num ambiente que favoreceu que isso ocorresse e, portanto, suas responsabilidades devem ser compartilhadas politicamente com outros dirigentes.

O economista César Queiroz Benjamim, fundador do PT. Em entrevista ao repórter Wilson Tosta, de O Estado de S. Paulo, ele afirma que tomou conhecimento de financiamentos irregulares de bancos e empreiteiras ao PT, durante a campanha presidencial de 1994. O dinheiro beneficiava o candidato Lula, derrotado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). Na época, Benjamin fazia parte da coordenação da campanha do PT:

– Tentei discutir na direção nacional, não houve possibilidade, e resolvi levar ao encontro nacional do PT de 1995, que era o primeiro na seqüência da eleição. E aí ficou claro para mim que já estava havendo no PT o início do esquema que agora vem à luz, inclusive com os mesmos personagens. Eu tive a percepção de que isso continha um perigo extraordinário, que era a entrada no PT, pesadamente, de esquemas de financiamento que teriam um impacto grande na vida interna do partido. O Dirceu foi eleito para a presidência, esse grupo que agora está nas manchetes assume cargos-chave, e fica claro que o partido tinha tido uma inflexão para pior. Ser direção passava a ser gerenciar interesses.

Para Benjamin, o processo de corrupção no PT talvez tenha começado antes, com esquemas de financiamento montados por Delúbio. Ele representou a CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT) no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador):

– Até essa época, a Articulação, que é o grupo do Lula e do Dirceu, ainda disputava a hegemonia no PT, cabeça com cabeça. A minha interpretação é a de que

esse grupo usou esquemas de financiamento heterodoxos para fortalecer a Articulação. Porque o FAT faz convênios com sindicatos. E assim fortaleceu as finanças da Articulação, que passa a manejar poder financeiro que é uma arma nova na luta. Passa a ter capacidade de financiar candidaturas, trazer pessoas, estabelecer pontes. Delúbio se tornou figura paradigmática. Foi tesoureiro da CUT, foi para o PT como tesoureiro. E esse grupo começa a ser conhecido como "os operadores".

Para Benjamin, a liderança de Lula "dissolveu por dentro os valores da esquerda":

– O Lula garante que foi traído, que não sabia. Mas eu não acredito nisso. Foram práticas sistemáticas durante mais de dez anos, do grupo que era mais próximo do Lula. Me parece completamente inverossímil que ele fosse o único a não saber. Eu, que já estava fora do PT, sabia. Como o Lula poderia não saber?

– O grande legado do Lula é essa disseminação do antivalor. O valor da esperteza, o valor de se dar bem, de não estudar, ter orgulho de não estudar... Eu diria que o Lula sempre foi um grande guarda-chuva para os oportunistas no PT. Uma coisa é o partido ter um líder que é honesto, honrado. Então, quem quer ser picareta fica meio acuado. Pode até querer ser picareta, mas não é a regra. Outra coisa é você estar num ambiente em que veio de cima o exemplo. Então, sob a liderança do Lula, eu diria que se formou a pior geração de militantes da esquerda brasileira de toda a sua história: pragmática, oportunista, individualista, carreirista.

99 – 20/8/2005 A revista Veja obtém informações exclusivas do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Ele responde a uma lista de 20 perguntas do repórter Policarpo Junior. Relata o envolvimento do PT com o mundo da remessa de divisas para o exterior, a troca de dólares por reais e outras transgressões. Fala de uma conta clandestina do PT operada pelo Trade Link Bank, uma offshore ligada ao Banco Rural, nas Ilhas Cayman.

O esquema funcionava para o PT sacar dinheiro do exterior e usá-lo no Brasil. Segundo Toninho da Barcelona, a operação era conduzida por Dario Messer, um doleiro do Rio. O Trade Link remetia o dinheiro para a offshore de Dario Messer, no Panamá. Ao mesmo tempo, uma quantia correspondente era disponibilizada, em reais, no Banco Rural, em Belo Horizonte. Do repórter de Veja:

"O esquema é uma forte evidência de que os R$ 28 milhões que Valério diz ter obtido na forma de dois empréstimos junto ao Banco Rural sejam simplesmente recursos internados pelo PT a partir de sua conta clandestina no exterior."

De acordo com a reportagem, "os cofres do PT viviam abarrotados de dólares. Em 2002, no auge da campanha presidencial, a casa de câmbio do doleiro, a Barcelona, chegou a fazer trocas de moeda em ritmo quase diário". A revista implica o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), há 30 anos amigo de Lula:

"As trocas de dólares por reais, que se materializavam no gabinete do então vereador e hoje deputado Devanir Ribeiro, integram outro braço do esquema petista. Neste caso, o partido mantinha volumes consideráveis de dólares em dinheiro vivo, escondido em cofres ou malas ou cuecas, e acionava a casa de câmbio quando precisava convertê-los em reais. Em geral, quem ligava para a casa de câmbio Barcelona era o assessor legislativo da Câmara dos Vereadores, Marcos Lustosa Ribeiro – que vem a ser filho do deputado Devanir Ribeiro. No telefonema, Marcão, como é conhecido, perguntava a cotação de venda e informava quanto queria trocar. No início de 2002, as trocas eram esporádicas e ocorriam a cada dez ou 15 dias. No meio do ano alcançaram ritmo alucinado. 'Com a aproximação das eleições tornaram-se quase diárias', lembra o doleiro."

O repórter entrevista Marcelo Viana, o responsável pelas operações de balcão da Barcelona na época. As trocas de dólares por reais chegaram à casa dos R$ 500 mil semanais. Dependendo do volume de dinheiro, as somas eram entregues em sacolas ou envelopes, no gabinete do então vereador Devanir. Diz Viana:

– Mas também já levei dinheiro preso às meias e debaixo da roupa.

Marcos Lustosa, o filho de Devanir, não nega. Ressalva, para livrar o pai:

– Não era dinheiro de política, meu pai não tinha nada a ver com isso. Era dinheiro que eu ganhava com serviços de informática que fazia na Câmara, e trocava por dólar. Coisa pequena, para meu uso mesmo.

O pai, convenientemente, esconde-se atrás do filho:

– Se o Marcos trocou dinheiro com Toninho da Barcelona, o problema é dele. O Marcos é maior de idade, casado, vacinado e cuida da vida dele.

Outro esquema relatado por Toninho da Barcelona funcionou em Santo André (SP), durante a administração do prefeito Celso Daniel (PT). Movimentou dinheiro a ponto de a cambista Nelma Cunha ter de acionar Toninho da Barcelona por não dispor das quantias solicitadas. Sobre a corretora Bônus-Banval, de São Paulo:

"Um dos esquemas mais complexos – mas igualmente clássico – do PT funcionava na corretora Bônus-Banval. Toninho da Barcelona conta que a corretora era usada pelo partido para intermediar operações fraudulentas e, assim, tornou-se uma das principais fontes de pagamento do mensalão. Sua especialidade eram as operações de 'esquenta-esfria', nas quais os prejuízos eram sempre dos fundos de pensão das estatais. 'As ligações entre o PT e a Bônus são estreitas. Os sócios são amigos íntimos de José Dirceu', acusa o doleiro."

A revista Isto É Dinheiro conta a história de uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União), sobre o uso de cartões de crédito para retiradas de dinheiro por parte de funcionários da presidência da República. Em oito meses de 2004, sacaram R$ 5,5 milhões. Justificaram: foi para pagar despesas do gabinete de Lula, da Granja do Torto, a residência oficial, e de ministros de Estado.

De acordo com a revista, em nome de Clever Pereira Fialho, lotado no gabinete de Lula, houve uma fatura de mais de R$ 1 milhão, sendo R$ 226,9 mil em retiradas de dinheiro vivo. O ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Mauro Marcelo Lima e Silva, sacou R$ 1,3 milhão. E Maria Emília Évora, responsável por despesas da primeira-dama Marisa Letícia, gastou R$ 441 mil, de janeiro a agosto de 2004. Do total, Maria Emília retirou R$ 198 mil em dinheiro vivo, média de R$ 24,8 mil por mês. Quase um mensalão.

100 – 21/8/2005 A Folha de S.Paulo noticia detalhes de documentação emitida em 2004 e apreendida na sede da empreiteira Leão Leão. Os papéis reforçam a versão de Rogério Buratti, segundo a qual houve o pagamento de R$ 50 mil mensais, na forma de propina, ao então prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antonio Palocci (PT). Os documentos fazem parte de um arquivo de computador denominado "despesas diversas". Foram encontrados no notebook de Wilney Barquete, ex-presidente da Leão Ambiental, o braço da Leão Leão especializado em limpeza urbana. Barquete substituiu Buratti na empresa, depois que ele foi afastado em decorrência do rumoroso caso Gtech/Caixa Econômica Federal.

A reportagem de Rogério Pagnan e Marcelo Toledo mostra que os promotores encarregados da investigação consideram a documentação um "mapa do pagamento de propina". A referência mais bombástica do arquivo de computador estava protegida por duas senhas de oito dígitos, e traz o seguintes dizeres: "50000 – dr". Para os

promotores, o “dr” seria o prefeito Palocci, que é medico sanitarista. E “50000”, o valor do suborno mensal, de R$ 50 mil.

As “mensalidades” variam de R$ 3 mil a R$ 50 mil, e incluem pagamentos nas cidades paulistas de Ribeirão, Araraquara, Matão, Sertãozinho e Monte Alto. Há referências ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem) e à sigla Conter, não identificada. A Folha reproduz trecho do depoimento de Buratti. Em foco, o suborno em Ribeirão, na época do prefeito Palocci:

“Posso falar em relação a Ribeirão Preto que uma parte das despesas relacionadas eram destinadas ao prefeito, além de outras despesas com imprensa e até entidades de assistência.”

Em Brasília, Palocci convoca entrevista coletiva para refutar a prática de corrupção na Prefeitura de Ribeirão, no período em que foi prefeito. Ele nega o esquema pelo qual teria recebido da empreiteira Leão Leão, durante dois anos, uma propina mensal de R$ 50 mil. E refuta irregularidades em contratos firmados na época:

– Nego em todos os aspectos. Não ocorreram com a minha pessoa, não ocorreram com ordem da minha pessoa, não ocorreram da forma como foram relatados.

O ministro acrescenta:

– Não recebi recursos da Leão Leão. Recebi contribuições legais da empresa e todas estão registradas no Tribunal Regional Eleitoral. Não posso permitir acusação desse tipo sem uma resposta cabal.

Palocci ataca os promotores, por divulgaram o depoimento de Buratti, “feito em condições de completo constrangimento”. O ministro poupa o detrator, a quem se refere pelo primeiro nome.

– Não me sinto traído pelo Rogério Buratti porque não tinha relação de confiança com ele no último período. Não esperava que ele fosse utilizar uma acusação dessa natureza. Compreendo a situação dada, a pessoa depondo, com prisão, com algema, tendo sido oferecida a ela a liberdade em troca da delação de outras pessoas, que é um ambiente em que tudo pode acontecer.

O ministro diz não ser amigo de Buratti, “nem inimigo”, desde que ele deixou de ser o secretário de Governo em 1994, durante sua primeira gestão como prefeito. O afastamento ocorreu após a divulgação de uma fita em que Buratti aparecia discutindo propina com um empresário. Palocci explica que as mulheres e filhos de ambos, porém, mantêm relação de amizade. Por isso, e só por isso, esteve na casa do ex-assessor, algumas vezes, nos últimos anos. Da mesma forma, recebeu-o em sua casa:

– Não esperava por isso, que o Rogério Buratti fizesse uma coisa dessas. Agora, eu compreendo a situação em que ele foi colocado. Os motivos que o levaram a falar isso eu não conheço.

Palocci aproveita a entrevista para informar que colocou o cargo à disposição de Lula, mas este o orientou a permanecer no governo. De Lula, sobre o seu ministro:

– Palocci mostrou a segurança de uma pessoa inocente.

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo César Pinho, afirma que o Ministério Público dispõe de “fartas provas” de fraudes em licitações ocorridas na Prefeitura de Ribeirão, no período do prefeito Palocci.

De acordo com Pinho, investigação do Ministério Público sobre um “mega-esquema de fraude”, em licitações de lixo, reuniu indícios de “conluio entre os licitantes para favorecer determinada empresa. Faziam ajuste para saber qual seria o escolhido, por qual preço”. Pinho não aceita as críticas do ministro aos promotores:

– Buratti depôs livremente, não sofreu qualquer tipo de pressão ou constrangimento.

O jornal O Estado de S. Paulo traz reportagem sobre a "república de Ribeirão Preto", um grupo de dez colaboradores de Antonio Palocci (PT-SP), da época em que ele era prefeito de Ribeirão (SP). Agora, todos ocupam altos cargos em Brasília, nomeados por influência do ministro da Fazenda:

Juscelino Dourado, secretário da Casa Civil de Ribeirão, é o atual chefe de gabinete do Ministério da Fazenda. Donizeti Rosa, secretário de Governo em Ribeirão, diretor do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). Ademirson Ariosvaldo da Silva, chefe de gabinete em Ribeirão, secretário particular de Palocci no Ministério. Ralf Barquete, secretário do prefeito em Ribeirão, foi assessor especial da Caixa Econômica Federal até falecer. Nelson Rocha Augusto, secretário de Planejamento em Ribeirão, hoje está na presidência da distribuidora de títulos Banco do Brasil Administração de Ativos. Galeno Amorim, secretário de Cultura em Ribeirão, é o coordenador de bibliotecas públicas do Ministério da Cultura. Fernando Garcia, secretário-adjunto da Saúde em Ribeirão, coordena o programa cartão-saúde. José Ivo Vannuchi, assessor em Ribeirão na época, assessor do Ministério da Fazenda hoje. Wagner Quirici, superintendente da Ceterp, é o atual diretor-presidente do Serpro. E Margareth Palocci, mulher do ministro, assessora a Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

101 – 22/8/2005 Um contrato de R$ 41,6 milhões, assinado entre o prefeito Palocci e a empreiteira Leão Leão, em 2002, não foi mencionado pelo ministro na entrevista da véspera. Palocci manda distribuir nota aos jornais. Não mencionou o "outro contrato", porque não foi questionado, "em nenhum momento". Para tentar se desvencilhar do problema, diz que o contrato de R$ 41,6 milhões, "objeto de discussão", foi assinado na administração anterior à dele, a do prefeito Luiz Roberto Jábali (PSDB), já falecido. Palocci fez apenas manter o contrato.

A situação é mais complicada. Existem oito outros contratos da área de limpeza urbana, todos firmados entre Palocci e a Leão Leão, em 2001 e 2002. Valor do dispêndio: R$ 4,4 milhões. Comum a todos: assinados sem licitação pública.

Deu na imprensa: quando Jábali assumiu a Prefeitura de Ribeirão, em 1997, herdou do primeiro governo de Palocci o preço que o município pagava para recolher a tonelada de lixo. Um custo de R$ 50 reais. A empresa que fazia o serviço era a empreiteira Rek. Jábali abaixou o valor para R$ 42,00 no primeiro ano de administração. E para R$ 35,00 no segundo. Em 1999, a Leão Leão foi contratada por Jábali: R$ 17,00 a tonelada. Um terço dos R$ 50,00 de Palocci, pelo mesmo serviço.

Pois bem: Palocci ganhou as eleições de 2000 e assumiu novamente a Prefeitura a partir de 2001. O valor da tonelada de lixo da Leão Leão oscilou para R$ 23,00 em 2002. Em 2004, Palocci é o ministro e seu vice, Gilberto Maggione (PT), o prefeito da cidade. O preço da tonelada chegou à casa dos R$ 32,76.

Promotores encarregados de investigar o assassinato do prefeito Celso Daniel (PT) e apurar denúncias de corrupção em Santo André (SP) voltam a citar José Dirceu (PT-SP). Afirmação do promotor Amaro Thomé:

– O ex-ministro é suspeito de ser o destinatário final de recursos ilícitos, do dinheiro da corrupção do esquema de Santo André.

Do promotor Roberto Wider:

– Parte dos recursos arrecadados em Santo André era utilizada em campanhas eleitorais do PT, levados em malas de dinheiro para o escritório de Dirceu.

Para os promotores, Santo André foi "pólo exportador" do esquema do mensalão. O Ministério Público quer descobrir se Daniel morreu numa disputa por caixa 2. O prefeito queria o dinheiro desviado irrigando a campanha de Lula em 2002, mas pessoas próximas a ele insistiam em carrear a propina para o grupo de Santo André. Daniel era um dos coordenadores da campanha de Lula. Morto, foi substituído por Palocci. Uma escolha de Lula.

Depoimento ao Ministério Público. É de Aleni Rodrigues de Oliveira, secretária de Finanças da Prefeitura de Campina Grande (PB), ainda no mandato da prefeita Cozete Barbosa (PT). Ela denuncia um "contrato informal" de publicidade, sem licitação, entre o governo municipal e Duda Mendonça, no valor de R$ 800 mil.

Segundo Aleni, o acerto foi fechado em janeiro de 2003. Previa, entre outras coisas, melhorar a imagem pessoal e os discursos da prefeita, candidata à reeleição. Cozete não se reelegeu. Aleni, filiada ao PT, deu R$ 80 mil por mês a Duda Mendonça:

– Era difícil pagar porque o contrato era informal. Daí, nós tínhamos de dar um jeito de pagar uma empresa e ela devolver o dinheiro, fazer um cheque e a Prefeitura descontar no banco, para depositar na conta de Duda. A Prefeitura de Campina Grande pagava dos cofres públicos.

Tem mais sobre Aleni. O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), leu o depoimento dela ao Ministério Público. A ex-secretária admitiu que entregou R$ 600 mil da cidade de Campina Grande para Marcelo Sereno, o então assessor especial do ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP). O dinheiro iria ser repassado a Dirceu.

O Ministério Público Federal questiona a propaganda da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela mandou instalar 398 outdoors em Santa Catarina, com fotografia dela. Aparece elogiando a obra de duplicação da rodovia BR-101. A senadora tem um rendimento anual de R$ 220 mil. Os gastos com a propaganda chegaram a R$ 161 mil. Ideli informa que vai pagar com o salário de senadora. Ela vendeu dois carros e fez empréstimo de R$ 80 mil na Caixa Econômica Federal.

Paulo Okamotto, presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), assinou parceria com o Instituto Cidadania, ligado ao PT. A organização foi fundada por Lula em 1990. A parceria prevê uma injeção de R$ 1,2 milhão do Sebrae. Okamotto integra o conselho fiscal do Instituto Cidadania. Em 2002, a organização ajudou a elaborar o programa de governo de Lula. Na época, Okamotto era o presidente. Agora, prefere não se manifestar à repórter Laura Capriglione, da Folha de S.Paulo.

Cai Marcos Antonio Carvalho Gomes, o presidente do fundo de pensão Fundação Real Grandeza, dos funcionários de Furnas Centrais Elétricas e da Eletronuclear. Filiado ao PT, ele teria investido irregularmente R$ 151 milhões em certificados de depósitos bancários do Banco Santos. Do total aplicado, R$ 131 milhões não foram mais recuperados.

102 – 23/8/2005 Em depoimento à CPI do Mensalão, o ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), presidente do PL, dá explicações. Recebeu R$ 6,5 milhões em recursos do caixa 2 do PT, entre janeiro de 2003 e setembro de 2004. Pagou despesas com material de campanha do presidente Lula, ainda do segundo turno das eleições de 2002. O jogo de Valdemar:

– A situação em São Paulo era difícil. Lula tinha vencido José Serra no primeiro turno por apenas 100 mil votos. Tínhamos que entrar com força. Encomendei o material e o dinheiro foi gasto para pagar os fornecedores.

Valdemar foi autorizado pelo tesoureiro Delúbio Soares, "porque ele estava cheio de dívidas e não podia mais procurar os fornecedores". Valdemar não tem como comprovar os gastos:

– Só tenho recibos de R$ 1,7 milhão. Os outros R$ 4,8 milhões foram entregues sem comprovação. Estou tentando pegar alguns recibos no PT.

Ivan Guimarães, o ex-presidente do Banco Popular, depõe na CPI dos Correios. Braço do Banco do Brasil, o Banco Popular foi criado em 2003 para fomentar a concessão de microcréditos. Em 2004, Guimarães alugou o apartamento de Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério. Imóvel vendido por Ângela Saragoça, ex-mulher de José Dirceu (PT-SP).

No primeiro ano de funcionamento, o Banco Popular gastou R$ 29,7 milhões com propaganda, bem mais que os R$ 21,3 milhões liberados para a concessão de microcréditos. Diz Guimarães:

– Os gastos de marketing são mais elevados no primeiro ano, porque é preciso construir a imagem da instituição.

Em seu depoimento, ele atribui toda a responsabilidade pelas despesas e decisões sobre gastos de propaganda à diretoria de marketing do Banco do Brasil, chefiada por Henrique Pizzolato.

– Remetíamos os recursos ao Banco do Brasil e eles efetuavam os dispêndios. Não tínhamos contato com agências de publicidade.

O Banco Popular contratou, sem licitação, a Lumens Serviço de Informação. Por R$ 35 mil por mês, a empresa de consultoria faria o "desenvolvimento de suporte à estrutura e gestão de serviços". A Lumens é de Bonerges Ramos Freire. Ele é casado com Patrícia Valente, a irmã de Mônica Valente, mulher de Delúbio Soares. O negócio foi encerrado em abril de 2005.

103 – 24/8/2005 Mais ligações telefônicas entre Rogério Buratti e o ministro Antonio Palocci (PT-SP). Relatório da operadora Intelig encaminhado à CPI dos Correios informa que Buratti ligou seis vezes do celular para a casa do ministro, sendo quatro vezes em 24 de janeiro de 2003, e duas vezes em 6 de julho daquele ano. No total, 28 minutos de conversa. A assessoria do ministro se cala.

Buratti telefonou outras 12 vezes para Ademirson Ariosvaldo da Silva, o secretário particular de Palocci. Foi entre janeiro e agosto de 2003. No mesmo período fez 14 ligações para Juscelino Dourado, o chefe de gabinete de Palocci. Em nota à imprensa, Dourado admite que recebeu Buratti no Ministério. Diz a nota:

"Recebi visitas do senhor Rogério Buratti, algumas vezes no Ministério da Fazenda. Estimo um total de nove encontros."

Buratti é padrinho de casamento de Dourado, antigo companheiro de trabalho e ex-sócio comercial. E mais:

"Nossas famílias se conhecem e compartilham atividades sociais e comemorativas."

Dourado se diz amigo de Buratti, mas as reuniões em Brasília "não significam acesso por parte do senhor Buratti a nenhum tipo de benefício quanto a serviços ou contratos junto ao governo federal".

No depoimento que prestou ao Ministério Público, Buratti negara encontros com o chefe de gabinete na sede do Ministério. Em gravações, Buratti se refere a Juscelino

Dourado como o “J”, um dos investigados por fraudes nas licitações da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), na época em que Palocci foi prefeito pela segunda vez, em 2001 e 2002.

A empreiteira Leão Leão recebeu tratamento privilegiado da Prefeitura de Ribeirão, durante a segunda administração Palocci. Levantamento da Folha de S.Paulo, feito no Diário Oficial, revela acertos antecipados de R$ 16,8 milhões, graças à prática de quebra da ordem cronológica de pagamentos. Foram 71 notas acertadas à frente de outros fornecedores, que já esperavam a vez de receber.

Depois de quase dois meses, o ex-líder do PT na Câmara dos Deputados, Paulo Rocha (PA), admite publicamente que a assessora Anita Leocádia Pereira Costa sacou R$ 620 mil do valerioduto. O dinheiro foi usado para pagar dívidas de campanha no Pará, apesar de não ter sido informado o Tribunal Regional Eleitoral. Palavra de deputado. Em relação aos outros R$ 300 mil atribuídos a Rocha na lista de Marcos Valério, ele diz que foram para o PSB paraense.

Rocha, presidente do diretório do PT no Pará, considera o ato da assessora “irregular, mas não estranho”. Afinal, explica, Ana Leocádia fez retiradas “na condição de militante” do PT. Ele não vê motivos para ser cassado:

– Não cometi nenhum crime. Não matei, não roubei. Cumpri meu dever de presidente regional do PT.

Em Passo Fundo (RS), o escritor Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, amigo histórico de Lula, afirma que um pequeno grupo de dirigentes do PT “atola pé e alma na corrupção”, e compromete todo um projeto. Frei Betto, nomeado para trabalhar no Palácio do Planalto como assessor especial de Lula, pede para deixar o cargo depois de um ano. E concede entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo:

– Nem sob os anos da ditadura a direita conseguiu desmoralizar a esquerda como esse núcleo petista fez em tão pouco tempo. Na ditadura, apesar de todo sofrimento, perseguições, prisões, assassinatos, saímos de cabeça erguida e certos de que tínhamos contribuído para a redemocratização do país. Agora, não. Esses dirigentes desmoralizaram o partido e respingaram lama por toda a esquerda brasileira.

104 – 25/8/2005 Em Brasília, mais encrenca. Rogério Buratti depõe na CPI dos Bingos e confirma: o ministro Antonio Palocci (PT-SP) recebeu propina de R$ 50 mil mensais, durante dois anos, no período em que exerceu seu segundo mandato como prefeito de Ribeirão Preto (SP). O suborno teria sido pago pela Leão Leão, contratada para diversos serviços pela Prefeitura.

Na época, Buratti era o vice-presidente da Leão Leão. Ele tenta, porém, preservar o ministro, no que for possível. Afinal, manteve com ele um bom relacionamento por 13 anos. Diz não saber se Palocci, pessoalmente, “pegou ou não no dinheiro”. Mas acrescenta: “Eu sabia de onde o dinheiro saía, e para onde ia. No caso de Ribeirão Preto, acredito que foi entregue na sede do PT”. Do depoimento de Buratti:

– Nenhuma empresa faz contribuição, nem pequena nem grande, sem que o principal, o “patrão”, seja prefeito ou o secretário, saiba. Então acredito que Palocci soubesse. Eu nunca vi ele participar de reuniões confirmando isso, mas acredito que soubesse.

– Lamentavelmente, essa é a regra do jogo em muitos lugares. O agente municipal impõe a regra.

O caminho da propina, segundo Buratti:

– No caso da Leão Leão, o dinheiro era contabilizado no caixa da empresa como prestação de serviço, ou então retirado diretamente no caixa da empresa e escamoteado com notas compradas. Era assim que os balanços eram forjados.

Buratti relata ter sido procurado pela multinacional Gtech, com uma oferta de suborno de até R$ 16 milhões. Em troca, a renovação de um contrato com a Caixa Econômica Federal. Buratti consultou Ralf Barquete, na Caixa. Diz Buratti:

– Esse dinheiro não seria para mim, eles falaram claro que era uma oferta ao governo, eles queriam que chegasse ao governo através do Ministério da Fazenda. Transmiti essa notícia ao Ralf, como me foi passada, e um dia depois o Ralf me deu a informação de que havia conversado com o ministro ou com alguém do ministro e que o ministro não iria interferir na negociação com a Caixa em nenhuma hipótese, que a negociação deveria continuar do jeito que estava, técnica, que não havia interesse na oferta de recursos para o PT.

Acredite se quiser.

Note-se que, segundo o relato de Buratti, não houve "interesse" pela propina. Jamais "indignação", "repulsa" ou, ainda mais correto, a imediata abertura de inquérito para apurar a tentativa de suborno. A oferta de "até R$ 16 milhões", portanto, não significou nada de muito grave. O depoimento sugere outra explicação para a falta de "interesse" de Palocci. O ministro parece que decidiu respeitar o "interesse" de outro ministro no negócio. A tratativa já vinha sendo tocada por Waldomiro Diniz, o assessor de José Dirceu (PT-SP) no Ministério da Casa Civil. Nas palavras de Buratti:

– Tenho informações, não posso confirmar, de que havia uma negociação em curso, principalmente voltada com o que se falava que era o grupo do Rio, o que contribuiu na campanha através do Waldomiro Diniz. Tenho a impressão de que, como eles não conseguiram trilhar o caminho através de mim, eles podem ter continuado no caminho que já existia.

O contrato Caixa Econômica Federal/Gtech foi assinado, no valor de R$ 650 milhões.

Depois de dois desmentidos, o recuo. O Ministério da Fazenda reconhece que Palocci concedeu audiência ao empresário João Vaz Guedes, presidente da Somague, um grupo português da área da construção civil, associado à Leão Leão de Ribeirão. A reunião ocorreu em 13 de maio de 2003. Buratti marcou o encontro com o chefe de gabinete de Palocci, Juscelino Dourado. Palocci vinha negando a reunião, não queria admitir a influência de Buratti em sua agenda. Diz Buratti:

– Liguei para o Juscelino, pedindo a audiência. Ele mandou eu mandar um e-mail, que a Somague mandasse o e-mail, que ele iria conversar com o ministro e, com certeza, o ministro receberia.

Em editorial, a Folha de S.Paulo manifesta preocupação com a morosidade e a ineficiência das CPIs. O jornal afirma:

"Já é mais do que hora de os membros das CPIs demonstrarem à opinião pública que não estão atraídos apenas pelo brilhareco fácil dos interrogatórios, mas também empenhados em averiguar a fundo o modus operandi da corrupção. Não é aceitável que um misto de dispersão de esforços, pouca dedicação à análise documental e manobras acomodatícias venha a produzir inquéritos parciais e inconclusos."

A Câmara dos Deputados aprova a aposentadoria de Valdemar Costa Neto (SP), o presidente do PL. Envolvido no escândalo do mensalão, ele renunciou ao mandato de deputado para fugir de um processo de cassação, que poderia deixá-lo inelegível até

2015. O ex-deputado exerceu mandatos por 14 anos e meio. Valor da aposentadoria: R$ 5.540,00 mensais.

A ONU (Organização das Nações Unidas) divulga o relatório "A Cilada da Desigualdade". O estudo traz dados sobre distribuição de renda, acesso à educação, saúde, terra, crédito, segurança e representação política. O documento traz dados alarmantes sobre o Brasil, apontado como o país com a pior defasagem de renda do mundo. Aqui, de acordo com o relatório da ONU, a renda per capita

dos 10% mais ricos supera em 32 vezes a dos 40% mais pobres.

105 – 26/8/2005 Em visita ao Ceará, Lula é recebido em Quixadá pelo prefeito Ilário Marques (PT), ameaçado de perder o mandato. Ele foi flagrado cometendo um crime eleitoral. O Ministério Público denunciou o prefeito e pediu a sua cassação. Marques exerce o terceiro mandato como prefeito. Foi acusado de distribuir chuteiras aos eleitores. A prova contra ele, porém, é uma gravação feita com câmera escondida, durante a campanha eleitoral de 2004. A fita foi analisada por peritos e não há fraude. Mostra o prefeito orientando uma eleitora grávida a procurar uma assessora dele na Prefeitura, para ganhar um enxoval. A defesa de Marques: a gravação, feita sem o consentimento do prefeito, é uma prova ilícita.

Ao lado de Lula em Quixadá, Ciro Gomes (PSB-CE), ministro da Integração Nacional. Em discurso, menciona o escândalo do mensalão. Para Ciro, o presidente é vítima daqueles que "fizeram a besteira e depois pioraram tudo mentindo, mentindo para o presidente, mentindo para o povo brasileiro, e por isso merecem pagar dobrado". Enigmático, o ministro não cita nomes ou situações:

– Gente que tinha a confiança do presidente da República trocou as mãos pelos pés e fez uma coisa muito feia, muito suja, que só tem uma solução: temos de punir quem quer que tenha feito, por mais amigo, por mais parceiro, por mais que tenha até serviços prestados ao Brasil.

O TCE (Tribunal de Contas de São Paulo) condena em caráter definitivo o Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto), pela contratação, sem licitação, da empreiteira Leão Leão. O negócio foi firmado em 2001, quando Antonio Palocci (PT-SP) era o prefeito da cidade. Na época, a Prefeitura justificou a dispensa de licitação e autorizou a Leão Leão a operar o aterro sanitário. Alegou uma situação de emergência, em decorrência do final do contrato anterior. O anterior tinha sido firmado, aliás, com a mesma Leão Leão. A alegação foi rejeitada pelo TCE. O contrato de emergência, por um período de três meses, teve valor de R$ 769 mil. A Leão Leão, principal doadora da campanha eleitoral do prefeito Palocci em 2000, contribuiu com R$ 150 mil.

Identificado mais um nome na lista de pessoas autorizadas por Marcos Valério a sacar dinheiro do caixa 2 do PT. É o ex-deputado Lucas Buzato (PT-SP), assessor de José Dirceu (PT-SP) até o início do governo Lula. A partir de 2003, ele ganhou um emprego federal na Fundacentro, vinculada ao Ministério do Trabalho.

Junto ao nome de Buzato, na rubrica "PT nacional" da lista de Valério, há o número do telefone celular dele. Confirmado. Buzato e a irmã, Cleuza Maria, aparecem como doadores da campanha de Dirceu a deputado federal, em 2002. Contribuíram com R$ 10 mil. Buzato minimiza a participação dele na campanha de Dirceu. Diz ter trabalhado também para as eleições dos deputados José Eduardo Cardozo (PT-SP) e Vicente Paulo da Silva (PT-SP):

– Trabalhei para outros candidatos também, como o José Eduardo e o Vicentinho.

Cardozo desmente. Afirma que Buzato limitou-se a participar de um encontro com aposentados. Vicentinho nega:

– Ele nunca pisou em meu escritório. Essa afirmação dele é muito estranha.

Extrato bancário do PT na CPI dos Correios. É do período de 15 de dezembro de 2003 a 31 de maio de 2004. Mostra 23 depósitos ao partido, num total de R$ 3,2 milhões. Os depósitos têm valores redondos, e variam de R$ 20 mil a R$ 300 mil, como se fossem mensalinhos, mensalões e supermensalões. Era a época de glória da relação PT/Marcos Valério, com saques e pagamentos sem fim.

Além dos valores redondos, chama a atenção que apenas dois dos 23 depósitos têm identificação. A Folha de S.Paulo localiza um dos depositantes, Carlos Alberto Timóteo. Ele é funcionário do PT, mas não confirma a operação. O repórter Fernando Rodrigues tentou obter explicações do PT e escreveu:

"O partido alegou no início da noite que não havia sido possível checar com precisão a que se referiam os depósitos em dinheiro. A sigla também não soube explicar quem seriam os dois depositantes identificados."

O Ministério Público do Rio de Janeiro conclui o inquérito que investigou a gravação clandestina da conversa entre o empresário de jogos Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e o então presidente da Loterj, a estatal fluminense de loterias, Waldomiro Diniz. A divulgação da fita, em fevereiro de 2004, provocou um escândalo. Em conseqüência, Waldomiro pediu demissão do Ministério da Casa Civil, onde era um importante assessor de José Dirceu (PT-SP). Note-se, ele não foi demitido. Na gravação, os Waldomiro e Cachoeira aparecem negociando contratos e propina, numa reunião realizada em 2002.

A Polícia Federal fez perícia na fita e não detectou montagem ou edição fraudulenta. O diálogo trata da doação de dinheiro do empresário a campanhas eleitorais, em troca de vantagens em contratos da Loterj. Waldomiro pede uma comissão de 1% sobre os negócios aprovados. O Ministério Público requer que a Justiça obrigue o ressarcimento aos cofres públicos, aplique multa e puna com a perda dos direitos políticos.

106 – 27/8/2005 O jornal Folha de S.Paulo entrevista o engenheiro Luiz Fernando Alessi, secretário de Obras da primeira gestão de Antonio Palocci (PT-SP) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Um dos fundadores do PT na cidade, Alessi afirma aos repórteres Rogério Pagnan, Rubens Valente e Conrado Corsalette que a empreiteira Leão Leão fez doações não declaradas ao PT em 1992, depois de manter contatos com Palocci e Rogério Buratti, um dos coordenadores daquela campanha e o futuro secretário de Governo.

– Palocci tinha conhecimento dessas doações?

– Com certeza. Ele participava pessoalmente, junto com Buratti, da busca desses recursos.

– Em que momento o senhor soube que as doações de campanha eram ilegais?

– Me lembro de ter visto as contas, e os valores eram ridículos perto da despesa.

Para Alessi, Palocci foi omisso ao proteger Buratti, e não tomar providências para impedir as relações "atípicas" do secretário de Governo com empreiteiras:

– As empreiteiras passaram a ser chamadas na Secretaria de Governo e às vezes acontecia, por exemplo, de eu encontrar um dono de construtora e ele comentar: "Olha, estive com Buratti e mudei o cronograma da obra tal". Então havia certa interferência.

Alessi conta ter relatado o que estava acontecendo ao prefeito Palocci, no final de 1993. O resultado foi o afastamento de Alessi da Prefeitura, em 1994. Em 1996, ele se desligou do PT. Antes disso, porém, houve o episódio da gravação que provocou a demissão de Buratti. Alessi recebeu a fita cassete com a denúncia:

– Era uma gravação em que Rogério Buratti combinava uma compensação para um empresário da área da construção civil, da Almeida Filho. A seguir, comecei a compreender que isso talvez tivesse a ver com uma obra viária na avenida Antonio e Helena Zerrenner, onde foi aberta uma concorrência. Era a maior e mais cara obra viária que a Prefeitura estava fazendo em 1994, aqui em Ribeirão. Mas a licitação foi cancelada e anulada. A justificativa é que esqueceram de colocar uma ponte no projeto. Pouco tempo depois reabriram a licitação, a empresa Almeida Filho não apresentou preço. Coisa estranha, a empresa desistir. Em seguida, aparece a fita do Buratti conversando com esse empresário que ganhou e desistiu. E ele diz que "o prefeito mandou dar uma compensada pra você". Parece que fica claro que há um nexo nisso.

– Qual nexo?

– O nexo aparente é que a empresa que ganhou a nova licitação era a empresa que deveria ganhar por algum motivo.

– E qual foi?

– Ganhou a Leão Leão. É curioso isso, né?

A Folha repercute a entrevista com Buratti. Ele afirma que só agia por determinação de Palocci, com exceção da gravação clandestina daquela fita, feita por ele e depois roubada e divulgada:

– O Palocci, quando administra uma cidade, ou quando está num cargo executivo, quer ter todas as informações, quer ter tudo na mão, ele coordena efetivamente. O Alessi nunca entendeu qual era o papel dele e qual era o meu papel. O papel dele era realizar obras, o meu papel era coordenar o governo.

A Folha publica reportagem mostrando que o ex-prefeito Gilberto Maggioni (PT) teve um aumento de 60% no patrimônio, em apenas um ano. Maggioni era o vice de Antonio Palocci (PT-SP), em Ribeirão Preto (SP). Em 2003, com a ida de Palocci para o Ministério da Fazenda, assumiu o cargo de prefeito. Rogério Buratti o acusou de continuar recebendo os R$ 50 mil mensais que a Leão Leão entregava na época do prefeito Palocci.

No mesmo ano em que se tornou prefeito, Maggioni comprou três terrenos na cidade. Num deles, de 1.162 metros quadrados, em loteamento de alto padrão, está construindo uma casa de 562 metros quadrados. Maggioni não quis comentar. A obra é assunto particular.

A revista Veja dá destaque à "casa dos prazeres", uma mansão alugada pela "turma de Ribeirão Preto" no Lago Sul, a região mais nobre de Brasília. A casa, com 700 metros quadrados, quatro suítes, salão de jogos, piscina, churrasqueira e quadra de tênis para o ministro Antonio Palocci (PT-SP) e seus convidados, foi alugada por R$ 10 mil mensais, em junho de 2003.

Quem alugou foi Vladimir Poleto, um antigo assessor da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Ribeirão, na época em que Palocci era o prefeito. Ele é um dos integrantes da turma. Sem avalista, Poleto ofereceu o pagamento de seis meses

adiantados. Na hora de assinar o contrato, trouxe uma valise com R$ 60 mil em dinheiro vivo, em notas de R$ 50 e R$ 100.

A mansão foi usada para reuniões com empresários, festas e encontros de lazer, até estourar o escândalo Waldomiro Diniz, no início de 2004. O imóvel foi devolvido. Palocci costumava entrar pelos fundos para não levantar suspeitas. A casa era cercada por muro de três metros de altura e dispunha de câmeras de segurança, a fim de garantir a privacidade.

Além de Palocci, os freqüentadores mais assíduos eram Buratti, Poleto, Ademirson Ariosvaldo da Silva, Juscelino Dourado e Ralf Barquete. Veja procurou Palocci, mas ele não se manifestou.

A revista Época traz a “Lavanderia mensalão”. Denuncia operações suspeitas de mais de R$ 100 milhões, com recursos dos fundos de pensão. De acordo com a revista, o dinheiro dos fundos foi parar nas mãos de operadores do mensalão e, em parte, acabou desviado e levado ao exterior, principalmente para paraísos fiscais do Caribe. O texto é assinado pelos repórteres Ricardo Grinbaum, Leandro Loyola e David Friedlander:

“O esquema foi executado em 2003 e 2004 e envolve pelo menos cinco fundos de pensão de empresas estatais. Os fundos, que são os investidores mais ricos do país, teriam perdido dinheiro – fraudando os associados de propósito.”

A suspeita é de que dirigentes dos fundos, donos de cargos políticos, aplicavam os recursos, de forma intencional, em investimentos sabidamente perdedores. O prejuízo ficava com os trabalhadores que, supostamente, deveriam ter as suas poupanças administradas com eficiência, para não lhes faltarem recursos na hora de receber as pensões, no futuro. A maracutaia é justamente o rateio do dinheiro perdido, entre especuladores e políticos. Da reportagem:

“A simulação da aposta no mercado financeiro servia para justificar a saída do dinheiro dos fundos. No mercado financeiro esse tipo de golpe é muito popular, até pela dificuldade em incriminar os responsáveis. Como as operações na BMF (Bolsa de Mercadorias Futuros) são muito complicadas e todo dia há gente ganhando e perdendo milhões, quando alguém é apanhado em delito financeiro costuma se defender dizendo que errou na hora de aplicar e que isso faz parte do jogo.”

107 – 28/8/2005 O jornal O Globo, do Rio, traz reportagem mostrando o resultado dos trabalhos de auditoria realizados em contratos firmados pelos Correios, em 2003 e 2004, no valor de R$ 7 bilhões. O assunto é grave. Foram constatados 525 tipos de irregularidades, a maior parte consideradas de “alto risco” para os cofres públicos. O repórter José Casado mergulhou num mundo de licitações dirigidas, orçamentos irreais, pagamentos sem cobertura contratual, reajustes indevidos e pregões eletrônicos distorcidos.

A força tarefa que examinou os contratos de 40 departamentos da estatal foi formada por técnicos do TCU (Tribunal de Contas da União) e da CGU (Controladoria-Geral da União). A maior distorção ocorreu no chamado “correio híbrido postal”, um sistema de correspondência eletrônica para grandes clientes. O projeto estava pronto em 2002, por R$ 861 milhões. A licitação foi suspensa, mas reapareceu em 2004, com orçamento de R$ 4,4 bilhões. Uma “variação injustificada”. A exigência de “capacidade tecnológica de impressão de 100 milhões de páginas por mês” direcionou o certame para a American Bank Note.

Os auditores descobriram gastos fraudulentos de R$ 1,2 bilhão para comprar equipamentos, num projeto feito sem estudo de viabilidade, sem comprovação de gastos e sem informações adequadas sobre custos. Os resultados foram máquinas ociosas e

softwares desperdiçados. O projeto foi definido como exemplo de “ineficiência e antieconomicidade”.

A inspeção detectou vários rombos, como despesas de R$ 100 milhões em produtos dispensáveis. Houve gastos irregulares da ordem de R$ 175 milhões, no projeto “rede corporativa”. Outros R$ 90 milhões aplicados em “estudos de viabilidade”, considerados “ineficientes e desatualizados”.

As CPIs trazem apreensão e tornam-se motivo para discussões. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), manifesta receio de que as investigações resultem em impunidade. Fala de desordem nos trabalhos e falta de objetividade nas apurações. Dá como exemplo a convocação do doleiro Toninho da Barcelona, chamado para depor nas CPIs dos Correios, Mensalão e Bingos:

– Não dá para ficar nessa guerra de vaidades. As pessoas já estão cobrando resultados, e com razão. A repetição de depoimentos acontece para causar impunidade. Ninguém vai perdoar quem quer desviar o foco para não haver punição.

As sessões das comissões, transmitidas pela televisão, também geram disputas e funcionam como palco para os parlamentares. Diz o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN):

– Estamos vivendo um festival de denúncias e uma superprodução de escândalos. Isso leva à perda de foco.

Há problemas de toda ordem. Dispersão nas investigações, a previsão de mais 220 depoimentos nas três comissões. Existem milhares de documentos a analisar, resultado de 175 quebras de sigilos fiscais, bancários e telefônicos.

A oposição reclama do presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ele se reuniu reservadamente com Antonio Palocci (PT-SP), investigado em várias frentes.

Em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo afirma que o estratagema do governo produziu resultados. Segundo o jornal, o processo pulverizado de apurações multiplicou “oportunidades para que as investigações fossem embaralhadas, as vaidades fossem maiores do que a objetividade que esse tipo de apuração requer – e as CPIs tivessem um fim melancólico”.

Na Folha de S.Paulo, o jornalista Janio de Freitas acusa o PT de fazer “jogo duplo, de defender em palavras as apurações e dificultá-las ou deformá-las na prática. Suas perguntas são sempre capciosas, seus votos sempre prontos a negar inquirições e providências que ponham sob riscos os seus protegidos”. E mais:

“Em dois meses e meio, os parlamentares das CPIs não deram uma só contribuição ao esclarecimento das fontes, mecanismos e reais alcances da corrupção que enlaçou os bandos podres do governo e do Congresso.”

Além disso, integrantes da CPI dos Correios dizem estar convencidos de que Banco do Brasil, Banco Rural e BMG vêm boicotando os trabalhos, ao protelar o envio de dados sigilosos das contas das agências de publicidade de Marcos Valério. O objetivo, proteger políticos envolvidos com o caixa 2.

No Congresso, os mensaleiros trabalham nos bastidores. O presidente do Conselho de Ética da Câmara, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), sofre ameaças para não encaminhar “certas cassações”:

– Tem gente agindo para evitar certas cassações, não tenho dúvidas. Na realidade, tem gente querendo que os processos demorem o máximo possível. Acontece que tem o recesso de dezembro, tem o ano eleitoral de 2006, o pessoal começa a faltar, não dá número para as reuniões, e com isso acaba a legislatura.

O programa Fantástico, da Rede Globo, entrevista Bruno Daniel, irmão do prefeito assassinado de Santo André (SP), Celso Daniel (PT). Ele afirma existirem indícios de que os responsáveis pela morte do irmão buscavam um dossiê, com provas de corrupção e enriquecimento ilícito de pessoas próximas a Daniel. Bruno acredita que os assassinos julgavam que poderiam encontrar os documentos com o prefeito e, por isso, fizeram o seqüestro.

Mais de três anos e meio depois do assassinato, uma informação alarmante: o perito responsável pelo laudo técnico do corpo de Daniel, Carlos Delmonte Printes, conta ao Ministério Público que o prefeito foi torturado antes de morrer. Printes fora proibido de falar sobre o caso pela polícia paulista.

Printes descreveu aos promotores as diversas formas de tortura sofridas por Daniel. Para ele, o comportamento dos criminosos não foi compatível com o de um seqüestro comum, tese que vinha sendo defendida até agora pela polícia. Num crime contra o patrimônio, no qual se busca extorquir dinheiro de familiares e de pessoas ligadas à vítima, a integridade do refém, ao contrário do que aconteceu, é protegida pelos criminosos.

O perito criticou o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), designado pela direção do PT para acompanhar as investigações. Greenhalgh, “emocionalmente abalado”, tentou interferir no exame técnico realizado no corpo de Daniel. Diz Printes:

– É absolutamente excepcional a ocorrência de morte em casos de seqüestro-relâmpago. Com relação ao seqüestro convencional, nunca examinei um caso em que houvesse o ritual de tortura, crueldade e desproporcionalidade que verifiquei no exame do corpo do prefeito.

108 – 29/8/2005 A semana começa quente no Congresso Nacional. Pronto o parecer que recomenda a cassação do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), o autor das denúncias do escândalo do mensalão. Para o relator, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), Jefferson comportou-se de forma incompatível com a ética e o decoro parlamentar. Ofendeu parlamentares de forma leviana. Carneiro acusa-o por receber dinheiro de caixa 2 na campanha de 2004, fazer tráfico de influência em estatais e por não ter provado o mensalão, “nos moldes descritos”. Do relator:

– Somente com o avanço das investigações realizadas pelas CPIs é que se poderá conhecer, caracterizar e definir os contornos dos atos delituosos sob a denominação de mensalões, propinas ou qualquer tipo de vantagem escusa.

O presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), não aceita a tese de pagamentos de mensalões. Admite dinheiro repassado com a finalidade de quitar dívidas eleitorais, algo “menos grave”. Sugere apenas uma censura ou uma repreensão para os envolvidos, não a perda do mandato.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios, tem dúvidas sobre o mensalão:

– Depende muito do que se caracteriza como mensalão. Se é uma coisa periódica, como está na cabeça de cada um, ou se é uma coisa episódica.

Ele admite ter havido distribuição de “recursos” a deputados, mas não, necessariamente, em cotas mensais:

– Dependeu de migração partidária, das grandes votações.

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) não usa meias palavras:

– Qual a diferença entre um deputado que recebeu recursos mensalmente e outro que recebeu para pagar despesa de campanha? Nenhuma. Ambos ficam comprometidos com o governo.

Fernando Gabeira (PV-RJ) critica tese atribuída por ele ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, segundo a qual o não registro de dinheiro de campanha é um crime menor. Gabeira não aceita:

– Não é só caixa 2. E tampouco importa se houve mensalão ou semestrão. Houve suborno.

Do relator da CPI do Mensalão, deputado Abi-Ackel (PP-MG):

– O Roberto Jefferson criou essa história de mensalão e a imprensa comprou. Os repasses aconteceram, mas não conseguimos ainda chegar à conclusão de que foram mensais. Alguns receberam em uma parcela, outros em mais de uma. Não muda a natureza do crime. O repasse irregular está provado.

Do deputado Ricardo Izar (PTB-SP), presidente da Comissão de Ética da Câmara:

– Existem provas cabais, e não meros indícios, de que houve pagamentos e retiradas irregulares de dinheiro, por parte de alguns parlamentares, oriundas das empresas do senhor Marcos Valério, via Banco Rural e outros meios. Algumas retiradas foram, inclusive, cíclicas, o que é um indício de um esquema de pagamento mensal e sistemático de deputados.

O vice-presidente da Câmara, deputado José Thomaz Nono (PFL-AL), defende a cassação dos envolvidos:

– A mim não interessa se era mensal, semanal, semestral, episódico. O que importa é o ilícito. Se não querem chamar de mensalão, chamem de compra de deputado. O que importa é que o sujeito recebeu dinheiro para mudar seu voto, mudar de partido, apoiar o governo e isso é motivo mais que suficiente para cassar.

O presidente do PT, Tarso Genro (RS), renuncia à candidatura à presidência do partido, nas eleições internas da legenda. Ele perde disputa com José Dirceu (PT-SP), que segue firme no comando do Campo Majoritário, a corrente política ligada ao presidente Lula. Genro exigia o afastamento do ex-ministro das instâncias decisórias do PT para assumir um novo mandato como presidente da agremiação. Anunciado o substituto. É Ricardo Berzoini (PT-SP), afinado com a tendência de Dirceu. Berzoini diz o que pensa do ex-ministro da Casa Civil:

– A permanência do deputado não é desejável, mas não é uma questão central. Não coloco como condição para ser candidato, porque a construção da chapa é projeto político coletivo.

Declaração de Raul Pont (PT-RS), da esquerda do partido:

– A renúncia de Tarso demonstra que pessoas como José Dirceu e Delúbio não só não foram afastadas do PT, como continuam controlando o Campo Majoritário. Essa situação é extremamente prejudicial ao partido.

O deputado André Costa (PT-RJ) anuncia o seu desligamento do PT. Em nota, acusa a decadência moral e ética:

– O aparelhamento do partido, sob o rígido controle de uma oligarquia, tem produzido uma inaceitável corrupção de valores e práticas.

O jornal O Estado de S. Paulo mostra um aspecto da estrutura de poder engendrada pelo ex-ministro José Dirceu. É baseada num “emprego” por fora para gente do PT e altos funcionários do governo Lula. Eles recebem para participar de conselhos fiscais e de administração de estatais e fundos de pensão. São 500 nomeações. Só o fundo de pensão Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, dispõe de 373 vagas, para salários de até R$ 20 mil mensais.

A reportagem de Sérgio Gobetti traz uma lista de 20 beneficiários desse loteamento político. Entre eles, João Felício, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT), nomeado integrante do Conselho de Administração do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); João Vacari Neto, secretário de Relações Internacionais da CUT, indicado como membro do Conselho de Administração de Itaipu; sete assessores do Ministério a Casa Civil, todos nomeados em vários conselhos fiscais e de administração; e outros sete sindicalistas da área bancária, indicados como conselheiros da Previ. Fazem parte da lista Ivan Guimarães e Henrique Pizzolato, afastados do Banco Popular e do Banco do Brasil, na onda do escândalo do mensalão.

Para a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, não há obstáculos para que integrantes do PT sejam indicados a conselhos fiscais e de administração de bancos públicos e estatais. Diz Dilma:

– São cidadãos brasileiros, cujas escolhas, ainda que tenham observado critérios de afinidade política, não necessariamente implicam que tenham recaído sobre pessoas incapazes ou despreparadas para o exercício das respectivas funções.

109 – 30/8/2005 Depõe ao Ministério Público um ex-gerente financeiro da gráfica e editora Villimpress, de Ribeirão Preto (SP). A identidade dele é mantida em sigilo. O homem relata um esquema de caixa 2 ocorrido na eleição de 2002, envolvendo a gráfica, a empreiteira Leão Leão e o secretário da Casa Civil da Prefeitura de Ribeirão, Juscelino Dourado, chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP).

A Villimpress produziu material de campanha para candidatos a deputado e a senador, e também ao candidato Lula. Boletos bancários foram emitidos em nome de Dourado, como se os serviços fossem prestados a ele. Pior: os boletos eram superfaturados, para sobrar dinheiro. A quantia excedente, trocada por dólares.

O gerente da gráfica diz que era um patrocínio de campanha, "da Leão à publicidade do PT". A gráfica também produziu material para a eleição de Palocci a prefeito, em 2000. Em 2002, o custo do material de propaganda, a cada novo pedido, variava de R$ 25 mil a R$ 30 mil. Diz a testemunha:

– O Juscelino autorizava a confecção de boletos bancários em seu próprio nome, que eram mandados por ele ao endereço do escritório do Partido dos Trabalhadores.

A quebra do sigilo bancário da empreiteira Leão Leão. Documentos chegam à CPI dos Correios. São cópias de 682 cheques, todos emitidos entre 15 de janeiro de 2002 e 22 de outubro de 2003, para a agência Saudade do banco Banespa de Ribeirão. Valor total, R$ 9,4 milhões. O mapeamento revela três padrões de retirada, em valores sempre próximos a R$ 12 mil, R$ 30 mil ou R$ 50 mil. Suspeita-se de três níveis de pagamento de mesadas.

Em depoimento à CPI do Mensalão, o operador de mercado José Carlos Batista, dono da empresa Garanhuns. Ele diz ter sido contratado por Marcos Valério, em novembro de 2002. Devia intermediar a entrega de dinheiro para a coligação PT-PL. Ao PL, repassou R$ 4,5 milhões. Já foram identificados 63 depósitos da SMPB à Garanhuns, no valor de R$ 6 milhões. Relata Batista:

– A partir de 2002, quase toda a semana eu levava em espécie dinheiro para os representantes da coligação com o PL.

O empresário conta mais uma história. Foi chamado por Valério para intermediar uma aquisição de R$ 10 milhões em certificados de reflorestamento. A compra de títulos iria lavar dinheiro para pagar dívidas do PT e do PL. A Garanhuns e a

Bônus-Banval trabalharam juntas. Foram criadas para atuar no financiamento de partidos políticos. Em seguida, no meio do depoimento, Batista resolve recuar. Desdiz o que afirmara, porque entende que iria se complicar.

– Se algum erro cometi, foi o de acreditar na hipnose coletiva que colocava o PT como partido da honestidade, da ética e da transparência.

Para o deputado José Rocha (PFL-BA), Batista é um "laranja":

– Tudo indica que a Garanhuns é uma empresa de fachada, usada para dificultar o rastreamento do dinheiro que saía das empresas do senhor Marcos Valério.

Em desabafo ao repórter Expedito Filho, do jornal O Estado de S. Paulo, Marcos Valério:

– Como disse um jornalista, minha vida virou um molambo. Eu virei um molambo. Fui usado e abandonado pelo PT, um partido de pessoas sem coração. Somente eu e Delúbio somos responsabilizados por tudo. Cadê o José Dirceu? O José Genoino? O Silvinho Pereira? O Antonio Palocci? Todos sumiram e só se fala em Marcos Valério como o responsável por tudo. Estão preparando uma pizza.

Valério se diz amigo de Delúbio. Para ele, o ex-tesoureiro "não fez nada sem a ordem e orientação do ex-ministro José Dirceu":

– Delúbio não conta tudo o que sabe porque é um idiota. Ele tem uma fidelidade canina e é o único por quem eu tenho amizade. Mas eu tenho raiva do PT e gostar do Delúbio e odiar o PT pode parecer um paradoxo. Mas o Delúbio foi afastado, expulso e, como eu, abandonado.

Delúbio continua no PT.

O jornal Folha de S.Paulo revela o superfaturamento de obras e de compras de medicamentos para combater a desnutrição e a pobreza nas aldeias dos índios guaranis-caiuás, no Mato Grosso do Sul. A CGU (Controladoria-Geral da União) acusa o prefeito de Dourados (MS), Laerte Tetila (PT), e a Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Agiram irregularmente, e desviaram R$ 1,3 milhão.

A Prefeitura de Dourados e a Funasa assinaram contrato com a Caixa Econômica Federal para construir 200 casas nas aldeias. As obras tinham de ficar prontas em fevereiro de 2005. Apenas 57 foram iniciadas, "de forma precária". E duas já desabaram. Foram contratadas construtoras fantasmas, encarregadas de tocar os "serviços". O caso dos índios guaranis-caiuás teve repercussão nacional, em decorrência da morte de várias crianças por desnutrição. O prefeito Laerte Tetila não se manifesta. A Funasa também não.

110 – 31/8/2005 Entrevista de Soraya Garcia, a assessora financeira do PT na campanha de reeleição do prefeito de Londrina (PR), Nedson Micheletti (PT), em 2004. Ela fala ao repórter José Maschio, da Folha de S.Paulo. Acusa o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP), de carregar dinheiro vivo para Londrina, onde circulou num automóvel blindado da marca BMW:

– O ministro José Dirceu veio a Londrina em 18 de setembro. Era um sábado e durante a semana todo mundo no comitê financeiro reclamava de dificuldades para pagar contas de campanha. Na segunda-feira o comitê tinha R$ 300 mil em caixa. Todo esse dinheiro era em notas de R$ 100 e com lacre do Banco do Brasil. O Dirceu veio em um jatinho particular, chegou às 15h30 e foi embora antes das 17 horas.

Soraya menciona o coordenador da campanha de Micheletti, Augusto Dias Júnior. Ele confirmou, na época, que Dirceu trouxera o dinheiro. Filiada ao PT, Soraya

diz ter decidido denunciar o que viu em razão do desencanto com a forma como o PT fez política em Londrina.

Mais dois envolvidos por Soraya: o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, e a irmã dele, Márcia Lopes, vereadora licenciada do PT em Londrina, nomeada para um alto cargo no governo Lula – secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social:

– Eu nunca vi o Gilberto Carvalho trazer dinheiro pessoalmente a Londrina. Mas todas as vezes que existiam dificuldades de caixa, o Augusto Dias Júnior e o Jacks falavam que era preciso ligar para ele, que ele resolveria. E o dinheiro surgia.

Jacks Aparecido Dias é o presidente do PT de Londrina. Agora, sobre a irmã de Carvalho:

– Tinha também a Márcia Lopes, que era acionada para despesas em eventos. O Jacks e o Augusto me avisavam que eventos no Buffet Carvalho eram problema da Márcia Lopes. Aconteceram vários eventos desse gênero.

Soraya envolve mais dois: o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), e o presidente do PT do Paraná, deputado André Vargas. Ambos participaram de uma reunião para decidir a contratação de cabos eleitorais:

– O Jacks disse que tinha reunido 2 mil pessoas que seriam contratadas por R$ 100 ao dia. O André Vargas perguntou ao Paulo Bernardo se o número de cabos eleitorais estava bom e se havia como pagá-los. O Bernardo falou que estava bom e que existia lastro para isso. Lastro era dinheiro. Além dos três, estavam na reunião o Augusto Dias Júnior, coordenador da campanha, e os candidatos a vereador Gláudio Renato Lima e Eloir Valença. Eu assisti à reunião, estava separando dinheiro para pagar despesas de campanha.

Em depoimento à CPI dos Bingos, Juscelino Dourado, chefe de gabinete do Ministério da Fazenda, refuta acusações do advogado Rogério Buratti. Segundo Buratti, o ministro Antonio Palocci (PT-SP) recebeu propina de R$ 50 mil mensais da empreiteira Leão Leão, quando foi prefeito de Ribeirão Preto (SP).

– Não acredito, conhecendo o ministro Palocci nesses 13 anos de convívio e muito trabalho, que uma situação como essa tenha acontecido. Em nenhuma ação vi o ministro Palocci tirar proveito para si ou para sua atividade política.

– Não acredito, porque em nenhuma atividade, em nenhuma campanha, em nenhuma ação de governo, vi o ministro tratando de assuntos desse nível. Ele nunca teve negócios na sua vida, ele nunca foi uma pessoa apegada a bens.

Da mesma forma que Palocci, porém, Dourado evita um ataque a Buratti, seu padrinho de casamento e amigo, “muito próximo”. Desmente Buratti, mas nega que Buratti tenha mentido:

– Compreendo a situação, foi filmado com uniforme de presidiário, depôs algemado, compreendo seu estado psicológico e moral.

O senador José Jorge (PFL-PE) não se conforma:

– Buratti mentiu?

– Eu não gostaria de fazer um juízo.

Depoimento à CPI dos Correios. É de Enivaldo Quadrado, dono da corretora Bônus-Banval. Conta que atendeu pedidos de Marcos Valério. Mandou um funcionário fazer três retiradas de dinheiro na agência do Banco Rural da avenida Paulista, em São Paulo, num total de R$ 605 mil. Dá como exemplo um dos saques, ocorrido em março de 2004, no valor de R$ 255 mil:

– Não havia saque de cheque. Era só chegar na agência do Rural, procurar o senhor Guanabara na tesouraria, e já estava tudo separadinho. O dinheiro foi entregue integralmente ao Valério.

Segundo Quadrado, Valério pediu indicações de investimentos para fundos de pensão. Na CPI, suspeita-se de que os fundos abasteceram indiretamente o caixa 2 do PT. Faziam aplicações em instituições como o Banco Rural e o BMG, e em troca os bancos autorizavam empréstimos para as empresas de Valério, cientes de que o dinheiro não seria devolvido.

O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) entrega relatório à CPI dos Correios. O documento classifica de “operações atípicas”, com “movimentações incompatíveis” e “sistemáticas contabilizações de prejuízos”, as operações do fundo Geap, ligado a vários Ministérios, e o Portus, o fundo de pensão vinculado a companhias portuárias.

O Geap tem faturamento bruto anual de R$ 1,1 bilhão. Movimentou R$ 55 milhões entre janeiro de 2003 e março de 2005. Teve perdas de R$ 1,3 milhão nas transações. Além disso, efetuou dois saques suspeitos, em dinheiro vivo, nos valores de R$ 201 mil e de R$ 144 mil. O Portus tem faturamento bruto anual de R$ 1 bilhão. Girou R$ 26,5 milhões e acumulou prejuízo de R$ 747 mil.

111 – 1/9/2005 Em sessão conjunta, as CPIs dos Correios e do Mensalão aprovam, por unanimidade, relatório denunciando 18 deputados federais por “um amplo conjunto de crimes políticos”. O documento solicita a abertura de processos de cassação de mandatos contra todos os citados. Os parlamentares fazem parte da lista de beneficiários dos saques das contas de Marcos Valério. Entre os crimes, improbidade administrativa, corrupção ativa e passiva, prevaricação, infração à legislação eleitoral e sonegação fiscal. O relatório vai para o Conselho de Ética da Câmara. Do relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR):

– Não será fácil alguém se contrapor a algo tão evidente, aos fatos documentados. O que fizemos foi reunir provas.

Da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL):

– O que deve ficar claro é que esses 18 são insignificantes perto do número de parlamentares que receberam dinheiro para ser base de bajulação do governo.

Diz o relatório:

“Em 2003, com a posse do novo governo, vivia-se um sonho de um Brasil diferente, com inclusão social, participação popular, boa escola e salário digno. Hoje, ao contrário, percebe-se um sentimento generalizado, misto de decepção e indignação por conta da corrupção política praticada pelos dirigentes de alguns partidos políticos e pelas suspeitas que pairam sobre membros do Congresso.”

O relatório refere-se ao deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ):

“Ninguém melhor do que quem, diuturnamente, compartilhava o exercício do poder, para destrinçar-lhe as entranhas. O parlamentar comandava, através de indicados, cargos nos Correios, IRB, Dnit, Eletronorte, etc.”

“A ninguém convence a versão de que Valério tenha garantido os empréstimos do Banco Rural e do BMG ao PT apenas em nome da amizade com Delúbio Soares. Mais difícil ainda de acreditar é a alegação de que essa amizade justifica os empréstimos para financiar partidos.”

Outro trecho:

“Cabe constatar a migração exagerada em direção a determinados partidos e os métodos de cooptação utilizados. Para explicar esse nebuloso esquema, é perfeitamente plausível a tese de que os empréstimos foram simulados para dar aparência lícita a

dinheiro de origem ilícita, que seria destinado ao bolso de políticos sob o falso argumento de dívidas passadas. O que resta inconteste é o recebimento de dinheiro por parlamentares e dirigentes de partidos da base do governo na Câmara."

Sobre o mensalão:

"O que menos interessa, a esse respeito, é a periodicidade dos pagamentos. O fato importante, do qual não podemos nos afastar, é o recebimento de vantagens indevidas."

O documento menciona as estatais federais. Acusa a "utilização de diretorias como forma de empresas contratadas pela administração pública contribuir para partido, como se isso não fosse adicionado ao custo dos serviços, onerando a população".

Críticas à prática do caixa 2:

"Quem admite o caixa 2 confessa ilícito eleitoral, o que, só por si, é merecedor de severa reprimenda, porque aceita a burla à eleição. Nada mais compromete a democracia que uma eleição viciada. Daí a necessidade de punição."

"Não há legitimidade em mandato financiado com caixa 2. A utilização de meios ilícitos para ganhar eleições, não como instrumento do interesse público, mas particular ou partidário, são condutas que atentam contra o princípio do estado democrático."

Os 18 deputados denunciados: José Dirceu (PT-SP), João Paulo Cunha (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA), João Magno (PT-MG), Josias Gomes (PT-BA), José Janene (PP-PR), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Vadão Gomes (PP-SP), Wanderval Santos (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ), Sandro Mabel (PL-GO), José Borba (PMDB-PR), Roberto Brant (PFL-MG), Romeu Queiroz (PTB-MG) e Roberto Jefferson (PTB-RJ).

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por unanimidade, pedido de cassação de Roberto Jefferson. Ele é acusado de confessar o recebimento de R$ 4 milhões do PT por meio do valerioduto, e de fazer indicações partidárias para obter benefícios financeiros ao PTB. O processo segue para votação final e secreta no plenário da Câmara. Diz o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR):

– Jefferson confessou ter quebrado o decoro parlamentar ao participar, como beneficiário, do mais vergonhoso esquema de submissão do Legislativo ao Executivo.

Do deputado Chico Alencar (PT-RJ):

– Ele não é um paladino da ética, mas um sócio dissidente de um esquema.

Do deputado Josias Quintal (PMDB-RJ):

– Jefferson prestou um serviço ao país e ao parlamento. Ele permitiu desvendar o esquema de corrupção.

Depoimento à CPI dos Bingos. É do médico João Francisco Daniel, irmão do prefeito assassinado de Santo André (SP), Celso Daniel (PT). De acordo com João Francisco, Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Lula, admitiu ter entregado diretamente ao presidente do PT na época, José Dirceu, dinheiro de propina extorquido de empresas que mantinham contratos com a Prefeitura de Santo André. Na ocasião, Carvalho era secretário de Governo naquela cidade da Grande São Paulo. Diz João Francisco:

– Também achei estranho Carvalho me contar isso, mas ele me contou. Contou três vezes. Falou que, com muito medo, pegava seu Corsa preto e ia até São Paulo, entregar o dinheiro para o então deputado José Dirceu.

O irmão do prefeito morto diz que Carvalho confidenciou o esquema no dia da missa de sétimo dia de Daniel, em 26 de janeiro de 2002. Foi durante uma visita à sua casa. Carvalho estava emocionado. Pediu para a informação ser mantida em sigilo.

Cerca de dez dias depois, voltou ao assunto, quando se queixou de Sérgio Gomes da Silva, o Sérgio Sombra, o ex-segurança de Daniel, acusado de ser o mandante da morte.

– O Gilberto disse que o Sérgio era muito violento, que constrangia os empresários colocando um revólver em cima da mesa, quando ia conversar com eles.

Na terceira ocasião, Carvalho disse ter levado R$ 1,2 milhão para Dirceu. O dinheiro teria alimentado as campanhas eleitorais de Marta Suplicy (PT) à Prefeitura de São Paulo, em 2000, e a do próprio Lula, em 2002. Para João Francisco, Daniel sabia do esquema de propina e o autorizava, para dar dinheiro ao PT. Mas resolveu rompê-lo ao descobrir que grande parte dos recursos ficava com Sérgio Sombra, o ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT) e o empresário Ronan Maria Pinto.

– Quando ele ficou sabendo que esse grupo estava enriquecendo de maneira estratosférica, ele realmente tentou brecar aquele tipo de coisa.

Ao morrer, Daniel, além de prefeito, era um dos coordenadores da campanha de Lula a presidente da República. Uma das funções dele era arrecadar recursos para a campanha. João Francisco teve de expor o irmão ao revelar o que sabia ao Ministério Público:

– Não tive saída. Infelizmente, ele montou um caixa 2 em Santo André, para as campanhas do PT.

Cai Juscelino Dourado, o chefe de gabinete do ministro Antonio Palocci (PT-SP). Na carta em que pede demissão, afirma:

"Estou com a consciência tranqüila de que realizei minha missão, de que não fugi do caminho ético que sempre norteou e norteará a minha vida."

Resposta de Palocci, também por carta:

"É com respeito e compreensão que aceito esta sua decisão. Tenho absoluta certeza da seriedade e lisura com que você lidou com os assuntos de sua responsabilidade. Sua atividade pública deve ser motivo de orgulho para você e sua família."

Os principais jornais do país publicam fotografias de Lula ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE). As imagens mostram uma solenidade em Brasília. Lula preside a cerimônia. Aparece condecorando Severino com a Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, a mais alta condecoração do Itamaraty. Os dois estão juntos, mais que nunca, como grandes aliados.

Criticado por defender punição branda aos envolvidos no escândalo do mensalão, Severino passa o dia ao lado de Lula. Além do evento no Itamaraty, está presente em solenidade no Palácio do Planalto e, depois, se reúne com o presidente, em seu gabinete.

O gesto mais importante de Lula para atrair Severino como aliado foi a nomeação de Márcio Fortes, uma indicação do PP, como ministro das Cidades. Para isso demitiu Olívio Dutra (PT-RS), amigo e militante histórico do PT.

112 – 2/9/2005 Com a reportagem de capa "O mensalinho de Severino", a revista Veja denuncia um esquema pelo qual o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), cobrou propina de R$ 10 mil mensais, de março a novembro de 2003, do empresário Sebastião Augusto Buani, concessionário do restaurante Fiorella, instalado no 10º andar do prédio da Câmara.

O repórter Alexandre Oltramari teve acesso ao texto no qual o empresário relata a extorsão. Sebastião Buani afirma que entregava envelopes com o dinheiro exigido

pelo deputado a duas secretárias de Severino, Gabriela Kênia Martins e Rucely Paula Camacho.

Algumas vezes, a propina ia diretamente às mãos de Severino. Um cheque foi descontado pelo motorista do deputado, numa agência do banco Bradesco. A gerente Jane de Albuquerque confirmou a operação bancária.

Em agosto, Buani, em dificuldade, despachou um envelope com apenas R$ 6 mil. A reação:

– Levei uma bronca do deputado por telefone.

A partir de dezembro de 2003, o empresário não conseguiu mais pagar a propina. Em dois meses, perdeu seis das oito concessões de restaurantes e lanchonetes que tinha na Câmara. Veja procurou o presidente da Câmara. Reação de Severino, dando tapas na mesa, ao lado de um advogado, três assessores de imprensa e dois funcionários:

– Isso é uma mentira. Ele é um canalha, safado! Esse homem não merece as calças que veste.

De Veja:

"A defesa de Severino tem muito adjetivo, e pouca substância. O contrato de concessão de Buani para explorar o restaurante encerrou-se em janeiro de 2003, depois da quarta e necessariamente última prorrogação. Buani, no entanto, não foi convidado a se retirar. O deputado Severino mandou que fosse feita uma licitação para escolher o novo concessionário, mas a licitação não se realizou, e ficou tudo por isso mesmo. De tal modo que Buani operou seu restaurante ao longo de todo o ano de 2003 sem nenhum amparo legal."

O esquema teria começado no início de 2002. Buani queria prorrogar a licença de funcionamento para o restaurante. Procurou Severino, na época o primeiro-secretário da Câmara e responsável pela administração da Casa. O empresário foi obrigado a desembolsar R$ 40 mil, dinheiro que foi dividido, segundo ele, entre Severino e o deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE). Obteve a prorrogação. A reportagem afirma:

"É o documento mais escandaloso e comprometedor de toda essa história. Ali, num clandestino ato de ofício, Severino prorroga a licença de Buani até 2005. Severino não tinha poderes para isso e, ao fazê-lo, produziu uma prova cabal das relações promíscuas que manteve com Buani."

Explicação de Severino:

– Eu sou um homem experimentado. Tenho mais de 40 anos de vida pública, mas não tenho a menor lembrança de ter assinado esse documento dando a prorrogação. O que pode ter acontecido é ter juntado esse negócio, ou alguém ter botado no meio dos documentos e eu ter assinado sem ler.

Veja também conta o episódio da nomeação do deputado Augusto Nardes (PP-RS) como ministro do TCU (Tribunal de Contas da União). Aliado de Severino, Nardes é suspeito de crime eleitoral, peculato e concussão.

Quando soube da ficha do protegido do presidente da Câmara, Adylson Motta, o presidente do TCU, pediu a Lula para não sancionar a nomeação, devido à "inobservância do requisito constitucional da reputação ilibada e idoneidade moral".

Mas Lula assinou.

Os caminhos tortos da política. Entrevista coletiva do relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Ele procura justificar o motivo pelo qual entende que Lula vai escapar de um processo de cassação do mandato. Segundo Serraglio, a conclusão das investigações de um eventual processo contra Lula só se daria durante o período da campanha eleitoral de 2006 e, por isso, não faria sentido.

Uma questão de conveniência, portanto. Não importa o grau do descalabro, nem a revelação do maior escândalo de corrupção governamental da história do Brasil. De Serraglio:

– Se o Congresso fosse partir para o julgamento político do presidente, demoraria até quase o tempo das eleições. Então, por que uma ruptura anormal, quando é possível uma alteração normal? Não atropelar o impeachment agora é uma opção política.

No raciocínio de Serraglio, não importa se o presidente cometeu crime de responsabilidade ou não. Da mesma forma, não importa se Lula sabia da farta distribuição de dinheiro feita por Delúbio Soares e Marcos Valério. Não importa tampouco se Lula foi o grande beneficiário da estratégia de pagamento dos mensalões, operada e conduzida por José Dirceu (PT-SP), a partir da Casa Civil.

Para Serraglio, parece questão menor o esquema do mensalão ter proporcionado apoio e maioria no Congresso ao governo Lula. Nada disso importa, apesar de o relator da CPI dos Correios apontar que o “descrédito do presidente” seria suficiente para o Congresso adotar uma conduta “mais drástica”, independentemente de provas:

– Ainda que ele tivesse envolvimento direto, não há clima para o impeachment na opinião pública.

O exemplo de Serraglio: se não for conveniente, não precisa punir. Ou, em outras palavras, o crime compensa.

Pobre Brasil.

Chega ao noticiário o caixa 2 do PT em Rondônia, com a divulgação do teor de uma carta registrada num cartório de Porto Velho, assinada pelos presidentes dos diretórios de São Francisco do Guaporé (RO), João Carlos Teodoro, e de Alvorada do Oeste (RO), Maria Aparecida Félix. O documento revela que a presidente do PT de Rondônia, senadora Fátima Cleide, determinou a assessores do partido que percorressem o Estado durante a campanha eleitoral de 2004, para oferecer de R$ 30 mil a R$ 40 mil por candidato. No total, teriam sido distribuídos R$ 650 mil, dinheiro providenciado pelo tesoureiro Delúbio Soares, para as campanhas de 20 prefeitos.

113 – 3/9/2005 A Folha de S.Paulo publica detalhes da reunião do Campo Majoritário do PT realizada na véspera, em São Paulo. A repórter Catia Seabra obtém informações dos bastidores do encontro. O destaque foi o discurso do deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Ele é um dos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Fez um desabafo “repleto de ameaças veladas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, afirma a reportagem. Reclamou de ingratidão e hipocrisia:

– Quem tomou a decisão de fazer alianças? Foi o Zé Dirceu? Quem exigiu o contrato com Duda Mendonça?

Fica implícito que, para Cunha, Lula é o responsável. A aliança PT-PL, aponta o deputado, foi “quase uma exigência do Lula”. O mensaleiro insistiu, sempre se referindo ao presidente:

– Éramos nós que dizíamos ser amigos do Duda Mendonça? Que freqüentávamos a casa de praia do Duda Mendonça?

Cunha também condenou a cassação de mandatos:

– Ninguém agiu por interesse pessoal. Se houve erro, não adianta crucificar o Zé Dirceu.

115 – 5/9/2005 Lula sai em defesa do deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Pede ajuda ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Quer evitar que

Severino seja obrigado a deixar a presidência da Câmara. Afinal, o deputado pernambucano se revelou um fiel aliado do governo na crise política. O ministro Jaques Wagner (PT-BA), das Relações Institucionais, também recebe orientação do presidente para atuar ao lado de Severino, contra o afastamento pretendido pela oposição. Ao longo do dia, Wagner conversa com dirigentes petistas e integrantes da base aliada do governo. Pede a todos para que não critiquem Severino.

Enquanto Wagner pressiona, circulam em Brasília cópias de um texto escrito por Sebastião Buani, o dono do restaurante Fiorella. Traz o título sugestivo “A história de um mensalinho”. Em duas páginas, a denúncia de que Severino recebeu 13 pacotes de dinheiro em 2003, num total de R$ 84 mil. O presidente da Câmara chegou a ligar até seis vezes num mesmo dia, para cobrar o pagamento da propina de R$ 10 mil mensais que estava atrasado. O dinheiro era uma exigência dele em troca do contrato forjado de concessão, o instrumento que permitiu o funcionamento do Fiorella, outros dois restaurantes e seis lanchonetes nas dependências do Congresso.

O jornal O Estado de S. Paulo publica entrevista com Luciano André Maglia, ex-gerente financeiro da gráfica e editora Villimpress, de Ribeirão Preto (SP). Ele havia denunciado ao Ministério Público, com a identidade guardada sob sigilo, um esquema de pagamento de material de campanha para o PT, feito pela Leão Leão. Como se sabe, a empreiteira era a responsável pela coleta de lixo e por vários contratos de obras e serviços em Ribeirão, na época em que Antonio Palocci (PT-SP) era o prefeito da cidade.

Maglia relata ao repórter Lourival Sant’Anna que, já em 2000, a Villimpress imprimiu cartazes, faixas e santinhos para a campanha de Palocci, então candidato do PT a prefeito. Tudo pago pela Leão Leão. Em 2002, com Palocci prefeito, nova campanha eleitoral. Agora, a Leão Leão manda fazer material eleitoral para deputados estaduais e federais do PT, cuja propaganda traz os nomes dos candidatos a governador e senador do partido, José Genoino e Aloizio Mercadante, além do nome do candidato a presidente, Lula.

O ex-gerente da gráfica fala da emissão de duplicatas simuladas em nome de Juscelino Dourado, na época secretário da Casa Civil de Ribeirão. Envolvido no escândalo, afastou-se da chefia de gabinete do Ministério da Fazenda, um dos mais importantes cargos de assessoria do ministro Palocci. Além de duplicatas simuladas, havia boletos bancários para Dourado e notas fiscais de serviços gráficos encaminhadas à Leão Leão, em valores que chegaram a R$ 50 mil por dia. A complexidade do esquema, segundo Maglia:

– Acho que era para confundir.

116 – 6/9/2005 Em depoimento à Polícia Federal, Izeílton Carvalho de Souza, ex-gerente do restaurante Fiorella, confirma: o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), recebeu propina de R$ 10 mil mensais em 2003, para que as portas do restaurante ficassem abertas. O dinheiro era entregue em envelopes ou em cheques. O pagamento ficou a cargo da diretora do restaurante, Gisele Buani, filha do dono, Sebastião Buani.

A CPI dos Correios conclui a análise dos documentos provenientes da quebra dos sigilos telefônicos de duas estrelas do escândalo do mensalão. Delúbio Soares, o ex-tesoureiro do PT, fez 121 telefonemas para o Palácio do Planalto, sede do governo federal, em 2003 e 2004. Do total, 59 foram para o Ministério da Casa Civil, sob comando de José Dirceu, inclusive para Waldomiro Diniz, no período que antecedeu o

seu afastamento, conseqüência da divulgação de uma gravação em que aparecia pedindo propina.

As empresas de Marcos Valério, por sua vez, fizeram 129 ligações para a presidência da República, no período em que a DNA e a SMPB disputavam as licitações pertinentes aos contratos publicitários com o Banco do Brasil, no valor de R$ 111 milhões, e com os Correios, no total de R$ 23 milhões. Foi entre agosto e dezembro de 2003. Do total de 268 chamadas das empresas de Valério sob suspeita, a grande maioria foi para a Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República, sob comando do ministro Luiz Gushiken. O mesmo Gushiken que sempre negou qualquer interferência em contratos de publicidade de estatais.

Em depoimento à Polícia Federal, Marcos Valério reafirma ter repassado R$ 15,5 milhões para Duda Mendonça, o marqueteiro de Lula, atendendo a pedido de Delúbio Soares. Mas nega ter depositado o dinheiro no exterior e refuta a acusação de que orientou Duda a abrir conta fora do país, como condição para receber o pagamento por serviços prestados ao PT.

Segundo Valério, o dinheiro fazia parte do caixa 2 do PT e as parcelas eram sacadas por Zilmar Fernandes Silveira, sócia de Duda, em agência do Banco Rural, em São Paulo. Ela teria sido assaltada e, a partir daí, solicitou que os cheques fossem entregues ao doleiro Jader Kalid, em Belo Horizonte. Diz Valério:

– Zilmar falou que Jader seria seu consultor financeiro e ficaria encarregado de descontar os cheques emitidos para pagar Duda.

Explicação de Valério:

– A Zilmar afirmou que não poderia contabilizar os recebimentos, motivo pelo qual solicitou que os cheques fossem nominais à SMPB.

No depoimento, Valério cita o deputado José Janene (PP-PR), integrante da base aliada do governo Lula e suspeito de ser um dos operadores do mensalão. Segundo Valério, Janene foi o responsável pela indicação da corretora Bônus-Banval para intermediar o pagamento do dinheiro. Por intermédio da corretora, R$ 10 milhões foram repassados para PP, PL e PT, da seguinte forma: R$ 900 mil para o PL, R$ 1,2 milhão para o PP e R$ 7,9 milhões para o PT.

Em depoimento considerado inconsistente pela Polícia Federal, o deputado José Mentor (PT-SP) tenta justificar o recebimento de R$ 120 mil de Marcos Valério. Alega que o dinheiro foi um pagamento por "estudos jurídicos" feitos por seu escritório de advocacia, a pedido de empresas de Valério. Mentor não apresenta documentos. Diz que o contrato foi verbal e que os tais estudos jurídicos não podem ser revelados, "por questões de sigilo profissional". A suspeita: Mentor recebeu propina para favorecer o Banco Rural, ligado a Valério, durante a CPI do Banestado.

O secretário de finanças do PT de Minas Gerais, Carlos Magno Ribeiro Costa, admite em reunião do partido que sacou dinheiro de conta bancária da SMPB, em 2004. De acordo com informações de Marcos Valério, o PT mineiro recebeu R$ 774 mil do valerioduto. A lista de Valério aponta como beneficiário Rodrigo Barroso Fernandes, tesoureiro da campanha à reeleição do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (PT). O prefeito e o tesoureiro continuam negando o uso de dinheiro de caixa 2.

117 – 7/9/2005 A ONU (Organização das Nações Unidas) divulga, em Nova York, o Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano de 2005. O Brasil, uma das 15 maiores economias do mundo, ocupa o 63° lugar entre 177 países. O IDH (Índice de

Desenvolvimento Humano) é calculado por meio de medições que levam em conta expectativa de vida, taxas de alfabetização, taxas de matrículas escolares e renda per capita.

A situação do Brasil é desconfortável. Só em cinco países os 10% mais pobres da população ficam com uma parcela da renda menor que a dos brasileiros mais pobres: Venezuela, Paraguai, Serra Leoa, Lesoto e Namíbia. Pior: para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, responsável pela elaboração do relatório, em nenhum país do mundo a desigualdade de renda é tão intensa quanto no Brasil. Aqui, os 10% mais ricos ficam com 46,9% da riqueza, enquanto os 5% mais pobres amargam 0,7% da renda.

Em Brasília, Lula faz pronunciamento oficial em cadeia de rádio e televisão, para comemorar o Dia da Independência. Em seu discurso afirma que, 32 meses depois de assumir o cargo de presidente, "cada um de vocês é testemunha. Vencemos a crise econômica, recolocamos o país nos trilhos. Juntos, governo e povo, fizemos o Brasil voltar a crescer de modo sustentado". Lula elogia a distribuição de renda e os programas sociais inovadores, pelos quais "passamos a enxergar e a cuidar dos pobres deste país". E mais:

– Os resultados estão aí, à vista de todos. A economia cresce, a indústria cresce, o comércio cresce, as exportações crescem, o emprego cresce, o salário cresce, cresce a transferência de renda para os pobres, a inflação cai, o custo da cesta básica também cai.

De volta a Nova York, o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), presidente da Câmara, em viagem oficial para representar o Brasil em evento da União Interparlamentar. Ele está transtornado. Nas entrevistas concedidas, dá versões divergentes para tentar explicar o caso do mensalinho. Na primeira manifestação, pela manhã, nega a existência da propina. Mas faz uma ressalva:

– Eu não assinei esse contrato. E, se assinei, é um contrato normal, que deve estar junto com toda a documentação.

Minutos depois, se diz reticente:

– Tenho de ver o original. O ônus da prova cabe a quem denuncia.

No período da tarde, Severino volta a ser questionado. E volta a dizer que o contrato não existiu.

– Aquele documento não existe. Mas, se existe, é uma falsidade. Documento como aquele eu não assinei. Só pode ser um documento falso.

118 – 8/9/2005 O governo Lula trabalha com a expectativa de reverter a situação e preservar o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE). O ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, emite nota endereçada ao Painel do Leitor do jornal Folha de S.Paulo, para negar a interferência do governo na crise do mensalinho. O texto é assinado pela assessora Sonia Carneiro:

"O ministro considera que as referidas denúncias não podem ser utilizadas como elemento de prejulgamento contra o deputado até que sejam prontamente apuradas. A pedido do próprio deputado Severino Cavalcanti, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acionou a Polícia Federal para investigar as supostas denúncias e contribuir para a elucidação do caso."

O empresário Sebastião Buani concede entrevista coletiva. Ao lado de 50 funcionários e da mulher, Diana, conta os detalhes do escândalo. Informa que entregou

R$ 110 mil de propina a Severino Cavalcanti, em 2002 e 2003, em troca da autorização para operar restaurantes e lanchonetes na Câmara dos Deputados.

Tudo começou ao pedir ajuda ao deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), para prorrogar um contrato de funcionamento do restaurante Fiorella. Na época, Severino era o primeiro-secretário da Câmara. A conversa ocorreu nos corredores do Congresso, em 2002:

– Comentei com ele: "Estou com um pedido lá na mesa do primeiro-secretário e o senhor, que é amigo dele, poderia ver se pode dar uma decisão final, ou pode ou não pode, ou é lei ou não é". Pouco tempo depois, recebi um telefonema para comparecer ao gabinete de apoio do primeiro-secretário. Na conversa, o primeiro-secretário me disse: "Você sabe, eu sou um homem que não tenho empresas, e neste ano de eleição a gente precisa de uma ajuda".

Severino pediu R$ 60 mil para renovar o contrato. Buani recusou. Severino propôs R$ 50 mil. Nova recusa e o valor acabou fixado em R$ 40 mil, metade para ele e metade para Patriota. O dinheiro foi pago, o empresário recebeu em abril um termo prorrogando a concessão por cinco anos, assinado por Severino.

Em outubro de 2002, porém, surgiu um problema. Buani recebeu uma carta da direção da Câmara, perguntando se ele tinha interesse em renovar a concessão, em caráter de emergência, por mais um ano. O empresário se sentiu enganado por Severino. Concluiu que o documento assinado pelo deputado, colocado dentro de um processo administrativo, não tinha validade. Diz Buani:

– Esse documento foi colocado dentro do processo e foi me dada uma cópia do processo com essa via dentro. Não existe isso de "não vi o documento", "não existe documento". Mas quando a gente abriu o processo, no lugar daquele papel prorrogando o contrato, havia outro do próprio Severino, dizendo que indeferia o processo por isso e aquilo. Pensei, então, "não estou acreditando", "fui enganado de uma forma... como eu caí numa dessa?" Dinheiro ganho suado, com tanta dificuldade por aquele documento que não valeu nada?

Inconformado, o empresário procurou Severino para reclamar. Recebeu garantias de que não havia problemas:

– Fui direto ao Severino e ele me disse: "Não se preocupe, enquanto eu estiver na Mesa Diretora você estará na Casa".

Buani achou que estava tudo resolvido. Em janeiro de 2003, no entanto, Severino o procurou novamente para dizer que seria assinado um contrato emergencial, com a prorrogação por um ano do contrato. De fato, a prorrogação de cinco anos, assinada anteriormente pelo deputado, não valia nada. Severino disse:

– Quero que você ganhe muito dinheiro, porque você merece.

Foi aí que surgiu o acerto do mensalinho. Buani já havia recebido autorização para aumentar em quase 40% o valor das refeições. Severino pediu R$ 20 mil mensais para prorrogar o contrato. O empresário reclamou. A conversa demorou quatro horas:

– Ele bateu o pé, mas depois de muita negociação ficou por R$ 10 mil.

O mensalinho foi pago de fevereiro a agosto de 2003.

– O dinheiro foi entregue em envelopes pardos, nós saíamos pelos corredores com o dinheiro nas mãos, eu e ele andando pelos corredores.

Buani diz que resolveu interromper o pagamento da propina atendendo pedido da filha, Gisele, diretora financeira da empresa.

– Um dia minha filha me viu contando dinheiro numa quarta-feira para pagar a propina e disse: "Pai, sai dessa vida porque a gente não precisa disso. O senhor está deixando de pagar funcionários que moram longe e ganham pouco para pagar propina".

Suspenso o mensalinho, vieram os problemas. Buani foi perdendo, uma a uma, as concessões para operar restaurantes e lanchonetes na Câmara. Só restou o restaurante Fiorella, agora com os dias contados.

Ainda em Nova York, Severino Cavalcanti reage à entrevista de Buani:
– É mentira, é mentira, é mentira.

Anunciada a demissão de Maurício Marinho, alto funcionário dos Correios, pivô do escândalo do mensalão. Mas o homem que foi filmado ao receber propina de R$ 3 mil continuará recebendo o salário, de R$ 10 mil mensais. Isso enquanto estiver em vigor uma licença médica solicitada por ele, cuja prorrogação pode se estender por até nove meses.

O senador Cristovam Buarque (DF) formaliza sua saída do PT. Ele vai para o PDT.

119 – 9/9/2005 Após a constatação de diversas irregularidades por parte do Ministério Público, o governador do Acre, Jorge Viana (PT), decide suspender contrato de publicidade com a empresa Asa Comunicações, de Belo Horizonte. O contrato foi reajustado desde 2001 por 15 aditivos. O valor inicial, de R$ 4 milhões, chegou aos R$ 29,4 milhões, em 2005. Viana recusou-se a mostrar à Folha de S.Paulo os aditivos dos contratos, publicados no Diário Oficial do Acre com meses de atraso, contrariando os prazos legais.

O juiz Jurandyr Reis Júnior, da 41ª Vara Eleitoral de Londrina (PR), determina, em caráter liminar, a suspensão de repasses do fundo partidário para o PT daquela cidade paranaense. Ele acatou pedido do Ministério Público, que apresentou farta documentação sobre a existência de caixa 2 da campanha de reeleição do prefeito Nedson Micheletti (PT).

120 – 10/9/2005 A revista Isto É denuncia que parte do dinheiro pago pelo PT ao publicitário Duda Mendonça veio de recursos públicos da Prefeitura de Belo Horizonte. Duda trabalhou na campanha de reeleição do prefeito Fernando Pimentel (PT), em 2004. De acordo com o repórter Amaury Ribeiro Jr., convênio no valor de R$ 14 milhões foi assinado entre a administração municipal e o CDL (Clube dos Diretores Lojistas de Belo Horizonte), para comprar e instalar cerca de 300 câmeras de segurança e filmar as ruas centrais da capital mineira.

O convênio recebeu a chancela do prefeito Pimentel e do empresário Glauco Diniz Duarte, diretor do CDL e dono da GD International, empresa que teria transferido o equivalente a R$ 2 milhões do acordo com a Prefeitura para uma conta do banco BAC Flórida. De lá, teria enviado o montante para a conta Dusseldorf de Duda, no BankBoston das Bahamas. O Ministério Público investiga o convênio por suspeita de fraude, contrabando, superfaturamento e participação de empresas fantasmas.

121 – 11/9/2005 O ministro Jaques Wagner (PT-BA), das Relações Institucionais, reúne-se reservadamente com o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). O encontro ocorre na casa de Severino, antes de uma entrevista concedida pelo presidente da Câmara. Durante o encontro, Wagner pede-lhe que tenha cautela nas declarações aos jornalistas. Quer evitar desmentidos posteriores. Palavras de Wagner, segundo a assessoria:

– O governo decidiu que não vai fazer prejulgamento e vai esperar a apuração da denúncia.

Trecho da entrevista de Severino:

– O governo tem certeza absoluta de que não estou dentro desse enlameado que tentaram lançar em meu nome.

Reação do empresário Sebastião Buani, ao dizer que até pouco tempo atrás era bem-vindo no gabinete de Severino:

– Ele não falou da ligação que tinha comigo, por que ia lá no restaurante, o tanto que me ligava. Se quebrarem o sigilo telefônico, vão estranhar por que um primeiro-secretário liga tanto para um concessionário.

A CPI dos Correios divulga levantamento parcial obtido com a quebra de sigilos telefônicos no período de 2003 a 2005. Os dados apontam que três deputados envolvidos no escândalo do mensalão trocaram ligações telefônicas com a SMPB, a agência de publicidade de Marcos Valério usada para repassar dinheiro de caixa 2.

São eles: Professor Luizinho (PT-SP), com 13 telefonemas, inclusive no dia 23 de dezembro de 2003, data da ocorrência de um saque de R$ 20 mil em nome dele, na agência da avenida Paulista do Banco Rural, em São Paulo. Sandro Mabel (PL-GO), com nove ligações. Ele é acusado de ter oferecido dinheiro para a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) mudar de partido. E José Janene (PP-PR), que usou o próprio telefone celular para conversar com Valério.

O jornal O Estado de S. Paulo noticia que o PT usou dinheiro do fundo partidário, originário de recursos públicos, para pagar irregularmente passagens aéreas para filhos, noras, genro e neta do presidente Lula, e para a mulher e a filha do ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP). Quase todas as viagens, no final de 2002, foram no eixo São Paulo-Brasília.

Beneficiados: Marcos Cláudio, filho de Lula, e a nora do presidente, Carla Adriane. Luiz Cláudio, filho de Lula, e a namorada, Talita. Sandro, filho de Lula, e a namorada, Marlene Araújo. E Lurian Cordeiro, filha de Lula, que viajou desde Florianópolis, acompanhada do marido, Marcelo Sato, e da filha, Maria Beatriz, neta de Lula. Já Palocci usou a mordomia para as passagens áreas da mulher, Margareth, e da filha, Carolina, e ainda se serviu da grana para pagar o hotel no qual Carolina se hospedou.

Reação do corregedor-geral da Justiça, ministro Humberto Gomes de Barros:

– A coisa é tão insólita. É uma apropriação indébita, desvio de dinheiro público. É uma coisa muito séria.

Com o caso nos jornais, Palocci manda a assessoria emitir nota, para negar conhecimento "pleno" dos pagamentos. Só parcial, portanto. E diz que "considera" restituir "eventuais pagamentos", "que possam ter qualquer dúvida de correção".

O PT também usou o fundo partidário para pagar R$ 22,8 mil de passagens aéreas para a China, em benefício de Rioco Kayano, mulher do então presidente do partido, José Genoino (PT-SP). Passagens a Paris de primeira classe foram pagas a Luis Favre, marido de Marta Suplicy (PT-SP), no valor de R$ 17.700,00. Quem também embarcou para a capital francesa foi o prefeito de Guarulhos (SP), Elói Pietá (PT), que ainda foi a Barcelona.

Marta Suplicy, por sua vez, gastou R$ 27 mil com o aluguel de um jatinho para deslocamentos entre São Paulo, Florianópolis e Brasília. Quem viajou com dinheiro do fundo partidário, ainda, foi José Adalberto Vieira da Silva, o assessor do deputado José

Nobre Guimarães (PT-CE) e um dos ícones do escândalo do mensalão, preso com R$ 200 mil numa maleta e US$ 100 mil na cueca.

Salta aos olhos, ainda, o uso que o PT fez do fundo partidário para pagar R$ 188 mil ao Hotel Transamérica, em São Paulo, em maio de 2004. Foram R$ 102 mil pelo uso de salas do hotel, e R$ 84 mil para o pagamento de "banquetes". O restante vem de taxas.

122 – 12/9/2005 Renuncia o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ). Ele abre mão do mandato para evitar um processo de cassação e a eventual inelegibilidade. É acusado de ter recebido R$ 400 mil do valerioduto. Nega. Diz ter sacado R$ 250 mil, e apenas para quitar dívidas referentes ao segundo turno da campanha que elegeu Lula em 2002. Na época, Rodrigues era o presidente do PL no Rio. Do agora ex-deputado Rodrigues, referindo-se ao presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto (SP), que também renunciou:

– Fui chamado pelo Valdemar para que apoiasse o presidente Lula. Apoiei, fiz dívida do partido, e o Valdemar mandou que eu recebesse o dinheiro em dezembro de 2003.

O empresário Sebastião Buani entrega à Polícia Federal extrato de sua conta bancária. Mostra um saque de R$ 40 mil, efetuado em 4 de abril de 2002. O dinheiro teria sido usado para pagar propina ao deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). A retirada foi no mesmo dia em que Severino assinou um documento com autorização para o funcionamento do restaurante Fiorella.

Em depoimento à Polícia Federal, três empregados do Fiorella confirmam que levaram dinheiro para secretárias de Severino, a pedido de Buani. O maître José Ribamar da Silva fez duas entregas. Ele cita a filha do empresário, Gisele Buani:

– Levei pacotes com dinheiro para a secretária. Não sabia quanto tinha, porque estava lacrado, mas a Gisele pedia para ter cuidado porque continha dinheiro.

O garçom Hélio Antônio da Silva levou três encomendas:

– Não posso dizer que era para Severino, mas a recomendação foi que eu entregasse na primeira-secretaria.

O garçom Rosenildo Francisco Soares fez o serviço uma vez:

– Sabia que era dinheiro, mas para que, eu não sabia.

Depois de almoçar com Lula, o ministro Jaques Wagner (PT-BA), das Relações Institucionais, toma cuidado para não dar declarações que possam ser interpretadas como uma defesa do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE). O ministro desmente boatos de que o governo vai pedir ao PT e ao aliado PSB para não assinarem representação contra Severino:

– Não vou pedir. A decisão cabe a cada presidente de partido.

No período da tarde, porém, o líder do PT, deputado Henrique Fontana (RS), que já anunciara a decisão de assinar a representação contra Severino, tem encontro com Wagner e o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Fontana volta atrás. Diz o ministro Wagner:

– Prevaleceu o bom senso.

O deputado José Janene (PP-PR) não usa meias palavras:

– Severino tem o apoio integral, solidário e irrestrito de toda a bancada do PP.

123 – 13/9/2005 O Conselho de Ética da Câmara formaliza pedido de abertura de processo contra o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Assinam o documento

PSDB, PFL, PV, PDT e PPS. A lista das sete irregularidades cometidas por Severino: assinatura de documento sem validade em benefício do restaurante Fiorella; recebimento de mensalinhos; concussão contra o empresário Sebastião Buani; ameaças de retaliação a parlamentares que defenderam o seu afastamento; defesa de penas brandas para envolvidos no escândalo do mensalão; defesa de financiamento irregular pelo PP; e tentativa de segurar processos de cassação de deputados mensaleiros. O documento afirma:

"O representado, deputado Severino Cavalcanti, vem exercendo o mandato de presidente com nítido grau de parcialidade, o que configura comportamento incompatível com o decoro parlamentar, por abuso de prerrogativas inerentes à sua condição."

O publicitário Duda Mendonça anuncia o pagamento de R$ 4,3 milhões para regularizar a situação dele junto à Receita Federal. A quantia é o total de tributos sonegados pela Dusseldorf, a empresa offshore aberta por Duda no paraíso fiscal das Bahamas. Com o envio da declaração retificadora do Imposto de Renda, o publicitário pretende impedir uma condenação por crime de sonegação fiscal.

O Jornal Nacional, da TV Globo, leva ao ar denúncia sobre o envolvimento da seguradora Interbrazil com o esquema de caixa 2 do PT. A empresa teria feito contribuições não registradas para a campanha de reeleição de Pedro Wilson (PT-GO) à Prefeitura de Goiânia, em 2004. Entre os clientes da Interbrazil, estatais importantes como a Companhia Energética do Paraná, Companhia Energética de Goiás e as usinas nucleares de Angra 1 e 2. O esquema envolveria o ex-secretário de Finanças da Prefeitura de Goiânia e atual diretor de Engenharia e Planejamento da Eletronorte, Adhemar Palocci. Ele é irmão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT-SP), e teria administrado o caixa 2 do PT em Goiás desde a eleição de 2002.

124 – 14/9/2005 A Câmara dos Deputados cassa Roberto Jefferson (PTB-RJ). A interrupção do mandato do deputado autor da denuncia do mensalão é endossada por 313 parlamentares. Outros 156 votam contra. Há ainda 13 abstenções, cinco votos em branco e dois nulos. O petebista fica inelegível até 2015. Em discurso de 42 minutos, Jefferson acusa Lula de relapso. "Se ele não praticou o crime por ação, pelo menos por omissão". Jefferson não aceita a acusação de que não tomou providências, assim que soube do esquema de pagamento da propina a deputados:

– Fiz uma peregrinação. Ao José Dirceu, como ministro-chefe da Casa Civil, falei isso umas dez vezes. Falei ao Ciro. Depois nós descobrimos que o Márcio, secretário-executivo do Ministério, tinha recebido do Marcos Valério R$ 500 mil para saldar contas de campanha. Mas falei ao Ciro, com lealdade. Ele disse: "Eu não acredito nisso". Falei ao ministro Miro Teixeira. Falei com o presidente.

Com a língua afiada, sua melhor característica, Jefferson ataca:

– Tirei a roupa do rei, mostrei ao Brasil quem são esses fariseus, mostrei ao Brasil o que é o governo Lula.

– Rufiões da pátria, proxenetas do parlamento. Este é o governo mais corrupto que testemunhei nos meus 23 anos de mandato, o mais escandaloso processo de aluguel de parlamentar.

– Meu conceito do presidente é que ele é malandro, preguiçoso. O negócio dele é passear de avião. Governar que é bom, ele não gosta.

Jefferson não perdoa o ex-ministro José Dirceu (PT-SP):

– O PT não tem projeto de governo. Eu quero dizer o PT, esse Campo Majoritário e essa cúpula que assaltou o Brasil. Rato magro, hem? Quem nunca comeu mel quando come se lambuza. Rato magro. PC Farias é aprendiz de feiticeiro ante essa gente que assaltou o Brasil. Rato magro. Mas eu nunca bati no peito para dizer que eu sou o paladino da ética e o campeão olímpico da moralidade. Todo fariseu e farsante emprega culpa ao adversário como se fosse um biombo para esconder os seus defeitos.

– O presidente escolheu o ministro José Dirceu como uma espécie de Jeany Mary Corner, o rufião do Planalto, para alugar prostitutas, algo que ele entendia poder fazer na Câmara dos Deputados. Tratou esta Casa como se fôssemos um prostíbulo.

O empresário Sebastião Buani apresenta prova contra o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Entrega à Polícia Federal cópia de um cheque de R$ 7.500,00, em nome de Gabriela Kênia Martins, secretária de Severino. O dinheiro foi sacado em 30 de julho de 2002 e é indício forte da extorsão, um crime de concussão, praticado pelo deputado. Diz Buani:

– Este cheque foi entregue ao deputado no restaurante. Ele ia quase diariamente almoçar e ali dava o aperto. "Não esquece que hoje nós temos uns compromissos, não vai me deixar na mão". Ele sempre dava um toque. Não deixa de ser um arrocho.

Naquele mês, período de férias no Congresso, o empresário havia alegado dificuldades para repassar o combinado a Severino, em razão do baixo movimento no restaurante. Mas o deputado não quis nem saber. Falou da seguinte forma, segundo Buani:

– Você tira da sua conta na Suíça.

Na Polícia Federal, a secretária Gabriela Kênia Martins confirma o saque de R$ 7.500,00. E, como última tentativa de livrar Severino, apresenta a versão de que o dinheiro foi uma doação de Buani ao filho do deputado, Severino Cavalcanti Ferreira Júnior, morto em acidente de trânsito. Naquele ano, ele disputou uma vaga de deputado na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Buani nega.

Na hoste do PT, o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), fala da situação de Severino:

– Houve aquecimento da temperatura política e a situação dele piorou. Quanto a ser insustentável, é preciso enfatizar que temos de seguir todos os caminhos legais.

E acrescenta:

– Severino não aceita a hipótese de não trabalhar para esclarecer a verdade.

A verdade, do mesmo dia 30 de julho de 2002: a secretária Gabriela Kênia Martins transferiu R$ 6.800,00 para a conta de Severino, após fazer a retirada dos R$ 7.500,00. Severino pegou o dinheiro de Buani.

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, concede liminar e impede o Conselho de Ética da Câmara de abrir processos contra seis deputados do PT, todos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Argumenta que os parlamentares não tiveram direito a defesa prévia. Na prática, a decisão dá mais tempo para os deputados renunciarem aos mandatos, a fim de preservar os direitos políticos. Os beneficiados: Paulo Rocha (PA), Josias Gomes (BA), João Magno (MG), João Paulo Cunha (SP), Professor Luizinho (SP) e José Mentor (SP).

A boa notícia se espalha e, sem perder tempo, outros deputados mensaleiros também entram com o mesmo mandado no STF. São eles: José Dirceu (PT-SP), José Janene (PP-PR), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Vadão Gomes (PP-SP), José Borba (PMDB-PR) e Wanderval Santos (PL-SP).

Com base na liminar do STF, a Mesa Diretora da Câmara decide dar mais tempo para a defesa dos deputados acusados. Adia por cinco sessões a abertura dos processos de cassação.

Em depoimento à CPI do Mensalão, o presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), afirma que o chefe de gabinete da liderança do partido, João Cláudio Genu, só sacou R$ 700 mil das contas de Marcos Valério. Segundo Valério, Genu recebeu R$ 4,1 milhões, entre setembro de 2003 e julho de 2004. Diz Corrêa:

– Nenhum outro saque feito por Genu nas agências do Banco Rural era do conhecimento do partido, nem foi autorizado pelo partido. Se houve saque, o dinheiro foi para pessoas que eu não conheço.

O dinheiro, pelo jeito, sumiu. Agora, a explicação de Corrêa para os R$ 700 mil:

– O Genu foi duas vezes ao Banco Rural sacar dinheiro para pagar os serviços do advogado Paulo Goyaz, que defendeu o deputado Ronivon Santiago em 36 ações.

Ronivon Santiago é do PP do Acre. Corrêa informa que o dinheiro não teve registro nas contas do partido. Nem quitou dívidas de campanha eleitoral, como se vê..

– Não foi contabilizado porque o PT até hoje não esclareceu quem era o doador.

125 – 15 /9/2005 O Ministério Público divulga os depoimentos de duas testemunhas sigilosas do caso Santo André. Uma empregada doméstica que trabalhou no apartamento de Celso Daniel (PT) afirmou que, oito meses antes do assassinato do prefeito, encontrou três sacos plásticos de supermercado num canto da lavanderia, abarrotados de maços de dinheiro presos por elásticos, em notas de R$ 10, R$ 50 e R$ 100. Os sacos estavam sob um lençol branco. Alguns dias depois, tudo foi retirado de lá.

O outro depoimento é de um garçom do restaurante Baby Beef de Santo André (SP), freqüentado por Daniel e por três suspeitos de participação no esquema de arrecadação de propina na cidade. São eles: o ex-segurança de Daniel, Sérgio Gomes da Silva, o Sérgio Sombra; o empresário Ronan Maria Pinto; e o ex-secretário de Serviços Municipais e ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT).

Os quatro tinham o costume de sentar na mesma mesa do restaurante. O garçom viu Ronan, empresário do setor de transportes e de coleta de lixo, tirar um maço de dinheiro da bolsa e entregá-lo a Klinger. O então vereador procurou ocultá-lo, deixando-o sob um guardanapo. Em outra ocasião, o garçom reparou que uma funcionária de Ronan chegara ao restaurante trazendo uma sacola grande de papel para o chefe, repleta de dinheiro.

Declaração do promotor Roberto Wider Filho:

– Esses depoimentos mostram que Celso Daniel realmente tinha envolvimento com o esquema de corrupção. A presença de notas de R$ 10 é um indicativo de que os recursos podem ter origem no esquema de caixinha dos ônibus.

Para o Ministério Público, o esquema de corrupção em Santo André começou a implodir quando Daniel descobriu que a propina não vinha irrigando as campanhas eleitorais do PT da forma como ele queria, mas estava morrendo nas mãos de Sombra, Ronan e Klinger. O prefeito teria então trabalhado na preparação de um dossiê sobre as atividades dos três parceiros, para neutralizá-los. Eles, ao tomarem conhecimento dos planos de Daniel, teriam decidido fazer o seqüestro para obter documentos e informações. Em seguida, o mataram. Do promotor Wider Filho:

– Ele foi eliminado porque se opôs ao esquema ao verificar que o dinheiro estava sendo direcionado para os integrantes da quadrilha, e não mais para as campanhas eleitorais de seu partido.

Relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) entregue à CPI dos Correios aponta “irregularidades graves” em 15 de 54 contratos examinados dos Correios. A auditoria encontrou indícios de favorecimentos à empresa Novadata, do empresário Mauro Dutra, o Maurinho, amigo do presidente Lula, no valor de R$ 3,4 milhões. O consórcio Alpha, do qual a Novadata também faz parte, teria sido beneficiado irregularmente em R$ 5,5 milhões.

Há indícios de superfaturamento de R$ 53 milhões no contrato com a Skymaster, responsável pelo transporte de cargas para os Correios, e de irregularidades na compra de 1.500 cofres da empresa Conan, com pagamento indevido de R$ 4,8 milhões.

A SMPB, agência de publicidade de Marcos Valério, foi apontada como tendo cometido sete infrações. Entre elas, o recebimento de comissões sem a prestação de serviços, o superfaturamento na aquisição de bens e prestação de serviços e subcontratações sem justificativas contratuais.

126 – 16/9/2005 Depoimento em juízo. Um dos homens presos pelo assassinato de Celso Daniel (PT), prefeito de Santo André (SP), afirma que o ex-segurança e empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sérgio Sombra, prometeu R$ 1 milhão pelo crime. Relata que no dia do seqüestro, em 18 de janeiro de 2002, a quadrilha recebeu ligação de Sombra, conforme o que fora acertado, com o aviso de que ele e o prefeito haviam saído do restaurante onde tinham jantado.

O autor do depoimento, cuja identidade é mantida em sigilo, diz que Sombra “facilitou” a ação dos seqüestradores. “Fizemos o que já tinha sido combinado antes, fechar com a Blazer, atirar nos pneus e nos vidros, para Sombra destravar as portas do carro”.

O objetivo do seqüestro era “arrancar” do prefeito documentos que interessavam a Sombra. Os papéis teriam sido obtidos. O corpo de Daniel foi encontrado dois dias depois, com marcas de tiro e sinais de tortura, numa estrada de terra em Juquitiba (SP). O preso escreveu uma carta endereçada a Sombra, em 12 de agosto de 2005:

“Você nos contratou para pegar o prefeito Celso Daniel, para arrancar os documentos que estavam com ele e, depois, eliminar o mesmo. Nós fizemos o que você mandou no dia certo. Já se passaram muitos anos depois do acontecido e você sequer nos procurou. Nós não iremos segurar tudo isso para você.”

Em depoimentos à Polícia Federal, a irmã do advogado Rogério Buratti, Rosângela, e a ex-mulher dele, Elza Gonçalves, afirmam que o então prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antonio Palocci (PT), participou de três churrascos na casa de Buratti, em 2002. Naquele ano, Buratti era o vice-presidente da empreiteira Leão Leão, que mantinha contratos de coleta de lixo e de construção civil com a Prefeitura de Ribeirão. Em depoimento, Buratti afirmou que a Leão Leão pagou propina de R$ 50 mil mensais ao prefeito Palocci, em 2001 e 2002.

A Polícia Federal também ouviu Elisa Sueli Ribas Santos, a viúva de Ralf Barquete. Ele era o secretário da Fazenda da Prefeitura de Ribeirão, na época em que Buratti era o vice-presidente da Leão Leão. E, segundo Buratti, Barquete tinha a atribuição de levar os R$ 50 mil mensais destinados a Palocci, um dinheiro que teria sido repassado ao PT. A viúva informa que Barquete também participou de um dos churrascos na casa de Buratti, junto com o Palocci.

127 – 17/9/2005 A revista Isto É publica a história do super-mensalão de R$ 7,7 milhões do deputado José Janene (PR), líder do PP e um dos expoentes da base aliada do governo Lula. Janene teria recebido o “mensalaço” em parceria com o então prefeito

de Londrina (PR), Antônio Belinati. Ele foi cassado e preso em 2002. O esquema envolveria a Companhia Municipal de Urbanização e, por meio de 11 processos e 23 cartas-convites, teriam sido desviados os R$ 7,7 milhões em obras e serviços fictícios.

128 – 18/9/2005 O PT realiza eleições internas para escolher a nova direção do partido. O ex-presidente interino, Tarso Genro (RS), não aceitou ser o candidato. Ele se manifestou contrário à permanência do deputado José Dirceu (SP) na chapa do Campo Majoritário, corrente política que abriga, entre outros, Lula, o ex-presidente do PT, José Genoino (SP), e o ex-tesoureiro Delúbio Soares. O novo presidente da legenda, eleito em segundo turno, é o ex-ministro Ricardo Berzoini (SP), do Campo Majoritário. Para ele, "não há divisão, o Campo Majoritário tem uma posição unitária".

O deputado André Costa (PT-RJ) formaliza o seu desligamento do partido. Vai para o PDT. Justifica a sua saída:

– O desfazimento ético e moral do partido foi definitivo para a minha saída, mas o principal problema foi a perda do ímpeto transformador. O governo Lula não deu uma pista para uma mudança. Poderia ir tocando o barco na economia no primeiro ano, mas sinalizando para um projeto de desenvolvimento nacional. Está provado que esse projeto não existe. Não passou de retórica de palanque.

129 – 19/9/2005 Lula reúne-se a portas fechadas com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE). O encontro leva uma hora. O Palácio do Planalto não permite que a reunião seja fotografada. Severino entrou pela garagem, para evitar ser visto em público. Do que transpira do encontro, Severino recebeu garantias do presidente de que o ministro das Cidades, Márcio Fortes, será mantido no cargo. Fortes foi uma indicação de Severino.

O presidente da Câmara vai renunciar. Da mesma forma que o ministro Fortes, José Maurício Valadão Cavalcanti, filho de Severino, permanecerá no posto de superintendente federal de Agricultura em Pernambuco. Continuarão empregados em cargos de confiança na Câmara, ainda, os seguintes parentes de Severino: Olga Maria, nora; Catharina, filha; Marlene Cavalcanti, irmã; e Rafaella, neta. Todas com vencimentos de R$ 1.600,00 a R$ 7.500,00.

O TCU (Tribunal de Contas da União) divulga resultado de auditoria que apontou indícios de lucros excessivos por parte da GDK, a empresa contratada pela Petrobrás que deu um jipe Land Rover de presente ao ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Os auditores do TCM encontraram indícios de superfaturamento de R$ 7,2 milhões, e sobrepreços de outros R$ 48,9 milhões. Total das supostas perdas da Petrobrás: R$ 56,1 milhões. O suspeito "lucro excessivo" foi obtido por despesas financeiras em duplicidade, direcionamento de licitação e falhas na elaboração de orçamentos em dois contratos de R$ 160 milhões.

A CPI dos Bingos recebe dados oriundos da quebra de sigilo telefônico de integrantes da chamada "república de Ribeirão Preto". Ralf Barquete, consultor da presidência da Caixa Econômica Federal, ligou 26 vezes para o celular de Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular do ministro Antonio Palocci (PT-SP), entre os dias 1 e 8 de abril de 2003. Naquele período, a Caixa negociava com a multinacional Gtech a renovação de um contrato de R$ 650 milhões. O celular de Ademirson era um dos meios de se conversar com Palocci.

A CPI investiga se a Gtech pagou propina para renovar o contrato. A multinacional acusa o advogado Rogério Buratti, outro membro da "república de Ribeirão", de exigir R$ 6 milhões para garantir o negócio. Buratti alega que a Gtech ofereceu até R$ 16 milhões para que ele intermediasse o contrato.

O Ministério da Fazenda, por sua vez, garante não ter nada a ver com o rolo. Em nota, alega que Palocci não tem ligação com os telefonemas: "Barquete e Ademirson foram amigos desde a época em que trabalhavam na Prefeitura de Ribeirão Preto. Continuaram mantendo estreito relacionamento pessoal e familiar até o falecimento de Barquete, em junho de 2004".

130 – 20/9/2005 Em depoimento conjunto às CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos, o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, acusa um conluio entre a corretora Bônus-Banval, Marcos Valério, PT e PP. Condenado a 25 anos por lavagem de dinheiro, Toninho da Barcelona chega à sessão algemado e protegido por forte esquema de segurança. Ele levanta dúvidas sobre os empréstimos que Valério e Delúbio Soares dizem ter tomado nos bancos Rural e BMG. Diz o doleiro:

– Esse tipo de operação é comum nos casos em que as partes interessadas desejam esquentar dinheiro de origem ilícita.

Para Toninho da Barcelona, os empréstimos seriam uma forma de "esquentar" o dinheiro de que Valério e o PT já dispunham no exterior. A grana teria ingressado no Brasil pelo Trade Link Bank, um braço do Banco Rural que faz operações com empresas offshore.

Toninho da Barcelona afirma que Dario Messer, "o principal doleiro do PT", enviava a moeda norte-americana do Panamá. A Barcelona Tour trocava os dólares por reais e entregava os valores convertidos à Bônus-Banval, cujo proprietário, Enivaldo Quadrado, era "amigo íntimo" do deputado José Dirceu (PT-SP).

A corretora transferia o dinheiro para pessoas indicadas pelo PT e pelo PP, principalmente ao deputado José Janene (PP-PR). Toninho da Barcelona afirma ter trocado US$ 2 milhões, a pedido de Dario Messer, entre 3 de setembro e 9 de outubro de 2002. Era o auge da campanha eleitoral que elegeu Lula. A bolada, convertida em reais, rendeu aproximadamente R$ 7 milhões. Diz o doleiro:

– Esse dinheiro teve como destino a Bônus-Banval.

Toninho da Barcelona levanta suspeita contra o deputado José Mentor (PT-SP), o relator da CPI do Banestado, que não o chamou para ser ouvido pela comissão. Os doleiros Dario Messer e Vivaldo Alves, o Birigui, tampouco prestaram depoimento. Para Toninho da Barcelona, Mentor procurou proteger o ex-prefeito Paulo Maluf (PP-SP), em troca do apoio dele a Marta Suplicy (PT-SP), que disputava o segundo turno da reeleição à Prefeitura de São Paulo, em 2004:

– O Mentor sabia que eu podia citar o Birigüi como operador do Maluf, e aí as coisas poderiam se complicar.

O deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) também é citado pelo doleiro. Toninho da Barcelona afirma que trocou milhares de dólares para Marcos, o filho de Devanir, então vereador em São Paulo. As operações ocorreram entre julho e setembro de 2002. Na sessão, Devanir procura intimidar o doleiro, ameaçando-o com um processo.

Em resposta, Toninho da Barcelona enumera repasses feitos a Marcos: US$ 30 mil em 10 de julho, US$ 25 mil em 17 de julho, US$ 20 mil em 5 de agosto, US$ 8,5 mil em 9 de agosto, US$ 10 mil em 10 de agosto e US$ 35 mil em 30 de setembro.

Parte do depoimento de Toninho da Barcelona é fechada ao público e restrita a apenas cinco parlamentares. Ele relata o que ouviu do doleiro Najun Turner, com quem

estava preso na mesma cela. O PT teria entregue R$ 8 milhões ao deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), em troca do seu apoio ao governo Lula.

Segundo o doleiro, a quantia foi paga nos meses de março e abril de 2005, após a eleição de Severino. De fato, o deputado foi eleito pela oposição ao derrotar o governista Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Depois, bandeou-se para o lado de Lula.

Toninho da Barcelona diz que foram dois depósitos: um de R$ 5 milhões, providenciado pelo esquema de Marcos Valério, e outro de R$ 3 milhões, intermediado por Dario Messer. O dinheiro teria sido repassado ao deputado José Janene (PP-PR).

O doleiro abordou o esquema de corrupção em Santo André (SP). Segundo ele, o dinheiro proveniente da propina paga por empresas de ônibus era depositado num banco nos Estados Unidos.

131 – 21/9/2005 Renuncia o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Ao abrir mão do mandato, evita a inelegibilidade até 2015 em caso de cassação. “Voltarei. O povo me absolverá”, diz ele, ao anunciar a intenção de disputar as eleições de 2006. Em discurso, Severino trata de atacar os jornalistas:

– Sempre defendi a liberdade de imprensa. Mas, em nosso país, liberdade de imprensa tem sido a porta aberta para suspeitas sem comprovação, para acusações sem provas, para a destruição de reputações. Liberdade de imprensa, sim, mas o rigor da lei para os que enxovalham sem qualquer limite a honra e a dignidade alheias.

Das galerias da Câmara, os estudantes gritam:

– Vai embora, Severino, seu corrupto!

Os seguranças entram em ação, para esvaziar o recinto. Os estudantes não perdoam:

– É mensalinho, é mensalão, queremos verbas para a educação.

E mais, em ritmo de chacota:

– Congresso do mensalão, não vai prender nenhum ladrão.

Em depoimento à CPI dos Bingos, Jorge Luiz Dias, funcionário da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, acusa o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), que renunciou ao mandato para evitar a cassação. É o caso do “mensalinho invertido”.

Segundo ele, Rodrigues, ex-bispo e ex-coordenador político da Igreja Universal do Reino de Deus, exigia de R$ 10 mil a R$ 15 mil mensais, de 22 deputados federais e 29 estaduais, em troca de apoio. Funcionários dos deputados também eram obrigados a contribuir. Dias diz que Rodrigues faturava uma média de R$ 630 mil por mês.

Presente à sessão, Rodrigues nega as acusações, mas admite a força da Igreja Universal nas eleições:

– Um político com apoio da igreja salta do carro e tem 2 mil, 5 mil pessoas que dizem amém. O pastor diz: “Este é meu candidato, quero que vocês votem nele. Não quero só seu voto, mas os de sua família, seu pai, sua mãe, seu irmão, empregado e de seu patrão”. Todos levantam a mão.

De acordo com Dias, Waldomiro Diniz e Rodrigues montaram um esquema de corrupção na Loterj, a estatal que administra as loterias no governo do Rio. O esquema funcionava em conjunto com agências de publicidade e casas de bingo.

Uma das agências, a JOB Niterói, teria recebido R$ 134 mil por mês, durante um ano, para colar cartazes do jogo de raspadinha nas ruas. Parte do dinheiro, porém, voltava para o esquema. Dias confessa ter entregue o dinheiro a Rodrigues:

– Eu pegava os cheques, sacava e entregava o dinheiro na mão dele.

Durante o período em que Waldomiro presidiu a Loterj, os gastos da estatal fluminense com publicidade subiram de R$ 7,5 milhões para R$ 17,1 milhões, e

chegaram a comprometer 34% da arrecadação da estatal. Em troca da autorização para abrir 13 casas de bingo, por sua vez, a dupla Waldomiro/Rodrigues teria recebido propina de R$ 1 milhão por mês.

Em depoimento às CPIs dos Correios e do Mensalão, o banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity, afirma que o governo interferiu nos assuntos dos fundos de pensão. Ele acusa o ex-ministro Luiz Gushiken. Apesar de patrocinados por estatais, os fundos são entidades privadas e pertencem aos seus associados, ou seja, pensionistas, aposentados e trabalhadores da ativa.

Dantas alega que a Brasil Telecom pagou almoços e jantares para Fábio Luiz Lula da Silva, o filho do presidente Lula. Foi em 2003, durante viagem de Lulinha ao Japão. Dantas não sabe dizer se despesas de hospedagem também foram pagas pela empresa. Admite que a Brasil Telecom tentou comprar a Gamecorp, a empresa de Lulinha, mas o negócio acabou sendo fechado com a Telemar, que comprou ações da Gamecorp por R$ 5 milhões.

Dados em poder da CPI dos Correios apontam que as empresas de telecomunicação controladas pelo Opportunity (Brasil Telecom, Telemig Celular e Amazônia Celular) injetaram cerca de R$ 150 milhões nas agências de publicidade de Marcos Valério. Dantas garante que o dinheiro foi usado para pagar gastos com propaganda.

A CPI dos Correios divulga relatório que aponta perdas de R$ 9 milhões em seis fundos de pensão, em decorrência de operações de compra e venda de títulos públicos. Suspeita-se que os prejuízos foram intencionais e têm relação com o dinheiro do caixa 2 do PT.

As operações com saldo negativo estão concentradas em 12 corretoras. Entre elas, a Bônus-Banval, envolvida no escândalo do mensalão. Operações com a Bônus-Banval deram prejuízos de R$ 708 mil ao Geap, o fundo dos funcionários públicos federais.

O maior prejuízo detectado é da ordem de R$ 4,4 milhões e atingiu o Serpros, o fundo dos funcionários da estatal de processamento de dados. O segundo maior é o do Geap, com perdas atualizadas de R$ 2,2 milhões. E em terceiro lugar no ranking dos maus investimentos aparece o Portus, dos funcionários portuários, com perdas estimadas agora em R$ 846 mil.

O TCU (Tribunal de Contas da União) divulga os resultados da auditoria realizada no contrato da Câmara dos Deputados com a agência de publicidade SMPB. Responsabiliza o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), ex-presidente da Câmara, por prejuízos de R$ 252 mil aos cofres públicos. O contrato investigado rendeu R$ 21,9 milhões à agência de publicidade de Marcos Valério.

O relatório sugere que Cunha, diretores da Câmara e a SMPB devam ser obrigados a devolver os R$ 252 mil, devidamente corrigidos, pagos à empresa IFT (Idéias, Fatos e Texto), do jornalista Luís Costa Pinto. Subcontratada pela SMPB, a IFT não teria prestado os serviços para os quais foi paga.

Outro problema constatado diz respeito a pesquisas de opinião feitas pela Vox Populi, igualmente subcontratada pela SMPB, por R$ 757 mil. Foram incluídas perguntas de cunho político. Usaram dinheiro público para obter uma avaliação sobre o envolvimento do ex-ministro José Dirceu (PT-SP) no caso Waldomiro Diniz, e fizeram perguntas sobre a popularidade do próprio Cunha.

Entre as irregularidades listadas, o uso do contrato com a agência de Valério para executar obras de construção civil nos estúdios da TV Câmara. A prorrogação do contrato entre a Câmara dos Deputados e a SMPB também foi considerada indevida.

O deputado João Alfredo (PT-CE) pede a desfiliação do PT. Diz que o partido está mergulhado "numa crise insuperável". Para ele, a "burocratização autoritária" levou a direção petista a usar métodos condenáveis na prática política. Alfredo vai para o PSOL.

132 – 22/9/2005 Em depoimento ao juiz Paulo Alberto Sarno, da 2ª Vara Federal de São Paulo, o doleiro Vivaldo Alves, o Birigüi, acusa o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PP), de ter enviado ilegalmente US$ 161 milhões para os Estados Unidos. Birigüi admite ter aberto em 1998 a conta Chanani, no Safra National Bank, em Nova York, mas diz que a movimentação era feita por Maluf.

De acordo com o doleiro, a conta foi aberta a pedido de Flávio Maluf, filho do ex-prefeito. Pai e filho estão presos na carceragem da Polícia Federal em São Paulo há 12 dias. Ambos são acusados de tentar impedir o depoimento de Birigui, no processo que investiga Maluf por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão fiscal e formação de quadrilha.

Além da conta Chanani, Birigüi denuncia a abertura de outras duas contas bancárias no exterior, a pedido de Flávio. Segundo o doleiro, de uma delas foram transferidos US$ 5 milhões para o publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha derrotada de Maluf a governador de São Paulo, em 1998.

De acordo com o Ministério Público, Maluf e parentes dele enviaram outros US$ 446 milhões para a Suíça. Os promotores responsáveis pela investigação das atividades do ex-prefeito afirmam que a origem do dinheiro está no desvio de verbas públicas da Prefeitura de São Paulo de 1993 a 1996, durante a gestão do agora prisioneiro federal.

133 – 23/9/2005 O governo Lula anuncia a liberação de R$ 500 milhões para obras e outras despesas incluídas por deputados e senadores no orçamento federal. São as chamadas emendas parlamentares individuais. O dinheiro beneficia os redutos eleitorais de deputados e senadores. O anúncio é feito por Paulo Bernardo (PT-PR), ministro do Planejamento, durante a divulgação de um relatório de rotina sobre a execução orçamentária. Tem finalidade estratégica. Lula decide abrir o cofre para assegurar a eleição de Aldo Rebelo (PC do B-SP) à presidência da Câmara dos Deputados.

Bernardo alega que os R$ 500 milhões para as emendas são um pedido do ministro Jaques Wagner (PT-BA). A proximidade da eleição do substituto do ex-deputado Severino Cavalcanti (PP-SP) na presidência da Câmara seria apenas "coincidência". A vida como ela é: o Palácio do Planalto usa as verbas como instrumento de barganha no Congresso. Lula reúne-se com os ministros do PMDB Silas Rondeau (Minas e Energia), Hélio Costa (Comunicações) e Saraiva Felipe (Saúde). Pede "empenho máximo". Diz Lula:

– Não podemos perder desta vez.

134 – 24/9/2005 A revista Isto É publica entrevista com Soraya Garcia, a assessora financeira do PT de Londrina (PR) durante as eleições municipais de 2004. Durante a campanha, ela trabalhou no comitê de reeleição do prefeito Nedson Micheletti (PT). A reportagem de Luiz Cláudio Cunha trata do esquema de aluguéis de automóveis para a campanha política. Soraya denuncia 17 notas em nome da Yaktur,

uma empresa de turismo de São Paulo, e da Gtech, a multinacional norte-americana envolvida no escândalo da renovação de um contrato de R$ 650 milhões com a Caixa Econômica Federal. Existe suspeita de extorsão e cobrança de propina na assinatura do contrato com a Gtech, crimes dos quais teriam participado dois dos mais importantes personagens da crise política, Waldomiro Diniz e Rogério Buratti.

Os automóveis foram alugados para uso de assessores da campanha de Micheletti. A coisa enrolou quando um deles, Rafael Silva, ex-presidente da União Londrinense de Estudantes Secundaristas, bateu o carro. Isto É relata:

"Em 10 de novembro de 2004, a Avis ligou para Soraya, no PT, cobrando R$ 200,00 do seguro pela batida leve num pára-lamas do Celta dirigido por Rafael. 'Eu não sabia dos carros, não eram pagos por mim'. Soraya, então, ligou para a Avis de Curitiba e, lá, informaram que o locador era a Yaktur. Na Yaktur, deram um número de telefone em Brasília para Soraya tratar do problema. Ela ligou e a voz do outro lado respondeu: 'SMPB, bom dia!'. Exposto o caso, a moça explicou: 'Meu chefe, o senhor Marcos, não está. Ele viaja muito', esclareceu, sem citar o nome Marcos Valério. Mas pediu que Soraya ligasse para o gabinete do então deputado Paulo Bernardo na Câmara. 'Foi com ele que fizemos o negócio. A gente ficou de pagar só o mês, sem cobrir batidas'."

Em outro caso envolvendo a campanha em Londrina, a revista aborda o depoimento do motorista Rogério Bicheri à Polícia Federal. Ele trabalhava para o PT na época e disse ter recolhido dinheiro vivo no apartamento de Zeno Minuzo, um assessor do então deputado e hoje ministro do Planejamento de Lula, Paulo Bernardo (PT-PR). Palavras do motorista:

– Fui duas vezes lá, em setembro e em outubro de 2004, dirigindo o carro de Fábio Reali, assessor do prefeito. Estacionei e o Fábio voltou com 20 envelopes, todos com nomes de coordenadores e vereadores em campanha. Era coisa de uns R$ 50 mil. Ele botou dois envelopes no porta-luvas, e o resto debaixo do banco. Ele disse que dessa forma, se fôssemos roubados, levariam menos dinheiro.

135 – 25/9/2005 O jornal Folha de S.Paulo publica entrevista do ex-ministro e deputado José Dirceu (PT-SP), concedida à repórter Mônica Bergamo. A jornalista pergunta quem são os responsáveis pela crise política no PT. Diz Dirceu:

– Muita gente. Parece que eu fui presidente do PT sete anos sozinho, secretário-geral cinco anos sozinho, né? O PT não foi construído assim. Tem dezenas de dirigentes importantes que hoje são prefeitos, governadores, ministros, deputados e senadores que participaram da construção de toda essa estratégia comigo.

– E o presidente.

– E o próprio presidente da República. É isso o que eu digo. A responsabilidade é de todos nós. Nós temos que debater isso, num congresso do partido, e fazer o balanço.

– O senhor acha que o presidente da República assume a responsabilidade que tem?

– Não quero nominar ninguém. O que eu não aceito é prejulgamento, que foi tudo errado, que foi tudo um fracasso, que a política de alianças do PT estava errada. Tudo foi aprovado democraticamente.

Agora, Dirceu responde se Lula participou das discussões:

– Participou. Todos participaram. Mas eu quero discutir e avaliar. Eu não quero julgar ninguém porque eu não quero que me prejulguem. O que não aceito é a imagem de que eu fiz tudo sozinho e depois apareceu Silvio Pereira, Delúbio Soares e Marcelo Sereno, que são o mal. Então corta esse mal e o PT está salvo. Isso é maniqueísta. E eu não mereço isso.

Outro trecho da entrevista:

– As pessoas que votaram no PT a vida inteira imaginavam que votavam num partido que tinha práticas diferentes.

– Esse é um erro e o PT vai pagar por ele. Nós vamos ter que pedir desculpas ao país. Nós assumimos compromissos na campanha eleitoral com partidos e repassamos recursos. Se fossem da arrecadação oficial do PT, não teria problema nenhum. Como foram recursos de empréstimos tomados num banco e foram repassados fora da prestação de contas, há uma ilegalidade aí que vai ser punida pela Justiça.

Agora, o próprio deputado indaga se será julgado pela política de alianças e o programa de governo de Lula. Ele mesmo responde:

– Então estão julgando Lula também. Tem de saber qual é o julgamento e qual é o grau de responsabilidade de cada um.

– E a responsabilidade política? As pessoas votam no Lula e ele não sabe de nada? É difícil acreditar que ele ignorava tudo.

– Não é isso. É que ele não tem responsabilidade. Eu não posso atribuir responsabilidade a ele no grau dele. O Lula tem responsabilidade política porque ele era líder do PT. Mas os graus são diferentes. Não posso atribuir a ele responsabilidade sobre o caixa 2. Aí eu não vou atribuir.

– Ele não tem responsabilidade como liderança?

– Isso é uma pergunta que tem de ser dirigida a ele. Eu não vou responder por ele.

136 – 26/9/2005 Debandada. Anunciam o afastamento do PT os militantes históricos Hélio Bicudo e Plínio de Arruda Sampaio. Deixam o partido, ainda, os deputados Orlando Fantazzini (SP), Ivan Valente (SP), Chico Alencar (RJ) e Maria José Maninha (DF). Com a exceção de Hélio Bicudo, todos vão para o PSOL. Também se desliga do PT o deputado Miro Teixeira (RJ). Vai para o PDT.

Além deles, 400 sindicalistas e representantes de movimentos sociais de todo o país fazem ato em São Paulo para anunciar a desfiliação coletiva do PT. Acusam que "para realizar a sua 'obra', o governo Lula trabalhou para cooptar as direções e desmobilizar os movimentos sociais". Citam a cooptação das diretorias da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da UNE (União Nacional dos Estudantes) como os casos mais "escandalosos". No Mato Grosso, 100 integrantes do PT também deixam o partido em bloco.

De acordo com nota divulgada por Plínio de Arruda Sampaio, "o PT esgotou seu papel como instrumento de transformação da realidade brasileira". Já o deputado Ivan Valente responsabiliza o partido pelo "esgotamento de um modelo que não realizou mudanças sociais", "uma política de alianças espúrias" e a "manutenção do controle do Campo Majoritário".

Ao justificar sua saída, o advogado e jornalista Hélio Bicudo diz que "o partido se afastou dos ideais éticos e morais". E mais:

– Não votaria em Lula de novo, por tudo o que está acontecendo. Do meu ponto de vista, o presidente da República não pode se eximir de fatos que acontecem na sua administração. E os fatos são desabonadores. O presidente não pode ignorar, fazer ressalva de que está sendo traído, e não fazer coisa nenhuma. Existem erros por ação e erros por omissão. Se não houve atuação na compra de deputados, houve omissão.

137 – 27/9/2005 O governo joga pesado para eleger o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) presidente da Câmara. Promete liberar até R$ 1 bilhão para o ministro Alfredo Nascimento (PL-AM), dos Transportes, aplicar em obras. E anuncia a

devolução de cargos importantes ao PTB, retirados do partido depois que Roberto Jefferson denunciou o escândalo do mensalão.

Uma das estrelas do escândalo do mensalão, aliás, o ex-deputado Valdemar Costa Neto, presidente do PL, participa diretamente das negociações para eleger Rebelo. Reúne-se com o ministro Jaques Wagner (PT-BA) no Palácio do Planalto. Está acompanhado de outro acusado de envolvimento no escândalo, o deputado Sandro Mabel (PL-GO).

Investigações da Receita Federal apontam suspeitas sobre o enriquecimento do publicitário Duda Mendonça. Em 2002, ano da eleição de Lula, os bens dele totalizavam R$ 6,8 milhões. Em 2004, chegaram a R$ 13 milhões líquidos, livres de dívidas e obrigações. Apesar do envolvimento de Duda no escândalo do mensalão, ele mantém contas publicitárias da Petrobrás e do Ministério da Saúde.

O empresário Marcos Valério, por sua vez, tinha R$ 5 milhões em 2002. Em 2004, no segundo ano do governo Lula, o patrimônio de Valério chegou a R$ 18,5 milhões. A movimentação financeira do empresário também impressiona. Em 2003, passaram por suas contas bancárias R$ 13 milhões.

A Receita Federal apura indícios de sonegação de impostos de sete envolvidos no escândalo. São os deputados Romeu Queiroz (PTB-MG), Josias Gomes (PT-BA), Paulo Rocha (PT-PA), José Janene (PP-PR), Vadão Gomes (PP-SP) e os ex-deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP) e Carlos Rodrigues (PL-RJ).

Queiroz declarou renda de R$ 420 mil em 2004, mas movimentou como pessoa física R$ 4,3 milhões, mais de dez vezes os rendimentos informados ao fisco. Gomes declarou renda de R$ 33 mil em 2002. Depois que Lula se tornou presidente, passaram R$ 697 mil pelas contas do deputado em 2003, e R$ 678 mil em 2004.

Valdemar declarou renda de R$ 293 mil em 2002, mas movimentou R$ 827 mil. E Rodrigues informou rendimento de R$ 446 mil, enquanto sua movimentação financeira chegou ao R$ 1,8 milhão. É digno de nota, ainda, o caso do deputado João Paulo Cunha (PT-SP). A renda dele e da mulher, Márcia Milanésio, subiu dos R$ 489 mil declarados em 2002, para R$ 841 mil em 2004.

A Receita Federal descobriu mais: o deputado Paulo Fernando dos Santos (AL), presidente do diretório do PT de Alagoas, declarou renda de R$ 80 mil em 2004, mas movimentou R$ 1,3 milhão. O deputado Professor Luizinho (PT-SP) teve um acréscimo patrimonial líquido de R$ 477 mil entre 2003 e 2004.

O deputado José Janene (PP-PR), tido como uma das estrelas do escândalo do mensalão, declarou renda de R$ 565 mil em 2004. A movimentação financeira dele foi de R$ 1 milhão. O deputado Vadão Gomes (PP-SP), envolvido no escândalo, declarou renda de R$ 1,2 milhão em 2004. A Receita Federal apurou movimentação de R$ 2,8 milhões. E Jacinto Lamas, o tesoureiro do PL, declarou R$ 495 mil em 2004. Movimentou R$ 1,9 milhão.

Darci Rocha, conselheiro da Refer, o fundo de pensão dos ferroviários, faz denúncia à Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social. Acusa uma tentativa de desviar R$ 19 milhões da Refer, para financiar campanhas eleitorais do PT em 2004. Do total, R$ 10 milhões seriam destinados à reeleição da prefeita Marta Suplicy (PT-SP) em São Paulo, R$ 5 milhões iriam para a campanha do deputado Jorge Bittar (PT-RJ) a prefeito do Rio e R$ 4 milhões chegariam às mãos do deputado Carlos Santana (PT-RJ), para repartir com aliados. De acordo com Rocha, o esquema foi barrado pelo ex-presidente da Refer, Jorge Moura.

Ligações perigosas. O Jornal Nacional, da TV Globo, noticia as andanças do empresário Arthur Wascheck, tido como o mandante da gravação na qual o alto funcionário dos Correios Maurício Marinho aparece recebendo propina de R$ 3 mil. Wascheck fez quatro depósitos, em dinheiro, no total de R$ 26 mil, ao então tesoureiro Delúbio Soares, entre 2003 e 2005.

138 – 28/9/2005 Em eleição apertadíssima, Aldo Rebelo (PC do B-SP) é eleito presidente da Câmara dos Deputados. Candidato de Lula, obtém 258 votos. O da oposição, deputado José Thomaz Nono (PFL-AL), recebe 243, apenas 15 votos a menos. Para garantir a vitória do governista, o Palácio do Planalto empreendeu um toma-lá-dá-cá nunca visto. No total, prometeu liberar mais de R$ 1,5 bilhão, incluindo R$ 680 milhões já autorizados para o Ministério dos Transportes, comandado pelo PL, R$ 335 milhões para o ministro Walfrido Mares Guia (PTB-MG), do Turismo, R$ 500 milhões em emendas parlamentares e R$ 18 milhões ao prefeito João Henrique (PDT), de Salvador, para obras do metrô local.

Além disso, o governo se comprometeu a autorizar o ministro Márcio Fortes, das Cidades, a nomear todos os cargos-chave da pasta sob seu comando, o que lhe garante, no linguajar político, a "porteira fechada" do Ministério. Valdemar Costa Neto, o presidente do PL, também obteve a promessa de manter a "porteira fechada" do Ministério dos Transportes, o que lhe dá o controle total do cobiçado Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes).

Com a eleição de Rebelo, Lula tem um aliado estratégico para defendê-lo em uma eventual tentativa de se abrir um processo de impeachment. O presidente da Câmara é o responsável por autorizar a abertura do processo de impedimento do presidente.

No plenário da Câmara, festa pela eleição de Rebelo. Salta aos olhos a vibração de alegria do deputado José Dirceu (PT-SP), assim que a vitória é confirmada. Apesar da ingerência do Palácio do Planalto, Lula emite nota e elogia a "decisão soberana" da Câmara.

Do senador Pedro Simon (PMDB-RS):

– O que aconteceu na Câmara é o novo PT em ação. Desta vez, não dá para dizer que o Lula não sabia, nem que foi obra do Delúbio. Com três CPIs, Corregedoria e Conselho de Ética investigando denúncias, não houve pudor em recorrer aos mesmos métodos do mensalão.

Do líder do PSDB, deputado Alberto Goldman (SP):

– Venceu o mensalão.

139 – 29/9/2005 A base aliada abandona o plenário e o governo impede a CPI dos Correios de quebrar o sigilo bancário de 11 corretoras, todas acusadas de causar prejuízos a fundos de pensão em operações de compra e venda de títulos públicos. Sem quorum, não há meios para deliberar. Faz 15 dias que a comissão não vota por falta de parlamentares. Em boa parte desse período, o próprio presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), esteve ausente de Brasília. A justificativa da oposição para a quebra dos sigilos bancários das corretoras é o prejuízo dos fundos de pensão nessas operações, estimado em R$ 9 milhões. Suspeita-se que o dinheiro financiou o caixa 2 do PT.

O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator da CPI dos Correios para movimentação financeira, afirma que Marcos Valério omitiu da Receita Federal milhões

de reais provenientes de supostos empréstimos repassados ao PT. Para Fruet, houve montagem:

– Valério não emprestou dinheiro ao PT, ele transferiu dinheiro. A cada dia fica mais claro que ele repassou dinheiro para o PT, ao mesmo tempo em que suas agências de publicidade tinham contratos com estatais como os Correios e o Banco do Brasil.

O sub-relator investiga cinco hipóteses. São as seguintes: 1) o dinheiro já pertencia à agência de publicidade de Valério; 2) os bancos Rural e BMG fizeram doações ao PT, usando Valério como canal para repassar os valores; 3) o dinheiro veio de empresas de telefonia para as quais a SMPB prestava serviços; 4) a origem dos recursos são os lucros que corretoras obtiveram em operações com fundos de pensão de estatais, repassados por meio de empréstimos bancários fictícios; 5) o dinheiro já pertencia ao PT e estava guardado em contas bancárias no exterior, sendo internados no Brasil por meio de operações bancárias.

O TCU (Tribunal de Contas da União) conclui auditoria sobre 415 obras federais, orçadas em R$ 20 bilhões. Recomenda a paralisação de dezenas delas. De acordo com técnicos do órgão, há indícios de irregularidades, principalmente de sobrepreços e superfaturamentos. Só na Petrobrás são R$ 5 bilhões em contratos com problemas, como concorrências dirigidas, pagamentos por serviços não realizados, contratos sem licitações, aditamentos acima dos limites legais e até tentativa de obstruir o trabalho de fiscalização dos auditores. O TCU detectou superfaturamento em dois contratos da empresa GDK com a Petrobrás na Bahia. O desvio chega a R$ 55 milhões. A GDK ficou famosa por dar de presente um jipe Land Rover ao secretário-geral do PT, Silvio Pereira.

A auditoria investigou 131 contratos relacionados ao Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes). Encontrou 75 com irregularidades. No Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) foram identificadas seis obras irregulares. Há suspeitas sobre prejuízos ao erário público em contrato firmado entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech. Fazem parte da lista de obras suspeitas a ampliação do sistema de transmissão de Tucuruí (PA), a modernização do sistema Furnas em Minas Gerais, a construção da ponte Brasil-Peru na BR 317 e a expansão de linhas de transmissão em Mato Grosso.

Em editorial, a Folha de S.Paulo comenta depoimento do ex-ministro José Dirceu (PT-SP) ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Na ocasião, Dirceu se disse "cada vez mais convencido da minha inocência". Para o jornal, "o PT, em benefício do governo Luiz Inácio Lula da Silva, montou um milionário esquema de distribuição de dinheiro a deputados. Na linguagem crua, esses parlamentares foram comprados com dinheiro vivo, em procedimento que afronta qualquer código de ética parlamentar".

A Folha acrescenta:

"Saber se os comprados receberam ou não em base mensal (o mensalão), se retribuíram com votos a favor do governo ou se usaram o dinheiro para quitar dívidas de campanha é irrelevante para a necessidade que se impõe, que é a de cassá-los por quebra de decoro."

140 – 30/9/2005 A CGU (Controladoria-Geral da União) divulga a conclusão de um levantamento segundo o qual 75% dos municípios brasileiros fiscalizados em 2003 e 2004 apresentaram graves irregularidades administrativas. Os problemas detectados vão de fraudes em licitações até o uso de notas fiscais falsas e desvio de recursos do

Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental). Os auditores da CGU rastrearam R$ 4,2 bilhões em 660 das 921 cidades analisadas.

A máfia do lixo. O delegado seccional de Ribeirão Preto (SP), Benedito Antonio Valencise, solicita a prisão preventiva do ex-presidente da empreiteira Leão Leão, Luiz Cláudio Ferreira Leão, e de Wilney Barquete, Fernando Fischer e Marcelo Franzine, funcionários da empresa. O advogado Rogério Buratti, que colaborou com as investigações, foi poupado.

De acordo com o delegado Valencise, documentos apreendidos e gravações telefônicas autorizadas pela Justiça comprovam fraudes nas licitações e nos contratos de limpeza urbana em várias cidades de São Paulo. Para o delegado, havia um mapa da propina e dos presentes distribuídos a agentes públicos e políticos. Diz Valencise:

– Temos provas evidentes do crime de formação de quadrilha em diversos municípios. A prisão dessas pessoas garante a ordem pública. Se não houver punição, com bastante rigor, haverá o descrédito das instituições. Descrédito de quem apura, de quem julga e de quem acompanha todo o processo.

Presa Valdirene Dardin Albuquerque, a ex-diretora do Tesouro e ex-secretária de Finanças da Prefeitura de Mauá (SP). Ela trabalhou nas duas gestões do prefeito Oswaldo Dias (PT) e é acusada de desviar R$ 230 mil, entre 2003 e 2004. Antes de ser encaminhada ao presídio feminino de São Bernardo do Campo (SP), presta depoimento acompanhada de seis advogados. Nega o desvio. Oswaldo Dias nega ter conhecimento de saques ilegais. O gerente do Banespa, Silvio Catarino, responsável pelas contas da administração municipal de Mauá, afirmou que o dinheiro era levado para Valdirene em sacos plásticos de supermercado.

141 – 1/10/2005 A revista Época traz à tona mais um jipe misterioso na história do PT. Desta vez, um Mitsubishi Pajero, modelo TR4, que custou R$ 70,5 mil. A reportagem de Matheus Machado relata que, até o estouro do escândalo do mensalão, o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) podia ser visto circulando com o carro em Brasília. Quando não estava com Cunha, o carro ficava guardado na garagem do apartamento funcional do deputado. Depois, o veículo sumiu.

A Polícia Federal descobriu que o Mitsubishi Pajero está em nome de Valdir Pereira Roque, um assessor de Cunha lotado na Prefeitura de Osasco (SP), reduto eleitoral de Cunha e onde um aliado dele, Emídio de Souza (PT), é o prefeito.

Chamou a atenção dos federais o fato de R$ 29.500,00 do valor de compra do jipe terem sido depositados em dinheiro vivo, na conta da concessionária que vendeu o automóvel. Os R$ 41 mil restantes vieram da venda de um EcoSport, modelo 2005, que estava em nome do irmão de Roque, Valmir. Ele também é funcionário da Prefeitura de Osasco, mas tem salário de R$ 1.700,00 e circula na cidade dirigindo um carro popular.

Convocado pela Polícia Federal para dar explicações, Cunha disse ter usado o carro "por volta de duas vezes, e sua esposa por algumas vezes". Sempre a mulher no meio. Agora, Cunha não tem idéia de onde o jipe se encontra.

142 – 2/10/2005 O jornal Folha de S.Paulo publica entrevista com o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, afastado do cargo depois de ganhar um jipe Land Rover da empresa GDK, uma contratada da Petrobrás. Ele confessa ao repórter Leonardo Souza ter tido conhecimento do esquema de caixa 2 do PT. Diz Silvinho Pereira:

– Eu assumo a minha responsabilidade política. A minha responsabilidade não é diferente da de nenhum outro dos 21 membros da executiva nacional do PT. O nível de decisão que eu tinha não era diferente do de nenhum dos 21 membros da executiva nacional do PT.

Silvinho evita citar nomes:

– Eu assumo a responsabilidade como membro da direção do PT, em que pese a direção do PT ter realmente a noção do que estava acontecendo. Ninguém é hipócrita de achar que não sabia que existia caixa 2. Qual membro da direção do PT não sabia disso?

O repórter pergunta se o então presidente do partido, José Genoino (PT-SP), sabia do esquema de caixa 2.

– Eu pergunto: qual o membro da alta direção do PT que não poderia supor que pudesse existir?

Sem dar nomes, Silvinho envolve dirigentes de todo o país:

– Os 27 Estados bateram à porta do Delúbio. Por que os Estados não assumem isso, pô? Todo mundo pegava no pé do Delúbio para arrumar recursos, todo mundo, todo mundo. Agora ele está lá, sozinho. As pessoas não perguntavam: “Bom, de onde vem esse dinheiro”?

O ex-secretário-geral admite o acordo PT-PTB na eleições municipais de 2004, pelo qual o partido do presidente Lula ficou de repassar dinheiro de caixa 2 para o partido do ex-deputado Roberto Jefferson. Ele diz que a origem do acordo foi o isolamento da então candidata à reeleição à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy (PT):

– O custo político para trazer o PTB e o PL para a campanha da Marta foi alto. O partido cabeça de chapa tem que arcar com todos os custos.

143 – 3/10/2005 Em entrevista à Folha de S.Paulo, o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirma que o dinheiro alimentador do caixa 2 do PT pode ter tido origem em recursos do próprio partido, mantidos no exterior. Para ele, existem indícios de que os empréstimos de Marcos Valério eram fictícios:

– Você tem várias movimentações. Com o Valério pegando esses empréstimos entre aspas, porque a cada dia nós nos convencemos mais de que essas operações de empréstimo são de fachada.

A hipótese, portanto, é de que a história dos empréstimos pode ter sido falseada para justificar uma repatriação de dinheiro:

– Você poderia ter contas lá fora e os empréstimos seriam de fachada, empréstimos de você para você mesmo.

Uma das razões para os empréstimos terem sido apenas um meio de despistar a origem do dinheiro de caixa 2 é o fato de as operações de crédito não estarem registradas na contabilidade da SMPB, a agência de publicidade usada para obter os empréstimos.

– Qualquer empresa minimamente séria contabiliza, principalmente operações desse montante. É absolutamente claro que isso era para não se pagar.

145 – 5/10/2005 A comissão de sindicância da Corregedoria da Câmara dos Deputados recomenda ao Conselho de Ética da Casa a abertura de processo de cassação contra 13 deputados acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. São eles: João Paulo Cunha (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA), João Magno (PT-MG), Josias Gomes (PT-BA), José Janene (PP-PR),

Pedro Corrêa (PP-PE), Vadão Gomes (PP-SP), Pedro Henry (PP-MT), Wanderval Santos (PL-SP), José Borba (PMDB-PR) e Roberto Brant (PFL-MG).

Além deles, os deputados José Dirceu (PT-SP), Romeu Queiroz (PTB-MG) e Sandro Mabel (PL-GO) já sofrem processo de cassação no Conselho de Ética.

Dirceu entra com mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal) e pede o arquivamento da representação proposta pelo PTB contra ele. Argumento: os supostos fatos contra Dirceu ocorreram quando o deputado ocupava o cargo de ministro da Casa Civil, e não o mandato parlamentar. Em decorrência, não pode ser cassado por falta de decoro parlamentar.

A CPI dos Bingos faz acareação entre o advogado Rogério Buratti, o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira, o diretor da multinacional Gtech Marcelo Rovai e o ex-consultor jurídico da Gtech, Enrico Gianelli. Em pauta, a renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a Getch, no valor de R$ 650 milhões, efetivado em abril de 2004. A Gtech acusa Buratti e Waldomiro de tentarem extorquir R$ 6 milhões da empresa, em troca da renovação. Buratti e Waldomiro, afinados, afirmam que a Gtech tentou suborná-los, oferecendo até R$ 16 milhões de propina pelo mesmo contrato.

A sessão é tumultuada e repleta de bate-bocas e xingamentos. Relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) analisou a execução do contrato entre a Caixa e a Gtech, pelo qual a multinacional explorou serviços de loteria, entre abril de 2003 e agosto de 2004. No período foram pagos R$ 408 milhões à Gtech. O relatório concluiu que, do total, R$ 120 milhões representaram um gasto desnecessário, cujo dispêndio não teria acontecido se a renegociação do contrato fosse feita com mais rigor.

Durante a sessão, Rovai afirma que Waldomiro foi até a Gtech em 1 de abril de 2004, para dizer que o contrato só seria assinado com a contratação de um consultor. Não mencionou o nome de ninguém. No dia seguinte apareceu Buratti, que pediu R$ 6 milhões.

Buratti, aos gritos, diz que a afirmação é mentirosa. E garante que Rovai lhe ofereceu de R$ 500 mil a R$ 16 milhões, dependendo do que ficasse definido na renovação do contrato, e depois pagou R$ 6 milhões para a empresa MM Consultoria. Reação de Rovai:

– O senhor recusou R$ 16 milhões? O senhor é tolinho por acaso? O senhor, com a sua biografia, recusou? Quantos ônibus dava para comprar com esse dinheiro?

De acordo com informações da CPI, houve mesmo um pagamento à MM Consultoria, no valor de R$ 5 milhões. Teria havido uma disputa dentro do governo, entre os grupos do Ministério da Casa Civil, representado por Waldomiro, e o do Ministério da Fazenda, cujo expoente era Buratti. De qualquer forma, os R$ 5 milhões teriam sido descontados e transportados do banco num carro-forte.

Depoimento à CPI do Mensalão. É de José Luiz Alves, ex-chefe de gabinete do ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto (PL-MG), eleito prefeito de Uberaba (MG) em 2004. Alves admite ter recebido R$ 200 mil do esquema de Marcos Valério, no Banco Rural. Afirma que o dinheiro foi usado integralmente para pagar dívidas de campanha de 2002, quando Adauto foi candidato a deputado. Informações de Valério dão conta de que Alves sacou R$ 1 milhão de conta da agência de publicidade SMPB.

146 – 6/10/2005 Em depoimento à CPI dos Bingos, Bruno Daniel, irmão do prefeito assassinado Celso Daniel (PT), confirma ter ouvido o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, admitir ter levado dinheiro do esquema de

corrupção de Santo André (SP) para o PT. Bruno conta que Carvalho, ex-secretário de Governo de Santo André, pediu para conversar com a família em 26 de janeiro de 2002, após a missa de sétimo dia em memória de Daniel:

– Eu e meu irmão ficamos surpresos com a detalhada revelação de Gilberto Carvalho, feita logo após a missa de sétimo dia de Celso Daniel. Ele foi claro: disse que os recursos arrecadados eram enviados ao PT para serem usados no financiamento de campanhas. Era ele quem entregava o dinheiro a José Dirceu. Ele disse que havia momentos de tensão porque carregava o dinheiro, sem segurança, em seu Corsa preto e, em uma só ocasião, entregou R$ 1,2 milhão ao deputado Dirceu.

Para o irmão de Daniel, o prefeito foi morto porque não concordou em ver o dinheiro que deveria abastecer o PT desviado para enriquecer empresários, políticos e pessoas ligadas à Prefeitura de Santo André, como o ex-secretário e ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT), o empresário Ronan Maria Pinto e o ex-segurança de Daniel, Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, acusado de ser o mandante da morte do prefeito. Diz Bruno:

– Há evidências de que havia na Prefeitura de Santo André um esquema de arrecadação para o PT. Suponho que Celso enveredou naquilo como um mal necessário para viabilizar as atividades do partido e lamentavelmente deu no que deu. O que possivelmente aconteceu é que parcelas desses recursos começaram a ser destinadas para outras finalidades, razão pela qual o Celso resolveu alterar a situação e esta pode ter sido a motivação do crime.

Ele critica o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), para quem o assassinato foi um crime comum. Bruno acha que o irmão foi torturado para contar se dispunha de provas do esquema de corrupção. Daniel pode ter sido torturado para fornecer números de senhas que dariam acesso ao dinheiro da propina, provavelmente guardado no exterior, para uso do PT. Diz Bruno:

– O povo de nossa cidade não aceita as explicações dadas até o momento, porque são superficiais e contraditórias para um crime que desde o início se revelou complexo. Falamos com outros membros do PT esperando trazer elementos para elucidar o caso. E o que posso afirmar é que poucas pessoas dentro do partido contribuíram para isso.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Romeu Queiroz (PTB-MG) admite ter recebido R$ 350 mil de contas bancárias do empresário Marcos Valério. Ele afirma que o dinheiro, uma doação do PT, foi totalmente entregue à direção do PTB. Segundo Queiroz, dois assessores deles, orientados pelo então tesoureiro Delúbio Soares, sacaram a quantia.

– Não botei um centavo no bolso.

Presidente do PTB de Minas Gerais, Queiroz relata que um dos assessores dele, com receio de transportar o dinheiro, "fez a besteira de depositar o dinheiro na minha conta". O deputado diz não ter desconfiado da origem dos recursos:

– O PT era sério.

147 – 7/10/2005 Algumas semanas depois de se dizer traído e pedir desculpas em pronunciamento de televisão pelos erros cometidos pelo PT, Lula reúne 67 dos 83 deputados do PT no Palácio do Planalto. Alguns acusados de envolvimento no escândalo do mensalão estão presentes. Lula presta solidariedade:

– Vocês não são corruptos. Vocês cometeram erros, mas não de corrupção. Todos vocês são construtores do PT.

E, referindo-se diretamente aos parlamentares acusados:

– Vocês são companheiros que não têm nenhuma doença contagiosa, nada que impeça a nossa convivência.

Lula mostra-se fortalecido depois da eleição do governista Aldo Rebelo (PC do B-SP) para a presidência da Câmara dos Deputados. Ele substituiu Severino Cavalcanti (PP-PE), que renunciou ao mandato em meio ao caso do mensalinho. Além da vitória política, o episódio tira o foco do escândalo do mensalão e dispersa as atenções do debate político, até então concentradas no esquema montado pelo PT.

Além disso, a opinião pública se ocupa do caso do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que fez greve de fome em protesto contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. E, por fim, desperta interesse o debate sobre o referendo que proíbe a venda de armas de fogo, o que também leva a imprensa a dedicar menos espaço ao mensalão.

Ainda na reunião com os deputados do PT no Palácio do Planalto, o presidente diz que dá uma lição ao mundo:

– Qual governo na história deste país funcionou com três CPIs ao mesmo tempo?

Sobre a CPI dos Bingos, que fará uma acareação entre os irmãos de Celso Daniel e seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, Lula não deixa por menos:

– É a CPI do fim do mundo.

148 – 8/10/2005 A revista Veja conta a história de Genival Inácio da Silva, o Vavá. É um dos seis irmãos de Lula. Metalúrgico aposentado, abriu um escritório para intermediar solicitações de empresários junto a prefeituras do PT, empresas estatais e órgãos do governo federal. Faz tráfico de influência. Diz a reportagem assinada por Camila Pereira e Marcelo Carneiro:

"Vavá, filiado ao PT, confirmou a Veja que recebe e encaminha pedidos de empresários interessados em 'trabalhar com o governo', mas disse que, 'por enquanto', não recebeu nenhum pagamento pelo serviço. 'Até agora ninguém pagou nada ainda. Espero ganhar um dia'."

No início da entrevista, Vavá nega que faz intermediação para empresários. Diz que seu escritório presta "assessoria social para pessoas que precisam". Depois, confessa:

– Se o presidente tem empresários que procuram ele para fazer negócio, nada melhor do que você ajudar.

O irmão de Lula admite ter procurado o assessor especial do presidente, César Alvarez, e o diretor de operações da Petrobrás Distribuidora, Edimilson Antonio Sant'Anna, a pedido de empresários da Federação Brasileira de Hospitais, do advogado Daniel Freire Garcia e de um executivo do ramo da construção civil, identificado por ele como José Ernesto.

Vavá conta aos repórteres de Veja que vai amiúde a Brasília, com passagens pagas por empresários. E o que vai fazer lá?

– Passear.

149 – 9/10/2005 O jornal Folha de S.Paulo noticia o resultado de uma investigação da Procuradoria da República no Distrito Federal, sobre uso da máquina pública e tráfico de influência no Ministério da Casa Civil. Os trabalhos foram conduzidos pelo procurador Luciano Sampaio Rolim. Conclusões: Waldomiro Diniz, ex-sub-chefe de assuntos parlamentares e um dos principais auxiliares do ex-ministro José Dirceu (PT-SP), organizou reuniões e audiências para José Carlos Becker de

Oliveira, o Zeca Dirceu, filho de Dirceu, com pelo menos sete ministros de Estado e o presidente Lula.

Com o poder que lhe foi atribuído, Zeca, um funcionário de terceiro escalão do governo no Paraná, passou a circular em Brasília acompanhado de prefeitos paranaenses, que viajavam à capital federal para se aproveitar da influência do filho do ministro e obter projetos e recursos para suas cidades.

Em 2004, Zeca foi eleito prefeito de Cruzeiro d'Oeste (PR) pelo PT. Graças ao apoio do pai, incluíram-se pleitos de Zeca em planilhas para execução orçamentária, algumas vezes de forma cifrada com as iniciais "JCB". Escrevem os repórteres Eduardo Scolese e Rubens Valente:

"Zeca passou a atuar como se fosse um deputado federal, o que lhe garantia publicidade, fotos em capas de jornais e prestígio no interior do Paraná."

E mais:

"Na pressa em atender o filho do ministro, funcionários do extinto Ministério da Assistência Social montaram, de forma irregular, processos com datas retroativas, o que provocou o comprometimento de recursos relativos a projetos que nem sequer existiam no Ministério."

Por determinação de Waldomiro Diniz, funcionários da Casa Civil trabalharam para acelerar repasses de interesse de Zeca, apresentando-o como "filho do ministro José Dirceu", e pedindo "atenção especial" para os projetos que encaminhava. Zeca só precisava telefonar para dizer em quais Ministérios gostaria de ser recebido e as datas das viagens a Brasília.

A investigação identificou um tratamento especial concedido pela então chefe de gabinete da ministra da Assistência Social Benedita da Silva (PT-RJ), Cícera Bezerra de Morais. Os processos relacionados ao filho de Dirceu eram privilegiados. Trecho do depoimento da funcionária Maria de Fátima Gonçalvez, chefe do protocolo do Ministério da Assistência Social:

"Em relação aos processos, Cícera chegou a passar pedaços de papel, sem qualquer timbre ou assinatura, indicando o nome do município e o assunto do convênio, para que a depoente desse origem a um processo, sem nenhuma documentação; que isso era feito para que existisse um número de processo que tornasse possível o empenho (reserva de recursos para pagamento); que tais processos eram empenhados e até mesmo publicados sem que tivessem nos autos ao menos uma folha; que, após a publicação, eram providenciados os documentos necessários à instrução do processo, documentos esses que nem sequer existiam no Ministério."

Maria de Fátima narrou que exerceu o cargo de chefe do protocolo por nove anos, mas nunca viu alguém sem mandato com tanto poder sobre a liberação de verbas.

– Cheguei a pensar que se tratava do próprio ministro.

Procurado pela reportagem do jornal, Dirceu não se manifesta.

150 – 10/10/2005 Mais informações sobre o relacionamento entre a direção nacional do PT, o empresário Marcos Valério e os bancos Rural e BMG. O PT e Valério rolaram 30 vezes as operações de crédito feitas junto àquelas instituições financeiras. Ao longo de dois anos, os empréstimos não pagos alcançam R$ 100 milhões. Durante o período, foram efetuadas apenas quatro amortizações, num total de R$ 3,6 milhões. Equivalem a cerca de 5% da dívida original, apontada em R$ 63 milhões, em valores corrigidos.

De acordo com o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de movimentação financeira da CPI dos Correios, os bancos Rural e BMG mantiveram a política de autorizar a liberação de recursos, mesmo sem a quitação das dívidas

anteriores. O deputado aponta o ocorrido em 14 de julho de 2004. Em 24 horas, o BMG rolou empréstimos não pagos pelo PT e por Valério, no valor de R$ 18,1 milhões, e concedeu um novo crédito para a agência SMPB, no valor de R$ 3,5 milhões. Este empréstimo tampouco foi pago. Alguns meses depois, acabou rolado como os outros. Diz Fruet:

– É estranho negociar sempre, sem nada receber. É o tipo de empréstimo contraído para não ser cobrado.

Ligações perigosas. A quebra de sigilos telefônicos revela os caminhos do tráfico de influência nos subterrâneos de Brasília. A CPI dos Correios divulga dados de Silvio Pereira, o ex-secretário-geral do PT que nunca ocupou cargo no governo Lula. Ele fez 670 ligações para números telefônicos da presidência da República. E conversou freqüentemente com diretores de empresas estatais como Correios, IRB, Furnas, Infraero e Eletronorte, além de Marcos Valério e funcionários das agências dele.

Silvinho recebeu 15 ligações do empresário Armênio Mendes, dono de casas de bingo em Santos (SP). Chamam a atenção, ainda, as 113 ligações telefônicas entre o ex-secretário-geral do PT e grandes construtoras – 65 dessas conversas com a OAS e 28 com a Odebrecht. Também discou para o Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes). E, por fim, foram identificadas 127 ligações entre Silvinho e Fernando Moura, tido como lobista e velho amigo do ex-ministro José Dirceu (PT-SP).

A quebra de sigilos telefônicos detectou ligações entre o então tesoureiro Delúbio Soares e André Gustavo Vieira, dono da agência de publicidade Arcos, vencedora de um contrato com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Delúbio também manteve 60 contatos telefônicos com empresas do Grupo TBA, que detêm contratos de informática com os Correios, Caixa Econômica Federal e Eletronorte.

O deputado João Magno (PT-MG), por sua vez, um dos mensaleiros com risco de ter o mandato cassado por receber dinheiro de caixa 2, trocou 67 ligações com Valério e o sócio dele, Cristiano de Mello Paz.

A Câmara dos Deputados concede aposentadoria de R$ 8.882,91 mensais ao ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), menos de um mês após a sua cassação. Na esteira do escândalo do mensalão, já obtiveram aposentadorias o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), que renunciou ao mandato, e o ex-presidente nacional do PT, José Genoino (SP). O primeiro recebe R$ 5.542,00 mensais e o segundo, R$ 8.148,79.

151 – 11/10/2005 A Mesa da Câmara dos Deputados aprova a abertura de processos de cassação contra 13 deputados acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Em sessão fechada, o Conselho de Ética da Câmara faz acareação entre a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) e o deputado Sandro Mabel (PL-GO). Ela o acusa de lhe ter oferecido R$ 30 mil mensais, mais R$ 1 milhão. Em troca, teria de mudar de partido e integrar a base aliada do governo Lula. Ele, cujo mandato corre risco de cassação, nega. Diz Raquel:

– O Sandro mente. Ele tem três versões diferentes para o convite que me fez: primeiro, disse que estava atrás de uma educadora com meu perfil. Depois, disse que me convidou a pedido do vice-presidente José Alencar. E fala ainda que eu estava sem espaço no PSDB e pedi para ser convidada a ir para o PL.

152 – 12/10/2005 Está morto, sem sinais aparentes de violência, o perito criminal Carlos Delmonte Printes, de 55 anos. Foi encontrado sozinho em seu escritório em São Paulo. Ele atestou sinais de tortura no corpo do prefeito Celso Daniel (PT), assassinado em janeiro de 2002. Um pouco antes de morrer, Printes disse ao Ministério Público que havia sido proibido pela Polícia Civil de comentar o caso Daniel. As conclusões do trabalho do legista contrariavam o inquérito policial, segundo o qual Daniel fora vítima de um crime comum. Declaração do perito, menos de dois meses antes de morrer:

– É absolutamente excepcional a ocorrência de morte em casos de seqüestro-relâmpago. Com relação ao seqüestro convencional, nunca examinei um caso em que houvesse ritual de tortura, crueldade e desproporcionalidade que verifiquei no exame do corpo do prefeito.

Como evidências da tortura, Printes apontou a expressão de terror na face de Daniel, queimaduras nas costas e outras lesões no corpo, provocadas por estilhaços de balas disparadas perto da vítima, com a finalidade de amedrontá-la. Além disso, Daniel foi alvejado diretamente no rosto e no tórax.

A polícia vai investigar a causa da morte de Printes. Ele é a sétima pessoa envolvida no caso Daniel a morrer. Além dele, perderam a vida Dionízio de Aquino Severo, apontado como elo entre o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e a quadrilha acusada de matar o prefeito. Foi morto dentro de um presídio em Guarulhos (SP), algum tempo depois de dizer que conhecia Sombra, com quem freqüentou festas. Afirmara que só falaria em juízo.

Manoel Sérgio Estevam, o Sérgio Orelha, abrigou Severo em seu apartamento depois da morte do prefeito. Foi assassinado com vários tiros. Antonio Palácio de Oliveira, o garçom que serviu o último jantar a Daniel e presenciou a conversa do ex-prefeito com Sombra, no restaurante Rubayat. Morreu depois de ser perseguido por dois homens, tentando fugir em sua motocicleta. Foi alcançado, agredido com um chute. Perdeu o controle da moto e bateu num poste. Antes do assassinato, recebera um misterioso depósito de R$ 60 mil na conta bancária, cuja origem não foi identificada.

Paulo Henrique Brito, a testemunha que declarou à polícia ter presenciado a morte do garçom Oliveira. Morreu com um tiro nas costas. Otávio Mercier, investigador de polícia, conversou por telefone com Severo, um dia antes da fuga da cadeia. Severo foi resgatado de helicóptero, dois dias antes do seqüestro de Daniel. Mercier acabou morto ao perseguir homens que teriam roubado sua casa. E, por fim, Iran Moraes Redua, agente funerário, assassinado com dois tiros. Ele foi o primeiro a identificar o corpo de Daniel, abandonado em uma estrada de terra em Juquitiba (SP). Chamou a polícia para que fosse feito o reconhecimento do morto.

Militares da reserva dos Clubes Militar, Naval e da Aeronáutica divulgam o documento "Impunidade, não". Protestam contra o escândalo do mensalão. Afirmam que "a operação abafa não pode prosseguir, assim como as tentativas de dificultar a identificação das origens do dinheiro espúrio".

O documento denuncia o "gigantesco esquema de corrupção que tem como um dos principais objetivos – e isto é o mais grave – corromper membros do Congresso Nacional, para fazê-los aprovar proposições altamente discutíveis, em benefício do partido do governo e de seu projeto de poder".

153 – 13/10/2005 Em entrevista publicada no jornal O Estado de S. Paulo, Ricardo Berzoini (PT-SP), o novo presidente do PT, afirma que "o caixa 2 é do nosso

folclore político". Ex-ministro do Trabalho do presidente Lula, Berzoini fala às repórteres Mariana Caetano e Vera Rosa:

– Sobre o caixa 2, tenho dito que não é um caso semelhante ao de corrupção. No caso de caixa 2, defendo a apuração das circunstâncias, da origem e do destino do dinheiro, e que se faça uma avaliação do que fere a ética partidária. Não devemos ser hipócritas: caixa 2 é algo muito comum na política brasileira.

De Gilmar Mendes, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal):

– Eu espero que façam as devidas distinções. O que é caixa 2 de campanha? Dinheiro vindo de corrupção é também caixa 2 de campanha? Land Rover oferecido a dirigente partidário também é caixa 2? Espero que façam as devidas distinções entre mera irregularidade financeira de campanha e dinheiro de corrupção.

Reação de Lucas Furtado, procurador-geral do TCU (Tribunal de Contas da União), para quem "um dos piores crimes é o eleitoral, porque atenta contra a democracia":

– Não se pode considerar como normal algo que a legislação considera crime. A rigor, o crime eleitoral parece que não tem vítima. Esses crimes têm normalmente baixa reprovação social, mas não quer dizer que eles não sejam um dos crimes mais danosos à democracia.

154 – 14/10/2005 Sem mencionar países ou governantes, o secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), Kofi Annan, faz pronunciamento na abertura da 15ª Reunião da Cúpula Ibero-Americana, em Salamanca, na Espanha. Deixa constrangido o presidente Lula, presente ao evento. Diz Kofi Annan:

– A erradicação da pobreza requer o combate à corrupção, a promoção da transparência e a boa governança.

Marco Aurélio Garcia, o assessor do presidente que acompanha a sessão, veste a carapuça e desabafa aos jornalistas. Para ele, "o combate à pobreza não está sendo afetado pela corrupção" que, afinal, "é um problema sistêmico". De certa forma, justifica o "rouba, mas faz".

Numa última tentativa de barrar o processo de cassação de seus mandatos, cinco deputados do PT entram com mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal). Dizem não aceitar um julgamento coletivo, uma violação de garantias constitucionais como o direito de defesa, a presunção de inocência e a individualização da pena. Também alegam que as suas justificativas de defesa não foram levadas em consideração.

Em ação anterior, os petistas já haviam conseguido ampliar o prazo de defesa que precede a abertura dos processos. São os seguintes os deputados autores do recurso ao STF: João Paulo Cunha (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA) e Josias Gomes (PT-BA).

155 – 15/10/2005 A revista Veja volta a publicar reportagem sobre as atividades de lobista do irmão do presidente Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá. César Alvarez, assessor do presidente da República, recebeu, com intermediação de Vavá, o empresário português Emídio Mendes, um dos controladores do Riviera Group, que atua no setor imobiliário, turístico e energético. O irmão do presidente participou da audiência, no Palácio do Planalto. Oito dias depois, o empresário, mais uma vez acompanhado de Vavá, estava de volta ao Palácio do Planalto. Desta vez para ser recebido pelo chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. Por fim, e em decorrência dos encontros patrocinados anteriormente por Vavá, o empresário fez uma visita à sede da Petrobrás,

empresa com a qual vinha tentando fechar negócios, no Rio de Janeiro. Acompanhou-o, mais uma vez, Vavá.

A reportagem de Marcelo Carneiro e Camila Pereira questiona o papel de Carvalho, amigo e freqüentador dos churrascos patrocinados por Lula na Granja do Torto. Trecho do texto de Veja:

"A pergunta óbvia é: Carvalho não comunicou ao presidente que seu irmão levava empresários para fazer negócios no Palácio do Planalto? E, se comunicou, por que o escritório de Vavá funcionou a pleno vapor até sua existência e finalidade terem sido reveladas por Veja? Solicitada a responder a essas perguntas na última sexta-feira, a assessoria da presidência limitou-se a dizer que tanto Carvalho quanto o presidente estavam 'incomunicáveis'. Para quem, ao longo dos últimos escândalos, sempre se mostrou o último a saber, o termo não deixa de ser apropriado."

156 – 16/10/2005 Delúbio Soares comemora o aniversário na fazenda Catonha, em Buriti Alegre (GO). O proprietário é o pai dele, Antônio Soares. Delúbio diverte-se refrescando os amigos com água de um caminhão-pipa da Prefeitura. O prefeito, João Alfredo de Mello (PT), foi eleito com apoio do ex-tesoureiro.

Apesar de formalmente afastado do comando do PT, Delúbio mantém a pose e os privilégios de dirigente do partido. Chegou a Buriti Alegre num automóvel Omega blindado, recém-adquirido, pelo qual pagou R$ 67 mil, à vista. Em depoimento à Polícia Federal, o ex-tesoureiro informou ter patrimônio de R$ 168 mil.

Na fazenda em nome do pai, Delúbio faz a festa protegido o tempo todo por dois seguranças. O ex-tesoureiro concede entrevista ao repórter Expedito Filho, de O Estado de S. Paulo. Minimiza a importância do escândalo do mensalão:

– Nós seremos vitoriosos, não só na Justiça, mas no processo político. É só ter calma. Em três ou quatro anos, tudo será esclarecido e esquecido, e acabará virando piada de salão.

O Ministério Público de Goiás investiga se houve crime de sonegação fiscal na compra das propriedades da família de Delúbio Soares em Buriti Alegre. No total, os pais do ex-tesoureiro aparecem como donos de quatro imóveis com 185 hectares, registrados por R$ 147 mil. Perícia judicial aponta que as terras valem R$ 765 mil, cinco vezes mais. A compra das áreas foi feita entre maio de 2004 e abril de 2005, no auge do esquema do mensalão. O promotor Reuder Mota quer saber se as propriedades foram compradas com dinheiro proveniente de enriquecimento ilícito.

157 – 17/10/2005 Renunciam os deputados mensaleiros Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR). Eles abrem mão dos mandatos assim que o STF (Supremo Tribunal Federal) rejeita recurso apresentado por deputados do PT, que pretendiam evitar a instauração de processos de cassação por suspeita de envolvimento no esquema do mensalão. Ao contrário do que pleiteavam os petistas, o STF considerou que não houve cerceamento ao direito de defesa dos acusados. Afinal, os processos ainda não tinham sido sequer instalados.

As renúncias de Rocha, acusado de receber R$ 920 mil de Marcos Valério, e de Borba, a quem foram atribuídos saques de R$ 2,1 milhões, acontecem minutos antes de o Conselho de Ética da Câmara fazer a abertura de processos contra todos os deputados acusados de se beneficiarem do esquema de corrupção.

Com a instauração dos processos, os parlamentares não podem mais renunciar para evitar a inelegibilidade até 2015, caso sejam cassados. Já haviam renunciado os

deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP) e Carlos Rodrigues (PL-RJ). Explicação de Borba:

– O momento não me concederá a oportunidade de apresentação de plena e ampla defesa, equivalendo dizer que estarei, apesar de inocente, submetido a um tribunal de exceção, onde a subjetividade e o arbítrio prevalecerão sobre as provas.

Explicação de Rocha:

– O Congresso Nacional não assume que, nas investigações, não há mensalão. Há dinheiro de campanha sem estar contabilizado perante os tribunais. Isso é uma coisa que acontece na política brasileira.

Do jornalista Janio de Freitas, da Folha de S.Paulo:

"Renunciante ou não, nenhum dos denunciados na lista das CPIs explicou jamais – nem foi assediado para fazê-lo – por que preferiu que um emissário seu sacasse o dinheiro proveniente de Valério e Delúbio. A conduta normal seria pedir ou providenciar o depósito em sua conta, tão mais fácil para os deputados, com agência do Banco do Brasil no Congresso, do que o saque em dinheiro de centenas de milhares de reais. O saque sistemático em dinheiro é, por si só, uma denúncia de conhecimento prévio de alguma ilicitude no dinheiro ofertado."

Do líder do PP, deputado José Janene (PR), um dos parlamentares que terá de responder ao Conselho de Ética, por ter sido acusado de receber R$ 4,1 milhões do valerioduto:

– Todo mundo sabe que o ex-ministro José Dirceu, o Silvio Pereira e o Delúbio Soares eram os homens poderosos desta República, responsáveis pela definição de alianças nos Estados, pelos destinos do governo e pela partilha dos cargos.

– Quem nos colocou nessa situação difícil foi o PT e agora é o PT que terá de responder pela origem do dinheiro que nos foi repassado, e não nós. Acreditamos neles. Nunca poderíamos imaginar que um dia colocariam o dinheiro do PT sob suspeita.

Negócio em família. A Justiça de Mato Grosso do Sul determina a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do governador José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT. A medida também atinge os irmãos dele Ozório Miranda dos Santos e Heitor Miranda dos Santos, o deputado Vander Loubet (PT), outras 14 pessoas e cinco empresas. Todos são suspeitos de envolvimento numa licitação que permitiu à família de Zeca do PT administrar o terminal fluvial de Porto Murtinho (MS).

Existem suspeitas de fraude na licitação. O governo de Zeca entregou o gerenciamento do porto a um consórcio de empresas, mas uma delas cedeu o lugar a outras companhias. Destas, uma é a Integrasul, com os seguintes proprietários: Ozório Miranda dos Santos, o irmão do governador, Fábio Silva dos Santos, sobrinho do governador, e Myriam Conceição Silvestre dos Santos, mulher de Heitor Miranda dos Santos, o outro irmão. Ela é cunhada de Zeca.

158 – 18/10/2005 O deputado Júlio Delgado (PSB-MG), relator do processo de cassação do deputado José Dirceu (PT-SP) no Conselho de Ética, recomenda a perda do mandato do ex-ministro, "como meio de restaurar a dignidade e a credibilidade" da Câmara dos Deputados. Diz Delgado:

– Não é eticamente concebível e muito menos crível que um parlamentar com tamanho poder de decisão e capacidade de articulação em seu partido e no governo, como Dirceu, tenha permitido que o maior esquema de corrupção do sistema político pelo sistema econômico de que o país tem notícia tenha sido idealizado e praticado por correligionários e pessoas de seu relacionamento, sem que ele soubesse, controlasse e coibisse.

Para Delgado, Dirceu jamais deixou de ser deputado no período em que foi ministro da Casa Civil de Lula. Por isso, pode ser cassado por quebra do decoro parlamentar. O relatório denuncia a aliança política engendrada pelo governo do PT, que "envolvia um esquema de patrocínio de despesas de campanha e de incentivos financeiros". Segundo Delgado, existem "evidências irrefutáveis" para afirmar que "Dirceu tinha poderes para ser o intelectual de todo este esquema ou, pelo menos, poderes suficientes para impedir que tais práticas prosperassem".

Em seu relatório, Delgado destaca o empréstimo do Banco Rural à ex-mulher de Dirceu, Ângela Saragoça, e o emprego obtido por ela no BMG, por influência de Marcos Valério. Também cita o nome de Roberto Marques, o Bob, assessor informal de Dirceu, na lista de sacadores do valerioduto. O relatório cruza datas de votações importantes na Câmara, com as retiradas de dinheiro do esquema do mensalão. Do relatório:

"A maioria dos nomes dos sacadores é de parlamentares ou de pessoas ligadas a eles, e as datas de liberação coincidem com votações de interesse do governo na Câmara. O BMG emprestou ao PT R$ 2,4 milhões, em 17 de fevereiro de 2003, e R$ 40,4 milhões às empresas de Valério, entre 2003 e 2004. Esses R$ 40,4 milhões teriam sido repassados ao partido. Em 20 de fevereiro de 2003, três dias depois do primeiro empréstimo ser concedido, a diretoria do banco teve audiência com o então ministro da Casa Civil. Em 24 de fevereiro de 2003, a SMPB, a empresa de Valério responsável pela maioria dos saques no esquema de caixa 2, fechou a primeira operação financeira com o BMG, no valor de R$ 12 milhões."

A deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) faz pedido de vista, mecanismo pelo qual obtém prazo para analisar o relatório de Delgado. A votação é adiada. Dirceu ganha tempo.

A Transparência Internacional, principal organização mundial de combate à corrupção, divulga o Índice de Percepções de Corrupção. Num ranking de 158 países, o Brasil ocupa o 62º lugar. A nota do país caiu de 3,9 para 3,7, numa escala de zero a 10. Em entrevista à revista Veja, o alemão Peter Eigen, presidente da entidade, com sede em Berlim, na Alemanha, afirma:

– A corrupção é o maior obstáculo atual ao funcionamento das democracias. Ela provoca a desconfiança dos cidadãos no processo político. Se as pessoas descobrem que seus representantes submetem suas decisões a propinas ou favores, elas perdem convicção e interesse no jogo político. Democracia sem participação deixa de ter sentido como tal e os líderes perdem a legitimidade. Um ambiente corrupto exime as lideranças de prestar conta de seus atos, torna difícil para a polícia e a imprensa a investigação dos fatos, enquanto o sistema judicial favorece a impunidade. Tudo isso em óbvio prejuízo para o cidadão comum.

Para Peter Eigen, a corrupção afeta a qualidade dos serviços e os seus custos, pois os negócios são decididos por propinas. Declaração do presidente da Transparência Internacional ao repórter Antonio Ribeiro, em Paris:

– Não hesito em dizer que a corrupção é o principal motivo da miséria na América Latina, Ásia e na África. Não faltam recursos para erradicar a miséria nessas regiões. Falta evitar que eles sejam desviados.

Em São Paulo, Cláudio Weber Abramo, diretor da Transparência Brasil, define o caixa 2 como "um pagamento" feito por empresários, em nome de benefícios recebidos durante o governo. Ou, então, é um acerto em nome de "favores futuros", caso o dinheiro esteja sendo repassado para um candidato, durante uma campanha eleitoral. A

receita para combater o caixa 2 é aumentar o controle das licitações e dos contratos de governo. Diz Abramo:

– Por meio de mecanismos administrativos, pode-se coibir as fraudes que geram o caixa 2. Dinheiro de caixa 2 é crime.

159 – 19/10/2005 O jornal Folha de S.Paulo reproduz o conteúdo da carta endereçada por Delúbio Soares ao PT, na qual o ex-tesoureiro faz a sua defesa dentro do partido. Para Delúbio, a responsabilidade pelo caixa 2 deveria ser dividida com a direção do PT, pois ele, como tesoureiro, apenas buscou soluções para problemas que tiveram origem em decisões coletivas. Diz a carta:

"Ora, não se poderia imaginar que todas as metas indicadas e que tinham como objetivo final 'vencer as eleições', na estrutura social brasileira, que nenhum de nós desconhece, pudessem ser alcançadas sem despesas de grande monta. Foi exatamente o que ocorreu."

Outro trecho:

"É óbvio, para aqueles que não querem adotar a hipocrisia como razão de viver, que recursos destinados ao pagamento de despesas não-contabilizadas não poderiam ser registrados na contabilidade do partido, independentemente da minha vontade."

Agora, com ironia:

"Respeito a ingenuidade. Não sei, no entanto, de onde imaginavam que o dinheiro viria – se do céu, num carro puxado por renas e conduzido por um senhor vestido de vermelho – e menos ainda me recordo de que alguma preocupação com a origem desses recursos tenha me sido transmitida."

Delúbio trata de proteger Lula. Afirma ter atendido "aqueles que me procuravam em busca de socorro", e que "todos os nossos companheiros candidatos em 2002 e 2004, com exceção do presidente Lula, contaram com recursos não-contabilizados em suas campanhas".

Acrescenta que o caixa 2 é "prática antiga e habitual no partido, pela qual jamais se viu uma punição". Acusa o PT de ter se transformado "numa floresta de dedos em riste, duros como pedra", todos apontados contra ele. Diz Delúbio em sua carta:

"Tranqüilizem-se os que foram beneficiados pelo meu trabalho, pois seus nomes não brotarão de minha boca, ainda que o meu não saia das deles."

O STF (Supremo Tribunal Federal) rejeita pedido do deputado José Dirceu (PT-SP), para que seja suspenso o processo de cassação aberto contra ele no Conselho de Ética da Câmara. Por 7 votos a 3, o STF não aceita o argumento do ex-ministro, segundo o qual ele não poderia ser processado por quebra de decoro parlamentar, por supostos atos praticados num período em que exercia a função executiva de ministro da Casa Civil.

161 – 21/10/2005 Técnicos das CPIs dos Correios e do Mensalão apontam indícios de pagamentos regulares do esquema de caixa 2 operado por Delúbio Soares e Marcos Valério ao PL do ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP). Há cheques, depósitos em dinheiro e transferências eletrônicas, ao longo de vários meses. Em fevereiro de 2003, os repasses ao PL foram de R$ 500 mil semanais, em intervalos de oito dias. Dinheiro transferido: R$ 2 milhões. No mês seguinte, depósitos de R$ 300 mil por semana, durante cinco semanas. Dinheiro transferido: R$ 1,5 milhão.

Em junho daquele ano, começou uma operação que funcionou sempre da mesma forma: remessas em três dias consecutivos por semana, perfazendo R$ 200 mil a cada

sete dias. O esquema foi até agosto e somou mais R$ 2,4 milhões. Em agosto houve um pagamento avulso, no valor de R$ 100 mil. Total repassado: exatos R$ 6 milhões.

Auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) apura prejuízos de R$ 15,7 milhões em serviços de publicidade contratados pela Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República, no período em que o então ministro Luiz Gushiken comandava o órgão. Não há quaisquer documentos que atestem a produção de 1,2 milhão de revistas e encartes por parte da agência de publicidade Duda Mendonça Associados, pelos quais o governo desembolsou R$ 3 milhões.

O relatório do TCU aponta superfaturamento de 200% em serviços de publicidade, envolvendo também a agência Matisse Comunicação e Marketing. As duas agências trabalharam com apenas quatro gráficas e os auditores constataram sobrepreços nos serviços de impressão. A agência de Duda apresentou notas fiscais referentes a serviços não executados. A Secom, por sua vez, não dispunha de arquivo com notas fiscais, documentos de remessa de materiais e recibos de entrega do que teria sido produzido pelas agências, mas mesmo assim autorizou os pagamentos.

Em depoimento à Polícia Federal, o deputado José Dirceu (PT-SP) responsabiliza o ex-tesoureiro Delúbio Soares pelo esquema de caixa 2 no PT. Nega que Lula ou qualquer outro integrante do governo, inclusive ele, Dirceu, soubesse da distribuição de dinheiro a parlamentares da base aliada do PT. Depois, Dirceu concede entrevista coletiva:

– Se o presidente Lula decidir se candidatar à reeleição, estarei ao lado dele.

162 – 22/10/2005 A direção do PT reúne-se em São Paulo e expulsa Delúbio Soares do partido. Alega “gestão temerária”. Em nota, os dirigentes petistas afirmam ter sido contida a ofensiva das forças conservadoras contra o governo Lula e o PT. Dos 56 votos, 37 aprovam a expulsão do ex-tesoureiro, enquanto 16 propunham uma suspensão por três anos. Entre os que desejavam apenas a suspensão, o deputado José Dirceu (PT-SP), o novo tesoureiro do partido, Paulo Ferreira, a mulher de Delúbio, Mônica Valente, e o autor da defesa da proposta, João Felício, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT):

– Temos que parar com essa hipocrisia, porque todo mundo ligava para o Delúbio pedindo dinheiro e ele tinha que se virar.

Em sua defesa, Delúbio diz ter cumprido uma tarefa:

– Não traí e não sou um delator. Todos aqui sabem quantas vezes fui procurado por pessoas que me diziam que se não houvesse a contratação de shows com grandes artistas não seria possível ganhar a eleição.

E mais:

– Não estou fazendo minha defesa, mas a defesa de todos os que se beneficiaram dos recursos não-contabilizados, que não foram inventados por mim.

165 – 25/10/2005 Depoimento à CPI dos Bingos. É de João Carlos da Rocha Mattos, juiz federal afastado e preso há dois anos sob a acusação de venda de sentenças. Ele presta informações sobre o conteúdo de 42 fitas cassetes que trazem escutas telefônicas gravadas supostamente de forma ilegal pela Polícia Federal, entre janeiro e março de 2002. As fitas reproduzem conversas entre integrantes do PT sobre as investigações do assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT).

Segundo Rocha Mattos, as gravações revelam o desencadeamento de uma “operação abafa” para inviabilizar as apurações a respeito do esquema de corrupção em

Santo André. A coordenação teria sido feita por Gilberto Carvalho, o chefe de gabinete do presidente Lula. Quando Daniel foi assassinado, Carvalho era o secretário de Governo da Prefeitura de Santo André.

A acusação mais grave feita pelo juiz afastado é a de que "pessoas da favela Pantanal", onde o prefeito teria sido mantido em cativeiro antes de ser morto, telefonaram a Carvalho e ao ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT), também secretário de Daniel na época, o que envolveria ambos no seqüestro e no assassinato. Diz Rocha Mattos:

– Nas conversas havia a clara impressão de que Celso Daniel era um morto muito pouco querido. Não havia lamentos pela morte, apenas a preocupação em proteger os dirigentes do PT. E fica clara, nas conversas, a preocupação de todos com o que os irmãos do prefeito poderiam declarar.

O juiz afastado menciona Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, que chegou a ser preso sob a acusação de mandar matar Daniel:

– Dá a impressão de que era Gilberto Carvalho que coordenava o esquema de arrecadação. Quando a situação começa a se complicar, o Sombra aparece nas gravações gritando: "Chama o Gilberto aí".

Rocha Mattos menciona o chefe de segurança das campanhas eleitorais de Lula, o delegado de polícia Francisco Baltazar, que depois ocupou o cargo de superintendente da Polícia Federal em São Paulo. Para Rocha Matos, Baltazar era contra a desgravação das fitas:

– Está claro que havia uma preocupação de abafar as investigações a respeito do assassinato, porque fatalmente os casos de corrupção, de esquema no lixo e nos ônibus, seriam descobertos.

Agora, o juiz preso menciona Ivone Santana, namorada de Daniel, e o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP):

– A Ivone era pressionada pelo Gilberto, pelo Klinger e pelo Greenhalgh, a se portar como uma viúva triste. Eles a cumprimentaram pelo desempenho que teve no programa da Hebe Camargo. Gilberto diz claramente: "Você fez o papel de viuvinha. Muito bom". A preocupação do Greenhalgh era não deixar a investigação ir muito longe, porque era um problema para eles.

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Geraldo Majella, afirma estar decepcionado com o resultado das apurações sobre o escândalo do mensalão. Para ele, "parece que não vai dar em nada, a não ser algumas renúncias e poucas cassações":

– O desgaste é muito grande porque a população quer ver punição para os culpados, mas não é isso que está acontecendo. O que estamos vendo são protelações, evasivas, mentiras, pessoas colocando os seus interesses acima de tudo. É preciso levar todas as denúncias até as últimas conseqüências.

O deputado José Dirceu (PT-SP) obtém vitória no STF (Supremo Tribunal Federal). Liminar proíbe o Conselho de Ética da Câmara de fazer uso de provas obtidas a partir da quebra dos sigilos bancário e telefônico do deputado, no processo disciplinar. A medida adia a tramitação da cassação do mandato de Dirceu.

166 – 26/10/2005 A CPI dos Bingos promove acareação entre João Francisco Daniel e Bruno Daniel, os dois irmãos de Celso Daniel, e Gilberto Carvalho, o chefe de gabinete do presidente Lula. Carvalho foi secretário de Governo de Daniel, na Prefeitura de Santo André (SP). Os irmãos acusam Carvalho de dizer, em três ocasiões

diferentes, logo após o assassinato de Daniel, que ele mesmo, Carvalho, foi o responsável pelo transporte de dinheiro da propina de Santo André para o então presidente do PT, José Dirceu (PT-SP). O chefe de gabinete de Lula nega. Diz João Francisco:

– Você se esqueceu que, naquele dia em casa, entre um pedaço de bolo de aipim e outro, você não parava de falar? Disse que tinha medo de transportar tanto dinheiro para José Dirceu num Corsa preto?

No início da acareação, João Francisco afirma ter se encontrado com Daniel na véspera do aniversário do prefeito, em 1 de novembro de 2001. O prefeito seria assassinado dois meses depois. Daniel se disse muito preocupado:

– Ele estava muito triste, com problemas na Prefeitura de Santo André, e me disse: “Eu só gostaria de dizer que estou fazendo um dossiê contra Klinger, Ronan e Sérgio”. Aquela declaração dele me deixou preocupado.

João Francisco volta a acusar Carvalho. Refere-se também a Ronan Maria Pinto, o empresário de Santo André acusado de integrar o esquema de corrupção:

– Sinto que o senhor sofre, que sua alma está aprisionada. Em Santo André, o senhor fazia a ligação entre a quadrilha formada por Klinger Luiz de Oliveira, Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva, com a cúpula do PT em São Paulo.

Agora, o diálogo áspero entre Bruno e Carvalho, a começar com o irmão de Daniel:

– Celso considerava que operar um esquema para financiar campanha era um mal necessário.

– Não posso aceitar que se fale que Celso praticava corrupção, porque ele não está aqui para se defender.

– Há evidências fortes de que havia um esquema de arrecadação de recursos para financiamento de campanhas do PT. Um exemplo disso é o depoimento da antiga empregada de Celso, que relata a existência de recursos no apartamento dele.

– O que me espanta é a distância que vocês tinham do seu irmão. Pelo amor de Deus, como acreditar no depoimento da empregada?

Durante a sessão da CPI dos Bingos, a leitura de trechos das 42 fitas com escutas telefônicas, gravadas após a morte de Daniel. Num diálogo entre o ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT) e Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, o primeiro diz que Carvalho vai indicar um advogado criminalista para defender Sombra. Em outra conversa, Carvalho diz a Klinger:

– Ontem, tive uma conversa com o Zé Dirceu... O partido vai entrar meio pesado.

Aqui, Carvalho faz relato a Sombra:

– Marcamos para as 6 horas na casa do Zé Dirceu. Teremos uma conversa. Conversaremos sobre a nossa tática dessa semana. Vamos ter de ir para a contra-ofensiva.

De volta à sessão da CPI dos Bingos, Carvalho afirma não haver condenação contra Sombra:

– Naquele momento, Sérgio era o grande amigo de Celso Daniel. Não há nenhuma prova de que Sérgio tenha mandado matar.

Depois da sessão, o repórter Fausto Macedo, de O Estado de S. Paulo, ouve o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP):

– Acompanhei todo o trabalho da necropsia e ninguém falou em tortura. O Lula me pediu que assumisse a missão de acompanhar toda a investigação. Hoje eu posso garantir que foi mesmo crime comum.

O deputado Josias Quintal (PSB-RJ), relator do processo do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), um dos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão, recomenda ao Conselho de Ética da Câmara a cassação do parlamentar. Assessores de Queiroz, que é presidente do PTB de Minas Gerais, sacaram R$ 350 mil da agência SMPB de Marcos Valério, supostamente repassados a candidatos do PTB nas eleições municipais de 2004. Outros R$ 102 mil foram retirados da siderúrgica Usiminas, mas tampouco foram registrados como contribuição de campanha à Justiça Eleitoral. Trecho do parecer de Quintal:

"A participação do representado nas supramencionadas operações irregulares de repasse de verbas eleitorais e partidárias, mesmo que não realizadas no âmbito do Congresso Nacional, mostra-se suficiente para expor o Legislativo ao descrédito perante uma população já profundamente indignada com a dimensão do escândalo que se desvela e envolve diversos partidos políticos."

167 – 27/10/2005 A CPI do Mensalão promove acareação entre distribuidores e sacadores de dinheiro do caixa 2 do PT. Delúbio Soares, o ex-tesoureiro expulso do partido, mostra-se afinado com o empresário Marcos Valério. Mas não há entendimento. Os números do valerioduto, acima de R$ 55 milhões, não batem.

Delúbio diz ter autorizado R$ 12 milhões para o PL. Valério afirma que repassou R$ 10,8 milhões. Valdemar Costa Neto, o presidente do partido, garante que recebeu apenas R$ 6,5 milhões, e insiste: usou todo o dinheiro para pagar despesas de campanha do segundo turno da chapa Lula/José Alencar (PL-MG), em 2002. Mas não apresenta qualquer comprovante:

– Ainda não tenho os recibos.

Delúbio declara que autorizou R$ 8 milhões para o PP, sendo R$ 4,5 milhões para o assessor João Cláudio Genu ou pessoas diretamente autorizadas pelo líder do partido, deputado José Janene (PR). Outros R$ 3,5 milhões foram para o deputado Vadão Gomes (PP-SP). Valério afirma ter repassado R$ 4,1 milhões ao PP. Simone Vasconcelos, diretora financeira da SMPB, fala que entregou R$ 1,6 milhão a Genu. Ele, por sua vez, diz que recebeu apenas R$ 700 mil.

Emerson Palmieri, o tesoureiro informal do PTB, reafirma que Valério entregou R$ 4 milhões ao ex-presidente do partido, Roberto Jefferson, em duas remessas. E dá os detalhes de como separou o dinheiro em pacotes de R$ 150 mil e R$ 200 mil, mas não sabe qual o destino do dinheiro, a cargo de Jefferson. Valério nega. Diz que jamais entregou qualquer quantia a Jefferson. Palmieri ironiza:

Valério não entregou, Delúbio não entregou, José Dirceu não entregou, José Genoino não entregou. Roberto foi cassado por um crime que não existiu, então.

O deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) apresenta uma tabela de pagamentos ao PL, e argumenta que está provada a existência do mensalão. Alinha quatro pagamentos de R$ 500 mil cada, de oito em oito dias, em fevereiro de 2003. E cinco pagamentos semanais de R$ 300 mil cada, em março daquele ano. Para ele, um "semanão gordo". Ao longo de cinco meses, os repasses chegaram a R$ 6 milhões. A conta: se a quantia for repartida por 41, o número de deputados e senadores do PL na época, o resultado é R$ 29.268,29 mensais para cada um, número bem próximo da quantia de R$ 30 mil, o mensalão denunciado por Jefferson.

Os deputados Moroni Torgan (PFL-CE) e Zulaiê Cobra (PSDB-SP) anunciam que vão defender o impeachment de Lula junto a seus partidos. Para Torgan, está claro o envolvimento do presidente em crime eleitoral:

– Não é possível que somente os deputados paguem pelo caixa 2. Todo mundo que depôs aqui hoje confessou o caixa 2. É preciso tratar do impeachment.

Para o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN), o candidato é o responsável pela prestação de contas da campanha:

– Se o presidente Lula não incluiu nela os R$ 6,5 milhões gastos pelo deputado Valdemar Costa Neto, ele cometeu crime eleitoral. Tem muito deputado respondendo a processo que pode resultar em cassação por causa do caixa 2. O presidente da República não está imune à lei.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) denuncia um "esquema de assalto ao Estado", e defende a legitimidade do processo de impeachment contra Lula:

– O PT tentou passar a idéia de que todo roubo valia porque era caixa 2. Como mundo fazia, era perdoável. O problema é que tudo o que foi feito de errado o PT diz que é caixa 2. Mas não tinha campanha. Era corrupção pura e simples.

Em editorial, o jornal Folha de S.Paulo comenta a possibilidade de abertura de um processo de impeachment contra o presidente da República. Lembra que o uso de recursos irregulares na campanha de Lula já fora admitido pelo próprio marqueteiro do presidente, Duda Mendonça. Diz o jornal:

"São de fato enfáticos os indícios de dinheiro 'não-contabilizado' na campanha de Lula, mas, quando das declarações de seu marqueteiro, a própria oposição e alguns porta-vozes do establishment preferiram aplicar panos quentes sobre o assunto, calculando que seria menos traumático e mais viável em termos políticos deixar que os acontecimentos se encarregassem de 'diminuir' o primeiro mandatário."

A Folha acrescenta:

"Ao que parece, porém, Lula, embora tenha se tornado um candidato extremamente vulnerável, não encolheu tanto quanto se imaginou – e, além disso, vai mostrando crescente desembaraço ao atacar opositores e proteger os acusados de corrupção de seu partido e do governo, gente que no seu entender apenas 'errou'. Ao mesmo tempo, a oposição, por conveniência ou incompetência, não tem conseguido trazer à luz fatos que elucidem o modus operandi do esquema do mensalão, em especial no que tange à origem do dinheiro."

168 – 28/10/2005 A Folha de S.Paulo publica reportagem para apontar que Delúbio Soares e Marcos Valério praticam chantagem contra o governo Lula e o PT. De acordo com o relato do repórter Kennedy Alencar, os dois enviaram recados exigindo dinheiro para não revelar fatos que agravariam a crise e comprometeriam lideranças políticas. Valério teria mencionado a quantia de R$ 20 milhões a Delúbio. A reportagem afirma:

"Já Delúbio exigiu e obteve da nova direção do partido o compromisso de que seu advogado e o de Silvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, sejam pagos pelo partido. Delúbio pediu ainda ajuda financeira para sobreviver no médio prazo."

Segundo a matéria da Folha, "o único petista que caiu em desgraça e não se queixa de falta de dinheiro é o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Ele tem dito a amigos estar preparado para sobreviver financeiramente uns cinco anos sem preocupação. Teria boa poupança, suficiente para uma temporada em Cuba após a cassação que ele julga inevitável".

O Ministério Público Federal requer à Justiça Federal de Brasília uma ação por improbidade administrativa contra o deputado José Dirceu (PT-SP), o filho dele, José Carlos Becker, o Zeca Dirceu, e Waldomiro Diniz, o ex-chefe de assuntos parlamentares do Ministério da Casa Civil.

Os procuradores denunciam uma estrutura montada pelo ex-ministro Dirceu para favorecer Zeca na obtenção de recursos federais a municípios do noroeste do Paraná, base eleitoral do filho do ministro. Em 2003, época dos acontecimentos, Zeca era funcionário da Secretaria do Trabalho do Paraná. No ano seguinte, elegeu-se prefeito de Cruzeiro d'Oeste (PR).

Na ação, o Ministério Público alega que funcionários da Casa Civil pressionaram pela liberação de emendas favorecendo Zeca. Alguns convênios previam a autorização de recursos antes mesmo do detalhamento dos projetos. As emendas apresentadas somaram R$ 1,4 milhão.

169 – 29/10/2005 A revista Veja denuncia um novo escândalo: o PT recebeu grande quantia em dólares, proveniente de Cuba. O dinheiro norte-americano chegou acondicionado em caixas de bebida. De acordo com o repórter Policarpo Junior, o comitê eleitoral de Lula recebeu, entre agosto e setembro de 2002, US$ 3 milhões. O dinheiro foi entregue pelo cubano Sérgio Cervantes, conselheiro político da embaixada de Cuba no Brasil, e depois levado para Campinas (SP) num avião Seneca, em duas caixas de uísque e uma de rum cubano. Buscou o dinheiro Vladimir Poleto, ex-assessor do ministro Antonio Palocci (PT-SP) em Ribeirão Preto (SP).

Em Campinas, o dinheiro foi apanhado no aeroporto de Viracopos por Ralf Barquete, outro auxiliar de Palocci da época da Prefeitura de Ribeirão. De lá, foi levado num automóvel Omega blindado, conduzido pelo motorista Éder Eustáquio Macedo, para o comitê de Lula no bairro de Vila Mariana, em São Paulo. Aos cuidados de Delúbio Soares. Veja obteve detalhes da história com o advogado Rogério Buratti, ex-secretário de Governo de Palocci em Ribeirão. O relato da revista:

"Buratti não queria falar sobre o assunto, mas não se furtou a confirmar o que sabia. 'Fui consultado por Ralf Barquete, a pedido do Palocci, sobre como fazer para trazer US$ 3 milhões de Cuba', disse Buratti."

Barquete morreu em 2004, vítima de câncer.

Da reportagem: "Buratti sugeriu internar o dinheiro cubano pela via que lhe parecia mais fácil. 'Disse que poderia ser através de doleiros'. O advogado relata que, depois disso, não teve mais contato com o assunto, mas dias depois foi informado de seu desfecho. 'Sei que o dinheiro veio, mas não sei como'. As declarações de Buratti foram gravadas com seu consentimento".

A revista também entrevistou o economista Vladimir Poleto:

"A conversa estendeu-se das 10 da noite até as 3 da madrugada. Poleto, apesar da longa duração do contato, ficou assustado a maior parte do tempo. 'Essa história pode derrubar o governo', disse ele mais de uma vez, sempre passando as mãos pela cabeça, em sinal de nervosismo e preocupação. No decorrer da entrevista, no entanto, Poleto confessou que ele mesmo transportou o dinheiro de Brasília a Campinas, voando como passageiro em um aparelho Seneca em que estavam apenas o piloto e ele. Fez questão de ressalvar que, na ocasião, não sabia que levava dinheiro. Achava que era bebida. 'Eu peguei um avião de Brasília com destino a São Paulo com três caixas de bebida', disse. 'Depois do acontecimento, fiquei sabendo que tinha dinheiro dentro de uma das caixas', completou, acrescentando: 'Quem me disse isso foi o Ralf Barquete. O valor era US$ 1,4 milhão'."

Poleto contou que recebeu a orientação de embarcar no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no avião emprestado por José Roberto Colnaghi, empresário amigo de Palocci. Em Brasília, foi levado numa van até o apartamento em que recebeu do cubano as três caixas de bebida, lacradas com fitas adesivas. A reportagem conta que ele

deveria voar de volta para Congonhas, mas o mau tempo obrigou o piloto a descer em Viracopos.

Barquete chegou em Viracopos no Omega blindado dirigido por Éder Eustáquio Macedo, hoje funcionário do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. O motorista pôs as caixas no porta-malas e levou-as a Delúbio. Ele confirmou ter feito o serviço a Veja, mas recusou-se a falar novamente com a revista.

O Omega blindado pertencia à locadora de Roberto Carlos Kurzweil, empresário de Ribeirão. O comitê eleitoral do PT o alugara. O motorista Macedo era funcionário de Kurzweil e fora cedido ao PT. O repórter Policarpo Junior informa que o cubano Sérgio Cervantes, ligado diretamente a Fidel Castro, é um velho conhecido de Lula e do ex-ministro José Dirceu (PT-SP).

Poleto tentou negar a entrevista: "Ele despachou um e-mail à revista pedindo para que não se fizesse 'uso do conteúdo' da conversa. Ali, sugere que não autorizou a gravação do diálogo e dá a entender que, diante de 'diversos copos de chope', pode ter caído involuntariamente no 'exacerbamento de posicionamentos'. Veja respondeu o e-mail, indagando as razões que o teriam levado a uma mudança tão radical de postura, mas Poleto não respondeu. Por essa razão, a revista mantém, no corpo desta reportagem, os termos do acordo selado com o entrevistado, que autorizou a publicação do conteúdo da conversa e a revelação de sua identidade. Houve, inclusive, uma gravação da entrevista, também devidamente autorizada por Poleto. A gravação, com sete minutos de duração, resume, na voz dele, os trechos mais importantes das revelações que fez em cinco horas de conversa no Plaza Inn. A tentativa de recuo de Poleto é uma expressão do peso da verdade".

A revista Isto É publica uma lista revisada dos valores repassados pelo empresário Marcos Valério a pessoas indicadas pelo tesoureiro Delúbio Soares. Um irmão do próprio Delúbio, identificado como Carlos, aparece como o beneficiário de R$ 260 mil. E o ex-presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), como recebedor de R$ 200 mil, e não apenas os R$ 50 mil apontados anteriormente.

Como se sabe, Cunha, num primeiro momento, negou o saque e justificou assim a presença de sua mulher no Banco Rural do Brasília Shopping: ela se deslocara até a agência a fim de resolver um problema com o pagamento da conta da sua TV a cabo. Depois, admitiu uma retirada de R$ 50 mil feita por ela, mas apenas para pagar dívidas da campanha eleitoral de 2004. Simone Vasconcelos, a diretora financeira da SMPB, já havia feito referência aos R$ 200 mil, ao mencionar o dinheiro sacado por Cunha. Agora, novamente.

A CPI dos Correios identificou 129 telefonemas entre Cunha e as empresas de Valério, num período de menos de cinco meses, em 2003. Os dados mostram que o telefone celular usado pela SMPB para contatar o tesoureiro do PL Jacinto Lamas, nas datas dos repasses de dinheiro ao PL, é o mesmo telefone usado 53 vezes em ligações para o celular de Cunha. O deputado não quis comentar.

171 – 31/10/2005 Deixa o Brasil o diplomata cubano Sérgio Cervantes, apontado como responsável pela entrega de dólares de Cuba para a campanha eleitoral de Lula, em 2002. Viaja sem dar quaisquer esclarecimentos sobre o caso.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) anuncia que vai apurar denúncias segundo as quais o grupo guerrilheiro Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) doou US$ 5 milhões para a campanha do PT em 2002. A revista Veja revelou uma investigação da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) em março de 2005, mas não

se encontraram provas do repasse. Para Dias, o caso configura "atentado à soberania nacional" e não está encerrado:

– O governo fez uma operação abafa do caso. Fui procurado por pessoas da área militar que falam dessa conexão internacional. É difícil provar, mas temos de investigar.

O motorista Éder Eustáquio Macedo, acusado de ser o homem que dirigiu o Omega blindado com os dólares de Cuba, ocupa cargo de confiança no gabinete do ministro Antonio Palocci (PT-SP) no Rio de Janeiro. A repórter Elvira Lobato, da Folha de S.Paulo, entrevista funcionários do Ministério da Fazenda no Rio. Eles estranham a contratação de um motorista exclusivamente para atender Palocci no Rio, cidade que pouco freqüenta. Não haveria razão para deixar de usar os serviços dos motoristas de carreira do Ministério. Macedo só trabalha quando convocado.

A empresa Rek, do empresário Roberto Carlos Kurzweil, apontado como o responsável pelo aluguel do Omega da operação Cuba, fez parte de um consórcio que venceu em 1995 uma licitação suspeita de R$ 400 milhões, para implantar e operar, durante 15 anos, o serviço de tratamento de esgotos de Ribeirão Preto (SP). O negócio ocorreu na primeira administração do prefeito Palocci na cidade. Os prazos não foram cumpridos.

Reportagem da Folha de S.Paulo, assinada pelos repórteres José Alberto Bombig e Rogério Pagnan, revela que documentos em poder do Ministério Público trazem novos indícios de contabilidade paralela na segunda administração do prefeito Antonio Palocci (PT-SP), em Ribeirão Preto. Promotores apuraram movimentação financeira não registrada entre a Prefeitura e empresas contratadas. Serviços não realizados teriam sido pagos. No esquema, empreiteiras "laranjas" receberiam dinheiro público e fariam repasses de parte desse dinheiro a terceiros.

A suspeita dos promotores é que o dinheiro do caixa 2 de Ribeirão tenha irrigado a campanha presidencial em 2002. Depois da morte do prefeito Celso Daniel (PT), Palocci foi para a coordenação da campanha de Lula. O Ministério Público concentra as investigações nos projetos Vale dos Rios e Fábricas de Equipamentos Sociais. Consumiram quase R$ 10 milhões naquele ano, mas não foram concluídos. Só no primeiro projeto gastaram-se R$ 2 milhões – e não se assentou nenhum tijolo.

Já no projeto Fábricas de Equipamentos Sociais, a Prefeitura gastou R$ 5,5 milhões para construir um total de 2.049 metros quadrados de obras. A perícia constatou a construção de apenas 1.052 metros. Um dos coordenadores do programa foi Roberto Costa Pinho.

No governo Lula, Pinho assumiu o importante cargo de secretário de Desenvolvimento de Projetos do Ministério da Cultura. Ele conta à CPI do Mensalão que recebeu R$ 300 mil do valerioduto, em quatro parcelas, para prestar assessoria política.

Mas Pinho ficou deprimido depois de exonerado do Ministério da Cultura, no início de 2004, acusado de irregularidades em contratos. E não teve condições de prestar os tais serviços de assessoria política para os quais havia recebido os R$ 300 mil. Ele informa que Delúbio não pediu o dinheiro de volta.

– A secretária dele ligou, disse que Delúbio sabia da minha doença e não faltariam oportunidades para eu prestar serviços ao PT.

Dez mensalões.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirma que o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, têm informações sobre o escândalo do

mensalão. Não as revelaram nos depoimentos prestados às CPIs. O senador concede entrevista e sugere que ambos digam tudo o que sabem:

– O Delúbio e o Silvinho preferiram se desligar do PT sem contar tudo.

PSDB e PFL descartam pedido imediato de impeachment para Lula, e decidem poupar o ministro Antonio Palocci (PT-SP). Por enquanto, ele não será chamado a depor nas CPIs que investigam o escândalo do mensalão. Os principais partidos de oposição também reagem com cautela às denúncias sobre a operação Cuba. Diz o presidente do PSDB, o prefeito de São Paulo José Serra:

– Há elementos para uma investigação. Não diria que há elementos para o impeachment, não. E não se trata de ser muito ou pouco cauteloso. Trata-se de ser responsável. Os fatos apontados são gravíssimos e têm de ser investigados para que sejam comprovados ou não.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgìlio (AM) também concede entrevista:

– Impeachment demora um ano ou mais, é o tempo que ele tem para terminar o mandato, e também é um remédio constitucional extremo. O governo dele está tão desmoralizado que não precisa de impeachment. Lula ficará inelegível.

172 – 1/11/2005 O Conselho de Ética da Câmara aprova por unanimidade o arquivamento da acusação contra o líder do PL, deputado Sandro Mabel (GO). De acordo com os 14 deputados que julgaram a ação proposta pelo ex-deputado Roberto Jefferson, não há provas do envolvimento de Mabel no escândalo do mensalão.

Ele foi acusado por Jefferson de participar do esquema de pagamentos ilegais operado por Delúbio Soares e Marcos Valério. Mabel também é acusado de tentar comprar a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) por R$ 30 mil mensais, e oferecer-lhe mais um pagamento de R$ 1 milhão. Em troca, ela deveria ingressar no PL e fazer parte da base aliada do governo Lula.

A organização internacional Social Watch divulga, em Nova York, um ranking mundial de desenvolvimento social. O Brasil ocupa a 94ª posição entre 163 países. A pesquisa avalia o esforço que os países fazem para combater as desigualdades sociais. O índice de capacidades básicas combina dados de saúde e educação. A classificação geral mostra o Brasil numa posição de nível baixo.

173 – 2/11/2005 O advogado Rogério Buratti concede entrevista ao repórter Fernando Rodrigues, da Folha de S.Paulo, e confirma o teor das declarações dadas à revista Veja sobre a operação Cuba. Explica como soube do dinheiro de Cuba e cita Ralf Barquete, companheiro dele na equipe de auxiliares de Antonio Palocci (PT-SP), na época em que o ministro foi prefeito de Ribeirão Preto (SP) pela primeira vez. No período da suposta doação dos dólares cubanos para a campanha eleitoral de Lula, em 2002, Palocci, além de prefeito pela segunda vez, era um dos coordenadores de Lula:

– Eu fui consultado sobre um processo de ingressos de recursos do exterior, provenientes de Cuba. Agora, se era para a campanha eu não sei. O Ralf me perguntou, dizendo ele que era a pedido do Palocci, se eu conhecia algum método de trazer dinheiro proveniente de Cuba para o Brasil.

– E o que o senhor respondeu para ele?

– Aí eu falei que tem um modelo que é através de doleiros. Tem modelo através do Banco Central, que é por dentro. Depende do que você quer, de como você vai usar os recursos. Só isso.

Barquete mencionou a quantia de US$ 3 milhões. O outro contato de Buratti com Barquete sobre o assunto ocorreu depois de consumada a operação:

– Depois, ele próprio me disse que os recursos teriam vindo. Agora, ele não me contou detalhes, nem eu perguntei.

Buratti não acredita que Barquete tenha mentido:

– Vamos dizer, eu poderia ter sido vítima de uma mentira. Mas eu acredito que não, porque o Ralf não teria mentido para mim.

O TCU (Tribunal de Contas da União) divulga irregularidades em contratos de publicidade e informática mantidos pela Infraero, a estatal federal encarregada da administração de 66 aeroportos no país. Chama a atenção que em 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, os gastos da Infraero com publicidade foram de R$ 2,5 milhões. Em 2004, chegaram a R$ 15,3 milhões.

Foram identificados contratos sem licitação e a ausência de pesquisas de preço para evitar superfaturamentos. A agência de publicidade Signo Comunicação, cujo proprietário, Anderson Pires, tem ligações históricas com o PT, foi contemplada, sozinha, com R$ 10 milhões. Logo após assinar o contrato com a Infraero, em junho de 2004, Pires passou a trabalhar na campanha do candidato a prefeito de João Pessoa, Avenzoar Arruda (PT).

Outra agência de publicidade, a Lew Lara Propaganda, foi contratada por R$ 300 mil, embora os técnicos do TCU não tenham encontrado justificativas para a "emergência" alegada para a falta de licitação. Num contrato de R$ 6,7 milhões com a Connet Informática, foi observada a ausência de pesquisas de preço e de documentos para comprovar a regularidade fiscal da empresa.

174 – 3/11/2005 A conexão Banco do Brasil e o caso Visanet. A CPI dos Correios anuncia ter desvendado a origem de pelo menos R$ 10 milhões do dinheiro do valerioduto que abasteceu o caixa 2 do PT. É dinheiro público. Em entrevista, o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), divulga documentos para desmontar a versão de que empréstimos bancários foram a fonte exclusiva dos repasses do PT a parlamentares da base aliada.

De acordo com as investigações da CPI, a origem do dinheiro desviado é o Banco do Brasil, por meio de um suspeito pagamento adiantado de publicidade para a divulgação da marca Visanet, uma administradora de cartões de crédito. A Visanet é empresa de direito privado, mas reúne vários bancos, inclusive o Banco do Brasil.

Em operações consideradas atípicas, o Banco do Brasil autorizou, em 2003 e 2004, repasses antecipados à agência de publicidade DNA Propaganda, de Marcos Valério, antes mesmo da aprovação das campanhas publicitárias. A DNA fora escolhida sem licitação, entre as agências que atendem a conta do Banco do Brasil, para cuidar da publicidade da Visanet.

Eis o caminho do dinheiro rastreado pela CPI: em 12 de março de 2004, R$ 35 milhões do Banco do Brasil, que haviam sido transferidos para a Visanet, foram depositados em conta bancária da DNA, no próprio Banco do Brasil. Em 15 de março, três dias depois, a DNA aplicou R$ 34,9 milhões num fundo do Banco do Brasil. Em 22 de abril, após pouco mais de um mês, a DNA transferiu R$ 10 milhões desse dinheiro para o BMG. Detalhe: o favorecido pelo depósito é o próprio BMG. Em 26 de abril, quatro dias depois, o BMG empresta a mesma quantia, isto é, R$ 10 milhões, para a empresa Rogério Lanza Tolentino Associados, que tem sociedade com Valério. O empréstimo, não quitado, é um dos seis listados por Valério como sendo fonte dos recursos do caixa 2 do PT.

A CPI suspeita de outra operação do gênero, ocorrida em 2003, que teria servido para os mesmos fins. É a seguinte: em 19 de maio daquele ano, a Visanet repassou R$ 23,3 milhões para a conta bancária da DNA no Banco do Brasil. No dia seguinte, a DNA aplicou R$ 23,2 milhões num fundo de investimento do Banco do Brasil. Em 26 de maio, uma semana após a primeira operação, a SMPB Comunicação, outra agência de publicidade de Valério, solicita R$ 19 milhões emprestados ao Banco Rural. E esses mesmos R$ 19 milhões correspondem a um dos repasses de Valério ao então tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

As investigações da CPI dos Correios apontam que as operações tiveram o envolvimento do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato. Ele seria o responsável pela criação do sistema de pagamento antecipado de publicidade para a Visanet. Pizzolato, militante histórico do PT, foi afastado do Banco do Brasil depois de identificado como o beneficiário de um saque de R$ 326 mil das contas de Valério. Pouco tempo depois havia comprado um apartamento no Rio de Janeiro, sendo que parte do pagamento do imóvel foi feita com dinheiro vivo.

Pizzolato ficou conhecido quando veio a público uma jogada pela qual o Banco do Brasil desembolsou R$ 70 mil para reservar mesas de um show musical. O objetivo do evento era angariar fundos, a fim de comprar uma nova sede para o PT. O dinheiro teve de ser devolvido. Pizzolato também foi acusado de usar cartão de crédito corporativo, pago com recursos públicos, para saldar despesas com sites pornográficos na internet. Na campanha de Lula, em 2002, recebeu a atribuição de contatar empresários e obter recursos para pagar despesas com a eleição.

Confirmado o uso do avião Seneca na operação Cuba. O empresário José Roberto Colnaghi informa, por meio de nota, ter cedido por empréstimo, em 31 de julho de 2002, o avião de sua propriedade citado na reportagem da revista Veja. Ele se exime de qualquer responsabilidade. Afirma ter apenas autorizado o uso do Seneca. Desconhece se o aparelho serviu para transportar dólares vindos de Cuba para abastecer a campanha de Lula. Colnaghi é amigo do ministro Antonio Palocci (PT-SP), um dos coordenadores da campanha de Lula a presidente da República.

O STF (Supremo Tribunal Federal) decide abrir processo criminal contra o deputado José Janene (PP-PR), um dos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Ele é suspeito de participar de concorrência superfaturada na Prefeitura de Rolim de Moura (PR). Teria dado R$ 40 milhões em propina a vereadores da cidade, em 1992, para que votassem contra a cassação do mandato do prefeito do município, José Joacil Guimarães.

O prefeito era acusado de participação em concorrência superfaturada. Na época, Janene era sócio-gerente da Eletrojan, que vencera licitação para prestar serviços de iluminação pública em Rolim de Moura. Conforme o Ministério Público Federal, ele queria a permanência do prefeito no cargo, para assegurar o prosseguimento do contrato de iluminação.

175 – 4/11/2005 O piloto Alécio Fongaro afirma ter sido o condutor do avião Seneca da operação Cuba. Confirma ter transportado Vladimir Poleto, ex-assessor do ministro Antonio Palocci (PT-SP), e três caixas de bebida, em julho de 2002, pilotando a serviço do empresário José Roberto Colnaghi. Diz que durante a viagem só conversou com Poleto para informar-lhe que, devido ao mau tempo, não poderia aterrissar no aeroporto de Congonhas, conforme o planejado, e teria de voar até Viracopos, em Campinas (SP). Tudo conforme a reportagem da revista Veja.

Fongaro revela que, após o pouso, Poleto desceu do avião sem as três caixas, e voltou em alguns minutos para perguntar ao piloto se o Seneca poderia decolar novamente e voar até o aeroporto vizinho de Amarais (SP), viagem de apenas sete minutos. Assim foi feito. Ao contrário de Viracopos, Amarais não está sob controle da administração federal e não é necessário declarar o conteúdo de bagagem. Poleto pôde retirar com tranqüilidade a preciosa carga do avião e colocá-la no Omega blindado que já o esperava. O piloto nunca mais o viu.

A Polícia Federal acusa o DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional) de "criar dificuldades" para o acesso a documentos importantes relacionados às investigações do escândalo do mensalão e das movimentações de dinheiro do publicitário Duda Mendonça no exterior. O DRCI foi criado pelo ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, durante o governo Lula. Para a Polícia Federal, a ação do DRCI causa atrasos e adiamentos nas apurações federais.

O relatório da Polícia Federal acusa Wanine Santana Lima, coordenadora do DRCI, de criar restrições à entrega de documentos a policiais brasileiros em Nova York. Ela teria influenciado autoridades norte-americanas a não repassar os papéis para a Polícia Federal, com o argumento de que informações sigilosas seriam propositadamente vazadas pelos policiais no Brasil. Diz o relatório:

"Enquanto as equipes policiais trabalhavam nas investigações no Brasil e operacionalizavam a ida a Nova York, a representante do DRCI encontrava-se no exterior buscando influenciar as autoridades americanas a não repassar as informações solicitadas às autoridades de investigação constituídas e legitimadas."

Em sessão sigilosa, a CPI dos Bingos toma depoimento da ex-empregada do prefeito assassinado de Santo André (SP), Celso Daniel (PT). Ela confirma que encontrou três sacolas com dinheiro no apartamento de Daniel. Para o Ministério Público, o depoimento da empregada é indício de que Daniel participou do esquema de cobrança de propina montado na Prefeitura de Santo André.

Outro depoimento cuja identidade é mantida em segredo: um homem afirma ter presenciado o seqüestro de Daniel. Diz ter visto o então prefeito ser "arrancado" do automóvel de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, "como um animal". Enquanto isso, Sombra, ex-segurança, suposto amigo de Daniel e acusado de envolvimento no esquema de corrupção de Santo André, mantinha atitude tranqüila. Segundo a testemunha, Sombra mostrava "aparente cumplicidade".

O Conselho de Ética da Câmara aprova parecer favorável à cassação do mandato do deputado José Dirceu (PT-SP), por envolvimento no escândalo do mensalão. Dos 14 votos, 13 são favoráveis ao relatório do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que recomenda a perda do mandato de Dirceu. Só a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) vota contra o parecer.

A CGU (Controladoria-Geral da União) envia relatório à CPI dos Correios. Aponta prejuízos de R$ 2,5 milhões nos contratos de publicidade firmados pelos Correios. Para os auditores, as agências de publicidade geraram despesas "adicionais e desnecessárias" à estatal. A CGU responsabiliza a Secom, Secretaria de Comunicação da presidência da República, sob o comando do então ministro Luiz Gushiken, por ter montado comissões de licitação que favoreceram o empresário Marcos Valério. Contrato de R$ 72 milhões com as agências SMPB, Link Bagg Propaganda e Giovanni FCB teria sido superfaturado e provocado perdas de R$ 567 mil.

177 – 6/11/2005 O jornal Folha de S.Paulo noticia que José Roberto Colnaghi emprestou aviões de sua propriedade em várias oportunidades. O empresário cedeu o Seneca que transportou três caixas misteriosas de bebida, acompanhadas por Vladimir Poleto, homem de confiança do ministro Antonio Palocci (PT-SP). Ao invés de bebida, as caixas conteriam supostos dólares de Cuba para a campanha de Lula, em 2002. Colnaghi também emprestou avião a Palocci, já investido no cargo de ministro da Fazenda, em pleno governo Lula, por "cortesia".

Os repórteres Mario Cesar Carvalho e Catia Seabra citam o vôo de Ribeirão Preto (SP) a Brasília, em 2 de maio de 2004, num jatinho Citation, de Colnaghi. O mesmo avião transportara antes a família de Palocci, de Ribeirão a Brasília, para a solenidade de posse de Lula, em 1 de janeiro de 2003.

Em outra "carona", de 2003, assessores do ministro abasteceram o Citation com frutas e salgadinhos, para uma viagem do ministro de Ribeirão e Brasília. Palocci foi usuário freqüente do avião de Colnaghi durante a campanha eleitoral de 2002, eventualmente em companhia do então presidente do PT, deputado José Dirceu (PT-SP). Em 2003, em mais uma oportunidade, voou de Brasília a Ribeirão e voltou, no mesmo dia, para a capital federal.

Em nota divulgada pelo Ministério da Fazenda, a assessoria de comunicação de Palocci nega o vôo do ministro no avião Citation de Colnaghi, em 2 de maio de 2004. Segundo o ministro, o vôo ocorreu no final de abril e Palocci usou uma aeronave da FAB (Força Aérea Brasileira). Palocci também desmente a informação de que pegou "carona" no Citation em 2003 e informa, por meio da nota, que conhece Colnaghi, "com quem mantém relações cordiais". Veremos.

O jornal O Estado de S. Paulo denuncia que a empresa Soft Micro Tecnologia da Informática, do empresário José Roberto Colnaghi, recebeu R$ 12 milhões do Banco do Brasil, por intermédio de um contrato sem concorrência pública. O contrato permitiu levar programas de computador para 139 prefeituras do Estado de Tocantins.

De acordo com o repórter Chico Siqueira, o software da empresa de Colnaghi foi vendido a dezenas de outras prefeituras Brasil afora. Uma delas é Penápolis (SP), onde Colnaghi mora. O negócio acabou na polícia. A administração municipal pagou R$ 1 milhão para alugar computadores do empresário por dois anos. O TCE (Tribunal de Contas do Estado) constatou que a metade do dinheiro seria suficiente para comprar (e não alugar) um número ainda maior de computadores. O prefeito de Penápolis, José Luís dos Santos (PT), recusou-se a cancelar o contrato com Colnaghi.

O ex-presidente do PT, José Genoino, confirma ter viajado com o ministro Antonio Palocci (PT-SP) no jatinho de José Roberto Colnaghi, num vôo de Brasília a Ribeirão Preto. Genoino não comenta o uso do avião de propriedade de um empresário contratado pelo Banco do Brasil, por um ministro de Estado:

– Fiz uma viagem a convite de Palocci. Não vou emitir opinião sobre isso. Só estou confirmando que fiz a viagem a convite dele.

Quem te viu, quem te vê.

178 – 7/11/2005 Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Lula nega que houve o pagamento de mensalões no Congresso. "Tenho certeza que não teve essa barbaridade", afirma ele. Por outro lado, explica assim o pronunciamento em que se disse traído por aqueles que usaram caixa 2 nas eleições, o que chamou de "loucura" e "práticas equivocadas":

– O dinheiro fácil nunca fez bem para ninguém na história da humanidade. Você tem meios legais para fazer finanças de campanha. Não posso admitir que companheiros, em nome da facilidade, da presunção, começassem a terceirizar campanha financeira de um partido. Por isso que eu acho que fui traído por todos os que fizeram essa prática condenada pelo PT e pela sociedade brasileira.

Lula, mais uma vez, não dá nomes. O presidente refuta que trabalhou para impedir a criação das CPIs que investigam seu governo e o PT. Diz Lula:

– O que é importante para mim e que me deixa muito de cabeça erguida é o seguinte: nós estamos com três CPIs funcionando, não há nenhuma ingerência do governo para criar nenhum problema para a CPI. Acho que o povo brasileiro deve aproveitar que eu estou na presidência da República e, se alguém tiver denúncias, tem que fazer as denúncias porque elas serão apuradas.

Em outro trecho da entrevista, Lula defende o deputado José Dirceu (PT-SP), apontado como o grande operador do esquema de pagamento a parlamentares.

– Feliz o país que tem um político da magnitude do Zé Dirceu. Lula diz que seria advogado de defesa de Dirceu:

– Qual é a acusação que existe contra o Zé Dirceu?

O publicitário Duda Mendonça, marqueteiro da campanha política que elegeu Lula presidente em 2002, admitiu ter recebido recursos de caixa 2 no exterior. Lula rechaça o evidente crime eleitoral. Para ele, a prática foi reconhecida apenas pelo "nosso Delúbio", e nas eleições municipais de 2004.

O presidente também defende o filho, Fábio Luiz Lula da Silva, cuja empresa recebeu aporte de R$ 5 milhões da Telemar, uma concessionária de serviços públicos:

– Todos os contratos são regulares, todos. Nenhum é irregular.

Lula não aceita que Celso Daniel foi vítima de crime político:

– Não acredito no envolvimento do PT no caso Celso Daniel.

Ao comentar a entrevista de Lula ao Roda Viva, o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) compara o presidente ao personagem Pinóquio, aquele da fábula sobre o boneco de madeira mentiroso:

– Lula deveria mudar o nome para Lulóquio.

O jornal O Estado de S. Paulo publica o editorial "Um espanto de entrevista": "A tal ponto chegou a enrolação que um dos entrevistadores não se conteve e afirmou: 'A discussão não é se houve ou não caixa 2. É quanto foi'. Lula não se deu por achado, como não se daria, em outro bloco, quando um jornalista desmentiu, com fatos, a sua risível versão de que o governo jamais tentou impedir a criação da CPI dos Correios. Uma escapatória que o presidente buscou a todo momento foi a de declarar, magisterial, que não se pode condenar quem quer que seja sem provas – como se já não houvesse uma pilha de provas, inclusive flagrantes – contra os seus companheiros. Para ele, tudo reduzindo a 'denuncismo vazio'."

Em depoimento sigiloso à CPI dos Bingos, testemunha mantida sob sigilo aponta o empresário Roberto Carlos Kurzweil como o intermediário que, em nome do então prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antonio Palocci (PT-SP), conseguiu em 2002 uma doação de R$ 1 milhão para a campanha de Lula. O dinheiro teria sido entregue por dois empresários angolanos, donos de casas de bingo em São Paulo. Kurzweil também seria o responsável pelo aluguel do Omega blindado usado para transportar os supostos dólares de Cuba, doados ao PT naquele mesmo ano.

O acerto com os dois empresários do jogo teria acontecido durante um jantar promovido por Kurzweil em Ribeirão. Segundo a testemunha, Palocci, um dos

coordenadores da campanha de Lula, participou do encontro. O valor da doação é o mesmo que já fora apontado por Rogério Buratti. De acordo com a testemunha sigilosa, Ralf Barquete, ex-secretário da Fazenda de Palocci em Ribeirão, foi o encarregado de receber o dinheiro e entregá-lo ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

A CPI dos Bingos dispõe de documentos que apontam a suposta drenagem de dinheiro público da Prefeitura de Ribeirão Preto para o caixa 2 do PT. O esquema teria funcionado durante a segunda gestão do prefeito Antonio Palocci (PT-SP), em 2002. A administração municipal fazia medições de serviços de varrição e de coleta de lixo acima do efetivamente realizado, e pagava a mais à empreiteira Leão Leão. O dinheiro voltava depois ao PT, "por fora".

Um "mapa do pagamento de propinas" da Leão Leão, acusada por Rogério Buratti de dar uma mesada de R$ 50 mil a Palocci, é apreendido pelo Ministério Público: os "acertos" em Ribeirão, no total, chegavam a R$ 226 mil.

Uma das medições suspeitas é a que atestava a varrição diária de uma extensão de 48 quilômetros, apenas no Bosque Municipal de Ribeirão. Um exagero. A coleta de lixo hospitalar também apresentou despesas suspeitas. Em janeiro de 2002, o serviço custava R$ 43 mil por mês à Prefeitura. Em março do mesmo ano, os gastos com a coleta hospitalar pularam para R$ 226 mil.

O Ministério Público investiga a saída de recursos da contabilidade da Leão Leão para três empresas que forneciam notas fiscais frias, simulando vendas à Leão Leão. A análise de 331 cheques, cujos valores foram sacados em dinheiro vivo na agência bancária que funciona dentro da Leão Leão, mostrou retiradas de R$ 2,8 milhões pelas três empresas. Os promotores acreditam que o dinheiro era usado para pagamento de propina. Apuraram que as empresas ficavam apenas com 2% sobre o valor das notas frias. O grosso do dinheiro saiu da Leão Leão em carro-forte.

Os números batem: os R$ 2,8 milhões supostamente desviados da Prefeitura de Ribeirão por meio das vendas fictícias atestadas pelas notas fiscais frias, em todo o ano de 2002, correspondem a 12 pagamentos mensais de R$ 226 mil, o suposto custo mensal da propina da Ribeirão de Palocci.

Relações umbilicais. Informações em poder da CPI dos Bingos, provenientes da quebra de sigilos telefônicos, atestam 1.434 ligações telefônicas entre dois integrantes da chamada "república de Ribeirão Preto", em pleno governo Lula. Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular do ministro Antonio Palocci (PT-SP), fez 515 ligações para Vladimir Poleto, ex-funcionário da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). E Poleto, por sua vez, retribuiu com 919 telefonemas para Ademirson. As ligações ocorreram de junho de 2003 a agosto de 2005.

Ligações perigosas. Documentos em poder da CPI dos Correios atestam que a agência DNA Propaganda, de Marcos Valério, usou o contrato de publicidade com o Banco do Brasil como garantia para obter empréstimos de R$ 29 milhões junto ao Banco Rural, em benefício das empresas SMPB Comunicação e Graffiti. Posteriormente, de acordo com Valério, o dinheiro foi usado para fazer pagamentos a políticos da base aliada do governo Lula, dentro do esquema de caixa 2.

O Banco do Brasil informou desconhecer que a DNA concretizou operações financeiras dando em garantia os contratos com a estatal. Já o Banco Rural alega que o Banco do Brasil foi notificado pela DNA, inclusive para transferir ao Banco Rural pagamentos decorrentes do contrato de publicidade.

A DNA recebeu R$ 150 milhões por serviços prestados por meio do contrato com o Banco do Brasil. Mais um dado: a DNA não teria repassado R$ 37,6 milhões ao Banco do Brasil, ao deixar de prestar contas sobre a chamada bonificação de volume, que é obtida com a veiculação de campanhas publicitárias. Com o escândalo do mensalão, o contrato foi rompido. O Banco Rural, por sua vez, alega nunca ter recebido pelos empréstimos.

Investigações da CPI dos Correios na Nucleos, o fundo de pensão dos funcionários das estatais de energia nuclear, suspeito de desviar dinheiro para campanhas políticas. O fundo teria tido perdas entre R$ 9,3 milhões e R$ 22,7 milhões, conforme auditoria que verificou operações feitas com títulos públicos. Em 2004, a rentabilidade média dos fundos foi de 17%. A da Nucleos, de 5,7%.

180 – 9/11/2005 Lula reúne-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e com o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Quer impedir a prorrogação dos trabalhos da comissão até abril. Tenta acabar com o desgaste do governo. Depois do encontro, Calheiros derruba a sessão do Congresso na qual seria lido o requerimento que dá mais prazo à CPI. Pede para conferir as assinaturas do documento, antes de lê-lo em plenário. Sem a prorrogação, os trabalhos acabam em 15 de dezembro. Com o adiamento da leitura, Lula ganha tempo para convencer parlamentares a retirar os nomes do documento que estende o prazo das investigações.

Suposto acordo com a oposição pressupõe que não se convoque o lobista Nilton Monteiro para depor. Depoimento dele poderia implicar o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) num pagamento de dívida de campanha efetuado por Marcos Valério, em 1998. Em troca, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) determina o cancelamento do depoimento de Soraya Garcia, a assessora financeira do PT de Londrina (PR) durante a campanha de reeleição do prefeito Nedson Micheletti (PT), em 2004.

Soraya envolveu em operações com caixa 2 o ex-ministro José Dirceu (PT-SP), o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), e o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho. Todos teriam participado da movimentação “por fora” de R$ 6,5 milhões na campanha de Micheletti. Em entrevista ao repórter Leonardo Souza, da Folha de S.Paulo, Soraya responde se havia se preparado para o depoimento frustrado à CPI:

– Na verdade eu não me preparei, quem me preparou foi o próprio PT. Eu passei um ano e meio assistindo a tudo de errado que eles faziam. Achei estranho o cancelamento. Só ia dizer o que vi e ouvi, que é o que eu venho dizendo há muito tempo.

Questionada sobre os R$ 300 mil que Dirceu teria trazido para a campanha de Londrina, Soraya faz menção a Augusto Ermetio Dias Júnior, o diretor-financeiro de Micheletti:

– Eu estava participando de um evento de confraternização do PT no dia 18 de setembro, do qual José Dirceu participaria. De quinta para sexta-feira, o Augusto me disse: “Soraya, temos de fazer um evento bem bonito, para agradar o prefeito e o José Dirceu, que está trazendo dinheiro”.

– Augusto disse quanto Dirceu estaria trazendo?

– Não, ele não disse. Mas na segunda-feira, dia 20 de setembro, ele chegou com R$ 300 mil, em notas de R$ 100, com lacre do Banco do Brasil.

A Câmara dos Deputados absolve o deputado Sandro Mabel (PL-GO), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Mabel obtém 340 votos em sua defesa, contra 108 a favor da cassação. Há ainda 17 abstenções e 2 votos nulos. Não foram encontradas provas de que Mabel participou da distribuição de dinheiro do valerioduto, nem tampouco de que ele ofereceu suborno à deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO), ao tentar trazê-la para a base aliada do governo.

Pela segunda vez, o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, convocado para depor, não aparece na CPI dos Bingos. Da primeira vez, "fugiu" para Ilhabela (SP). Agora, alega não ter sido intimado e que integrantes da comissão teriam recomendado à Polícia Federal que o algemasse para conduzi-lo ao Congresso.

Em depoimento à CPI do Mensalão, Anderson Adauto (PL-MG), ex-ministro dos Transportes do governo Lula, admite o uso de dinheiro de caixa 2 em todas as campanhas eleitorais das quais participou. Reconhece ter pedido dinheiro a Delúbio Soares para pagar o que alega ser despesas de campanha de 2002, quando disputou uma vaga na Câmara dos Deputados.

– Eu sabia que poderia muito bem ter resolvido os meus problemas de campanha com os fornecedores do Ministério dos Transportes, mas eu preferi procurar o Delúbio. Sabia que poderia, mas não fiz.

Como se a prática não fosse um ato de extorsão.

E disse mais à CPI:

– Nas 11 campanhas que disputei sempre foi assim. Nunca vi uma campanha se fechar da forma que é declarada no Tribunal Superior Eleitoral.

A lista de Marcos Valério especifica R$ 1 milhão a Adauto. O ex-ministro, eleito prefeito de Uberaba (MG) em 2004, afirma que recebeu apenas R$ 410 mil. O dinheiro, segundo ele, foi sacado no Banco Rural pelo próprio irmão, Edson Pereira de Almeida, e pelo chefe de gabinete do Ministério dos Transportes na época, José Luiz Alves. Adauto nega ter recebido o dinheiro dentro de seu gabinete de ministro, como informou Alves à CPI:

– Posso ter recebido na rua, mas não no meu gabinete.

Reação da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP):

– Ele vai para a cadeia.

Do deputado João Correia (PMDB-AC):

– Adauto tenta nivelar por baixo e prostituir todos os políticos do Brasil.

Da jornalista Dora Kramer, no jornal O Estado de S. Paulo:

"Se Anderson Adauto como ministro 'sabia' que teria perfeitas condições de usar o posto para desviar parte dos contratos de prestação de serviços em proveito próprio, estava, portanto, informando à CPI que o crime é recorrente, faz parte dos usos e costumes, é praticamente uma prerrogativa de um titular de pasta ministerial."

A jornalista acrescenta:

"Ministrada a lição, mestre Adauto saiu dali ileso, posando de vestal por ter aberto mão de tão líquido direito de desviar dinheiro público e ter procurado o tesoureiro de um outro partido para cobrar dele recursos cuja origem, disse, pouco se lhe dava conferir. Fosse dinheiro sujo ou limpo, não era problema dele."

No gabinete do ex-ministro Adauto, aliás, teria ocorrido, no segundo semestre de 2003, uma reunião com a presença, além do próprio ministro, do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), de outros dois deputados cujos nomes não foram divulgados, e de Delúbio Soares, o onipresente tesoureiro do PT, que levara pessoalmente uma mala de dinheiro para dividir entre os presentes.

Em outro depoimento à CPI do Mensalão, os deputados ouvem Marcelino Pies, o ex-tesoureiro do PT no Rio Grande do Sul, citado na lista de Marcos Valério como beneficiário de R$ 1,2 milhão. Ele admite ter sacado dinheiro do valerioduto, mas garante que o total não passou de R$ 1,05 milhão.

Como quase todos, aliás, diz que pôs a mão em menos dinheiro do que lhe foi atribuído. Fica a impressão de que a lógica de os agraciados refutarem os valores totais reservados a eles, uma prática recorrente, se deve ao fato de terem embolsado percentual do bolo.

No caso do senhor Pies, ele diz que parte do dinheiro do caixa 2 serviu para pagar despesas do Fórum Social Mundial. O resto segue a mesma ladainha, ou seja, a necessidade de quitar dívidas de campanha. No caso, as dívidas do ex-ministro da Educação do presidente Lula, Tarso Genro (PT-RS), que disputou e perdeu a eleição para governador do Rio Grande do Sul, em 2002.

Depoimento ao Conselho de Ética da Câmara. O deputado Professor Luizinho (PT-SP), um dos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão e sujeito a ter o mandato cassado, trata de explicar por que um assessor dele, José Nilson dos Santos, recebeu R$ 20 mil do valerioduto, em 2003. Luizinho garante:

– Não tem um centavo dos R$ 20 mil no meu mandato, na minha campanha ou em benefício pessoal. Não teve meu conhecimento, meu envolvimento, minha participação. E não é caixa 2, porque foi para processo do PT.

Luizinho quer fazer crer que o repasse foi decorrente de acordo entre Santos e Delúbio Soares, e o dinheiro não poderia ter sido declarado:

– Não há como legalizar dinheiro de pré-campanha.

O petista admite ter errado ao não exonerar o assessor:

– Dei a ele um prazo para se defender e depois aviso prévio. Só o afastei no mês passado. Eu errei, mas não tem como retroagir.

Outro que garante não ter posto “nenhum centavo” no bolso é o deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), acusado de receber R$ 452 mil do caixa 2 do PT. Ele admite ter sido o beneficiário do dinheiro, mas assegura que tudo foi usado para pagar despesas de campanha das eleições municipais de 2004, no interior de Minas Gerais. Apesar do esforço de Queiroz, o Conselho de Ética da Câmara recomenda, por 12 votos a 2, a cassação de seu mandato.

O caso Visanet. O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), reage ao contra-ataque de Marcos Valério. Segundo o empresário, não procede a acusação de que ele desviou dinheiro repassado pelo Banco do Brasil para campanhas publicitárias da Visanet, a fim de emprestá-lo ao PT. Conforme Valério, ele já dispunha anteriormente de recursos aplicados na mesma conta bancária, com a finalidade de ajudar o PT.

De acordo com Serraglio, porém, não havia saldo na conta do Banco do Brasil da qual saíram os R$ 10 milhões, ao contrário das alegações de Valério. O dinheiro, portanto, teria vindo de uma transferência do Banco do Brasil, de R$ 34,8 milhões. Como se sabe, R$ 10 milhões daquela conta do Banco do Brasil foram para o BMG e, dali, houve um depósito no mesmo valor para a Rogério Lanza Tolentino Associados, empresa de um sócio de Valério. E, por fim, a mesma quantia entrou no cômputo dos empréstimos para o PT. Diz o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ):

– O único dinheiro que entrou na conta foram os R$ 34,8 milhões. E se de lá saíram R$ 10 milhões que depois foram para o PT, é dinheiro público, sim.

Análise feita pela Receita Federal em lote de 2 mil notas fiscais emitidas pela DNA de Marcos Valério chega à CPI dos Correios. As notas, parcialmente queimadas, foram apreendidas pela Polícia Federal na periferia de Belo Horizonte. Entre elas identificou-se um documento fiscal falso, no valor de R$ 6,4 milhões, emitido pela agência de publicidade para a Visanet.

A Receita Federal detectou vários problemas na contabilidade da DNA. Os livros com registros de transações da empresa são de 16 de setembro de 2005, mais de quatro meses depois da eclosão do escândalo do mensalão. Não foram encontrados livros contábeis das empresas de Valério de 1998 a 2002. Diz Osmar Serraglio:

– Eles comunicaram que houve extravio, mas desconfiamos que os papéis foram destruídos.

Na dança dos números, Valério tenta convencer a CPI dos Correios que tem ainda a receber R$ 3,8 milhões da cota do Banco do Brasil relativa ao fundo da Visanet. O Banco do Brasil, ao contrário, alega que a DNA não comprovou gastos de R$ 9,1 milhões, do total de R$ 73,8 milhões repassados antecipadamente para a agência, num período de oito meses. As divergências soam uma manobra diversionista, para confundir a comissão de investigação, as autoridades competentes e a opinião pública.

O TCU (Tribunal de Contas da União) conclui que os Correios pagaram indevidamente R$ 5,5 milhões ao consórcio contratado para prestar serviços de assistência técnica e fornecer equipamentos de informática às agências da estatal federal. O consórcio é formado pelas empresas Positivo Informática e Novadata. Mauro Dutra, o Maurinho, amigo de Lula, é o dono da Novadata.

181 – 10/11/2005 Relatório parcial da CPI dos Correios pede os indiciamentos de Delúbio Soares e Marcos Valério. A dupla é apontada como operadora de um esquema “acima de leis, Estado e Justiça”. Ambos são acusados por se “dedicarem a subtrair dos cofres públicos recursos que foram destinados a integrantes da base aliada”, e cometer diversos crimes, entre os quais falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, fraude em licitação, crime eleitoral e improbidade administrativa. Delúbio e Valério são citados por tráfico de influência, crime contra o sistema financeiro, crime contra a ordem tributária, fraude contábil e processual.

O documento nega a existência dos empréstimos acima de R$ 55 milhões para pagamentos determinados por Delúbio, o tesoureiro do PT, em benefício de parlamentares ligados ao governo. Dessa forma, as operações de crédito foram apenas simulações para encobrir a verdadeira origem do dinheiro. As fontes seriam contratos com o Banco do Brasil, repasses dos bancos Rural e BMG em troca de vantagens no governo, dinheiro guardado no exterior e internado no país e recursos de empresas privadas que contrataram agências de publicidade ligadas ao esquema.

Manobra de parlamentares governistas impede a votação do relatório parcial. Para atrasar os trabalhos, aliados do Palácio do Planalto pedem vista do relatório e ganham prazo. Alegam que o texto precisa ser analisado.

Depoimento à CPI dos Bingos. É de Vladimir Poleto, que está protegido por habeas-corpus concedido pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Não pode ser preso,

mesmo que minta ou se recuse a responder perguntas. Nega ter transportado três caixas com dinheiro vindo de Cuba para a campanha de Lula, em 2002, num vôo entre Brasília e Amarais, no interior de São Paulo.

Ex-assessor de Antonio Palocci (PT-SP) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), Poleto acusa a revista Veja de publicar uma entrevista não autorizada. Diz que estava alcoolizado quando relatou o episódio dos dólares cubanos ao repórter:

– Após tanto chope, sendo que eu havia começado a beber à tarde aquela cachacinha, minha capacidade de discernimento estava comprometida. Não me recordo se fiz declaração. Se fiz, foi mentirosa. O fato é que houve coação e constrangimento.

A estratégia de Poleto se mostra desastrosa. Veja reproduz a entrevista no site da revista na internet. A gravação é ouvida durante a sessão da CPI. A voz de Poleto não caracteriza estado de embriaguez. Mostra-se serena e equilibrada. Reação do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE):

– O senhor é um cara-de-pau incrível.

Eis os principais trechos da conversa entre Poleto e o repórter Policarpo Júnior, durante a madrugada de 22 de outubro de 2005:

– A única coisa que eu sei é que peguei um avião de Brasília com destino a São Paulo com três caixas de bebida.

– Depois que você fez esse transporte você... Foi informado do que efetivamente tinha dentro destas caixas?

– Depois de todo o acontecimento, sim.

– E o que te disseram?

– Que tinha dinheiro numa das caixas. Só isso.

– Quanto tempo depois do episódio você ficou sabendo disso, que era dinheiro ao invés de bebida?

– Depois que eu ganhei uma garrafinha de Havana Club, que me foi presenteado, me falaram. Só isso.

– Segundo a informação que eu tenho, o valor transportado teria sido de US$ 3 milhões.

– Não. O valor que me disseram era US$ 1,4 milhão.

– Vindo de Cuba?

– Não sei de onde. A origem não sei, apenas que acabei transportando num ato de minha infantilidade. Só isso.

– Você tem a consciência absolutamente limpa de que não participou de maneira efetiva desse transporte de dinheiro, sabendo o que estava fazendo?

– Lógico. Imagina... Jamais iria pegar um voozinho com US$ 1 milhão dentro de um avião e transportar. Isso não é da minha índole.

Em depoimento à CPI dos Bingos, Rogério Buratti, ao contrário de Poleto, confirma o que dissera sobre a operação Cuba:

– Fui consultado, em 2002, pelo Ralf Barquete, dizendo ser a pedido do então prefeito Palocci, se eu conhecia algum mecanismo, alguma forma de trazer recursos do exterior para o Brasil. Esses recursos, pelo que me foi informado, seriam advindos de Cuba.

A consulta teria acontecido em maio ou junho de 2002. Em setembro, Barquete informou Buratti que “aqueles recursos tinham chegado”:

– Entendi, pela informação que o Ralf me passou, que o desfecho teria sido o aporte dos recursos no Brasil, na campanha do presidente Lula. Agora, de que forma teria sido e qual o montante preciso, não tive essa informação.

182 – 11/11/2005 Fracassa a operação mata-CPI. Lula chefiou pessoalmente negociações para deputados retirarem assinaturas do requerimento de prorrogação da CPI dos Correios. Mas os trabalhos da comissão são estendidos até abril. Lula queria que as investigações terminassem em dezembro, e não "contaminassem" o ano eleitoral. O Palácio do Planalto chegou a festejar a vitória, ao contabilizar uma queda de 237 para 170 no número de assinaturas a favor da continuação da CPI. 170 nomes significavam um a menos do que o mínimo necessário para prorrogar os trabalhos. Mas a oposição pediu uma recontagem. Descobriu-se que o requerimento tinha o apoio de 171 parlamentares.

De nada valeram as manobras, as promessas de liberação de R$ 1,2 bilhão em emendas parlamentares, as pressões desencadeadas por ministros. O governo montou uma operação de guerra, como a engendrada para eleger Aldo Rebelo (PC doB-SP) na presidência da Câmara dos Deputados. A repórter Tânia Monteiro, de O Estado de S. Paulo, descreve a mobilização de auxiliares do presidente:

"Durante todo o dia, uma romaria de deputados entrou e saiu do Palácio. De acordo com interlocutores do Planalto, muitos cobravam o pagamento de emendas que havia sido prometido. O governo tentava mostrar que, aos poucos, as emendas estavam sendo liberadas, era preciso ter paciência. Mas, avisavam que, se o parlamentar decidisse assinar a prorrogação da CPI, podia esquecer o atendimento dos pleitos."

O jurista Miguel Reale Júnior defende o pedido de impeachment de Lula. Para ele, a operação posta em prática para tentar impedir a prorrogação dos trabalhos da CPI dos Correios é motivo suficiente. Diz Reale Júnior:

– Ficou configurada a compra de deputados para conseguir barrar uma CPI que investiga o governo. O presidente não pode mais comandar a nação.

De acordo com o jurista, Lula mentiu no programa Roda Viva ao dizer que não interferiria nas investigações. Agora, deve ser responsabilizado com a perda do mandato:

– O presidente deixou suas digitais e assumiu o crime. Os deputados que retiraram as assinaturas não foram compelidos por alguma ideologia ou raciocínio específico, mas pelo simples suborno patrocinado pelo governo.

183 – 12/11/2005 A revista Isto É Dinheiro publica detalhes do depoimento prestado cinco dias antes ao Ministério Público pelo advogado Rogério Buratti, secretário de Governo do primeiro mandato do prefeito Antonio Palocci (PT) em Ribeirão Preto (SP). Contou detalhes de uma operação que teria culminado com a doação de R$ 1 milhão para a campanha eleitoral de Lula. De acordo com Buratti, a contribuição foi feita por dois empresários angolanos, donos de casas de bingo. O episódio teria ocorrido entre outubro e novembro de 2002. Na época, Palocci exercia o seu segundo mandato como prefeito de Ribeirão e era um dos coordenadores da campanha política de Lula.

Os angolanos são José Paulo Teixeira Figueiredo e Artur José Valente Caio. Quem intermediou o encontro deles com Palocci foi o empresário Roberto Carlos Kurzweil. Além de Palocci e dos empresários, participou do jantar, no sofisticado hotel Sofitel, em São Paulo, o então presidente da Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro), Waldomiro Diniz.

Durante a reunião, Palocci teria prometido legalizar a atividade dos bingos. De fato, o programa do governo Lula previa a regulamentação das atividades das casas de bingo. Posteriormente, porém, houve recuo e a edição de uma Medida Provisória que proibia o jogo de bingo. O governo decidiu voltar atrás depois da divulgação da fita em

que Waldomiro Diniz apareceu pedindo propina ao empresário de jogo Carlinhos Cachoeira.

Em seu depoimento, Buratti faz outra revelação: Jorge Yazigi, o Bill, ex-diretor da empreiteira Leão Leão, foi nomeado, por indicação de Palocci, vice-presidente da Visanet. Essa empresa de cartões de crédito teria sido usada na operação intermediada pelo Banco do Brasil para desviar R$ 10 milhões ao PT. Outra informação de Buratti: o empresário José Roberto Colnaghi, o dono do avião usado na operação Cuba, obteve contratos com o governo de Angola, graças à influência do ministro Palocci.

Em outra reportagem, Isto É Dinheiro traz entrevista com Henrique Pizzolato, o petista afastado da diretoria de marketing do Banco do Brasil, acusado de participar do esquema do mensalão. Ele nega ter sido o responsável por um repasse antecipado de R$ 58,3 milhões de verbas de publicidade da Visanet. O dinheiro foi para a DNA Propaganda, de Marcos Valério. Segundo Pizzolato, a decisão de fazer a antecipação foi do ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, e do ex-ministro da Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República, Luiz Gushiken.

– Se existia algo montado para favorecer o PT, era em escalões superiores, muito acima da diretoria de marketing.

Pizzolato diz ao repórter Leonardo Attuch que foi orientado por Gushiken a assinar o repasse autorizando a antecipação:

– Ele mandou assinar.

– Não é estranho pagar antecipadamente?

– Eu nunca tinha visto isso. Eu dizia até que, ao colocar o dinheiro na frente, a gente perdia o poder de barganha com a agência. Mas me disseram que tinha de ser feito assim.

A revista Época chega às bancas de jornal com uma entrevista de Carlos Godinho, ex-superintendente do Banco Rural. Ele afirma aos repórteres David Friedlander e Leandro Loyola que os empréstimos bancários a Marcos Valério e ao PT eram uma farsa. Para Godinho, as operações de crédito foram renovadas mesmo sem quitações, porque o Banco Rural procurava obter, em troca, vantagens do governo. Godinho cita Delúbio Soares, o ex-tesoureiro do PT, e José Genoino, o ex-presidente do partido:

– Na conta da SMPB entrava dinheiro, mas o Marcos Valério não liquidava os empréstimos. É suspeito. No caso do PT, é o aval de duas pessoas que não têm patrimônio para garantir a operação.

– O senhor acha que esses empréstimos foram feitos para não ser pagos?

– Com certeza. São empréstimos para mascarar a entrada de recursos que vinham de outras formas. Você justifica qualquer recurso que entrou via empréstimo. Não era para pagar.

– Se era tudo tão esquisito, por que o senhor não avisou? Sua função era essa.

– Minha função era manter a instituição livre dos riscos operacionais, de imagem e legais. A diretoria foi alertada. Mas, como a prática do Rural era manter um relacionamento com os clientes, eles não deram importância. No caso da SMPB, alertamos também para a movimentação dela, que estava fora dos padrões e tinha indícios de lavagem de dinheiro em função dos constantes saques em espécie.

Godinho recebeu ordens para não documentar operações consideradas suspeitas da agência de publicidade de Valério, e nem emitir boletins sobre os procedimentos do PT junto ao Banco Rural:

– Mandaram não fazer nos casos da SMPB e do PT. Não deixaram colocar nos relatórios as irregularidades de movimentações acima dos padrões, de risco de crédito em função de constantes renovações. É que esses documentos ficam à disposição do Banco Central. Então mandaram tirar para o Banco Central não ter acesso.

– Quando foi isso?

– De 2003 a 2005 não se colocou nada das irregularidades. Não podia colocar. A gente colocava, mas na edição final eram deletadas. E a gente era obrigada a assinar o relatório modificado. Tinha de assinar daquela forma, já vinha da diretoria a versão final para ser assinada.

Em entrevista à repórter Thaís Oyama, de Veja, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) reconhece que as denúncias sobre a crise política foram descobertas pela imprensa. Enquanto isso, a oposição se mostra despreparada e incompetente para investigar os diversos casos levantados pelo noticiário:

– Não tínhamos articulação para enfrentar uma crise dessas proporções e digerir todos os dados na velocidade com que a imprensa os foi revelando. Talvez, por isso, muitos problemas graves tenham passado em branco. A história dos dólares na cueca, por exemplo. Nunca chamamos aquele rapaz para depor. Outra conseqüência do nosso despreparo foi dar ao governo a possibilidade de ele tentar montar, como tentou, essa grande farsa de que tudo se resumiu a um problema de caixa 2 e hoje estar em plena campanha, como se nada tivesse acontecido.

187 – 16/11/2005 Termina de forma melancólica a CPI do Mensalão. O relator da comissão, deputado Abi-Ackel (PP-MG), ex-ministro da Justiça do governo militar do presidente João Baptista Figueiredo e integrante da base aliada do governo Lula, sequer havia começado a elaborar o relatório final, 48 horas antes do prazo de encerramento. Pior. Ao ser questionado por jornalistas, mostrou-se surpreso, como se não soubesse da data limite. “Vai acabar? Agora que estamos em várias frentes de investigação?”, ousou perguntar. “O relatório está dentro de mim. É só eu ditar para alguém”, afirmou, impassível.

No dia seguinte, véspera do término dos trabalhos, Abi-Ackel saiu-se com a seguinte explicação para o escândalo do mensalão:

– Não posso dizer se o repasse de dinheiro ocorreu de uma vez só ou em várias vezes. Fica a suspeita de que pode ter havido as duas formas. O problema é que não tenho como provar.

A CPI do Mensalão foi inventada pela base governista para desviar a atenção da CPI dos Correios. Aliados do Palácio do Planalto pretendiam usá-la para investigar o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas a comissão nunca deixou de funcionar como um apêndice da CPI dos Correios.

Em meio a muito bate-boca, a última sessão é encerrada sem a votação do tímido relatório final, feito às pressas por Abi-Ackel. Ele próprio, aliás, foi acusado de se beneficiar de dinheiro de Marcos Valério. Apesar de reconhecer a existência de repasses para o caixa 2 de campanhas políticas, Abi-Ackel não pede o indiciamento de ninguém. Admite, porém:

– Chame-se a isso mensalão, mensalinho, semanão ou quinzenão, o fato é que receberam.

Trecho do relatório final:

“Há múltiplos indícios de que houve distribuição de recursos a deputados da base. Isso não caracteriza exatamente o que se denominou mensalão, pagamentos

sistemáticos, mas houve sem dúvida pagamentos de dinheiro em espécie, em alguns casos com uma só prestação, em outros com prestações sucessivas."

Em outro trecho, o relatório afirma que os recursos financeiros serviram para pagar "despesas de campanha presidencial, de governadores de Estado, de deputados federal e estadual, nas eleições de 2002, e de prefeito municipal em 2004". Mas não cita os nomes dos responsáveis:

"Não é possível relacionar os parlamentares que perceberam vantagens financeiras ilícitas, em virtude da ausência de provas concretas."

O nome de Paulo Abi-Ackel, filho do deputado, aparece na lista de beneficiários do caixa 2, com um pagamento de R$ 50 mil. O deputado Abi-Ackel também teria recebido uma doação direta de R$ 100 mil de Marcos Valério, na campanha eleitoral de 1998. A indicação de Abi-Ackel para a relatoria da CPI foi acertada entre os deputados José Dirceu (PT-SP) e José Janene (PP-PR).

Em depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o ministro Antonio Palocci (PT-SP) nega irregularidades no contrato de limpeza pública com a empreiteira Leão Leão em Ribeirão Preto (SP), na época em que foi prefeito, em 2001 e 2002.

– Sou permanentemente acusado de ter manipulado o contrato. Não fui eu que fiz a contratação dessa empresa, nem a prorrogação do contrato. O contrato foi feito no governo anterior ao meu e foi renovado no governo posterior ao meu.

Não assinou o contrato, mas o gerenciou. Palocci dá a entender que passou ao sucessor os negócios da Prefeitura com a Leão Leão, da forma como os encontrou. Não informa aos senadores que, durante os dois anos de sua administração, assinou outros 19 contratos com a Leão Leão. Nove deles, no valor total de R$ 4,2 milhões, firmados sem licitação pública.

O TCU (Tribunal de Contas da União) aprova relatórios de auditoria que apontam fraudes e serviços não-executados em contratos de publicidade com o Banco do Brasil, Correios e Ministério da Cultura. Prejuízo estimado, R$ 8,3 milhões.

Os técnicos do TCU consideram que os documentos em poder do governo não atestam o cumprimento dos contratos. Houve irregularidades em subcontratações de gráficas e produtoras de vídeo feitas pelas agências, além de propostas e assinaturas forjadas.

Os maiores prejuízos foram encontrados nos contratos da DNA com o Banco do Brasil, sob responsabilidade de Henrique Pizzolato, o diretor de marketing da estatal. O Banco do Brasil teria sido omisso e negligente. A DNA ficou indevidamente com R$ 4,2 milhões, dinheiro de bonificações que deveria ser repassado ao cliente.

No Ministério da Cultura os prejuízos do governo, da ordem de R$ 2 milhões, tiveram origem no contrato com a agência McCann Erickson. Entre as irregularidades, o TCU aponta que empresas participantes de licitações combinaram os preços, antecipadamente.

188 – 17/11/2005 Em depoimento à CPI dos Bingos, Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, empresário e ex-segurança do prefeito Celso Daniel (PT), nega que quatro depósitos em sua conta corrente sejam irregulares. As transferências foram feitas por Luiz Alberto Gabrilli, dono da empresa de ônibus Expresso Guarará. Seriam prova de extorsão e prática de corrupção na Prefeitura de Santo André (SP). A família Gabrilli denunciou que tinha de pagar R$ 550,00 por mês, por cada ônibus que circulava na cidade. Sombra fala de Gabrilli:

– Acho que ele se enganou, pode ter feito um pagamento cruzado, por engano.

Sombra garante, ainda, que só tomou conhecimento dos depósitos de R$ 40 mil, efetuados em 1997, muito recentemente:

– Tinha vários depósitos para receber por serviços de segurança que prestei. Esse dinheiro só fiquei sabendo agora que havia sido depositado por ele em minha conta. Não sei como foi parar na minha conta.

Sombra admite ter emitido notas fiscais referentes aos depósitos, mas em nome do empresário Ronan Maria Pinto. Ele também é acusado de envolvimento no esquema de corrupção.

A quebra do sigilo bancário de Sombra levou ao conhecimento da CPI uma série de cheques assinados pelo ex-segurança de Daniel. Ele deu R$ 182 mil para funcionários da Prefeitura, pessoas ligadas a empresas de lixo e transporte e até para Ivone Santana, a namorada de Daniel. Explicação de Sombra:

– Posso ter emprestado. Acho normal em relação de amizade. Se as pessoas precisam, elas pedem.

Acusado de envolvimento na morte de Daniel, Sombra irrita os senadores ao insistir que não sabe como se abriu a porta do carro em que estava com o prefeito, na hora do seqüestro:

– A porta abriu de repente, do lado do Celso, não sei como.

O promotor Roberto Wider, um dos encarregados do inquérito que apura o esquema de corrupção em Santo André, tem explicação para o dinheiro depositado na conta bancária de Sombra:

– Os empresários tinham de depositar R$ 100 mil por mês para o esquema. Normalmente, era dinheiro em espécie, mas houve um desarranjo do sistema e resolveram depositar na conta do Sérgio.

O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), suspeita de favorecimento na aplicação de verbas federais de publicidade em benefício do jornal Diário do Grande ABC. Estariam nas mãos de Ronan Maria Pinto 50% das ações. O jornal tem baixa circulação, limitada à região do ABC, na Grande São Paulo. Recebeu R$ 1,4 milhão de verbas da Petrobrás, de janeiro a maio de 2005, antes do escândalo do mensalão.

Dois dos jornais mais importantes do país, a Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo, receberam da Petrobrás, no mesmo período, respectivamente, R$ 453 mil e R$ 253 mil.

Suspeita-se também da distribuição de verbas da Caixa Econômica Federal. A estatal destinou R$ 1,3 milhão para o Diário do Grande ABC. Para O Estado de S. Paulo, R$ 693 mil. E à Folha de S.Paulo, R$ 565 mil. Estatais do governo Lula aplicaram R$ 3,8 milhões em publicidade no jornal de Ronan, enquanto gastaram R$ 4,5 milhões na Folha e R$ 4,3 milhões, em O Estado.

Em depoimento à Polícia Civil de São Paulo, a testemunha conhecida como a dona de casa "Y" afirma ter presenciado o seqüestro de Daniel, na zona Sul de São Paulo, da janela da cozinha de casa. Diz que o prefeito foi rendido e forçado a entrar no carro dos criminosos. Enquanto isso, Sombra, que dirigia a luxuosa Pajero de sua propriedade, não foi importunado pelos seqüestradores. Ficou ao lado do carro, conversando no telefone celular.

Depoimento no Conselho de Ética da Câmara. O deputado Wanderval Santos (PL-SP) responsabiliza o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) por um saque de R$ 150 mil. A retirada foi feita pelo motorista de Wanderval, Célio Siqueira, no Banco

Rural. Era dinheiro do caixa 2 do valerioduto. Rodrigues renunciou ao mandato, após ser acusado de participar do esquema do mensalão.

De acordo com Wanderval, os parlamentares ligados à Igreja Universal do Reino de Deus eram submissos a Rodrigues. Ele costumava se servir dos funcionários dos deputados, como no caso do motorista Siqueira. Ele teria recebido ordens para se deslocar até a agência do Brasília Shopping, pegar um envelope e levá-lo diretamente para a casa de Rodrigues. Diz Wanderval:

– Eu não podia punir o Célio, porque ele cumpriu uma ordem. Ele era usado para fazer compras, levar filho na faculdade, pegar pessoas no aeroporto, sem que precisasse da minha autorização.

189 – 18/11/2005 Operações suspeitas indicam que a Caixa Econômica Federal favoreceu o BMG, um dos bancos envolvidos no escândalo do mensalão. O BMG, credor de supostos R$ 29,2 milhões emprestados ao PT e usados no caixa 2 do partido, teve lucro de R$ 209 milhões ao vender à Caixa R$ 1,1 bilhão de sua carteira de empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Se tivesse feito diretamente as operações de empréstimo, a Caixa poderia ter lucrado R$ 696 milhões. Em decorrência das operações com o BMG, os lucros da Caixa, um banco público, ficaram restritos a R$ 346 milhões e, mesmo assim, dinheiro que entrará ao longo de três anos. Do senador Álvaro Dias (PSDB-PR):

– Se a Caixa deixou de ganhar, isso significa que alguém ganhou no lugar dela.

O BMG, banco privado mineiro, já lucrou R$ 210 milhões com a operação, sendo R$ 159 milhões de ágio, uma remuneração pela captação de clientes, já integralmente pagos. Além disso, teve um lucro extra de R$ 51 milhões, obtidos graças à fórmula usada para calcular o saldo devedor dos contratos. Diz o senador Dias:

– Temos razões de sobra para supor que essas operações tenham sido instrumento para calçar os tais empréstimos, que sempre reputamos fictícios, operações meramente contábeis.

De acordo com a repórter Marta Salomon, da Folha de S.Paulo, o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, assinou resoluções com vantagens ao BMG. Escreve a jornalista:

"A cronologia das negociações entre BMG e Caixa revela um negócio fechado às pressas. Entre a proposta formal do banco mineiro e a resolução do conselho diretor da Caixa que autorizou a primeira compra de créditos referentes a empréstimos concedidos a aposentados e pensionistas passaram-se apenas 23 dias."

E mais:

"A cronologia das operações revela mais um detalhe estranho: a venda de parte da carteira de empréstimos é concretizada apenas três meses depois de o BMG ser autorizado por medida provisória a operar o crédito a aposentados e pensionistas do INSS com desconto em folha, em setembro de 2004."

Em entrevista coletiva a emissoras de rádio, Lula apóia o ministro Antonio Palocci (PT-SP), alvo de denúncias:

– O meu companheiro ministro Palocci continua tendo de mim toda a consideração que eu tinha antes, tenho agora e vou ter depois. E, se vocês querem que eu diga, eu vou repetir aqui: Palocci é e vai continuar sendo o meu ministro da Fazenda.

O Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), órgão da ONU (Organização das Nações Unidas), divulga o Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, Pobreza e Violência.

O Brasil ocupa o 73º lugar num ranking de 177 países, conforme o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A tabela compara renda, expectativa de vida ao nascer e educação, fatores considerados fundamentais para a qualidade de vida.

De acordo com o estudo da ONU, se os brasileiros brancos formassem um país, ocupariam o 44º lugar no IDH. Já se fossem considerados apenas os negros, o Brasil estaria na 105ª posição. O relatório dá alguns exemplos: 2,5% dos negros brasileiros estão no ensino superior, ante 11,7% dos brancos. A mortalidade infantil, para cada mil nascidos vivos, é de 22,9 entre os brancos, e atinge 30,7 das crianças negras brasileiras.

Se o Brasil fosse formado apenas pelos brancos que vivem no Distrito Federal, ocuparia o 33º lugar do ranking. No outro extremo, os negros de Alagoas estariam na 122ª posição. O caso mais grave é o da cidade alagoana de Traipu. Ali, a renda média dos negros é de R$ 30,00 por mês. Seriam necessários mil meses – 83 anos de trabalho ininterrupto – para ganhar um mensalão de R$ 30 mil.

190 – 19/11/2005 A revista Isto É Dinheiro publica mais uma denúncia implicando a administração do ex-prefeito Antonio Palocci (PT-SP) em esquema de extorsão e cobrança de propina em Ribeirão Preto (SP). Desta vez, o empresário Márcio Antônio Francisco acusa Nelson Rocha Augusto, secretário de Planejamento de Palocci em Ribeirão. Ele teria cobrado uma comissão para o esquema político do ex-prefeito. Segundo Francisco, Augusto, nomeado no governo Lula para a presidência da BB-DTVM, a corretora de títulos e valores do Banco do Brasil, havia manifestado interesse em ser o intermediário, em Ribeirão, de uma operação de crédito junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Em troca, pediu um "pedágio" de 50%.

Francisco relata que a proposta lhe foi feita em 2001, em plena administração do prefeito Palocci. Ele era dono de uma fábrica de cachaça e havia procurado o consultor Ivan Leme de Sant'Anna, ex-diretor do Banco Ribeirão Preto, porque estava interessado em obter um crédito de R$ 1,5 milhão para ampliar os negócios. Sant'Anna disse que tinha uma fábrica de bebidas para ser comprada.

Em 72 horas, convocou Francisco para uma reunião, pois já estava tudo pronto para um empréstimo de R$ 5 milhões, junto ao BNDES. R$ 2,5 milhões iriam para Francisco, R$ 2,2 milhões para o "esquema" de Augusto e Palocci, e R$ 300 mil de comissão, para Sant'Anna. Além disso, Francisco teria de abrir uma construtora "no papel", para fornecer notas fiscais frias à empreiteira Leão Leão, uma parceira das operações em Ribeirão. A Leão Leão chegou a lhe prometer reembolso de 3% sobre o valor de cada nota fria emitida. Francisco diz que não participou do esquema.

191 – 20/11/2005 O jornal Folha de S.Paulo traz reportagem assinada pelo jornalista Rogério Pagnan. Relata que documentos em poder do Ministério Público indicam uma movimentação de até R$ 400 mil mensais pelo suposto esquema de corrupção em Ribeirão Preto (SP), na segunda gestão do prefeito Antonio Palocci (PT), em 2001 e 2002. Suspeita-se de desvio dos cofres públicos.

A documentação é constituída por ordens de serviço, boletins de medição e planilhas relacionadas ao serviço de limpeza pública da cidade. Teria sido adulterada. Depoimentos de funcionários confirmam os números falsificados, em benefício da Leão Leão. Os R$ 400 mil são a diferença entre os custos da varrição de rua da época de Palocci e os preços pagos pela atual administração, desde 2005. Os serviços não foram modificados. Com a saída de Palocci, em 2002, Ribeirão ficou nas mãos de seu vice, Gilberto Maggioni (PT), até o final de 2004. Ele teria mantido o mesmo sistema de limpeza engendrado por Palocci.

O jornal reproduz depoimento de uma funcionária municipal. Ela cita Isabel Bordini, então superintendente do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto). Isabel é mulher de Donizeti Rosa, secretário de Palocci nas duas gestões em Ribeirão. No governo Lula, Rosa é o diretor do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), em Brasília. Do depoimento:

"Após umas duas horas, vinha a determinação da Isabel para que fosse aceita a planilha apresentada pela Leão Leão, mesmo em prejuízo da Prefeitura. Que, mesmo contrariado, o funcionário era obrigado a acertar os dados e, para isso, precisava fazer uma ordem de serviço para complementar e justificar aquela diferença."

192 – 21/11/2005 Em solenidade no Palácio do Planalto, Lula volta a defender o ministro Antonio Palocci (PT-SP):

– Quero dizer para vocês que o ministro Palocci é o meu ministro da Fazenda, escolhido por mim.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Roberto Brant (PFL-MG) admite ter recebido R$ 102 mil da agência SMPB de Marcos Valério. Afirma que o dinheiro foi uma doação da empresa siderúrgica Usiminas, usada integralmente para pagar despesas do programa de televisão de sua campanha a prefeito de Belo Horizonte, em 2004.

193 – 22/11/2005 A Polícia Civil de Ribeirão Preto (SP) abre investigação para tentar prender os responsáveis por ameaças a funcionários do Daerp (Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto). Os servidores prestaram depoimentos sobre o esquema de corrupção na gestão do prefeito Antonio Palocci (PT). O Ministério Público ouviu três testemunhas que denunciaram fraudes nos serviços de limpeza pública a cargo da empreiteira Leão Leão, em 2001 e 2002. Elas responsabilizaram Isabel Bordini, a superintendente do Daerp, nomeada por Palocci. Isabel seria a operadora do esquema de desvio de dinheiro público.

Em depoimento à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o ministro Palocci chama de "absolutamente inverídica" a acusação de Rogério Buratti, seu ex-secretário de Governo em Ribeirão, segundo a qual recebeu propina de R$ 50 mil por mês da empreiteira Leão Leão, na época em que foi prefeito. Buratti também foi vice-presidente da Leão Leão, empresa contratada pela Prefeitura. O ministro foi questionado por deputados. Eles queriam saber por que Buratti não era processado. Diz Palocci:

– Algumas pessoas estão sofrendo processos não apenas por eventuais falhas ou irregularidades. Sofrem perseguição por terem sido meus assessores no passado.

Para não "conturbar o ambiente político", Palocci afirma que tampouco irá entrar com ações na Justiça contra os responsáveis pela divulgação das notícias sobre suspeitas de corrupção em Ribeirão:

– Se eu, como ministro da Fazenda, processar um jornalista que falou uma coisa incorreta, processar uma pessoa que fez um depoimento inverídico, vou, de certa forma, utilizar o peso do Ministério contra as investigações.

Em evento realizado em Luziânia (GO), Lula faz outra declaração sobre Palocci:

– Ele está mais firme do que nunca.

Em depoimento à CPI dos Bingos, Paulo Okamotto, presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), responsabiliza o ex-

tesoureiro Delúbio Soares por tê-lo orientado a quitar em dinheiro vivo uma dívida de Lula junto ao PT, no valor de R$ 29.436,26.

De acordo com Okamotto, o dinheiro foi usado para Marisa Letícia, mulher de Lula, viajar à China. Também serviu para pagar gastos de Lula com viagens a Cuba e Europa, despesas médicas e um empréstimo de R$ 5 mil. O valor corresponde à remuneração mensal de Okamotto, de "pouco mais de R$ 30 mil", conforme declaração dele à CPI. Além do salário do Sebrae, Okamotto recebe como integrante do conselho da Brasil-Prev e é aposentado como metalúrgico. Diz Okamotto:

– Não sou um homem de posses.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o episódio mostra a promiscuidade entre público e privado:

– Okamotto fez um favorzão ao presidente e recebe em troca um cargo dos mais cobiçados.

Divulgada pesquisa CNT/Sensus. Para 42,8% dos entrevistados, o presidente participou dos atos de corrupção noticiados pela imprensa. Um total de 72,6% considera que a imagem de Lula foi afetada pelo escândalo do mensalão.

Indiciados pela Polícia Federal David Stival, ex-presidente do PT do Rio Grande do Sul, Marcelino Pies, ex-tesoureiro do partido em Porto Alegre, e Marcos Trindade, militante petista. Todos são acusados de participar da transferência de R$ 1,05 milhão de Marcos Valério para o PT, em 2003. O dinheiro do valerioduto não foi contabilizado pelo partido. No total, o PT gaúcho sacou R$ 1,2 milhão da conta bancária da agência SMPB, sendo que R$ 150 mil teriam acertado despesas gráficas do diretório nacional do PT.

Depoimentos ao Conselho de Ética da Câmara. O presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), e o assessor da liderança do partido, José Cláudio Genu, admitem o recebimento de R$ 700 mil do valerioduto. O dinheiro pagou honorários do advogado do ex-deputado Ronivon Santiago (PP-AC). Eles negam que houve compra de deputados. Explicam que a soma não foi contabilizada porque ficaram aguardando o PT formalizar o que chamam de "auxílios financeiros negociados com o Partido Progressista".

194 – 23/11/2005 Em depoimento à CPI dos Bingos, Rosângela Gabrilli, proprietária da empresa de ônibus Expresso Guarará, afirma que Lula recebeu informação, em 2003, sobre o esquema de extorsão montado pelo PT em Santo André (SP). As operações irregulares teriam continuado após a morte do prefeito Celso Daniel (PT), em 2002. O relato da situação foi feito a Lula pela irmã de Rosângela, Mara Gabrilli, num encontro de 20 minutos no apartamento de Lula, em São Bernardo do Campo (SP).

De acordo com Rosângela, os donos das empresas de ônibus em Santo André eram obrigados a contribuir para o caixa do PT desde 1997, no início da segunda gestão de Daniel. Cabia ao Expresso Guarará o repasse de R$ 40 mil mensais. O dinheiro tinha de ser entregue em espécie, mas num período ocorreram depósitos na conta bancária de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, no Banespa.

Rosângela diz que Sombra era o arrecadador do dinheiro, enquanto o empresário Ronan Maria Pinto cumpria o papel de "interlocutor junto aos empresários". Ela também relaciona Klinger Luiz de Oliveira (PT), o ex-vereador e ex-secretário de Serviços Municipais de Daniel, como líder do esquema.

– Os achaques eram feitos com intimidação e ameaça. Diziam que o Klinger tinha sempre um revólver preso na canela. Isso constrangia muito. E ele lembrava a cada momento: "Com o poder não se brinca, o poder tudo pode".

Em entrevista à repórter Mariana Caetano, de O Estado de S. Paulo, Mara Gabrilli disse que aguarda há 32 meses uma manifestação de Lula sobre as denúncias feitas por ela no encontro em São Bernardo do Campo. O Palácio do Planalto não se pronuncia sobre o assunto. Mara conta que, na época, o presidente se comprometeu a "averiguar e tomar providências":

– Ninguém fez absolutamente nada. Nunca tive uma resposta.

Ela relata que pediu a Lula uma intervenção em Santo André:

– Contei como era o esquema, quem cobrava a propina, e como a Prefeitura tirou a licença para a empresa da minha família operar algumas linhas, em represália ao fato de meu pai não ter pago propina a partir de certo momento.

Na saída do encontro com o presidente, ela recebeu a recomendação de um assessor para não revelar o teor da conversa.

– Ele pediu que eu dissesse aos jornalistas que estavam de plantão na porta do prédio que a conversa tinha sido sobre reabilitação, mas eu contei a verdade.

Em depoimento à Polícia Civil de Ribeirão, mais uma testemunha confirma o esquema de corrupção na gestão do prefeito Antonio Palocci (PT). É o quarto funcionário do Daerp (Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto) que denuncia fraudes nos pagamentos dos serviços de limpeza pública executados pela empreiteira Leão Leão.

Como nos depoimentos anteriores, a testemunha diz que recebeu ordens de Isabel Bordini, a superintendente do Daerp, para falsificar as planilhas. Segundo a acusação, os valores pagos pela varrição de ruas e de calçadas foram três vezes maiores que os serviços efetivamente prestados, durante a gestão do prefeito Gilberto Maggioni (PT), o vice de Palocci que o sucedeu no cargo.

Declaração de Lula, ao inaugurar uma plataforma de petróleo em Niterói (RJ):

– O Palocci é uma figura imprescindível ao Brasil. Todos sabem o que o Palocci significa para a economia brasileira.

195 – 24/11/2005 Em entrevista concedida no Palácio do Planalto a quatro emissoras de rádio de São Paulo e do Rio, Lula mostra-se alheio às graves denúncias contra o PT e integrantes de seu governo. As pérolas do presidente:

– No dia em que o Brasil todo acordar pensando de forma positiva, a força que essa energia vai passar será tão grande que esse país poderá, definitivamente, se transformar em grande potência.

– Uma coisa que nós aprendemos a fazer é que a vida humana é tão bonita e tão curta, que não há tempo para a gente ser pessimista.

– Não há razão para um casal brigar, porque não tem nada pior na vida do que você sair para trabalhar brigado com a esposa, ou a esposa brigada com o marido. É um dia infernal.

Além das lições de vida, o presidente parece inspirado ao fazer comentários sobre a crise política:

– Sabe, mexer no Palocci é a mesma coisa que pedir para o Barcelona tirar o Ronaldinho. Deixa ele jogando, ele está bem. De vez em quando, o Ronaldinho perde um gol, de vez em quando, o Palocci pode dizer alguma coisa que alguém não goste, mas isso faz parte da vida.

Sobre o mensalão:

– Só tem três possibilidades de um presidente saber: se ele participou da reunião, se alguém que participou contou para ele, ou se a imprensa denunciar.

Lula nega:

– Estamos vivendo um momento excepcional, do ponto de vista da intranqüilidade na política, porque se colocou na cabeça do povo, ao longo de vários meses, que tinha mensalão. Isso virou refrão de música de carnaval, está no inconsciente da sociedade e agora a CPI terminou o trabalho sem provar se houve mensalão. A própria pessoa que acusou foi cassada porque não provou.

A morte de Celso Daniel, um "acidente de percurso":

– Não acredito em crime político. Eu acho que o assaltaram, seqüestraram, aí perceberam, como se diz, o tamanho do peixe, e resolveram matar de forma irresponsável e por medo.

– Uma parte do Ministério Público de São Paulo, toda vez que vai chegando a eleição, levanta esse caso.

Lula parece Paulo Maluf.

Depoimento ao Conselho de Ética da Câmara. O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) admite que a mulher, Márcia Milanésio, sacou R$ 50 mil em dinheiro do Banco Rural, na agência do Brasília Shopping. Cunha afirma que a retirada foi feita por orientação do tesoureiro Delúbio Soares. Nega que soubesse a origem do dinheiro, a conta bancária da agência SMPB de Marcos Valério. Diz Cunha:

– Recurso você busca no tesouro do seu partido. Qual crime eu cometi? Eu peguei no lugar que eu sabia, que era a tesouraria nacional do PT.

Ele reconhece que não declarou o valor à Receita Federal:

– Eu admito que tenha problema contábil. Gostaria que alguém pudesse me dizer como posso corrigir.

As coisas são mais complicadas do que Cunha quer fazer crer. Num primeiro momento, ele disse que a mulher foi ao Banco Rural para resolver um problema com a conta da TV a cabo. Agora, a versão final do deputado: os R$ 50 mil foram providenciados por Delúbio em São Paulo, transferidos da conta de Valério do Banco Rural de Belo Horizonte para a agência de Brasília, sacados em espécie por Márcia Milanésio Cunha e levados, em dinheiro vivo, para São Paulo. Tudo para pagar despesas com pesquisas eleitorais em seu reduto eleitoral, quatro cidades da Grande São Paulo.

Tem mais: apesar de negar que conhecia a origem do repasse, Cunha manteve relações estreitas com Valério. A agência DNA, de propriedade do empresário, fez a campanha de Cunha para a presidência da Câmara. Em seguida, eleito presidente, a SMPB, outra agência de Valério, foi contratada por Cunha por R$ 10,7 milhões, para fazer a propaganda da Câmara. Como se não bastasse, Cunha recebeu Valério para tomar café da manhã em 3 de setembro de 2003, na residência oficial do presidente da Câmara. O saque de R$ 50 mil foi feito no dia seguinte. Sobre o café da manhã:

– Marcos Valério só foi me cumprimentar pela minha atuação na votação da reforma tributária.

Quanto aos R$ 50 mil, Cunha apresentou três notas fiscais do Instituto de Pesquisa DataVale, para justificar despesas com pesquisas ao longo de quatro meses. As notas, contudo, são seqüenciais. Fica a suspeita de que foram providenciadas às pressas, pois não há lógica de a empresa só ter prestado serviços a um cliente, num período de quatro meses.

Por fim: Cunha admite ao Conselho de Ética que recebeu de presente de aniversário de Valério uma caneta Montblanc e passagens aéreas para sua secretária e a

filha dela. O valor do mimo, R$ 3.084,20, Cunha garante que doou ao programa Fome Zero.

196 – 25/11/2005 Em visita ao Ceará, Lula é recebido por manifestantes que fazem protesto contra o escândalo do mensalão. A imprensa destaca a participação da aposentada Maria de Lurdes de Paula, de 76 anos, com o rosto pintado e chapéu de palha com as inscrições “fora Lula”. Declaração dela:

– O Lula criou um dicionário. Na palavra “mentira”, o sinônimo é “eu não sabia”.

O Ministério Público suspeita de desvios em contratos de publicidade em Ribeirão Preto, durante o segundo mandato do prefeito Antonio Palocci (PT), em 2001 e 2002. O alvo da investigação é o suposto gasto com propaganda da Coderp (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto), dirigida na época por Juscelino Dourado, nomeado depois chefe de gabinete do Ministério da Fazenda. Foi afastado na esteira do escândalo do mensalão.

A administração municipal pagou R$ 200 mil por serviços à Espontânea Comunicação, de Belo Horizonte. Não há registros que comprovem o trabalho prestado à Coderp. O então coordenador de comunicação da Prefeitura, José Hélio Pellissari, integrou a comissão técnica responsável pela classificação da Espontânea. Ele desconhece serviços feitos para a Coderp. O Ministério Público investiga outro contrato de publicidade suspeito, de R$ 1,2 milhão, com a NW3 Propaganda.

197 – 26/11/2005 A revista Época publica reportagem apontando suspeitas de fraude no contrato de publicidade entre a SMPB e a Câmara dos Deputados, assinado e executado no período em que a Casa foi presidida pelo deputado João Paulo Cunha (PT-SP). A matéria relata o afastamento do advogado Alexis de Paula Souza, secretário de Controle Interno da Câmara. Ele pediu para sair porque vinha sofrendo pressões, sanções e a perda de atribuições, depois de ter examinado o contrato de publicidade de R$ 10,7 milhões com a empresa de Marcos Valério.

Souza identificou indícios de fraude na escolha da agência e na execução do contrato. Auditores descobriram empresas e assinaturas fantasmas. Agências supostamente concorrentes funcionavam no mesmo endereço e compartilhavam telefone e fax, por ocasião da licitação. De acordo com a reportagem de Andrei Meireles e Ronald Freitas, a simulação permitiu à SMPB a subcontratação de prestadoras de serviço de seu interesse, ou de empresas indicadas.

Segundo a denúncia, outras duas agências de publicidade, a Ogilvy e a Lowe, apresentaram condições técnicas melhores que as da vencedora da licitação. Foram preteridas. Época descreve as irregularidades em 52 processos executados pela SMPB:

“Nesses casos, a agência de Marcos Valério tinha a obrigação de pedir orçamento a pelo menos três empresas e subcontratar a que cobrasse o menor valor – a SMPB ficava com 5% do valor pago à subcontratada. A praxe, porém, era a ‘empresa que deveria ser subcontratada’ apresentar uma proposta ‘séria e firme, devidamente detalhada à qual se juntavam outras duas propostas de valor maior que o da primeira’. Em geral, essas propostas são fajutas, apenas para fingir que houve disputa: não foram encontradas pelos auditores, não detalhavam o serviço a ser prestado, não eram assinadas por um responsável nem sequer traziam um telefone de contato.”

199 – 28/11/2005 A CPI dos Correios descobre seis transferências da corretora Bônus-Banval, num total de R$ 154 mil, para Rosa Alice Valente, assessora do líder do

PP na Câmara, o deputado José Janene (PR). A Bônus-Banval, como se sabe, é apontada como intermediária de repasses de Marcos Valério para beneficiários do mensalão. Um dos diretores da corretora, Enivaldo Quadrado, também transferiu R$ 11.628,00 para Rosa Alice Valente.

Há ainda oito operações do próprio Janene para Rosa Alice Valente, somando R$ 139 mil. Por fim, foi detectado um depósito de R$ 10 mil do publicitário Duda Mendonça para o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. As 16 operações relacionadas ocorreram de 2003 a 2005, principalmente em 2004, no auge do mensalão.

O jornal Folha de S.Paulo noticia uma suspeita de favorecimento do governo ao empresário José Roberto Colnaghi. Ele é o dono do avião Citation usado pelo ministro Antonio Palocci (PT-SP) em deslocamentos entre Brasília e Ribeirão Preto (SP). Colnaghi também é o dono do avião Seneca usado para transportar supostos dólares de Cuba para o PT, durante a campanha eleitoral de 2002.

Já se sabe do negócio de Colnaghi com o Banco do Brasil, mediante o qual a empresa Soft Micro Informática fechou um contrato milionário para instalar programas de computador em Tocantins. Agora, o repórter Mario Cesar Carvalho relata nova operação com o Banco do Brasil em favor de Colnaghi, pela qual a Asperbrás, também de propriedade de Colnaghi, foi beneficiada com financiamento de US$ 8,5 milhões, com a finalidade de exportar equipamentos agrícolas para Angola. A taxa de juros do Proex (Programa de Financiamento às Exportações), do Banco do Brasil, chega a ser cinco vezes menor que uma operação similar com rede bancária comercial.

200 – 29/11/2005 Em depoimento repleto de evasivas à CPI dos Bingos, Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular de Antonio Palocci (PT-SP), nega quaisquer irregularidades no relacionamento com integrantes da chamada “república de Ribeirão Preto”, todos igualmente ligados a Palocci. Ademirson convive com Palocci há 18 anos. Os nomes citados: Rogério Buratti, Vladimir Poleto, Juscelino Dourado e Ralf Barquete, morto em 2004. Reações de Ademirson a questionamentos feitos durante a sessão da CPI:

– Desconheço.

– Não tenho conhecimento sobre isso.

– Nunca tratei desse assunto.

Ele desconversa ao ser inquirido sobre as dezenas de conversas telefônicas mantidas com Buratti e Barquete, durante o período da renovação do contrato sob investigação entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech. Indagado a respeito dos 1.411 telefonemas trocados com Poleto em pouco mais de dois anos, resume tudo a “assuntos de amigos”.

Ademirson admite ter ido nove vezes à “casa dos prazeres”, alugada por Poleto no Lago Sul, em Brasília. Mas nega que o endereço serviu para empresários fazerem lobby a fim de obter negócios com o governo Lula. Ademirson oculta os nomes dos freqüentadores do local. Tampouco diz o que fazia por lá.

201 – 30/11/2005 Cassado o mandato do deputado José Dirceu (PT-SP), acusado de ser o mentor do esquema do mensalão. Com a decisão do plenário da Câmara dos Deputados, por 293 votos a favor e 192 contra, o ex-ministro da Casa Civil, homem-forte do PT e do governo Lula, fica inelegível até 2015. Comentário do jornalista Rogério Gentile, na Folha de S.Paulo:

“Imaginar que Dirceu articulou sozinho o caixa 2 e o esquema da compra de votos de parlamentares e de partidos, sem o conhecimento do presidente, é pior do que

acreditar que o tesoureiro Delúbio Soares agiu por conta própria, sem o conhecimento de Dirceu."

Sobre a relação Lula-Dirceu:

"Os dois sempre foram parceiros, numa relação de amor e ódio. Dirceu é a mão-de-ferro que Lula utilizou para controlar o PT, chegar ao poder e governar o país sem ter de comprometer sua imagem de mito. E Lula é a liderança popular que Dirceu nunca conseguiu ser e usou para se realizar como autoridade."

"Os dois são cara e coroa, com o perdão do chavão. Se um é culpado, como tudo leva a crer, outro também é. Ambos merecem a punição."

Em editorial, o jornal argumenta que "o presidente Lula poderia não saber dos detalhes, mas dificilmente desconheceria por inteiro as gravíssimas situações que foram reveladas à sociedade brasileira":

"A cassação do mandato do deputado José Dirceu é um item relevante da conta paga pelo governo petista para defender o presidente da República de acusações que pudessem desaguar na abertura de um processo de impeachment. Se coube ao ex-tesoureiro Delúbio Soares assumir a responsabilidade operacional sobre os desvios cometidos, foi reservado a Dirceu o papel de arcar com a responsabilidade política."

Abalado pela crise política e pressionado pelas altas taxas de juros, o PIB (Produto Interno Bruto) cai 1,2% no terceiro trimestre de 2005. O resultado compromete os resultados econômicos, o que se suponha ser o grande trunfo do governo Lula. Análise do jornalista Luís Nassif, na Folha de S.Paulo:

"Essa tem sido a lógica sistemática dos cabeças de planilha do Planalto. Aumentam os juros mais do que o necessário, apreciam o real de forma imprudente, desarticulam o setor de manufaturas e o agrícola."

Do vice-presidente José Alencar (PL-MG):

– Às vezes, chego inevitavelmente à conclusão de que para tudo que é absolutamente essencial para o Brasil faltam recursos, menos para os juros 10% superiores aos existentes no mercado internacional. Isso é muito sério.

A revista britânica The Economist publica ranking que traz o Brasil como o último colocado entre os chamados países emergentes. O levantamento mostra China, Índia, Argentina e Venezuela com crescimentos superiores a 8% no segundo trimestre de 2005, enquanto o do Brasil foi de 1%. Dados do FMI (Fundo Monetário Internacional) apontam para um crescimento dos países emergentes superior a 6% em 2005, mais que o dobro do Brasil.

202 – 1/12/2005 A Petrobrás prorroga o contrato com o publicitário Duda Mendonça. Quase quatro meses depois de Duda admitir que recebeu R$ 10,5 milhões por meio do caixa 2 do PT na offshore Dusseldorf, nas Bahamas, em pagamento por serviços prestados à campanha eleitoral que elegeu Lula em 2002, a Petrobrás anuncia a prorrogação de contratos de publicidade, no valor de R$ 212 milhões anuais. Os serviços continuarão a ser prestados pelo mesmo pool de agências, o que inclui a Duda Mendonça Associados. Caberá a Duda administrar R$ 63 milhões até o fim do governo Lula.

Apesar do envolvimento de Duda no escândalo do mensalão, a Petrobrás, a maior empresa estatal do país, não tomou providências que permitissem abrir uma nova licitação, a fim de escolher outras agências para administrar a sua milionária conta de publicidade. O certame já poderia estar concluído, o que evitaria a renovação do contrato com Duda.

Do senador José Jorge (PFL-PE):

– A realidade sugere ao menos um pouco de compostura. A Petrobrás, presidida pelo militante do PT Sérgio Gabrielli, tem a publicidade dirigida por Duda Mendonça, que confessou na CPI dos Correios ter sido pago no exterior, por instrução de Marcos Valério. Acho estranha a renovação do contrato com um suspeito de crimes graves. Duda Mendonça não pode ganhar contratos públicos, ainda mais sem licitação.

O Jornal Nacional, da TV Globo, noticia que o INC (Instituto Nacional de Criminalística), órgão da Polícia Federal, constatou que as agências de publicidade DNA Propaganda e SMPB Comunicação, do empresário Marcos Valério, imprimiram 80 mil notas fiscais falsas. O laudo do INC destaca três notas supostamente frias, emitidas para a Visanet em 2003 e 2004. Trazem valores de R$ 35 milhões, R$ 23,3 milhões e R$ 6,4 milhões. Do laudo:

"Várias dessas notas foram utilizadas para dar suporte a recebimento de recursos de empresas como o Banco do Brasil, a Eletronorte e como o Ministério do Trabalho."

E mais:

"Manipularam, falsificaram e alteraram registros e documentos, de modo a modificar os registros de ativos, de passivos e de resultados; omitiram milhares de transações nos registros contábeis; realizaram registros de transações sem comprovação ou as simularam; e aplicaram práticas contábeis indevidas."

Um escândalo.

Outro fato grave: a DNA usou uma nota fiscal fria, no valor de R$ 12 milhões, como se o documento tivesse sido emitido à Eletronorte, para obter empréstimo no mesmo valor junto ao BMG.

Para o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), é difícil prender Valério:

– Acho que ele tem absoluta confiança na impunidade desse país e espera o processo que, com bons advogados, vai acabar nas calendas. É difícil falar que Marcos Valério, que tem meios, recursos e força, responderá amanhã pelo que fez.

Em depoimento à CPI dos Correios, o advogado Walter Santos Neto enfrenta dificuldades para explicar como gastou R$ 5 milhões, dinheiro transferido pela multinacional Gtech à MM Consultoria Jurídica. A empresa é investigada por suspeita de intermediar o pagamento de propina a grupos ligados ao governo, por ocasião da renovação do contrato de R$ 650 milhões entre a Caixa Econômica Federal e a Gtech. Importante salientar o nome de outro advogado, sócio de Walter Santos Neto na MM, na época do depósito de R$ 5 milhões. É Marcelo Coelho de Aguiar, ex-assessor da Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República, que foi comandada pelo ex-ministro Luiz Gushiken.

Em seu depoimento, protegido por habeas-corpus para não ser preso, Walter Santos Neto alega sofrer de um distúrbio chamado de "compulsão ou disfunção do gasto", para justificar as despesas que fez com o dinheiro. Segundo ele, os R$ 5 milhões foram o pagamento por uma ação junto ao Superior Tribunal de Justiça:

– Posso dizer que a motivação que sempre tive em relação ao dinheiro vem de uma deformação de minha personalidade, a necessidade de ver o dinheiro, de se sentir com o poder.

Em resumo: foi isso que, sempre segundo o advogado, o levou a sacar em espécie uma das transferências da Gtech, de R$ 650 mil, e levar o dinheiro para casa, dentro de um carro-forte, "para gastar depois". E assim a dinheirama se foi, em restaurantes caros, vinhos, viagens, presentes, pagamento de dívidas e em doações para amigos.

– Minhas despesas são chocantes, gasto com frivolidades. Sou uma pessoa doente e comecei a fazer tratamento psiquiátrico.

Acredite se quiser.

Depoimento ao Conselho de Ética da Câmara. O deputado João Magno (PT-MG) afirma possuir notas fiscais para justificar gastos relacionados aos R$ 426 mil que admite ter recebido de Marcos Valério. O dinheiro foi totalmente empregado, assegura ele, no pagamento de despesas das campanhas eleitorais de 2002 e 2004.

Magno nega ter feito uso de caixa 2. Explica assim o fato de só ter incluído os R$ 426 mil na prestação de contas das campanhas eleitorais depois da eclosão do escândalo do mensalão:

– Reconheço que perfeito não sou. Alguma anomalia o processo teve, mas não admito ter feito caixa 2.

Magno trata de culpar o ex-tesoureiro Delúbio Soares:

– Ele teve dificuldade de mostrar como arrecadou os recursos. Para mim, era um dinheiro do partido.

205 – 4/12/2005 O caso Coteminas. O jornal Folha de S.Paulo traz informações segundo as quais o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, ligado ao Ministério da Fazenda) identificou um depósito de R$ 1 milhão, em dinheiro, em nome do PT, na conta bancária da Coteminas (Companhia de Tecidos Norte de Minas), cujo dono é o vice-presidente da República, José Alencar (PL-MG).

A operação não apareceu na quebra de sigilo bancário das 16 contas do PT, existentes em seis bancos. Suspeita-se de caixa 2. O PT contraíra uma dívida de R$ 12 milhões junto à Coteminas, pelo fornecimento de 2,7 milhões de camisetas, distribuídas como brinde de campanha durante as eleições de 2004.

As repórteres Renata Lo Prete e Marta Salomon relatam que o PT ficara de pagar as despesas em três parcelas, até janeiro de 2005, mas não honrou nenhuma. O primeiro pagamento, esse R$ 1 milhão detectado pelo Coaf, só foi feito em 17 de maio. E também foi só.

O jornal entrevista Josué Gomes da Silva, filho do vice de Lula e presidente da Coteminas. Ele afirma ter recebido o dinheiro em "cash", trazido por uma senhora:

– Era dinheiro do PT. Eu não tinha por que pensar diferente.

O novo tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, diz que a operação não foi contabilizada pelo partido:

– Não há nada dessa natureza registrado. Nenhum pagamento de R$ 1 milhão à Coteminas.

206 – 5/12/2005 Repercute o caso Coteminas. Para o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o pagamento de R$ 1 milhão, em dinheiro vivo, à empresa do vice-presidente José Alencar (PL-MG), tem origem em caixa 2. Diz Serraglio:

– Se o pessoal do PT diz que esse pagamento não foi contabilizado, há um caixa 2 de recursos que não eram do sistema Valério.

Do deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), relator-adjunto da CPI:

– Essa notícia vem apenas confirmar a certeza que tínhamos de que o valerioduto é bem maior do que os R$ 55 milhões declarados. Parte desse dinheiro foi esquentado pelos empréstimos bancários. Certamente esse R$ 1 milhão veio de outra parte.

O vice Alencar dá entrevista para informar que Marice Corrêa de Lima, coordenadora administrativa do PT, foi quem levou o pacote com R$ 1 milhão ao escritório da Coteminas, em São Paulo. O dinheiro foi depositado depois em conta do banco Bradesco. Para Alencar, é normal a entrega em dinheiro vivo:

– Como, normalmente, os partidos políticos recebem de doadores ou coisa que o valha, e nós não temos nada com isso, recebemos em dinheiro e depositamos. Não existe nada na legislação brasileira que impeça o cidadão de vender uma mercadoria e receber na moeda do país. O caixa 2 não afetou em nada o procedimento da companhia. A Coteminas não tem absolutamente nada com isso.

Denunciados os envolvidos no escândalo da cueca. O Ministério Público Federal conclui que eram propina os R$ 200 mil transportados numa maleta e os US$ 100 mil levados na cueca do assessor do PT do Ceará, José Adalberto Vieira da Silva. Ele foi preso ao tentar embarcar num avião no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. O dinheiro teria vindo de acerto por fora, relativo a um contrato de R$ 300 milhões entre o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e o consórcio Alusa/STN (Sistema de Transmissão do Nordeste), para a construção de uma linha de transmissão de energia elétrica entre Teresina e Fortaleza.

Vieira da Silva trabalhava como assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do ex-presidente do PT, José Genoino (SP). O deputado cearense também vai responder a ação judicial. Para o Ministério Público, o ex-assessor especial da presidência do BNB, Kennedy Moura, do mesmo grupo do deputado Guimarães, foi o intermediário do negócio. Ele será acionado por improbidade administrativa.

O Conselho de Ética da Assembléia Legislativa do Ceará aprova o encaminhamento do pedido de cassação do mandato de Guimarães. Ele admitiu ter recebido R$ 250 mil do valerioduto. A decisão não tem nada a ver com o caso da prisão do assessor Vieira da Silva, um outro processo.

A complicada rede do tráfico de dinheiro. Relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) implica no escândalo do mensalão distribuidoras de títulos que obtiveram lucros milionários negociando com fundos de pensão. O esquema escancarado é o do Prece (fundo de pensão da empresa de saneamento do Rio de Janeiro). Operações supostamente lesivas teriam contado com a participação dos deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Carlos Wilian (PTC-MG).

Conforme auditoria da Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, a Laeta DTVM e a Euro DTVM teriam ganhado cerca de R$ 5 milhões durante o governo Lula, em operações cujos prejuízos de igual valor sobraram para o Prece. A Laeta e a Euro manteriam conexão com as empresas Bônus-Banval e Garanhuns. Ambas são investigadas por transações com dinheiro de caixa 2 entregue para políticos da base aliada do governo federal.

De acordo com a documentação do Coaf, outra empresa, a Natimar, recebeu uma transferência de R$ 525 mil da Euro. A Natimar, por sua vez, depositou R$ 275 mil na RS Administração, uma offshore localizada no Panamá. A mesma RS teria recebido R$ 3,1 milhões em operação que envolveu a 2S Participações, de Marcos Valério, numa triangulação que passou pela Bônus-Banval e também teria envolvido a presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo.

O intrincado caminho do dinheiro. O Coaf apurou que a Laeta e a Garanhuns são ligadas ao doleiro Lúcio Bolonha Funaro. Uma empresa apontada como dele, a Royster Serviços, teria transferido R$ 5,5 milhões para a offshore RS, no Panamá, em 2004. Outra empresa de Funaro, a Erst Banking Empreendimentos, movimentou R$ 25,5

milhões entre setembro de 2003 e março de 2004, numa conta do extinto BCN, banco posteriormente comprado pelo Bradesco.

207 – 6/12/2005 48 horas depois do caso Coteminas ganhar as manchetes de jornal, Delúbio Soares vem a público assumir a responsabilidade sobre tudo. Em nota divulgada por seu advogado, o ex-tesoureiro afirma que o R$ 1 milhão entregue à Coteminas fazia parte de uma reserva do caixa 2 do PT, alimentado por Marcos Valério. No dia em que o escândalo foi divulgado, Delúbio sugerira que o dinheiro não tinha origem nos repasses de Valério. Diz a nota com a nova versão de Delúbio:

"Quando perguntado sobre esse pagamento, lembrei-me de sua ocorrência, mas me equivoquei, achando que tinha sido feito com recursos contabilizados. Na verdade o pagamento foi feito em espécie, com dinheiro que tinha origem nos empréstimos feitos por Marcos Valério ao Partido dos Trabalhadores. Trata-se de parte do valor que, daqueles empréstimos, foi reservado para despesas do diretório nacional do partido."

Muito bem. Digamos que o R$ 1 milhão entregue à Coteminas era mesmo parte dos tais R$ 55,8 milhões atribuídos ao caixa 2. O último dinheiro desse esquema, conforme a versão de Delúbio e Valério, foi repassado ao PT em 1 de outubro de 2004. Fica difícil acreditar que o R$ 1 milhão estivesse guardado no cofre do PT, por mais de sete meses, até o pagamento ser realizado à Coteminas, em maio de 2005. E, se estivesse mesmo guardado no cofre, não haveria explicação para o PT não ter quitado anteriormente parte da dívida junto à Coteminas, uma vez que os compromissos assumidos com a empresa venceram entre novembro de 2004 e janeiro de 2005.

Tampouco faz sentido a outra afirmação de Delúbio na mesma nota, segundo a qual "novas dificuldades financeiras" teriam impedido que as parcelas fossem "honradas na forma acordada". Ora, se o dinheiro já estava em caixa, as parcelas poderiam ser honradas sem problemas. Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator da CPI dos Correios, irrita-se com Delúbio:

– Juridicamente, a nota pode evitar questionamentos, tiveram tempo para prepará-la. Mas, politicamente, é um desastre, isso é uma ofensa à inteligência, mais uma história inverossímil na sucessão de histórias inverossímeis.

Valério procura não se envolver com a versão de Delúbio:

– Não posso falar que ele está mentindo ou falando a verdade. O dinheiro era do Delúbio, não sei o que ele fez com ele.

O novo tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, parece se esquecer que Marice Corrêa de Lima, a coordenadora administrativa do PT e responsável pela entrega do R$ 1 milhão, assinou recibo emitido pela Coteminas. Ao ser entrevistado, Ferreira diz que ela "cumpriu ordens, nem sabia o que estava levando". Em seguida, corrige-se:

– Pode não ter sabido, entendeu?

O presidente da Coteminas, Josué Gomes da Silva, filho do vice-presidente José Alencar (PL-MG), dá risada ao ser informado de que dirigentes do PT não reconheciam a transação:

– Claro que eles sabiam. Eles que pagaram.

A repórter Mariana Caetano, de O Estado de S. Paulo, publica entrevista com integrante do diretório do PT, que pede para não ser identificado. Diz a liderança petista:

– Esse dinheiro não veio do Valério, veio de alguma empresa que doou por fora.

Do jornalista Fernando de Barros e Silva, no jornal Folha de S.Paulo:

"Quantos milhões 'não contabilizados' ainda estarão escondidos sob as desculpas esfarrapadas de Delúbio Soares? E quanto custam o silêncio e os contos de fada do ex-tesoureiro? E quem paga por eles?"

O jornalista continua:

"Delúbio se tornou uma espécie de lixo atômico para o governo e para o PT. É o culpado por tudo, aquele que está sempre disposto a assumir tudo sozinho, mas ao mesmo tempo não pode ser imolado, precisa ser preservado a qualquer custo. A situação é esquizofrênica, mas a equação é simples: se ele explodir (ou falar a verdade), o governo implode, vem abaixo."

E, por fim:

"Em condições normais, o milhãozinho que saiu do PT e – ninguém sabe, ninguém viu – foi parar na conta da Coteminas seria suficiente para fazer ruir qualquer governo. Paradoxalmente, Lula e o PT se beneficiam da miríade de falcatruas, da profusão de denúncias, do excesso de bandalheira revelada ao país. É como se cada nova história anulasse o efeito corrosivo das anteriores, sucessivamente, numa espécie de jogo entorpecente de soma zero."

A CPI dos Correios divulga relatório que aponta supostas perdas de R$ 784 milhões às finanças de 14 fundos de pensão, em operações realizadas junto à BMF (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e com títulos públicos. O documento relaciona corretoras e pessoas físicas que tiveram lucros milionários com os negócios. Diz o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA):

– O que interessa à CPI são as recorrências, os resultados negativos sistemáticos e contínuos, com os fundos perdendo e os mesmos beneficiários ganhando sempre.

As perdas ocorreram nas operações de compra e venda de contratos futuros e títulos públicos. Os fundos teriam comprado por preços acima dos praticados pelo mercado, e depois vendido por menos. A comissão investiga se a diferença significou prejuízos, se foram intencionais e desviados para fins políticos.

De acordo com o levantamento, entre os mais prejudicados aparecem o Prece, fundo de pensão dos funcionários da empresa de saneamento do Rio. Acumulou perdas de R$ 309 milhões. A Sistel, fundo das empresas de telecomunicações, teria amargado saldo negativo de R$ 154 milhões. A Petros, ligada à Petrobrás, teve perdas de R$ 65 milhões. E a Funcef, da Caixa Econômica Federal, outros R$ 50 milhões.

Na outra ponta, os eventuais beneficiados. Suspeita-se que parte do dinheiro pode ter sido remetida para o exterior. Entre as corretoras, as que mais ganharam, de acordo com o relatório, são a Laeta, Novinvest e Cruzeiro do Sul, com, respectivamente, R$ 55,3 milhões, R$ 30,7 milhões e R$ 26,4 milhões. A comissão quer identificar quem lucrou de maneira ilegal.

Depoimento à CPI dos Bingos. Mara Gabrilli confirma a reunião com o presidente Lula, na casa dele, em São Bernardo do Campo (SP), em março de 2003. Na ocasião, relatou pressões contra a empresa de ônibus Expresso Guarará, de sua família, por conta do esquema de corrupção montado na Prefeitura de Santo André (SP).

Mara conta aos senadores ter denunciado a Lula que a empresa era obrigada a pagar propina para operar em Santo André. Apontou ao presidente o nome das pessoas que considerava responsáveis pelo esquema: o então secretário municipal Klinger Luiz de Oliveira (PT), o empresário Ronan Maria Pinto e o ex-segurança do prefeito Celso Daniel (PT), Sérgio Gomes da Silva, o Sombra.

De acordo com ela, Lula se virou para os três assessores que acompanhavam o encontro e disse:

– Nossa, eu achei que o Sérgio Gomes já estava muito longe.

Afirmação de Mara:

– Eu falei ao presidente sobre o pagamento da caixinha que meu pai era obrigado a fazer a cada dia 30. E falei da retaliação imposta à empresa desde que eu e minha irmã, Rosângela, denunciamos o fato ao Ministério Público.

O presidente prometeu tomar providências e dar uma resposta. Não foi o que aconteceu:

– Ocorreu justamente o contrário. Klinger soube, reclamou, e dias depois uma comissão de sindicância da Prefeitura se instalou na nossa empresa.

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Josias Gomes (PT-BA) confessa ter recebido R$ 50 mil das mãos de Delúbio Soares e sacado outros R$ 50 mil no Banco Rural, para quitar despesas eleitorais. O dinheiro, segundo ele, foi repassado para três candidatos a deputado estadual na Bahia, todos derrotados nas eleições de 2002. Diz Gomes:

– Como poderia imaginar que ali estivesse sendo operado o esquema que saiu na imprensa? Involuntariamente, fui envolvido em algo que não sabia. Jamais ouvira falar em Marcos Valério.

Divulgado em São Paulo o relatório Direitos Humanos no Brasil – 2005. O documento é assinado por 26 entidades da sociedade civil e denuncia 50 mil mortes decorrentes da violência urbana no período de um ano, em todo o país. Há um aumento de 25% em relação às 40 mil mortes registradas no ano anterior. São 137 mortes por dia, quase seis por hora. Outro dado: uma mulher brasileira é espancada ou forçada a manter relações sexuais a cada 15 segundos. E é de 7 milhões o déficit de moradias em todo o país, contra as 6 milhões que faltavam em 2004. Números da era Lula.

208 – 7/12/2005 Em entrevista à revista Fórum, ligada ao Fórum Social Mundial, o ex-deputado José Dirceu (PT-SP) responde se teve problemas pessoais com o presidente Lula:

– Uma mistura de coisas. O personagem é difícil. Está ficando claro isso.

De acordo com Dirceu, o governo Lula acabou:

– Eu sou um símbolo. Na verdade, não sobrou nada no governo. Luiz Gushiken, Gilberto Carvalho, Antonio Palocci, José Dirceu.

Em entrevista a emissoras de rádio, Lula afirma:

– Eu levaria o José Dirceu para o palanque, até porque ele foi cassado e não foi provado nada contra ele. Até agora não vi nenhuma acusação que possa dizer "Dirceu cometeu um delito".

Em outro trecho, o presidente diz que o uso de caixa 2 foi um "erro abominável":

– Não pense que fiquei inibido de ser petista. Pelo contrário, agora estou mais orgulhoso. Acho o seguinte: nós também não somos infalíveis, cometemos erros e quando cometemos erros, temos de pagar e pagar forte.

Depoimento à CPI dos Correios. Henrique Pizzolato, ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, responsabiliza o ex-ministro Luiz Gushiken e o ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, pelo adiantamento de R$ 73,8 milhões de verbas de publicidade da Visanet, para a agência DNA de Marcos Valério. Os procedimentos ocorreram em 2003 e 2004. De acordo com investigação da comissão, pelo menos R$ 10 milhões desse dinheiro acabaram irrigando o caixa 2 do PT.

Pizzolato afirma ter sido procurado a primeira vez por um diretor e um gerente do Banco do Brasil, com o pedido de autorização para uma nota técnica que assegurava

o repasse adiantado de R$ 23,3 milhões para a DNA. O ex-diretor relata ter consultado Gushiken a respeito:

– O Gushiken disse: "Assina que não há nenhum problema". Entendi aquilo como uma ordem. Eu não ia questionar o ministro.

Reação de Gushiken, que foi afastado da Secom, a Secretaria de Comunicação da presidência da República, durante o escândalo do mensalão. Recorda-se que o ex-ministro não se desligou do governo. Lula nomeou-o chefe de um núcleo de assuntos estratégicos:

– O Pizzolato é confuso por natureza. O fato é que eu nunca soube sobre antecipação de pagamentos para a DNA.

Depoimento à CPI dos Bingos. O empresário José Roberto Colnaghi admite ter transportado o ministro Antonio Palocci (PT-SP) duas vezes em aviões de sua propriedade. Numa delas, Palocci estava acompanhado do então presidente do PT, José Genoino (SP). Colnaghi é dono do avião que teria sido usado para trazer dólares de Cuba ao PT, numa viagem de Brasília a Amarais, no interior de São Paulo, durante a campanha eleitoral de 2002.

Palocci era um dos coordenadores da eleição de Lula em 2002. O então prefeito de Ribeirão Preto (SP) também teria viajado em aeronave de Colnaghi com o presidente do PT na época, o ex-deputado José Dirceu. O avião de Colnaghi seria usado "cinco ou seis vezes" em 2002.

Em outro momento de seu depoimento, Colnaghi reconhece ter atuado para aproximar diretores do Banco Regional de Keve, angolano, de dois ex-assessores de Palocci na Prefeitura de Ribeirão, Ralf Barquete e Vladimir Poleto. Na época, ambos eram consultores do Banco Prosper. Eles tentariam intermediar a venda de um banco brasileiro a empresários angolanos.

209 – 8/12/2005 Em depoimento à CPI dos Bingos, Carlos Roberto Godinho, ex-superintendente do Banco Rural, confirma informações prestadas à revista Época. Segundo ele, os empréstimos do Banco Rural a Marcos Valério, em fevereiro e setembro de 2003, num total de R$ 28,8 milhões, foram operações "de fachada", negócios "feitos para não serem pagos", com a finalidade estratégica de "maquiar" outras fontes de recursos.

Godinho explica que as suspeitas sobre as operações vêm da renovação dos empréstimos a cada 90 dias, sem que Valério pagasse os valores devidos. Detalhe: havia dinheiro nas contas correntes de Valério no Banco Rural, que poderia ter sido usado para pagar os empréstimos. Já o Banco Rural, por sua vez, não fez provisionamentos, ou seja, reservas de recursos para cobrir eventuais prejuízos, uma exigência do Banco Central. Godinho também acusa o Banco Central de ter sido complacente com as supostas irregularidades. Diz Godinho:

– O fato de quantias astronômicas de Marcos Valério passarem pelo banco e os empréstimos não serem pagos mostra que eles foram concebidos para não ser pagos.

Outro fator que levantou suspeitas: as movimentações das contas da SMPB e da Grafitti, ambas ligadas a Valério, eram pelo menos dez vezes superiores ao faturamento declarado das empresas. Os saques efetuados por ambas, sempre em valores altos, eram muitas vezes em dinheiro vivo.

Era suspeito, ainda, o Banco Rural, cliente da agência SMPB, pagar regularmente as campanhas publicitárias, apesar de supostamente a agência estar inadimplente com o banco. Em contrapartida, de acordo com Godinho, o Rural teria

sido beneficiado por aplicações financeiras de fundos de pensão, patrocinadas por empresas estatais. E isso compensaria a parceria.

Depoimento ao Conselho de Ética da Câmara. José Nilson dos Santos, ex-assessor do deputado Professor Luizinho (PT-SP), procura inocentar o parlamentar de envolvimento com o saque de R$ 20 mil do valerioduto. Segundo ele, a retirada foi de sua responsabilidade e autorizada por Delúbio Soares, um velho conhecido. Ao defender-se, porém, Luizinho admitira ter sondado Delúbio sobre a possibilidade de o PT repassar R$ 20 mil, para o que alegou ser a campanha de pré-candidatos a vereador em 2003.

Mesmo sem querer, Santos acaba implicando o deputado no saque. Luizinho sabia:

– Havia consultado Luizinho sobre o dinheiro e ele disse que isso não era com ele, mas com o PT. Então, por conta própria, procurei o Delúbio.

210 – 9/12/2005 Em depoimento à Polícia Federal, Delúbio Soares é questionado sobre o R$ 1 milhão usado para pagar parte da dívida do PT junto à Coteminas. Segundo o ex-tesoureiro, o dinheiro ficava guardado em cofre na sede nacional do partido, em São Paulo. Delúbio diz que o dinheiro permaneceu o tempo todo no cofre, sem aplicação financeira, pois estava fora da contabilidade oficial do PT.

Do relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR):

– Ninguém neste país acredita que ele tenha guardado R$ 1 milhão em espécie durante quase um ano, enquanto diuturnamente era abordado por credores.

Em entrevista concedida em Montevidéu, no Uruguai, Lula manifesta a sua opinião:

– Eu queria aproveitar e fazer justiça não apenas ao José Alencar, mas à Coteminas, que fez um acordo comercial com o PT, vendeu camisetas, e o PT tem que pagar à Coteminas. E não caberia à Coteminas querer saber quem é que deu dinheiro para o PT pagar.

A revista Carta Capital publica entrevista com Lula. O presidente defende o PT ao ironizar o esquema montado por Delúbio Soares e Marcos Valério, que contraiu supostos empréstimos no BMG e no Banco Rural:

– Trata-se do ato de corrupção mais inusitado da história da humanidade, ou seja, alguém pratica corrupção com dinheiro emprestado e pagando juros, eu não consigo entender. Tem alguma coisa errada aí.

Ao referir-se à crise política, Lula acusa setores oposicionistas de estarem “tentando fazer golpismo” contra ele. A Folha de S.Paulo publica o editorial “Fantasia Golpista”:

“Hoje seria preciso um grau de alheamento descomunal para não perceber que a crise foi gerada pelo próprio governo, pelo PT e por seus aliados, que se enredaram numa trama de corrupção cujas características e dimensões poderiam perfeitamente estimular a oposição a se empenhar na abertura de um processo de impeachment do presidente. E ressalte-se que o impeachment não é uma aventura golpista, mas um instrumento previsto na Constituição.”

211 – 10/12/2005 A revista Veja informa que a Coteminas, empresa do vice-presidente José Alencar (PL-MG), crítico contumaz da política de juros do governo Lula, vem obtendo empréstimos do governo federal, na administração Lula, com juros favorecidos. Entre 2003 e 2005, a Coteminas tomou R$ 421 milhões em empréstimos subsidiados, por meio de crédito rural e do BNDES (Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social). No primeiro caso, pagou juros anuais de 8,7%. No segundo, de 12,3% e de 14%. Se tivesse pago as taxas normais de mercado, o desembolso da empresa de Alencar teria sido superior a 30% anuais.

212 – 11/12/2005 O jornal Folha de S.Paulo conta a história do relacionamento do PT com a Santorine Comercial e Distribuidora, uma empresa do ramo atacadista de alimentos e bebidas, à qual o partido teria repassado R$ 795 mil pela fabricação de 267 mil faixas plásticas e 675 mil bandeirinhas para a campanha de Lula em 2002.

Com capital de R$ 20 mil e sócias que declaram jamais ter tido qualquer participação no negócio, a Santorine estava localizada em dois endereços fantasmas em Campinas (SP). A empresa fechou as portas em fevereiro de 2003, apenas quatro meses depois da eleição presidencial. Mudou de sócios três vezes desde a fundação, em 2000. O repórter Chico de Góis localizou por telefone uma das sócias, Silvia Stival. Reação dela:

Acho que você ligou para o número errado.

As campanhas de três candidatos a deputado em 2002 também transferiram dinheiro à Santorine. Patrus Ananias (PT-MG), ministro do Desenvolvimento Social do presidente Lula, fez transferência de R$ 28.922,50. José Dirceu (PT-SP), de R$ 3.000,00; e Enio Francisco Tatto (PT-SP), de R$ 2.000,00.

Dos bastidores da contabilidade das agências SMPB Comunicação e DNA Propaganda. No Natal de 2002, logo após a eleição de Lula, as empresas de Marcos Valério deram de presente ao departamento financeiro do PT a quantia de R$ 17,2 mil. Não foi relacionado o beneficiário do brinde, apenas a informação de que o presente veio de uma joalheria mineira. Agnelo Queiroz (PC do B-DF), ministro do Esporte, foi agraciado com um presente de aniversário, em 2004, no valor de R$ 237,40.

213 – 12/12/2005 A CPI dos Correios desvenda mais um tentáculo do caso Visanet. Recapitula-se uma das operações do esquema: R$ 34,8 milhões saíram do Banco do Brasil em 12 de março de 2004, sob pretexto de adiantamento de verbas de publicidade para a DNA. O dinheiro foi depositado numa aplicação da agência de Marcos Valério no Banco do Brasil e, de lá, saíram R$ 10 milhões para o BMG. Em seguida, os R$ 10 milhões foram usados formalmente para um empréstimo para a Tolentino Associados, ligada a Valério.

Aqui entra a descoberta: uma transferência da Tolentino Associados pôs R$ 3,4 milhões na corretora Bônus-Banval, enquanto a 2S Participações, outra empresa de Valério, transferiu um total de R$ 3,2 milhões para a Bônus-Banval, cujo dinheiro era operado por outra corretora, a Natimar, ligada ao doleiro Najun Turner. E a Natimar foi a responsável pela transferência de R$ 578 mil para uma conta do Rural International Bank da offshore Discovery SPL, um braço do Banco Rural nas Bahamas.

A Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, autua Paulo Figueiredo, ligado ao PC do B e ex-presidente da Nucleos, o fundo de pensão das empresas estatais de energia nuclear. Ele é acusado por irregularidades cometidas durante o governo Lula. Figueiredo e outros dois ex-diretores da Nucleos haviam sido denunciados por causar prejuízos ao fundo.

Numa das operações, houve perda avaliada em R$ 7,1 milhões em aplicações no Banco Santos, que posteriormente sofreu intervenção do Banco Central. Haveria imperícia e imprudência dos dirigentes da Nucleos, no caso. Outro suposto prejuízo, também da ordem de R$ 7 milhões, foi decorrente de uma operação na BMF (Bolsa de

Mercadorias Futuros). Faltariam análises prévias dos riscos envolvidos. As suspeitas vieram da baixa rentabilidade apresentada pelo fundo. Auditoria externa apontou prejuízos de até R$ 22,7 milhões em operações da Nucleos com títulos públicos, em 2004 e 2005.

214 – 13/12/2005 Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, o deputado Wanderval Santos (PL-SP), acusado de retirar R$ 150 mil do valerioduto, responsabiliza o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) pelo saque. Wanderval admite ter sido sócio de Rodrigues em empresas radiofônicas. Rodrigues renunciou ao mandato de deputado em conseqüência do escândalo do mensalão.

De acordo com Wanderval, lembramos, o saque foi efetuado por seu motorista a mando de Rodrigues, em dezembro de 2003. Wanderval reitera que Rodrigues tinha ingerência sobre assuntos de deputados ligados à Igreja Universal do Reino de Deus. Diz Wanderval:

– Ele não era somente nosso orientador político, mas nosso orientador espiritual. Nunca pensamos que pudesse usar nossos funcionários para se locupletar pessoalmente.

215 – 14/12/2005 A Câmara dos Deputados absolve o primeiro mensaleiro, cuja cassação fora recomendada pelo Conselho de Ética. Trata-se do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), acusado de mandar um assessor sacar R$ 350 mil do esquema de Marcos Valério, e de ter recebido outros R$ 102 mil não contabilizados da empresa siderúrgica Usiminas, por intermédio da SMPB, uma das agências de publicidade de Valério.

Em votação secreta, Queiroz obtém vitória folgada, com 250 votos contra a cassação. Outros 162 deputados votam pela perda do mandato. Há 22 abstenções, oito votos brancos e um nulo. Em sua defesa, Queiroz afirma que os R$ 350 mil foram retirados sem o seu conhecimento. Sobre a contribuição da Usiminas, alega ter sido usada integralmente para financiar campanhas eleitorais do PTB em Minas Gerais, em 2004. Diz Queiroz:

– O dinheiro teve doador certo, o PT. E teve destino certo, o PTB. Não me apropriei de qualquer centavo desses recursos.

Durante os trabalhos de convencimento dos deputados, o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia (PTB-MG), instalou-se na liderança do PTB na Câmara dos Deputados. Disparou telefonemas e pediu votos para Queiroz. Pelo que fez, recebeu o apelido de Papai Noel dos mensaleiros. Absolvido e satisfeito, Queiroz concede entrevista:

– O meu trabalho foi individualizado, conversei com cada deputado. A grande maioria do PT votou comigo, contei 50 votos.

Para a jornalista Dora Kramer, de O Estado de S. Paulo, aceitar o caixa 2 significa “acolher a lavagem de dinheiro no mundo da legalidade”:

“Mais que tolerância com o crime de corrupção, a absolvição do deputado Romeu Queiroz – receptor assumido do dinheiro de origem ilícita do valerioduto – significou a instituição da vilania como norma de conduta na Câmara dos Deputados”.

Para ela, a Câmara, transformada num “poder amoral”, “não exibiu embaraço em defender o indefensável; não guardou resquício de poder nem teve pejo de absolver o infrator contra a evidência da própria confissão, como se dissesse: a partir de agora, estejam todos autorizados a se envolver com operações financeiras suspeitas porque ao dono de mandato eletivo tudo é permitido. Locupletem-se, portanto, à vontade”.

Em editorial, O Estado de S. Paulo afirma que “a vitória de Queiroz convinha a Lula – que vive dizendo que o mensalão nunca ficou provado, não vê a hora de

acabarem as denúncias e as apurações e só tem a ganhar quando os políticos são vistos como os pizzaiolos". O jornal ironiza o deputado absolvido:

"Sábio homem: se o PT corrompia não para enriquecer os companheiros, mas para ajudar o seu governo a melhorar o Brasil, por que deveria ele ser castigado se tampouco usufruiu egoisticamente da dinheirama?"

Também em editorial, a Folha de S.Paulo condena a absolvição de Queiroz. O jornal salienta que "não importa em quanto o deputado pôs as mãos nem o que fez com a soma, mas sim o fato de ter participado de prática vedada por lei":

"Com esse veredicto, os deputados estão a afirmar que não há nada de errado com a utilização do caixa 2, prática que encobre uma série de crimes, entre os quais a sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e corrupção. Se o deputado que assumidamente recebe numerário ilegal não quebra o decoro parlamentar, é difícil imaginar o que possa romper a dignidade da Casa, que, aos olhos do público, vai cada vez mais se assemelhando a um antro de espertalhões."

24 horas depois da absolvição de Queiroz, os mensaleiros ainda comemoravam: o deputado Professor Luizinho (PT-SP), na fila dos cassáveis, bebia champanhe em companhia do ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA), no restaurante Piantella, em Brasília. Rocha renunciou ao mandato temendo ser cassado. Não imaginava que o jogo poderia ser virado.

216 – 15/12/2005 O Tribunal Regional Federal condena o juiz federal João Carlos da Rocha Mattos a três anos e meio de reclusão, por abuso de poder e extravio de provas de processo. Ele é sentenciado por destruir 42 fitas com escutas telefônicas relacionadas à investigação do assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT), em 2002. O juiz já havia sido condenado por negociar sentenças e por formação de quadrilha.

Os diálogos contidos nas 42 fitas sugerem uma articulação de lideranças do PT para preparar depoimentos e interferir na apuração da morte de Daniel. As gravações foram feitas a pedido da Polícia Federal. Para manter o sigilo do caso, houve autorização para gravar conversas sobre tráfico de drogas.

A desgravação oficial das fitas, antes da destruição, revelou conversas de Gilberto Carvalho, ex-secretário de Governo de Daniel, nomeado em 2003 para a chefia de gabinete do presidente Lula. Há referências ao ex-deputado José Dirceu (PT-SP).

Advogados do então secretário de Serviços Municipais de Daniel, o ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT), solicitaram a destruição das fitas. O juiz Rocha Mattos autorizou o pedido em 24 horas, sem notificar a Procuradoria. Um novo lote das mesmas fitas foi localizado posteriormente. Enviado a Rocha Mattos para ser juntado ao processo, não o foi. O juiz também não deu ciência do material ao Ministério Público Federal. Depois, retirou as fitas da 4ª Vara da Justiça Federal, e alegou que levou o material para o apartamento da ex-mulher dele. As fitas não foram mais localizadas.

217 – 16/12/2005 O governo Lula cria 5.199 cargos na administração federal. Do total, 4.225 são para nomeação de funcionários que prestaram concurso público ou foram remanejados de outras áreas, e 974 destinados para cargos em comissão ou gratificação, abertos a pessoas de fora da máquina pública. Ou seja, para nomeações políticas. Estima-se gastos de R$ 4,6 milhões anuais com os novos cargos. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), garante que os empregos federais atendem a antigas reivindicações, e haverá um cronograma para preenchê-los. Brinca:

– Não é para encher o governo de petistas.

Em quase três anos, o governo Lula empregou mais de 40 mil pessoas em caráter temporário. Cerca de 4 mil, para cargos de assessoria e comando. Os contratos por tempo determinado dispensam concursos públicos.

Dados do boletim estatístico de pessoal do Ministério do Planejamento registram que 5.413 nomeações efetivadas contemplaram indicações sem qualquer vínculo com o serviço público. São nomeações políticas. Mesmo entre os 19.757 cargos comissionados preenchidos supostamente por servidores, sabe-se que parte considerável acaba ocupada por indicações políticas.

Enquanto o governo nomeia, Lula capricha no discurso de vítima. Em visita a Garanhuns (PE), trata do escândalo do mensalão:

– Todas essas infâmias e acusações que vocês vêem na televisão, vocês sabem como é o jogo político brasileiro. Como acho que Deus escreve certo por linhas tortas, haverá o dia em que o povo vai saber o que é o jogo político e o que é a verdade.

219 – 18/12/2005 Em entrevista ao Jornal do Brasil, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) acusa os fundos de pensão de serem os responsáveis pelo abastecimento das contas bancárias de Marcos Valério. Ele cita suposta aplicação "malfeita" no Banco Santos, no valor de R$ 150 milhões, referente ao Real Grandeza. O fundo pertence aos funcionários de Furnas. Jefferson acusa o deputado Jorge Bittar (PT-RJ) de ter indicado um presidente do Real Grandeza. Diz Jefferson:

– Como é que um fundo de pensão aplica num banco de terceira linha sem nenhuma garantia? Gestão temerária.

Na entrevista concedida ao repórter Paulo Celso Pereira, Jefferson afirma ter sido traído por Lula no episódio da fita que mostra um alto funcionário dos Correios pondo a mão em propina. Jefferson acredita que estava incomodando:

– Fui a vários ministros dizer: "Está tendo o mensalão". Fiz várias vezes. Aí surge aquela história do Maurício Marinho recebendo R$ 3 mil numa plantação que a Abin fez para tentar colocar um crime na minha vida e na do PTB.

Jefferson dá a sua versão por não ter acusado Lula na época em que denunciou o mensalão, embora agora afirme que já o considerava o responsável pela perseguição:

– Sabia que o Lula eu não poderia atingir. Atirei então em volta dele. Peguei firme no Zé Dirceu e no Luiz Gushiken. E a conseqüência é essa toda que você está vendo.

– O senhor sempre repetiu que o presidente Lula não estava envolvido no mensalão. Hoje o senhor repete isso?

– Sempre entendi que o Lula sabia, eu só não tinha como provar. Já era difícil confirmar minha versão sem colocar o Lula na história. Se eu o colocasse então, nunca conseguiria afirmá-la. Foi uma estratégia. Atingi em volta, aquele núcleo duro do governo, e preservei o Lula. Bati duro no Zé Dirceu, no Gushiken, no Antonio Palocci, mas aí foi uma correria em cima de mim. Vários empresários do Rio e de São Paulo vieram me pedir para não desestabilizar a economia. Aí não peguei nele.

– Mas de que poderia tê-lo acusado?

– Disse a ele três vezes sobre o mensalão e ele nada fez. E o Palocci ainda tem um agravante, porque o Coaf é subordinado a ele. Se você sacar R$ 100 mil, o Coaf avisa ao ministro. Então, ele não sabia que o Marcos Valério havia sacado R$ 55 milhões em dinheiro? É claro que sabia. Mas foi poupado porque o mercado não quer desestabilizar a estrutura que tem favorecido os partidos.

– O senhor falou que foi uma estratégia de defesa não envolver o Lula. Em que ponto o senhor tem certeza da participação dele?

– Os três ministros do núcleo duro dele sabiam, montaram o mensalão, alugaram a base parlamentar. Você acha que o presidente não sabia? Os três mosqueteiros do rei sabiam e o rei não sabia? Eles agiam em causa própria sem que o Lula soubesse? É claro que o Lula sabia.

– O senhor afirma que foi ele que deu a ordem para iniciar o mensalão?

– A inteligência foi feita pelos três ministros do núcleo duro e o Lula aprovou. Eu só não podia provar. Se não acusando o Lula já fui cassado, imagina se eu acuso! Fui ao meu limite.

220 – 19/12/2005 A CPI dos Correios investiga se fundos de pensão fizeram operações de última hora para tentar salvar o Banco Santos no final de 2004, seguindo orientação política. Estão sob suspeita aplicações efetuadas nas duas semanas anteriores à intervenção do Banco Central, todas consideradas atípicas e fora de padrão. Os investimentos seriam questionáveis porque havia fortes rumores sobre a falta de liquidez do Banco Santos no mercado, várias semanas antes da intervenção. Não tinha sentido fazer investimentos no Banco Santos naquele momento.

Funcef (Caixa Econômica Federal), Nucleos (Eletronuclear) e Postalis (Correios) investiram R$ 23,3 milhões em CDBs naquele período. Mesmo em 12 de novembro, no dia da intervenção, a Postalis e a Nucleos investiram respectivamente R$ 1 milhão e R$ 1,8 milhão, em títulos privados. Uma semana antes, a Funcef havia aplicado R$ 10 milhões. Naquelas duas semanas, o total de aplicações da Postalis chegou a R$ 9,7 milhões, e o da Nucleos atingiu R$ 3,6 milhões.

221 – 20/12/2005 Na véspera da anunciada divulgação do relatório preliminar da CPI dos Correios, o empresário Marcos Valério vem a público dizer que recorreu à Justiça. Quer receber R$ 100 milhões do PT. Alega que o dinheiro foi emprestado ao partido, sendo R$ 55,8 milhões da dívida original e os outros R$ 44,2 milhões de juros, atualização monetária e encargos financeiros.

O ex-tesoureiro Delúbio Soares reconhece os empréstimos e a parceria com Valério, mas a nova direção do PT só admite dívida de R$ 2,4 milhões. É a parcela de uma operação de crédito feita com o BMG, dinheiro supostamente quitado por Valério em nome do PT.

Fica a dúvida se o suposto litígio entre Valério e o PT é forjado e propositadamente ensaiado e posto em prática, com a finalidade de confundir e questionar o relatório da CPI. Afinal, se uma parte cobra uma dívida e a outra reconhece parte do passivo, é para fazer crer que os empréstimos de fato existiram e não houve simulação.

Na ação anunciada por Valério, o empresário informa que fez seis empréstimos para o PT, em nome das empresas SMPB, Graffiti Participações e Rogério Tolentino Associados. A CPI suspeita. Os empréstimos poderiam ser de fachada, com o objetivo de acobertar o verdadeiro esquema, as mencionadas transações ilícitas e desvio de dinheiro público.

Parte da mesma estratégia, a DNA, a outra agência de publicidade de Valério, apresenta notificação extrajudicial contra o Banco do Brasil. Decide cobrar R$ 13 milhões de serviços que diz ter prestado à Visanet, um dinheiro devido e não acertado pelo banco. Vale o mesmo raciocínio: se Valério cobra dívida, faz crer que trabalhou e tem crédito junto ao Banco do Brasil. Assim, questiona a procedência do caso Visanet e o desvio de dinheiro público para o PT.

Antonio Palocci (PT-SP) admite à Comissão de Ética Pública que viajou de jatinho de Brasília a Ribeirão Preto (SP), para assistir à solenidade de filiação do prefeito Gilberto Maggioni ao PT. O evento ocorreu em 23 de julho de 2003. O avião usado no deslocamento, diz o ministro, foi "disponibilizado pelo partido".

Palocci é acusado de pegar carona na aeronave do empresário José Roberto Colnaghi. Ele também teria emprestado o avião para trazer dólares de Cuba para o PT, num vôo entre Brasília e Amarais, no interior de São Paulo, em 2002. Na época, Palocci era um dos coordenadores da campanha de Lula.

Inicialmente Palocci negou a notícia da viagem no avião de Colnaghi, publicada pela Folha de S.Paulo. Mas o empresário confirmou a "carona". Agora, Palocci afirma que voou em avião fornecido pelo PT, que pagou a viagem. O ministro não menciona se era o avião que pertencia a Colnaghi.

A Assembléia Legislativa do Ceará rejeita, por 23 votos a 16, o pedido de cassação do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE). O deputado admitiu ter recebido R$ 250 mil de Marcos Valério, dinheiro não contabilizado para a campanha derrotada de José Airton Cirilo (PT-CE) ao governo do Ceará. O diretório nacional do PT negou ter feito o repasse.

222 – 21/12/2005 A CPI dos Correios divulga relatório preliminar. Em 411 páginas, o balanço de seis meses de trabalho. De acordo com o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o mensalão existiu de quatro formas. A primeira delas serviu para fazer repasses semanais de dinheiro. Vinha de contas de Marcos Valério e ia para a corretora Garanhuns. O destino final, o PL. No primeiro ano da administração Lula, em 2003, foram 24 transferências para o PL, todas entre R$ 200 mil e R$ 500 mil. Ocorreram nos dias 11, 19 e 26 de fevereiro. Em março, nos dias 6, 12, 17, 24 e 31. E em junho nos dias 4, 11, 15 e 18. O último repasse foi em 27 de agosto de 2003. Total: R$ 6,5 milhões. Ironiza Serraglio:

– É o semanadão.

O segundo caminho do esquema, outro padrão de conduta. O mensalão foi usado para repasses e financiamentos a deputados que saíram das legendas pelas quais foram eleitos, e migraram para partidos ligados à base aliada. Entre 3 de abril e 18 de junho de 2003, ocorreram várias transferências de dinheiro para correligionários do PTB. Total: R$ 3,6 milhões. A bancada do PTB foi crescendo, crescendo...

O mesmo mensalão engordou a bancada do PP. Entre 20 de janeiro e 18 de fevereiro de 2004, o esquema PT/Marcos Valério lançou mão da corretora Bônus-Banval. Ela intermediou pagamentos que obedeceram a intervalos variando de 48 a 72 horas. Os repasses ao PP chegaram a R$ 800 mil.

A terceira forma de mensalão apontada pela CPI vinculou repasses de dinheiro a datas de votações. Eram projetos de interesse do governo na Câmara dos Deputados. A sistemática ocorreu de 27 de agosto de 2003 a 15 de janeiro de 2004. No período, foram identificados pagamentos de R$ 15 milhões. Em troca, os parlamentares votaram a favor das reformas da Previdência, tributária, lei de falências e lei da Cide (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico), todas de interesse de Lula.

O derradeiro e quarto caminho da propina foi o pagamento de R$ 6,5 milhões ao PP, por meio de dez repasses, efetuados entre 26 de abril e 1 de julho de 2004. A intermediária, a corretora Bônus-Banval. O relatório traduz o termo "mensalão":

"Fundo de recursos utilizado, especialmente, para atendimento a interesses político-partidários."

Diz Serraglio:

– Está provado que o mensalão existiu. No caso das votações, não estamos afirmando que houve uma vinculação direta. Estamos mostrando as datas. A inteligência de cada um é que vai dizer.

Um dos pontos considerados mais importantes do relatório preliminar da CPI dos Correios, uma auditoria feita pelo Banco do Brasil. Mostrou a ausência de notas fiscais para comprovar serviços relacionados a R$ 23,2 milhões transferidos à agência DNA. O dinheiro seria usado em campanhas publicitárias da Visanet. Contudo, o resultado da auditoria apontou à CPI o desvio do dinheiro público, que acabou no caixa 2 do PT.

Houve coincidência entre as datas de repasses de dinheiro do Banco do Brasil à Visanet, e os empréstimos feitos por Valério junto ao Banco Rural e ao BMG. Serraglio aponta um desvio de R$ 19,7 milhões, dinheiro enfiado no valerioduto. Numa das operações, os famosos R$ 10 milhões do Banco do Brasil à Visanet foram para a DNA, depois ao BMG e, em seguida, serviram de garantia a um empréstimo que alimentou o caixa 2.

Em outra "coincidência", o relatório descreve uma operação perpetrada em maio de 2003, que envolve R$ 23,3 milhões do Banco do Brasil. O dinheiro foi repassado à Visanet e a empresa de cartão de crédito pagou, nesse valor, serviços adiantados de publicidade à DNA. A agência de Valério, por sua vez, transferiu a quantia para um fundo no Banco do Brasil, e fez um empréstimo no mesmo Banco do Brasil. Alguns dias depois, é a vez da SMPB fazer empréstimo no Banco Rural, para alimentar o caixa 2 do PT. Enquanto isso, a DNA quitava o financiamento de R$ 9,7 milhões junto ao Banco do Brasil.

Afirma Serraglio:

– Comprovamos a utilização de recursos da Visanet pelo valerioduto, com começo, meio e fim.

A CPI refuta a versão de Valério e de Delúbio Soares, segundo a qual o caixa 2 foi irrigado por empréstimos bancários. Os supostos empréstimos, jamais devolvidos, teriam servido para justificar dinheiro na contabilidade de Valério.

O levantamento da CPI constatou repasses de R$ 20,3 milhões à margem de contratos, em benefício das agências de publicidade de Valério. O dinheiro veio da siderúrgica Usiminas e de empresas do Grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas.

O relatório também menciona manipulação no balanço da SMPB, para que a agência pudesse participar da licitação feita pelos Correios, em agosto de 2003. A empresa de Valério acabou contratada, com mais duas agências, para administrar uma conta anual de R$ 72 milhões. Em outro contrato dos Correios, suspeita-se de R$ 64 milhões superfaturados em serviços com a Skymaster.

Serraglio dá entrevista:

– Tenho o maior apreço pelo PT, mas lamento a forma como vem se conduzindo, no sentido de defender o indefensável. Mensalão e caixa 2 são conceitos que não se excluem. Lamentavelmente, reconheço que temos um sistema de corrupção de parlamentares.

Investigação da Polícia Civil descarta homicídio ou morte natural do perito criminal Carlos Delmonte Printes. A hipótese mais provável, suicídio. Ele foi o responsável por indicar sinais de tortura no corpo do prefeito Celso Daniel (PT), o que contrariou a tese de crime comum defendida pela Polícia Civil. O laudo do Instituto

Médico Legal sobre a morte do perito demorou 70 dias para ficar pronto. Não é conclusivo.

Os legistas não identificaram a suposta substância que teria causado asfixia mecânica em Printes. Supõe-se que o perito ingeriu alguma substância letal. Ele morreu antes de ser ouvido pela Justiça. Outras seis pessoas que tiveram algum vínculo com a morte de Daniel foram assassinadas.

227 – 26/12/2005 O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, fala ao jornal Folha de S.Paulo. Para ele, o processo de impeachment de Lula é uma hipótese, e depende da conclusão das investigações da CPI dos Correios. Diz Busato:

– Desde o primeiro escândalo, o do Waldomiro Diniz, sempre houve a tentativa de esconder a corrupção embaixo do tapete. Naquele momento, o governo não tomou nenhuma posição, nem demitiu o funcionário. As investigações avolumaram-se de forma tão extraordinária pelo total descalabro ocorrido dentro do governo em termos de corrupção. É uma corrupção enraizada, sistematizada em toda a administração pública.

Para recordar, Waldomiro era um importante assessor do ex-ministro José Dirceu (PT-SP), mas foi flagrado numa conversa pedindo propina a um empresário de jogos. Teve a honra de não ser exonerado por Lula. Diniz pediu o próprio afastamento do governo.

Busato fala à repórter Lílian Christofoletti do ex-ministro Luiz Gushiken. Para o presidente da OAB, ele é o mais próximo de Lula:

– Tudo o que já foi dito demonstra a completa culpabilidade da administração do governo Lula e, o que é pior, atingiu mortalmente o maior amigo do presidente.

Gushiken é o "confidente do presidente", pessoa tão íntima que, ao ser envolvido no escândalo do mensalão, deixou de ser ministro mas não foi afastado do governo. Lula o nomeou uma espécie de assessor especial do presidente. Continua Busato:

– A revelação de repasses de verba de publicidade da Visanet, ligada ao Banco do Brasil, a agências de Marcos Valério, e de distribuição a parlamentares sempre em épocas apropriadas ao governo, atingiu mortalmente o coração de Gushiken. E, ao atingir Gushiken, atinge Lula, na medida que o presidente não tomou nenhuma atitude para afastá-lo do governo. É prova inconteste de que Lula sabia exatamente todo o esquema e estava de acordo com a sua existência.

– Em que reside a sua certeza?

– A participação de Lula é absolutamente baseada pela proximidade de quem sempre foi confidente e grande amigo de Gushiken. O ex-ministro realmente comandava toda a área de comunicação do governo federal, onde havia um desvio de dinheiro público para atividades partidárias e delituosas no sentido de corromper o Congresso Nacional.

229 – 28/12/2005 Divulgado relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda) com o registro de "operações atípicas", no valor de R$ 93 mil, em nome de Paulo Okamotto. Ele é amigo do presidente Lula, e foi nomeado por Lula presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Okamotto apresentou-se como quem, de forma espontânea, resolveu pagar uma dívida de Lula junto ao PT, no valor de R$ 29.436,26.

O caso é confuso. Na presidência do Sebrae, Okamotto era sócio-gerente da Red Star, empresa que vende brindes do PT. Foi nesse período que ocorreram as operações atípicas. Levantaram suspeitas porque Okamotto pagou a dívida, apesar de considerá-la

improcedente. Ainda por cima, disse que não contou nada a Lula. Ou seja, Lula não foi avisado de que o problema estava resolvido. Fica nítida a finalidade de blindar o presidente. Okamotto trabalha para não envolvê-lo na crise.

Importante acrescentar: depois de jornais publicarem a existência da dívida de Lula, passaram-se quase três semanas antes das primeiras explicações. E até agora Okamotto se nega a fornecer datas e valores de supostos cheques, com os quais teria feito os saques para quitar a dívida. Suspeita-se que o PT usou dinheiro de caixa 2 para pagar os R$ 29.436,26.

A história de Okamotto: fez saques em contas bancárias de Brasília, São Paulo e São Bernardo do Campo (SP). Dinheiro vivo. Em seguida, enviou os valores à direção do PT, para que a dívida fosse paga. Okamotto diz que pagou em dinheiro atendendo a pedido do tesoureiro Delúbio Soares. Tem mais: os depósitos em nome de Lula ao PT foram dispersos por quatro agências diferentes do Banco do Brasil na cidade de São Paulo. Tudo para que passasse despercebido.

230 – 29/12/2005 O Tribunal de Justiça de Goiás determina a indisponibilidade do carro registrado em nome do ex-tesoureiro Delúbio Soares. É um Omega blindado, importado, ano 2000. A deputada Neyde Aparecida (PT-GO) também fica sem o Fiat modelo Palio Weekend, ano 2004. A decisão do juiz Ari Ferreira de Queiroz inclui ainda outros dois veículos, propriedades de Noeme Diná Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás. A deputada Neyde também presidiu a entidade.

Com a apreensão dos carros, o juiz quer assegurar um pagamento de R$ 165 mil, dinheiro repassado indevidamente a Delúbio. Lembramos que ele os recebeu como dirigente sindical em Goiás, apesar de morar em São Paulo e trabalhar por 16 anos na sede do PT. As duas dirigentes sindicais atestaram que Delúbio comparecia ao sindicato goiano regularmente para prestar serviços. Para o Ministério Público, o caso configura enriquecimento ilícito do ex-tesoureiro. Os três são acusados de improbidade administrativa.

Delúbio é demitido do cargo de professor de matemática da rede estadual de ensino de Goiás. Motivo: abandono de emprego. O emprego há muito não exercido. Delúbio era funcionário fantasma.

A CGU (Controladoria-Geral da União) divulga as conclusões de auditoria realizada nos Correios. Aponta prejuízos de R$ 121 milhões, em contratos relativos ao transporte aéreo de cargas e à aquisição de produtos e serviços de informática. As irregularidades envolvem o Consórcio Alpha, liderado pela empresa de informática Novadata. Ela pertence ao empresário Mauro Dutra, o Maurinho, amigo de Lula. O contrato assinado com o consórcio teria gerado perdas de R$ 35 milhões aos cofres públicos, incluindo a falta de pagamento de uma multa em 2005, prejuízo de R$ 22 milhões.

O maior "prejuízo estimado", de R$ 86 milhões, ocorreu na chamada rede postal noturna. Houve um rombo de R$ 58,8 milhões em pagamentos superfaturados à empresa Skymaster. Outros descalabros: continuam desativadas as 4.324 impressoras adquiridas por R$ 10,4 milhões, três anos atrás. Existe um pagamento suspeito de R$ 7 milhões para obras em Aparecida de Goiás (GO). Não foram feitas licitações para a renovação de 1.700 agências franqueadas. E, por fim, inexiste "comprovação da viabilidade econômica" de um aditivo contratual assinado com o Bradesco, em setembro de 2004. O valor do negócio: R$ 62 milhões. Previa a criação de 2.500 novos postos de atendimento nos Correios.

233 – 1/1/2006 Desliga-se do PT Francisco Whitaker, integrante da Comissão de Justiça e Paz da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). "O PT foi um sonho que desmoronou", resume Chico Whitaker, ao comentar o conteúdo da carta entregue por ele à direção do partido:

"Ao deixar-se infectar, profundamente, por todas as mazelas do mundo político, o atual PT levou de roldão o partido de tipo novo que procurávamos construir. Hoje ele não está voltado para a sociedade injustiçada, para ouvi-la e procurar responder aos seus anseios."

Lula volta a exercer o papel de vítima. Em entrevista ao programa Fantástico, da Rede Globo, diz que as denúncias de corrupção o atingiram como uma "facada nas costas". Alguns trechos da entrevista ao repórter Pedro Bial:

– O PT vai sangrar muito para poder se colocar diante da sociedade outra vez.

Lula não dá nomes, mais uma vez. Quer fazer crer que tudo acontecia sem o seu conhecimento:

– Com relação à minha pessoa, a única coisa que eu peço a Deus é que, quando terminar tudo isso, aqueles que me acusaram peçam desculpas. Só peço isso. Não quero, não quero nada mais do que isso. Peçam desculpas.

Como não sabia o que se passava? E a ligação estreita com o tesoureiro Delúbio Soares?

– O que é importante... O que é importante não é se você sabia ou não, porque, se eu tivesse condições de saber, não teria acontecido. Esse é o dado concreto. Seu eu tivesse condições de saber, não teria acontecido. Na medida em que eu soube, naquilo que diz respeito ao presidente da República, as providências todas foram tomadas. Foi afastado quem deveria ser afastado. Foi punido quem deveria ser punido. Agora, a Justiça faça a sua parte. E, no caso do PT, o PT fez a sua parte.

Entrevista publicada na Folha de S.Paulo. Para o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), é "lógico" supor que o presidente soubesse o que se passava em sua administração, pois deveria receber informações de seu ministro da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP). Afinal, Lula concedeu-lhe a delegação para atuar como primeiro-ministro de seu governo. Serraglio falou ao repórter Rubens Valente:

– Ele deveria saber, tanto por querer saber quanto pelo delegado vir prestar contas, quem atua deve esclarecer. Agora, tanto ele pode não ter cobrado, quanto o outro não ter prestado contas. No estilo assim: "Está correndo bem, não quero saber". Acho que ele deveria saber de tudo, mas não posso dizer que soubesse.

235 – 3/1/2006 A CPI dos Correios investiga a relação entre a Petrobrás e o Instituto Florestan Fernandes, organização ligada ao PT. Suspeita-se de favorecimento. Em 2004, a estatal deu patrocínio de R$ 8,6 milhões à entidade. Entre os diretores do instituto, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo Lula no Senado; o senador Eduardo Suplicy (PT-SP); o ex-ministro e ex-deputado José Dirceu (PT-SP); o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), líder do governo Lula na Câmara; José Genoino (SP), ex-presidente nacional do PT; e Mônica Valente, mulher do ex-tesoureiro Delúbio Soares. O instituto recebeu R$ 4,1 milhões para implantar o Museu Afro-Brasil, e R$ 4,5 milhões para o Museu da Cidade, ambos em São Paulo. O patrocínio ocorreu durante o mandato da ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP).

A auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre irregularidades no contrato entre a Caixa Econômica Federal e o BMG. O documento é enviado à CPI dos

Correios. A Caixa comprou, por R$ 1 bilhão, a carteira de crédito consignado do banco mineiro. A operação rendeu lucro imediato ao BMG estimado em R$ 119 milhões.

De acordo com o relatório, não houve autorização legal específica para o contrato e o prazo de 18 dias para a concretização da transação é recorde. Por isso mesmo, suspeito. E, para completar, foram usados argumentos contraditórios para justificar o negócio. Pelo contrato, a Caixa passou a operar empréstimos pessoais que eram do BMG, aqueles com desconto em folha de pagamento. O ganho da Caixa, de R$ 70 milhões, só será obtido após o vencimento dos empréstimos, em 36 meses. Do relatório do TCU:

"A celeridade na tramitação do processo do BMG e de suas demandas, aliada às condições de negociação e aos ótimos resultados atingidos pelo BMG, em detrimento da Caixa, denotam claro favorecimento à instituição financeira, (...) o que, por si só, macula todo o processo de aquisição de créditos consignados pela empresa desde a sua origem."

Recorde-se que, em valores atualizados, o BMG emprestou R$ 44,6 milhões ao PT e às empresas de Marcos Valério. As dívidas foram formalmente roladas, mas jamais pagas. A CPI investiga se o não pagamento das operações de crédito é intencional, e se relaciona a eventuais favorecimentos do governo ao BMG.

Outro órgão federal, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social, ligado ao Ministério da Previdência Social), também assinou convênio com o BMG. O TCU o considerou igualmente suspeito. Pelo acordo, o INSS deu facilidades ao banco mineiro, na mesma área de crédito consignado, os tais empréstimos descontados em folha de pagamento. O contrato teria burlado a legislação.

O INSS franqueou ao BMG toda a base de dados cadastrais de pensionistas e aposentados, e autorizou o banco mineiro a fechar contratos de empréstimos por meio de ligações telefônicas gravadas. Dessa forma, o BMG passou a saber quais eram, como localizar e como entrar em contato com centenas de milhares de clientes potenciais, em todo o país. O INSS também permitiu que parte da carteira de crédito consignado do BMG fosse oferecida à Caixa.

Mais uma envolvendo a Caixa Econômica Federal. A auditoria do TCU detectou irregularidades em serviços de publicidade executados pela SNBB Novagência. O relatório remetido à CPI dos Correios aponta o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, como um dos responsáveis por "pagamento indevido dos serviços subcontratados, com base em notas fiscais de fornecedores fraudadas, sem comprovação de sua execução".

Em junho de 2005, a Caixa pagou R$ 114 mil por 850 bonés. Ou seja, comprou cada um por R$ 134. Valor exorbitante. Um mês antes, tinha adquirido 8 mil bonés por R$ 54,8 mil. Neste caso, comprou por R$ 6,85 a unidade. Diferença exorbitante. De acordo com o relatório, o banco federal também comprou 110 mil camisetas em 2005, por preços supostamente superfaturados. Pagou R$ 7,88 a unidade, enquanto o preço de mercado, conforme levantamento do TCU, era de R$ 6,98.

237 – 5/1/2006 A Folha de S.Paulo noticia que o Palácio do Planalto abriu licitação para comprar uma nova faixa presidencial. Em cetim verde-bandeira e amarelo-ouro, terá fios de ouro 18 quilates nas franjas e nos bordados, e revestimento à prova de água. A repórter Mônica Bergamo informa o valor da aquisição: R$ 38 mil. A faixa atual foi feita há 15 anos. É usada nas cerimônias de posse dos novos presidentes, a cada quatro anos.

Em São Francisco do Conde (BA), a 66 quilômetros de Salvador, a viúva Rosane Maria Alves, de 63 anos, recebe R$ 15,00 a cada dois meses do programa Vale-Gás. Ela explica ao repórter Luiz Francisco, da Folha, como faz para cozinhar:

– O valor é pouco, mas serve para mim. Quando não recebo, faço minha comida em um fogão de lenha improvisado.

A nova faixa presidencial daria para pagar o Vale-Gás de dona Rosane por 422 anos. O Palácio do Planalto vai anunciar a suspensão da licitação da faixa. A decisão será tomada 13 dias depois de publicada a notícia.

239 – 7/1/2006 A revista Veja revela uma nova conta secreta e milionária do publicitário Duda Mendonça, num banco de Miami. Foi descoberta por autoridades norte-americanas. O repórter Alexandre Oltramari relata o bloqueio da conta, depois que a filha de Duda, a publicitária Eduarda Mendonça, tentou sacar sem sucesso o dinheiro aplicado, e ordenar o fechamento da conta.

Duda, o pai, admitiu que cobrou R$ 25 milhões para fazer cinco campanhas eleitorais do PT em 2002. Confessou que R$ 10,5 milhões do total foram depositados em Miami, numa conta bancária em nome da empresa offshore Dusseldorf. Para evitar problemas de sonegação com a Receita Federal, Duda teria pago R$ 4,3 milhões em impostos referentes a essa bolada.

Aspecto interessante da reportagem de Veja: o DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, órgão do Ministério da Justiça) chegou a fazer um ofício solicitando o bloqueio da conta em nome da Dusseldorf, mas o documento foi considerado "desleixado" e "desprovido de consistência". Por conta disso, as autoridades norte-americanas demoraram a tomar a medida. O "expediente" proporcionou tempo precioso para Duda "limpar" a conta. Deixou-a com US$ 175.

Um relatório da Polícia Federal acusou a coordenadora do DRCI, Wanine Santana Lima, de atrapalhar a obtenção de documentos. Prejudicou o trabalho de delegados e agentes brasileiros naquele país. Ela teria influenciado autoridades norte-americanas a não repassar informações sobre as contas de Duda Mendonça, com a intenção de inviabilizar os trabalhos das autoridades brasileiras.

241 – 9/1/2006 O Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo programa Fome Zero, muda parte de suas instalações para um prédio de três andares em Brasília. O aluguel do imóvel, no valor de R$ 124 mil mensais, já era pago há três meses, sem que o prédio fosse ocupado. O desperdício é ainda maior: avaliação feita pela Caixa Econômica Federal concluiu que o valor máximo do aluguel deveria ficar na casa dos R$ 60 mil. O contrato assinado tem 30 meses de vigência. No período, o governo vai despender R$ 3,7 milhões com a locação. O laudo da Caixa foi retirado do processo. O negócio poderia ter economizado R$ 1,9 milhão para os cofres públicos.

242 – 10/1/2006 Depoimento à CPI dos Correios. Antonio Gustavo Rodrigues, presidente do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda), afirma que o Ministério da Justiça lhe comunicou com atraso a existência da segunda conta do publicitário Duda Mendonça em Miami.

Suspeita-se que o Ministério já dispunha da informação desde novembro de 2005. O presidente do Coaf o soube informalmente quatro dias antes de seu depoimento à CPI. Oficialmente, um dia antes. Do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP):

– O Ministério da Justiça está agindo de maneira diversionista. Só avisou ao Coaf no final da tarde de sexta-feira, quando a matéria da Veja já estava pronta.

A CPI dos Correios desconhece os caminhos de R$ 6 bilhões movimentados em contas bancárias suspeitas de participar do esquema do mensalão. Não há informações sobre a origem de R$ 3 bilhões que abasteceram essas contas, nem tampouco se sabe quem foram os beneficiários de outros R$ 3 bilhões. Os números referem-se aos depositantes e favorecidos não identificados em operações que envolveram agências do Banco Real – ABN Amro. Eis a lista de algumas das empresas supostamente envolvidas e os respectivos valores movimentados no banco: Visanet (R$ 3,6 bilhões), Skymaster Airlines (R$ 1,1 bilhão), Telemig Celular (R$ 866,9 milhões) e Amazônia Celular (R$ 237,4 milhões).

A comissão também investiga R$ 75,9 milhões em perdas de 13 fundos de pensão com títulos públicos, e a eventual relação dessas perdas com ganhos proporcionais de corretoras de valores ligadas ao valerioduto. A Prece (dos funcionários da empresa de saneamento do Rio) teve perdas de R$ 35,7 milhões. A Nucleos (das estatais de energia nuclear), de R$ 28,3 milhões.

Em 2005, a Prece aplicou R$ 29,5 milhões no Banco Rural. Os depósitos bancários de longo prazo no Rural, naquele período, eram classificados como de alto risco. As operações que provocaram perdas para a Prece concentraram-se em dez corretoras, incluindo a Bônus-Banval, acusada de envolvimento no escândalo do mensalão, e a Laeta, ligada a Lúcio Funaro, suspeito de operações de lavagem de dinheiro.

Não se sabe a origem nem o destino de R$ 69,8 milhões movimentados pelo doleiro Najun Turner, em contas do Banco Real. Ele é investigado pela CPI desde que o seu nome e o de familiares apareceram como beneficiários de recursos da corretora Natimar, apontada como tendo ligações com a Bônus-Banval.

243 – 11/1/2006 Os Correios decidiram pagar as despesas com advogados para defender 16 altos funcionários da empresa, investigados por irregularidades pela CPI dos Correios e pelo TCU (Tribunal de Contas da União). O assunto é destaque na Folha de S.Paulo. O repórter Raphael Gomide informa que a assistência jurídica, com "livre escolha" de advogados, sem licitação, poderá ser feita "com adiantamento de recursos". Declaração de Marcos Sant'Aguida, diretor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios no Rio de Janeiro:

– A empresa não defende nem paga advogado a favor de empregado nenhum. Sempre precisamos, para atender carteiros que tiveram a carga roubada na rua, mas eles sempre negam a assistência.

Furnas Centrais Elétricas também resolveu pagar os custos da defesa jurídica do ex-diretor Rodrigo Botelho Campos. Ele é filiado ao PT e foi afastado do cargo depois que Roberto Jefferson denunciou um caixa 2 de R$ 3 milhões na estatal.

Em depoimento à CPI dos Correios, Campos declarou-se "surpreendido" com o convite para assumir a diretoria de Furnas, cargo que exerceu entre janeiro de 2003 e julho de 2005. O convite veio da então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

De acordo com Jefferson, os R$ 3 milhões desviados mensalmente de Furnas tinham o seguinte caminho: R$ 1 milhão seguia para o diretório nacional do PT. Outro R$ 1 milhão ia para o diretório do partido em Minas Gerais, levado por Campos. Com deputados que se transferiram para a base aliada do governo ficavam R$ 500 mi. E R$ 500 mil eram divididos entre diretores de Furnas.

244 – 12/1/2006 A CPI dos Correios descobre 25 pagamentos mensais, ao longo de dois anos, ao deputado João Herrmann Neto (PDT-SP). Ele é ligado à base de apoio

do governo Lula. No total, as transferências ao parlamentar somaram R$ 79 mil, sempre por meio de depósitos bancários. Os primeiros pagamentos, a partir de março de 2003, foram de R$ 3.000,00. O mensalinho mereceu correção para R$ 3.800,00, e perdurou até o segundo trimestre de 2005, pouco antes de estourar o escândalo do mensalão. Procurado pela imprensa, Herrmann Neto prefere não se manifestar. Ele foi contra a criação da CPI dos Correios. Disse, na época:

– A CPI é uma ferida maltratada, uma porta de entrada para infecções.

A comissão chegou a Herrmann Neto a partir da quebra do sigilo bancário da empresa de aviação Beta (Brazilian Express Transportes Aéreos), investigada por ligações com a Skymaster Airlines. Ambas são suspeitas de superfaturamento de até R$ 64 milhões em contratos com os Correios. Antonio Augusto Leite Filho, um dos donos da Beta até 2002, doou R$ 800 mil à campanha de Lula, por meio de outras empresas.

245 – 13/1/2006 A direção do PDT suspende as atividades do deputado João Herrmann Neto (PDT-SP). O empresário Antonio Augusto Leite Filho divulga nota e admite que Herrmann Neto atuou como defensor dos interesses da Beta, e cita como exemplo os esforços do deputado para viabilizar o projeto de pavimentação da BR-163, a Cuiabá-Santarém (PA).

Herrmann Neto, por sua vez, emite nota para explicar o dinheiro recebido mensalmente da Beta. Segundo ele, era destinado a ressarcir gastos com um automóvel Passat, importado e blindado, cujo uso vinha sendo compartilhado por sua família e a do empresário Ioannis Amerssonis, atual dono da empresa de aviação.

De acordo com o deputado, o veículo "ficava disponível para os compromissos das crianças e familiares em comum na cidade de São Paulo ou em viagens. As despesas variáveis de combustível, pedágios, estacionamento, oficina e pequena manutenção quando pagas por mim eram prestadas contas e ressarcidas pelo senhor Ioannis". Herrmann Neto informa que o carro, "pelo elevado custo de manutenção", foi trocado por uma Toyota Hillux, ano 2005.

Para se defender, Herrmann Neto também apresenta extratos bancários que apontam saldos em sua conta corrente da ordem de R$ 600 mil a R$ 1 milhão. Ao argumentar que não precisava do mensalinho da empresa Beta, afirma ser um homem rico, com patrimônio pessoal de cerca de R$ 20 milhões.

Se é assim, por que aceitou o dinheiro?

246 – 14/1/2006 A revista Isto É publica a reportagem "Peixe grande na rede do Ocean Bank", para se referir a uma nova conta bancária secreta, cujo beneficiário seria o publicitário Duda Mendonça. Foi descoberta em Miami, nos Estados Unidos. De acordo com os repórteres Gilberto Nascimento e Osmar Freitas Jr., a conta guardaria cerca de US$ 2,2 milhões em nome de uma empresa não revelada. Teria sido a destinatária de uma remessa de US$ 400 mil em março de 2002, por meio da casa de câmbio Disk Line, com sede em São Paulo. Os doleiros Dario Messer e Helio Laniado teriam utilizado a casa de câmbio.

Duda também é destaque na revista Veja. Reportagens de Alexandre Oltramari, Julia Duailibi, Otávio Cabral e Juliana Linhares lembram que no começo do governo Lula, antes do escândalo do mensalão, o marqueteiro era uma espécie de conselheiro do presidente, com quem se reunia ao menos uma vez por mês. Na época, a casa cinematográfica de Duda na praia de Taipus de Fora (BA), na península de Maraú, com valor estimado de US$ 5 milhões, foi local de descanso para estrelas do PT. Passaram por lá os três integrantes do "núcleo duro" de Lula, os ministros José Dirceu, Luiz Gushiken e Antonio Palocci. Veja define Duda:

"Ele está envolvido com superfaturamento de contratos com órgãos públicos, remessas ilegais de dinheiro para o exterior, contas secretas em paraísos fiscais, sonegação de impostos e crime eleitoral. Pode-se creditar à sua genialidade a invenção de uma nova categoria da propaganda – o marketing bandido. É nessa modalidade que ele é um grande especialista."

Veja informa que Duda já era um publicitário rico quando começou a trabalhar para o PT, em 2002. Tinha uma fortuna pessoal avaliada em R$ 6,8 milhões. A revista prossegue:

"Com o novo governo, seu patrimônio declarado deu um salto espantoso. Dono de quatro empresas, quatro fazendas, quatro terrenos, obras de arte, jóias, três carros (um deles blindado), uma lancha, 8.119 cabeças de gado, 17 jumentos, um trator e R$ 5 milhões aplicados no banco, seu patrimônio pessoal dobrou, atingindo R$ 13 milhões no fim de 2004. Mágica? Não. A empresa de Duda ganhou três contas importantes e milionárias no governo – Petrobrás, Ministério da Saúde e presidência da República. Para a Duda Mendonça Associados, a principal empresa do publicitário, o governo petista foi muito bom. Seu faturamento aumentou de R$ 4,7 milhões em 2002 para R$ 43,3 milhões em 2004 – um crescimento de 820%, que multiplicou os lucros do marqueteiro e por conseqüência, seu patrimônio pessoal. Deve-se ressaltar que nessa fortuna não estão incluídos os milhões que Duda recebeu no exterior, o que permite concluir que seu patrimônio é infinitamente maior."

O jornal O Estado de S.Paulo destaca levantamento de técnicos da CPI dos Correios, segundo o qual quatro contas bancárias de Duda no BankBoston, todas em nome de empresas suas, receberam R$ 701 milhões. A maior parte dos depósitos ocorreu depois de 2003. Há um número considerável de depositantes sem identificação. A reportagem de Diego Escosteguy refere-se a uma suspeita sobre outros R$ 377 milhões. O dinheiro saiu das contas de Duda no BankBoston, sem identificação dos destinatários.

A revista Época traz notícia sobre relatório preliminar do TCU (Tribunal de Contas da União), com pedido à Procuradoria-Geral da República para a abertura de processo por crime de improbidade administrativa contra Lula e outros seis auxiliares do seu governo. Motivo: a distribuição de uma carta, em 2004, aos segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). O documento foi assinado por Lula e pelo ministro da Previdência Social, Amir Lando (PMDB-RO). Serviu para propagar uma suposta vantagem do crédito consignado. A medida teria favorecido o BMG, líder nacional de empréstimos em folha de pagamento.

Época informa que a história "esquisita" terminou com a interrupção da entrega das cartas. De acordo com a reportagem de Thomas Traumann, abriu-se auditoria para apurar irregularidades e destruíram-se 510 mil cartas, numa operação de prejuízos calculados em R$ 9,5 milhões. A carta mencionando o serviço de crédito e o desconto em folha aos aposentados é suspeita de ter servido como propaganda privada do BMG.

247 – 15/1/2006 O jornal Folha de S.Paulo traz levantamento feito pela liderança do PFL no Senado. Mostra a coincidência entre o suposto fim do esquema do pagamento de mensalões e o aumento do número de derrotas do governo, nas votações de Medidas Provisórias pela Câmara dos Deputados. Durante a fase de ouro da distribuição de dinheiro do valerioduto, entre janeiro de 2003 e julho de 2004, o governo submeteu 92 Medidas Provisórias ao crivo dos deputados. Perdeu uma vez.

No segundo semestre de 2004, com a crise do mensalão e a suposta diminuição dos repasses de dinheiro a deputados, o governo perdeu 15 das 23 votações de Medidas

Provisórias. No semestre seguinte, o primeiro de 2005, Lula voltou a colecionar uma série de derrotas: perdeu oito de 19 votações.

A reportagem de Rubens Valente salienta que entre janeiro de 2003 e julho de 2004 teriam sido distribuídos mais de R$ 45 milhões dos R$ 55 milhões que Marcos Valério disse ter transferido por meio do esquema montado com o tesoureiro Delúbio Soares.

Em setembro de 2004, o Jornal do Brasil publicou a primeira reportagem sobre pagamentos a deputados que apoiavam o governo. Uma semana depois, teria ocorrido a última remessa de dinheiro por parte de Valério. O levantamento foca 18 meses, entre julho de 2004 e dezembro de 2005. No período, o governo submeteu 62 Medidas Provisórias ao plenário da Câmara. Perdeu 29 vezes.

248 – 16/1/2005 Técnicos da CPI dos Correios concluem serem R$ 23,9 bilhões os recursos suspeitos não identificados. A soma é o total da movimentação bancária atribuída a pessoas e empresas com suposto envolvimento no escândalo do mensalão. Integram o número bilionário os valores eventualmente desviados em irregularidades ocorridas em órgãos públicos da administração federal. Todos os R$ 23,9 bilhões dizem respeito a operações em bancos, das quais não constam as identificações dos nomes dos favorecidos nem tampouco dos responsáveis pelos depósitos.

Do que foi apurado, as seguintes instituições financeiras não prestaram as informações solicitadas pela CPI: Safra (operações referentes a R$ 10,7 bilhões), Real – ABN Amro (R$ 5,9 bilhões), Bradesco (R$ 3,7 bilhões), BankBoston (R$ 2,9 bilhões) e Citibank (R$ 516 milhões).

Outro médico legista confirma: Celso Daniel foi brutalmente torturado antes de ser assassinado. O perito Paulo Vasques acompanhou os trabalhos de exumação do corpo do prefeito de Santo André (SP). Ele trabalhou em parceria com o perito Carlos Delmonte Printes, morto em outubro.

Questionado pelo Ministério Público sobre os elementos que o levaram a concluir que Daniel foi submetido a tortura, Vasques citou os oito tiros que atingiram rosto, tórax, mãos e pernas. Referiu-se a marcas de coronhadas na cabeça e a queimaduras nas costas, a expressão de terror e o espasmo cadavérico generalizado, uma rigidez muscular decorrente de extrema tensão nervosa. Por fim, afirma que a calça que Daniel vestia, quando encontrado morto, foi posta depois do assassinato do prefeito, por não apresentar as marcas de tiro existentes no corpo dele.

249 – 17/1/2006 Depoimento à CPI dos Bingos. O economista Paulo de Tarso Venceslau, expulso do PT em 1998, afirma que dirigentes do PT sabiam de esquema para a arrecadação de recursos por meio de caixa 2, desde 1995. Naquele ano, Venceslau enviou carta registrada em cartório ao presidente do partido, Luiz Inácio Lula da Silva. Denunciou que a empresa Cpem (Consultoria para Empresas e Municípios), ligada a Roberto Teixeira, compadre de Lula, agia de forma irregular em prefeituras administradas pelo PT. Era contratada sem licitação para fazer um trabalho baseado "em notas falsas e rasuradas", visando aumentar a arrecadação dos municípios com ICMS. Cobrava comissão de 20% pelos serviços. Na década de 80, Lula morou de graça em imóvel de propriedade de Teixeira, em São Bernardo do Campo (SP).

Em seu depoimento, Venceslau afirma que a Cpem era apresentada como "empresa amiga que poderia ajudar nosso partido". Em 1993, Venceslau era o secretário de Finanças da Prefeitura de São José dos Campos (SP), cidade administrada pela então prefeita Ângela Guadagnin (PT-SP). Venceslau relata que enviou cópias da carta

encaminhada a Lula para várias lideranças do PT, entre as quais os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Diz Venceslau:

– Levei a denúncia para o Aloizio. Ele ficou chocadíssimo e disse: "Isso é nitroglicerina pura". Mas não fez nada. Afirmava que tentava e não conseguia. O silêncio continuou.

Entre os conhecedores do esquema, Venceslau cita Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula, Paulo Frateschi, ex-presidente do PT em São Paulo, o ex-deputado José Genoino (PT-SP), os deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Paulo Okamotto, que ocupava a função de arrecadador de dinheiro para o partido. Venceslau lembra-se do recado que diz ter recebido na época de Frei Betto, amigo de Lula:

– Para explicar a situação, Frei Betto falou: "Se o Lula souber que alguém está conversando com você, ele jura que aquela pessoa vai ser decapitada do partido". Ninguém teve ousadia ou coragem para ficar do meu lado.

Venceslau acusa Okamotto:

– O Paulo, que não tinha função nenhuma no partido, me chamou de lado e me admoestou, dizendo: "Olha, rapaz, você precisa ter cuidado com o que fala". Ele era o bate-pau, o pau mandado que executa qualquer tarefa, não quer saber se é lícito ou não. O mesmo Paulo, que hoje é presidente do Sebrae, pedia nas prefeituras do PT a lista de empresários fornecedores, que tinham dinheiro para receber, com objetivo de visitá-los.

Para Venceslau, o seu afastamento da Prefeitura de São José dos Campos, em 1993, decorre do veto que impôs ao contrato com a Cpem. Entrevistada, a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), ex-prefeita de São José dos Campos, afirma que Venceslau foi demitido devido a "dificuldades de relacionamento", mas reconhece que auditoria feita na época constatou fraude e o contrato com a Cpem foi rompido. Em relação a Okamotto, a ex-prefeita confirma que ele a procurou, atrás da lista de empresas fornecedoras da Prefeitura:

– Okamotto não era um Marcos Valério, estava mais para Delúbio. O que fica desse episódio é que se conhecia o esquema de arrecadação paralela há muito tempo, desde 1993.

Questionada se o procedimento de Okamotto era considerado normal, Ângela Guadagnin dá a seguinte resposta:

– Não estou dizendo se era dinheiro ou caixa 2, mas que ele poderia se apresentar a um fornecedor, a qualquer empresa, e solicitar uma doação.

Técnicos da CPI dos Correios identificam 82 depósitos em dinheiro, sem registros dos nomes dos depositantes, nas contas bancárias do BankBoston ligadas ao publicitário Duda Mendonça e à sócia dele, Zilmar Fernandes Silveira. Os depósitos somam R$ 2,2 milhões, sendo que 46 deles foram feitos a partir de 2003.

Zilmar recebeu 41 depósitos sem identificação. O maior deles, de R$ 255 mil, em 20 de dezembro de 2002, logo após a eleição de Lula. O depósito mais alto saiu em nome da Comunicação e Estratégia Política, empresa de marketing de Duda. Recebeu R$ 400 mil em 31 de agosto de 2004, ano de eleições municipais.

250 – 18/1/2006 A CPI dos Bingos decide quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico de Paulo Okamotto, o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Amigo do presidente, assumiu ter quitado a dívida de Lula junto ao PT, no valor de R$ 29.436,26. Mas não explicou detalhes do acerto. Suspeita-se que o dinheiro tenha vindo de caixa 2, do esquema de Marcos Valério.

Em outra frente, a CPI dos Bingos apresenta relatório preliminar sobre o caso Caixa Econômica Federal/Gtech, que investiga o contrato de R$ 650 milhões assinado entre a estatal do governo brasileiro e a multinacional norte-americana.

O relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), solicita o indiciamento de três empresas e 34 pessoas. Entre elas, o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e o secretário particular do ministro Antonio Palocci (PT-SP), Ademirson Ariosvaldo da Silva. Fazem parte da lista Waldomiro Diniz, assessor do então ministro José Dirceu (PT-SP), e os assessores de Palocci na época em que o ministro foi prefeito de Ribeirão, Rogério Buratti e Vladimir Poleto.

Para Garibaldi, há indícios de que os grupos liderados pelos ministros Palocci e Dirceu disputaram a propina da Gtech. Ele quer a punição de todos os envolvidos, por formação de quadrilha, corrupção passiva, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa. O relator acrescenta os crimes de falsidade ideológica e tráfico de influência para Poleto, e os de lavagem de dinheiro e contra a ordem tributária para Buratti.

Também existem pedidos de indiciamento para Marcelo Rovai e Antonio Carlos Lino da Rocha, o ex-diretor e o ex-presidente da Gtech. Segundo eles, Waldomiro Diniz e Buratti tentaram extorquir R$ 6 milhões da multinacional, para permitir a renovação do contrato. Buratti nega. Diz que a Gtech ofereceu até R$ 16 milhões em propina para renovar o contrato de operações de loterias com a Caixa. Mesmo com todo o rolo, o contrato foi assinado.

Garibaldi Alves também quer a punição das empresas MM Consultoria e S. Santos Assessoria, de propriedade do advogado Walter Santos Neto. Ele recebeu R$ 5 milhões da Gtech, dinheiro suspeito de ser propina repassada pela multinacional, em troca do contrato. O advogado teria atuado como intermediário. Para o senador, Santos Neto mentiu ao justificar o uso do dinheiro investigado. Garibaldi acusa Santos Neto e funcionários dele de sacarem R$ 2,4 milhões em dinheiro vivo:

– Alguns desses saques foram feitos com carro-forte e entregues a ele em sua casa ou no escritório.

251 – 19/1/2006 Em depoimento à CPI dos Bingos, o motorista Éder Eustáquio de Macedo confirma que dirigiu o Omega blindado no qual viajaram Ralf Barquete, então secretário da Fazenda de Ribeirão Preto, Vladimir Poleto, outro assessor do prefeito Antonio Palocci (PT-SP), e as três caixas de bebida que conteriam dólares de Cuba destinados à campanha de Lula, em 2002.

Nervoso e mostrando dificuldades para responder as perguntas, Macedo dá respostas monossilábicas e fica em silêncio durante longos períodos. Admite ter feito a viagem do aeroporto de Amarais (SP) a São Paulo, mas garante que não saiu do carro em nenhum momento. A única coisa que fez foi abrir o porta-malas, acionando um botão no painel do carro. Foram os passageiros que colocaram e retiraram a bagagem do porta-malas. Macedo diz que a carga foi deixada numa churrascaria em São Paulo, onde também ficou Poleto. Barquete foi levado depois para o aeroporto de Congonhas.

Antes de depor, Macedo foi assessorado pelo advogado Hélio Silveira, defensor de Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular de Palocci, e da ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP). O escritório do advogado também pagou a hospedagem do motorista em Brasília. Macedo foi empregado como motorista do Ministério da Fazenda no Rio. O depoimento de Macedo à CPI foi ouvido por dois assessores de Palocci.

252 – 20/1/2006 O caso Cuba. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Nelson Jobin, impede a CPI dos Bingos de usar informações obtidas com a

quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Roberto Carlos Kurzweil. O empresário é o dono da locadora de automóveis que cedeu o Omega para transportar as três caixas de bebida que conteriam dólares de Cuba para a campanha de Lula.

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 10 votos a 3, a cassação do mandato do deputado Wanderval Santos (PL-SP). Ele é apontado como beneficiário de R$ 150 mil do valerioduto. O dinheiro foi sacado por seu motorista no Banco Rural. Wanderval argumentou que não soube da operação bancária, e que os recursos foram retirados por determinação do ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), que renunciou ao mandato para escapar da cassação.

No parecer em que recomendou a cassação, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) acusa Wanderval pela prática de "mandato terceirizado", por "submissão interessada" e "submissão negociada" ao ex-deputado Rodrigues, ex-líder da Igreja Universal do Reino de Deus. Wanderval também se desligou da igreja.

O jornal Folha de S.Paulo publica levantamento segundo o qual o publicitário Duda Mendonça fez transferências de R$ 4 milhões de sua conta pessoal no BankBoston, nos dias que antecederam o seu depoimento à CPI dos Correios, em agosto.

Duda transferiu R$ 500 mil para Marcelo Mascarenhas Kertész, genro dele, R$ 2,5 milhões para a Nov Patrimonial, empresa que pertence aos seus cinco filhos, e R$ 1 milhão para a agência de publicidade Duda Mendonça Associados.

As duas primeiras transferências ocorreram em 5 de agosto, um dia depois de o policial David Rodrigues Alves prestar depoimento à CPI e afirmar que sacava dinheiro do valerioduto para entregar a Zilmar Fernandes Silveira, a sócia de Duda.

A terceira transferência foi feita em 10 de agosto, um dia depois do jornal Correio Braziliense noticiar a existência da offshore Dusseldorf, por meio da qual Duda teria recebido recursos de caixa 2 para quitar pagamentos por serviços publicitários prestados durante a campanha eleitoral de 2002.

253 – 21/1/2006 Mais uma denúncia contra Duda Mendonça. De acordo com reportagem da revista Veja, o publicitário, familiares dele e a sócia Zilmar Fernandes Silveira receberam ao menos US$ 15 milhões em cinco contas bancárias de uma agência do Bank of América, em Miami. "Tudo dinheiro de caixa 2", escreve o repórter Marcio Aith.

Uma das contas é ligada à offshore Dusseldorf, pela qual Duda admitiu que pôs as mãos em R$ 10,5 milhões, transferidos pelo valerioduto para pagar os serviços do publicitário à campanha eleitoral de 2002. A bolada equivaleu a US$ 3 milhões.

A segunda conta é anterior, de 1993. Está em nome de uma outra empresa no paraíso fiscal das Bahamas. O beneficiário é Duda. Ficava originalmente no BankBoston, fundido em 2003 ao Bank of América. Por essa conta, o publicitário teria recebido US$ 8 milhões, "das mais suspeitas e remotas origens". Da reportagem:

"Como nunca declarou ao fisco, pode-se dizer que sua incursão no mundo do caixa 2 não nasceu com o petismo, como jura às lágrimas. Já dura pelo menos 13 anos. As outras três contas do 'dudaduto' no Bank of América não são propriamente do publicitário. São (ou foram) de empresas nas Bahamas que têm ou tiveram as seguintes pessoas como beneficiárias: sua filha Eduarda Mendonça; alguém identificado como sendo 'sua mulher'; e sua sócia Zilmar Fernandes Silveira."

Veja também publica entrevista com o relator da CPI dos Correios, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Ele afirma ao repórter Alexandre Oltramari que a comissão vai investigar se o dinheiro movimentado por Duda tem ligação com o financiamento de campanhas políticas do PT:

– Marcos Valério, que sempre foi apontado como o grande responsável pela operação do caixa 2 do PT, agora parece apenas um apêndice do esquema que tinha Duda Mendonça como personagem central.

– Duda Mendonça era freqüentador assíduo do Palácio do Planalto. Dá para acreditar que o presidente também não sabia de nada a respeito das maracutaias do publicitário?

– Que o presidente Lula tinha ciência, ele tinha. Só não posso dizer quanto ele sabia. O suposto empréstimo ao PT, por exemplo, está hoje em R$ 100 milhões. À Coteminas, empresa do vice José Alencar, o PT deve R$ 11 milhões. Duda Mendonça disse que fez as campanhas do partido do presidente por R$ 25 milhões mas recebeu apenas R$ 10,5 milhões. Duda, portanto, ainda tem R$ 14,5 milhões para receber. O PT ia construir uma sede em São Paulo com R$ 15 milhões. É difícil acreditar que Lula não viu um caixa paralelo de mais de R$ 140 milhões.

– O presidente disse na televisão que não acredita na existência do mensalão.

– O presidente está errado ao dizer que não existem provas do mensalão. É um absurdo. Eu sou advogado. O tesoureiro do PT confessa ter distribuído dinheiro a deputados, líderes e presidentes de partidos da base aliada. Há extratos bancários demonstrando isso. Há a confissão e a renúncia de líderes e presidentes de partidos. Há coincidências de repasse de dinheiro com a mudança de parlamentares de partido e com votações de interesse do governo. Só o PL, que deu o vice a Lula, recebeu 24 transferências em menos de seis meses de 2003. São pagamentos semanais, contínuos, em valores muito semelhantes. Como é que não existem provas do mensalão?

Para Serraglio, Lula pode ser responsabilizado por negligência:

– O presidente não conseguiu reconhecer indícios de corrupção no partido dele. Não conseguiu perceber como seu partido foi eleito com uma minoria e formou uma maioria. Ele foi negligente no governo. Escolheu José Dirceu como seu braço-direito. Ele tinha de ter sido mais vigilante, tinha de ter se dado conta das coisas que estavam acontecendo. É responsabilidade dele.

Negligência é motivo para impeachment. Diz Serraglio:

– Alguém pode ser cassado sem sequer saber o que aconteceu, apenas porque o que aconteceu estava sob seu comando. Ele pode ser cassado porque nomeou, porque é o comandante. No julgamento político não é necessária a comprovação da culpa, mas apenas o convencimento da culpa pelos pares que vão participar do julgamento.

258 – 26/1/2006 O delegado de polícia Benedito Antonio Valencise, de Ribeirão Preto (SP), afirma ter provas documentais e testemunhais suficientes para concluir que houve desvio de dinheiro público e fraude nos serviços de limpeza pública em Ribeirão, durante a administração do prefeito Antonio Palocci (PT). Diz Valencise:

– O superfaturamento está 100% comprovado. Para cada R$ 1 de serviço prestado, R$ 2 eram superfaturados.

Durante as investigações, o delegado tomou o depoimento de 14 testemunhas, entre funcionários e ex-funcionários do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto). 12 pessoas confirmaram irregularidades nos serviços de varrição. O esquema envolvia assessores da Prefeitura e funcionários da empresa Leão Leão, responsável pelos serviços. Outros sete moradores da cidade afirmaram que suas ruas jamais foram varridas, apesar de a Prefeitura pagar pelos serviços. Do delegado:

– Os funcionários do Daerp eram coagidos, ameaçados e sofriam pressão de superiores para alterar as informações das ordens de serviço.

Em depoimento à CPI dos Bingos, Palocci nega irregularidades nos serviços de varrição em Ribeirão. Nega ter assinado contratos ilegais na época em que foi prefeito. Nega ter havido caixa 2 na campanha eleitoral de 2002, quando foi um dos coordenadores de Lula. Nega a doação de dólares de Cuba para a campanha. Nega a doação de dinheiro de casas de bingo para a campanha. Como ministro da Fazenda de Lula, nega qualquer irregularidade no contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech.

Com a fala mansa e pausada, jeito tranqüilo e sereno, Palocci diz ser "fantasiosa" as informações de seu ex-secretário de Governo em Ribeirão, Rogério Buratti, que admitiu ter ouvido menções à operação Cuba. O ministro é questionado sobre a propina de R$ 50 mil que, segundo o mesmo Buratti, era repassada mensalmente a Palocci, na Prefeitura de Ribeirão. Diz o ministro:

– Não é verdade.

– Então ele é mentiroso?

– Não quero me pronunciar dessa forma.

Comentário da senadora Heloisa Helena (PSOL-AL):

– Estou convencida de que o senhor mente o tempo todo.

Boa parte dos senadores, porém, poupa Palocci. Não há perguntas sobre a "casa dos prazeres". O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), por exemplo, elogia a condução da política econômica do governo. Palocci devolve o tratamento, agradecendo a "generosidade" do senador.

Terminado o depoimento, Palocci libera um supermensalão: autoriza o refinanciamento de R$ 184 milhões da dívida dos produtores de cacau da Bahia, atendendo a pedido de Magalhães. Lula comenta o depoimento:

– O Palocci é um monumento de sinceridade, é um monumento de inteligência. Eu acho que, quem assistiu, saiu convencido de que o espetáculo que a CPI queria dar não aconteceu, porque o Palocci foi muito sincero, muito honesto e muito digno.

O Conselho de Ética da Câmara aprova pareceres recomendando a cassação dos mandatos dos deputados Professor Luizinho (PT-SP) e Roberto Brant (PFL-MG). A votação de Brant termina empatada em 7 votos a 7, e é desempatada pelo deputado Ricardo Izar (PTB-SP), presidente do Conselho de Ética. Para Izar, acompanhar a indicação do relator, deputado Nelson Trad (PMDB-MS), foi o "momento mais difícil da minha vida pública". Brant recebeu R$ 102 mil do valerioduto, mas alegou que era doação da Usiminas para a sua campanha a prefeito de Belo Horizonte.

Já a cassação de Luizinho é aprovada por 9 votos a 5. O petista apareceu na lista de Marcos Valério como o beneficiário de R$ 20 mil. O dinheiro foi sacado no Banco Rural pelo assessor José Nilson dos Santos. Luizinho foi acusado de ter intermediado a conversa entre o assessor e o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Luizinho garantiu desconhecer a origem dos recursos, e disse que não ficou com o dinheiro. Não convenceu.

260 – 28/1/2006 A revista Época publica levantamento acerca de operações supostamente fraudulentas envolvendo o Banco do Brasil. Transações com a BMF (Bolsa de Mercadorias e Futuros) teriam provocado perdas de R$ 30,9 milhões ao banco federal. Os dados estão em poder da CPI dos Correios. As operações foram feitas pelo

doleiro Lúcio Funaro, conhecido por seu bom relacionamento no meio político. Ele tem ligações com a corretora Garanhuns, apontada como intermediária na transferência de R$ 6,5 milhões do caixa 2 do PT para o PL.

As investigações da comissão sobre os "prejuízos" do Banco do Brasil, ocorridos entre janeiro e novembro de 2003, abrangem 12 operações com um produto financeiro chamado swap. Trata-se de uma complexa aplicação no mercado financeiro, para proteger o patrimônio. O diabo é que as transações do Banco do Brasil com Funaro terminavam sempre dando menos do que poderiam à estatal. Em seguida rendiam dinheiro ao doleiro, que obtinha melhores cotações no mercado.

A reportagem de Leandro Loyola informa que "todo mundo enxergava as melhores taxas, menos a turma do Banco do Brasil". Em Brasília, de acordo com Época, "suspeita-se que Funaro seja um intermediário especializado em desviar dinheiro público pelo mercado financeiro". A revista entrevista o sócio de uma grande corretora de São Paulo, que faz a seguinte definição de Funaro:

– Ele monta operações de cartas marcadas, transforma reais em dólares, lava o dinheiro e o envia para o exterior se o cliente quiser.

261 – 29/1/2006 O jornal Folha de S.Paulo traz uma relação de providências importantes que a CPI dos Correios deixou de tomar, após sete meses de apuração do escândalo do mensalão. A reportagem de Rubens Valente e Fernanda Krakovics mostra que não foram quebrados os sigilos de todas as movimentações do Banco Rural e do BMG, o que teria permitido um acesso completo a operações conduzidas por ambas instituições.

O procedimento possibilitaria saber se o Rural e o BMG fizeram transações com bancos estatais, corroborando ou não a tese de que havia recursos públicos por trás dos empréstimos ao PT. A quebra dos sigilos também traria dados sobre eventuais internações de capital por meio de empresas offshore ou outros bancos do exterior, próximos das datas dos mais de R$ 55 milhões movimentados pelo valerioduto. Da reportagem:

"A confirmação desse tipo de transação levantaria a hipótese de que os recursos pudessem ser do próprio PT, mantidos em alguma conta não declarada no exterior."

Outro ponto levantado: para saber se Lula teve conhecimento do mensalão e, portanto, cometeu crime de prevaricação ao não determinar uma investigação rigorosa, bastaria a "medida simples" de indagar por ofício ao Palácio do Planalto se houve de fato os encontros com o então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e com o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), nos quais Lula teria recebido informações sobre a prática de pagamentos a parlamentares. A providência jamais foi tomada.

Decisão grave da CPI foi a de não solicitar a quebra dos sigilos bancários, telefônicos e fiscais de todos os deputados acusados de receber o mensalão. Teve amparo no "acordo" segundo o qual a medida seria tomada em âmbito da CPI do Mensalão, o que não ocorreu. Na mesma linha, a CPI dos Correios jamais solicitou as listas completas dos assessores de deputados e senadores no Congresso Nacional, para cruzar com os nomes dos beneficiados por movimentações financeiras das empresas de Marcos Valério nos bancos suspeitos.

A CPI dos Correios tampouco tomou o depoimento de Solange Pereira Oliveira, a funcionária do diretório do PT suspeita de ter pago a dívida de R$ 29.436,26 de Lula ao partido, com dinheiro do valerioduto. Apesar de Paulo Okamotto dizer que quitou o débito, Solange sacou R$ 100 mil de uma conta de Valério em março de 2005. No dia

seguinte foi feito o pagamento da última parcela da dívida atribuída a Lula, no montante de R$ 5.400,00.

E, por fim, não foi ouvida Soraya Garcia, a ex-assessora financeira do PT. Ela fez várias revelações e implicou o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) na entrega de R$ 300 mil de caixa 2 para a campanha de reeleição do prefeito de Londrina (PR), Nedson Micheletti (PT), em 2004.

262 – 30/1/2006 O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, suspende a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Paulo Okamotto, determinada pela CPI dos Bingos. A comissão havia decidido quebrar os sigilos em razão de Okamotto ter dito que pagou do próprio bolso a dívida de Lula junto ao PT, embora jamais tenha apresentado recibos ou documentos bancários que comprovassem o que dizia.

A história de Okamotto é confusa. Ele afirmou que o dinheiro foi sacado de conta pessoal em Brasília, mas os depósitos para quitar a dívida foram feitos em diferentes agências do Banco do Brasil, em São Paulo. Além disso, as retiradas de dinheiro ocorreram em datas que não coincidiram com os pagamentos das parcelas. Okamotto disse não dispor de meios para provar que efetuou os pagamentos.

Em outra decisão, Jobim foi o autor do habeas-corpus que impediu a CPI dos Correios de ordenar a prisão dos ex-dirigentes do PT Delúbio Soares e Silvio Pereira. Ele também concedeu liminar para ampliar o prazo de defesa de seis deputados do PT no Conselho de Ética, todos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Jobim é o responsável pela libertação de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, que estava preso sob a acusação de ser o mandante da morte do prefeito Celso Daniel. Jobim impediu o ex-ministro Dirceu de ser investigado por denúncias de corrupção na Prefeitura de Santo André (SP).

Numa última decisão, Jobim impediu a CPI dos Bingos de quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico do empresário Roberto Carlos Kurzweil, dono do Omega blindado usado para transportar caixas de bebida que conteriam dólares de Cuba, para a campanha de Lula em 2002.

Kurzweil também teria intermediado outra contribuição para a campanha de Lula, a doação de R$ 1 milhão de empresários angolanos ligados ao jogo de bingo, uma negociação da qual teria participado um dos coordenadores de Lula na época, o ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antonio Palocci (PT).

Depoimento confuso à Polícia Federal. O presidente do PL, ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), afirma que, em 2002, numa transação intermediada por assessores dele, emprestou R$ 3 milhões de Lúcio Funaro, que tem ligações com a corretora Garanhuns, para dispor de condições de efetuar despesas na campanha de Lula.

Para a CPI do Mensalão, porém, Valdemar havia declarado que não manteve qualquer relacionamento com a Garanhuns. Antes do depoimento à comissão, no entanto, o ex-deputado dissera que, por conta da aliança eleitoral com o PT, recebera um cheque nominal da corretora, posteriormente trocado por dinheiro.

Interessante recordar, ainda, o que Marcos Valério disse. Segundo ele, a Garanhuns recebeu R$ 6,5 milhões destinados pelo caixa 2 do PT ao PL de Valdemar. Valério também negou a história do cheque nominal.

De volta ao depoimento à Polícia Federal: ao argumentar que não conhecia Funaro, Valdemar justifica que o empréstimo de R$ 3 milhões foi tomado junto a um "agiota", a quem desconhecia na época. E, lógico, garante que todo o empréstimo foi

integralmente destinado ao pagamento de dívidas de campanha. Valdemar não apresenta comprovantes de gastos.

263 – 31/1/2006 Depoimento à Polícia Federal. José Genoino (SP), ex-presidente nacional do PT, procura se eximir de responsabilidade por ter assinado, como avalista, empréstimos que o partido tomou junto ao Banco Rural e ao BMG. Afirma que seguiu "decisão conjunta do diretório nacional", e que "os detalhes não foram tratados por mim". Culpa o tesoureiro do PT:

– A negociação e a escolha das instituições financeiras ficaram a cargo do Delúbio Soares. Eu simplesmente assinei como avalista.

Apesar de ocupar o cargo de presidente do PT na época, Genoino sustenta que deixou os pedidos de empréstimos inteiramente nas mãos de Delúbio, "em confiança".

– Minhas funções eram eminentemente políticas na presidência do partido. As funções administrativas, gerenciais e financeiras eram de competência do Delúbio.

O corregedor da Câmara, deputado Ciro Nogueira (PP-PI), um aliado do governo federal, pede o arquivamento da denúncia contra o deputado João Herrmann Neto (PDT-SP). Ele confessou ter recebido 25 mensalinhos, num total de R$ 79 mil, da empresa de transporte aéreo Beta, investigada por suspeitas de irregularidades em contrato com os Correios.

264 – 1/2/2006 Em depoimento à Polícia Federal, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) afirma que recebeu doação ilegal de R$ 75 mil para a campanha eleitoral de 2002. Veio de um esquema operado por Dimas Toledo, ex-diretor de engenharia de Furnas Centrais Elétricas. De acordo com Jefferson, Toledo levou a quantia pessoalmente a seu escritório político, em dinheiro vivo. O diretor da estatal federal só deixou o cargo em 2005, depois que o próprio Jefferson denunciou seu envolvimento no escândalo do mensalão.

A Polícia Federal investiga a autenticidade de um dossiê conhecido como a "lista de Furnas", cuja autoria é atribuída a Toledo. Ele nega. Contém os nomes de 156 políticos, a grande maioria de oposição ao governo Lula. Eles teriam recebido R$ 40 milhões do caixa 2 de Furnas, durante as eleições de 2002.

A relação de nomes está em papel timbrado de Furnas, mas o carimbo de um cartório de Belo Horizonte foi considerado falso por peritos da Polícia Federal. A fraude serve como manobra diversionista. Desvia a atenção do escândalo do mensalão. Surte efeito. Trava os trabalhos da CPI dos Correios.

O repórter Fernando Rodrigues, da Folha de S.Paulo, informa que a difusão do "documento" pela internet foi feita por um militante do PT de Belo Horizonte. Ele teria recebido uma fotocópia da lista do deputado Rogério Correia (PT-MG). Correia diz que a obteve do lobista Nilton Monteiro. E Monteiro, por sua vez, entregou o documento a um advogado, já morto. E assim o original não existiria mais. O inquérito confirmará que a lista é uma fraude.

Em entrevista à revista Carta Capital, Jefferson reitera ter recebido os R$ 75 mil de Dimas Toledo, em dinheiro de caixa 2, para a campanha de 2002. Lembramos que, no rateio do governo Lula, Furnas Centrais Elétricas também era área de influência do PTB. O repórter Maurício Dias questiona Jefferson:

– Como era a mecânica de funcionamento do caixa 2 de Furnas? Como o senhor soube do doutor Dimas e como ele o procurou?

– Foi através de um amigo comum. Não quero dar o nome. Vendo a minha dificuldade, me procurou e disse que ia me apresentar ao Dimas Toledo. Perguntou se eu receberia o dinheiro e eu disse que sim.

– Não foi em virtude de um acordo partidário?

– Não, não. Foi pessoal. O doutor Dimas é um homem de tamanho prestígio, de tamanha força, que metade das pessoas incluídas na lista me ligou quando o presidente Lula pediu um nome para substituí-lo em Furnas.

– O senhor já tinha falado desse caixa 2 em Furnas, não?

– Sim, numa entrevista para a Folha de S.Paulo. Falei de um encontro com o Zé Dirceu. Ele me explicou como funcionava e pediu para que o Dimas permanecesse fazendo o caixa do PT e do PTB. Mas o presidente Lula não queria a permanência do Dimas, que ele considerava extremamente tucano. Mas o Dirceu queria que ele permanecesse. Nessa época, o Dimas já transferia dinheiro para o PT. Entregava dinheiro ao Delúbio.

– O que aconteceu?

– Lula reagiu. "Por que recuou?", perguntou o presidente. "Muita pressão", respondi. "E você não sabe resistir à pressão?", insistiu Lula. Eu disse, "então está fechado. Vamos trocar". O Dirceu protestou e disse que se eu tivesse insistido o Dimas ficaria.

– E por que não insistiu?

– Eu disse que era ruim manter o cara. Aí foi a origem de todo o meu problema com o Dirceu. Por ter tentado remover o doutor Dimas dessa posição poderosíssima de apoio aos partidos políticos. Ele era tão poderoso que governadores me ligaram para que eu não o tirasse, que não insistisse na troca.

De acordo com Jefferson, ele havia feito um trato com o ex-ministro Dirceu, para que os R$ 4 milhões de caixa 2 gerados por Furnas fossem divididos, meio a meio, entre PT e PTB. Isso sem contar "a celebração de novos contratos em volumes vultosíssimos":

– Essa posição de Furnas só não era maior do que a posição da Petrobrás. É uma das mais poderosas posições políticas do Brasil. É disputada em luta de carnificina pelos partidos. Exatamente em razão do financiamento eleitoral.

O diretor-executivo da organização Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, critica trecho da entrevista de Jefferson a Carta Capital, no qual o ex-deputado afirma que os recursos destinados por Furnas a políticos não saem do caixa da estatal, mas "da relação com as empresas que fornecem serviços". Escreve Abramo, em artigo publicado na Folha de S.Paulo:

"O expediente de dizer que o dinheiro escuso 'não saiu dos cofres públicos', mas do cofre-dois de empresas, tem sido muito utilizado pelos 'mensaleiros'. Isso é, na verdade, trivial. É evidente, ou deveria ser, que propinas nunca saem diretamente do caixa do Estado, em cheque nominal para o bolso do sujeito que capta a grana. Não há nos lançamentos contábeis de Furnas, dos Correios e do resto das estatais, ministérios, secretarias e autarquias, sejam federais, estaduais ou municipais, administradas por qualquer partido que seja, entradas identificadas como 'Pagamento de propina ao deputado Fulano'."

Abramo explica que o dinheiro do suborno sai dos cofres públicos na forma de superfaturamento:

"O que está escrito é 'Pagamento à empresa fornecedora Sicrana', devido pela execução do contrato X, conquistado na licitação número Y. Ocorre que a licitação número Y foi direcionada para a empresa Sicrana, a qual praticou preço superfaturado –

no mínimo, no montante correspondente ao suborno cobrado como contrapartida do direcionamento.”

Conforme o diretor da Transparência Brasil, os esquemas de corrupção são conseqüência de nomeações para cargos de confiança, feitas por presidentes da República, governadores e prefeitos:

“Ao tecer essa história para boi dormir de que dinheiros ilícitos não saem dos cofres públicos, Roberto Jefferson e o resto dos ‘mensaleiros’ demonstram acreditar que sejamos todos idiotas. Querem fazer crer que corrupção é alguma coisa que acontece por meio da criação miraculosa de dinheiro, sem prejuízo para os cofres públicos e sem que arquemos todos com ela.”

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 11 votos a 3, o pedido de cassação do presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE). Ele é acusado de ter recebido R$ 4,1 milhão de Marcos Valério, mas só admite o recebimento de R$ 700 mil. O dinheiro do caixa 2 do PT, em nome do PP, teria sido usado exclusivamente para pagar serviços de advocacia em defesa do ex-deputado Ronivon Santiago (PP-AC), num processo por compra de votos na eleição de 2002.

A versão de Corrêa foi rechaçada pelo relator do caso no Conselho de Ética, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). Diz o parecer que pede a cassação do mandato do presidente do PP:

“Corrêa exigiu, como parte da negociação que culminaria com o ingresso do PP na base aliada, que o PT efetuasse repasses de recursos a seu partido.”

265 – 2/2/2006 A Polícia Federal indicia o publicitário Duda Mendonça e a sócia dele, Zilmar Fernandes Silveira. Ambos vão responder por evasão de divisas e lavagem de dinheiro, por operações realizadas em paraísos fiscais. Duda não declarou à Receita Federal os R$ 10,5 milhões que admitiu ter recebido do PT no exterior, por serviços prestados na campanha eleitoral de 2002. Tampouco informou que era o dono da offshore Dusseldorf, aberta nas Bahamas para lavar dinheiro.

Apesar do indiciamento, Duda mantém o contrato para a prestação de serviços de propaganda à Petrobrás. A estatal federal prepara campanha publicitária de R$ 37 milhões para divulgar a auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo.

A CPI dos Bingos divulga que foram identificadas 80 ligações telefônicas entre Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular do ministro Antonio Palocci (PT-SP), e a empresa Cincotelecom Telecomunicações e Serviços, relacionada ao empresário Roberto Carlos Kurzweil e aos angolanos Artur José Valente Caio e José Paulo Teixeira Figueiredo. Caio e Figueiredo teriam sido proprietários de casas de jogos de bingo em São Paulo e de uma empresa de fabricação de máquinas de jogos caça-níqueis. Teriam doado R$ 1 milhão para a campanha de Lula, dinheiro supostamente entregue a Palocci. As ligações telefônicas ocorreram entre dezembro de 2002, após a eleição de Lula, e agosto de 2003, no primeiro ano do governo do PT. Palocci já ocupava o cargo de ministro da Fazenda.

267 – 4/2/2006 Depoimento ao Ministério Público e à Polícia Federal. O advogado Rogério Buratti inocenta Isabel Bordini, a ex-superintendente do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto). Ele a isenta de irregularidades nas medições dos serviços de limpeza pública e de varrição de ruas, durante o segundo mandato do prefeito Antonio Palocci (PT-SP), em 2001 e 2002.

Vale lembrar: Buratti, secretário de Governo de Ribeirão em 1993 e 1994, durante a primeira administração de Palocci, depois foi nomeado vice-presidente da Leão Leão. A empreiteira era contratada pela Prefeitura para fazer os serviços de limpeza pública de Ribeirão, durante o segundo governo Palocci. Segundo Buratti, Isabel cumpria ordens do prefeito. Depois da saída de Palocci, continuou cumprindo ordens do sucessor dele, o prefeito Gilberto Maggioni (PT), que foi vice de Palocci. Buratti defende Isabel:

– Não acredito que Isabel tenha ordenado qualquer procedimento irregular. Ela é funcionária exemplar e controlava o contrato de acordo com as determinações dos prefeitos. A Leão tratava diretamente com o prefeito, e muitas das vezes, antes de liberar as medições, Isabel dizia que ia confirmar se o valor estava correto com o prefeito.

Nas investigações sobre irregularidades em Ribeirão, Isabel é apontada por fiscais e engenheiros como a responsável por fraudes em benefício da Leão Leão. Procedimentos ordenados por ela teriam causado prejuízos mensais à administração municipal estimados em R$ 400 mil. Documentos fraudados justificaram gastos públicos de R$ 2,2 milhões por mês, apesar de os serviços de limpeza pública efetivamente prestados serem equivalentes a R$ 1,8 milhão.

Em seu depoimento, Buratti confirma procedimentos irregulares na campanha eleitoral de 2002. A Leão Leão pagou material de propaganda impresso pela gráfica Villimpress, de Ribeirão, mas nada foi informado à Justiça Eleitoral. Diz Buratti:

– A Leão pagou material de campanha produzido pela Villimpress para o PT, tratando-se da campanha de 2002, para presidente.

A revista Veja acusa o PT de desviar R$ 400 mil do fundo partidário para pagar dívidas trabalhistas da editora Brasil Agora. Entre os donos da editora, os petistas Rui Falcão e José Américo Dias, ambos ex-secretários da prefeita Marta Suplicy (PT-SP), e João Machado Borges Neto. O fundo partidário é formado por recursos públicos.

A Isto É noticia a exoneração do secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Alencar Ferreira. Trata-se de um bancário ligado ao presidente nacional do PT, o ex-ministro Ricardo Berzoini (SP). É acusado de envolvimento numa contratação supostamente fraudulenta de R$ 9,2 milhões. Foi assinada com a Cobra Tecnologia, uma subsidiária do Banco do Brasil, sem licitação. A empresa foi contratada para criar um software de gerenciamento para uso no programa federal Primeiro Emprego.

De acordo com a denúncia, houve uma montagem irregular com as propostas de outras três empresas, para justificar a escolha da Cobra. Parte dos R$ 8,8 milhões pagos pelos serviços da subsidiária do Banco do Brasil teria sido repassada para a empresa Compnet, de Mato Grosso do Sul, conhecida por trabalhar para o governador Zeca do PT. Pior: não se sabe onde está o tal do software, a razão dos pagamentos. Sumiu. Outros 15 funcionários acusados de envolvimento no esquema foram afastados.

Em depoimento à Polícia Civil, o jovem L. nega ter sido o autor dos disparos que mataram o ex-prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT). Ele afirma à delegada Elisabeth Sato que, entre 18 e 20 de janeiro de 2002, período do seqüestro e assassinato de Daniel, vigiava uma garota mantida em cativeiro e não participou do crime contra o prefeito. L. alega que só confessou os disparos após sofrer ameaças de José Edison da Silva, um dos homens presos pela morte de Daniel. Na época do crime, L. era menor de 18 anos e não seria condenado pelo assassinato.

268 – 5/2/2006 O ministro Antonio Palocci (PT-SP) apresentou versão falsa em depoimento à CPI dos Bingos. Disse que o PT pagou as despesas do aluguel do jatinho particular usado por ele, em 23 de julho de 2003. Naquele dia, Palocci fez uma viagem de ida e volta entre Brasília e Ribeirão Preto (SP). A notícia está na Folha de S.Paulo. Os repórteres Mario Cesar Carvalho e Leonardo Souza procuraram notas fiscais e recibos que comprovassem o aluguel do avião, em diretórios do PT. Nada acharam. O dono da aeronave, o empresário José Roberto Colnaghi, confessou: não houve pagamento. Da reportagem:

"A história é uma farsa. Não houve pagamento pelo jatinho."

Em seu depoimento à CPI, Palocci dissera:

– O PT disponibilizou um avião particular, alugou um avião para fazer a viagem.

Colnaghi também é dono de outro avião, aquele que teria transportado os dólares de Cuba para o PT. Palocci nega a doação do governo cubano, como negou a veracidade da notícia quando a sua viagem no avião de Colnaghi foi publicada pelos jornais da primeira vez. Na CPI dos Bingos, o empresário a confirmou. Aí veio Palocci, com a história do aluguel do avião. Agora, novamente foi desmentido.

Diz o Código de Conduta da Alta Administração Federal, em vigor desde o ano 2000, em seu artigo 7°:

"A autoridade pública não poderá receber salário ou qualquer outra remuneração de fonte privada em desacordo com a lei nem receber transporte, hospedagem ou quaisquer favores de particulares de forma a permitir situação que possa gerar dúvida sobre a sua probidade ou honorabilidade."

Em carta enviada à CPI dos Bingos, Colnaghi complica a situação de Palocci. Reafirma que não alugou o avião ao PT:

"Declaro, enfaticamente, que a referida aeronave, que é utilizada para minhas atividades industriais, pecuárias e de lazer, jamais foi locada a terceiros, nem cobrado qualquer reembolso por todos quantos nela já viajaram."

O advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, lançou mão de artifício para proteger o patrimônio de credores. Adotou o expediente em 30 de novembro de 2005, cinco dias após ter sido convocado para depor na CPI dos Bingos. Ele não compareceu ao depoimento. De acordo com a repórter Catia Seabra, da Folha de S.Paulo, Teixeira tem dívidas que superam R$ 650 mil. Para evitar uma eventual perda das posses, registrou como "bem de família" quatro propriedades localizadas em Monte Alegre do Sul (SP), como se residisse lá. Suspeita-se que ele continua no mesmo apartamento em São Paulo.

Teixeira juntou na mesma propriedade o Recanto Ilh'arissa, de 9.480 metros quadrados, a Chácara Recanto Morada do Sol, de 5.100 metros quadrados, o Bairro do Falcão, de 23.988 metros quadrados, e a Ilha'Arissa, de 12.823 metros quadrados. Chamou-a de Recanto Valeska. Tem 51.391 metros quadrados e foi avaliada em R$ 519 mil. A nova propriedade teria ficado imune à penhora de bens para o pagamento das dívidas.

269 – 6/2/2006 Entrevista de Marco Aurélio Garcia, assessor especial de Lula para assuntos internacionais. Ele deu declarações para os autores do estudo "No olho do furacão – militantes de esquerda discutem a crise brasileira". O patrocínio é do Transnational Institute, da Holanda. Garcia fala do dinheiro do PT:

– Ficou muito fácil conseguir dinheiro. Todos os líderes tinham secretárias bem pagas, com telefones. Tínhamos uma sede luxuosa em Brasília, 14 carros à disposição dos líderes nacionais, e por aí vai. Era insano.

Para Garcia, é “bem possível” que tenha havido corrupção e a construção de uma máquina do PT dentro da estrutura do governo:

– Não apenas para pegar dinheiro do Estado, mas também para usar o poder do Estado para captar recursos da iniciativa privada.

Corrupção e prostituição. A quebra do sigilo telefônico do motorista Francisco Chagas Costa e o seu depoimento à Polícia Federal fazem a CPI dos Bingos suspeitar que ele foi usado como “laranja” por integrantes da “república de Ribeirão Preto”. A pedido de Vladimir Poleto, o motorista teria cedido documentos pessoais para a habilitação de dois telefones celulares.

Entre abril de 2003 e janeiro de 2004, Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular de Antonio Palocci (PT-SP), telefonou 237 vezes para os dois celulares. Poleto e Ralf Barquete igualmente os usaram para fazer e receber ligações.

Houve diálogos com funcionários da empreiteira Leão Leão de Ribeirão, e com a “promotora de eventos” Jeany Mary Corner, a conhecida agenciadora de garotas de programa em Brasília. Celular da presidência da República usado por Ademirson e Palocci recebeu 107 ligações dos celulares em nome do motorista “laranja”. Há 57 trocas de ligações com Jeany Mary Corner. Só Poleto ligou 115 vezes para os dois celulares, e recebeu outros 239 telefonemas.

270 – 7/2/2006 Lula embarca para mais uma viagem internacional à África. Usa o Aerolula, o avião Airbus 310 comprado por US$ 56,7 milhões. O jornal O Estado de S. Paulo revela que, antes de completar o primeiro aniversário, o Aerolula passou por uma reforma na ala íntima, reservada ao presidente, familiares e convidados. Ganhou um bar. Custo da reforma: R$ 300 mil.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o empresário Roberto Carlos Kurzweil reconhece o automóvel Omega blindado apontado como o carro que transportou dólares vindos de Cuba para a campanha de Lula. É mesmo o veículo de sua propriedade, alugado para o PT em 2002. Segundo Kurzweil, o motorista Éder Eustáquio Macedo, que conduziu o Omega, era o “preferido de Palocci”. Virou motorista do Ministério da Fazenda no Rio. Diz o empresário:

– Se o Éder confirmou que estava dirigindo, o carro era o meu. Em 2002, minha empresa Locablin locou para o PT três veículos blindados que foram utilizados na campanha.

O PT pagou R$ 11 mil por mês pelo aluguel de cada um dos três carros blindados. Alugou por oito meses. O negócio saiu por R$ 264 mil, mas integrantes da CPI suspeitam que os pagamentos foram todos por baixo do pano, por meio de caixa 2. Lula, José Dirceu e Palocci usaram os veículos.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aprova por unanimidade o arquivamento da denúncia contra o deputado João Herrmann Neto (PDT-SP), aquele que recebeu mensalinhos de uma empresa investigada pela CPI dos Correios. O PDT reintegra o deputado às fileiras do partido.

Aldo Rebelo (PC do B-SP), o presidente da Câmara, envia ao Conselho de Ética um laudo da junta médica da Câmara. O documento atesta “invalidez” do deputado José Janene (PP-PR). Ele tem “cardiopatia grave, contra-indicada a situações de estresse”. O Conselho de Ética não aceita e manda o ofício de volta, com a alegação de que a decisão sobre o julgamento de Janene, investigado por envolvimento no escândalo do mensalão, cabe à Mesa da Câmara. Esse jogo vai longe. E o tempo passa...

271 – 8/2/2006 O ministro Antonio Palocci (PT-SP) envia carta à CPI dos Bingos. Informa que cometeu "uma imprecisão terminológica" ao dizer, em depoimento, que o PT alugara o avião de José Roberto Colnaghi, no qual ele, ministro, viajou. No ofício, afirma ter recorrido "inadvertidamente à expressão alugou", sem se "apegar à acepção estrita do termo". Para Palocci, não há "contradição essencial" entre suas afirmações e as de Colnaghi:

– Ao reafirmar que o PT disponibilizara um avião para meu transporte, recorri inadvertidamente à expressão "alugou", sem me apegar à acepção estrita do termo.

Comentário do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT):

– Essa carta é uma desmoralização da língua portuguesa. Se submetê-la a qualquer filólogo, não dá para aceitar. É preciso mudar o dicionário, para incluir "alugar de graça".

Soraya Garcia, a assessora financeira do PT de Londrina (PR) nas eleições de 2004, presta à CPI dos Bingos o depoimento que a CPI dos Correios não ouviu. Afirma que a Itaipu Binacional doou R$ 400 mil, em caixa 2, para a campanha da reeleição do prefeito Nedson Micheletti (PT). Acusa a multinacional Gtech de ter feito o pagamento do aluguel de carros usados na campanha, em troca de vantagens obtidas em evento bancado com caixa 2. Reitera a participação do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), no esquema. E confirma que o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) teria levado pessoalmente R$ 300 mil de caixa 2 para Londrina.

Soraya diz que a campanha recebeu 20 mil camisetas fabricadas pela Coteminas do vice-presidente José Alencar (PL-MG), transportadas em caixas da agência de publicidade DNA de Marcos Valério. A ex-assessora conta que, pressionada pela Justiça Eleitoral para explicar a origem das camisetas, conseguiu nota fiscal fria, da própria Coteminas, depois de muito insistir. O documento foi providenciado pelo tesoureiro Delúbio Soares.

A convocação de Soraya ocorreu com os votos contrários dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Tião Viana (PT-AC) e Flávio Arns (PT-PR). Em agosto de 2005, o PT prometeu fazer uma auditoria nas contas da campanha de Micheletti. O presidente do PT em Londrina, Antonio Kasprovicz, informa ao jornal O Estado de S. Paulo, quase seis meses depois, que a auditoria não tem prazo para ser concluída.

272 – 9/2/2006 O Conselho de Ética da Câmara rejeita, por 9 votos a 5, parecer que recomendava a cassação do ex-líder do PP, deputado Pedro Henry (MT). É o primeiro caso em que o Conselho de Ética derruba o voto do relator. Henry foi acusado por Roberto Jefferson de distribuir recursos do caixa 2 do PT para a bancada do PP, e de pressionar o líder do PTB, José Múcio (PE). Segundo Jefferson, ele queria o PTB participando do esquema do mensalão.

De acordo com o relator do caso Henry, deputado Orlando Fantazzini (PSOL-SP), houve uma "união espúria entre PP e PT", resultado de reuniões das quais participaram, pelo PP, Henry, José Janene (PR) e Pedro Corrêa (PE). Teriam repassado R$ 4,1 milhões de caixa 2 ao PP. Trecho da entrevista de Jefferson à Folha de S.Paulo, publicada em 6 de junho de 2005:

– Me lembro de uma ocasião em que o Pedro Henry tentou cooptar dois deputados do PTB oferecendo a eles mensalão, que ele recebia de repasse do doutor Delúbio. E eu pedi ao deputado Íris Simões que dissesse a ele: se fizer, eu vou para a tribuna e denuncio. Morreu o assunto.

Em entrevista ao blog Nos Bastidores do Poder, do jornalista Josias de Souza, Jefferson reafirma que o ex-ministro José Dirceu (PT-SP) propôs a partilha do esquema de Furnas Centrais Elétrica. E cita novamente o diretor de engenharia da estatal, Dimas Toledo. Jefferson fala da "sobra" de Furnas:

– Dava R$ 4 milhões. R$ 1 milhão ficaria para despesas de diretoria que o Dimas teria, R$ 1,5 milhão iria para o PTB e R$ 1,5 milhão para o PT todo mês.

– O senhor chegou a conversar sobre isso com o próprio Dimas?

– Sim. Ele esteve em minha casa, em abril do ano passado, a pedido do Zé Dirceu.

– Ele queria o quê?

– Formalizar o acordo. Me disse que ficaria para o PTB R$ 1,5 milhão por mês e para o PT R$ 1,5 milhão. Reforçou a conversa que o Zé Dirceu já havia acertado. Eu voltei ao Zé, contei os termos e perguntei: "Está fechado?" Ele disse: "Fechado". Foi quando Lula deu para trás. Disse: "Não, esse cara é um traidor. Ele é tucano. Botamos R$ 1,5 milhão na Cemig, para fazer o programa Luz para Todos nas favelas, e ele só botou placa do governo do Aécio".

– A proposta da partilha foi feita para que o senhor concordasse com a manutenção do Dimas?

– Exato. Quem ficava com tudo naquela época era o Delúbio. Tinha também um "grupo dos 12" do PSDB, que ficava com R$ 600 mil por mês. E três eu sei com certeza: Piauhylino, Osmânio Pereira e Salvador Zimbaldi.

O jornalista Janio de Freitas, da Folha de S.Paulo, comenta o trecho no qual Jefferson disse que "Lula deu para trás", e aquele que o presidente afirmou que Toledo "é um traidor", porque teria beneficiado o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB):

"O que está implícito na descrição feita por Jefferson é o conhecimento do esquema ilegal por Lula, na condição de palavra final e decisiva. A descrição faz depreender também que, não fosse a omissão em uma placa, o acordo seria aprovado. Lula não 'daria para trás' se, em outra afirmação de Jefferson, a verba mensal já existia e até então ficava para o PT e um grupo seleto de deputados de outros partidos."

Na entrevista de 6 de junho de 2005 à Folha, Jefferson forneceu outros números do caixa 2 de Furnas. Falou em R$ 3 milhões, divididos da seguinte forma: R$ 1 milhão para o PT nacional, R$ 1 milhão para o PT de Minas Gerais, R$ 500 mil para a diretoria de Furnas e R$ 500 mil para um grupo de deputados. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, dá números diferentes:

– Dimas esteve na minha casa para tratar da partilha. No total eram R$ 4 milhões. R$ 1,5 milhão para o PT e R$ 1,5 milhão para o PTB mensais, além de R$ 400 mil para as despesas de diretoria que o Dimas teria. Outros R$ 600 mil eram para o grupo dos 12 do PSDB.

Jefferson relata à repórter Ana Paula Scinocca que, diante da recusa de Lula em manter Toledo em Furnas, o PTB tentou substituí-lo por Francisco Spirandel, ligado ao partido. Estava tudo acertado quando Veja publicou a matéria em que Maurício Marinho, o alto funcionário dos Correios ligado ao PTB, aparece em gravação pegando propina de R$ 3 mil. Eclode o escândalo do mensalão. Suspensa a posse de Spirandel. Diz Jefferson:

– É por isso que eu sempre disse que tinha o dedo da Abin. Isso aconteceu em razão de o PT querer caixa único.

O Estado também informa que Furnas realiza investimentos da ordem de R$ 1 bilhão por ano. A estatal federal é a responsável pela segunda maior parcela de geração de energia no Brasil, só perdendo para a Itaipu Binacional. A repórter Irany Tereza relaciona os supostos bens de Toledo, funcionário de Furnas durante 30 anos: apartamento na Barra da Tijuca (RJ), casa em Lorena (SP), três casas, apartamento e terreno em Resende (RJ), 15 alqueires de terra em Bocaina (MG) e três automóveis. E isso sem contar os imóveis transferidos aos filhos.

273 – 10/2/2006 Preso pela Polícia Federal Luiz Eduardo Machado de Castro, ex-tesoureiro do PT em João Monlevade (MG). Ele também exerceu o cargo de secretário municipal de Serviços Urbanos na cidade mineira. Ultimamente era chefe do distrito regional do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) em Minas Gerais. É suspeito de fraudes na emissão de documentos sobre a origem de diamantes. Indicado para o cargo pela bancada mineira do PT, Castro é acusado de apresentar certificado falso que permitiu a exportação de 6.786 quilates de diamante. Disse que as pedras tinham sido extraídas de uma lavra garimpeira perto de Diamantina (MG), mas nunca houve exploração de diamantes naquele local. O Ministério das Minas e Energia suspende a emissão de certificados Kymberley, documentos indispensáveis para as exportações de diamante. Castro é demitido.

276 – 13/2/2006 Jantar em comemoração do 26º aniversário do PT. Durante a festa em Brasília, Lula minimiza a importância do escândalo do mensalão. Mas não faz citações diretas:

– As pessoas que erraram, a gente não tem que execrá-las. Errar é humano.

Na festa, os mensaleiros João Paulo Cunha (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA) e Professor Luizinho (PT-SP). Cabe a Luizinho puxar o coro pela reeleição do presidente:

– Um, dois, três, Lula outra vez!

O presidente do partido, Ricardo Berzoini (PT-SP), trata de minimizar a crise política:

– Sofremos o maior cerco político da história recente do país. Com erros que têm raízes em companheiros do PT, mas que foram instrumentalizados pela oposição.

Comentário do jornalista Clóvis Rossi, na Folha de S.Paulo:

"O PT não foi vítima de uma conspiração, ao contrário do que dizem seus intelectuais orgânicos. Vendeu-se."

Reunião fechada em Brasília. Governadores, prefeitos e dirigentes do PT ouvem explicações da prefeita de Teófilo Ottoni (MG), Maria José Haueisen Freire (PT). Ela admite o uso político do programa Bolsa-Família. A conversa foi ouvida pelo repórter Felipe Recondo, da Folha Online. Maria José relata que os beneficiários de projetos federais recebem cartas da Prefeitura informando que as iniciativas são do presidente Lula. Segundo ela, o procedimento fez aumentar o apoio à reeleição de Lula em Teófilo Ottoni.

Em entrevista, o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias (PT-MG), afirma que o governo não poderá ser acusado de fazer uso eleitoral do Bolsa-Família. O programa é suprapartidário:

– É uma conquista do governo federal, mas também dos nossos parceiros governamentais e não-governamentais.

277 – 14/2/2006 O Jornal da Band, da TV Bandeirantes, noticia que o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PC do B - SP), mudou-se em novembro de 2005 para a residência oficial reservada ao chefe do legislativo, mas não devolveu o apartamento funcional que ocupava em Brasília, contrariando dispositivo legal. Passou-o à sogra, Maria das Dores. Diz Rebelo:

– Minha sogra mora comigo há 16 anos, ela fica lá e cuida das coisas, um pouco lá e um pouco na minha casa. Não tem ocupação irregular, nem anormal, nem nada.

Depois da notícia, Rebelo devolve o apartamento.

278 – 15/2/2006 Em depoimento à CPI dos Correios, Dimas Toledo, o ex-diretor de engenharia de Furnas Centrais Elétricas, reconhece que foi o único alto funcionário da estatal a permanecer no cargo, após as eleições de 2002. Nega ter padrinho político. Diz que a decisão de mantê-lo em Furnas foi da ex-ministra das Minas e Energia, Dilma Roussef.

Toledo admite um encontro com o ex-tesoureiro Delúbio Soares, no fim de 2002. Segundo ele, Delúbio visitou a estatal "para conhecer o que era Furnas, como funcionava". Toledo também recebeu a visita de Silvio Pereira, o ex-secretário-geral do PT. Foi em 2003. Durante a reunião, Silvinho pediu o organograma de Furnas.

Opinião sobre o encontro com Delúbio:

– Conheci o Delúbio Soares no final de 2002. A eleição já tinha acabado. Ele queria saber o que Furnas fazia. Tivemos uma boa conversa.

Agora, sobre Silvinho:

– Nunca conversei com Silvio sobre contratos ou serviços de empreiteiras para Furnas. A última vez que falei com ele foi no início de 2005.

A Polícia Federal apura o envolvimento dos três filhos de Toledo num esquema de cobrança de propina de construtoras e prestadoras de serviços contratadas por Furnas. A suspeita é que Toledo induzia as empresas a contratar consultorias de fachada em escritórios indicados por ele, para justificar repasses de dinheiro.

279 – 16/2/2006 A Polícia Civil de Goiás indicia Delúbio Soares por peculato. O ex-tesoureiro do PT é acusado de apropriação indevida de dinheiro público. Ele recebeu salários mensais que variaram entre R$ 1.240,00 e R$ 1.400,00 nos anos de 2001 e 2002, como se prestasse serviços ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás. Mas Delúbio trabalhava em São Paulo para o partido. As presidentes do sindicato Noeme Diná Silva, indiciada, e Neyde Aparecida (PT-GO), eleita deputada, assinaram comprovantes falsos de que o ex-tesoureiro cumpria jornadas de trabalho de 40 horas semanais em Goiânia, durante dois anos.

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 10 votos a 3, a cassação do deputado João Magno (PT-MG). Ele é acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Magno admitiu ter recebido R$ 426 mil das contas de Marcos Valério. Garante, porém, que usou o dinheiro para pagar despesas das campanhas políticas de 2002, quando se elegeu deputado, e de 2004, quando disputou e perdeu a Prefeitura de Ipatinga (MG). Magno não registrou os recursos na Justiça Eleitoral. Aguardava documentos do PT sobre a origem da contribuição. Depois que o escândalo do mensalão veio à tona, prestou contas ao Tribunal Regional Eleitoral.

280 – 17/2/2006 O jornal Folha de S.Paulo tem novidade. A Telemar, uma das maiores operadoras de telefones fixos do país, decidiu injetar R$ 5 milhões por ano em patrocínios e produção nos programas de televisão da Gamecorp, a empresa de Fábio

Luiz Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente. A mesma Telemar, que é concessionária de serviço público, já havia feito um aporte de capital de R$ 5 milhões na Gamecorp, em 2004. Na época, tornou-se sócia da empresa. Recorde-se que a Telemar é em parte uma empresa pública. Tem 55% das ações nas mãos do Banco do Brasil, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e fundos de pensão. A revista Veja informa que o patrocínio de R$ 5 milhões de 2005, os R$ 5 milhões previstos para 2006 e a compra de ações, na casa dos R$ 5 milhões, somam R$ 15 milhões destinados pela Telemar à Gamecorp, em três anos.

A empresa de Lulinha, como já se mencionou, é especializada em videogames e faz programas sobre jogos eletrônicos para a televisão. Os horários na TV Bandeirantes e na Mix TV são comprados. Daí a importância dos patrocinadores. Além da Telemar, a Gradiente anunciou nos programas da empresa do filho do presidente. O dono da empresa, Eugênio Staub, foi dos primeiros homens de negócio a dar apoio a Lula na eleição de 2002. Outra patrocinadora dos programas da Gamecorp é a Sadia, empresa na qual outro empresário de sucesso ligado a Lula fez carreira. É Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

281 – 18/2/2006 A revista Veja traz uma história que reforça a suspeita de que fundos de pensão financiaram o mensalão. Renato Paolielo, assessor de imprensa do deputado Nilton Baiano (PP-ES), embolsou R$ 100 mil da corretora Euro, em julho de 2004, durante a campanha de Baiano à Prefeitura de Vitória.

Na mesma época, a Euro causou prejuízo de R$ 8 milhões ao Nucleos, o fundo de pensão dos funcionários das empresas nucleares federais. Foram 11 operações irregulares nas quais a Euro comprava títulos do Tesouro Nacional por preços baixos, e revendia-os por bem mais ao Nucleos.

O assessor do deputado disse a Veja que prestou serviços à Euro e por isso recebeu os R$ 100 mil. Reconheceu que não declarou o valor ao Imposto de Renda. Já Baiano saiu-se com essa ao tentar justificar o caso ao repórter Alexandre Oltramari:

– Não sei o que foi feito com esse dinheiro. Se quem recebeu foi o meu assessor, é ele que tem de dizer o que fez.

Obstáculo para a investigação: o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, suspendeu a quebra do sigilo bancário da Euro, contrariando o que havia sido determinado pela CPI dos Correios. A Polícia Federal grampeou conversa entre o ex-prefeito Paulo Maluf (PP-SP) e o presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), em setembro de 2005. Eis o trecho no qual Maluf pede que seja dado um recado a Baiano:

– Diga-lhe que é um ingrato. Recebeu US$ 200 mil em 1996 para ser candidato a prefeito. Não foi candidato e ficou com o dinheiro.

A CPI apura se outros parlamentares se beneficiaram de desvios que causaram prejuízos a fundos de pensão. Estão sendo investigados nove nomes. A Euro também é apontada por operações supostamente irregulares envolvendo a Prece, o fundo de pensão da empresa de saneamento do Rio.

A Euro teria transações com a Laeta DTVM, empresa ligada ao empresário Lúcio Funaro, além de operações com a Garanhuns, Natimar e Bônus-Banval, todas acusadas de envolvimento no escândalo do mensalão.

282 – 19/2/2006 Mais indícios de caixa 2 na relação Duda Mendonça/PT. O jornal O Estado de S. Paulo publica levantamento da CPI dos Correios sobre os R$ 9,3 milhões oficialmente destinados ao publicitário por comitês eleitorais do PT, para pagar os serviços prestados a seis candidaturas do partido a prefeito, nas eleições de 2004. Os técnicos não encontraram registros de que o dinheiro tenha sido depositado nas contas

da Cep (Comunicação e Estratégia Política), a empresa de Duda responsável pelos serviços. Tampouco há depósitos em outras contas bancárias ligadas ao publicitário. É como se Duda não tivesse trabalhado.

Exposto o problema, o repórter Diego Escosteguy passou a ouvir as desculpas costumeiras. Do advogado do Duda, Tales Castelo Branco:

– Quem tem que explicar como se deram os pagamentos é o PT. Duda recebeu pelos serviços prestados e já explicou tudo à Receita Federal.

Será mesmo? Para o tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, a responsabilidade não é do partido, mas dos comitês eleitorais:

– Não participamos dos contratos dos comitês municipais.

A lógica: o dinheiro foi repassado para Duda no exterior. Ou, para quem quiser acreditar: os recursos de caixa 2, recebidos em espécie, acabaram pagando fornecedores, durante a campanha. Não sobrou nada. Difícil, né?

Agora, um detalhe: um dos "empregados" da Cep de Duda é Luiz Favre, marido da ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP), derrotada em uma das seis campanhas nas quais o publicitário trabalhou em 2004. O salário de Favre é de R$ 14 mil mensais. Depois da campanha, Favre teria recebido do "patrão" a bolada de R$ 148 mil.

O jornal Correio Braziliense destaca as ligações telefônicas feitas pelo aparelho celular que ficava com Ademirson Ariosvaldo da Silva, o secretário particular do ministro Antonio Palocci (PT-SP). Além da troca de telefonemas entre os integrantes da "república de Ribeirão Preto" Rogério Buratti, Vladimir Poleto e Ralf Barquete, surgem os nomes de Marcelo Franzine, ex-executivo da empreiteira Leão Leão, e do lobista Carlos Eduardo Valente, ligado ao Banco Prosper.

A reportagem de Ana D'Angelo e Ugo Braga salienta que membros da CPI dos Bingos desconfiam que as conversas telefônicas eram travadas pelo próprio Palocci, e não por Ademirson. O Correio Braziliense analisa o ministro da Fazenda:

"Palocci procura se manter distante da confraria. A ponto de afirmar à CPI que não sabia que seu amigo Ralf, que nomeou para a importante Secretaria de Finanças da sua segunda gestão na Prefeitura de Ribeirão Preto, em 2001 e 2002, fora contratado, no final de 2003, como consultor pelo banco carioca Prosper."

O jornal transcreve a resposta evasiva de Palocci ao questionamento do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) sobre os negócios da "república de Ribeirão Preto" com o Banco Prosper:

– Soube pela imprensa, depois, que o Banco Prosper parece que havia contratado Ralf, depois que ele deixou a Caixa, como consultor. O Ralf, ou o Vladimir Poleto, não tenho certeza, mas tive conhecimento como o senhor, pela imprensa.

283 – 20/2/2006 O Banco do Brasil tem a honra de vir a público e divulgar o maior lucro de sua história. Impulsionado por receitas advindas da cobrança de juros, o ganho da instituição em 2005, durante o terceiro ano do governo Lula, chegou a R$ 4,1 bilhões. O Banco do Brasil não está sozinho. A Caixa Econômica Federal também obteve o melhor resultado da história, com lucro superior a R$ 2 bilhões. Outro recorde: o lucro do Unibanco, que bateu na casa de R$ 1,8 bilhão, crescimento de 43% em relação a 2004. Mais um lucro estratosférico: o do Banespa Santander, de R$ 1,6 bilhão.

Levantamento efetuado pela Folha de S.Paulo a partir de dados coletados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) em 107 países concluiu que os bancos brasileiros cobram os maiores juros do mundo. A comparação foi feita com números do segundo trimestre de 2005, já no terceiro ano do governo Lula. O método levou a uma taxa de juros real, cobrada pelos bancos nacionais, da ordem de 44,7%. Em segundo lugar ficou

Angola, com 43,7%. Depois Gâmbia (31,8%), Paraguai (23,8%) e República Dominicana (22,6%). Em nenhum outro país os juros reais médios dos financiamentos bancários superaram os 20% ao ano. Explicação da Febraban (Federação Brasileira de Bancos): o governo é o responsável pelos altos juros cobrados no Brasil, que são decorrentes da carga tributária, dos recolhimentos compulsórios exigidos pelo Banco Central e da dívida pública.

A propósito da dívida pública: o ano de 2005, o terceiro do governo Lula, bateu mais um recorde. A dívida líquida do setor público ultrapassou a casa do R$ 1 trilhão. Os dados são do Banco Central. Dois terços desse dinheiro dizem respeito ao endividamento do governo federal, no Brasil e no exterior. O resto pertence a Estados e municípios. A dívida cresce quando o governo gasta mais do que arrecada. No Brasil, o principal motivo desses gastos está nos juros. Em 2005, o setor público gastou R$ 157 bilhões em juros. Esse dinheiro acabou em boa parte nas mãos dos bancos, que fazem investimentos em títulos públicos emitidos pelo governo federal. O superávit primário de 2005, isto é, a economia feita pelo governo para pagar a dívida pública, foi de R$ 93,5 bilhões. Como se vê, não foi o suficiente para pagar os R$ 157 bilhões de juros. Ficou faltando a bagatela de R$ 63,5 bilhões.

A vida como ela é. Longe dos trilhões e dos bilhões, mas na casa dos milhões: 6,5 milhões de brasileiros vivem em favelas, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Mais da metade dessa população, um contingente de 3,4 milhões de pessoas, vive nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, os mais “ricos” do país. Só a cidade do Rio tem 1,1 milhão de brasileiros vivendo em favelas. Em São Paulo, motor da economia do Brasil, 900 mil pessoas dormem todas as noites em moradias insalubres, sem esgoto e sem condições adequadas. A pior situação, porém, é a de Belém. Na capital paraense, 35% da população, ou seja, 450 mil pessoas, vivem em favelas. Boa parte em palafitas, construções de madeira erguidas sobre o rio.

A repórter Cleide Silva, de O Estado de S. Paulo, esteve na Vila da Barca, em Belém. A vida nas palafitas é perigosa, principalmente para as crianças. Elas são obrigadas a manter o equilíbrio nas passagens de madeira sobre o rio, com pouco mais de um metro de largura. Não podem se descuidar. A jornalista entrevistou Ana Lira Siqueira Serra, de 27 anos, mãe de três filhos. Um deles, Daniel Nícolas, caiu no rio quando tinha três anos. Por pouco não foi tragado pelas águas, que estavam altas após a chuva. A mãe conta:

– Ele afundou e quando voltou para cima o agarramos. Olhou para mim e disse: “Mãe, não morri”.

A Polícia Civil de Sergipe indicia Antônio Sérgio Ferrari, um dos principais auxiliares do prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT). Ferrari foi presidente da Emurb (Empresa Municipal de Obras e Urbanização). Dirigia a empresa responsável por todas as obras públicas da capital sergipana. É acusado de lavagem de dinheiro, estelionato e uso de duplicatas frias.

A denúncia é a seguinte: ele apresentou ao Banco do Brasil quatro notas falsas de serviços da Companhia Vale do Rio Doce, para receber R$ 400 mil. O banco entrou com ação criminal no Ministério Público, com a explicação de que a empresa de Ferrari, a Cenários, usou o expediente para garantir a quitação de uma dívida no próprio banco. Diz o auxiliar do prefeito:

– Seria burrice ficar no cargo, seria sangrar todos os dias. Não poderia manchar a administração Déda com um problema pessoal.

Em depoimento à CPI dos Correios, Rogéria Costa Beber, apontada como beneficiária de R$ 13 milhões oriundos de transações que teriam causado prejuízos a fundos de pensão. Ela admite que o marido, Murilo de Almeida Rego, foi o autor das operações financeiras que provocaram as perdas. Ele é o filho do operador de mercado Haroldo de Almeida Rego, o Haroldo Pororoca. Rego, ex-assessor do prefeito de Nova Iguaçu (RJ), Lindemberg Farias (PT), também se diz amigo de Marcelo Sereno, o ex-secretário de Comunicação do PT investigado por suspeita de exercer influência no fundo de pensão Nucleos. Sereno atuava como homem de confiança do ex-ministro José Dirceu (PT-SP). Em seu depoimento, Rego informa que sua família tem 85 imóveis. Diz ele:

– O Marcelo Sereno é meu amigo e nunca conversamos sobre fundos de pensão nem sobre política.

284 – 21/2/2006 Relatório preliminar da CPI dos Correios indica que nove fundos de pensão elevaram de R$ 48,8 milhões para R$ 533 milhões os investimentos no Banco Rural e no BMG, de 2003 para 2004. O aumento de quase 11 vezes ocorreu em aplicações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancário) e FIFs (Fundos de Investimento Financeiros) e levou em conta reaplicações de recursos. A CPI suspeita que os investimentos funcionaram como um mecanismo de compensação, uma premiação pelos "empréstimos" concedidos pelos dois bancos ao esquema PT/Marcos Valério.

Como exemplo, a comissão cita os casos dos fundos Funcef (Caixa Econômica Federal), Nucleos (estatais nucleares), Portus (portuários) e Previ (Banco do Brasil). Nenhum deles tinha aplicações no Banco Rural e no BMG. Investiram R$ 84,7 milhões em 2004. Do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), sub-relator de fundos de pensão da CPI:

– Há uma relação direta entre as aplicações dos fundos de pensão no BMG e no Banco Rural, e muitas das irregularidades que foram detectadas pela CPI.

A Polícia Federal identifica os nomes de duas empresas de fachada localizadas no paraíso fiscal das Bahamas. Elas receberam recursos da Dusseldorf, a offshore do publicitário Duda Mendonça. A Dusseldorf recebeu dinheiro do caixa 2 do PT. As duas empresas são a Raspberry e a Strongbox. Os depósitos vieram da Dusseldorf e somam US$ 632,7 mil. As duas offshores possuem o mesmo endereço em Nassau, a capital das Bahamas.

A transferência de dinheiro entre empresas offshore é um método clássico para despistar a origem e o destino dos recursos. Os nomes da Raspberry e da Strongbox estavam nos arquivos do MTB Bank de Nova York, o banco fechado sob a acusação de ter servido à movimentação de altas somas por doleiros. Funcionaria como uma lavanderia de dinheiro sujo. As duas offshores mantiveram contas no BankBoston de Miami. Fizeram depósitos em conta do MTB Bank em nome da empresa Maximus, com sede no Uruguai.

As investigações também detectam que a Dusseldorf fez remessa de US$ 730 mil para o banco Crédit Suisse, situado em Zurique, no dia 19 de setembro de 2003. A remessa seguiu para uma conta do banco suíço no BankBoston e, de lá, a um beneficiário não-identificado. A Dusseldorf teria ainda repassado US$ 473 mil para a conta do Bankkaus Carl, em 19 de dezembro de 2003. Suspeita-se de duas coisas. O

Bankkaus poderia ser uma instituição financeira com sede em Bremen, na Alemanha, ou a operadora de uma conta no banco Chase Manhattan, em Miami.

Uma outra empresa, a Prudential Securities, sobre a qual não há informações, recebeu US$ 100 mil da Dusseldorf, em 16 de dezembro de 2003. O dinheiro foi creditado numa conta do Chase Manhattan, em Nova York. Em 1998, Duda Mendonça recebeu recursos por meio de outra empresa, a Eleven, que tinha uma conta no Citibank de Nova York. Suspeita-se que a conta recebeu US$ 5 milhões de dinheiro desviado pelo então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PP), para quem Duda também trabalhou.

Depoimento à CPI dos Bingos. João Antonio Setti Braga, empresário de transportes em Santo André (SP), reconhece o pagamento de propina no valor de R$ 100 mil mensais ao esquema montado nas gestões do prefeito Celso Daniel (PT), de meados de 1997 até 2002. No total, entregou R$ 3,3 milhões, a título do que definiu como "custo político, para a gente trabalhar sossegado".

O dinheiro era repassado ao então vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT), secretário de Serviços Municipais de Daniel, por intermédio do empresário Ronan Maria Pinto. Braga relata aos senadores que tentou alertar Daniel, de quem havia sido colega de escola na adolescência. Mas não conseguiu manter contato com o prefeito. Nem por telefone. Diz o empresário:

– Ele estava blindado. Tentei na Prefeitura e por meio de amigos, mas Celso ficava pouco em Santo André e um dos que tinham carta branca para agir era o Klinger.

285 – 22/2/2006 A Polícia Federal indicia Jacinto Lamas, o ex-tesoureiro do PL. Ele é acusado de lavagem de dinheiro e crime contra a administração pública. Teria recebido R$ 1,6 milhão do empresário Marcos Valério. O dinheiro chegou ao PL por conta do acerto com o PT. Lamas confessou ser o autor de retiradas, "em pacotes lacrados". Não deu informações sobre o destino do dinheiro. Alegou que fez os saques por determinação do presidente do PL, o ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), e garantiu ter entregado toda a bolada a ele, sem conferir as quantias que transportou.

Os repasses ao PL somaram supostos R$ 10,8 milhões. O dinheiro também teria chegado ao partido por meio de operações financeiras intermediadas por corretoras. Valdemar renunciou ao mandato para evitar uma possível cassação. Disse que os repasses fizeram parte de acordo eleitoral com o PT, e garantiu ter usado todo o dinheiro para pagar despesas da campanha política de 2002.

Relatório da CPI da Biopirataria solicita ao Ministério Público o indiciamento de cinco integrantes do PT. Todos são acusados de montar esquema para a liberação de madeira extraída ilegalmente de florestas do Pará, entre novembro de 2004 e abril de 2005. Em troca, os petistas teriam recebido propina de madeireiros. Suspeita-se que o dinheiro foi usado em campanhas eleitorais em 2004.

A CPI estima que a maracutaia permitiu a derrubada e o transporte ilegal de 220 mil metros cúbicos de madeira. É o suficiente para encher 6 mil carretas. O desmate teria rendido mais de R$ 2 milhões ao PT. A maior parte, em dinheiro vivo, foi depositada em contas bancárias de Maria Joana da Rocha Pessoa, assessora da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). A senadora disputou e perdeu a eleição para a Prefeitura de Belém, em 2004.

Por meio do esquema, caminhões com um adesivo nas cores verde e branco com a inscrição "Empresa oPTante do Plano Safra Legal" eram liberados pela fiscalização, para transportar a madeira ilegal. Entre as pessoas citadas pela CPI estão Marcílio Monteiro, marido da senadora Ana Júlia e gerente do Ibama (Instituto Nacional do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em Belém; Leivino Ribeiro dos Santos, o idealizador do adesivo e caixa de campanha do PT em Anapu (PA); Francisco de Assis dos Santos Souza, o Chiquinho do PT, candidato derrotado a prefeito de Anapu; Elielson Soares de Farias, militante do PT e ex-gerente do Ibama em Altamira (PA); Bruno Kempner, militante do PT e funcionário do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Altamira; e Silvio César Costa de Lima, caixa de campanha de candidatos do PT na região da Transamazônica.

O Bradesco divulga o lucro obtido pela instituição em 2005. É o maior para um banco de capital aberto já registrado em toda a história da América Latina. Chegou a R$ 5,5 bilhões, um crescimento de 80% em relação a 2004. São R$ 629 mil de lucro por hora, em todos os 365 dias do ano. Uma enormidade. O Itaú não fica muito atrás. Também teve lucro recorde, o maior dos 60 anos de história do banco: R$ 5,2 bilhões. Corresponde a um aumento de 39% em relação a 2004.

Números da era Lula. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revela: a renda per capita em Alagoas, a pior do Brasil, é de R$ 219,17 por mês. Pouco superior aos R$ 174,84 lucrados pelo Bradesco, por segundo. Valem todos os 31.536.000 segundos de 2005. Mas tem o seguinte: os R$ 219,17 representam tão somente a renda média em Alagoas.

O repórter Fernando Dantas, de O Estado de S. Paulo, esteve na cidade alagoana de Belo Monte, à beira do rio São Francisco. Num casebre de pau-a-pique, apenas um cômodo e a “cozinha”, encontrou a família de Djalma Vicente Ferreira, de 64 anos, com seis pessoas. Renda per capita mensal desses brasileiros: R$ 60,00. A mulher dele, Maria de Lourdes Santana, contou como vive com os três netos e a bisneta, de quatro anos:

– Dormem todos aqui mesmo, uns por cima dos outros.

Em Alagoas, 62,5% da população é pobre, o analfabetismo atinge 29,5% dos adultos e a média de escolaridade da população não passa dos 4,2 anos. A proporção de “domicílios” sem acesso a água encanada é de 30%. A reportagem também percorreu a área rural de Olho D’Água do Casado. Lá encontrou outro brasileiro, Manoel Ferreira da Silva:

– A gente pega água de onde os bichos bebem.

286 – 23/2/2006 O TCU (Tribunal de Contas da União) aprova auditoria e pede explicações ao Palácio do Planalto sobre o uso dos chamados cartões da presidência, na compra de R$ 608 mil em bebidas alcoólicas e alimentos refinados. Os produtos foram adquiridos para a Granja do Torto e o Palácio do Alvorada, as residências oficiais de Lula.

Os auditores do TCU também manifestam preocupação com o uso dos cartões para saques em dinheiro. Os gastos são protegidos por sigilo, o que inclui os nomes dos fornecedores e o detalhamento das despesas. O motivo é a suposta necessidade de garantir a segurança do presidente e de sua família.

Desde a posse de Lula, mais de R$ 20 milhões foram gastos com os cartões, boa parte por meio de saques em dinheiro vivo. Entre janeiro de 2004 e março de 2005, valores pagos em locação de veículos teriam sido suficientes para comprar automóvel similar ao alugado. Apesar de locados por vários dias, as despesas costumavam ser quitadas como se os aluguéis dos carros fossem diários, o que encarecia sobremaneira os preços.

287 – 24/2/2006 A Câmara dos Deputados concede pedidos de aposentadoria para os ex-deputados Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR). Ambos renunciaram aos mandatos para escapar de eventuais cassações por envolvimento no escândalo do mensalão. Rocha receberá R$ 4.441,00 mensais. Borba, R$ 5.542,00. O peemedebista foi contemplado com outros cerca de R$ 22 mil, pois a aposentadoria dele é retroativa a outubro de 2005, mês em que renunciou ao mandato. A Câmara também aprovou o benefício aos ex-deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Valdemar Costa Neto (PL-SP), e ao ex-presidente do PT, o ex-deputado José Genoino.

O governo aproveita o Carnaval para divulgar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2005. Foi de apenas 2,3%. Com isso, procura evitar maiores repercussões. Ninguém presta muita atenção nos jornais durante o feriado prolongado. O mau resultado é atribuído aos juros altos, mecanismo usado pelo governo para conter aumentos da inflação, ao câmbio desfavorável às exportações e à crise política, que teria inibido investimentos e contido a atividade industrial. O Brasil não conseguiu aproveitar a boa fase da economia mundial. O crescimento é bem inferior aos 4,3% estimados para a América Latina. Em toda a região, o desempenho do Brasil só foi melhor que os do Haiti, Jamaica e Guiana. A Argentina, por exemplo, cresceu 9,1%.

Em editorial, a Folha de S.Paulo critica a política econômica, que "manteve o setor privado exposto às maiores taxas de juros e a uma das mais asfixiantes cargas tributárias do planeta". Diz o jornal:

"Os governistas agora se aferram à 'explicação' de que a culpa de o Brasil ter desperdiçado uma das conjunturas mundiais mais favoráveis ao crescimento em décadas foi da crise política por que o país passou a partir de meados do ano passado. Pois debite-se a crise, uma das mais graves da história recente, ao governo Lula. Foi da sua base venal de sustentação e de seu partido que ela surgiu."

291 – 28/2/2006 A família do economista Bruno Daniel, o irmão mais novo de Celso Daniel, deixa o Brasil. Partem às escondidas, sem revelar o país de destino, Bruno e a mulher dele, Marilena, e a filha Caroline. Os outros dois filhos do casal, Marcelo e Marcos, já haviam se mudado para o exterior. A família decidiu abandonar o Brasil depois de seguidas ameaças de morte após os depoimentos de Bruno e do irmão mais velho do prefeito assassinado, o médico oftalmologista João Francisco.

Ambos falaram à CPI dos Bingos e denunciaram um esquema de corrupção em Santo André (SP). Citaram nominalmente o ex-deputado José Dirceu (PT-SP) e o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. Os dois estariam envolvidos em operações que desviavam dinheiro dos cofres municipais para o PT. O próximo a deixar o Brasil será João Francisco Daniel, filho mais velho de João Francisco. Desabafo do médico:

– Foram embora por causa dessa covardia brutal, porque estão ameaçando de morte os nossos filhos.

João Francisco relata que a primeira ameaça veio por meio de uma carta anônima, dizendo que ele e Bruno iriam morrer. Depois, os dois irmãos receberam e-mails com ameaças contra as "sobrinhas do prefeito" Celso Daniel. Em outro momento, uma pessoa conhecida da família, mas cuja identidade não foi revelada, contou ter ouvido detalhes de um plano para seqüestrar as sobrinhas do prefeito morto. Bruno também foi seguido algumas vezes nas ruas de Santo André por gente conhecida. Diz João Francisco:

– O morador de uma favela de Mauá confirmou que estavam tramando o seqüestro e o assassinato de nossas filhas.

As ameaças foram denunciadas por Bruno à 3ª Delegacia de Proteção à Polícia, em novembro de 2005. Lula também foi informado. Ele teria solicitado investigações, mas notícia publicada pela Folha de S.Paulo informa que a Polícia Federal concluiu que as ameaças não mereciam crédito. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo chegou a providenciar segurança para Bruno e a mulher Marilena, e escolta para um dos filhos do casal. Em janeiro, porém, em telefonema anônimo para Marilena, um homem disse que um sobrinho dela havia sido seqüestrado e seria morto. Era mentira. A família resolveu deixar tudo e abandonar o Brasil. Uma vergonha.

292 – 1/3/2006 Os Estados Unidos divulgam relatório anual sobre o combate ao crime organizado no mundo. O Brasil e o escândalo do mensalão ocupam espaço de destaque. O documento cita as investigações desencadeadas por autoridades brasileiras contra "figuras públicas corruptas, incluindo inspetores de alfândega, autoridades federais tributárias e altas figuras políticas, e o uso de empresas offshore para lavagem de dinheiro".

O relatório do governo norte-americano fala num "leque de atividades corruptas de escopo espetacular", e salienta que investigações realizadas por CPIs "revelaram um escândalo de corrupção de várias camadas, envolvendo a alegada compra de votos pelo Partido dos Trabalhadores do presidente, financiada por propinas em contratos". O documento traz menções a pagamentos efetuados em contas no exterior e alusões ao Banco Rural e BMG, que "serviriam de conduto para pagamentos ilícitos, fazendo uso de contas bancárias de uma firma de publicidade".

293 – 2/3/2006 Depoimento à Polícia Federal. José Antonio Csapo Talavera, ex-superintendente administrativo da multinacional Toshiba, denuncia a empresa japonesa por integrar um "clube" que paga propina a dirigentes de estatais brasileiras e políticos no Congresso Nacional, para fazer negócios com o setor elétrico. Fazem parte da organização, além da Toshiba, as multinacionais WEG, Alston do Brasil, Asea Brown Boveri, GE (General Eletric) e Gevisa, esta última um consórcio entre a GE, Villares e Banco Safra.

De acordo com a acusação do ex-funcionário da Toshiba, as reuniões do "clube" se dão em São Paulo, em local não estabelecido, "quando são definidos os vencedores de licitações e contratos com o poder público, bem como os valores que serão pagos a título de propina". O esquema contaria com a participação de funcionários das estatais Furnas Centrais Elétricas e Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais). Durante o governo Lula, a Toshiba teria vendido componentes para o setor elétrico de Furnas no valor de R$ 8,6 milhões.

Talavera denuncia que Furnas teria exigido propina de US$ 5 milhões para autorizar a Toshiba a ganhar o negócio da construção de cinco ou seis usinas termelétricas. Dá como exemplo as usinas de Campos dos Goytacazes (RJ) e de São Gonçalo (RJ). Trecho do depoimento à Polícia Federal:

– Os valores que seriam pagos por Furnas já teriam embutidos percentuais destinados ao pagamento de propinas para a diretoria da estatal e alguns políticos. Tais recursos seriam repassados para a estatal e para os políticos através de falsos contratos de consultoria.

O ex-funcionário foi contratado pela Toshiba em 1998. Em 2001 tomou conhecimento do caixa 2 da multinacional. Obteve informações de Leonídio Soares, ex-diretor de Furnas em Minas Gerais. Ele teria admitido a prática de repassar dinheiro para funcionários da estatal, "mediante o desconto de cheques na boca do caixa, amparados por notas frias".

Durante o depoimento, Talavera entrega à Polícia Federal exemplares de notas fiscais frias emitidas pela Toshiba, para justificar serviços de consultoria fictícios e a saída do dinheiro da propina. Ele cita o ex-diretor de Furnas, Dimas Toledo, como envolvido no esquema. Conta o que certa vez ouviu de Nobuhiro Tanimura, o presidente da multinacional no Brasil:

– Todos os que ocupavam cargos públicos nesses países estariam sujeitos a receber propina e que as coisas funcionavam assim na América do Sul como um todo.

295 – 4/3/2006 A revista Veja traz reportagem de Alexandre Oltramari e Otávio Cabral. Afirma que o empresário Marcos Valério fez chantagem em conversas por telefone com o ex-deputado José Borba (PR), o ex-líder do PMDB na Câmara dos Deputados, acusado de receber R$ 2,1 milhões do caixa 2 do PT. Ele renunciou com medo de ser cassado. Valério teria exigido proteção da CPI dos Correios. Senão, acusaria um repasse de dinheiro a Borba, para comprar apoio da ala oposicionista do PMDB a fim de se manter no cargo de líder do partido.

Mais: Valério iria denunciar que deputados do PMDB recebiam o mensalão, e que entregou dinheiro para Borba pagar o apresentador de televisão Carlos Massa, o Ratinho, em 2004. Em troca, usaria seu programa no SBT como palanque para Lula e a então candidata à reeleição em São Paulo, a ex-prefeita Marta Suplicy (PT). De fato, Ratinho fez uma entrevista com o presidente durante um churrasco na Granja do Torto, e repetiu várias vezes alguns trechos da gravação em seu programa de televisão.

Veja relata as "relações estreitas" de Borba e Valério. Descreve quatro reuniões entre os dois, de setembro de 2004 a março de 2005. Ocorreram no hotel Sofitel, em São Paulo. Participaram Delúbio Soares, o então tesoureiro do PT, e o advogado Roberto Bertholdo, o assessor de Borba que fora nomeado pelo governo Lula para o Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

De acordo com a revista, Borba seguia para Brasília depois das reuniões. Numa sala da Câmara dos Deputados, recebia filas de deputados do PMDB. Diz a reportagem:

"Mas havia uma logística curiosa: os deputados entravam na saleta um a um, nunca em grupo. O entra-e-sai ocorria quase sempre à noite."

Os repórteres entrevistaram um ex-aliado do advogado Bertholdo, não identificado pela revista. Ele afirma que 55 deputados do PMDB da base de apoio ao governo federal recebiam mensalões. Variavam de R$ 15 mil a R$ 200 mil, conforme o cacife de cada um. O entrevistado da revista conta que uma vez Bertholdo lhe mostrou, dentro de um jatinho particular, uma caixa de papelão com R$ 8 milhões em dinheiro vivo. Bertholdo teria afirmado que não ficava com medo:

– Que perigo, o quê? Eu tô operando para o governo.

O advogado Sérgio Renato Costa Filho gravou conversas que manteve com Bertholdo, seu ex-sócio. Uma delas remete ao caso do pagamento ao apresentador Ratinho. Diz Bertholdo na gravação:

– Na segunda-feira eu vou, eu e o Ratinho e o Borba, no avião do Ratinho, pra pegar o Delúbio, que é o tesoureiro. Pra fazer um acerto de uns cinco paus.

"Cinco paus" seriam R$ 5 milhões. Em outra gravação, Bertholdo menciona o diretor-geral da Itaipu Binacional, o petista Jorge Samek. Ele teria cobrado US$ 6 milhões de propina da empresa Voith Siemens, para perdoar uma dívida. Este o diálogo dos dois advogados, logo após Bertholdo falar dos US$ 6 milhões:

– 6 paus em dólar?

– É, temos que pegar pelo menos três.

– Sim.

– (...) Se quiserem me tirar do Conselho, não me tiram por causa do PMDB. É minha função lá dentro.

– Sim, claro.

– (...) O Samek não põe a gente pra dentro do jogo. Vai tomar no c...

– Eu também acho. Podia ter chamado...

– Não. Podiam falar: “Ó, tamo fazendo...”

– Então...

– E aí pegar como doação de campanha, mesmo...

– Hum-hum.

– Com gosto.

– Hum-hum.

A reportagem de Veja informa que Samek integra o seleto grupo de amigos de Lula. Costuma participar de churrascos e festas na Granja do Torto. Samek já foi próximo de Bertholdo. Pegou carona em viagens para Brasília no jatinho do advogado, na época em que Bertholdo fazia parte do Conselho de Administração de Itaipu. Bertholdo está preso em Curitiba. É acusado de vários crimes, entre os quais grampear um juiz federal, vender sentenças judiciais, lavar dinheiro, fazer tráfico de influência e o de torturar o ex-sócio Sérgio Renato, para se apoderar das fitas que ele gravou.

Em outra matéria de Veja, os repórteres Marcio Aith e Fábio Portela revelam detalhes do depoimento prestado pelo advogado Rogério Buratti à Polícia Civil de São Paulo, em 4 de fevereiro. O conteúdo fora mantido em sigilo até então, a pedido do ministro Antonio Palocci (PT-SP).

Buratti disse que o ex-prefeito Palocci negociou para si mesmo o pagamento de propina de R$ 50 mil, num acordo com a Leão Leão. Lembre-se que a empresa é uma prestadora de serviços em Ribeirão Preto (SP). Buratti foi vice-presidente da Leão Leão, depois que deixou o cargo de secretário de Governo do ex-prefeito Palocci.

Mais uma: apesar de admitir que a maior parte dos R$ 50 mil era repassada ao ex-tesoureiro Delúbio Soares, Palocci reservava para si uma parte. Em troca da propina, o então prefeito de Ribeirão organizou um sistema contábil fraudulento: a Leão Leão recebia da administração municipal uma quantia sempre maior do que os serviços efetivamente prestados.

Em outra parte do depoimento, Buratti afirma que o relacionamento entre Palocci e a Leão Leão era tão próximo que o prefeito dispunha de uma reserva financeira para usar como bem entendesse. Depois de virar ministro da Fazenda, a propina de R$ 50 mil continuou a ser paga pela empreiteira, com o conhecimento de seu sucessor, o prefeito Glberto Maggioni (PT).

296 – 5/3/2006 O jornal Correio Braziliense reproduz trechos de uma conversa gravada. O ex-motorista do senador Romero Jucá (PMDB-RR), Roberto Jefferson Marques, admite que fez um saque de R$ 50 mil na agência do Banco Rural do Brasília Shopping. Marques comenta sua ida ao banco:

– Eu só cheguei lá e disse: “Meu nome é Roberto Jefferson Marques”. Aí, o cara falou: “Ah, tudo bem”. Só isso. E me entregou um envelope amarelo, grampeado em cima. Não abri, não fiz nada.

De acordo com a gravação, o motorista, cujo apelido é Xuxa, recebeu determinação do senador, ex-ministro da Previdência Social do governo Lula, para fazer a retirada no Banco Rural. O dinheiro deveria ser entregue a um homem identificado como Magela. Foi o que Marques fez.

A reportagem de Luciene Soares, Rodrigo Lopes e Marcelo Rocha conta que Marques ficou assustado com a eclosão do escândalo do mensalão. Jucá tratou de desligá-lo do gabinete em Brasília e levá-lo a viajar. Ele foi a Belém, onde passou mais de um mês. Sem trabalho, voltou a procurar Jucá. Sem sucesso. O Correio Braziliense relata:

"A fita cassete em que Roberto Marques faz as revelações foi gravada no final de outubro de 2005, durante uma conversa no interior de um veículo. O interlocutor de Marques, que fez a gravação, prefere não se identificar. Marques estava desempregado. Depois que tomou conhecimento do que dizia seu ex-motorista, o senador voltou a empregá-lo. Hoje, ele trabalha na Prefeitura de Boa Vista, cuja titular é Tereza Jucá, mulher de Romero Jucá. Agora, Marques nega ter feito saques a pedido do senador. Afirma desconhecer qualquer coisa relacionada ao assunto."

299 – 8/3/2006 Depoimento à CPI dos Bingos. É de Francisco Chagas da Costa, o motorista que trabalhou entre março de 2003 e fevereiro de 2004 para a "república de Ribeirão Preto". Serviu a assessores e outras pessoas ligadas ao ministro Antonio Palocci (PT-SP) em Brasília. São eles: Ademirson Ariosvaldo da Silva, Rogério Buratti, Vladimir Poleto e Ralf Barquete. Afirma ter visto o ministro "três vezes, mais ou menos", na chamada "casa dos prazeres", alugada no Lago Sul. Diz o motorista:

– Foi lá, ia lá. Mas não em festa. Durante o dia, mas sem festa. Não sei o que ia fazer. Foi poucas vezes. (...) Umas três vezes, mais ou menos. Eu o vi entrando na casa.

Recorde-se que, em janeiro, Palocci foi questionado pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), relator da CPI dos Bingos, sobre a casa alugada por Poleto, que pagou R$ 60 mil em dinheiro pela locação, o equivalente a seis aluguéis. Durante o depoimento de Palocci, o relator perguntou:

– Vossa excelência não esteve nenhuma vez na casa que ele alugou no Lago Sul?

– Aqui em Brasília?

– Sim.

– Não, nenhuma vez.

– A casa que era utilizada para reunir empresários.

– Não estive nenhuma vez.

Francisco Chagas afirma que Palocci foi à "casa dos prazeres" sem carro oficial. Usou o automóvel Peugeot de Barquete, o assessor da presidência da Caixa Econômica Federal nomeado para o cargo por influência de Palocci. Barquete morreu em 2004. Ele foi um auxiliar importante de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto. Outra declaração espinhosa do motorista:

– Eles faziam festa e levavam as meninas para a casa. Eu levei as meninas, sim. Várias vezes. Deixava lá.

As "meninas" são garotas de programa agenciadas por Jeany Mary Corner. Perguntado se a conhecia, o motorista afirma:

– Essa era a mulher que arrumava as meninas para a casa. Fazia festas e levava para a casa. Cheguei a vê-la duas vezes.

Francisco Chagas refere-se a Ademirson. Descreve como o secretário particular de Palocci se referia ao ministro:

– Eu ouvia falar: "Tenho uma reunião com o chefão". "Temos de falar com o chefão tal hora". Podia ser ele, eles não falavam ministro Palocci, não. Falavam chefão. Quando queriam falar com o chefão, pediam para ir ao Ministério da Fazenda.

O motorista relata que transportou duas vezes para a "casa dos prazeres" o empresário Roberto Carlos Kurzweil, dono do automóvel no qual teriam sido trazidos

dólares de Cuba para o PT. Uma terceira vez levou-o do hotel em que estava hospedado ao Ministério da Fazenda, para onde também se dirigiram dois empresários de jogo angolanos. Seriam José Paulo Teixeira Figueiredo e Artur José Valente Caio. Segundo Buratti, ambos doaram R$ 1 milhão para a campanha de Lula em 2002.

Em entrevista à Folha de S.Paulo, Buratti volta a confirmar o jantar em 2002 do qual participaram Palocci e os dois empresários angolanos. Foi na casa do empresário Roberto Carlos Kurzweil, em São Paulo. O empresário conhece o ministro desde 1991. Uma das empresas dele, a Rek, cuidava da coleta de lixo em Ribeirão Preto, quando Palocci era vereador. Prefeito, Palocci aumentou o número de serviços prestados pela Rek. Diz Buratti:

– Soube desse jantar por causa das relações que tinha com o Palocci. Eu não vi o dinheiro para a campanha sendo entregue, mas essas coisas ninguém vê. Mas tenho certeza absoluta de que a contribuição aconteceu. Não tenho dúvidas.

Depoimento à CPI dos Bingos. Marilene do Nascimento Falsarella, ex-chefe da seção de obras gerais de Ribeirão, afirma que é a autora das planilhas de medição de serviços de limpeza pública adulteradas para superfaturar pagamentos à empreiteira Leão Leão. A fraude aconteceu entre 2001 e outubro de 2004. Diz a funcionária:

– Era nessa planilha que se lavava a saída do dinheiro. Eram mais ou menos R$ 400 mil por mês, era muito dinheiro.

O esquema teria permitido um desvio de R$ 17,2 milhões. Marilene afirma que ela e outros funcionários obedeciam às ordens de Mauro Pereira Júnior, chefe de divisão do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto). Ele teria pedido para ser afastado por não aceitar mais a manipulação de dados, uma determinação de sua superior, Isabel Bordini. Ela é mulher de Donizete Rosa, assessor do prefeito Palocci levado para o governo Lula, onde assessora o setor de processamento de dados. Diz Marilene:

– O Mauro sempre contava que não concordava com o valor a maior, que não estava certo, mas era obrigado a fazer aquilo. O comentário entre as pessoas era que era um absurdo colocar aquela quantia a maior. O serviço não tinha sido feito.

Em votação secreta, a Câmara dos Deputados absolve dois deputados acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Roberto Brant (PFL-MG) recebeu R$ 102 mil do esquema de Marcos Valério. O dinheiro foi sacado por um assessor, Nestor Francisco de Oliveira. O outro deputado é Professor Luizinho (PT-SP), cujo assessor José Nilson dos Santos fez retirada de R$ 20 mil do valerioduto. Brant recebe 283 votos a favor da absolvição. Outros 156 deputados pedem a cassação do mandato. Necessita-se de pelo menos 257 votos para efetivar a cassação. Luizinho teve 253 votos pela absolvição e 183 pela perda do mandato.

Outros dois deputados já haviam sido absolvidos pelo plenário da Câmara: Sandro Mabel (PL-GO) e Romeu Queiroz (PTB-MG). E quatro renunciaram para fugir da cassação: Valdemar Costa Neto (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ), José Borba (PMDB-PR) e Paulo Rocha (PT-PA). Apenas dois foram cassados: Roberto Jefferson (PTB-RJ) e José Dirceu (PT-SP).

Depois da absolvição, festa para Luizinho. Amigos reúnem-se no apartamento do deputado Devanir Ribeiro (PT-SP). Estão lá o líder do PT na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e os deputados João Paulo Cunha (PT-SP) e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Também participam da confraria o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o prefeito de Santo André (SP), João Avamileno (PT), e a assessora especial

da presidência da República, Miriam Belchior. O evento é fechado à imprensa. Declaração de Luizinho:

– Não vou querer ficar fazendo festa com algo que não se pode festejar. Seria uma falta de sensibilidade.

O jornal Folha de S.Paulo publica o editorial "Livres para delinqüir", em que comenta as absolvições de Brant e Luizinho:

"Ao liberar a delinqüência – caixa 2 é crime financiado por corrupção e outras fraudes –, os deputados expulsaram o que se entende por ética de seus domínios. Indecorosa é por definição a maioria de uma Casa que – ao abrigo do escrutínio público, escudada no anonimato do voto secreto – abona indecorosos."

A Polícia Federal encaminha ao STF (Supremo Tribunal Federal) o inquérito que apurou o escândalo do mensalão. Traz 226 depoimentos em 4.500 páginas. Há 40 pessoas relacionadas para indiciamento, entre políticos, empresários, operadores do mercado financeiro, lobistas e servidores públicos. E cinco pessoas são efetivamente citadas: Duda Mendonça, Marcos Valério, José Genoino, Delúbio Soares e o ex-diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato.

Depoimento à CPI dos Correios. Lúcio Funaro, apontado como antigo dono da corretora Garanhuns, afirma ter ouvido comentários no mercado financeiro, segundo os quais João Vaccari Neto, integrante da direção da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT), é o responsável por operações mantidas pelos fundos de pensão Petros (dos funcionários da Petrobrás), Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa Econômica Federal). Funaro é investigado por ter provocado prejuízos de R$ 100 milhões aos fundos de pensão. Diz ele:

– O que ouço no mercado é que o João Vaccari, que foi presidente do Sindicato dos Bancários e é ligado ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e ao governo do PT, seria o responsável pela operação desses fundos. O Marcelo Sereno seria o responsável pela operação dos fundos menores.

Uma sindicância da Prefeitura de Itatiaiuçu (MG) descobre que a vereadora Veralucia da Silva (PT), cuja renda familiar é de R$ 2.300,00, recebe indevidamente dinheiro dos programas Bolsa-Família, Auxílio-Gás e Bolsa-Escola.

300 – 9/3/2006 Em depoimento à CPI dos Bingos, Benedito Antonio Valencise, delegado seccional da Polícia Civil de Ribeirão Preto (SP), afirma dispor de notas fiscais e planilhas frias para indiciar o ministro Antonio Palocci (PT-SP) por crimes de peculato, falsidade ideológica e formação de quadrilha. De acordo com o delegado, houve um acordo entre o ex-prefeito Palocci e o dono da empreiteira Leão Leão, por meio do qual o chefe do executivo municipal transmitia ordens para que a superintendente do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto), Isabel Bordini, fraudasse os serviços de limpeza pública. Diz Valencise:

– Tratava-se de um esquema muito grande, envolvendo muitas pessoas, impossível de ser mantido por funcionários subalternos.

Para o delegado, Palocci e seu sucessor, o prefeito Gilberto Maggioni (PT), receberam propina mensal de R$ 50 mil, além do repasse que definiu como "equilíbrio do contrato", um mecanismo para fraudar os contratos de limpeza pública da cidade. O esquema serviu também para compensar os preços baixos que a Leão Leão apresentou para vencer a licitação e prestar os serviços:

– O que sabemos é que havia a operação três por um, uma parte relacionada a gastos pelo trabalho efetivado e outra que pagava as notas falsas por tarefas não realizadas.

O delegado Valencise caracteriza Isabel Bordini como uma mera operadora do prefeito:

– Segundo consta no inquérito, a ordem vinha do prefeito. Era um acordo feito entre ele e o proprietário da empresa. Em seguida essa ordem era repassada pelo prefeito a Isabel, e ela a cumpria.

E mais:

– Na apuração, comprovou-se que a documentação com o relatório de trabalho realizado pela empresa diariamente já chegava pronta ao Daerp, e não coincidia com os dados da fiscalização do Daerp, que eram bem menores. Entretanto, os funcionários do Daerp eram obrigados a fazer uma nova planilha, devidamente falsificada, que era essa ordem de serviço que cobria e justificava as saídas a mais dos valores em reais.

Em depoimento ao juiz Luiz Fernando Prestes, de Itapecerica da Serra (SP), Karina Araújo de Oliveira reforça indícios sobre a participação do empresário e ex-segurança Sérgio Gomes da Silva, o Sérgio Sombra, no assassinato do prefeito Celso Daniel (PT). Sombra teria ligação com uma quadrilha da favela Pantanal. Conhecia Dionísio Severo, que afirmou à polícia ser amigo de Sombra e já ter namorado a ex-mulher dele.

Severo foi resgatado de helicóptero de um presídio em São Paulo, um dia antes do seqüestro de Daniel. Recapturado, acabou morto uma semana depois. No depoimento, Karina diz que deu abrigo, entre outros, a um filho de Severo. E, a pedido do marido dela, anotou o telefone de um dos presos que teriam participado da ação, da favela Pantanal. Declaração do promotor Amaro Tomé Filho à repórter Lílian Christofoletti, da Folha de S.Paulo:

– Quando Karina, que tinha uma ligação com Dionísio Severo, afirma que anotou um recado de um dos homens da favela Pantanal, ela mostra que os dois lados não só se conheciam como reforça a nossa convicção de que trabalharam juntos no seqüestro e no assassinato do prefeito.

O juiz Prestes toma o depoimento de uma tia e duas primas de Severo. Uma das testemunhas diz ter ouvido Severo mencionar os "três tombos", local da zona Sul de São Paulo onde Daniel foi seqüestrado. Uma outra afirmou que Severo disse numa ligação telefônica já estar "pronto para rodar o CD", o que seria uma menção a Celso Daniel.

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados entra em crise após a absolvição dos deputados mensaleiros Roberto Brant (PFL-MG) e Professor Luizinho (PT-SP), ocorrida na véspera. Inconformado com o resultado da votação, o deputado Colbert Martins (PPS-BA), suplente, anuncia o seu afastamento do órgão. Faz o mesmo o deputado Edmar Moreira (PFL-MG), relator do processo de cassação do deputado José Mentor (PT-SP).

301 – 10/3/2006 Em entrevista à Folha de S.Paulo, o advogado Roberto Bertholdo, ex-assessor parlamentar do PMDB e ex-conselheiro da Itaipu Binacional, afirma ao repórter José Maschio que o deputado José Janene (PP-PR) e o doleiro Alberto Youssef têm um esquema para retirar dinheiro de estatais e destiná-lo ao pagamento de mensalões.

Bertholdo trabalhou no gabinete do ex-líder do PMDB na Câmara, deputado José Borba (PR). Ele diz ao repórter que Janene e Youssef são os donos da corretora Bônus-Banval, envolvida no escândalo do mensalão. De acordo com Bertholdo, "80% dos recursos adquiridos via corrupção eram transformados em dinheiro vivo", por meio da corretora. Ele cita o deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), que foi ministro do presidente Lula:

– Quando o Eunício Oliveira assumiu o Ministério das Comunicações, o Janene e o Youssef me apareceram com o currículo do diretor da Bônus-Banval, Breno Fischberg, e outro corretor da Bônus, para que o PMDB indicasse um deles à presidência do Postalis. Eles queriam armar um amplo esquema no governo. Nós não aceitamos.

Bertholdo afirma ter visto Youssef levando sacolas com dinheiro ao apartamento de Janene, em Brasília:

– Por pelo menos três vezes. Uma vez, ele abriu uma sacola para mostrar algo ao Janene e vi que eram reais. Em uma outra vez, as sacolas eram tão pesadas que a Cleide, a cozinheira do Janene, teve que ajudar o Youssef a levar as sacolas para um aposento interno do apartamento.

Segundo Bertholdo, o dinheiro era para pagar parlamentares da base aliada do governo Lula:

– Quem ele pagava e os nomes que ele me passou, eu só falo ao procurador-geral da República. Mas ele e o Youssef operavam muito dinheiro.

Depoimento à CPI dos Correios. Marcelo Sereno, ex-assessor do ministro José Dirceu (PT-SP) e ex-secretário de Comunicação do PT, admite que participou do processo de escolha de dirigentes para fundos de pensão. Ele também reconhece ser amigo de Murilo e Christian de Almeida Rego, filhos do operador de mercado Haroldo Pororoca. Ambos são suspeitos de obter lucros em operações irregulares com os fundos de pensão Nucleos (estatais nucleares) e Prece (companhia de saneamento do Rio). Fabiana Carnaval, prima dos irmãos, teria sido indicada como gerente financeira da Nucleos por influência de Sereno. A Nucleos fazia investimentos na Arbor, uma empresa de gestão de recursos cujos sócios eram Christian e a mulher de Murilo, Rogéria.

Nota publicada na coluna da jornalista Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo. Informa que o Palácio do Planalto decidiu renovar o enxoval, por R$ 175 mil. Diz o texto:

"Para os quartos serão compradas quatro colchas de casal de piquê 300 fios e acabamento com bordado ponto Paris, por R$ 990,00 cada uma. Para copa e cozinha, serão gastos R$ 62.760,00. Cada jogo de toalha de mesa (cambraia 100% linho, com bordado Richelieu e dois forros) deve custar R$ 1.965,00. E quase R$ 15 mil serão gastos em toalhas: 210 de banho e 20 de piscina, entre outras. Todas com tecido felpudo, fibra longa e algodão especial. Cores a definir."

302 – 11/3/2006 A revista Veja revela a identidade do ex-aliado do advogado Roberto Bertholdo, entrevistado na semana anterior. Trata-se de Antonio Celso Garcia, o Tony Garcia. Ele conta ao repórter Alexandre Oltramari que foi candidato a senador e tinha Bertholdo como suplente em sua chapa. Não se elegeu e acabou preso acusado de cometer fraude em consórcio. Em troca da liberdade, passou a colaborar com a Justiça. Atraía Bertholdo para conversas que eram gravadas pela polícia. Eis a entrevista de Tony Garcia a Veja:

– Como o senhor soube que Betholdo pagava o mensalão do PMDB?

– Ele me falava que tinha encontros semanais em São Paulo com pessoas que operavam essas coisas com o PMDB.

– Com quem eram os encontros?

– Com Delúbio Soares, Silvio Pereira e Marcelo Sereno. Ele me dizia que falava mais com o Silvio Pereira e o Delúbio.

– O Marcos Valério não aparecia?

– Bertholdo nunca falou dele. O Valério não era fonte dele. Ele dizia que a fonte dele era mesmo a direção do PT.

– Onde eram os encontros?

– Em escritórios ou hotéis. O Meliá era um deles. O escritório era o do Silvio Pereira. Ele tinha um escritório fora da sede do PT. Bertholdo tinha reuniões quase que religiosamente às segundas-feiras.

– O que acontecia nos encontros?

– Bertholdo dizia que tratava de indicações políticas do PMDB para o governo e também pegava recursos para fazer acertos dentro do PMDB. Ele dizia que apanhava o dinheiro, em espécie, em São Paulo, e depois o transportava a Brasília em jatos particulares ou alugados. Voava pessoalmente com dinheiro vivo. Muitas dessas vezes, estava acompanhado do assessor, Guilherme Wolf. O Bertholdo nunca andava com menos de R$ 50 mil, R$ 100 mil em dinheiro. Ele falava que era para fazer coisas eventuais, atender um ou outro.

– O senhor sabe quantos deputados do PMDB recebiam dinheiro de Bertholdo?

– Ele deixava claro que eram mais de 50 deputados do PMDB. Mas nunca falou em nomes e eu nunca perguntei porque não era do meu interesse. Os dirigentes maiores do partido, como Michel Temer, eu sei que não participavam, até porque estavam se afastando do governo. Ele só dizia que cada deputado tinha um preço. Havia uns que custavam R$ 10 mil, outros que custavam R$ 15 mil, outros R$ 20 mil, outros R$ 100 mil, outros R$ 200 mil. Que dependia do grau de importância do deputado e das matérias a ser votadas.

– Onde o dinheiro era entregue aos deputados?

– Numa sala ao lado da liderança do PMDB na Câmara, quase sempre à noite. Ou então numa casa que ele alugou no Lago Sul e onde fazia festas para membros do PMDB, PT, ministros... Ele dizia que houve festa até com a presença do presidente da República.

– Mas nunca citou os deputados do mensalão?

– É fácil saber. Basta ver quem eram os deputados do PMDB que votavam com o governo. Quanto mais polêmicas eram as matérias em votação, e quanto mais o PT deixava de cumprir os compromissos acertados, mais as coisas se complicavam. Bertholdo me dizia que a única maneira de resolver era com dinheiro vivo.

– Então era dinheiro em troca de voto favorável aos projetos de interesse do governo?

– Não só projetos. Ele me disse que levantou R$ 8 milhões junto ao PT para fazer do José Borba líder do PMDB, por exemplo. E tempos depois, quando a turma do Anthony Garotinho destituiu o Borba, ele me disse que gastou outros R$ 6 milhões pagando a deputados do partido para o Borba voltar a ser líder. O caso do Ratinho também não é projeto. Bertholdo me contou uma vez que, junto com o Delúbio, estava negociando o apoio do Ratinho ao governo. Depois de um tempo, numa conversa por telefone, ele me disse o seguinte: "Lembra do negócio do Ratinho? Já deu certo. Está fechado. Teu amigo é f... Prestei o maior serviço ao presidente. Inclusive o Ratinho vai ajudar o PT em outras coisas no programa dele".

– Bertholdo chegou a dizer se pagou R$ 5 milhões ao Ratinho?

– Nesse caso, ele nunca falou em pagamento. Só falou que tinha ido ao Ratinho, aproveitando a amizade que o Ratinho tem com o Borba, porque queria trabalhar isso para o PT.

– O dinheiro que Bertholdo manipulava vinha todo dos contatos dele com a cúpula do PT em São Paulo?

– Não, Bertholdo me falou várias vezes que também tinha dinheiro que vinha de Itaipu. O dinheiro para as campanhas no Paraná ele me falava que vinha de empreiteiros com contratos com Itaipu. Depois que ele assumiu o cargo de conselheiro de Itaipu, em 2003, várias vezes narrou para mim e para o seu então sócio, o Sérgio Costa, como ele tentava influenciar e cobrar dívidas antigas para credores de Itaipu.

– Como era?

– Ele dizia que o Samek era ligação forte dele. Mas que o Samek tentava fazer os negócios sozinho ou com o Paulo Bernardo e que às vezes deixava ele fora da coisa. Mas que andava se enfronhando no esquema, estreitando relacionamento com o Samek. Tempos depois, o Samek passou a viajar com o Bertholdo nos jatos que ele locava para se deslocar de Foz do Iguaçu a Curitiba e Brasília.

– O senhor viu os dois juntos?

– Nunca, mas era isso o que Bertholdo propagava. Ele também tinha um relacionamento muito estreito com o José Dirceu. Eu mesmo ouvi duas conversas do Bertholdo com o José Dirceu. Uma delas ocorreu num aparelho de rádio Nextel. O relacionamento dele com José Dirceu era tão próximo que, uns 20 dias depois que o Waldomiro Diniz deixou o governo, o Bertholdo me disse que tinha sido convidado para assumir o lugar do Waldomiro Diniz... Eu ainda falei: “Vai sair um cara para entrar outro e ser queimado e jogado aos leões”. Uma semana depois, ele voltou de Brasília e disse: “Vou operar isso por fora. Tenho muito mais liberdade assim”. Ele efetivamente tinha um relacionamento estreito com a cúpula do PT e com a base do governo. Ele me disse que até operava contas do PT no exterior.

– Onde?

– Ele me disse que operava contas do PT, com doleiros, em Luxemburgo. Em 2003 e 2004, por exemplo, ele foi duas ou três vezes a Luxemburgo. O passaporte dele foi aprendido pela Polícia Federal. O registro deve estar lá. Ele me disse que um dos doleiros do PT era o Toninho Barcelona. Ele me falou isso numa conversa por telefone, no ano passado. Tenho certeza de que está gravado e está com a Polícia Federal.

Tony Garcia também concede entrevista à Folha de S.Paulo. Envolve o deputado José Mentor (PT-SP) no esquema PT/PMDB/Itaipu Binacional. Afirma que o advogado Roberto Bertholdo costumava comentar a influência que detinha sobre a CPI do Banestado, decorrente da relação com o relator da comissão, José Mentor. De acordo com Tony Garcia, Bertholdo ajudou Mentor e o tesoureiro Delúbio Soares a operar um esquema em Luxemburgo, do qual participou também o doleiro Toninho Barcelona.

Bertholdo teria prestado “assessoria” à CPI do Banestado. Teria incluído pessoas para ser ouvidas, como o dono de casa de bingo Luiz Antonio Scarpin, de Curitiba. O objetivo era fazer chantagem. Diz Tony Garcia:

– O Bertholdo conseguiu que o Mentor convocasse o Scarpin para depor em Brasília. Depois, exigiu dele R$ 300 mil para aliviar sua barra na comissão. Acontece que o Scarpin gravou as chantagens do Bertholdo e tiveram que fazer um acordo. No acordo, o Scarpin escapou da convocação. Mas a força-tarefa do Banestado tem fita mostrando que o Mentor recebeu para retirar o nome do Scarpin.

Outra afirmação de Bertholdo, segundo a entrevista de Tony Garcia ao repórter José Maschio:

– Ele me dizia, e está gravado pela Polícia Federal, que Itaipu era o braço do governo para arrecadação. Ele disse que estava operando com a Itaipu para levar recursos, em dinheiro vivo, para as campanhas petistas de Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Cruzeiro d'Oeste, onde o candidato vitorioso foi Zeca Dirceu, filho do então chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Tony Garcia cita o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo (PT-PR), e o presidente de Itaipu, Jorge Samek:

– A bronca do Bertholdo era que ele não participava do esquema de captação junto aos empreiteiros, e se queixava de que o Paulo Bernardo e o Jorge Samek controlavam isso. Ele disse que queria entrar no esquema porque precisava de dinheiro para seu esquema no PMDB. Disse que iria falar com o Samek em uma viagem ao Rio de Janeiro para resolver o caso.

Em outra reportagem, Veja descreve um achaque da empresária Jeany Mary Corner, a agenciadora de garotas de programa mais famosa de Brasília. Os repórteres Fábio Portela e Juliana Linhares contam que Jeany e suas "recepcionistas" teriam testemunhado e colaborado nos atos de corrupção. Em vez de denunciá-los, ela resolveu vender o silêncio.

Emissários ligados a ela procuraram Ademirson Ariosvaldo da Silva, secretário particular do ministro Antonio Palocci (PT-SP), o ex-chefe de gabinete de Palocci, Juscelino Dourado, e outro integrante da "república de Ribeirão Preto", Rogério Buratti. Pressionaram com a chantagem de que Jeany iria conceder entrevistas bombásticas e seria melhor tirá-la de circulação até 2008.

São os seguintes os fatos que, segundo Veja, viriam a público nas entrevistas de Jeany: além de fornecer garotas de programa para festas na "casa dos prazeres" alugada no Lago Sul, ela pagou mensalões de R$ 50 mil a oito deputados, por solicitação de Buratti.

Jeany teria apresentado os doleiros Fayed Antoine Traboulsi e Chico Gordo ao esquema operado por Buratti, e permitido que a casa dela fosse usada para a divisão de dinheiro. As "meninas" participaram da repartição, seguindo instruções deixadas por escrito por Buratti. Depois de contado, o dinheiro era posto dentro de revistas que eram colocadas em envelopes de papel.

Algumas garotas de Jeany rodaram Brasília para entregar os envelopes recheados. Quem guiava o carro era Francisco, motorista de Buratti. Em 2003 houve cinco operações do gênero. A reportagem de Veja afirma que Jeany chegou a receber R$ 50 mil para ficar quieta. O dinheiro teria sido entregue por Feres Sabino, um ex-secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Em entrevista ao jornal O Globo, ela declarou:

– Fiquei no anonimato esse tempo todo. Fui muito digna. Diferentemente de outros que abriram a boca. Por isso, pedi ajuda. Isso é chantagem?

303 – 12/3/2006 O jornal O Estado de S. Paulo publica levantamento segundo o qual alguns dos principais expoentes do escândalo do mensalão controlam cargos federais dos mais cobiçados, mesmo depois de acusados de envolvimento no esquema de corrupção. Reportagem de Diego Escosteguy afirma que, com o aval do presidente Lula, os ex-deputados José Dirceu (PT-SP) e Valdemar Costa Neto (PL-SP) e o deputado José Janene (PP-PR) são os responsáveis por nomeações estratégicas para alguns dos 20 postos considerados os mais importantes do governo federal.

Conforme o levantamento, Dirceu é o autor das indicações para os cargos de diretor de Finanças de Itaipu, presidente da BR Distribuidora, diretor de Exploração e Petróleo e diretor de Serviços da Petrobrás. Além disso, divide com o senador Carlos Wilson (PTB-PE) a indicação do diretor de Engenharia da Infraero e, com Janene, o cargo de diretor de Abastecimento da Petrobrás. Janene também seria o autor da indicação do presidente do Denatran.

Valdemar, por sua vez, nomeou o diretor de Infra-Estrutura e o presidente do Dnit. O PT indicou cinco dos 20 cargos mais importantes: o diretor de Finanças da Petrobrás, o diretor de Mercado Consumidor da BR Distrbuidora, a diretora do Fundo da Marinha Mercante e os diretores de Tecnologia e Comercial dos Correios.

Fazem parte da lista, ainda, as indicações do ministro Antonio Palocci (PT-SP) para a presidência do Serpro, do senador Delcídio Amaral (PT-MS) para a Diretoria Internacional da Petrobrás, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para a presidência da Transpetro e do PMDB para as superintendências da Receita Federal do porto de Santos (SP) e do aeroporto de Guarulhos (SP).

Os 20 cargos são visados pelo volume de recursos dos contratos gerenciados. A Petrobrás, por exemplo, faz investimentos de R$ 23 bilhões por ano. É curioso o caso de Valdemar, que renunciou para evitar a cassação do mandato. Ele aumentou seu poder junto a Lula durante a crise política. Passou a controlar todo o Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), em troca da mobilização que fez para eleger um aliado do presidente à presidência da Câmara, o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP).

O presidente do Dnit, Mauro Barbosa, está coordenando, entre outras coisas, os gastos de R$ 500 milhões da operação tapa-buracos nas estradas, desencadeada pelo governo federal. Ironia do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), durante a sessão do Senado que aprovou com sucesso o nome de Barbosa para o Dnit:

– Não sei por que tanto empenho para aprovar um cargo. Não deve ser coisa boa.

Do senador Jefferson Péres (PDT-AM):

– O escândalo não serviu de lição.

Do diretor da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo:

– Os mesmos mecanismos que geraram o escândalo são usados por Lula para administrar a crise. Certamente podemos esperar mais casos no futuro.

A Folha de S.Paulo denuncia que a Lightpar, uma subsidiária da Eletrobrás, mantém cargos indicados pelo PT e pelo PMDB no Rio de Janeiro, com salários mensais de R$ 14.350,00. A matéria assinada pelo repórter Fernando Canzian informa que, segundo a Aeel (Associação dos Empregados da Eletrobrás), 40 assessores nomeados para altos cargos na estatal federal representam gastos mensais de R$ 600 mil, uma média salarial de R$ 15 mil cada um. Por ano, os altos funcionários significam gastos de R$ 7,2 milhões.

No caso da Lightpar, o ex-presidente Joaquim de Carvalho denunciou que a empresa existia “só para pagar salários” a pessoas sem maiores atividades. Ele assumiu o cargo em março de 2005, pouco antes de explodir o escândalo do mensalão, no lugar do ex-deputado José Eudes (PT), preso em flagrante num motel do Rio em companhia de um garoto de 17 anos.

Depois do afastamento de Carvalho, Rogério Silva, ex-auxiliar da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (PT), assumiu a presidência da Lightpar. O diretor financeiro, Nelson Rocha, é ex-secretário da Fazenda da ex-governadora Benedita da Silva (PT-RJ). É o único do Rio. Os outros diretores, Márcio Siqueira e Carlos Evandro, são ligados ao PMDB de Minas Gerais.

Além dos salários de R$ 14.350,00, os diretores de fora do Rio recebem adicional de R$ 1.800,00 mensais, em nome de um auxílio-moradia. Apesar do adicional, teriam dado a si próprios outros R$ 28.700,00 para custear supostas despesas com mudanças. Nos primeiros sete meses de 2005, a Lightpar acumulou déficit de R$ 742 mil. As despesas são maiores que as receitas.

Depois que a Lightpar foi procurada pela reportagem da Folha de S.Paulo, curiosamente, desapareceram dois livros com informações financeiras da empresa.

A Folha noticia a descoberta de novas evidências do esquema de corrupção em Ribeirão Preto (SP), durante o segundo mandato do prefeito Antonio Palocci (PT). Depoimentos e gravações telefônicas trazem indícios de como se dava o retorno de dinheiro a integrantes do governo petista, depois que valores a mais eram pagos pela administração municipal à empreiteira Leão Leão.

Em conversa telefônica interceptada com autorização da Justiça em julho de 2004, Wilney Barquete, o então presidente da Leão Ambiental, braço da Leão Leão, mantém conversa com a secretária Fernanda Raphael Borges, na qual é revelada uma remessa de dinheiro à Prefeitura. O diálogo começa com a secretária:

– Wilney, estou com aquele envelope que eu mando lá todo mês, sabe?

– Ah, sei, sei.

– Eu posso mandar?

– Pode, pode. Normal.

304 – 13/3/2006 Dados levantados pela CPI dos Correios são estampados nas páginas da Folha de S.Paulo. O diretório nacional do PT emprestou R$ 1 milhão do Banestado (Banco do Estado do Paraná), entre 1999 e 2001, no período em que o partido era presidido pelo deputado cassado José Dirceu (PT-SP). O PT movimentou R$ 4,8 milhões em sua conta no Banestado. Sabe-se que em 2003, já no governo Lula, o Palácio do Planalto trabalhou contra a criação da CPI do Banestado. Os repórteres Rubens Valente e Leonardo Souza apontam que Dirceu, na época ministro da Casa Civil, destacou-se na tentativa de barrar as investigações. Pressionado, o governo acabou cedendo, mas emplacou o relator da comissão: o deputado José Mentor (PT-SP), um aliado de Dirceu.

A CPI do Banestado funcionou entre 2003 e 2004. Tinha como finalidade apurar uma das maiores fraudes já ocorridas no Brasil, em todos os tempos: a remessa de pelo menos R$ 120 bilhões para o exterior, entre 1998 e 2002, por meio de contas abertas em nome de "laranjas" e de empresas offshore operadas por doleiros. O esquema serviu para escamotear a origem do dinheiro que se procurava lavar com as operações. Em muitos casos, os recursos vêm de fontes ilegais, provenientes também de corrupção política.

A Folha lembra um pacto firmado em 2004 entre o PT e Paulo Maluf (PP-SP), o candidato a prefeito de São Paulo que, derrotado no primeiro turno, apoiou Marta Suplicy (PT-SP) no segundo. Em troca do apoio, o nome dele seria excluído do relatório final da CPI. De fato, Mentor não incluiu Maluf no rol dos indiciados. Durante o período das remessas de dinheiro ao exterior por meio do Banestado, Lula era o presidente de honra do PT.

305 – 14/3/2006 Uma história que mistura pacotes de dinheiro, prostitutas e faz tremer os alicerces do governo Lula. O jornal O Estado de S. Paulo entrevista Francenildo Santos Costa, o caseiro da "casa dos prazeres", a mansão alugada em Brasília pela chamada "república de Ribeirão Preto". Ele complica de vez o ministro

Antonio Palocci (PT-SP). Na “casa dos prazeres” houve festas animadas por garotas de programa, muitas vezes mulheres agenciadas por Jeany Mary Corner.

A mansão, uma construção de 700 metros no Lago Sul, com quatro suítes, salão de jogos, churrasqueira, piscina, quadra de tênis e sistema de segurança com câmeras de vídeo e sensores de luz, foi usada intensamente durante oito meses e só devolvida depois que o escândalo Waldomiro Diniz ganhou as páginas dos jornais, no início de 2004. A entrevista de Francenildo à repórter Rosa Costa:

– O que chamou mais a sua atenção nos meses em que conviveu com os inquilinos de Ribeirão Preto?

– A forma de pagamento. Era muito bom.

– O pagamento era em cheque?

– Nunca saiu cheque, não. Só em dinheiro.

– Quem morava na casa?

– Ninguém morava lá. Passavam só a noite.

– Quem eram as pessoas?

– Vladimir Poleto, doutor Ralf Barquete, doutor Rui, Ademirson e o chefe.

– Quem é o chefe?

– A gente não chamava de Palocci lá na frente deles. Eles achavam ruim. Tinha que chamar de chefe.

– E eles chamavam Palocci de chefe ou só os empregados?

– Não, era todo mundo: “Olha, o chefe vem hoje. Vamos sair fora e deixar a casa para o chefe”. Isso quando ele ia durante a semana, porque geralmente ele ia no sábado e no domingo.

– O senhor conheceu o ministro pessoalmente?

– Eu via de longe, porque a casa tem sensor de luz que se acendia quando ele aparecia. Via a cara dele de terno e tudo. Num sábado à tarde, cheguei a ver ele com o doutor Rogério e doutor Rui Barquete.

– Onde havia sensores de luz?

– Dentro da casa, para clarear o terreno. Ele pediu para desligar os sensores em volta da casa, mas não teve como desligar. Era para ninguém vê-lo. No jardim tem luzes. Ele falava que não era para ligar a luz do jardim, que queria a casa escura do lado de fora.

– Ele chegava sozinho?

– Chegava sozinho, vinha num Peugeot prata, de vidro escuro, dirigindo sozinho.

– De quem era o carro?

– Era de uso do doutor Ralf.

– O senhor morava na casa?

– Sim. A casa fica do lado da garagem. Quem está lá dentro dá pra ver quem está lá fora.

– O senhor via o ministro chegando?

– É, a gente via.

– Mas ele disse que nunca foi à casa.

– Do lado dele, eu não sou nada, mas ele está mentindo.

– Quantas vezes ele foi à casa?

– Se for contar, que eu me lembre, umas dez ou 20 vezes. Não foram três como Francisco falou.

– Ele jogava tênis?

– Teve um sábado em que estava jogando tênis com o doutor Rogério e Rui, à tarde.

– Buratti freqüentava a casa?

– Umas três vezes o chefe foi para conversar com o doutor Rogério, lá numa sala que tinha televisão. Eles sempre ficavam lá. O doutor Rogério ficava lá com a mulher dele, Carla. Quando iam para São Paulo, Carla vinha no final de semana.

– O senhor via dinheiro na casa?

– Via, via notas, pacotes de R$ 100 e R$ 50 na mala de Vladimir. Ele trazia muito dinheiro. Eu sabia que tinha muito dinheiro porque ele saía do quarto e fechava a porta do quarto.

– Quem pagava as contas?

– Era Vladimir. Vinha uma verba lá de São Paulo.

– De onde vinha o dinheiro?

– Vinha da empresa do doutor Rogério. Era ele quem pagava as despesas, os empregados. Ele passava o dinheiro para Vladimir.

– O senhor participou alguma vez da entrega de dinheiro?

– Um dia o Francisco me chamou para ir ao Ministério. Disse: "Vamos ali mais eu, que você está à toa mesmo". Chegamos lá, Francisco parou o carro no estacionamento, ligou para o doutor Ademirson. Esperamos uns 20, 30 minutos. Aí ele desceu e Francisco entregou o envelope. Eu vi Francisco pegando o dinheiro. Dava para ver que era muito dinheiro, não era pouco. Acho que R$ 5 mil, R$ 6 mil, R$ 7 mil.

– O pagamento dos empregados da casa também era feito com dinheiro enviado por Buratti?

– Era. Ele passava o dinheiro ao Vladimir, que pagava a gente.

– O dinheiro vinha de São Paulo?

– O dinheiro vinha lá da empresa de São Paulo, eles chamavam de verba.

– Como era o pagamento de vocês?

– Eles pagavam no dia primeiro. Falavam que era até dia 5, mas pagavam antes. Davam R$ 750,00, R$ 770,00, mais um pouquinho. Vladimir era ótimo patrão.

– Onde ele pegava o dinheiro?

– Tinha vez que ele vinha com o dinheiro na mala, vinha do aeroporto, vinha de fora. Sempre pagavam na terça ou na quinta-feira.

– O senhor levou dinheiro outras vezes para Ademirson?

– Francisco deve ter levado muitas vezes. Pelo que eu conversei com ele, ele levou dinheiro para cada um deles. Levava para os apartamentos, para um e outro, doutor Rogério, doutor Ralf. Se precisava de dinheiro trocado, aí Vladimir fazia um pacote numa mesa que tinha lá, separava e mandava Francisco distribuir. Francisco me falou isso.

– O dinheiro que o motorista Francisco levava era para Ademirson ou para o chefe?

– Não posso informar, não. Não sei o que eles faziam com esse dinheiro, não.

– Alguma vez alguém falou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva?

– Ele era bem falado lá, mas quando falavam no nome de Lula iam lá para dentro. Falava nos eventos, nas viagens que ele ia fazer.

– A casa era mobiliada?

– Não, Vladimir comprou tudinho. As camas vieram assim que ele fez o contrato. As camas novas, tudo camona boa, bonita.

– Eles guardavam roupa dentro daquela casa?

– O Vladimir, o doutor Rogério, o doutor Ralf, sim.

– Por que o senhor decidiu contar tudo isso agora?

– É porque o Francisco depôs na CPI e citou a mim e minha mulher. Fiquei meio com medo e resolvi falar logo.

A entrevista de Francenildo Costa repercute. Ao tomar conhecimento do teor das declarações do caseiro, antes mesmo da publicação da entrevista no jornal, Palocci apressa-se a informar, por meio de sua assessoria, que reiterava o que dissera à CPI dos Bingos: “Nunca foi à casa do Lago Sul e, portanto, não tem qualquer relação com as atividades realizadas na mesma”.

Publicada a entrevista, Palocci aproveita a participação numa teleconferência para tratar de desmentir o caseiro. Diz o ministro:

– Quero até ressaltar que eu não guio aqui em Brasília. Uso carro oficial ou ando com a minha esposa.

Em mais uma nota, a assessoria do ministro volta à carga:

“O ministro Antonio Palocci continua afirmando o que disse à CPI dos Bingos. Ele não foi àquela casa no Lago Sul e não tem conhecimento de qualquer atividade que acontecia na casa. E mais: o ministro não sabe dirigir em Brasília.”

Do senador Tião Viana (PT-AC):

– O ministro disse que está indignado, porém tranqüilo.

Lula também se pronuncia. Diz que, entre os acusadores e Palocci, acredita em seu ministro:

– Estão pegando no pé do Palocci. Ele virou o alvo.

O jornal Correio Braziliense destaca uma análise de técnicos da CPI dos Bingos sobre as declarações de renda de Ademirson Ariosvaldo da Silva, o secretário particular de Palocci. O assessor do ministro quintuplicou o patrimônio em quatro anos. Em 2000, tinha bens declarados num total de R$ 57 mil. Em 2002, o patrimônio alcançou os R$ 93 mil e, em 2004, R$ 306 mil. Entre os novos bens, uma casa de 210 metros quadrados com piscina em Ribeirão Preto (SP) e dois automóveis comprados em 2004. Nem a mulher nem os filhos do secretário particular de Palocci trabalham.

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 9 votos a 5, o pedido de cassação do ex-presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Em seu parecer, o relator do caso, deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), acusa Cunha de mentir sobre o saque de R$ 50 mil feito por sua mulher, ao dizer que ela fora ao banco tratar da conta de uma televisão a cabo. A retirada que ela fez era de dinheiro do caixa 2 do PT. Entre as denúncias, o deputado petista é acusado de favorecer Marcos Valério ao conduzir licitação irregular para contratar a agência SMPB, de propriedade do empresário, para administrar a conta de publicidade da Câmara.

Para o relator, a contratação da SMPB tem “conflito de interesse”, pois Cunha já contratara Valério anteriormente, para a sua campanha à presidência da Câmara. Além disso, o deputado admitiu que Valério o presenteara com uma caneta Mont Blanc. O empresário também pagou passagens aéreas para a secretária de Cunha.

Schirmer vincula a conquista da conta de publicidade da Câmara ao saque de R$ 50 mil efetuado na agência do Banco Rural do Brasília Shopping, um dia depois de Cunha receber Valério para um café da manhã na residência oficial do presidente da Câmara. O relator viu ainda irregularidades nas notas fiscais com números seqüenciais apresentadas por Cunha, para justificar o uso dos R$ 50 mil em pesquisas eleitorais.

O jornal O Estado de S. Paulo traz novas informações sobre as contas bancárias do publicitário Duda Mendonça no exterior. Documentos enviados por autoridades norte-americanas à CPI dos Correios revelam a existência de mais seis contas secretas. Foi identificada também a Stuttgart Company, outra empresa de Duda fora do Brasil.

No total, são dez as contas no exterior. Das seis novas, a metade foi aberta no BankBoston da Flórida, em nome da Stuttgart Company, de Rita de Cássia Santos Moraes (ex-mulher de Duda) e Eduardo de Matos Freiha (sócio do publicitário). As outras três pertencem à Dusseldorf. Uma delas, no BAC Florida Bank, recebeu US$ 1,1 milhão. Doleiros teriam depositado o dinheiro.

306 – 15/3/2006 O caseiro Francenildo Costa concede entrevista coletiva. Confirma que o ministro Antonio Palocci (PT-SP) esteve várias vezes na "casa dos prazeres", entre 2003 e 2004. De acordo com o caseiro, Palocci costumava freqüentar o lugar "quinta-feira sim, quinta-feira não", além de alguns sábados e domingos.

Francenildo conta que, nas noites de quinta em que Palocci esteve na "casa dos prazeres", havia sempre uma mulher. Normalmente Vladimir Poleto ou Ademirson Ariosvaldo da Silva, o secretário particular do ministro, a traziam. Ademirson vinha com um automóvel Santana preto, placas de Ribeirão Preto (SP).

O caseiro relata que Palocci chegava às 18 ou 19 horas, sempre guiando o Peugeot de Ralf Barquete, e ia embora às 20h30, outras vezes às 22 horas, "não tinha hora certa". Ele afirma, contudo, que Palocci não participava de festas promovidas pelo grupo de pessoas de Ribeirão, sempre com três ou quatro garotas, às terças-feiras. Deputados do PT, uns "cinco ou seis" segundo o caseiro, também estiveram nas festas. Diz o caseiro:

– Entrei numa barca furada. Pensava que eram pessoas honestas, e não eram. No final era essa sujeira que está aí. Pessoas que fazem esse tipo de coisa não deveriam estar num cargo lá em cima.

Francenildo recorda que algumas garotas, certa vez, teriam consumido drogas, o que revoltou Poleto. Ele telefonou para alguém e disse que não queria mais aquelas mulheres na casa. O caseiro fala sobre a noite em que conversou com Palocci pelo interfone:

– Eu estava fechando a casa quando tocou o telefone. Ele disse: "Estou perdido aqui e tô querendo sair". Abri o portão dos fundos e ele foi embora.

Lula volta a denunciar "calúnias" contra seu ministro da Fazenda. Afirma que a confiança em Palocci continua "inabalável":

– Primeiro, eu acredito que Palocci é maior de idade e tranqüilo para resolver essas denúncias. São mais denúncias evasivas. Nós já estamos acostumados.

A Câmara dos Deputados cassa o mandato do presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), por 261 votos contra 166. Apenas quatro votos a mais do que o mínimo de 257 necessários para a perda do cargo. Em compensação, a Câmara absolve o ex-líder do PP, deputado Pedro Henry (MT). Ambos acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Votam pela absolvição 255 deputados, contra 176 que pedem a condenação.

A principal acusação contra Henry veio de Roberto Jefferson. Ele disse que o pepista tentou cooptar dois deputados do PTB, oferecendo-lhes as vantagens do mensalão. O PP foi contemplado com R$ 4,1 milhões em dinheiro do caixa 2 do PT, de acordo com informações de Marcos Valério. O partido de Corrêa só admitiu ter posto a mão em R$ 700 mil, e mesmo assim para o pagamento de serviços advocatícios ao ex-deputado Ronivon Santiago (PP-AC). Trecho do relatório do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que apreciou o processo contra Corrêa:

"O PP disse que o dinheiro foi utilizado para pagar o advogado para Ronivon Santiago. Era dinheiro repassado pelo PT. No Acre, o PT movia ações contra Ronivon,

mas aqui, no plano federal, o PT fornecia recursos para defender Ronivon; lá, o PT apontava fraudes contra Ronivon, mas aqui oferecia subsídios para o deputado."

O TCU (Tribunal de Contas da União) decide investigar o contrato de publicidade da Petrobrás com a agência Duda Mendonça Associados. O contrato inicial, de dezembro de 2003, previa o pagamento de R$ 63 milhões por serviços prestados pelo publicitário. Num primeiro aditivo, o valor subiu em R$ 21,5 milhões. Até dezembro de 2005, o contrato sofreu mais seis alterações e alcançou o teto de R$ 213,9 milhões.

Em depoimento à CPI dos Correios, Duda silencia. Munido de habeas-corpus para não ser preso, o publicitário recusa-se a responder até as perguntas mais simples, como os nomes dos filhos e da mulher. "Não vou responder", repete Duda, várias vezes.

O Tribunal de Justiça de São Paulo determina o arquivamento do processo que apurava a suposta participação do deputado Donisete Braga (PT-SP) na morte de Celso Daniel (PT). Braga foi considerado suspeito por estar muito próximo do local usado como cativeiro do então prefeito de Santo André (SP), na noite de 19 de janeiro de 2002. Um dia depois ele foi assassinado. Foram feitas 15 ligações do telefone celular do deputado, entre 22h18 e 23h41 daquela noite. Uma antena, localizada no quilômetro 276 da rodovia Régis Bittencourt, perto de São Paulo, captou os telefonemas. O cativeiro ficava no quilômetro 331.

307 – 16/3/2006 Depoimento do caseiro Francenildo Costa à CPI dos Bingos é interrompido por determinação do STF (Supremo Tribunal Federal). Autor do pedido de suspensão: senador Tião Viana (PT-AC). Atendeu a solicitação de Lula. No recurso, o senador petista alega que informações que pudessem ser prestadas por Francenildo não teriam relação com o objeto das investigações da comissão. O ministro Cezar Peluzo, do STF, concordou. Trecho do seu despacho:

"Eventual partilha de dinheiro, em certo local, não tem por si presunção alguma de que estaria ligada a uso de casas de bingo para a prática de crimes de 'lavagem' ou ocultação de bens, direitos e valores."

Antes de ser interrompida a sessão, porém, Francenildo falara aos senadores, na sessão da CPI, por quase uma hora. E reafirmou que o ministro Antonio Palocci (PT-SP) freqüentava a "casa dos prazeres".

– Confirmo até morrer.

Ele lembra quando levou bebida energética ao ministro:

– Foi um dia na quadra de tênis. Levei vinho e Redbul. Foi entre as 3 e meia e 4 da tarde.

Sobre a primeira vez que viu Palocci:

– Na primeira vez, o doutor Ademirson levou ele. Quando o carro chegou, vi ele saindo. No outro dia, comentei com o Francisco: "O chefe é o Palocci, né?"

Francenildo relata que soube pelo motorista Francisco Chagas da Costa de um desentendimento entre Rogério Buratti e Palocci:

– Ouvi do motorista que eles tinham brigado. Foi por causa de mulher.

Ele confirma que Buratti trazia dinheiro à mansão:

– Vi na mala do Vladimir quando ele fazia o pagamento. Era dinheiro que forrava o fundo da mala.

Buratti concede entrevista ao repórter Mario Cesar Carvalho, da Folha de S.Paulo. Admite que a empreiteira Leão Leão contribuiu com recursos para pagar as despesas da "casa dos prazeres", da mesma forma que a Rek, do empresário Roberto

Carlos Kurzweil, e a Asperbras e a Soft Micro, do empresário José Roberto Colnaghi. Sobre a Leão Leão, diz que a empreiteira fornecia dinheiro para custear atividades como viagens e gastos com transporte, e foi assim que ajudou a pagar as despesas da mansão. Buratti afirma que não cabe a ele dizer se Palocci freqüentava a "casa dos prazeres":

– Não quero dizer se encontrei o ministro ou não na casa porque isso não cabe a mim, cabe ao ministro. Não nego que me encontrei com o ministro em Brasília umas cinco, seis ou sete vezes, seja no Ministério ou na casa dele. Para mim, isso não é crime. Por isso, não nego.

E mais:

– O que interessa saber é se ocorreram atividades ilegais ou ilícitas naquela casa. Eu posso dizer que nunca presenciei atividades ilegais lá.

Lula volta a defender Palocci. Afirma que não demitirá o ministro por eventuais revelações embaraçosas acerca de sua vida pessoal. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) manda recado:

– Se a oposição quer tirar o Palocci, que ganhe as próximas eleições. Palocci não sai.

Do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos:

– Palocci é o melhor ministro da Fazenda que o país já teve. O que não deve acontecer é invasão da privacidade das pessoas. Isso é garantido pela Constituição.

A coluna da jornalista Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo, publica duas notas sobre o "Enigma de Ribeirão". Íntegra dos textos:

"No começo do ano, a senadora Heloísa Helena foi enigmática ao fazer perguntas a Antonio Palocci Filho na CPI dos Bingos. Disse a ele que, se fosse pessoa sofisticada, suas amigas, ao recebê-la numa casa, preparariam do bom e do melhor: quarto arrumado, lençóis e pantufas, o perfume Obsession e torta de camarão. Citou ainda nomes possíveis das amigas: 'Naila', 'Renata' e 'Juliana'."

"As três são, na verdade, 'recepcionistas' de Jeany Mary Corner. Já conversaram com a senadora e deram a ela uma lista de hábitos da 'Casa de Ribeirão', que o ministro é acusado de freqüentar (Palocci nega). Na época, pouca gente entendeu a exposição de Helena. A senadora não comenta o assunto."

O Ministério Público encaminha à Procuradoria-Geral da República uma lista com 52 deputados do PMDB. Traz os nomes de parlamentares de 21 Estados e do Distrito Federal. A lista conteria os nomes de todos os que teriam recebido R$ 6 milhões para impedir a saída do ex-deputado José Borba (PMDB-PR) da liderança do partido, em fevereiro de 2005. Na época, o ex-governador Anthony Garotinho (PMDB-RJ) fez um movimento para derrubá-lo do cargo.

308 – 17/3/2006 O Ministério Público entra com ação contra Antonio Palocci (PT-SP) por improbidade administrativa. Requer à Justiça a condenação do então prefeito de Ribeirão Preto (SP), por ter contratado sem licitação a construção de uma ponte. Ocorreu em 2002. Palocci alegou a necessidade de uma obra emergencial. Não havia motivo. A Prefeitura gastou R$ 302 mil com o contrato.

Em entrevista ao repórter Leonardo Souza, da Folha de S.Paulo, o motorista Francisco Chagas da Costa reafirma as declarações do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nildo. De fato, ambos levaram um envelope com dinheiro, a pedido de Vladimir Poleto, ao estacionamento do Ministério da Fazenda. Ali, a encomenda foi

entregue a Ademirson Ariosvaldo da Silva, o secretário particular do ministro Palocci. O repórter pergunta sobre a relação de Palocci com o advogado Rogério Buratti:

– Sempre que o Buratti vinha a Brasília ele se encontrava com Palocci?

– Quando não se encontravam, se falavam no telefone.

– O senhor presenciou encontros de Palocci com Buratti?

– Às vezes em que se encontravam era na casa.

– Quantas vezes eles se encontraram na casa?

– Não sei, muitas vezes. Se eu falar dez vezes, quatro vezes, estou mentindo, né? Muitas vezes.

– O senhor viu Palocci na casa?

– Eu vi ele entrando na casa. Ele ia de carro.

– Em que carro?

– Um Pegeout prata, de propriedade do Ralf Barquete.

O site da revista Época na internet divulga extratos bancários do caseiro Francenildo Costa. Pertencem a uma conta da Caixa Econômica Federal. A agência fica no Lago Sul, em Brasília. Os documentos bancários, sigilosos, foram emitidos às 20h58 da noite anterior. Mostram depósitos de R$ 25 mil na conta do caseiro. Palocci vai cair.

Época também publica que Francenildo reconhece a autenticidade dos extratos, e afirma que o dinheiro veio de seu pai biológico, o empresário Eurípedes Soares da Silva, dono de uma pequena empresa de ônibus em Teresina. Ele havia mandado o dinheiro em segredo, pois nunca reconhecera Francenildo como filho. Escondera a vida toda o relacionamento com a mãe do caseiro. Eurípedes confirma aos repórteres Andrei Meireles e Gustavo Krieger a autoria dos depósitos.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, a mãe de Francenildo Costa, a lavadeira desempregada Benta Maria dos Santos Costa, confirma que Eurípedes é o pai do rapaz. Ela explica ao repórter Expedito Filho que o empresário fez um acordo com o caseiro, para evitar que o assunto fosse parar na Justiça. A família de Eurípedes não sabe que Francenildo é filho dele. Diz Benta Maria:

– O Eurípedes começou a enviar o dinheiro porque ficou com medo de Nildo entrar na Justiça e obter registro com o nome do pai.

Benta Maria concedeu entrevista em Nazária (PI), onde vive:

– Meu filho é um simples caseiro sim, mas criei ele sozinha para ser um homem honesto e falar toda a verdade. O que adianta ser filho de papai e mamãe e não falar a verdade?

O repórter também ouve o pai de Francenildo. Diz Eurípedes:

– Para me amedrontar, ele disse que falaria para minha família. Aí, me derrubou todinho. Mandei o dinheiro para evitar um escândalo para minha mulher e minhas duas filhas.

Os extratos publicados por Época caem como uma bomba em Brasília. Da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL):

– Esse governo consegue liminar para proteger os direitos sexuais do Palocci e seus esquemas de corrupção, e invade os direitos individuais de um rapaz.

Do senador Pedro Simon (PMDB-RS):

– A CPI até agora não conseguiu quebrar o sigilo de Paulo Okamotto, mas o caseiro teve a conta devassada um dia depois de o STF nos proibir de ouvi-lo.

Em entrevista, Francenildo manifesta indignação:

– Mexeram nas minhas contas. O que posso esperar mais? Por que fizeram isso comigo? Por que não fizeram com o chefe?

Em Santa Catarina, Lula é enfático:

– Eu devo muito, mas muito de tudo o que nós fizemos, a um homem chamado Antonio Palocci.

E acrescenta:

– Ele não pediu demissão. Se pedisse, eu não aceitaria.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, descarta a abertura de investigação contra o ministro da Fazenda:

– A Polícia Federal, nesses três anos, nunca se prestou a esse tipo de exploração política, e não será agora que vai fazê-lo. Palocci está fazendo um grande trabalho pelo país, é merecedor de toda a confiança do presidente Lula, do governo e da sociedade, e não será afastado do cargo.

O juiz Dorival Moreira dos Santos, de Campo Grande, determina que a família do governador do Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, devolva ao Estado a administração do terminal portuário de Porto Murtinho (MS), localizado na cidade natal do governador. Seus parentes o controlavam desde agosto de 2003. O juiz condena a família de Zeca a ressarcir os cofres públicos. O valor será calculado. A medida inclui também o deputado Vander Loubet (PT-MS), sobrinho do governador.

O terminal portuário, avaliado em R$ 12 milhões, foi entregue à iniciativa privada em 2001, no primeiro mandato de Zeca. A medida ocorreu após o trabalho de uma comissão da qual fazia parte Heitor Miranda dos Santos, irmão do governador. Dois anos depois, porém, o consórcio vencedor vendeu 60% das ações para as empresas Integrasul e Riopar. Na época, Zeca já estava no segundo mandato de governador. A mudança no controle da administração do terminal foi autorizada por Vander Loubet, o sobrinho e então secretário de Infra-Estrutura de Mato Grosso do Sul. A Integrasul pertence a Ozório e Fábio, respectivamente irmão e sobrinho de Zeca. A Riopar está em nome de Myrian dos Santos, mulher de Heitor, o outro irmão do governador.

309 – 18/3/2006 A revista Veja traz detalhes de investigação conduzida pela Polícia Federal que implica em irregularidades os deputados B. Sá (PSB-PI) e Domiciano Cabral (PSDB-PB). B. Sá é próximo do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PSB-CE). Ele aparece em escutas telefônicas negociando suposta propina com a empreiteira OAS, responsável pela construção da barragem de Poço do Marruá, no sul do Piauí. É uma obra de R$ 106 milhões. Eis o primeiro diálogo, gravado em 29 de abril de 2005, entre B. Sá e Marcelo Queiroga, da OAS. Começa com o deputado:

– Meu filho olhou às 11 horas e não tinha caído.

– Não. Caiu às 15 horas. Só foi uma parte. A outra, segunda. Já me confirmaram: 9.1. E o restante... 9.5, desculpa. E o restante, segunda.

– Tá legal. Tá bom.

O segundo diálogo, entre os mesmos personagens, ocorreu em 23 de maio de 2005. Também começa com B. Sá:

– Eu não tive notícia daqueles assuntos.

– Vou ter notícias, acho que umas 10 horas, e ligo para o senhor. (...)

– Jogue nesse seu superior...

– Sim...

– Pra ver se eu recebo o volumoso.

– A diferença, ok.

– Isso, porque é fundamental para mim, rapaz. Isso aí me resolve tudo. Eu vou ficar eternamente grato aí a vocês.

Já as escutas que envolvem Domiciano Cabral trazem o deputado tratando de negócios com o sogro, o empresário Julião Medeiros. O diálogo menciona o ministro Alfredo Nascimento (PL-AM), dos Transportes, e o deputado Sandro Mabel (PL-GO). O sogro refere-se ao Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes) como se fosse o antigo Dner. A conversa entre os dois foi gravada em 6 de abril de 2005. Começa com o deputado:

– No sábado, eu tô aí. O senhor me dê isso que estou para conversar com o ministro.

– Taí, se esse dinheiro do Dner sair, você pega uma boa bolada para a campanha.

– Quanto o senhor tem? 6, é?

– Do Dner, tenho não. Dá uns 2.

– Porque eu tô para resolver esse negócio com o partido dele. No mês passado, ele ligou para mim de madrugada querendo que eu tomasse uma posição, e eu hoje tive com ele. E eu também procurei um camarada. Cê se lembra que nós brigamos por uma obra no Tocantins que tinha um deputado no meio, de Goiás, Sandro Abel? (...) Hoje, ele é líder do PL e eu tô conversando com ele. Se tivesse uma coisa...

– Se tivesse uma coisa de obra boa, grande... Eu tô com a documentação toda em ordem.

– Tá bom.

A Folha de S.Paulo publica detalhes do monitoramento telefônico efetuado pela Polícia Federal sobre as atividades do ex-deputado José Borba (PMDB-PR), que renunciou ao mandato para não correr o risco de ser cassado por envolvimento no escândalo do mensalão. O repórter José Maschio relata que Borba continuou a despachar no gabinete da liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, mesmo após abrir mão do mandato.

Outro que ocupava o gabinete era o assessor do partido e advogado Roberto Bertholdo, preso posteriormente em conseqüência dos trabalhos da CPI do Banestado. Numa das gravações, ambos discutem meios para ganhar R$ 16 milhões. Referem-se a uma licitação que prevê a compra de navios para a Transpetro, uma subsidiária da Petrobrás.

A Transpetro é presidida pelo ex-senador cearense Sérgio Machado. Ele foi indicado para o cargo pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), um dos principais aliados de Lula no Congresso. Gravação registra conversa entre Bertholdo e uma secretária da Transpetro, a respeito de uma reunião na sede da empresa, no Rio. Bertholdo afirma que Borba já havia conversado com Machado sobre o assunto a ser tratado no encontro. Depois da reunião, Bertholdo conversa com Borba e define os acertos:

– É bom para o Machado. Ele gostou muito. Agora, só não faz se não quiser.

Procurado pelo repórter, Machado confirma ter se reunido com Bertholdo, mas diz não se lembrar do assunto tratado:

– Olha, acho que a conversa foi tão banal que eu não me lembro do que conversamos.

310 – 19/3/2006 Mais indícios da ligação entre Antonio Palocci (PT-SP) e a empreiteira Leão Leão. A Folha de S.Paulo publica entrevista com o corretor de imóveis Carlos Magalhães. Em 2003, ele intermediou o aluguel de uma casa no setor de

mansões Dom Bosco, bairro nobre de Brasília, a integrantes da "república de Ribeirão Preto". O imóvel foi alugado pelo grupo antes da "casa dos prazeres". A locação, de R$ 9 mil, foi feita por Rogério Buratti e Ralf Barquete, em nome de um homem chamado Osvaldo. Ele seria ligado à Cinco Telecom, empresa da qual Buratti também é sócio.

Os inquilinos deram R$ 22 mil, por meio da Leão Leão, para pagar a primeira parcela da construção de uma quadra de tênis na casa. Não deram a segunda. O dinheiro não foi devolvido. Vladimir Poleto também participou do negócio. A casa foi visitada por Palocci antes de ser alugada, de acordo com a reportagem de Andréa Michel e Leonardo Souza. O ministro aprovou o imóvel. A "república de Ribeirão Preto" ocupou a residência por seis meses. Teve problemas com o caseiro. Diz o corretor Magalhães:

– Ele foi mandado embora e eles trouxeram um de São Paulo. Eles não quiseram o menino lá mais porque ele estava fofocando, falando que Palocci estava indo lá, que eles estavam levando mulheres. Aí, no dia em que chegou mudança de São Paulo, com uns quadros, obras de arte, num domingo, o irmão da dona da casa barrou porque não agüentava mais a farra que estavam fazendo.

A Folha traz a história de Ruy Barquete. Ele é o irmão de Ralf Barquete, secretário da Fazenda durante o segundo mandato de Antonio Palocci (PT-SP) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), em 2001 e 2002. No governo Lula, Ralf foi nomeado assessor da presidência da Caixa Econômica Federal. O banco é subordinado ao Ministério da Fazenda. Ralf morreu de câncer em 2004.

O irmão Ruy é diretor da Diebold Procomp que, associada ao Bradesco, venceu concorrência na mesma Caixa Econômica Federal, para fornecer 25 mil terminais de computador e instalá-los em 9 mil casas lotéricas em todo o país, por um período de quatro anos. Depois, serão retirados. Um negócio de R$ 213 milhões.

A Diebold Procomp também fornece equipamentos para o Banco do Brasil. Há indícios, conforme o relato do repórter Mario Cesar Carvalho, de que a empresa teve participação no rumoroso caso da renovação do contrato de R$ 650 milhões entre a Caixa e a multinacional Gtech.

Durante o período de renovação do contrato, no início do governo Lula, Ralf trocou telefonemas com João Abud Júnior, o presidente da Diebold Procomp. Ralf teria indicado Rogério Buratti para participar das negociações com a Gtech, ao perceber que Waldomiro Diniz, o ex-assessor do então ministro José Dirceu (PT-SP), perseguia a transação. O caso sugere uma disputa por propina entre os dois ministros de Lula.

311 – 20/3/2006 O delegado Wilson Damázio, da Polícia Federal, admite que foi informado pelo próprio caseiro Francenildo Costa sobre os depósitos em sua conta na Caixa Econômica Federal. Ocorreu na noite de quinta-feira, dia 16, quando Francenildo pediu proteção policial. Naquela mesma noite, os extratos bancários do caseiro saíram da Caixa. Foram parar no dia seguinte no site da revista Época. Entre os documentos apresentados por Francenildo à Polícia Federal, portanto, estava o cartão da conta poupança na qual recebera os R$ 25 mil transferidos pelo pai. A Polícia Federal é subordinada ao Ministério da Justiça.

A Caixa reconhece que o formulário usado para a extração dos dados da movimentação bancária de Francenildo é exclusivo do sistema interno do banco. Os clientes não têm acesso. A quebra do sigilo, portanto, deu-se dentro das dependências da estatal. A Caixa abre investigação interna para apurar responsabilidades. Prazo: 15 dias. Tempo suficiente para o governo abafar o caso.

O Estado de S. Paulo publica o editorial "Uma operação torpe". O jornal afirma:

"A PF admitiu ao jornal O Globo que pediu o cartão bancário de Francenildo, além do seu RG e CPF, para copiá-los, o que teria demorado cerca de três minutos. Mas, de acordo com Nildo, como é chamado, depois de lhe pedirem esses documentos, na 'última hora' um policial lhe perguntou se tinha conta em banco. 'Aí pediu meu cartão' (de correntista da Caixa Econômica Federal). Pelos seus cálculos, esperou '10 ou 20 minutos' até tirarem as cópias. Nada disso é insignificante quando se está em face da mais torpe operação já engendrada nas alturas – e nos porões – do governo do PT."

Para o jornalista Clóvis Rossi, da Folha de S.Paulo, a violação do sigilo bancário de Francenildo "é um ato de gangsterismo que só reforça a sensação de que a política brasileira desce mais e mais ao pântano".

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, decide manter a liminar que suspendeu o depoimento de Francenildo à CPI dos Bingos.

O jornal O Estado de S. Paulo revela o teor do relatório da auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre um contrato firmado entre a Petrobrás e a empresa GDK. Aponta favorecimento em licitação, superfaturamento de US$ 23 milhões e pede a suspensão de pagamentos ainda não efetuados. Os auditores que analisaram o caso também recomendam aplicação de multa a Sérgio Gabrielli, o presidente da Petrobrás, acusando-o de criar dificuldades aos trabalhos de investigação conduzidos pelo TCU.

O contrato para reformar a plataforma petrolífera P-34, no valor de US$ 89 milhões, foi firmado entre uma subsidiária da Petrobrás, a Petrobrás Netherlands B.V. (PNBV), e a GDK. O repórter Diego Escosteguy conta que o contrato estava sob a responsabilidade de Renato Duque, o diretor de Serviços da Petrobrás. A nomeação dele para o cargo passou pelo crivo do então secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Para a celebração do negócio, a GDK teria obtido informações antecipadas e privilegiadas. Em troca, Silvinho ganhou o famoso jipe Land Rover.

312 – 21/3/2006 Não se fala em outra coisa nos círculos políticos de Brasília: a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa passou pelo gabinete da presidência da Caixa Econômica Federal. Os dados extraídos do sistema da Caixa, com a senha de um alto funcionário, teriam seguido às mãos do assessor de imprensa do ministro Antonio Palocci (PT-SP), o jornalista Marcelo Netto. E ele teria encaminhado a informação privilegiada à revista Época.

O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, subordinado ao ministro Palocci, recusa-se a conceder entrevista. Faz uma semana que Palocci não despacha no Ministério da Fazenda. Desde que o jornal O Estado de S. Paulo publicou entrevista com Francenildo, o ministro refugiou-se em uma sala no terceiro andar do Palácio do Planalto, ao lado do gabinete de Lula. Usa entradas e elevadores privativos, evita contatos com a imprensa. Entra e sai pela garagem do subsolo, não deixa a sede do governo federal nem para almoçar. Seus assessores têm de se deslocar do Ministério da Fazenda ao Palácio do Planalto, para onde também são transferidas as ligações telefônicas ao ministro. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, critica a atenção "excessiva" ao caso de Francenildo.

A Polícia Civil de Minas Gerais indicia, por calúnia e difamação, o lobista Nilton Monteiro e o militante do PT, Luiz Fernando Carceroni. Ele é funcionário da Prefeitura de Belo Horizonte, sob comando do prefeito Fernando Pimentel (PT). Os dois são acusados de divulgar a chamada "lista de Furnas", documento que traz uma relação de 156 políticos de 12 partidos que teriam recebido dinheiro ilegalmente. A lista foi considerada uma fraude. Monteiro havia dito que tinha em mãos o original do

documento, mas nunca entregou nada à Polícia Federal. Carceroni é indiciado por distribuir pela internet cópias da lista fraudada.

313 – 22/3/2006 A ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, determina a suspensão da análise dos comprovantes de despesas ligadas ao presidente Lula. O trabalho vinha sendo feito pelo Senado. Os pagamentos foram efetuados com dinheiro retirado de contas acessadas por cartões coorporativos. Um técnico do TCU (Tribunal de Contas da União) chegou a verificar os arquivos da presidência da República durante 20 dias. Foi proibido de prosseguir com a apuração. A oposição suspeita de irregularidades. A Casa Civil justifica a medida, com a alegação de riscos para a segurança de Lula e de seus familiares.

A Câmara dos Deputados absolve o deputado João Magno (PT-MG), acusado de se beneficiar do esquema do mensalão. 201 parlamentares votam pela cassação do mandato, mas outros 207 decidem livrá-lo. A votação é secreta. O petista alegou que os R$ 426 mil recebidos do valerioduto foram usados integralmente em campanhas eleitorais.

Câmeras de televisão filmam a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) dançando entre as poltronas da Câmara, para comemorar a absolvição do colega. A deputada agita os braços e rebola. Arrisca passos de samba no meio do plenário. Ri o tempo todo. Dá um beijo em Magno. Está feliz da vida.

A cena é reprisada várias vezes nos telejornais. Causa indignação. Fica conhecida como a “dança da impunidade”. Ângela é afastada do Conselho de Ética da Câmara. O jornalista Marcos Augusto Gonçalves, da Folha de S.Paulo, escreve:

“A indecência celebratória da ‘caminhada mais saltitante’ (como a parlamentar definiu a coisa) ficará como um símbolo do ruidoso naufrágio de um partido que se apresentava à sociedade como guardião dos bons costumes e reformador da ‘política tradicional’.”

E mais:

“A bailarina deveria ser banida da política, assim como todos aqueles que, sustentados pela sociedade, fazem da vida pública um negócio sujo para ganhar projeção e dinheiro.”

A Câmara também absolve o deputado Wanderval Santos (PL-SP), acusado de envolvimento no esquema do mensalão. Pela cassação votam 242 parlamentares, 15 a menos que o número necessário. E 179 decidem absolvê-lo. Ele era acusado de “terceirizar” o mandato para a Igreja Universal do Reino de Deus, da qual foi bispo até o início do escândalo. Um assessor do deputado sacou R$ 150 mil do valerioduto, em agência do Banco Rural.

A princípio, Wanderval negou a retirada. Depois, negou ter dado a ordem para o saque. Responsabilizou o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), o coordenador político da igreja. Rodrigues renunciou ao mandato para evitar possível cassação. Diz Wanderval:

– A verdade é que eu não sabia, não autorizei, não recebi e nem permiti que se recebesse qualquer valor do senhor Marcos Valério.

314 – 23/3/2006 O governo Lula decide envidar esforços para salvar Antonio Palocci (PT-SP). Em vez de investigar as acusações de Francenildo Costa contra o ministro, a Polícia Federal trata de anunciar a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do caseiro. Ele é o escolhido para ser investigado pelos federais, sob comando do ministro Márcio Thomaz Bastos. O Coaf (Conselho de Controle de

Atividades Financeiras, ligado ao Ministério da Fazenda) também abre uma investigação contra o rapaz. Os estrategistas do PT tentam desesperadamente descobrir motivação política para encobrir o que Francenildo viu na "casa dos prazeres". Em vão.

Chamado a depor na Polícia Federal, o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, não aparece. Alega razões pessoais e manda dois advogados no lugar. A assessoria da Caixa divulga nota sobre o caso. Em vez de tratar o assunto como "crime de quebra de sigilo bancário", usa o eufemismo "divulgação indevida" de extratos bancários. Não há qualquer menção à participação dos altos escalões da estatal na violação.

Lula afasta rumores sobre a queda de Mattoso:

– Não faz sentido, não faz sentido! Mesmo porque sou eu que tenho que tomar a decisão.

Na mesma linha, o ministro Jaques Wagner (PT-BA), das Relações Institucionais, nega a saída de Palocci:

– O que eu posso garantir é que Palocci fica no governo.

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, fala em "sindicato do crime":

– Não é possível que persista essa retaliação a essa pessoa que teve a coragem de testemunhar contra a segunda figura mais importante da República.

O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná concede liminar e suspende a investigação sobre o uso de caixa 2 na campanha eleitoral do prefeito de Londrina (PR), Nedson Micheletti (PT). O prefeito foi reeleito em 2004.

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados arquiva processo de quebra de decoro parlamentar contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), acusado de fazer uso de caixa 2 na campanha para a reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998. O tucano alegou que não tinha conhecimento da prática. Imputa a responsabilidade ao tesoureiro da campanha, Cláudio Mourão. Azeredo foi derrotado no pleito.

315 – 24/3/2006 O ministro Antonio Palocci (PT-SP) sai do isolamento. Monta um circo para fazer uma aparição pública em evento da Câmara Americana de Comércio, em São Paulo. A assessoria de Palocci pressionou para confinar jornalistas numa sala. Queria que assistissem ao discurso por um telão. A proposta não foi aceita. Repórteres e fotógrafos acabam em área cercada por cordão de isolamento no salão principal do prédio. Os profissionais de imprensa só têm acesso à área reservada depois da saída do ministro.

Palocci discursa, após usar entrada exclusiva, livre de jornalistas:

– O governo cometeu erros, o partido cometeu erros, eu certamente cometi erros, e todos nós temos de pagar pelos erros que cometemos, mas não se pode transformar o debate político numa crise sem fim, em agressões a vidas pessoais.

O jornalista Clóvis Rossi, da Folha de S.Paulo, comenta a investigação contra o caseiro Francenildo, por suspeita de lavagem de dinheiro. Lamenta a falta de empenho para apurar denúncias contra os mensaleiros:

"Na republiqueta lulo-petista, 'coisa de bandido', como o caixa 2, vira apenas 'erro dos companheiros'. Mentira, em depoimento à CPI, vira, na novilíngua da republiqueta, 'imprecisão terminológica'. Crime de violação do sigilo bancário vira 'divulgação indevida'."

316 – 25/3/2006 A imprensa reúne informações sobre os bastidores da crise. A revista Época noticia que quinta-feira à tarde, dia 23, os ministros Antonio Palocci (PT-

SP), Márcio Thomaz Bastos e o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, mantiveram encontro sigiloso, no Palácio do Planalto. Palocci também teria se reunido com Lula. A reportagem de Gustavo Krieger relata que Mattoso disse ser impossível negar que o acesso aos extratos de Francenildo foi executado em computador nas dependências da Caixa.

Palocci pressionou Mattoso. Queria que ele assumisse toda a responsabilidade pela violação, e pedisse demissão. O presidente da Caixa não aceitou. O jornal O Estado de S. Paulo publica declaração de Jaques Wagner (PT-BA), segundo a qual o ministro garantia que o Palácio do Planalto não dera ordem para a quebra do sigilo bancário. Ora, se não foi Mattoso nem o Planalto, quem foi? A revista Veja dá uma pista ao afirmar que a CPI dos Bingos trabalha com a informação de que o jornalista Marcelo Netto, um dos auxiliares mais próximos de Palocci, foi o responsável por fazer chegar à redação da revista Época os extratos de Francenildo.

317 – 26/3/2006 A Folha de S.Paulo publica o editorial de primeira página "Abuso de poder". O jornal afirma:

"A desfaçatez, o uso sistemático da mentira, o empenho em desqualificar qualquer denúncia, nada disso constitui novidade no comportamento do governo Lula. Chegou-se nos últimos dias, entretanto, a níveis inéditos de degradação ética, de violência institucional e de afronta às normas da convivência democrática."

"Na tentativa inútil de salvar a credibilidade em farrapos de um ministro, viola-se o sigilo bancário de um cidadão comum, o caseiro Francenildo Costa – enquanto toda sorte de malabarismos jurídicos e parlamentares protege as contas de Paulo Okamotto, celebrizado pelos nebulosos favores que prestou ao presidente. Fato ainda mais grave, o caseiro se torna alvo de investigação por parte da Polícia Federal, num ato indisfarçável de ameaça e abuso de poder. A iniciativa – tomada em tempo recorde – não tem paralelo na história recente do país, infelizmente pródiga em situações nas quais representantes do poder público se viram às voltas com denúncias sérias de corrupção."

318 – 27/3/2006 Caem Antonio Palocci (PT-SP) e o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso. Lula aceita o pedido de demissão do ministro da Fazenda, embora a orientação a assessores do Palácio do Planalto fosse a de divulgar que Lula exonerara Palocci. O destino do superministro é selado durante depoimento de Mattoso à Polícia Federal. O presidente da Caixa confessa que entregou pessoalmente a Palocci os extratos bancários de Francenildo. Mattoso é indiciado por violação ilegal de sigilo.

O presidente da Caixa admite que levou os documentos bancários do caseiro à casa de Palocci, na noite de 16 de março. Mattoso determinara ao assessor Ricardo Farhat Schumann que levantasse os dados de Francenildo. Schumann, assim como Mattoso, é egresso da administração da ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP). O assessor de Mattoso também atuou na administração do prefeito Celso Daniel (PT) em Santo André. Lá, Schumann sofreu denúncia por envolvimento numa série de contratos firmados em caráter de emergência, sem licitação, que teriam causado prejuízos de R$ 9,6 milhões.

Mattoso tem forte ligação com Marco Aurélio Garcia, vice-presidente do PT e assessor especial de relações internacionais de Lula. Mantém bom relacionamento com Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil. Além de Schumann, Mattoso levou para a Caixa outro importante auxiliar da ex-prefeita Marta Suplicy, Jorge Fontes Hereda. Assessorou Mattoso na Caixa, ainda, Ralf Barquete, ex-secretário da Fazenda de

Palocci em Ribeirão Preto. Demite-se do governo Lula o assessor especial de Palocci, Marcelo Netto.

Comentário do caseiro Francenildo:

– Está ficando provado que o lado mais fraco não é o do simples caseiro. É o da mentira.

O Ministério Público de São Paulo requer ao Tribunal de Justiça a condenação de Antonio Palocci por ato de improbidade administrativa na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Em 2001, o ex-prefeito contratou, sem licitação, o ICI (Instituto Curitiba de Informática), para modernizar a administração municipal. Agora, é acusado de ter violado a legislação que rege as licitações e de ter privilegiado o ICI. O negócio teria dado prejuízo de R$ 3 milhões.

319 – 28/3/2006 Lula faz discurso em cerimônia de despedida de Antonio Palocci (PT-SP), durante a solenidade de posse do novo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Diz Lula:

– E eu posso te dizer, Palocci, que se é verdade que nem todo irmão é um grande companheiro, é verdade que um bom companheiro é um grande irmão. É por isso que posso te dizer, Palocci, independentemente deste momento que estamos vivendo agora, eu posso lhe dizer: a nossa relação é de companheiro, possivelmente mais do que a relação de irmão.

Trecho do editorial “Uma crise de governo”, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo:

“Eis a essência da crise até aqui: o mais importante e respeitado ministro do governo Lula e o presidente do segundo maior banco comercial público do país tentaram enxovalhar o humilde trabalhador que teve o desplante de afirmar, com pencas de detalhes, que o ministro mentiu ao Congresso quando negou ter ido ao casarão onde a patota de Ribeirão Preto fazia das suas. Não só fracassaram, como deixaram claro o quanto são capazes de descer – não fossem eles fiéis cumpridores do código de ética petista.”

A imprensa reconstrói os momentos críticos da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Em reunião no Palácio do Planalto, na manhã de 16 de março, Lula e os ministros Palocci e Márcio Thomaz Bastos, entre outros, decidiram entrar com medida junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) para impedir o depoimento de Francenildo à CPI dos Bingos. Obtiveram sucesso.

Durante aquela tarde, Palocci e Jorge Mattoso voltaram a se reunir no Palácio do Planalto, na sala ocupada pelo ministro, vizinha ao gabinete de Lula. Foi quando Palocci pediu a violação do sigilo bancário. Mattoso cumpriu a determinação.

As suspeitas sobre Francenildo vinham de informações de um jardineiro. Ele contara a uma jornalista de O Globo que o caseiro dispunha de dinheiro para comprar um terreno ou uma casa.

Naquela mesma noite, o presidente da Caixa telefonou para Palocci e informou que havia movimentações consideradas atípicas na conta bancária do caseiro. Ambos julgavam que o dinheiro seria suborno da oposição, para que Francenildo atacasse Palocci.

Mattoso se dirigiu em seguida à casa do ministro. Chegou lá às 23 horas. Entregou-lhe os extratos e saiu em cinco minutos. Já estavam no local Daniel Goldberg, secretário de Direito Econômico do governo federal, um dos principais auxiliares do

ministro Márcio Thomaz Bastos. Também aguardava os extratos o jornalista Marcelo Netto, assessor de Palocci.

Coube a Netto a tarefa de divulgar os documentos bancários para a revista Época, onde trabalha seu filho, o repórter Matheus Leitão. Importante, ainda: já havia passado pela casa do ministro Palocci o chefe de gabinete do ministro Márcio Thomaz Bastos, Cláudio Alencar. Goldberg e Alencar, aliás, estiveram duas vezes na casa de Palocci, naquele fatídico 16 de março.

A revista Veja relata que no auge da crise, no dia 23, Mattoso voltou à casa de Palocci, onde encontrou o advogado Arnaldo Malheiros, amigo de Márcio Thomaz Bastos. Durante a conversa, surgiu a proposta de oferecer R$ 1 milhão para algum funcionário da Caixa assumir a autoria da quebra do sigilo. Informação adicional: Malheiros exerceu o papel de advogado dos ex-dirigentes do PT Delúbio Soares e Silvio Pereira, com honorários pagos pelo PT.

Veja revela, ainda, que Mattoso contou toda a história da violação do sigilo bancário de Francenildo ao presidente Lula, em 24 de março. Ou seja, confessou o crime executado a mando de Palocci, 72 horas antes do afastamento do ministro. Lula nada fez.

Outro dado importante, noticiado pela Folha de S.Paulo: Márcio Thomaz Bastos foi informado por seus assessores da reunião da noite do dia 16 na casa de Palocci, logo no dia seguinte, 17. Foi o dia em que a revista Época divulgou os extratos. Mesmo de posse da informação, o ministro da Justiça só teria contado a Lula o que ocorrera no dia 20. Estranho. Principalmente porque Márcio Thomaz Bastos continuava a elogiar Palocci, em todas as oportunidades.

De qualquer forma, Lula tinha informações comprometedoras contra seu ministro da Fazenda ao menos uma semana antes da demissão ser consumada. Fez que não sabia? Ora, Palocci ocupava uma sala ao lado do gabinete do presidente no Palácio do Planalto. Tinha acesso livre à sala de Lula. Como imaginar que o presidente desconhecia a conspiração urdida contra o caseiro Francenildo?

Declaração do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA):

– As informações de envolvimento de assessores do ministro da Justiça na quebra do sigilo mostram que há corrupção sistêmica no governo. Todos os que estão ao redor de Lula estão contaminados.

O deputado José Janene (PP-PR), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão, envia ofício ao Conselho de Ética da Câmara. Solicita a suspensão dos depoimentos de testemunhas no processo que examina a cassação de seu mandato. Janene argumenta que está em licença médica e os depoimentos, sem a sua presença, vão prejudicar o direito de defesa.

320 – 29/3/2006 O mensalão existiu. A CPI dos Correios divulga o relatório final das investigações. Rejeita a tese defendida pelo PT e o Palácio do Planalto, segundo a qual os pagamentos efetuados a deputados da base aliada do governo faziam parte apenas de um esquema de caixa 2, com vistas a quitar despesas de campanhas eleitorais. O documento assinado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o relator dos trabalhos, afirma:

"Em verdade, é reduzir-se em demasia a inteligência dos brasileiros imaginar que será bastante dizer que os milhões não foram distribuídos a parlamentares, mas sim corresponderiam a caixa 2 de campanhas."

O relatório acrescenta:

"Sem argumento para explicar o inexplicável, a defesa dos beneficiários foi a admissão de um crime, para evitar a confissão de outros praticados: a não-contabilização das despesas de campanha, conhecida na sociedade como caixa 2, e não a prática de corrupção. Aliás, a tese do caixa 2 só apareceu meses depois do início do escândalo, e já então de forma orquestrada."

A conclusão da CPI dos Correios ocupa 1.839 páginas. Serraglio solicita o indiciamento de 118 pessoas, entre ex-ministros, parlamentares, dirigentes e assessores de partidos políticos, a cúpula do PT em 2003 e 2004, funcionários públicos, empresários, publicitários, representantes de fundos de pensão, dirigentes dos bancos Rural, BMG, Santos e do Brasil, além de operadores do mercado financeiro. Dos 118 pedidos de indiciamento, 38 são ligados a irregularidades ocorridas em fundos de pensão, 35 relativos a esquemas identificados nos Correios, 25 por envolvimento com as operações conduzidas pelo empresário Marcos Valério e 17 são deputados ou ex-deputados.

O relator cede a pressões, porém, e poupa altos funcionários da administração federal, lideranças do partido do governo e o presidente da República. O ex-ministro José Dirceu (PT-SP), por exemplo, seria denunciado pelos crimes de corrupção ativa, peculato e formação de quadrilha. Foi citado só por corrupção ativa. O documento do relator acusa Dirceu de ser "o grande idealizador desse esquema de corrupção, destinado a garantir uma base de apoio ao governo na Câmara dos Deputados". E mais:

"Várias pessoas confirmaram que o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu sabia dos empréstimos e do esquema do mensalão. O ministro estava a par de todos os acontecimentos e coordenava as decisões, junto com a diretoria do PT".

O ex-ministro Luiz Gushiken foi acusado preliminarmente de peculato, tráfico de influência, corrupção ativa e formação de quadrilha. Acabou responsabilizado por tráfico de influência e corrupção ativa. Serraglio também protege o maior beneficiário do escândalo do mensalão. O verdadeiro interessado em garantir a maioria no Congresso Nacional, a fim de assegurar a cobertura e os votos necessários, da forma como desejava, em defesa de seu governo: Lula, o presidente da República. Ao se referir a Lula, Serraglio usa os termos "cúspide", que significa "a ponta", e "lobrigar", para dizer "entender". O documento afirma:

"Como é de sabença, não incide, aqui, responsabilidade objetiva do chefe maior da nação, simplesmente por ocupar a cúspide da estrutura do poder executivo, o que significaria ser responsabilizado independentemente de ciência ou não. Em sede de responsabilidade subjetiva, não parece que havia dificuldade para que pudesse lobrigar a anormalidade com que a maioria parlamentar se forjava. Contudo não se tem qualquer fato que evidencie haver se omitido."

Alterações feitas nas últimas horas antes da apresentação do relatório também retiram do documento o nome de Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente. Ele seria citado por causa das relações de sua empresa, a Gamecorp, com a Telemar, uma concessionária de serviços públicos. O relatório afirma, porém, que, "sem dúvida, cabe ao Ministério Público angariar novas informações e esclarecer a nação sobre esta questão delicada, que desacata a cidadania e fere a credibilidade política do país".

Ao abordar a compra de ações da Gamecorp pela Telemar, o relatório faz referências ao fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás, que é acionista da Telemar. Aponta que a Petros "não demonstrou interesse em esclarecer, da atribulada compra, por aquela empresa de telefonia, das debêntures conversíveis da firma Gamecorp, de propriedade de um dos filhos do presidente da República". O documento acrescenta: "Neste caso, não deve haver a presunção de ilícito, mas não se pode

descartar o delicado aspecto político e ético, por envolver investidores cujos interesses dependem de regulação oficial".

O empresário Marcos Valério é acusado por falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção ativa, supressão de documento, fraude processual, crimes contra a ordem tributária, peculato e atos de improbidade administrativa. Já o publicitário Duda Mendonça, o marqueteiro de Lula, é acusado por crimes contra o sistema financeiro, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Segundo o relatório, Duda organizou "uma operação internacional destinada a ocultar ou dissimular valores, o que caracterizaria lavagem de dinheiro".

O ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que denunciou o escândalo do mensalão, é acusado por crime eleitoral, crime contra a ordem tributária e por corrupção passiva. De acordo com o relatório final da CPI, Jefferson trabalhou para engendrar "uma rede de influência na administração dos Correios, baseada, sobretudo, na indicação política para a ocupação de cargos com vistas à captação de recursos para fins de financiamento eleitoral".

Para a CPI dos Correios, os empréstimos do Banco Rural e do BMG ao valerioduto são uma fraude que procurou esconder as verdadeiras fontes do mensalão. Os créditos, apesar de concedidos, não seriam pagos. Os bancos receberiam compensações na forma de contratos com o governo do PT. O relatório pede o indiciamento da presidente do Banco Rural, Katia Rabelo, e do presidente do BMG, Ricardo Guimarães.

José Genoino (SP), o ex-presidente do PT, é acusado por falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e crime eleitoral. E Delúbio Soares, o ex-tesoureiro do partido, pelos mesmos crimes, mais o de peculato. Ambos foram poupados, na última hora, da acusação de formação de quadrilha. O ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, é denunciado por tráfico de influência.

O relatório considera o fundo Visanet, gerido pelo Banco do Brasil, a principal origem do dinheiro do valerioduto. O documento afirma que o Banco do Brasil adiantava repasses à agência de publicidade DNA, de Valério, o que permitia a obtenção de vantagens financeiras. Os ganhos irregulares com as operações teriam somado R$ 23,9 milhões, e provocaram pedidos de indiciamento para o ex-ministro Luiz Gushiken e para o diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato. O relator conclui que também contribuíram com recursos para o esquema de repasse de dinheiro a parlamentares da base aliada as siderúrgicas Usiminas e Cosipa e a companhia telefônica Brasil Telecom.

Durante os trabalhos de apuração, a CPI dos Correios não requereu a quebra de sigilo bancário de nenhum dos parlamentares investigados. Da mesma forma, nenhum novo nome surgiu, apesar de a comissão ter obtido uma relação com cerca de 60 assessores parlamentares que estiveram no Banco Rural, em datas nas quais foram efetuados saques para o pagamento do mensalão.

321 – 30/3/2006 O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 9 votos a 4, o pedido de cassação do mandato do deputado José Mentor (PT-SP), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Ele recebeu R$ 120 mil de Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério, cujo indiciamento também foi solicitado pela CPI dos Correios, sob a acusação de falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

Mentor procurou se defender dizendo que o dinheiro foi um pagamento por serviços de consultoria jurídica prestados a Tolentino. A tese não foi aceita. O deputado Nelson Trad (PMDB-MS), autor do parecer que pede a cassação de Mentor, comenta os tais serviços de consultoria usados como justificativa pelo deputado:

– São estudos genéricos, mais parecidos com trabalhos escolares do que com algo que vá servir a alguém, aparentemente sem utilidade prática.

O presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Paulo Okamotto, esconde-se para não ser intimado a participar de uma acareação com o economista Paulo de Tarso Venceslau, na CPI dos Bingos.

O escrivão José Bráulio Rodrigues, da Polícia Federal, chega à sede do Sebrae, em Brasília, para entregar a intimação a Okamotto. Na portaria, enfrenta a resistência dos funcionários, que procuram impedi-lo de subir à presidência. O escrivão tem que aguardar. Tempo precioso.

Quando finalmente chega ao local de trabalho de Okamotto, é informado de que o presidente do Sebrae está em viagem de trabalho e só retorna em uma semana. A intimação é recebida por uma secretária. Rodrigues vai embora, mas percebe que a funcionária não escrevera no protocolo a palavra "recebido". Ao voltar, dá de cara com Okamotto retornando à sua sala. Estava lá o tempo todo.

Okamotto não sai do noticiário político. Venceslau relatou à Folha de S.Paulo que, em 1994, durante a campanha para a presidência da República, Okamotto, sempre muito próximo de Lula, resolveu um problema da filha do candidato, Lurian Cordeiro Lula da Silva. Ela teria saído de uma loja em São Paulo sem pagar pelos produtos que levara consigo. Venceslau contou à repórter Lílian Christofoletti:

– O Okamotto saiu correndo para pagar, ele tinha de tapar o buraco deixado por Lurian e evitar que a história vazasse.

Okamotto foi o tesoureiro da primeira campanha de Lula a presidente, em 1989. De acordo com a revista Veja, ele resolveu outro problema de Lurian, em 1996. Naquele ano, ela disputou e perdeu a eleição para vereadora em São Bernardo do Campo (SP). Okamotto pagou R$ 26 mil pelo aluguel do escritório político da filha de Lula. Lurian usou o espaço, mas não quitou a locação.

Depois de publicada a reportagem, Okamotto desligou-se da SRB Comércio, Importação e Exportação de Granitos, com sede em Mauá (SP). Ele se tornara sócio da empresa em junho de 2004, já no governo Lula, mediante o pagamento de uma cota de R$ 100 mil. Continuam em nome da mulher de Okamotto, Dalva, e da filha dele, Luciana, a Red Star, empresa que comercializa objetos do PT.

O jornal O Estado de S. Paulo mostrou a influência de Okamotto ao divulgar levantamento das CPIs dos Correios e dos Bingos. Houve 161 ligações telefônicas entre ele e expoentes do escândalo do mensalão, como José Dirceu, Delúbio Soares e Duda Mendonça, nos anos de 2001, 2002 e 2003.

A Folha de S.Paulo revelou que Okamotto contribuiu com R$ 24.840,00 para a campanha eleitoral do deputado Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT-SP), em 2004. Conforme as explicações fornecidas à repórter Catia Seabra por Nelson Banhara, o tesoureiro da campanha de Vicentinho, o dinheiro foi repassado na forma de 54 mil etiquetas adesivas, sendo R$ 460,00 o custo de cada milhar.

Em entrevista à Rádio Bandeirantes, de São Paulo, Okamotto acaba desmentindo o assessor de Vicentinho. Revela que dera R$ 26 mil ou R$ 28 mil à campanha do deputado, em dinheiro. Procurado em seu gabinete em Brasília, Vicentinho não se manifesta.

324 – 2/4/2006 A Folha de S.Paulo publica novas histórias envolvendo os próceres da "república de Ribeirão Preto". Descreve que o empresário Roberto Carlos Kurzweil pagou as despesas do helicóptero que levou o então prefeito de Ribeirão Preto (SP), Antonio Palocci (PT), a Angra dos Reis (RJ). A viagem ocorreu em novembro de

2002, logo após a eleição de Lula. Palocci foi um dos coordenadores da campanha de Lula.

Em Angra, Palocci ficou numa casa com seis suítes, cuja diária é de R$ 2 mil. De acordo com o repórter Mario Cesar Carvalho, Palocci voltou à mesma casa, um ano depois, quando já era ministro da Fazenda. Novamente a convite do empresário Kurzweil, que possui residência no mesmo condomínio.

Kurzweil foi um dos freqüentadores da "casa dos prazeres", o estopim da queda de Palocci. Em 1995, assinou contrato para que sua empresa, a Rek, fizesse o tratamento do esgoto de Ribeirão. O negócio deverá render R$ 400 milhões em 15 anos.

O helicóptero que transportou Palocci a Angra, avaliado em US$ 1,5 milhão, pertence aos angolanos Artur José Valente Caio e José Paulo Teixeira Figueiredo. Lembre-se que os dois têm ligações com casas de bingo e teriam doado R$ 1 milhão para a campanha de Lula em 2002. Palavras do advogado Rogério Buratti. O mesmo Buratti, aliás, seria sócio dos angolanos, na empresa de telecomunicações Cinco Telecom. Da mesma forma que Kurzweil.

A primeira viagem a Angra, para comemorar a vitória de Lula, reuniu na cidade do litoral fluminense Palocci, a mulher e a filha, Ademirson Ariosvaldo da Silva, que seria nomeado secretário particular do ministro da Fazenda, e Donizete Rosa, outro fiel assessor do então prefeito de Ribeirão, também futuro dono de um cargo importante no governo Lula. Rosa estava acompanhado da mulher, Isabel Bordini, acusada de envolvimento nas planilhas fraudulentas que serviram para desviar dinheiro dos contratos de limpeza pública em Ribeirão. Por fim, participou da festa Ralf Barquete, o poderoso secretário da Fazenda de Palocci em Ribeirão.

Na segunda viagem, em 2003, já ministro, Palocci foi mais reservado. Acompanharam-no a mulher e a filha, além da família de um amigo muito especial: Buratti, sua mulher e os três filhos do casal. O mesmo Buratti com quem Palocci negou manter maiores relações, desde que fora afastado da secretaria de Governo de Ribeirão, ainda no primeiro mandato de Palocci, num rumoroso caso de corrupção. O empresário Kurzweil e a família também estavam em Angra.

326 – 4/4/2006 O ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP) presta depoimento à Polícia Federal e é indiciado por crime de quebra de sigilo bancário e por violação de sigilo funcional. Palocci afirma aos federais que o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, esteve em sua casa em 16 de março, mas não para entregar cópias dos extratos bancários do caseiro Francenildo Costa. Foi lá com a finalidade de tratar da abertura de escritórios da Caixa no Japão e nos Estados Unidos.

Palocci tenta encobrir que Mattoso chegou à sua casa às 23 horas daquela noite, e lá ficou por apenas cinco minutos. Esteve lá apenas para lhe entregar os documentos bancários obtidos mediante o crime de violação do sigilo.

O ex-ministro confessa, no entanto, que recebeu os dados dos extratos. E o que fez? Obviamente, nenhuma ilicitude. Tratou de triturar toda a documentação, no dia seguinte.

Em acareação promovida pela CPI dos Bingos, Paulo Okamotto nega ter cometido qualquer irregularidade. Amparado por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), recusa-se a abrir os sigilos bancário, fiscal e telefônico.

O economista Paulo de Tarso Venceslau, com quem Okamotto ficou cara-a-cara, afirma que Okamotto foi sócio da TVT (Televisão dos Trabalhadores) com Lula, José Dirceu, Luiz Gushiken e Delúbio Soares. A TVT foi usada como produtora na campanha presidencial de Lula, em 1989. Em 1995, a então prefeita de São José dos

Campos, Ângela Guadagnin (PT), contratou agência de publicidade por R$ 5,8 milhões. A TVT foi subcontratada.

O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 10 votos a 1, o processo de cassação do mandato do deputado Josias Gomes (PT-BA). Ele é acusado de sacar pessoalmente R$ 100 mil das contas de Marcos Valério. Chegou a deixar cópia da própria carteira de parlamentar na agência do Banco Rural no Brasília Shopping. Defesa de Josias:

– Eu conhecia o Delúbio havia 25 anos. Nunca imaginei que ele me deixaria nessa situação.

O dinheiro, claro, foi usado como caixa 2, apenas para pagar dívidas de campanha.

No lançamento de uma campanha de combate à corrupção eleitoral, Cesar Asfor Rocha, corregedor-geral do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), afirma que a origem do caixa 2 está sempre ligada a recursos públicos. Combatê-lo significa atacar a criminalidade, pois assim se evita sonegação, fraudes, falsificações e o abuso do poder econômico. Diz o corregedor:

– O que é o caixa 2? No mínimo é sonegação. Se uma pessoa não pode revelar de onde vem toda a despesa que efetua é porque não tem lastro, não tem recursos com origem legítima, legal ou comprovada que possa ser mostrada ou que possa compatibilizar com aquela receita. É, efetivamente, coisa de bandido, porque é fruto de sonegação.

327 – 5/4/2006 A base do governo Lula na Câmara dos Deputados não consegue impedir a aprovação do relatório final da CPI dos Correios. Perde por 14 votos a 7. Não surtem resultados os esforços para introduzir mudanças no documento, com a finalidade de contestar a tese da existência do mensalão. Deputados petistas são igualmente derrotados ao procurar enxugar a lista dos denunciados. Tentam interromper a votação. Em vão. No final, contentam-se em protocolar um recurso na Mesa da Câmara, pedindo a anulação da votação. A medida é inócua. O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), autor do relatório, é carregado por parlamentares de oposição. A sessão vira uma festa.

A Câmara dos Deputados absolve, por 256 votos a 209, o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Ele é o oitavo deputado que recebeu dinheiro do valerioduto e do caixa 2 do PT a se livrar da cassação. Foi beneficiado pelo expediente do voto secreto.

Cunha mandou a mulher, Márcia Milanésio, buscar R$ 50 mil na agência do Banco Rural do Brasília Shopping. Foi em setembro de 2004. Na época, exercia o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. No início, negou o saque. Depois, disse que o dinheiro foi usado para pagar pesquisas eleitorais. Cunha defendeu-se:

– Eu estava convicto de que o dinheiro vinha dos cofres do PT. Não peguei dinheiro escuso, de origem indeterminada, peguei na tesouraria do PT.

Errado. Pegou, ou melhor, mandou a mulher pegar o dinheiro, fora do horário bancário para não ser vista, na agência do Banco Rural. E só admitiu o recebimento da grana porque não colou a lorota de que Márcia Milanésio foi à agência resolver problemas com a fatura da televisão a cabo. Foi essa a explicação que ele deu a princípio, para justificar a presença da mulher nas dependências do Banco Rural. Após ser desmascarado, saiu-se com a desculpa de que o dinheiro de caixa 2 foi usado na campanha eleitoral.

Declaração do deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), o relator que pediu a cassação de Cunha, num processo aprovado pelo Conselho de Ética da Câmara:

– O padrão ético da maioria do plenário está bem abaixo das expectativas. Ele pegou o dinheiro do Marcos Valério, mentiu e fez um contrato lesivo ao patrimônio da Câmara, com o mesmo Valério.

328 – 6/4/2006 A absolvição do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) provoca uma rebelião no Conselho de Ética da Câmara. Seis deputados desligam-se do órgão. Em virtude do escândalo do mensalão, o Conselho de Ética recomendou 11 cassações e duas absolvições. O plenário da Câmara dos Deputados, em votações secretas, acatou as duas absolvições, mas reverteu seis pedidos de perda de mandato. Salvou os denunciados. Falta apreciar dois casos.

Abandonam o Conselho de Ética os deputados Orlando Fantazzini (PSOL-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Júlio Delgado (PSB-MG), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Benedito de Lira (PP-AL) e Cezar Schirmer (PMDB-RS).

Alheios à crise, mensaleiros comemoram a decisão da Câmara favorável a Cunha. Os deputados Professor Luizinho (PT-SP) e José Mentor (PT-SP) bebem vinho e se divertem em restaurante, ao lado do ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA), que renunciou com medo de ser cassado. Na época, ele achou que a crise não acabaria em pizza.

330 – 8/4/2006 A revista Veja traz informações sobre o encontro de 23 de março na casa de Antonio Palocci (PT-SP). Reuniram-se com o ex-ministro, naquela tarde, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e o advogado criminalista Arnaldo Malheiros Filho, trazido por Bastos. Veja classifica o encontro como uma conspiração para encobrir o crime de violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

O ponto nevrálgico da discussão, segundo os repórteres Marcelo Carneiro, Giuliano Guandalini, Thaís Oyama e Victor Martinho, que reconstituíram os acontecimentos: por R$ 1 milhão, arrumar quem assumisse a responsabilidade pela quebra do sigilo.

De acordo com Veja, a tarefa de arregimentar candidatos à bolada foi atribuída a Carlos Augusto Borges, vice-presidente da Caixa. Ele é um sindicalista histórico, homem de confiança de Lula. Foi nomeado para o cargo, aliás, por decisão do presidente. Grave. A revista também afirma que outra vice-presidente da Caixa, Clarice Coppetti, teria aceitado a missão, ou melhor, o suborno. Mas foi identificado um problema: ela é casada com Cesar Alvarez, assessor especial da presidência da República. Novamente, tudo muito próximo de Lula. A lambança não prosperou. Diz Veja:

"A participação do ministro da Justiça na farsa só contribui para acelerar a espiral de incerteza em que se afunda o governo Lula. No momento, é impossível afirmar até onde vai a cadeia de comando dessa sucessão de crimes."

A Folha de S.Paulo agrega informações importantes aos acontecimentos de 23 de março. Em matéria assinada pelos repórteres Kennedy Alencar, Eliane Cantanhêde e Marta Salomon, o jornal afirma que, naquela mesma tarde, Bastos e Palocci reuniram-se com Lula. Enquanto isso, Mattoso e Malheiros seguiram para encontro com altos funcionários da Caixa. Estavam lá Clarice Copetti, Ricardo Schumann e o chefe de gabinete de Mattoso, Philpe Torelly. A reportagem afirma:

"A tentativa de suborno realmente aconteceu, segundo disseram à Folha dois funcionários que participaram do acesso aos dados bancários do caseiro."

O jornal O Estado de S. Paulo publica trechos de depoimento da então prefeita de São José dos Campos (SP), Ângela Guadagnin (PT). Ela desmentiu, nove anos atrás, a versão de que Paulo Okamotto jamais assediou administrações municipais petistas, para obter dinheiro e engordar o caixa 2 do PT. Ângela foi ouvida por uma comissão do PT, depois de acusação de Paulo de Tarso Venceslau. Ex-secretário de Finanças do governo de Ângela em São José, Venceslau disse que a Cpem (Consultoria para Empresas e Municípios), empresa ligada ao advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, vendia serviços a prefeituras petistas e, em troca, recheava os cofres do partido com dinheiro de caixa 2.

Em 7 de junho de 1997, Ângela admitiu que Okamotto solicitou uma lista de fornecedores da cidade, com vistas a arrumar contribuições para o PT. O testemunho dela, porém, por decisão do presidente do partido na época, o ex-deputado José Dirceu, não provocou maiores conseqüências. Trecho gravado:

– Ângela, deixa eu perguntar uma coisa. Falando do Paulo Okamotto, ele em algum momento procurou você, falando de fornecedores, querendo saber de fornecedores da Prefeitura para fins de captação de recursos para o partido?

– Procurou.

– E ele queria saber o quê?

– Exatamente quais ele poderia procurar para ver se podiam estar ajudando, coisa assim.

– Ele perguntou a relação de fornecedores da Prefeitura para que ele procurasse, para ajudar financeiramente o partido, é isso?

– Sim.

– Ele procurou?

– Sim.

Agora, um trecho do depoimento do próprio Okamotto à comissão, no qual ele mesmo descreve como fazia as abordagens:

– Você está contente com essa política, quer que essa política continue, ganhe, está a fim de contribuir para isso? Então nós vamos pedir para o nosso cara de finanças procurá-lo, tudo bem?

331 – 9/4/2006 O instituto Datafolha faz pesquisa que ganha as páginas do jornal Folha de S.Paulo. Para 83% dos entrevistados, Lula tem responsabilidade pela corrupção no governo federal. A coluna do jornalista Elio Gaspari publica nota:

"São muitas as coisas que Lula não sabe, mas 'nosso guia' sabe que, se o sigilo bancário de Paulo Okamotto for aberto, sua candidatura à reeleição será um capítulo encerrado."

Em entrevista ao blog do jornalista Josias de Souza, na Folha Online, o jurista Miguel Reale Jr. faz considerações sobre o envolvimento do ministro Márcio Thomaz Bastos no episódio da quebra do sigilo bancário de Francenildo Costa. Para Reale Jr., a violação foi um "crime de Estado".

Ele explica: "Do ponto de vista técnico e jurídico, há elementos de sobra para o enquadramento do presidente da República pela prática de crime de responsabilidade". Ou seja, para o pedido de impeachment.

332 – 10/4/2006 O advogado Rogério Buratti concede entrevistas aos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo. Reconhece que se reuniu "três vezes no máximo" com o ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP) na "casa dos prazeres". Buratti vinha negando isso. Agora, fala abertamente: a mansão do Lago Sul era um "ponto de apoio pessoal", principalmente para empresários de Ribeirão Preto (SP) que estavam em

Brasília. Dá como exemplo ele mesmo, que representava a Leão Leão, e nomeia Roberto Carkos Kurzweil, da Rek, Ruy Barquete, da Procomp, e José Roberto Colnaghi.

Para Buratti, a casa foi um erro. "O objetivo não foi atendido, só deu problema". Ele fala ao repórter Mario Cesar Carvalho, da Folha:

– As pessoas que freqüentavam a casa à noite, como amigos, levavam acompanhantes boa parte das vezes. Isso não significa que havia festas e que as festas tinham objetivos comerciais. Essa foi uma das grandes dificuldades para admitir a existência da casa. Acabou parecendo que era a casa dos prazeres. Cada pessoa que tem atividades em Brasília e quer receber uma acompanhante não precisa ter uma casa. Essa atividade que o Francenildo disse haver certamente deve ter havido. Duas, três ou quatro pessoas que levaram umas meninas para a casa... Atividades que não são comerciais, são particulares.

– Isso não tinha a ver com lobby? Quem pagava as garotas?

– Cada pessoa que freqüentava a casa e resolvia levar uma garota de programa ou não para dentro da casa se responsabilizava pelo pagamento da garota. Na verdade, está sendo revelada por meio da casa uma atividade cotidiana em Brasília. As meninas que freqüentavam aquela casa hoje continuam freqüentando outros lugares em Brasília e fazendo a mesma coisa.

Buratti diz acreditar que "as empresas" que usaram a casa "devem ter contribuído" com as despesas de manutenção do local. Cita a Rek, a Procomp e as empresas de Colnaghi.

– Por que o ministro não reconhece que freqüentou a casa?

– Porque a casa ganhou contornos morais. As negativas dele devem ter a ver com esse aspecto moral. Eu sempre neguei na CPI que tivesse visto o ministro na casa porque isso criou um constrangimento muito importante na minha vida. Até hoje as pessoas falam que minha atual namorada é uma menina que freqüentava a casa em Brasília, e não é verdade. Essa questão, como me incomoda muito até hoje, por invadir a privacidade, deve ter incomodado o ministro.

– Por que só agora o senhor decidiu revelar que viu Palocci na casa?

– O ex-ministro Palocci é uma pessoa por quem tenho profundo respeito. A questão fundamental: há ou não há ilicitude na casa? Se desde o começo a gente tivesse tratado isso com tranqüilidade... "Olha, eu freqüentei aquele imóvel, amigos meus de Ribeirão buscavam fazer negócios a partir dele, mas não há atividade ilícita que eu tenha feito ali..." Resolvi falar porque não vejo mais isso como um problema. Admitir isso deve tranqüilizar as pessoas. O que deve ser focado é se houve negócios ilícitos a partir da casa que devam ser investigados? Se as pessoas encontravam mulheres, é um problema particular delas, não um problema público.

Buratti conta ao repórter Ricardo Brandt, de O Estado, que conversou com Palocci dentro da "casa dos prazeres" sobre o caso do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional Gtech. Fala de Barquete, outro importante auxiliar de Palocci em Ribeirão, levado no início do governo Lula para a Caixa Econômica Federal. Ele também cita Marcos Andrade, um ex-executivo da Gtech. O repórter indaga sobre um pedido de interferência no contrato. Buratti responde:

– Quem foi procurado pela Gtech foi o Ralf, dentro da Caixa. Até porque o Ralf já estava na casa. Ele tinha informações limitadas a respeito desse processo, pois ele estava lá havia um mês. Eles buscavam um contato com alguém vinculado ao Palocci, porque eles estavam buscando relações com o governo. E quando eles me procuraram em São Paulo, o Marcos Andrade simultaneamente, eles buscam um contato dentro da Caixa com alguém vinculado ao ministro Palocci. E aí são indicados a falar com o Ralf.

– Você estava atuando como lobista nisso, então?
– Eu atuava como executivo da Leão Leão...
– Mas eles não te procuram como executivo da Leão...
– O Marcos Andrade me procura como um eventual lobista para eles dentro da Caixa, em função da notícia de que eu teria relacionamentos. Essa notícia de que eu teria relacionamentos eles me informaram que tiveram em São Paulo. Na cidade de São Paulo, através de pessoas do PT. Tanto que o primeiro contato foi em São Paulo. Essa foi a primeira abordagem diferente que eu recebi. Eles também estabeleceram um segundo caminho através da própria Caixa, que o Ralf me relatou depois. Ele disse que o Jorge Mattoso, num jantar com ele no Blue Tree, disse que a Gtech havia procurado alguém vinculado ao ministro e ele teria dito que o Ralf era esse contato. O Mattoso havia comunicado a ele num jantar no Blue Tree, pois os dois moravam lá na época. O Ralf não quis fazer o contato e falou isso para o Palocci, porque ele estava entrando na Caixa com o objetivo de ser técnico, e não ser representante do Palocci, até porque ele queria outro cargo. Aí ele me pediu para eu ter a conversa com a Gtech. Que eu fosse o porta-voz do que a empresa queria.
– O que a empresa queria?
– A empresa relatou que eles mantinham contato, tinham dificuldade e queriam abrir as portas, pois queriam se relacionar diretamente com o governo e com o PT. E falavam inclusive que estavam sendo procurados por outros grupos do PT, mas que não eram grupos dominantes do ponto de vista do nível de governo.
– Falaram em quem? Em Waldomiro Diniz?
– Não, nunca. Nunca falaram de Waldomiro para mim. Mas falaram de outro grupo e que eles se sentiam incomodados e queriam saber qual era o canal e achavam que o Palocci naquele momento era uma pessoa que pudesse dar uma definição para eles.
– Qual era o acordo?
– A proposta é que fosse renovado o contrato, pois eles iam renovar, mas tinham problemas técnicos a resolver, principalmente vinculados a correspondentes bancários. Eles faziam propostas de que eles poderiam colaborar com o PT.
– Com quanto?
-Aí a proposta variava de fato de R$ 5 milhões a R$ 16 milhões. Não era mais nenhuma sondagem profissional. Eu ouvi essa conversa, relatei para o Ralf e levamos essa proposta. Eu participei dessa conversa. Eu e o Ralf fomos juntos conversar com o Palocci, na casa dele.
– Quando e onde?
– Na casa dele, no final de março, início de abril. Nessa época não existia a mansão, ainda. Era a casa dele. O Ralf freqüentava a casa dele. Fomos recebidos por ele e eu relatei a conversa.
Buratti garante que o “negócio” não prosperou.

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), entregam o relatório final dos trabalhos de investigação ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Na última hora, foram incluídos os pedidos de indiciamento do banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity, e da ex-presidente da Brasil Telecom, Carla Cicco. Ambos são acusados por crimes de sonegação fiscal, tráfico de influência e corrupção ativa.
De acordo com Serraglio, a Brasil Telecom, na época sob controle do Opportunity, injetou R$ 823 mil em empresas de Marcos Valério, para serviços de publicidade que não teriam sido prestados. Além disso, outros R$ 3 milhões teriam

ingressado nas contas de Valério, quantia posteriormente remetida para empresas no exterior. Mas existe muito mais dinheiro na jogada: a Telemig Celular e a Amazônia Celular, pertencentes à holding da Brasil Telecom, repassaram R$ 158 milhões para as agências de Valério, em cinco anos, por supostos serviços de publicidade. Para o relator, o dinheiro alimentou o valerioduto e serviu para "aparar arestas" entre Daniel Dantas, o PT e o governo Lula.

333 – 11/4/2006 Bomba! O procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, divulga o resultado do inquérito conduzido por ele sobre o escândalo do mensalão. São denunciadas 40 pessoas ao STF (Supremo Tribunal Federal), em decorrência das investigações. O documento endossa as acusações da CPI dos Correios, mas proporciona impacto maior. Afinal, o seu autor não é um político ou alguém que possa ser questionado por interesses menores ou objetivos eleitorais. O seu autor é o procurador-geral.

Logo na introdução da denúncia, os acusados. Entre os nomes, 20 estrelas. São elas: José Dirceu, Luiz Gushiken, José Genoino, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Marcos Valério, João Paulo Cunha, Pedro Corrêa, José Janene, Valdemar Costa Neto, Professor Luizinho, João Magno, Anderson Adauto, Duda Mendonça, José Borba, Carlos Rodrigues, Zilmar Fernandes Silveira, Simone Vasconcelos, Henrique Pizzolato e Roberto Jefferson.

Antonio Fernando de Souza ressalva que "todas as imputações feitas pelo ex-deputado Roberto Jefferson ficaram comprovadas". As investigações "evidenciaram o loteamento político dos cargos públicos em troca de apoio às propostas do governo, prática que representa um dos principais fatores do desvio e má aplicação de recursos públicos, com o objetivo de financiar campanhas milionárias nas eleições, além de proporcionar o enriquecimento ilícito de agentes públicos e políticos, empresários e lobistas que atuam nessa perniciosa engrenagem". E mais:

"Os denunciados operacionalizaram desvio de recursos públicos, concessões de benefícios indevidos a particulares em troca de dinheiro e compra de apoio político, condutas que caracterizam os crimes de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, corrupção e evasão de divisas".

Ao abordar a movimentação financeira dos investigados, o procurador-geral aponta: os denunciados "mantinham um intenso mecanismo de lavagem de dinheiro com a omissão dos órgãos de controle, uma vez que possuíam o apoio político, administrativo e operacional de José Dirceu, que integrava o governo e a cúpula do Partido dos Trabalhadores".

Sobre Dirceu: "É certo que José Dirceu, então ocupante da importante chefia da Casa Civil, em razão da força política e administrativa de que era detentor, competindo-lhe a decisão final sobre a indicação de cargos e funções estratégicas na administração pública federal, foi o principal articulador dessa engrenagem, garantindo-lhe a habitualidade e o sucesso."

Souza admite dificuldade para identificar a origem do dinheiro que circulou no esquema, "em razão de expedientes adotados pelos próprios investigados, que se utilizaram de uma elaborada engenharia financeira, facilitada pelos bancos envolvidos, notadamente o Banco Rural, onde o dinheiro público mistura-se com o privado, perpassa por inúmeras contas para fins de pulverização até o seu destino final, incluindo muitas vezes saques em favor do próprio emitente e outras intrincadas operações com offshores e empresas titulares de contas no exterior, tendo como destino final paraísos fiscais".

O relatório tem um sugestivo capítulo com o nome de "Quadrilha". Refere-se à "existência de uma sofisticada organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a prática de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta, além das mais diversas formas de fraude".

A denúncia: "Pelo que já foi apurado até o momento, o núcleo principal da quadrilha era composto pelo ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, o ex-secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, Silvio Pereira, e o ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoino."

"Como dirigentes máximos, tanto do ponto de vista formal quanto material, do Partido dos Trabalhadores, os denunciados, em conluio com outros integrantes do partido, estabeleceram um engenhoso esquema de desvio de recursos de órgãos públicos e de empresas estatais e também de concessões de benefícios diretos ou indiretos a particulares em troca de ajuda financeira."

"O objetivo desse núcleo principal era negociar apoio político, pagar dívidas pretéritas do partido e também custear gastos de campanha e outras despesas do PT e dos seus aliados."

"Com efeito, todos os graves delitos que serão imputados aos denunciados ao longo da presente peça têm início com a vitória eleitoral de 2002 do Partido dos Trabalhadores no plano nacional e tiveram por objetivo principal, no que concerne ao núcleo integrado por José Dirceu, Delúbio Soares, Silvio Pereira e José Genoino, garantir a continuidade do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores, mediante a compra de suporte político de outros partidos políticos e do financiamento futuro e pretérito (pagamento de dívidas) das suas próprias campanhas eleitorais."

O procurador-geral cita os nomes de sócios e funcionários de Valério, todos denunciados no inquérito:

"Nesse ponto, e com objetivo unicamente patrimonial, o até então obscuro empresário Marcos Valério aproxima-se do núcleo central da organização criminosa (José Dirceu, Delúbio Soares, Silvio Pereira e José Genoino) para oferecer os préstimos da sua própria quadrilha (Ramon Hollerbach, Cristiano de Melo Paz, Rogério Tolentino, Simone Vasconcelos e Geyza Dias dos Santos) em troca de vantagens patrimoniais no governo federal."

Em conjunto com dirigentes do Banco Rural, "Marcos Valério desenvolveu um esquema de utilização de suas empresas para transferência de recursos financeiros para campanhas políticas, cuja origem, simulada como empréstimo do Banco Rural, não é efetivamente declarada, mas as apurações demonstraram tratar-se de uma forma de pulverização de dinheiro público desviado através dos contratos de publicidade".

Souza afirma que Valério e os sócios "utilizavam suas empresas e contratos de publicidade com empresas privadas para operacionalizar esquema de repasse de dinheiro não-contabilizado a candidatos a cargos eletivos, diante da possibilidade de contabilização desses recursos como gasto de publicidade, mediante o desconto de um percentual sobre o valor transferido. Para esse fim valiam-se do mesmo esquema de transferência de dinheiro em espécie operado junto ao Banco Rural".

A "complexa organização criminosa", conforme o procurador-geral, contava com o apoio da alta direção do Banco Rural, a saber: Kátia Rabello, presidente, e os vice-presidentes José Roberto Salgado, Ayanna Tenório e Vinícius Samarane.

O inquérito segue: não há dúvida de que a cúpula do PT se associou, "de forma estável e permanente", aos núcleos publicitário, de Valério, e financeiro, junto ao Banco Rural: "Conspurca-se a manifestação popular, base do sistema democrático, instituindo-se sistema de enorme movimentação financeira à margem da legalidade, com o objetivo

espúrio de obter a compra de votos de parlamentares à custa do desvio de recursos públicos."

O procurador-geral descreve que a "associação criminosa" entre integrantes do PT, empresas de Valério e o Banco Rural tinha a finalidade de transferir, periodicamente, vultosas quantias para parlamentares ou pessoas indicadas por eles. Sempre com autorização de Delúbio, "sem qualquer contabilização por parte dos responsáveis pelo repasse ou pelos beneficiários".

A investigação conclui que, "no mínimo, R$ 55 milhões, repassados pelos Bancos Rural e BMG, foram entregues à administração do grupo de Marcos Valério, sob o fundamento de pseudos empréstimos ao publicitário, empresas e sócios, e foram efetivamente utilizados nessa engrenagem de pagamento de dívidas de partido, compra de apoio político e enriquecimento de agentes públicos". A denúncia:

"Também foram repassados diretamente pelos Bancos Rural e BMG vultosas quantias ao Partido dos Trabalhadores, comandado formal e materialmente pelo núcleo central da quadrilha, sob o falso manto de empréstimos bancários."

"Desse modo, o núcleo do Banco Rural, em troca de vantagens indevidas, ingressou na engrenagem criminosa com o aporte de recursos milionários, mediante empréstimos simulados, além de montar uma sofisticada estrutura de lavagem de capitais para o repasse dos valores pagos aos destinatários finais."

Souza acusa os dirigentes do BMG de "injetarem recursos milionários na empreitada delituosa, mediante empréstimos simulados". De acordo com a denúncia, "ficou comprovado que o banco BMG foi flagrantemente beneficiado por ações do núcleo político-partidário, que lhe garantiram lucros bilionários na operacionalização de empréstimos consignados de servidores públicos, pensionistas e aposentados do INSS, a partir de 2003".

O relatório explica: "O banco BMG, que sequer é um banco pagador de benefícios previdenciários e que possui uma insignificante capilaridade de agências, solicitou autorização ao INSS para efetuar os chamados empréstimos consignados aos aposentados e pensionistas e, apesar de pareceres contrários da área jurídica e do fato de que a regulamentação vigente, naquela ocasião, permitia que somente bancos pagadores de benefícios pudessem habilitar-se para a concessão desses créditos, o então presidente do INSS, Carlos Gomes Bezerra, adotou diversas providências para permitir a atuação do BMG nesse mercado".

"Todos os fatos que se desenrolaram desde então demonstram que as ações desenvolvidas pelo núcleo político-partidário foram pautadas exclusivamente para beneficiar o banco BMG, que, não por acaso, foi a primeira instituição financeira não pagadora de benefícios previdenciários habilitada à concessão dos créditos consignados, o que lhe rendeu vultosa lucratividade, decorrente, principalmente, dos mecanismos utilizados em seu benefício, que lhe permitiram sair na frente de todo o mercado de bancos pequenos; negociar esses empréstimos com os aposentados inclusive por telefone e, posteriormente, ceder essa carteira, em uma operação extremamente suspeita, à Caixa Econômica Federal."

Em outro trecho, o relatório traz justificativa para a troca de apoio político por cargos. Conforme o ex-deputado Roberto Jefferson, grafa o documento, "as diretorias e outros cargos relevantes na administração pública, resultantes da composição político-partidária, têm a função de arrecadar dinheiro do próprio órgão público, pela sistemática do desvio e superfaturamento, e também de pressionar empresas privadas que se relacionam com esses órgãos a fazer 'doações'."

O relatório refere-se mais uma vez a Jefferson, que disse que indicações para cargos, mudanças de partidos e compra de apoio político eram "tratadas diretamente

com o ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu. Tratavam, inclusive, do ‘mensalão’, matéria que foi objeto de conversa entre ambos em cinco ou seis oportunidades”.

A denúncia: “José Dirceu comandava a indicação para o preenchimento de cargos na administração federal, contando com o assessoramento de Silvio Pereira, como representante do PT, Marcelo Sereno e de Sandra Cabral, ambos assessores especiais da Casa Civil que tinham a função de acompanhar essas nomeações”.

Mais: “Delúbio Soares, José Genoino e Silvio Pereira, dirigentes do Partido dos Trabalhadores, atuavam no esquema como se fossem representantes do governo. Silvio Pereira, em diversos depoimentos, foi apontado como um dos responsáveis pelas indicações para o preenchimento de cargos e funções públicas no governo federal, fato pelo mesmo confirmado. Ou seja, não obstante tratar-se apenas de um integrante da cúpula do Partido dos Trabalhadores, secretário do partido, atuava nos bastidores do governo, negociando as indicações políticas espúrias que, em última análise, proporcionavam o desvio de recursos em prol de parlamentares, partidos políticos e particulares.” (...)

“Com a base probatória colhida, pode-se afirmar que José Genoino, até pelo cargo partidário ocupado, era o interlocutor político visível da organização criminosa, contando com o auxílio direto de Silvio Pereira, cuja função primordial na quadrilha era tratar de cargos a serem ocupados no governo federal. Delúbio Soares, por sua vez, era o principal elo com as demais ramificações da quadrilha (Marcos Valério e Rural), repassando as decisões adotadas pelo núcleo central. Tudo sob as ordens do denunciado José Dirceu, que tinha o domínio funcional de todos os crimes perpetrados, caracterizando-se, em arremate, como o chefe do organograma delituoso.”

De acordo com o procurador-geral, eram freqüentes “as reuniões no diretório do PT, em Brasília, entre Marcos Valério, Delúbio Soares e Silvio Pereira, além de encontros no hall do hotel Blue Tree, também em Brasília, onde Marcos Valério passou a se hospedar para facilitar os contatos”:

“Marcos Valério também confirmou que se valeu da sua influência junto aos bancos Rural e BMG para solucionar problema enfrentado pela ex-esposa do então ministro José Dirceu, que pretendia vender o seu imóvel, obter um empréstimo e arrumar um emprego. Marcos Valério e Rogério Tolentino resolveram todas as três pendências acima, o que evidencia a troca de favores no esquema.”

O relatório destaca que Dirceu, inegavelmente, “era a segunda pessoa mais poderosa do Estado brasileiro, estando abaixo apenas do presidente da República”:

“Assim, a atuação voluntária e consciente do ex-ministro José Dirceu no esquema garantiu às instituições financeiras, empresas privadas e terceiros envolvidos que nada lhes aconteceria, como de fato não aconteceu até a eclosão do escândalo, e também que seriam beneficiados pelo governo federal em assuntos de seu interesse econômico, como de fato ocorreu.”

“Se por um lado integrantes da cúpula do governo federal e do PT dispuseram-se a estruturar uma forma de financiamento do próprio partido e dos seus aliados, formando-se, à custa do dinheiro público, uma sólida base governista capaz de garantir a continuidade no poder desse grupo, por outro, nos termos confessados pelo próprio Marcos Valério, este e os seus sócios aproximaram-se dos dirigentes do PT, notadamente Delúbio Soares, com a finalidade de oferecer as suas empresas como mecanismo operacional desse esquema, já contando com o apoio dos bancos Rural e BMG também interessados em se beneficiar em deliberações governamentais, os quais mantinham, principalmente o Rural, atividades financeiras suspeitas com o grupo de Marcos Valério.”

"O início desse relacionamento, que se transformou, segundo informado por Marcos Valério, em uma sólida amizade, e que teve, por parte de Marcos Valério, a intenção de apresentar o seu modus operandi de desvio de recursos públicos e utilização de instituições financeiras para lavagem de dinheiro, gerou excelentes resultados para esse publicitário que, logo de início, promoveu a campanha publicitária do deputado João Paulo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, o qual, uma vez eleito, contratou justamente a empresa SMPB para as campanhas institucionais da Câmara, situação eivada de ilegalidades que será descrita no tópico seguinte."

Em seguida, nova menção a Jefferson. Agora, os R$ 20 milhões que seriam transferidos ao PT e ao PTB, numa transação para a aquisição da Telemig pela Brasil Telecom. Uma "operação acompanhada diretamente pelo ex-ministro José Dirceu".

Aqui, o inquérito classifica Valério como "experiente no ramo da criminalidade", dono de "rede própria de servidores corrompidos para facilitar suas atividades ilícitas". Por isso, assumiu "o papel de principal organizador dos crimes perpetrados pelo núcleo central da quadrilha", formado por Dirceu, Genoino, Delúbio e Silvinho.

Souza relata que Valério intermediou reuniões de Carlos Rodenburg, acionista do Banco Opportunity, para solucionar problemas daquela instituição com o governo federal. Intermediou também visita de Delúbio e Genoino à siderúrgica Usiminas:

"Ou seja, Delúbio Soares, além de atuar como representante do PT, também se relacionava com empresários e terceiros na qualidade de integrante do governo federal, com legitimidade para discutir a questão do relacionamento com grupos econômicos extremamente influentes, como é o caso do Opportunity. Uma instituição privada desse porte, em hipótese alguma, solicitaria o auxílio de Marcos Valério para uma reunião com Delúbio Soares se não vislumbrasse nesse encontro uma possibilidade de atendimento a seus pleitos legítimos ou ilegítimos."

A denúncia trata da agência de publicidade de Valério:

"A empresa SMPB era o comitê central das atividades criminosas do núcleo Marcos Valério, fornecendo a estrutura logística e humana para a consecução dos objetivos da organização criminosa, empregando como mão-de-obra as denunciadas Simone Vasconcelos e Geyza Dias, ambas responsáveis pela parte financeira da referida empresa."

Sobre Geyza: "Ela encaminhava, principalmente via correio eletrônico, a qualificação dos beneficiários dos polpudos valores ilícitos que eram originados, lavados e, por fim, entregues pela organização criminosa. Além disso, recebia alguns beneficiários na sede da SMPB e organizava pessoalmente os repasses de valores em algumas situações, como no caso envolvendo parte dos pagamentos ilícitos, inclusive no exterior, aos publicitários Duda Mendonça e Zilmar Fernandes".

Simone, por sua vez, "era peça fundamental na engrenagem criminosa, pois tinha como ofício repassar o dinheiro para os beneficiários finais da engenharia criminosa montada":

"Essas entregas, ordinariamente efetuadas na sede da agência bancária, também ocorriam em hotéis. Ela também tinha a função de telefonar para os destinatários dos valores, informando que já estavam disponíveis e orientando o local e a forma de recebimento."

Trecho do relatório: "Quanto à sistemática e freqüência dos saques de valores vultosos, em espécie, principalmente na agência do Banco Rural em Brasília, são relevantes as informações prestadas pelo então tesoureiro dessa agência, senhor José Francisco de Almeida Rego, o qual informou que a partir de 2003 os saques em espécie tornaram-se polpudos, freqüentes e operacionalizados por fax, telefonemas ou correios

eletrônicos encaminhados pela agência de Belo Horizonte, indicando o valor e a qualificação do sacador do dinheiro em espécie no banco".

Sobre Rogério Tolentino, sócio de Valério: "Seu envolvimento pode ser visualizado em atuações específicas da quadrilha, como a entrega de dinheiro ao deputado federal José Mentor sob a justificativa de uma consultoria jurídica, buscando excluir o Banco Rural das investigações parlamentares, sua ida junto com Marcos Valério e Emerson Palmieri para Portugal para fechar uma das operações do bando, e sua participação no episódio envolvendo o procurador da Fazenda Nacional Glênio Guedes".

Mais um capítulo da denúncia: "Desvio de recursos públicos". Salienta que as empresas de Valério administravam as verbas de publicidade do Banco do Brasil, Ministério do Trabalho, Eletronorte, Ministério dos Esportes, Correios e Câmara dos Deputados, mas, no entanto, "eram contumazes sonegadoras fiscais, mantinham contabilidade paralela e emitiam notas fiscais falsas para justificar custos na prestação de serviços publicitários".

A emissão de notas fiscais falsas servia "para justificar pagamentos de serviços sem a devida contraprestação, além de outras práticas ilícitas destinadas a justificar o recebimento de vultosas quantias, posteriormente repassadas ao esquema operacionalizado pelo núcleo Marcos Valério".

Várias páginas do relatório são dedicadas à promíscua relação entre Valério e o ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP). Aqui, destaca-se o "desvio" de R$ 252 mil do contrato entre a SMPB Comunicação e a Câmara, "em proveito próprio" de Cunha.

O montante foi usado para pagar uma subcontratada, a IFT (Idéias, Fatos e Texto), do jornalista Luis Costa Pinto, assessor do deputado petista. Em troca, a empresa se comprometeu a elaborar boletins mensais, mas jamais entregou nada. A denúncia:

"Na verdade, a subcontratação foi uma armação para que o Luis Costa Pinto fosse bem remunerado (R$ 20 mil por mês) para prestar assessoria direta a João Paulo Cunha."

O procurador-geral denuncia que a SMPB foi remunerada sem prestar serviços, à medida que subcontratou "99,9%" do objeto licitado com a Câmara, contrato cujo valor era de R$ 10,7 milhões.

"A SMPB, do núcleo Marcos Valério, participou do contrato apenas para intermediar subcontratações, recebendo honorários de 5% por isso. Referida situação caracteriza grave lesão ao erário, além do crime de peculato."

Para Souza, a prática das subcontratações permitiu que Cunha desviasse R$ 536 mil do contrato mantido entre a Câmara e a SMPB. Tudo "em proveito do núcleo Marcos Valério da organização criminosa".

O inquérito analisou o contrato de publicidade da DNA Propaganda, empresa de Valério, com o Banco do Brasil. Acusa "o desvio de recursos públicos em benefício de terceiros, bem como o pagamento indevido de serviços que não foram prestados pela agência de publicidade contratada, entre diversas outras ilicitudes".

Cita auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) na DNA. A agência de Valério "desviou em proveito próprio, no mínimo, R$ 4,2 milhões". Destes, R$ 2,9 milhões referem-se a pagamentos de bonificações por fornecedores, durante a gestão de Henrique Pizzolato na diretoria de marketing do Banco do Brasil.

"O desvio desses recursos efetivou-se porque os dirigentes do Banco do Brasil responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, em conluio com o grupo de Marcos Valério, permitiram que a agência de publicidade cobrasse do fornecedor

subcontratado a comissão denominada 'bônus de volume' que, no caso de ambos os contratos firmados com o Banco do Brasil, deveria ser integralmente devolvida ou mesmo descontada da fatura emitida pelo fornecedor contra o banco."

Para o procurador-geral, o desvio total do bônus de volume do Banco do Brasil pode chegar à cifra de R$ 37,6 milhões. O inquérito descreve a "profunda ligação" entre Pizzolato e o PT. Por isso, Pizzolato "participou do crime de peculato ora narrado. Sua indicação para um cargo estratégico dentro das pretensões da organização criminosa foi fruto dessa vinculação". A denúncia:

"O ex-ministro da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da presidência da República, Luiz Gushiken, e o ex-diretor de marketing e comunicação do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, em atuação orquestrada, desviaram, no período de 2003 e 2004, em benefício do grupo liderado por Marcos Valério e do Partido dos Trabalhadores, vultosas quantias do fundo de investimento Visanet, constituído com recursos do Banco do Brasil."

O Banco do Brasil liberou para a DNA, a título de antecipação de recursos do serviço de publicidade da Visanet, R$ 73,8 milhões. A denúncia: "Com efeito, uma vez sob disposição do núcleo Marcos Valério, o montante foi empregado para pagar propina e dívidas de campanhas eleitorais por ordem de José Dirceu, José Genoino, Silvio Pereira e Delúbio Soares. Além disso, como já relatado, uma das antecipações serviu para abater um dos empréstimos do BMG que suportaram a engenharia ora denunciada".

O relatório descreve as irregularidades descobertas no contrato de R$ 12,8 milhões entre a SMPB e o Ministério dos Esportes, e no contrato da DNA com a Eletronorte, no total de R$ 42,2 milhões. Entre os expedientes suspeitos, recebimento de comissões sem a correspondente prestação de serviços, sobrepreços na aquisição de bens, simulação de cotação nos preços de serviços subcontratados, pagamento por serviços não realizados e apresentação de propostas fraudulentas, para justificar a subcontratação de serviços.

Próximo capítulo: "Lavagem de dinheiro". Acusa a existência de um "sofisticado mecanismo de branqueamento de capitais", implementado pelo núcleo de Valério:

"A sistemática criada pelos dirigentes do Banco Rural, aprimorada a partir do início de 2003, possibilitou a transferência, em espécie, de grandes somas em dinheiro com a ocultação e dissimulação da natureza, origem, movimentação e destino final."

Delúbio dizia a Valério quem recebia e quanto entregar:

"A estrutura articulada pelos dirigentes do Banco Rural possibilitou que o grupo de Marcos Valério, notadamente Simone Vasconcelos e Geyza Dias, comunicasse ao gerente da conta da SMPB ou DNA no Banco Rural de Belo Horizonte, agência Assembléia, a operação que seria desencadeada, ou seja, pagamento de determinada quantia, nas praças de Belo Horizonte, Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro, qualificando a pessoa que efetuaria o recebimento e transporte, em malas ou sacolas, dos recursos financeiros."

O procurador-geral anotou o comportamento do funcionário do Banco Rural: "Nos dois anos dos intensos saques, o tesoureiro José Francisco destacou que nenhum recebedor fazia conferência do numerário, limitando-se a acondicionar os vultosos recursos em uma mala, bolsa ou sacola que levavam para tal finalidade ou lhes eram entregues pela própria Simone Vasconcelos. Por seu turno, Simone Vasconcelos, conforme declarado na fase inquisitorial, limitava-se a entregar o numerário à pessoa identificada para o seu recebimento, sem conferir sequer a identidade".

Do inquérito: "O Banco Rural, embora tivesse conhecimento dos verdadeiros sacadores/beneficiários dos recursos sacados na 'boca do caixa', registrou no Sistema do Banco Central (Sisbacen – opção PCAF 500, que registra operações e situações com indícios de crime de lavagem de dinheiro) que os saques foram efetuados pela SMPB Comunicação e que se destinavam a pagamento de fornecedores".

A denúncia apresenta "situações de pagamentos, pelo esquema de lavagem", envolvendo João Cláudio Genu, assessor do PP, o deputado Josias Gomes (PT-BA), o ex-tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, e José Luiz Alves, assessor do ex-ministro dos Transportes, Anderson Adauto (PL-MG).

De acordo com Souza, as agremiações políticas corrompidas, pagas com vultosas quantias, "chegaram a estruturar quadrilhas autônomas para viabilizar o cometimento dos crimes de corrupção passiva e lavagem de capitais, consistentes no recebimento direto ou disfarçado dos pagamentos de propina em troca de integrarem a base de apoio do governo federal".

O inquérito prossegue: "Além dos pagamentos que foram comprovados pelos documentos obtidos em razão do cumprimento de medida de busca e apreensão no Banco Rural, é preciso registrar que vários repasses foram efetuados diretamente por Marcos Valério e Simone Vasconcelos sem qualquer registro formal, ainda que rudimentar".

Em relação ao PP, a acusação relaciona os deputados José Janene (PR), Pedro Corrêa (PE) Pedro Henry (MT) e o assessor Genu. Todos denunciados pelo "recebimento de vantagem indevida" de R$ 4,1 milhões, em troca de apoio ao governo. A denúncia:

"Após formalizado o acordo criminoso com o PT (José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoino e Silvio Pereira), os pagamentos começaram a ser efetuados pelo núcleo publicitário-financeiro. Os recebimentos, por sua vez, eram concretizados com o emprego de operações de lavagem de dinheiro para dissimular os reais destinatários dos valores que serviram como pagamento de propina."

No primeiro momento, os denunciados decidiram receber por meio de um intermediário, o assessor Genu. Os saques eram efetuados por Simone no Banco Rural e repassados a Genu, em malas ou sacolas, dentro da agência do Brasília Shopping, em quarto do hotel Grand Bittar ou na própria sede da SMPB em Brasília.

Depois, com a finalidade de "sofisticar as manobras de encobrimento da origem e natureza dos expressivos montantes auferidos pela quadrilha", foram utilizadas as empresas Bônus-Banval, de Enivaldo Quadrado e Breno Fischberg, e Natimar, de Carlos Alberto Quaglia.

No caso do PL, os denunciados são o ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), os irmãos Jacinto e Antonio Lamas, Lúcio Funaro e José Carlos Batista. Os três primeiros receberam, em 2003 e 2004, cerca de R$ 10,8 milhões, a título de propina. A denúncia:

"O acordo criminoso com os denunciados José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoino e Silvio Pereira foi acertado na época da campanha eleitoral para a presidência da República em 2002, quando o PL participou da chapa vencedora."

Para dissimular os destinatários, operações de lavagem de dinheiro: "De fato, consciente de que os montantes eram oriundos de organização criminosa voltada para o cometimento de crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, os denunciados articularam mecanismo para dissimular a origem, natureza e destino dos valores auferidos".

Os repasses foram intermediados pela Garanhuns Empreendimentos, de Funaro e Batista. Não obstante, "a obtenção dos recursos em espécie também era empreendida

por Valdemar Costa Neto, que costumava receber altas quantias em sua própria residência". O procurador-geral acrescenta:

"Logo após, junho de 2003, iniciou-se a sistemática de repasse de dinheiro pelo mecanismo de lavagem disponibilizado pelo Banco Rural, através do recebimento, em espécie, por Jacinto ou Antonio Lamas, na agência do Banco Rural em Brasília, no Hotel Kubitschek, em Brasília; no Hotel Mercure, em Brasília, e na filial da empresa SMPB, também localizada em Brasília."

Sobre o PTB: o pagamento de propina em troca de apoio político foi recebido pelo ex-presidente José Carlos Martinez, já falecido, Roberto Jefferson e o deputado Romeu Queiroz (MG), com a ajuda de Emerson Palmieri. A acusação:

"Os denunciados, cientes de que os montantes recebidos tinham como origem organização criminosa dedicada ao cometimento dos crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, engendraram mecanismo para dissimular a origem, natureza e destino dos valores auferidos." (...)

"Em dezembro de 2003, Roberto Jefferson manteve contato com Romeu Queiroz, secretário do PTB, para que este retomasse os mecanismos estruturados durante a gestão de José Carlos Martinez para a obtenção de recursos financeiros. Romeu Queiroz procurou o então ministro Anderson Adauto, o qual manteve entendimentos com Delúbio Soares, que se prontificou a retomar as transferências através da empresa SMPB, o que de fato ocorreu, nos termos abaixo narrados." (...)

"Assim, em janeiro de 2004, José Hertz, coordenador do PTB em Belo Horizonte, recebeu um telefonema de Emerson Palmieri que o orientou a buscar um envelope a ser entregue por Simone Vasconcelos. Primeiramente, José Hertz pegou um envelope com dinheiro na agência do Banco do Brasil em Belo Horizonte e, depois, recebeu outro envelope contendo dinheiro na agência do Banco Rural em Belo Horizonte."

"José Hertz deslocou-se até Brasília e entregou ambos os envelopes contendo dinheiro a Emerson Palmieri na data de 5/1/2004, ocasião em que Emerson Palmieri ligou para Roberto Jefferson informando o seguinte: 'assunto resolvido'."

Outro enrosco: o núcleo central da quadrilha acertou um repasse de R$ 20 milhões ao PTB, embora só tenham sido entregues R$ 4 milhões, em duas parcelas.

Sobre o PMDB: o ex-deputado José Borba (PMDB-PR), líder do partido na Câmara dos Deputados, "integrou o esquema de corrupção em troca de apoio político". E recebeu, segundo admitiu Valério, R$ 2,1 milhões. A denúncia:

"Ciente da origem ilícita dos recursos (organização criminosa voltada para a prática de crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional), bem como dos mecanismos de lavagem empregados para a transferência dos valores, José Borba atuou para não receber diretamente o dinheiro, de forma a não deixar qualquer rastro de sua participação no esquema."

O relatório ressalva: "No entanto, ficou comprovado o pagamento de uma das parcelas disponibilizadas pelo grupo de Marcos Valério, no valor de R$ 200 mil ao ex-deputado federal José Borba, que recebeu esse dinheiro das mãos de Simone Vasconcelos. Nessa ocasião, o próprio José Borba compareceu na agência do Banco Rural em Brasília e procurou o então tesoureiro do Banco Rural em Brasília João Francisco de Almeida para a entrega do dinheiro, o que foi confirmado por Simone Vasconcelos".

"Todavia, José Borba recusou-se a assinar qualquer documento que comprovasse o recebimento da importância acima, fazendo com que Simone Vasconcelos se deslocasse até essa agência, retirasse, mediante a sua própria assinatura,

a quantia acima informada, e efetuasse a entrega desse numerário ao então parlamentar."

O relatório dedica capítulo à "Lavagem de dinheiro (Partido dos Trabalhadores e o ex-ministro dos Transportes)". A denúncia:

"Objetivando não se envolverem nas operações de apropriação dos montantes, pois tinham conhecimento que os recursos vinham de organização criminosa destinada à prática de crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, Paulo Rocha, João Magno, Luiz Carlos da Silva (vulgo 'Professor Luizinho') e Anderson Adauto empregaram mecanismos fraudulentos para mascarar a origem, natureza e, principalmente, destinatários finais das quantias."

O procurador-geral explica: "Nas retiradas em espécie, buscando não deixar qualquer sinal da sua participação, os beneficiários reais apresentavam um terceiro, indicando o seu nome e qualificação para o recebimento dos valores". Dessa forma, o ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA) recebeu R$ 920 mil, dos quais ao menos R$ 600 mil por meio da assessora Anita Leocádia Pereira Costa, que pegou dinheiro em agências bancárias e quarto de hotel:

"Anita Leocádia agia profissionalmente como intermediária de Paulo Rocha, tendo ciência que estava viabilizando criminosamente o recebimento de valores em espécie. Diferente de outros casos, não foram saques pontuais. Pelo contrário, sua atuação foi habitual e constante como auxiliar de Paulo Rocha na prática dos crimes."

O deputado João Magno (PT-MG) pôs a mão em R$ 350 mil: "João Magno tinha pleno conhecimento da atuação da quadrilha ora denunciada, tanto é que, para se preservar, utilizou-se de interpostas pessoas para o recebimento dos valores disponibilizados pelo núcleo político-partidário por intermédio do núcleo publicitário-financeiro, valendo-se da estrutura disponibilizada pelo núcleo financeiro (Banco Rural)".

Já o deputado Professor Luizinho (PT-SP), ex-líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, "também com pleno conhecimento da atuação dos núcleos político-partidário e financeiro-publicitário na prática dos crimes narrados nesta petição recebeu, de forma dissimulada, através de interposta pessoa, a importância de R$ 20 mil". Agora, o ministro de Lula filiado ao PL:

"Anderson Adauto, ex-ministro dos Transportes, e o seu chefe de gabinete, José Luiz Alves, também com pleno conhecimento dos crimes praticados pelos integrantes da quadrilha descritos nesta petição, receberam diretamente do núcleo publicitário-financeiro da quadrilha a importância de R$ 1 milhão."

O último capítulo do relatório, "Evasão de divisas e lavagem de dinheiro – Duda Mendonça e Zilmar Fernandes". A denúncia:

"Em razão de um débito milionário junto ao núcleo político-partidário da organização criminosa decorrente da campanha eleitoral de 2002, Delúbio Soares apresenta Marcos Valério a Duda Mendonça e Zilmar Fernandes para viabilizar o adimplemento. Aliás, ficou evidente no curso da investigação que Zilmar Fernandes é o braço operacional financeiro de Duda Mendonça."

Do procurador-geral: "Com efeito, em fevereiro de 2003, a denunciada Zilmar Fernandes sacou três parcelas de R$ 300 mil em espécie na agência do Banco Rural em São Paulo. Posteriormente (abril de 2003) e adotando idêntico procedimento, recebeu em espécie duas parcelas de R$ 250 mil".

"Entretanto, buscando sofisticar a forma de pagamento para evitar qualquer registro formal, ainda que rudimentar, das operações, os denunciados Zilmar Fernandes e Duda Mendonça informaram ao núcleo publicitário-financeiro que o restante dos

repasses deveria ser efetuado no exterior na conta titularizada pela offshore Dusseldorf Company Ltd."

A offshore, registrada nas Bahamas, recebeu recursos da ordem de R$ 10 milhões. "Deste modo, conscientes de que os recursos recebidos tinham como origem organização criminosa voltada para a prática de crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, os denunciados deliberadamente articularam esquema para dissimular a natureza, origem, localização, movimentação e a propriedade dos valores".

O procurador-geral da República conclui: "O contexto criminoso acabou evidente na medida em que, mesmo após receber parte do saldo da campanha de 2002 pela sistemática descrita nesta petição, Duda Mendonça e Zilmar Fernandes ainda fecharam dois outros 'pacotes' de serviços com o Partido dos Trabalhadores, o primeiro no montante de R$ 7 milhões e o segundo no montante de R$ 24 milhões, objetivando as campanhas do ano de 2004".

334 – 12/4/2006 Manobra capitaneada pelo PT para proteger o deputado José Janene (PP-PR). Partidos da base aliada do governo boicotam a sessão da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados) e adiam a votação do processo de Janene, o mais atrasado dos inquéritos sobre os acusados de envolvimento com o mensalão. Suspeita-se que ele recebeu R$ 4,1 milhões.

Ex-líder do PP, Janene quer ser aposentado por invalidez. O deputado sofre de problemas cardíacos. Dessa forma, o processo seria arquivado e ele ficaria livre da cassação. O deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) contraria a onda petista. Elabora parecer contrário à aposentadoria. É o único do PT na reunião. Os outros, ao lado de membros do PL, PP e PSB, esvaziam a sessão. Diz Biscaia:

– Acho intolerável o procedimento adotado aqui. É uma manobra que lamentavelmente envolve o meu partido.

335 – 13/4/2006 Em O Estado de S. Paulo, o editorial "Um libelo arrasador" comenta a denúncia elaborada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Para o jornal, Lula é o "beneficiário por excelência da corrupção em escala inédita promovida pelo PT". O editorial responsabiliza o presidente, por ser "impossível imaginar que não tivesse conhecimento":

"O que torna absolutamente críveis as conclusões do trabalho, além da manifesta isenção do seu autor, é a consistência da análise da engrenagem por trás dos crimes perpetrados, com o entrelaçamento dos ramos político-partidário, publicitário e financeiro da quadrilha. Mas a denúncia convence acima de tudo por sua irrepreensível objetividade. É o que a distingue do relatório final da CPI dos Correios. Este, embora também tenha comprovado a prática do mensalão, foi uma conta de chegar, como costumam ser os resultados das investigações parlamentares, produto ao mesmo tempo de fatos apurados e pressões, ou negociações, políticas."

"Nada remotamente parecido com isso influenciou o inquérito dirigido pelo procurador-geral. A independência e a seriedade com que agiu transparecem na simplicidade do seu texto, desprovido dos contorcionismos verbais ou do estilo barroco presentes no documento da CPI. Com sujeitos, verbos e predicados em ordem direta, Antonio Fernando Souza dispensa eufemismos e chama as coisas pelos nomes – a começar do mais arrasador deles, 'quadrilha'. Está lá: 'compra (pelo PT) de suporte político de outros partidos' e 'financiamento irregular de campanhas'."

O ex-ministro José Dirceu (PT-SP) usou jatinho particular para se deslocar de São Paulo a Juiz de Fora (MG), a fim de conversar com o ex-presidente Itamar Franco (PMDB-MG). A notícia está no jornal O Globo. Dirceu não gostou de ser flagrado num Citation com capacidade para sete pessoas, alugado por R$ 14.500,00:

– Sou um cidadão comum. Trabalho agora para a iniciativa privada. Sou advogado, tenho clientes e faço consultorias. Será que vou ter de explicar se vou a um restaurante ou compro uma roupa? Se eu aluguei, é porque eu posso.

O deputado Júlio Delgado (PSB-MG), autor do processo que recomendou ao Conselho de Ética a cassação de Dirceu, está convicto de que o ex-deputado não foi contratado para prestar serviços advocatícios a Itamar. O encontro dos dois teve motivação unicamente política, a de sondar Itamar para ser o candidato a vice-presidente na chapa da reeleição de Lula. Diz Delgado:

– É no mínimo estranho uma pessoa que saiu logo após o processo afirmando que iria escrever para se sustentar porque estava quebrado e, mesmo sem o livro, o que se viu foi uma seqüência de viagens e um estilo de vida que não se sabe de onde vem a sustentação para fazê-lo.

336 – 14/4/2006 Está nos jornais. O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), entregou à Procuradoria-Geral da República uma lista com os nomes de assessores parlamentares que freqüentaram o Banco Rural no Brasília Shopping. A agência foi usada para o pagamento do mensalão. A relação traz funcionários do ex-ministro das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e dos deputados José Militão (PTB-MG), Moacir Micheletto (PMDB-PR) e Benedito de Lira (PP-AL).

Todos alegam que os funcionários foram resolver problemas pessoais no Rural. Claudia Luiza de Morais, ex-assessora de Eunício, esteve 22 vezes na agência bancária, inclusive em 17 de dezembro de 2003. Naquele dia, Eunício ainda era o líder do PMDB na Câmara. Foram efetuados três saques ligados ao mensalão.

337 – 15/4/2006 A revista Veja debate a denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza:

"Ali estão escritos em detalhes e com precisão jurídica os mecanismos de funcionamento do que talvez seja – com exceção da nomenklatura soviética – a maior quadrilha jamais montada com o objetivo de garantir a continuidade no poder de um mesmo grupo político, o PT de Lula. A hierarquia da quadrilha descrita pelo promotor tem como chefe José Dirceu, deputado cassado por corrupção que foi ministro-chefe da Casa Civil de Lula. Abaixo dele estão quase todos os 'companheiros de luta' de Lula, gente com quem ele conviveu intimamente por quase três décadas. O procurador-geral deixou vago no organograma da quadrilha o posto logo acima de José Dirceu. Mas o quebra-cabeça não é de difícil solução. Basta montar as peças e aparece o mais provável ocupante daquele posto. É isso que aponta o bom senso. Basta tentar montar com as peças do quebra-cabeça uma outra imagem que não a de Lula. Não encaixa."

Para Veja, é evidente que o presidente era o beneficiário do esquema que tinha como objetivo sustentar o projeto de poder do PT: "O novo quadro desmonta a principal defesa de Lula, que sempre disse desconhecer todas as ações ilegais e clandestinas em torno do mensalão". A revista afirma:

"Afinal, se estava alheio a tudo, pode-se inferir sem exagero que Lula desconhecia como se construía o apoio a seu governo e ignorava o que faziam seus principais auxiliares. Um presidente pode ser enganado por autores da corrupção que ocorre num ministério de importância média comandado por um aliado recém-chegado

– mas é inverossímil que não seja informado sobre o que se faz no coração de seu governo, uma instituição como a Casa Civil, comandada por um homem como José Dirceu, a quem ele mesmo chamou de 'capitão do time'. Por não atender aos mínimos requisitos lógicos, o dilema de saber ou não saber tornou-se uma questão ultrapassada. O que se precisa investigar agora é como Lula se articulava com o bando dos 40. Que relações financeiras tinha com o 'chefe da quadrilha', o deputado cassado José Dirceu?"

338 – 16/4/2006 Na Folha de S.Paulo, o editorial "Lula com a palavra" comenta a denúncia do procurador-geral Antonio Fernando de Souza. Para o jornal, o presidente deve explicações à sociedade. "Desde o início da crise, refugia-se num silêncio calculado, de vez em quando interrompido por esparsas evasivas, contradições flagrantes e vagos desabafos sentimentais":

"Formação de quadrilha. Corrupção ativa e passiva. Lavagem de dinheiro e peculato. No âmago do governo Lula, formou-se uma organização criminosa com vistas a manter-se no poder."

"Não são frases de algum oposicionista enraivecido, e sim do relatório elaborado pelo procurador-geral da República, formalizando denúncia contra os responsáveis pelo mensalão. Entre eles, o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o das Comunicações, Luiz Gushiken, os três principais dirigentes do Partido dos Trabalhadores, o então presidente da Câmara dos Deputados e um ex-diretor do Banco do Brasil."

"Só uma quadrilha? Ou mais de uma? Também o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o grupo capitaneado por ele enredam-se numa outra coleção de acusações policiais."

O editorial centra em Lula: "Fui traído, disse ele mais de uma vez. Mas por quem? Lula foi prudente em não citar nome nenhum: muitos ainda não eram do conhecimento público quando a frase foi pronunciada pela primeira vez; a lista, até hoje em aberto, poderia sem dúvida oferecer diversos novos candidatos ao indiciamento criminal".

"O presidente não sabia de nada? 'O importante', afirmou numa famosa entrevista em julho de 2005, 'não é se você sabia ou não, porque, seu eu tivesse condição de saber, não teria acontecido'. (...) Naquela ocasião, Lula recorria apenas ao truque vocabular de referir-se a hipotéticos 'erros' cometidos por seu partido: 'o PT, se cometeu erros, tem que explicar para a sociedade brasileira que erros cometeu'."

"Mais do que erros, entretanto, é o que Lula tem de explicar agora. 'Já faz tempo que eu deixei de ser presidente do PT', prosseguia ele naquela entrevista, sintomaticamente gravada nos jardins de um certo 'Museu do Ar', em Paris. 'Depois que eu virei presidente da República, eu não pude mais participar da reunião do diretório do PT'."

"Mas participou, ao que tudo consta, de reuniões com ministros perto dos quais as figuras de um Delúbio Soares e de um Silvio Pereira assumem o papel de aprendizes, de coadjuvantes, de bodes expiatórios numa farsa monumental."

"Farsa de um governo eleito com a bandeira da 'ética na política' e que tem, como principal recurso para provar sua inocência, o argumento de que todo o episódio do mensalão se resumiu a um caso de caixa 2 – 'o que é feito no Brasil sistematicamente', disse Lula, para corrigir-se meses depois. Trata-se 'de prática condenada pela sociedade brasileira', afirmou finalmente, com tardia convicção. É a mesma convicção com que garantiu, em dezembro passado, que 'a CPI vai terminar e eles não vão provar o mensalão'."

"Foram essas as certezas, foram essas as considerações do presidente da República ao longo da crise – extraídas a custo dos raros momentos em que se alçou ao dever civil de prestar contas pelo descalabro de seu governo. Nada mais se ouviu do presidente. Exceto o espetáculo da auto-congratulação balofa, da banalidade conceitual e da defesa da própria ignorância – que não se resume ao tema de sua falta de instrução formal, mas àquele, muito mais grave, que diz respeito às façanhas de delinqüência organizadas em seu círculo mais próximo."

A Folha publica entrevista com o ex-governador Anthony Garotinho (PMDB-RJ), concedida aos repórteres Plínio Fraga e Sérgio Costa. Ele conta que foi procurado por José Dirceu (PT-SP), na véspera da votação do processo de cassação do ex-ministro. Dirceu queria apoio para ser absolvido na Câmara. Diz Garotinho:

– Ele falou que eu devia ter muita mágoa dele: "Mas saiba que tudo o que eu fiz, tudo, fiz porque o Lula mandou. Você acha que ia mandar bloquear o dinheiro do Rio e o Palocci iria obedecer? Todo político tem alguém que faz o lado mau. Estou pagando agora por ter feito o lado mau".

Comentário de Dirceu sobre a entrevista de Garotinho:

– Não vou bater boca com ele.

340 – 18/4/2006 Em depoimento à Polícia Federal, a jornalista Helena Chagas, diretora da sucursal do jornal O Globo em Brasília, desmente Antonio Palocci (PT-SP). Ela nega ter dito ao ex-ministro que Francenildo Costa recebera quantia significativa em dinheiro.

Helena recebeu telefonema de Palocci na tarde de 15 de março, na véspera do dia da violação do sigilo bancário. Segundo ela, o então ministro informou que o senador Tião Viana (PT-AC) lhe dera a informação sobre o suposto dinheiro de Francenildo. Em depoimento à Polícia Federal, Palocci havia dito que Helena comentara com ele que o caseiro "tinha um bom dinheiro".

A jornalista mora ao lado da "casa dos prazeres". Ouviu de seu jardineiro, Leonardo Moura, que Francenildo teria recebido dinheiro. Ela comentou o assunto com Viana. Só. Em depoimento à Polícia Federal, Moura confirma a história. Conta que o caseiro voltou das férias em janeiro dizendo que o pai havia lhe dado uma quantia, com o qual pretendia comprar um terreno nos arredores de Brasília. Ao ver a fotografia de Francenildo nos jornais, Moura relatou o que ouvira a Helena.

Fica a impressão de que Viana e Palocci se fixaram no "dinheiro" de Francenildo, com a suposição de que ele havia sido subornado pela oposição. Em conseqüência, houve a quebra do sigilo bancário. Acharam que, ao desqualificar o caseiro, ficavam automaticamente desqualificadas as denúncias sobre o que ocorria na "casa dos prazeres". Erraram. Pagaram caro.

A Polícia Civil conclui levantamento sobre os serviços fraudulentos de varrição em Ribeirão Preto (SP). Entre 2001 e 2004, o esquema provocou prejuízos, em valores atualizados, de R$ 30,7 milhões. O dinheiro público foi repassado pelas administrações dos prefeitos Antonio Palocci (PT) e Gilberto Maggioni (PT) à empreiteira Leão Leão, mediante medições falsas.

Foram identificadas 174 notas fiscais frias das empresas Twister e Raf Brás. Seriam para simular compras de solvente pela Leão Leão, no valor de R$ 5 milhões. Os donos da transportadora Euclides Renato Garbuio, de Rio Claro (SP), negaram a entrega do solvente. A compra fictícia servia para justificar a devolução de parte do dinheiro ao esquema Palocci.

341 – 19/4/2006 A Polícia Federal conclui o inquérito sobre a quebra do sigilo bancário de Francenildo Costa. Antonio Palocci (PT-SP) é apontado como o mandante do crime. Jorge Mattoso, o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, e o jornalista Marcelo Netto, ex-assessor de Palocci, foram co-autores da operação.

Palocci e Mattoso são acusados por violação de sigilo funcional e quebra de sigilo bancário, crimes cujas penas podem chegar a dez anos de prisão. Palocci é indiciado por prevaricação, por não ter tomado providências legais ao receber os extratos das mãos de Mattoso. Palocci também fez denúncia caluniosa ao tentar provocar a investigação de Francenildo, com base numa acusação falsa. Marcelo Netto é indiciado por ter repassado os extratos bancários para a imprensa.

A reconstituição da Polícia Federal: em 16 de março, Palocci reuniu-se com Mattoso no Palácio do Planalto, das 17h às 20h. Depois do encontro, no caminho para a Caixa, Mattoso tentou sem sucesso localizar Clarice Copetti, vice-presidente da Caixa. Já na estatal, Mattoso chamou o consultor Ricardo Schumann, a quem entregou o nome completo e o CPF de Francenildo. Pediu informações sigilosas sobre a conta do caseiro na Caixa.

Os extratos foram entregues a Mattoso num restaurante. O presidente da Caixa telefonou a Palocci. Descreveu a existência de depósitos "atípicos" e levou os extratos para a casa do ex-ministro. Palocci estava "contente" e "entusiasmado" com os rumores de que o caseiro havia recebido dinheiro da oposição. Pôs as mãos nos extratos depois das 23h. Horas depois, os documentos estavam com jornalistas da revista Época.

A Câmara dos Deputados absolve o deputado José Mentor (PT-SP), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Votam pela cassação 241 deputados, 16 a menos que o necessário. Outros 175 votam pela absolvição. Há oito abstenções, seis cédulas em branco e dois votos nulos. Mentor é o último deputado ligado ao ex-ministro José Dirceu (PT-SP) a ser julgado. Já se livraram da cassação João Paulo Cunha (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP) e Paulo Rocha (PT-PA), que renunciou para não perder o mandato.

Mentor recebeu R$ 120 mil de empresa de Marcos Valério. Alegou que prestou serviço de consultoria para Rogério Tolentino, sócio de Valério. A justificativa não foi aceita pelo relator do caso no Conselho de Ética, deputado Nelson Trad (PMDB-MS). Para ele, Mentor recebeu pagamento para não aprofundar investigações contra o Banco Rural na CPI do Banestado, a pedido de Valério.

Enquanto os deputados decidiam em votação secreta no plenário da Câmara a sorte de Mentor, uma representação encaminhada pelo procurador-geral de São Paulo, Rodrigo Rebello Pinho, era protocolada na presidência da Câmara. O presidente da Casa, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), não a divulgou. A denúncia só vem a público cinco dias depois, ao chegar à Corregedoria. É a seguinte:

O doleiro Richard Andrew de Mol Van Otterloo afirmou ao Ministério Público que pagou R$ 300 mil a Mentor para ser excluído do relatório final da CPI do Banestado. Mais: Flávio Maluf, o filho do ex-prefeito Paulo Maluf (PP-SP), foi quem orientou o pagamento da propina, pois estava preocupado com o efeito cascata de um eventual depoimento de Otterloo. Temia a implicação de Maluf. É que Otterloo mantinha negócios com o doleiro Vivaldo Alves, o Birigüi, apontado como operador do ex-prefeito.

Uma investigação sobre o doleiro poderia levar à descoberta da conta Jazz e, a partir dela, se chegaria à conta Chanani, atribuída a Maluf. Otterloo disse ao Ministério Público que ele e o sócio Raul Henrique Srour procuraram um intermediário de Mentor,

sob orientação de Flávio, e entregaram o dinheiro num flat em São Paulo. Otterloo também teria executado operações ilegais para trazer US$ 30 milhões em nome de Maluf de volta ao Brasil.

De acordo com o relato de Otterloo, Mentor cumpriu sua parte no trato ao entregar-lhe, antecipadamente, em disquete, o relatório final da CPI, sem o seu nome. Otterloo tampouco foi intimado a depor.

Do termo de declaração de Otterloo: "Esclarece ainda que teve notícia de que outros doleiros também foram procurados para pagar propina a José Mentor, não sabendo se houve efetivo pagamento".

Explicação da assessoria de Mentor: o deputado afirma ter determinado a quebra dos sigilos bancário e fiscal de vários doleiros durante a investigação, mas não se lembra se Otterloo estava entre eles. O nome do doleiro não apareceu no relatório final.

O Ministério Público abre inquérito para investigar a participação do ex-ministro José Dirceu (PT-SP) e do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, no esquema de desvio de dinheiro em Santo André (SP), na gestão do prefeito Celso Daniel (PT). Os dois vão responder por supostos crimes de formação de quadrilha, receptação e lavagem de dinheiro. Conforme os irmãos de Daniel, João Francisco e Bruno, Carvalho, na época secretário de Governo em Santo André, levou propina a Dirceu.

Em 2002, o Ministério Público chegou a pedir a abertura de investigação contra Dirceu. Foi barrado por Nelson Jobim, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal). Na época, o deputado Dirceu tinha foro privilegiado. O Ministério Público também investiga a origem de R$ 500 mil repassados pelo PT ao advogado Aristides Junqueira, contratado para defender o partido nas investigações do caso Daniel.

A Justiça ouve a décima testemunha de acusação contra Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, acusado de ser o mandante da morte de Daniel. A vendedora identificada como L.L. relata que, na noite de 18 de janeiro de 2002, passava pelo local do seqüestro durante a ação contra o prefeito de Santo André. Ela viu Sombra, numa situação aparentemente tranqüila, falando ao telefone. Momentos antes, ele dirigia o carro no qual estava Daniel. O prefeito, dentro do veículo, tinha a cabeça encostada no vidro. Parecia desacordado.

Em acareação promovida pela Justiça de São Paulo, Ruy Vicentini, ex-tesoureiro do PPS, cara-a-cara com Silvio Pereira e Valdemir Garreta, ex-secretário da prefeita Marta Suplicy (PT-SP). Ele mantém a acusação de que Silvinho e Garreta ofereceram R$ 4 milhões ao PPS, durante a campanha política de 2004. Em troca, o PPS teria de apoiar a reeleição de Marta. Vicentini recebeu a proposta em encontro numa padaria do bairro dos Jardins.

342 – 20/4/2006 A Polícia Federal quer ouvir todos os que souberam do esquema de repasse de dinheiro à base aliada do governo denunciado pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Lula é um deles. Eis o trecho do depoimento de Jefferson à CPI dos Correios sobre o relato da conversa com o presidente, em janeiro de 2005, na presença do ministro Walfrido Mares Guia (PTB-MG), do Turismo:

– Aí o presidente bateu na minha perna e me disse: "Roberto, e o PTB?" Eu digo: "Não está bem, não, presidente. Infelizmente tudo que é tratado aqui não é cumprido. O Zé Dirceu não tem palavra, o que ele diz não cumpre, e eu tenho contra mim essa tentação do mensalão, que é um negócio que está enfraquecendo o senhor na Casa". Ele falou: "Mas que é mensalão, Roberto?" Quando eu contei... Eu sou um homem vivido, tenho mais de 200 júris feitos na minha vida, tenho uma trajetória, tenho

23 anos de mandato... A reação do presidente foi de facada nas costas. "Que é isso?" Eu contei, as lágrimas desceram dos olhos dele. Ele levantou, me deu um abraço e me mandou embora.

Lula negou o choro.

Não foi a única vez que Jefferson abordou o assunto com o presidente. Dois meses depois, a conversa foi testemunhada, entre outros, pelos deputados José Múcio (PTB-PE) e Aldo Rebelo (PC do B-SP). Do depoimento de Múcio à CPI:

– Fui testemunha, em março, no segundo encontro, quando o presidente Roberto Jefferson disse ao presidente da República, em uma audiência que tivemos no início de março: "Presidente, o senhor precisa ver essa questão do mensalão, porque isso pode atrapalhar o seu governo".

Durante sessão da CPI dos Correios, o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) pergunta a Rebelo quando ele ouviu falar pela primeira vez do pagamento de dinheiro à base do governo. Diz Rebelo:

– A primeira vez, deputado Júlio Delgado, eu não ouvi. A primeira vez, eu li. Foi uma matéria publicada no Jornal do Brasil, se não me engano, no mês de setembro. E, em seguida, já no mês de março, ouvi, embora a reunião já estivesse no fim, já houvesse um clima de dispersão, o deputado Roberto Jefferson fazer referência a essa questão em uma reunião com o presidente Lula, já no mês de março.

Outro trecho do depoimento de Rebelo:

– Foi em uma reunião. Participaram eu, o líder Múcio, o ministro Mares Guia, o líder Chinaglia, Roberto Jefferson e o presidente Lula. No final da reunião, o deputado Roberto levantou a questão do hipotético pagamento a parlamentares. O presidente Lula ouviu e pediu a mim e ao líder Chinaglia que investigássemos a denúncia.

Desnecessário dizer que Rebelo e Arlindo Chinaglia (PT-SP) não encaminharam investigação séria sobre o assunto. Mas o depoimento de Rebelo deixa claro que Lula, nos dois meses que separaram as duas conversas com Jefferson, tampouco tomou qualquer providência para apurar a denúncia.

A Polícia Federal também atenta para a conversa entre Lula e o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Em maio de 2004, Perillo fez um relato importante ao presidente, durante uma visita a Goiás. Ambos estavam dentro de um carro, em Rio Verde (GO).

Em ofício encaminhado ao Conselho de Ética da Câmara, Perillo afirma ter dito "ao senhor presidente que ouvira rumores sobre a existência de mesada a parlamentares em conversas informais em Brasília, porém sem provas concretas. (...) O senhor presidente disse que não tinha conhecimento e que ia tomar as providências que o assunto requeria".

Ora, Lula tinha conhecimento – ao menos de três episódios aqui relatados. E sobre as providências anteriormente prometidas, mais uma vez, nada. Lula sempre tratou de descaracterizar a existência do pagamento de mensalões a deputados da base aliada do seu governo.

O jornal O Globo noticia que Marcelo Sato Rosa, marido de Lurian Cordeiro Lula da Silva, filha do presidente Lula, trabalha como intermediário para liberar recursos federais a municípios de Santa Catarina. O prefeito de Orleans (SC), Valmir Bratti (PP), usou os serviços de Rosa em 2005, para enviar 26 projetos que dependiam de R$ 8 milhões de verbas federais.

Os pleitos encaminhados ao marido de Lurian foram levados à senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela admite que o genro de Lula esteve em Brasília para tratar de

investimentos. Um dos projetos do prefeito de Orleans, no valor de R$ 80 mil, virou uma emenda individual de Ideli.

Outro que admite o suposto tráfico de influência é Décio Lima (PT), ex-prefeito de Blumenau (SC). Informa que Rosa recebe os pedidos e encaminha-os à deputada Ana Paula Lima (PT-SC). O genro de Lula é chefe de gabinete da deputada. Ela é mulher do ex-prefeito Décio Lima. O casal é padrinho do segundo filho de Lurian e Rosa.

A CPI dos Bingos investiga se houve depósitos bancários de Paulo Okamotto para a filha e o genro do presidente. Rosa e a deputada Ana Paula contratam o advogado Ronei Danielli.

A Justiça Federal do Ceará bloqueia os bens do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão do ex-presidente nacional do PT, José Genoino. Ele é investigado no caso em que seu assessor José Adalberto Vieira da Silva foi preso com US$ 100 mil na cueca e R$ 200 mil numa maleta, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

O inquérito quebrou os sigilos telefônicos de dois celulares de Guimarães e as informações bancárias de três empresas. O Ministério Público concluiu que houve favorecimento ao consórcio STN (Sistema de Transmissão do Nordeste), num empréstimo de R$ 300 milhões concedido pelo BNB (Banco do Nordeste do Brasil). Em troca de facilidades para a obtenção do crédito, o STN teria concordado em pagar propina. O dinheiro transportado pelo assessor de Guimarães seria parte do suborno.

343 – 21/4/2006 O jornal Folha de S.Paulo publica reportagem para mostrar que o cassado José Dirceu continua atuante. Cita conversas do ex-deputado com Lula e integrantes do primeiro escalão do governo federal, como o ministro Tarso Genro (PT-RS). A reportagem de Malu Delgado e Catia Seabra afirma:

"Relatos de petistas, de ministros e de parlamentares dão conta de que, nos bastidores, Dirceu executa ações políticas nos Estados para favorecer o projeto de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conversa com parlamentares, orienta petistas, traça estratégias sobre a ofensiva petista nas CPIs, participa de almoços e jantares com políticos e empresários."

O jornal O Estado de S. Paulo publica matéria sobre as andanças do deputado cassado. No fim de março reuniu-se no mesmo dia com 20 deputados federais e três ministros de Lula, num hotel em Brasília. Era necessário marcar hora para falar com o líder do mensalão. A fila que se formou, aliás, lembrou aquelas que tantas vezes ocorreram para a entrega dos repasses de dinheiro providenciados por Marcos Valério e Delúbio Soares.

Um dos temas tratados na série de encontros com Dirceu foi a sucessão ao governo de Pernambuco. A reportagem assinada por Vera Rosa e Wilson Tosta conta que, divulgada a conclusão dos trabalhos do procurador-geral da República e a denúncia contra Dirceu, acusado de ser o chefe da quadrilha do mensalão, a primeira coisa que o ex-ministro fez foi procurar Lula. Os dois conversaram. Da reportagem:

"José Dirceu não parou de falar com Lula nem de fazer articulações políticas."

Se Dirceu mantém relacionamento com Lula depois de tudo o que aconteceu, o mínimo a se dizer é que presidente não se sentiu traído como alegou algumas vezes. Nem poderia. Dirceu foi apenas o responsável pela operação do mensalão, esquema liderado por Lula. O presidente foi, desde o princípio, o chefe de tudo.

345 – 23/4/2006 Em editorial, a Folha de S.Paulo afirma que o PT está próximo de adotar o lema "rouba, mas faz". O jornal analisa os comerciais políticos do PT divulgados na televisão:

"Enquanto eles acusam, o PT faz muito mais pelo Brasil'. Não prima pela originalidade o slogan das inserções publicitárias do partido, cuja veiculação na TV tem sido objeto de disputa judicial entre PSDB e PT. O anúncio revela, de todo modo, uma verdade que se situa acima das estatísticas apresentadas e das interpretações legais. Desde Adhemar de Barros e Paulo Maluf, passando por Orestes Quércia e outros menos votados, nunca houve governante que não tenha ostentado realizações administrativas como álibi para denúncias de que foi alvo."

A Folha trata do escândalo do mensalão: "O que se verificou, vale insistir, não foi um corriqueiro caixa 2, e sim um sistema organizado, a partir do círculo mais íntimo do presidente da República, para construir ao preço de saques em dinheiro vivo uma bancada parlamentar dócil ao objetivo de perpetuação no poder".

"O que se verificou foi um espetáculo de pressões políticas desavergonhadas e incansáveis no sentido de forjar teses conspiratórias, de boicotar pelo silêncio, pelo eufemismo, pela chicana judicial e pela mentira deslavada todo esforço para chegar à essência dos fatos."

"O que se verificou foi um ministro de Estado no centro da violação criminosa do sigilo bancário de um cidadão. O que se verificou foi o secretário-geral do PT renunciando após ter recebido um carro de presente de uma fornecedora da Petrobrás."

"O que se verificou – para não nos alongarmos na crônica de vexames, improvisos e desmentidos a que todo o país assistiu boquiaberto – está escrito nas 136 páginas do relatório elaborado pelo procurador-geral da República, classificando como 'formação de quadrilha' a atuação de ministros e autoridades de primeiro plano no sistema petista."

346 – 24/4/2006 O jornal O Globo denuncia maracutaia nos gastos de combustível da Câmara. Os senhores deputados, cujos salários alcançam os R$ 12.847,20, têm direito a outros R$ 15 mil mensais para despesas com gasolina, hotéis, refeições e alguns serviços. E isso sem contar as quatro passagens aéreas por mês, o auxílio-moradia de R$ 3 mil e a cobertura de gastos com telefone e correio, somando outros R$ 4 mil, todos os meses. Total: R$ 34.847,20.

Muito bem. O Globo publica o ranking dos maiores gastadores de gasolina, segundo as notas fiscais apresentadas para as despesas dos primeiros três meses de 2006. São os seguintes deputados: Francisco Rodrigues (PFL-RR), R$ 60.000,00; Marcelino Fraga (PMDB-ES), R$ 54.200,00; e José Tatico (PTB-DF), R$ 52.400,00.

Se os comprovantes dos gastos não fossem frios, Rodrigues teria abastecido seu carro com 24 mil litros de gasolina, em apenas três meses. É combustível suficiente para dar seis voltas completas em torno do planeta, num total de 240 mil quilômetros.

Conforme O Globo, os senhores deputados foram reembolsados em R$ 41 milhões por supostos gastos com combustível em 2005. A cifra seria suficiente para comprar 16,4 milhões de litros de gasolina. Daria para uma viagem de 150 milhões de quilômetros ao Sol, mais 13 viagens de ida e volta da Terra à Lua, distante 400 mil quilômetros.

O juiz Domingos de Siqueira Frascino, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, determina o afastamento da vereadora paulistana Claudete Alves (PT). Ela é acusada de desviar para si parte dos salários dos funcionários de seu gabinete na Câmara Municipal. Fica decretada a indisponibilidade dos bens de Claudete.

O Ministério Público denunciou a vereadora. De acordo com a acusação, feita por três de seus funcionários, Claudete retinha dinheiro de 12 dos 18 assessores do gabinete. Ficaria com R$ 16.500,00 por mês. Um dos funcionários disse que era obrigado a devolver R$ 4.130,00 do salário de R$ 4.930,00. Restavam-se R$ 800,00 por mês.

Advogado da vereadora, Daniel Marcelino não nega. Explica que o dinheiro faz parte de "contribuições voluntárias" para as ações parlamentares da vereadora. Não é o primeiro caso do gênero envolvendo vereadores do PT em São Paulo. O dinheiro surrupiado dos funcionários serve, certamente, para o petismo construir a revolução socialista no Brasil.

Há 40 dias a CPI dos Bingos não realiza reuniões exclusivas para apreciar requerimentos de convocação ou decidir sobre a oportunidade de determinar a quebra de sigilos dos investigados. Os trabalhos estão virtualmente paralisados. Deu resultado a ofensiva do Palácio do Planalto para neutralizar as investigações. Inviabilizar a comissão é objetivo estratégico do presidente da República. Valem manobras políticas para interromper as apurações, da mesma forma que recursos à Justiça a fim de impedir depoimentos que possam atingir Lula.

347 – 25/4/2006 O juiz Yin Shin Long, da 7ª Vara Cível de Santo André (SP), suspende por cinco anos os direitos políticos do ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT). Klinger ocupou o cargo de secretário de Serviços Municipais durante a gestão do ex-prefeito Celso Daniel (PT). A decisão vale também para Ronan Maria Pinto, acusado de envolvimento no mesmo esquema de corrupção sob investigação do Ministério Público. A Rotedali Serviços e Limpeza Urbana, propriedade de Ronan, foi contratada sem licitação para operar um aterro sanitário em Santo André. Agora, fica proibida de celebrar contratos com o poder público pelo mesmo período.

O STF (Supremo Tribunal Federal) nega pedido para suspender o processo de cassação do mandato do deputado José Janene (PP-PR), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Decisão recente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados) também havia negado o direito de aposentadoria para Janene, antes do seu julgamento. O deputado alega que não pode se defender, por sofrer grave doença cardíaca.

348 – 26/4/2006 Em evento público em São Paulo, Lula não consegue fugir às perguntas dos jornalistas. Irritado, reage assim aos questionamentos sobre a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa:

– Não dou opinião. Isso a CPI vai julgar, a Polícia Federal vai julgar.

Indagado mais uma vez sobre o tema, demonstra nervosismo:

– Eu ando todo o dia, converso com milhares de pessoas, e ninguém me perguntou isso.

O caso foi destaque no noticiário durante algumas semanas. Repercutiu em toda a sociedade brasileira. E terminou com o afastamento do ministro mais importante de Lula, além da exoneração do presidente da Caixa Econômica Federal, também envolvido no crime de violação do sigilo. Tem razão o presidente, ninguém se interessou pelo assunto.

Não foi só. Durante o evento, questionaram Lula sobre a oficialização da sua candidatura à reeleição. Resposta:

– Temos dois meses pela frente, temos muitas obras para inaugurar. Se eu disser que sou candidato, eu não posso fazer isso. Se o partido fizer convenção vai ficar mais difícil. Então, eu quero ter liberdade para fazer as coisas.

Reação da jornalista Dora Kramer, em O Estado de S. Paulo:

"Ele parece realmente convencido de que 'as coisas' podem ser feitas desse modo. Se a lei não permite, então arranja-se um jeito de contornar as restrições. Para ele, tudo se resume a aparências: se não diz que é candidato, pode agir como se não fosse, embora reconheça que só não assume a candidatura porque isso obrigaria a andar dentro da lei, em condições de igualdade com seus adversários."

Da mesma forma, se diz que não sabia do mensalão, não tem nada a ver com o problema.

349 – 27/4/2006 Mais constrangimentos para Lula. Agora, na posse da ministra Ellen Gracie Northfleet na presidência do STF (Supremo Tribunal Federal). O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, e o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, discursam ao lado de Lula. Diz Souza:

– A possibilidade de responsabilização dos agentes políticos e públicos por desvios na atividade pública há de ser assegurada como conseqüência do próprio Estado de Direito. Não há autoridade dotada de poderes ilimitados, nem imune à devida fiscalização, controle e responsabilização.

Do presidente da OAB:

– A absolvição pelo plenário da Câmara dos Deputados de parlamentares condenados por corrupção pelo Conselho de Ética da própria Câmara soa à população brasileira como desprezo, escárnio à Justiça. A pergunta que ecoa da voz das ruas é uma só: perdemos a compostura?

A Polícia Civil de São Paulo indicia Antonio Palocci (PT-SP) por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, peculato e falsidade ideológica. Os crimes estão vinculados a denúncias de fraudes em contratos de limpeza pública em Ribeirão Preto (SP), na época em que Palocci foi prefeito da cidade.

Durante depoimento prestado em Brasília, o ex-ministro afirma que, se houve irregularidades, a responsabilidade é do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto). O Ministério Público não aceita. Declaração do promotor Daniel de Angelis:

– Uma organização que dá um prejuízo de R$ 30 milhões em quatro anos não passaria despercebida pelo prefeito.

O juiz da 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, Edson Ferreira da Silva, determina a quebra dos sigilos bancário, fiscal e financeiro do IFF (Instituto Florestan Fernandes), Instituto Sampa.Org e outras sete empresas suspeitas de ligações com o PT e supostamente beneficiadas por desvios de R$ 4,7 milhões, na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy (PT) em São Paulo, de 2001 a 2004.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, a administração paulistana adotou a prática de contratar sem licitação institutos e organizações ligadas ao PT. Há indícios de contratações por triangulação: a Prefeitura contratava fundações que, por sua vez, subcontratavam os institutos, empresas e consultores ligados ao PT.

Entre os fundadores do IFF em 1999, Marta Suplicy e José Dirceu. Durante a administração da ex-prefeita, fizeram parte dos conselhos do IFF notórios integrantes do PT, como Rui Falcão, Valdemir Garreta, Jilmar Tatto, Aldaíza Sposati, Paulo Teixeira e

Mônica Valente, a mulher do ex-tesoureiro Delúbio Soares. Todos exerceram cargos no primeiro escalão da ex-prefeita.

Declaração do jornalista Florestan Fernandes Júnior, ao justificar um pedido para que o IFF mude de nome:

– Minha família não quer mais ver o nome de meu pai vinculado ao instituto. Pelos valores éticos que ele sempre defendeu, não merece tudo isso.

352 – 30/4/2006 Levantamento do governo dos Estados Unidos sobre movimentações financeiras do publicitário Duda Mendonça. Os dados foram encaminhados para as investigações no Brasil. Está na Folha de S.Paulo. As operações ocorreram em junho e julho de 2003, no início do governo Lula. Somam US$ 1,6 milhão.

O dinheiro saiu da empresa offshore Dusseldorf, a mesma que foi usada por Duda para receber dinheiro de caixa 2, por serviços prestados na campanha eleitoral de 2002. Numa das movimentações, US$ 875 mil seguiram para a Pirulito Company, ligada a Eduardo de Matos Freiha, sócio de Duda. A empresa fica em Nassau, capital do paraíso fiscal das Bahamas, onde está localizada a Dusseldorf. A conta bancária foi aberta 15 dias antes da remessa, no BankBoston de Miami.

A Dusseldorf também fez operações no BankBoston de Miami. De lá saíram US$ 500 mil para a conta da Stuttgart Company, aberta dois meses antes, e US$ 218 mil para a Raspberry Company. O dinheiro continuou a circular. A maior parte foi para as offshores Ágata e Maximus, cujo controle é atribuído a doleiros que movimentaram milhões de dólares por meio de um banco suspeito de lavar dinheiro, o MTB de Nova York.

355 – 3/5/2006 O garçom Anderson Ângelo Gonçalves, o Jack, presta depoimento à CPI dos Bingos. Ele menciona o nome do empresário angolano José Paulo Teixeira Figueiredo, no caso do assassinato de Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, ex-prefeito de Campinas (SP). Toninho foi morto a tiros em 10 de setembro de 2001. Figueiredo, empresário do jogo e apontado como dono de casas de bingo, é investigado por ligações com Antonio Palocci (PT-SP). Ele teria doado US$ 1 milhão para a campanha de Lula em 2002, conforme informações de Rogério Buratti.

Em depoimento fechado, Jack cita o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Segundo o garçom, Bastos tentou convencê-lo a não testemunhar sobre o caso. Na época, o escritório de advocacia de Bastos prestava serviços à família de Toninho. Estranho. Jack relata que ouviu conversas entre Figueiredo e integrantes do PT no bingo Taquaral, em Campinas. O garçom trabalhava lá. Foram três reuniões, nos dias 3 e 6 de setembro de 2001, sempre de madrugada. Toninho foi morto quatro dias depois.

De acordo com Jack, o prefeito foi morto porque contrariou interesses de empresários do jogo. Ele ouviu Figueiredo tramar vingança contra Toninho. Estava inconformado por não obter licença de funcionamento para casas de bingo. O garçom diz que o PT montou uma operação para evitar o esclarecimento do crime. Afirma que Lauro Câmara Marcondes, militante do PT, participou das reuniões da madrugada. Ele se tornou secretário municipal em Campinas depois do assassinato de Toninho. Também esteve nos encontros um homem identificado como Andrezinho. Seria um traficante ao qual se teria atribuído a tarefa de executar o prefeito.

Sobre o envolvimento do ministro, Jack conta que manteve um encontro com Bastos, em meados de 2002. Diz ter recebido uma oferta de R$ 200 mil para não depor nem prestar esclarecimentos sobre o crime. Recebeu ameaças após se reunir com Bastos.

A Câmara dos Deputados absolve, em votação secreta, mais um acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Votam pela cassação do deputado Josias Gomes (PT-BA) 228 deputados, 29 a menos que os 257 votos necessários. Outros 190 absolvem o petista. Há ainda 19 abstenções, cinco votos em branco e um anulado. O Conselho de Ética condenara Gomes.

Acusado de receber R$ 100 mil de Marcos Valério, no primeiro momento Gomes negou ter posto a mão no dinheiro. Contou que foi ao Banco Rural apenas para obter informações sobre um empréstimo que desejava fazer. Depois confessou o saque. Esteve pessoalmente na agência e apresentou documento antes de fazer a retirada. Disse que não sabia a origem do dinheiro, cujo repasse foi autorizado por Delúbio Soares. Alega que usou a soma para quitar despesas de campanha eleitoral na Bahia. Para o deputado, o mensalão nunca existiu. Não passa de um factóide criado pela imprensa. Discursa Gomes:

– Refuto as acusações que me são impostas. Não sou corrupto. Jamais o serei.

Do relator do caso, o deputado Mendes Thames (PSDB-SP), para quem Gomes deveria ser cassado porque, entre outras coisas, efetuou o saque em 2003, ano em que não houve eleição:

– É fato. Recebeu valores provenientes do valerioduto.

Com nova formação, o Conselho de Ética absolve, por 8 votos a 5, o deputado Vadão Gomes (PP-SP). Ele foi acusado de receber R$ 3,7 milhões do valerioduto em 2004. Antes das mudanças no Conselho de Ética, o PT tinha apenas um voto no órgão. Agora, tem três. Os deputados Eduardo Valverde (PT-RO), Anselmo (PT-RO) e Neyde Aparecida (PT-GO) votam a favor de Vadão.

Advogados do deputado licenciado José Janene (PP-PR) protocolam ação no STF (Supremo Tribunal Federal). Querem a paralisação do processo disciplinar contra Janene no Conselho de Ética. Também solicitam autorização para que o deputado tenha direito a se aposentar por invalidez.

356 – 4/5/2006 Toma posse o novo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Marco Aurélio Mello. Ele critica o que chama de “projeto de alcançar o poder de forma ilimitada e duradoura”. Do pronunciamento de Mello:

– Perplexos, percebemos, na simples comparação entre o discurso oficial e as notícias jornalísticas, que o Brasil se tornou o país do faz-de-conta. Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam, o que lhes daria uma carta de alforria prévia para continuar agindo como se nada de mal tivessem feito. Faz de conta que não foram usadas as mais descaradas falcatruas para desviar milhões de reais, num prejuízo irreversível em país de tantos miseráveis. Faz de conta que tais tipos de abuso não continuam se reproduzindo à plena luz, num desafio cínico à supremacia da lei, cuja observação é tão necessária em momentos conturbados.

Para Mello, o indiciamento de autoridades se tornou banal:

– São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o país em dois segmentos estanques: o da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura, e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, se esforça para sobreviver e progredir.

José Dirceu entra com pedido no STF (Supremo Tribunal Federal). Quer suspender inquérito do Ministério Público de São Paulo sobre o seu envolvimento no

esquema de corrupção em Santo André (SP). Na época, Dirceu era o presidente nacional do PT e Celso Daniel (PT), o prefeito da cidade.

Mais um escândalo da era Lula. A Polícia Federal deflagra a Operação Sanguessuga. Prende 46 políticos, empresários e assessores acusados de se beneficiar de esquema fraudulento de venda de ambulâncias para prefeituras. A fraude teria movimentado R$ 110 milhões. A metade do dinheiro foi desviada. Entre os presos, os ex-deputados Ronivon Santiago (PP-AC), Carlos Rodrigues (PL-RJ) e um assessor do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O esquema funcionava a partir do gabinete do ministro da Saúde. Era ali que despachava a funcionária Maria da Penha Lino, nomeada assessora em 2005. Na época, o ministro era o atual deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG). Ele deixou o cargo, mas a funcionária, apontada como líder da fraude, foi mantida no posto pelo novo ministro, Agenor Álvares da Silva.

Outros dois funcionários do Ministério foram acusados de facilitar os negócios das ambulâncias. As suspeitas sobre as atividades da quadrilha foram oficialmente informadas ao ex-ministro da Saúde Humberto Costa (PT-PE), em 2004. Ele não nega:

– Recebi, sim, essa informação. Montei um grupo de trabalho para averiguar a denúncia, mas não se chegou a nenhum resultado.

Na prática, Costa, atual secretário de Comunicação do PT, não suspendeu a liberação das emendas. As transações continuaram.

Dezenas de parlamentares que apresentaram emendas ao orçamento podem estar envolvidos. O esquema era controlado pela Planam, a empresa que vendia as ambulâncias superfaturadas. Fica em Mato Grosso. Maria da Penha prestava serviços para a Planam. A propina era dividida entre todos os envolvidos.

A Polícia Federal desvendou a operação: representantes da Planam procuravam prefeituras e ofereciam um pacote para a aquisição das ambulâncias. Já vinha com a promessa de que parlamentares iriam apresentar emendas ao orçamento prevendo recursos para as compras. Com o dinheiro garantido, as prefeituras apresentavam projetos ao governo federal. Solicitavam novas ambulâncias. A aprovação dos contratos era acelerada dentro do Ministério da Saúde. Para garantir que os veículos realmente seriam adquiridos do esquema da Planan, empresas fantasmas participavam das licitações. Mais de mil ambulâncias foram negociadas.

Circulam listas com suspeitos. Uma traz os nomes de 62 parlamentares. Outra, de 70 prefeitos. Depois surge menção a 107 deputados e senadores. Logo os números oscilam até 170 parlamentares. Um escândalo. Maria da Penha, presa, entrega 81 nomes. O advogado dela, Eduardo Mahon, comenta o depoimento de Maria da Penha à Polícia Federal. Menciona o trecho em que ela se refere ao motorista Fernando Freitas. Ele levava os donos da Planam à garagem do Congresso. Diz o advogado:

– Na garagem, pegavam as malas e colocavam o dinheiro no paletó, nas meias e nas cuecas. Passavam pelo detector de metal da chapelaria. Não dava nada. Subiam à Câmara. Iam de gabinete em gabinete, fazendo os acertos. Acabava o dinheiro, voltavam para o carro e pegavam mais. Na cara dura, na cueca, na meia.

O motorista Freitas confirma à Polícia Federal. Ele transportou os empresários Darci Vedoin, Luiz Antonio Trevisan e Ronildo Medeiros, todos de Cuiabá, até o Congresso. Eles levavam "grandes quantidades de dinheiro" no porta-malas do Toyota Corolla, em "maletas tipo executivo". O dinheiro era posto nos bolsos e nas meias, antes dos empresários entrarem no prédio do Congresso. O motorista admite que ele e outros funcionários da Planam foram incumbidos de efetuar algumas retiradas bancárias para a empresa.

A Câmara anuncia a abertura de investigação sobre o envolvimento de 16 acusados. São os seguintes deputados: Almir Moura (PFL-RJ), Fernando Gonçalves (PTB-RJ), Isaías Silvestre (PSB-MG), João Batista (PP-SP), João Correia (PMDB-AC), Marcos Abramo (PP-SP), Maurício Rabelo (PL-TO), Neuton Lima (PTB-SP), Paulo Baltazar (PSB-RJ), Professor Irapuan Teixeira (PP-SP), Reinaldo Gripp (PL-RJ), Ricarte de Freitas (PTB-MT), Vieira Reis (PRB-RJ), Wellington Fagundes (PL-MT), Zelinda Novaes (PFL-BA) e Reginaldo Germano (PP-BA).

359 – 7/5/2006 O jornal O Globo publica entrevista-bomba com Silvio Pereira, o alto dirigente do PT que ocupava o cargo de secretário-geral do partido. Foi afastado quando ficou público que aceitara de presente um jipe importado Land Rover, do dono de uma empresa contratada pela Petrobrás. Agora, Silvinho denuncia um plano para faturar R$ 1 bilhão e afirma, sem titubear: quem mandava no PT "eram Lula, Genoino, Mercadante e Zé Dirceu".

Silvinho recebeu a repórter Soraya Aggege em seu apartamento em São Paulo. Concedeu oito horas de entrevista. Depois, arrependido do que disse, pediu para as declarações não serem publicadas. Poderiam provocar uma nova crise política. A repórter argumentou que a entrevista era importante, e ele mesmo tinha concordado com a publicação da matéria.

Nervoso, Silvinho ameaçou se matar. Passou a se bater e a destruir o apartamento. "Vão me matar. Eles vão me matar. Não faça isso comigo. Tem muita gente importante envolvida nisso". Soraya deixou o local. Documentos repassados à repórter e um caderno de anotações ficaram retidos. As declarações de Silvinho:

– Marcos Valério é um homem muito, muito inteligente. Ele atuou na campanha do Lula na normalidade. Depois foi crescendo. Ele tinha quatro pontos de interesse com o governo. Não se esqueça que ele vem do Banco Central, foi funcionário de lá. Por que você acha que acharam ele 17 vezes acionando o BC? Não tem essa história de propaganda, isso é bobagem. O plano era faturar R$ 1 bilhão. Em quatro áreas: Banco Econômico, Banco Mercantil de Pernambuco e Opportunity. Tinha ações dele lá que renderiam dinheiro. Mas nenhum dos quatro esquemas rolava. Valério trabalhou com o Daniel Dantas, mas o governo era dividido com essa história. (...) O quarto ponto eu não sei bem, mas eram uns passivos na área de agropecuária.

Em outro trecho da entrevista, a fonte do dinheiro do esquema:

– Empresas. Muitas. Não vou falar nomes. As empresas entre si fraudam as coisas. Às vezes o governo não persegue, e é só isso. Elas se associam em consórcios, combinam como vencer. O Delúbio começou a usar o Marcos Valério para pagar as contas. Agora, da lista do Banco Rural, o Delúbio não sabia, não. O que aconteceu é que Delúbio perdeu o controle. Ele só sabia de três ou quatro deputados do PT. O resto, que recebeu no Banco Rural, não era esquema do Delúbio. Tudo o que foi sacado não tinha a ver com o Delúbio. Quem mais sacou? Há muita hipocrisia.

Aqui, Silvinho não informa quem, no comando do PT ou do governo Lula, fazia a interface com Valério, indicando-lhe como proceder e encaminhar questões de interesse do esquema. Mas o entrevistado diz, em última análise, que Valério engoliu o PT:

– O PT virou refém do Marcos Valério, não tinha mais jeito. O Marcos Valério estabeleceu canais próprios com petistas e não-petistas. Tem muita gente, muitos partidos. Só que tudo caiu na nossa conta. Não tinha jeito de ser diferente. Quando estourou, nos encontramos com ele. Marcos Valério disse três coisas: "Olha, tenho três opções: entregar todo mundo e derrubar a República, ficar quieto e acabar como o PC Farias, ou o meio termo". Foi isso.

Como se sabe, PC Farias foi assassinado. Valério, portanto, optou pelo meio termo. Um ponto curioso: Silvinho diz que "meu papel era convencer os ministros do PT a liberarem cargos para os aliados". Mas havia outras coisas, obviamente, como ele mesmo diz:

– Ganhei uma dimensão que não tinha, trânsito com todo mundo. Essa gente não é fácil, tentou tudo. Mas eu não ia a festas com eles.

Ou seja, aqueles que "iam a festas", esses sim, pertenciam ao primeiro time e seriam os grandes responsáveis pelo esquema. Em outro ponto da entrevista, Silvinho aponta os mandantes:

– Sempre fui da organização partidária. Quem mandava? Eram Lula, Genoino, Mercadante e Zé Dirceu. Eu não estava à altura desse time.

Ele acrescenta:

– Para cargos foi criada uma comissão: Genoino, Delúbio e eu. Só não mexi com os fundos de pensão. Os fundos ficaram por conta do Sereno e do Delúbio. Os maiores ficaram com o Gushiken. Mas não houve nada de errado com os fundos.

Não é o que apontam as investigações.

Diz Silvinho:

– Com os cargos, eu tentava cumprir os acordos do partido. Mas o governo não cumpria, não funcionava. Mesmo com o Roberto Jefferson. Eu ia sempre lá para tentar fazer os ajustes. Tinha um descontentamento muito grande do PTB. Os ministros bloqueavam.

De acordo com Silvinho, "o PT deu muito dinheiro ao PTB". Ele revela um número desconhecido sobre a dívida do PT:

– No fim do ano de 2003, a dívida era de R$ 120 milhões. Aí veio a campanha de 2004. E como eu soube da conta? Marcos Valério entra na minha sala e mostra a conta. Ele não conseguia chegar no Zé. Ele então me mostrou a dívida. E todos imaginavam que a conta era de R$ 50 milhões, ainda.

Claríssima a importância de Valério no esquema. Era ele o tesoureiro de fato do PT, o grande operador de dinheiro dentro do partido. Agora, uma declaração enigmática, mas talvez a mais importante de toda a entrevista de Silvinho:

– A verdade do PT não tem como ser digerida pela mídia. Como o Delúbio consegue, com uma assinatura dele mesmo, R$ 50 milhões? Olha, eu acho que o Delúbio não parou e olhou a coisa como um todo. Ele não é corrupto. Não é. Quem decidia tudo isso? Não havia uma decisão, não é como vocês pensam. Atrás do Marcos Valério deve haver 100 Marcos Valério. É um mecanismo, e que agora continua no país.

Comentário do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ):

– A entrevista mostrou que as denúncias sobre o mensalão não estão esgotadas e que nós não conhecemos toda a verdade.

A Folha de S.Paulo traz informações sobre uma conta bancária no paraíso fiscal da ilha de Cayman, no Caribe. Registrou depósitos de R$ 11,1 milhões e foi operada de um aparelho de fax instalado na sala da liderança do PMDB no Senado. Documentos obtidos pelo repórter Rubens Valente mostram que o dinheiro foi transferido em 2003 para outra conta, que chegou a ter R$ 15,5 milhões em 2004.

As operações teriam sido conduzidas pelo assessor Francisco Sampaio de Carvalho. Ele foi levado à liderança do PMDB pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Na época, Calheiros era o líder do partido. Em 2005, por indicação de Calheiros, o assessor passou a atuar na consultoria do presidente do

Senado. Documentos sobre as movimentações financeiras também foram recebidos por fax da presidência do Senado. Em meio aos trabalhos de apuração da reportagem, Carvalho se afastou do cargo.

360 – 8/5/2006 A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) decide encaminhar à Procuradoria-Geral da República notícia-crime contra Lula. Quer a investigação do presidente por envolvimento no escândalo do mensalão. Para a OAB, há indícios de participação de Lula em crimes de corrupção.

Durante a reunião do conselho da OAB, fica decidido que não será formalizado pedido para a abertura de processo de impeachment. A decisão traz alívio ao PT. A maior parte dos membros do conselho entende que o pedido de impeachment é politicamente inoportuno, devido à proximidade das eleições e à falta de legitimidade do Congresso para julgar Lula por crime de responsabilidade.

Para o relator do caso, advogado Sérgio Ferraz, que votou pela abertura do processo, existem mais indícios contra Lula do que havia contra o ex-presidente Fernando Collor. Em 1992, a OAB pediu o impeachment de Collor. Diz o relator:

– Estamos imersos em grave crise institucional. O que temos em mãos não são meros artifícios oposicionistas, em busca de rendimentos e lucros eleitorais.

Da advogada Elenice Carille, a autora da proposta de abertura de processo por crime de responsabilidade contra Lula:

– A ignorância criminosa dos fatos, que invoca o presidente da República, importa em crime por omissão, em crime que não deixa impressão digital e que não deixa qualquer prova material, mas nem por isso deixa de ser crime.

A Polícia Civil de São Paulo indicia o ex-prefeito Gilberto Maggioni (PT) por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, peculato e falsidade ideológica. Ele é acusado de ter participado de esquema fraudulento nos contratos de limpeza pública de Ribeirão Preto (SP). A fraude teria provocado prejuízos de R$ 30,7 milhões. O ex-prefeito responderá ainda por recebimento de propina mensal de R$ 50 mil da empreiteira Leão Leão, da mesma forma que o seu antecessor no cargo, o ex-prefeito Antonio Palocci (PT).

Em seu depoimento, Maggioni nega as acusações. Afirma, contudo, que Isabel Bordini, a ex-superintendente do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto), foi mantida no cargo a pedido do PT. É dela a responsabilidade por eventuais irregularidades nos serviços. Do promotor Aroldo Costa Filho:

– O partido tinha interesse que Isabel continuasse no Daerp, porque era de lá que estava saindo o dinheiro.

Para o advogado de Maggioni, Alamiro Salvador Netto, está errada a interpretação do depoimento do ex-prefeito:

– O que ele disse foi que o PT orientou no sentido da manutenção de Isabel. Não foi uma imposição.

362 – 10/5/2006 A CPI dos Bingos debate documento em poder da Justiça dos Estados Unidos. Nele consta que o PT tentou extorquir "dezenas de milhões de dólares" do grupo Opportunity. O ofício foi enviado ao juiz Lewis A. Kaplan, de Nova York, pelo escritório de advocacia Bóies, Schiller Flexner, contratado para defender nos Estados Unidos o banqueiro Daniel Dantas, controlador do Opportunity. O documento, de 13 de abril de 2005, é assinado pelo advogado Philip C. Korologos:

"O ódio e a perseguição relacionados ao Opportunity começaram com a recusa do banco, em 2002 e 2003, de aceitar a sugestão do Partido dos Trabalhadores de pagar

dezenas de milhões de dólares ao partido, para evitar pressões governamentais sobre o Opportunity."

Agora, trecho de declaração do mesmo advogado Korologos, durante uma conversa ocorrida em 26 de abril, menos de duas semanas depois, com advogados do Citibank e o juiz de Nova York:

"Há pressão do governo, há pressão dos fundos de pensão, há desejos de fazer negócios com a Telemar. Há interesses comerciais, conforme explicados por Gustavo Marin, presidente do Citibank no Brasil, da Brasil Telecom, e reportados do seu encontro com o presidente do Brasil: o governo do Brasil odeia Daniel Dantas. É o que ele disse."

A Brasil Telecom é uma das mais importantes operadoras de telefonia fixa do país. Informações apuradas pela Folha de S.Paulo dão conta de que mais de um emissário do PT mandou recados a executivos do Opportunity, manifestando interesse por doações. Segundo a repórter Janaína Leite, "a insinuação era que uma contribuição de R$ 90 a R$ 110 milhões poderia aplacar o clima de guerra do governo contra o banqueiro".

O Opportunity sustenta a versão de que a abordagem de integrantes do PT foi informada ao Citibank, associado à época ao banco brasileiro. Os dois sócios teriam se negado a dar o dinheiro. Dantas é desafeto do grupo do PT ligado ao movimento sindical bancário e aos fundos de pensão, um setor sob influência de Luiz Gushiken.

Agora, o Opportunity tenta recuperar o controle da Brasil Telecom. A Justiça norte-americana afastou o grupo da gestão da empresa e favoreceu o Citibank na disputa societária. Dantas trava uma guerra judicial com o Citibank e os fundos de pensão ligados ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás.

O problema vem desde 1998, com a privatização da Brasil Telecom. A empresa foi comprada por um consórcio formado pelo Opportunity, gestor de recursos do Citibank, pela Telecom Itália e os fundos de pensão do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás. Em 2005, o Opportunity perdeu uma disputa com a Telecom Itália e foi abandonado pelo Citibank, que decidiu se associar aos fundos de pensão.

Dantas prestou depoimento às CPIs dos Correios e do Mensalão para explicar os contratos que manteve com as agências de publicidade de Marcos Valério. Os contratos foram suspensos após a eclosão do escândalo do mensalão, mas mesmo assim a Brasil Telecom chegou a transferir R$ 3,9 milhões para a SMPB e R$ 823 mil para a DNA. O banqueiro admitiu ter se reunido duas vezes com o ex-ministro José Dirceu em 2003, mas negou doações ao PT.

O Conselho de Ética aprova parecer, por 9 votos a 1, em favor da absolvição do deputado Vadão Gomes (PP-SP). Ele é acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. O parecer em defesa de Vadão foi preparado pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO).

363 – 11/5/2006 Em depoimento ao Ministério Público Federal, Silvio Pereira afirma que o apetite por cargos do ex-ministro José Dirceu (PT-SP) foi o responsável pela desagregação da base aliada do governo federal. De acordo com o ex-secretário-geral do PT, o comportamento de Dirceu provocou insatisfação nos partidos que apoiavam o presidente Lula.

Contrariados, parlamentares aliados passaram a votar contra o governo. Para o Ministério Público, o impasse produziu uma relação de chantagem. Com o objetivo de

aliviar a tensão, o governo Lula teria decidido cooptar os aliados por meio do esquema do mensalão.

Silvinho informou que gerenciava um sistema que fazia a triagem das indicações para cargos de confiança na administração federal. Um banco de dados reunia os nomes de pessoas indicadas por sete partidos que apoiavam o governo do PT, a saber: PL, PP, PTB, PMDB, PSB, PPS e PC do B.

As nomeações eram encaminhadas ao Ministério da Casa Civil e cabiam a instâncias superiores. Na hora da partilha, prevaleceu em muitos casos a hegemonia do PT. Manifestava-se a força do ex-ministro Dirceu, o que gerava conflitos com os aliados.

O PT informa que vai negociar dívida de R$ 300 mil com o escritório do advogado Arnaldo Malheiros Filho, contratado para defender Silvinho. Apesar de desligado do PT desde julho de 2005, o partido continuou patrocinando a defesa do ex-secretário-geral. O mesmo Malheiros Filho foi contratado pelo PT para fazer a defesa de Delúbio Soares e continua exercendo a função. Como se sabe, o ex-tesoureiro foi expulso do PT.

364 – 12/5/2006 Um ano depois do início da crise política, a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), o estopim do escândalo do mensalão, "comemora" o aniversário com a prorrogação dos contratos das empresas Skymaster Airlines e Beta (Brazilian Express Transportes Aéreos). As duas são acusadas de montar um esquema fraudulento que teria provocado um rombo de R$ 86 milhões. A renovação dos contratos para operar as linhas da chamada rede postal aérea noturna prevê gastos de R$ 90 milhões.

Os Correios prorrogaram os contratos porque não realizaram nova licitação para os serviços. O presidente da estatal, Jânio Cezar Luiz Pohren, emite nota para justificar a renovação. Afirma que os contratos serão mantidos até a conclusão de estudos para uma nova moldagem da rede postal noturna. Não estabelece prazo.

365 – 13/5/2006 A revista Veja publica reportagem com informações atribuídas a Daniel Dantas. O banqueiro teria em mãos uma relação de cardeais do PT com dinheiro escondido em paraísos fiscais. São os seguintes: Lula (com US$ 38,5 mil), José Dirceu (US$ 36,2 mil), Antonio Palocci (US$ 2,1 milhões) e Luiz Gushiken (E$ 902 mil). Também fazem parte da lista Márcio Thomaz Bastos (US$ 1,4 milhão), o diretor da Polícia Federal Paulo Lacerda (E$ 1,1 milhão), e o senador (PFL-SP) Romeu Tuma (E$ 1,1 milhão).

A reportagem de Marcio Aith afirma que a lista é resultado de um trabalho de investigação do norte-americano Frank Holder, ex-diretor da agência internacional de espionagem Kroll. De acordo com o repórter, "se pelo menos uma parte desse material for verdadeira, o governo Lula estará a caminho da desintegração".

Veja relata que teve acesso à lista com as supostas contas em setembro de 2005, "com o conhecimento de Dantas". Acrescenta que "a revista deu início a um exaustivo trabalho de apuração. A reportagem encontrou-se com Frank Holder uma vez em Zurique, na Suíça, e outras duas vezes em Buenos Aires".

Segue a matéria: "Inicialmente, Holder explicou a Veja que a lista fora obtida pela Kroll no curso da investigação de outro escândalo: o da quebra, no Brasil e na Itália, da companhia de laticínios Parmalat. Segundo ele, foram recuperados, nessa investigação, documentos que comprovariam detalhes do pagamento de propina da Parmalat a autoridade dos dois países. Desdobrados, esses dados teriam, por tabela,

batido na rede de corrupção pessoal do governo do PT. Em dois encontros com a reportagem de Veja, autoridades judiciais em Milão, encarregadas do caso Parmalat, afirmaram desconhecer essa conexão. Confrontado com a negativa italiana, Holder então mudou sua versão. Passou a dizer que as contas foram rastreadas por hackers pagos pelo ex-ministro argentino José Luis Manzano, símbolo da corrupção do governo Carlos Menem".

Conforme a reportagem, "Manzano confirmou ter entregue 'algumas contas de brasileiros' a Holder, como um favor pessoal". Veja salienta que "tentou confirmar a veracidade do material entregue por Manzano. Submetido a uma perícia contratada pela revista, o material apresentou inúmeras inconsistências, mas nenhuma suficientemente forte para eliminar completamente a possibilidade de os papéis conterem dados verídicos".

Veja relata encontros de Dantas com o ex-presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães, um petista que, segundo a revista, operou na clandestinidade, em 2003 e 2004, "achacando empresas e empresários". A matéria:

"Dantas alega estar apenas defendendo-se de pressões e achaques dos petistas que queriam tirá-lo do comando da Brasil Telecom. Ainda que existam fortes evidências nesse sentido, o banqueiro não cabe na fantasia de vítima. Principalmente quando se sabe que usou dinheiro para acercar-se de pessoas próximas do presidente Lula e de José Dirceu. Dantas tentou seduzir Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha, e seus sócios da Gamecorp. Antes de o grupo ser vendido à Telemar, o banqueiro pagava a Lulinha e sua trupe R$ 100 mil mensais, para que fornecessem conteúdo ao portal de internet da Brasil Telecom. Por último, ofereceu uma bolada para tornar-se sócio da Gemecorp. No fim, game over para Dantas: Lulinha preferiu os agrados da rival Telemar. Dantas deu também R$ 1 milhão ao advogado Roberto Teixeira, padrinho de um dos filhos de Lula. Até hoje, ninguém explicou o que o compadre fez pare merecer tanto dinheiro. Teixeira se limita a dizer que foi em troca de um serviço 'sigiloso'. O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, também mereceu atenção especial. Amicíssimo do deputado cassado por corrupção José Dirceu, ele foi contratado por Dantas a peso de ouro. Levou R$ 8 milhões para 'assessorar' o banqueiro. Com isso, Dirceu, que foi ministro-chefe da Casa Civil de Lula, tornou-se mais sensível aos pleitos do Opportunity. Tem mais. Dantas deu a Marcos Valério as contas publicitárias da Telemig e da Amazônia Celular, num total de R$ 130 milhões. Além de fazer anúncios para Dantas, o carequinha levava ao banqueiro as propostas não republicanas de Delúbio Soares. Em 2004, o banqueiro colocou na sua folha de pagamentos a agência Matisse, de propriedade de Paulo de Tarso Santos, petista histórico e marqueteiro das campanhas de Lula em 1989 e 1994. A Matisse foi contratada para 'reposicionar' a marca da Brasil Telecom. Mas o que fez mesmo foi ajudar a 'reposicionar' Dantas frente ao governo petista."

Veja também traz entrevista de Dantas concedida ao colunista Diogo Mainardi. O banqueiro afirma que o ex-tesoureiro Delúbio Soares pediu entre US$ 40 milhões e US$ 50 milhões para "resolver as dificuldades" do Opportunity com o governo do PT. Dantas informa que o "pedido" foi feito a seu ex-cunhado Carlos Rodenburg, diretor do Opportunity na época, em um encontro intermediado por Marcos Valério. Diz Dantas:

– O que houve foi uma sugestão de que, se déssemos uma quantia expressiva ao partido, eles poderiam nos ajudar a resolver as dificuldades que estávamos tendo com o governo.

Dantas teria levado o pedido ao Citibank, o seu parceiro norte-americano naquele momento, com a opinião de que o repasse de uma quantia "muito grande" ao

PT poderia estancar as dificuldades do grupo com o governo Lula. Mary Linn, diretora do Citibank, teria desaconselhado e o pagamento não teria ocorrido.

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro (PT-RS), anuncia que o governo brasileiro vai processar Daniel Dantas. Horas mais tarde, cauteloso, Genro prefere concentrar seu ataque na Veja:

– O presidente Lula informou que vai tomar todas as medidas legais e legítimas contra uma matéria que é caluniosa, difamatória e construída de forma arbitrária pela revista para atacar, sem nenhum fundamento, a honra do presidente da República.

Como se vê, Dantas foi poupado.

O senador Amir Lando (PMDB-RO), ex-ministro da Previdência, revela à revista Isto É que toda a negociação para abrir as portas do chamado crédito consignado ao BMG ocorreu dentro do Palácio do Planalto, e foi capitaneada pelo ex-ministro José Dirceu (PT-SP). As operações elevaram os lucros do BMG de R$ 90,2 milhões em 2003, para R$ 275,3 milhões em 2004. Envolveram Lula: o presidente assinou o decreto que permitiu a bancos privados oferecer os créditos consignados aos segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Abriu um filão de mais de 18 milhões de aposentados e pensionistas ao BMG.

Em entrevista aos repórteres Rudolfo Lago e Rodrigo Rangel, Lando afirma que "a coisa" não passava pela Previdência. "Era articulada na Casa Civil e operada diretamente no INSS", cujo presidente na época era Carlos Bezerra. Ele confirma a Isto É:

– Tudo era acertado na Casa Civil.

Diz Lando:

– Numa reunião fechada da CPI do Mensalão, o próprio Valério disse que o BMG era um banco ligado ao PT.

De acordo com o senador, o BMG tinha experiências anteriores com crédito consignado em prefeituras do PT e associações sindicais.

Durante a entrevista, o ex-ministro da Previdência afirma que contou ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ter ouvido mais de uma vez rumores de que existiam "cobranças de vantagens" para permitir a habilitação dos bancos.

Isto É também trata de inquérito aberto no Ministério Público para investigar um contrato de aluguel de computadores para o INSS, no valor de R$ 260 milhões. A suspeita é decorrente de decisão posterior do próprio INSS. O órgão comprou computadores para equipar suas agências por R$ 30 milhões.

Além de responsabilizar Bezerra pelo ato supostamente lesivo aos cofres públicos, a ação do Ministério Público aponta o envolvimento do ex-presidente da Dataprev, José Jairo Ferreira Cabral. Tido como amigo do presidente Lula e indicado para o cargo pelo PT, Cabral foi casado com Sandra Cabral, uma das principais assessoras de Dirceu naquele período.

367 – 15/5/2006 A Folha de S.Paulo revela: o Instituto Cidadania, criado por Lula em 1992, recebeu doações de ao menos R$ 2,5 milhões, em três anos do governo Lula. A entidade, com sede em São Paulo, funcionou como escritório de Lula durante cerca de dez anos. Até 2002, o orçamento do Instituto Cidadania girava em torno dos R$ 350 mil por ano.

A reportagem de Fábio Zanini mostra que despacharam no Cidadania, entre outros, os ministros Guido Mantega, Dilma Rousseff e o chefe de gabinete do

presidente, Gilberto Carvalho. Até 2002, o presidente do Instituto Cidadania era Paulo Okamotto, o amigo de Lula indicado para a presidência do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Outras coincidências: o atual presidente do Cidadania, José Alberto de Camargo, era, em 2002 o presidente da CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração). A empresa, com sede em Araxá (MG), foi a maior doadora oficial da campanha de Lula. Contribuiu com R$ 1 milhão. Eleito presidente, Lula passou alguns dias descansando em uma das propriedades da CBMM.

A partir de 2003, os cofres do Cidadania começaram a ser recheados. A CBMM doou R$ 800 mil, a Vale do Rio Doce R$ 300 mil. Entrou dinheiro da Telemar, do Banco do Brasil, da Usiminas e da Bunge, empresa do setor de alimentos. A sede da organização, porém, parece um prédio fantasma. E, por fim, mais uma confusão entre público e privado: Camargo anunciou que, em 2005, a entidade receberia R$ 1,2 milhão do Sebrae, cujo presidente, Okamotto, continua no Conselho Fiscal do Instituto Cidadania.

368 – 16/5/2006 Lenha na fogueira. O jornal O Estado de S. Paulo entrevista Carlos Rodenburg, ex-diretor do grupo Opportunity. Ele afirma à repórter Sonia Racy que sentiu “uma pressão para ajudar o partido”, durante encontro mantido com o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Sem usar a expressão “extorsão”, Rodenburg descreve que Delúbio, em nome de um esforço para melhorar a relação entre o Opportunity e o governo Lula, explicou as dificuldades do PT e mencionou um “furo” de US$ 40 milhões a US$ 50 milhões nas finanças do partido.

Rodenburg e Delúbio encontraram-se duas vezes no primeiro semestre de 2003. No Hotel Blue Tree, em Brasília, e num apart-hotel em São Paulo. Rodenburg garante: o dinheiro não foi pago. O Opportunity queria o apoio do governo Lula para manter o controle da Brasil Telecom. O primeiro encontro com Delúbio foi um pedido do diretor do Opportunity, agendado por Marcos Valério. A segunda reunião foi solicitada por Delúbio, por sugestão de Valério.

As palavras de Delúbio, segundo Rodenburg:

– Ele disse o seguinte: “Olha, Carlos, estamos com dificuldades financeiras muito grandes, com um furo de caixa de US$ 40 a US$ 50 milhões. O PT está com esse furo e tem que se ajustar”.

Sobre a segunda reunião:

– No segundo encontro, desta vez pedido por ele, eu disse que não era possível ajudar. Acho que não agradei.

– E aí?

– Aí, os fatos falam por si só.

– O senhor considerou essa conversa com Delúbio uma extorsão?

– Não, senti como uma pressão para ajudar o partido.

– Foram essas as únicas vezes que vocês tiveram contato com a campanha do PT?

– Teve uma terceira vez. Um dia, no escritório do Opportunity em São Paulo, fui informado de que um tal de Ivan Guimarães queria falar comigo. Não tinha marcado encontro, não foi indicado por ninguém. Me trouxe o que, vim a saber depois, era um kit de contribuição do PT, com uma fita do Lula, um broche e uma caneta dentro de uma caixa. Achei estranho, disse que concessionária de governo não pode contribuir.

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) divulga nota em defesa de uma reforma política para reverter o quadro de corrupção "endêmica" no país, a fim de que haja meios para o Brasil sair do "tradicional círculo vicioso da corrupção".

De acordo com a CNBB, a reforma política precisa ser "capaz de proporcionar uma estrutura de maior participação popular nas eleições, que controle o poder econômico e bloqueie a corrupção".

A Igreja Católica pede "novos caminhos" e alerta os eleitores para que fiquem atentos a políticos "cujas plataformas camuflam interesses particulares". Denuncia os "oportunistas", políticos que "são sustentados por campanhas financeiras vultosas".

Para a CNBB, esses políticos "não têm escrúpulos em reproduzir o esquema de corrupção eleitoral", o que cria um cenário de "desencanto e decepção" com a vida política.

369 – 17/5/2006 O Ministério Público denuncia o empresário e ex-segurança Sérgio Gomes da Silva, o Sérgio Sombra, o ex-secretário da Prefeitura de Santo André (SP) e ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT), o ex-superintendente da Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental) Maurício Mindrisz e o empresário Ronan Maria Pinto, cujas empresas mantinham negócios com o município. Todos são acusados por crimes de formação de quadrilha, fraude e dispensa ilegal de licitação.

De acordo com a denúncia, os quatro atuaram em parceria com o prefeito Celso Daniel (PT), para desviar recursos públicos. Formavam "quadrilha organizada estável", com o objetivo de "cumprir como meta estabelecida um mega-esquema de corrupção".

Para os promotores, Sombra, mesmo sem ocupar cargo na Prefeitura, exercia grande influência na administração pública. O esquema favorecia Ronan, dono de empresas de transporte, coleta de lixo e engenharia, que mantinham contratos com a gestão municipal.

Uma dessas empresas, a Rotedali, foi contratada 12 vezes para executar serviços de limpeza, varrição e manutenção de aterro sanitário, em transações que envolveram cerca de R$ 50 milhões. Parte do dinheiro teria alimentado o caixa 2 do PT. Dos 12 contratos, dez foram celebrados sem licitação. Destes, cinco acabaram contestados pela Justiça e pelo Tribunal de Contas do Estado. Sombra foi sócio de Ronan em negócios com empresas de ônibus em Fortaleza e Cuiabá.

Trecho da denúncia dos promotores Amaro José Thomé Filho, Adriana Ribeiro Soares de Morais e Roberto Wider Filho:

"Sérgio, aproveitando-se de seu prestígio junto à administração, idealizou com Daniel a formação da sociedade delinqüente e era um dos destinatários dos recursos ilícitos. Foi tesoureiro de campanha eleitoral de 1996. Arrecadou diretamente parte do dinheiro, que foi depositado na sua conta corrente."

Indiciado Waldomiro Diniz. A decisão é do delegado Milton Olivier, da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas do Rio. Waldomiro foi subchefe de assuntos parlamentares do Ministério da Casa Civil, um dos principais assessores do ex-ministro José Dirceu (PT-SP). Divulgada a gravação em que apareceu pedindo propina ao empresário de jogo Carlinhos Cachoeira, saiu do governo. É acusado por formação de quadrilha, peculato e corrupção passiva. Cachoeira e o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) também são indiciados.

Em 2002, Waldomiro, presidente da Loterj, a estatal de loterias do Rio, pediu a Cachoeira dinheiro e contribuições para campanhas eleitorais. Em troca, ofereceu facilidades nos negócios de loteria com o governo. O empresário do jogo gravou a conversa. A divulgação da fita foi o primeiro grande escândalo da era Lula.

O outro lado da corrupção. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) conclui pesquisa e divulga que 14 milhões de brasileiros, o equivalente a 7,7% da população do país, vivem em ambiente de insegurança alimentar grave. O levantamento aponta que, considerados também os casos de insegurança alimentar leve e moderada, 72 milhões de brasileiros, ou 39,8% da nossa população, preocupam-se em algum grau com a falta de comida.

A segurança alimentar consiste no direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Um direito universal. A pesquisa revela: 10,3% dos brasileiros na faixa etária de zero a 17 anos estão submetidos à insegurança alimentar grave. Outro dado: metade dos meninos e meninas de até quatro anos de idade encontra-se em situação de risco alimentar leve, moderado ou grave. Há 1,5 milhão de crianças brasileiras submetidas à insegurança alimentar grave.

E mais: 52% das pessoas que sofrem com insegurança alimentar grave vivem no Nordeste do país, sendo que no Maranhão o problema afeta 18% da população. Em todo o Nordeste, 17% das crianças com menos de cinco anos estão em situação de insegurança alimentar grave. E, do total de 14 milhões de brasileiros que vivem essa realidade, 10 milhões, ou 72,4%, são negros ou mulatos.

Números da era Lula.

370 – 18/5/2006 A Polícia Federal apreende computadores e documentos no escritório do deputado José Janene (PP-PR), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Suspeita-se que pessoas ligadas a Janene tenham sido beneficiárias de R$ 5,3 milhões do valerioduto. Meheidin Hussein Jenani, primo e assessor do deputado, movimentou R$ 295 mil em agência da Caixa Econômica Federal de Londrina (PR). O salário dele é de R$ 1.834,00. A maior parte dos depósitos nas contas de pessoas ligadas a Janene ocorreu entre 2003 e 2005, período em que vigoraram as transferências e repasses do caixa 2 do PT.

A mulher do deputado, Stael Fernanda, apareceu como compradora de fazendas em Londrina e Faxinal (PR), e de dois terrenos em condomínio de luxo em Londrina. Num deles, está sendo erguida uma casa de 2 mil metros quadrados de área construída, avaliada em R$ 2 milhões.

Divulgada pesquisa da Market Analysis. O levantamento é realizado desde 1999, em oito capitais brasileiras. Pela primeira vez, a preocupação com a corrupção está entre as grandes questões nacionais. Foi apontada por 19,8% dos entrevistados. Ficou atrás apenas do desemprego, mencionado como o principal problema do país para 32,6% das pessoas.

Na época do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, a corrupção foi apontada como assunto grave por menos de 5% dos entrevistados. Ficou próxima do patamar das questões ambientais. Os maiores problemas sempre se ligaram ao desemprego, pobreza e violência. Declaração do cientista político Fabian Echegaray, diretor da Market Analysis:

– O resultado reflete a interpretação de parte do público de que a corrupção também atinge seu bem-estar material. As pessoas passaram a fazer a conexão de que a falta de transparência e eficiência do poder público afeta diretamente seu bolso.

371 – 19/5/2006 Delúbio Soares pede habeas-corpus ao STF (Supremo Tribunal Federal). Não quer prestar depoimento à CPI dos Bingos. A comissão pretende ouvi-lo sobre supostas tentativas de achaque ao banqueiro Daniel Dantas, do grupo

Opportunity. Se for obrigado pelo STF a comparecer à sessão, o ex-tesoureiro solicita, desde já, autorização para ficar em silêncio e evitar certas perguntas, toda vez que as respostas puderem implicar a auto-incriminação.

A coisa não sai como os advogados de Delúbio desejavam. Ele vai ser obrigado a depor. Tem de falar a verdade. Não poderá receber orientação durante o depoimento, e precisa dar respostas a todas as perguntas que lhe forem formuladas. O temor do ex-tesoureiro é o questionamento sobre US$ 40 milhões, contribuição que ele teria insinuado a Dantas, uma quantia para o PT aplacar a crise financeira.

372 – 20/5/2006 O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, reuniu-se em segredo com o banqueiro Daniel Dantas. A notícia está em Veja. O grave é que Dantas acusou Bastos de ter dinheiro guardado no exterior, não declarado, conforme a revista mostrou na edição anterior. De acordo com o repórter Marcio Aith, "Bastos deveria esforçar-se para prender o banqueiro, e não se sentar à mesa com ele para tratar de negócios".

Os dois teriam celebrado um pacto no meio da semana. Segundo o trato, o governo ficou de não pôr a Polícia Federal atrás de Dantas, enquanto o banqueiro se comprometeu a não fornecer dados que comprometessem autoridades brasileiras na CPI.

Bastos procurou neutralizar um dossiê de 41 páginas, com documentos sobre 27 supostas contas bancárias em paraísos fiscais, todas recheadas com dinheiro ilegal de próceres da República, inclusive de Lula. A revista sustenta que Dantas entregou o dossiê à reportagem. Ele nega. O material foi encaminhado por Veja ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

De acordo com a revista, Dantas pagou US$ 838 mil pelo dossiê a Frank Holder, o ex-diretor da agência de investigações Kroll. Pretendia usá-lo para fazer chantagem. Veja refere-se a uma ata com o resumo de uma conferência telefônica realizada em 10 de fevereiro de 2005, entre Dantas, assessores e diretores da Kroll. No documento, o banqueiro relata que o ex-ministro José Dirceu e membros do governo Lula não iriam prejudicar os interesses do Opportunity, desde que ficassem livres de investigações da Kroll.

Veja também recorre a matéria publicada pela revista Carta Capital. A publicação lembra que o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), um aliado de Dantas, fez alusões a contas bancárias no exterior, durante o depoimento de Luiz Gushiken à CPI dos Correios, em setembro de 2005. Fortes discorreu sobre a Kroll para Gushiken:

– Não era uma característica da Kroll, no mundo inteiro, fazer gravações telefônicas, como se queria provar e mostrar. Mas, sim, fazer o rastreamento de contas e outras atividades.

O senador pontuou o que, no entender dele, estaria por trás do receio às atividades da agência de investigações:

– O medo da Kroll tem outro fundamento, senhor Gushiken, e a verdade vai chegar. É só questão de esperar, é só questão de tempo. Na verdade, o pavor que o governo tem da Kroll tem outro fundamento, e nós vamos chegar à verdade.

Parece claro que Fortes faz referência a somas de dinheiro de figurões, aplicadas indevidamente no exterior.

375 – 23/5/2006 Delúbio Soares depõe à CPI dos Bingos. Recusa-se a assinar termo comprometendo-se a dizer a verdade, mas admite a participação em reunião com o banqueiro Daniel Dantas e o diretor do Opportunity, Carlos Rodenburg. Estava acompanhado de Marcos Valério. Foi em 22 de julho de 2003, no hotel Blue Tree, em

Brasília. O encontro foi a pedido de Valério. O ex-tesoureiro negou que a reunião serviu para exigir dinheiro. Diz Delúbio:

– Conversei com muitos empresários. Não tem ninguém que diga que eu pedi dinheiro.

Sobre o objetivo da reunião, então:

– O conteúdo foi que o Partido dos Trabalhadores não gostava do Opportunity. Eu não disse que gostava, nem que não gostava. O PT não tinha nenhuma restrição.

E a campanha eleitoral de 2002, recebeu R$ 1 milhão de empresários do jogo do bingo?

– Nunca tive relacionamento com pessoas ligadas a jogos. Nunca entrei em casa de bingo. Nem em quermesse eu jogava bingo. Nunca recebi recursos de bingos. Não conheço o assunto, não conheço ninguém. Me declaro incompetente.

Mais direto, impossível.

Num dos momentos mais acalorados do depoimento, Delúbio diz que não pode ser responsabilizado por decidir, sozinho, sobre operações financeiras que alimentaram o caixa 2 do PT. O diálogo é com o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB):

– Eu tinha uma procuração política da direção do partido.

– De quem? Do presidente Lula, de Dirceu?

Eu tinha uma autorização política.

Mais uma vez, Delúbio mata no peito.

Manobra do governo na CPI evita a convocação de Dantas. Também fica de fora Jorge Mattoso, o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, e Daniel Goldberg, o assessor de Márcio Thomaz Bastos. E isso sem falar em Marcos Valério que, da mesma forma, foi desobrigado de prestar depoimento.

O Ministério Público envia ao STF (Supremo Tribunal Federal) cópias de um inquérito que envolve o ex-deputado José Dirceu (PT-SP) no esquema de corrupção em Santo André (SP). A investigação é baseada num depoimento do secretário de Habitação de Mauá (SP), Altivo Ovando Júnior. Ele afirmou que Dirceu tinha conhecimento de um sistema de arrecadação de propina em Santo André. Altivo participou de reuniões no gabinete do ex-prefeito de Mauá, Oswaldo Dias (PT). Ouviu relatos de Dirceu. Os encontros aconteceram de 1997 ao ano 2000. No período, Altivo era secretário no governo do PT, e Dirceu o presidente nacional do partido.

O esquema funcionou também em Mauá. Segundo Altivo, integrantes da cúpula do PT exigiram R$ 1,8 milhão do Grupo Peralta, para facilitar a instalação de um shopping center na cidade. O dinheiro teria sido usado para financiar a campanha de Marta Suplicy (PT) à Prefeitura de São Paulo, em 2000.

Altivo confessou ter participado da extorsão. Em troca do dinheiro, a Prefeitura de Mauá doou áreas públicas avaliadas em R$ 5,6 milhões para a construção do shopping. Para o Tribunal de Contas do Estado, o ex-prefeito Dias direcionou o negócio e violou a lei de licitações. Ele foi multado em R$ 13.900,00. Altivo deu entrevista ao repórter Rodrigo Pereira, de O Estado de S. Paulo:

– O ex-ministro José Dirceu esteve no gabinete do ex-prefeito de Mauá Oswaldo Dias, no período em que o senhor foi secretário?

– Ele foi várias vezes ao gabinete do prefeito. Teve vários encontros, era comum ele comparecer lá.

– O senhor presenciou essas conversas? Ele falava sobre arrecadação de dinheiro para o PT?

– Ele comentava abertamente que era obrigatório ter esquema de arrecadação de dinheiro, que todo município petista participava. Os esquemas de arrecadação eram obrigatórios em todas as cidades.

– Envolvia o quê? Contratos de ônibus, de lixo?

– Eu não gerenciava, nunca gerenciei. Mas com lixo e construtoras era em todas as prefeituras. Era aberto, todo mundo sabia que envolvia construtoras, contratos de lixo, essas coisas. Hoje isso está público, todo mundo conhece. Mas eles sempre fizeram, sempre existiu essa indústria de arrecadar dinheiro, infelizmente.

O senhor já trabalhou para a ex-prefeita Marta Suplicy?

– Trabalhei por seis meses como superintendente de projetos viários da Prefeitura de São Paulo. Eu deixei o cargo pelo mesmo motivo pelo qual larguei a Secretaria de Habitação de Mauá, por problemas dessa natureza, de institucionalização da corrupção.

– Por que deixou os dois empregos?

– Deixei quando vieram e me enquadraram: "Ou você faz ou está fora". Saí na hora. Hoje todo mundo sabe dessa indústria de corrupção montada pelo PT. Mas ela já estava institucionalizada há muito tempo.

– E a cobrança era pública, feita abertamente?

– Digo que, infelizmente, o PC Farias seria só aprendiz em meio a essa indústria de arrecadar dinheiro que o PT montou. Infelizmente, o PC seria só aprendiz.

Do inquérito de 22 páginas, enviado ao STF pelos promotores Amaro Thomé, Roberto Wider e Adriana Ribeiro Soares de Morais:

"José Dirceu, que se auto-intitulava paradigma da ética e da probidade, hoje figura como denunciado porque seria o idealizador e principal articulador de um mega-esquema de corrupção, que teve como um dos laboratórios, justamente, a cidade de Santo André."

376 – 24/5/2006 A Câmara absolve o 11º acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Livra-se da cassação o deputado Vadão Gomes (PP-SP). Em votação secreta, Vadão recebe 243 votos em sua defesa, contra 161 a favor da perda do mandato. Há 16 abstenções, quatro votos em branco e um nulo. Vadão foi acusado de receber R$ 3,7 milhões do caixa 2 do PT. O Conselho de Ética aprovou parecer, inocentando-o. O autor foi o deputado Eduardo Valverde (PT-RO). Diz Valverde:

– Seria fácil seguir o consenso de grande parte dos meios de comunicação, me aproveitar disso e crucificar mais um. Mas assumi a responsabilidade de remar contra a maré. Sei que amanhã parte da imprensa estampará que foi absolvido mais um mensaleiro.

Vadão teria recebido os R$ 3,7 milhões de Marcos Valério em dois pagamentos, feitos em hotéis de São Paulo. Delúbio Soares confirmou a história. Há registro de telefonemas entre Vadão, Valério e Delúbio, alguns dias antes do repasse. Do deputado João Fontes (PDT-SE):

– Não podíamos ter a esperança de cassação de Vadão Gomes numa Câmara contaminada por mensaleiros e sanguessugas.

O Congresso desiste de investigar a "máfia dos sanguessugas". Transfere a responsabilidade para a Procuradoria-Geral da República. Fica sem efeito a sindicância aberta na Câmara para apurar a suposta participação de 16 deputados no esquema de venda de ambulâncias superfaturadas, compradas para prefeituras de todo o país. Os presidentes do Senado e da Câmara, os governistas Renan Calheiros (PMDB-AL) e Aldo Rebelo (PC do B-SP), foram pressionados a não investigar o envolvimento de

parlamentares. O procurador-geral solicita ao STF (Supremo Tribunal Federal) a abertura de inquéritos criminais contra 15 parlamentares. Os nomes dos investigados não são divulgados.

377 – 25/5/2006 A Folha de S.Paulo revela novos detalhes do depoimento prestado pelo ex-secretário de Habitação de Mauá (SP) ao Ministério Público, em 9 de fevereiro de 2006. Altivo Ovando Júnior também implicou Lula no esquema de arrecadação de propina do PT. Altivo foi secretário do ex-prefeito Oswaldo Dias (PT), de 1997 a 2000. Os fatos narrados por ele agora teriam ocorrido durante a campanha eleitoral para a presidência da República, em 1998. Lula era candidato. Queria dinheiro para financiar a sua eleição. Do depoimento de Altivo:

"O declarante se recorda de que, no pleito de 1998, o presidente Lula compareceu no gabinete do prefeito de Mauá, oportunidade em que, utilizando termos chulos, cobrou de Oswaldo Dias maior arrecadação de propina em favor do PT."

Uma fotografia de Lula ao lado de Oswaldo Dias e do ex-prefeito Celso Daniel (PT), feita no ano 2000, ilustra a matéria. Em seu depoimento, Altivo reproduziu frase que atribui a Lula:

"Ele dizia: 'Pô, Oswaldão, tem que arrecadar mais, faz que nem o Celso Daniel em Santo André. Você quer que a gente ganhe a eleição como?"

A juíza da 2ª Vara Criminal de Santo André (SP), Aparecida Angélica Nagao, acolhe denúncia do Ministério Público contra ex-auxiliares do ex-prefeito Celso Daniel (PT). A decisão atinge Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, o ex-secretário e ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT), o empresário Ronan Maria Pinto e mais dez pessoas, a maioria funcionários municipais. Todos são acusados de fraude em 23 licitações que somam R$ 17,1 milhões. O esquema teria favorecido a construtora Projeção, controlada por Ronan.

380 – 28/5/2006 Relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) mostra graves irregularidades em prefeituras de todo o país. Há um quadro de corrupção generalizado, por meio de licitações manipuladas, notas fiscais falsas, contratos direcionados e toda a sorte de falcatruas. Mais um retrato da era Lula. O levantamento está no jornal O Estado de S. Paulo. Conclui que 77% das prefeituras têm esquemas de desvio de dinheiro público.

Da reportagem de Sérgio Gobetti: "Nos rincões do país, o desvio de recursos públicos é feito muitas vezes de forma escancarada, aos olhos da população, sem o requinte das quadrilhas que se infiltram na administração federal para corromper agentes públicos e extrair vantagens financeiras".

A situação mais alarmante é a dos Estados do Nordeste. No Piauí, Alagoas, Sergipe e Ceará foram fiscalizados 90 municípios. Todos, sem exceção, apresentaram irregularidades. No Maranhão, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, os técnicos da CGU examinaram 171 cidades. Em 154, ou 90% do total, foram detectados problemas na aplicação de verbas federais.

Um exemplo gritante é o do município de Pendências, no Rio Grande do Norte. O prefeito Jailton Barros de Freitas (PSB) obteve R$ 511 mil em 2004, para reconstruir 80 casas destruídas pela chuva. O dinheiro foi usado para erguer moradias para funcionários da Prefeitura. A empresa contratada para executar as obras estava em nome de um "laranja". O prefeito teria R$ 5 milhões em nome de terceiros. O caseiro dos pais dele, por exemplo, é apontado como "dono" de 12 lojas num shopping de Natal.

Da reportagem: “Uma prática corriqueira nas prefeituras, segundo os relatórios da CGU, é simular a concorrência em licitações na modalidade ‘carta-convite’ usando empresas de fachada, que ou não existem ou têm sócios e endereços em comum. Nesse tipo de licitação, os administradores pedem proposta de três empresas diferentes – que nesse caso pertencem ou são controladas pelas mesmas pessoas e, assim, conseguem superfaturar os contratos”.

381 – 29/5/2006 A Justiça Federal determina o seqüestro dos bens e o bloqueio de ativos financeiros da mulher do deputado José Janene (PP-PR), acusado de envolvimento no escândalo do mensalão. Stael Fernanda tem salário declarado de R$ 5.000,00 como assessora do marido, mas desde 2003 teria adquirido patrimônio superior a R$ 2 milhões. A ação também atinge Mehedin Hussein Jenani e a mulher dele, Rosa Alice Valente, ambos assessores de Janene.

388 – 5/6/2006 A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) formaliza notícia-crime contra Lula. A denúncia é entregue pelo advogado Roberto Busato ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Traz três justificativas para a investigação contra o presidente. A primeira é o aporte de R$ 10 milhões da Telemar à Gamecorp. A empresa pertence a Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha. Da notícia-crime:

“A Gamecorp, comandada por Fábio Luiz da Silva, filho do presidente da República, associou-se com a Telemar, em operação milionária, sequer comunicada à Comissão de Valores Mobiliários.”

O segundo ponto citado é um decreto presidencial, de agosto de 2004. Permitiu que o banco BMG entrasse no setor de crédito a aposentados e pensionistas, apesar de não ser instituição autorizada a fazer pagamentos de benefícios da Previdência. Menos de duas semanas depois do decreto, o BMG assinou convênio com o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). Obteve acesso a um mercado milionário, no qual atuou sozinho com a Caixa Econômica Federal, por quase dois meses. Da notícia-crime:

“O decreto presidencial facultou ao banco BMG atuar no crédito a funcionários federais, ressarcido mediante consignação em folhas de pagamento de vencimentos, sem que a referida instituição integre a rede de pagamentos do sistema previdenciário.”

Na terceira investigação sugerida, a OAB propõe apurar as razões do silêncio de Lula em relação ao mensalão. Quer os detalhes da compra de votos, do caixa 2 e de supostos atos de improbidade. A notícia-crime justifica a denúncia contra Lula:

“A indesculpável e inexplicável omissão do presidente, nos episódios do mensalão, na formação de caixa 2 para o financiamento das campanhas do PT e na prevenção/repressão a atos de improbidade cometidos pelos mais chegados auxiliares do chefe do executivo.”

A Gamecorp inaugura nova grade de programação em horário nobre de televisão. A empresa passa a se chamar Game TV. A parceria envolve o Canal 21, do grupo da TV Bandeirantes. O Canal 21 também muda o nome para PlayTV. A empresa de Fábio Luiz Lula da Silva vai coordenar seis horas de programação. O plano é dobrar para 12 horas em um ano e, em dois anos, chegar a 24 horas por dia de programação. A Gamecorp exibirá programas sobre games, videoclipes e atrações para o público infantil. O contrato tem duração prevista de dez anos. Não são fornecidas informações sobre o faturamento que se espera da parceria com a emissora da TV Bandeirantes. Em 2005, o faturamento da Gamecorp foi estimado em R$ 7 milhões.

A juíza Adriana Sashida Garcia, da 1ª Vara de Precatórios do Foro Central de São Paulo, determina o bloqueio de dinheiro depositado em contas e aplicações do PT, do ex-presidente do partido, José Genoino, e do ex-tesoureiro, Delúbio Soares. O motivo é a dívida de R$ 3,3 milhões do PT junto ao BMG. O dinheiro corresponde aos valores atualizados dos R$ 2,4 milhões emprestados à legenda pelo banco.

O Banco Central conseguiu rastrear pouco mais de R$ 158 mil. Em duas contas bancárias de Delúbio, R$ 122.526,37. Em nove do PT, apenas R$ 25.617,51. E em duas de Genoino, R$ 10.279,66. Advogados de Genoino conseguiram desbloquear o dinheiro.

389 – 6/6/2006 No editorial "Um ano depois", o jornal Folha de S.Paulo menciona o período transcorrido desde a entrevista em que Roberto Jefferson denunciou o esquema do mensalão. O jornal alerta para a importância de se "impedir que o mensalão se torne apenas um episódio no rol de escândalos esquecidos da política nacional":

"A ruína ética e o desmoronamento das cúpulas do PT e do governo Lula são itens de destaque no balanço da crise. A despeito disso, o lulismo agora patrocina uma campanha cujo objetivo é apagar, nos eleitores, a memória do que foi o escândalo de corrupção. A estratégia oportunista se vale dos altos índices de popularidade presidencial – ancorados em dinheiro transferido a famílias pobres e melhoras discretas no emprego – e aposta no desgaste que o tempo decorrido desde as primeiras denúncias emprestou ao tema."

Relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, ligado ao Ministério da Fazenda) registra que a Red Star, empresa de comércio de brindes do PT ligada a Paulo Okamotto, fez movimentações bancárias de R$ 645 mil entre maio de 2002 e agosto de 2005, "sem indicação clara da finalidade".

De acordo com o documento, a movimentação foi "incompatível com o patrimônio e a capacidade financeira presumida, além de não mostrar ser resultado de atividade ou negócios normais da empresa". A CPI dos Bingos não quebrou o sigilo bancário da Red Star.

Pesquisa Ibope revela: 66% dos brasileiros de São Paulo acreditam que Lula tinha conhecimento dos casos de corrupção denunciados no escândalo do mensalão. E 23% dizem que Lula não sabia do esquema. Dos entrevistados, 31% acham que as denúncias contra o governo federal são totalmente verdadeiras. E 39% consideram-nas verdadeiras apenas em parte.

Depoimento fechado à CPI dos Bingos. O segurança Joacir das Neves afirma que a lavagem do dinheiro arrecadado em Santo André (SP) para abastecer o caixa 2 do PT era feita por João Arcanjo de Oliveira, o Comendador, apontado como chefe do crime organizado em Mato Grosso. Neves trabalhou para o Comendador.

Segundo Neves, os responsáveis pelo assassinato de Celso Daniel (PT) são pessoas do próprio grupo político do ex-prefeito, encarregadas por Daniel de extorquir empresas e desviar recursos para o PT. Daniel estaria resistindo ao desvio de dinheiro para atender a interesses particulares, uma espécie de caixa 2 do caixa 2.

Neves cita como envolvidos Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, o ex-vereador Klinger Luiz de Oliveira (PT) e o empresário Ronan Maria Pinto. De acordo com Neves, Sombra procurou pistoleiros da favela Pantanal em São Paulo para matar Daniel, depois que José Jesus de Freitas, indicado pelo Comendador para assassinar Daniel, não

aceitou a empreitada. Neves diz que Paulo Okamotto era interlocutor habitual do Comendador. Neves afirma ter ouvido falar que José Dirceu também manteve encontro com o Comendador.

390 – 7/6/2006 O banqueiro Daniel Dantas presta depoimento à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça, do Senado). Confirma que o ex-sócio Carlos Rodenburg foi procurado por Delúbio Soares e o petista Ivan Guimarães. Os dois queriam que o Opportunity contribuísse com o PT. Conforme Dantas, integrantes do PT ficaram contrariados por Rodenburg ter negado o pedido.

Dantas afirma que Delúbio procurou Rodenburg para explicar as dificuldades financeiras do PT. Mencionou de US$ 40 milhões a US$ 50 milhões. O banqueiro diz que não deu dinheiro ao partido:

– Somos administradores de fundos, não seria possível atender a esse pleito.

Em outra parte da audiência na CCJ, Dantas diz que foi chamado para uma reunião no Palácio do Planalto pelo ex-ministro José Dirceu (PT-SP). Dirceu afirmou que o governo desejava resolver a disputa entre o Opportunity e os fundos de pensão pelo controle da Brasil Telecom. Informou que o ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, iria tratar do assunto em nome do governo.

No encontro, Casseb teria dito ao banqueiro que abrisse mão do controle da Brasil Telecom. Diz Dantas:

– Perguntei o que receberia em troca. Ele disse: "Nada". O tom do Delúbio não era de intimidação, ao contrário do Casseb, nitidamente intimidatório.

Apesar da crise política, a agência Duda Propaganda cresceu mais de 100% entre 2004 e 2005. Passou da 22ª para a 16ª posição no ranking das maiores do país. O faturamento passou de R$ 75,8 milhões para R$ 158,4 milhões. Os dados são do jornal Meio&Mensagem, com base em pesquisa Ibope/Monitor. Só de janeiro a abril de 2006, o faturamento da agência de Duda Mendonça atingiu R$ 74,6 milhões graças às despesas de propaganda efetuadas pela Petrobrás.

395 – 12/6/2006 A Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, autua três ex-dirigentes do Nucleos, o fundo de pensão dos funcionários das estatais nucleares. Paulo Figueiredo, Gildásio Amado Filho e Abel de Almeida foram acusados de irregularidades na gestão de recursos do Nucleos. As multas variam de R$ 60 mil a R$ 100 mil. Os dois primeiros tiveram as nomeações ao Nucleos chanceladas por Marcelo Sereno, homem de confiança do ex-ministro José Dirceu (PT-SP).

O próprio Nucleos acabou apresentando denúncia-crime contra os três. Contabilizou R$ 40 milhões de prejuízos, em aplicações suspeitas de venda e compra de títulos. Os resultados sempre redundavam em perdas para o fundo, e em lucro para terceiros. Do relatório da Secretaria de Previdência Complementar:

"A contumácia de compras efetuadas pelo preço máximo, representando um acréscimo que oscila entre 3% e 28% sobre o preço mínimo praticado no dia, além de vendas efetuadas pelo preço mínimo, ou mesmo abaixo deste, mostra que os negócios foram conduzidos com o intuito de prejudicar o Nucleos."

396 – 13/6/2006 O Conselho de Ética da Câmara aprova, por 12 votos a favor e uma abstenção, a cassação do deputado José Janene (PP-PR). Ex-líder do PP, Janene foi apontado como beneficiário de R$ 4,1 milhões do valerioduto. Admitiu ter intermediado o repasse de R$ 700 mil, para pagar honorários do advogado do ex-deputado Ronivon

Santiago (PP-AC). Segundo Janene, o dinheiro não foi declarado porque o PT jamais apresentou documentos atestando a origem dos recursos. Do relator do caso, Jairo Carneiro (PFL-BA):

– O recebimento dos R$ 700 mil é suficiente para a cassação, como ocorreu no caso de Pedro Corrêa, mas o recebimento de outros valores também está comprovado.

Desde o início da crise política, 19 deputados federais foram acusados de envolvimento no escândalo do mensalão. Quatro renunciaram logo, para evitar a abertura de processos. Foram absolvidos 11. Houve três cassados: José Dirceu (PT-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Pedro Corrêa (PP-PE). Falta só a votação secreta do caso de Janene.

399 – 16/6/2006 O STF (Supremo Tribunal Federal) abre inquérito para investigar o deputado José Mentor (PT-SP). Ele é acusado de ter recebido R$ 300 mil para excluir do relatório da CPI do Banestado o nome do doleiro Richard Andrew de Mol Van Otterloo. Os trabalhos da CPI, em 2003 e 2004, tinham o objetivo de investigar um esquema de remessa ilegal de dinheiro para o exterior.

A denúncia contra Mentor tem como base depoimento do próprio Otterloo. Ele afirmou ao Ministério Público que entregou o dinheiro e recebeu um disquete com o relatório, para se certificar de que não fora incluído. Do termo de declaração:

“Tal valor foi efetivamente pago em espécie em um flat localizado no bairro do Itaim Bibi, nesta capital, ao intermediário indicado por José Mentor.”

Mentor não comenta o caso. No escândalo do mensalão, Mentor sofreu a acusação de receber R$ 120 mil do valerioduto. Foi absolvido. Suspeita-se que o dinheiro veio de pagamento para livrar o Banco Rural do relatório da CPI do Banestado.

402 – 19/6/2006 A equipe técnica que trabalhou na CPI dos Correios descobre indícios de que o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) recebeu outros R$ 30 mil do valerioduto. Ele foi inocentado de pôr a mão em R$ 50 mil. Agora, num cruzamento de dados, apurou-se que Silvana Paz Japiassu, secretária de Cunha, esteve duas vezes no Banco Rural do Brasília Shopping.

Numa das idas à agência, em 16 de abril de 2004, passou por lá Eliane Alves Lopes, funcionária da SMPB, e sacou R$ 30 mil. Naquele dia, Silvana também recebeu duas ligações da SMPB. Eliane era responsável por retiradas da conta corrente da agência de Marcos Valério no Brasília Shopping, e pelo repasse dos valores a assessores de deputados. Cerca de 50 assessores passaram pela agência do Banco Rural. Foram realizados cruzamentos de ligações telefônicas entre os assessores, os gabinetes dos parlamentares e a agência de publicidade de Valério.

No início da crise relacionaram-se retiradas de R$ 200 mil a Cunha. Ele admitiu apenas os R$ 50 mil. Silvana trocou 187 telefonemas com empresas de Valério. Ela ganhou passagens aéreas do empresário, no valor de R$ 3.600,00. Cunha não comenta o caso.

403 – 20/6/2006 A CPI dos Bingos conclui os trabalhos. O relatório do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) é aprovado por 12 votos a dois. Os votos contra são dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Ana Júlia Carepa (PT-PA). O documento tem 1.400 páginas. Pede o indiciamento de 79 pessoas e quatro empresas. Entre os denunciados, Antonio Palocci, Paulo Okamotto, Jorge Mattoso, Waldomiro Diniz, Sérgio Gomes da Silva, Rogério Buratti, Vladimir Poleto, Ademirson Ariosvaldo da Silva, Donizete Rosa, Carlinhos Cachoeira, Klinger Luiz de Oliveira e Ronan Maria Pinto. O ex-ministro José Dirceu (PT-SP) e Gilberto Carvalho são poupados.

Carvalho, chefe de gabinete de Lula, tem o nome citado 50 vezes nas 78 páginas do capítulo que trata da corrupção em Santo André (SP) e da morte do prefeito Celso Daniel (PT), crime qualificado como "de mando". Carvalho teria sido um dos principais estrategistas de uma operação para impedir a investigação do assassinato. O relator menciona conversas entre Carvalho e Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, nas quais se procurou configurar a morte de Daniel como um crime comum. Do relatório:

"O caso Santo André envolve o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, flagrado em gravações telefônicas combinando estratégias e reuniões para reforçar a defesa de Sérgio Gomes da Silva, além de ter sido apontado como responsável pela coleta de arrecadação ilegal para o então presidente do PT, José Dirceu."

O relatório menciona Lula em dois episódios. Um deles, a suposta doação irregular de dinheiro de empresários do bingo para a campanha eleitoral de 2002. O outro, a acusação de envolvimento de assessores do presidente em esquemas de cobrança de propina montados em prefeituras do PT.

O documento aborda vários casos investigados pela CPI. Entre eles, a renovação do contrato Caixa Econômica Federal/Gtech, celebrada, segundo o que foi apurado, mediante o pagamento de propina. Os contratos supostamente fraudulentos de limpeza pública em Ribeirão Preto (SP) também foram objeto dos trabalhos. O relatório pede o indiciamento do ex-prefeito Gilberto Maggioni (PT) e de altos funcionários da Prefeitura. Sobre a operação para trazer dólares de Cuba à campanha eleitoral de 2002, conclui o relatório, é preciso o aprofundamento das investigações. De qualquer forma, a versão de que houve um transporte de caixas de bebida foi considerada inverossímil.

Palocci teve o indiciamento solicitado por formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa. Okamotto, o amigo de Lula, foi citado por lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária. Ele teria mantido ligações com um suposto esquema de extorsão em prefeituras do PT, e feito o pagamento de uma dívida de Lula junto ao partido, com recursos não esclarecidos. Do relatório:

"Tais pagamentos nunca foram devidamente comprovados, dando margem à suspeita que, na verdade, o dinheiro seja oriundo do esquema de caixa 2 que abastecia a tesouraria petista."

Em relação aos bingos, a denúncia mais grave é a fundamentada em informações de Rogério Buratti, o ex-secretário de Palocci em Ribeirão. Ele mencionou uma contribuição ilegal de R$ 2 milhões para a campanha de Lula. Metade do dinheiro teria sido repassada pelos empresários de jogo Artur José Valente Caio e José Paulo Teixeira Figueiredo. Foi pedido o indiciamento dos dois.

O relatório da CPI dos Bingos marca o fim do escândalo do mensalão, apesar dos inquéritos em andamento, das investigações em curso, das novas descobertas que certamente virão e dos futuros desdobramentos do maior esquema de corrupção governamental de todos os tempos no Brasil.

Quatro dias depois, o PT faz festa para oficializar Lula, o "pai dos pobres", como candidato à reeleição. Durante a campanha eleitoral, outro escândalo de corrupção sacode o país. Em 15 de setembro, duas semanas antes do primeiro turno das eleições, dois homens são presos pela Polícia Federal no Hotel Ibis Congonhas, em São Paulo, com o equivalente a R$ 1,7 milhão em dinheiro vivo.

Um deles, o empresário Valdebran Carlos Padilha da Silva, ligado ao PT de Mato Grosso, é apontado como lobista, receptador e próximo ao deputado Carlos Abicalil (PT-MT). Foi tesoureiro da campanha de Alexandre César (PT) a prefeito de

Cuiabá. Valdebran Padilha tem ligações com Carlos Bezerra, presidente do PMDB de Mato Grosso e ex-presidente do INSS no governo Lula, acusado durante o escândalo do mensalão. Com Valdebran Padilha são apreendidos R$ 758 mil e US$ 109,8 mil em moeda norte-americana.

O outro homem preso no hotel em São Paulo é o advogado e ex-agente da Polícia Federal Gedimar Pereira Passos, também ligado ao PT. Com ele estão R$ 410 mil e outros US$ 139 mil. Gedimar Passos é integrante da equipe de campanha de Lula à reeleição. Trabalha no núcleo de inteligência do comitê, encarregado do "tratamento de informações".

As escutas telefônicas que levaram às prisões registraram diálogos sobre uma negociação envolvendo a venda de materiais e documentos, com a finalidade de associar os candidatos do PSDB à presidência da República, Geraldo Alckmin, e ao governo de São Paulo, José Serra, a operações de superfaturamento para a aquisição de ambulâncias por prefeituras, num esquema criminoso que ficou conhecido como a máfia dos sanguessugas.

As escutas telefônicas implicaram ainda o empresário Luiz Antônio Vedoin, acusado de chefiar o esquema de venda de ambulâncias, e a revista Isto É, por ter publicado entrevista de Vedoin com acusações a integrantes do PSDB. Vedoin foi preso. Por tratar da compra e venda de materiais e documentos, o caso fica conhecido como escândalo do dossiê.

Em depoimento à Polícia Federal, Gedimar Passos confessa ter sido contratado pela direção executiva nacional do PT para acertar com a família Vedoin, dona da empresa Planam, a compra de um dossiê contra políticos tucanos. A transação com os Vedoin traria em seu bojo, ainda, a entrega de uma papelada de 2 mil páginas com diversas denúncias, inclusive contra o próprio PT. Com a operação, o calhamaço seria tirado de circulação e não mais poderia ser usado contra o partido de Lula.

No depoimento, Gedimar Passos menciona um acordo entre o PT e um "órgão de imprensa" para a divulgação dos documentos de interesse da campanha do presidente Lula. Informa que R$ 1 milhão já teria sido entregue antecipadamente a um representante dos Vedoin.

Gedimar Passos implica um assessor especial da presidência da República no escândalo. É Freud Godoy, amigo do presidente e homem de confiança de Lula por 17 anos. Ele teria participado da trama ao providenciar o dinheiro para a compra do dossiê, entregando-o a ele próprio, Gedimar Passos, por intermédio de dois emissários do PT. Dias depois, Gedimar Passos voltaria atrás: retirou a informação e eximiu Freud Godoy de qualquer responsabilidade. Seria uma estratégia para blindar Lula.

Freud Godoy é segurança pessoal de Lula desde o final da década de 80. Freqüenta o apartamento do presidente em São Bernardo do Campo (SP). Para se ter idéia da ligação dos dois, quando Lula assumiu a presidência, em janeiro de 2003, levou Freud Godoy para morar com o casal presidencial na residência oficial do Palácio da Alvorada. O segurança também era figura certa em viagens no avião presidencial, o Aerolula.

Imediatamente, Freud Godoy pede exoneração do cargo de assessor especial – ocupava sala no terceiro andar do Palácio do Planalto, a poucos metros do gabinete de Lula. À Polícia Federal, Freud Godoy admite conhecer Gedimar Passos e o relaciona à contratação da empresa Caso Sistemas de Segurança, de propriedade de sua mulher, jornalista Simone Godoy, pelo comitê do PT em Brasília.

Freud Godoy introduz mais um personagem importante na história. É Jorge Lorenzetti, outro amigo pessoal de Lula, encarregado de preparar churrascos para o presidente. Mais do que isso, Jorge Lorenzetti, chefe de Gedimar Passos, é tido como

"o homem da inteligência", escolhido por Lula para, entre outras coisas, cuidar de campanhas eleitorais em Santa Catarina. Nesse Estado, foi fundador do PT e da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao partido) e o primeiro candidato a prefeito de Florianópolis pelo PT, em 1985.

Agora, na campanha de reeleição de Lula, Jorge Lorenzetti foi nomeado para a sinistra posição de "analista de mídia e risco". Com tal objetivo licenciou-se do cargo de diretor administrativo do Besc (Banco do Estado de Santa Catarina), um banco federal, para o qual fora nomeado por influência de Lula. Jorge Lorenzetti mantém ligações com o ex-deputado José Dirceu (PT-SP) e é conhecido como um competente arrecadador de fundos internacionais.

De acordo com Freud Godoy, Jorge Lorenzetti o apresentou a Gedimar Passos, a quem não conhecia, o que ocorreu em agosto, apenas um mês antes de o escândalo explodir. Foi no diretório nacional do PT em Brasília. Gedimar Passos era o responsável pela segurança e a logística do comitê político de Lula.

Durante aquele mês, Freud Godoy admitiu ter se reunido em outros quatro momentos com Gedimar Passos, mas apenas para discutir o processo de varredura nos telefones do comitê, um trabalho para o qual a empresa de sua mulher, Simone, fora contratada.

Freud Godoy também teria ligações com Sérgio Gomes da Silva, o Sérgio Sombra, outro segurança famoso que se tornou empresário. Ele é acusado de envolvimento na morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT).

Antes da eleição de Lula em 2002, Godoy foi chefe de segurança da Prodam (Empresa de Processamento de Dados do Município, da Prefeitura de São Paulo), durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (PT). A Caso Sistemas de Segurança, em nome de Simone Godoy, também trabalhou na segurança da campanha de Marta Suplicy à reeleição, em 2004.

O escândalo do dossiê repercutiu em todo o país. No depoimento que prestou à Polícia Federal, Gedimar Passos mencionou a revista Época: teria sido procurada por integrantes do PT, cuja missão garantiria a notícia do dossiê contra o PSDB estampada na grande imprensa. A investida não prosperou.

A revista, no entanto, emitiu nota para informar que Oswaldo Bargas, o Valdo, responsável pelo setor de trabalho e emprego na campanha de reeleição de Lula, pediu uma reunião com jornalistas para apresentar denúncia contra políticos tucanos. Oswaldo Bargas é amigo pessoal de Lula.

Na reunião, no Hotel Crowne Plaza, em São Paulo, Oswaldo Bargas apareceu acompanhado de Jorge Lorenzetti, o churrasqueiro de Lula. Em relação a Lorenzetti, aliás, vem à tona a informação de que a Unitrabalho, uma fundação vinculada a universidades e a instituições de ensino superior, recebeu, por meio de convênios, R$ 18,5 milhões durante o governo Lula, a maior parte por intermédio do Ministério do Trabalho. Lorenzetti é apontado como colaborador da Unitrabalho. Com o nome nos jornais, ele se afasta da campanha de Lula.

Detalhe: a mulher de Oswaldo Bargas, Mônica Cristina Zerbinato, é secretária particular de Lula. Ocupa cargo de confiança no governo. Como se vê, tudo em família.

Antes de afastar-se, Oswaldo Bargas envolve outro peixe graúdo na história: o presidente do PT e coordenador-geral da campanha de Lula, o ex-ministro do Trabalho e deputado Ricardo Berzoini (PT-SP).

Segundo Oswaldo Bargas, que trabalhou com Ricardo Berzoini no Ministério do Trabalho, Berzoini sabia que ele, Oswaldo Bargas, acompanhado de Jorge Lorenzetti, procuraram Época para negociar a publicação de matéria contra o PSDB.

Lula é rápido no gatilho e afasta Berzoini da coordenação da campanha. Em seguida, Berzoini perde o cargo de presidente do PT. Oswaldo Bargas também é defenestrado. Um a um, caem os homens do presidente.

O caso do dossiê não pára de trazer revelações. Freud Godoy manteve relações com um dos próceres do escândalo do mensalão, o empresário Marcos Valério. A Caso Comércio e Serviços, mais uma empresa de propriedade do segurança-empresário Freud Godoy, recebeu R$ 98,5 mil da SMPB Comunicações, uma das agências de publicidade de Valério.

Até a Duda Mendonça e Associados, igualmente famosa durante o escândalo do mensalão, pertencente a Duda Mendonça, marketeiro de Lula durante a campanha de 2002, pagou R$ 22,8 mil à Caso Sistemas de Segurança, registrada, como foi dito acima, em nome de Simone, a mulher de Freud Godoy. E mais: a mesma Caso Sistema de Segurança teria servido ao investidor Naji Nahas fazer um depósito de R$ 396 mil em favor de Freud Godoy, cerca de um mês antes da eclosão do escândalo do dossiê.

Naji Nahas negou.

A sede da empresa de segurança em nome de Simone Godoy fica em Santo André, onde o casal mora em apartamento luxuoso. Freud Godoy também é dono de um sobrado na cidade e de outro apartamento, este a poucas quadras do apartamento de Lula, na vizinha São Bernardo do Campo. O Ministério Público Federal abriu investigação para apurar um suposto saque de R$ 150 mil feito por Freud Godoy, em março de 2006.

Mais um nome no escândalo do dossiê. É o de Expedito Afonso Veloso, filiado ao PT e diretor do Banco do Brasil em Brasília, onde exerce a função de responsável pela "gestão de risco". Está em licença remunerada, para participar da campanha de Lula. Quem menciona o nome dele é Valdebran Padilha. Expedito Veloso teria participado da preparação do dossiê e da estratégia para divulgá-lo, em negociação ocorrida em Cuiabá, com o empresário Luiz Antonio Vedoin.

Expedito Veloso acompanhou a entrevista de Vedoin a Isto É, ao lado de Oswaldo Bargas. Também esteve no Hotel Ibis Congonhas, em São Paulo, onde o escândalo começou, com a apreensão do R$ 1,7 milhão. Descoberto, pede demissão do Banco do Brasil e sai da campanha. Apesar de afastado do banco, Expedito Veloso continuou a receber o salário de R$ 17 mil por mês.

Outro envolvido é Hamilton Lacerda, coordenador da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a governador de São Paulo. Foi três vezes vereador pelo PT de São Caetano do Sul (SP). Até ser envolvido no escândalo, Hamilton Lacerda exercia o cargo de assessor parlamentar de Aloizio Mercadante, nomeado em cargo de confiança no gabinete de Mercadante no Senado. Entre as explicações da revista Isto É para o caso, a de que Hamilton Lacerda atuou como intermediário da entrevista em que os Vedoin fizeram acusações contra José Serra.

O coordenador de Aloizio Mercadante, conhecido como "faz tudo", reuniu-se com jornalista da revista e marcou o encontro entre a reportagem e Luiz Antonio Vedoin, em Cuiabá. As viagens e passagens aéreas dos assessores do PT à capital de Mato Grosso para negociar o dossiê, diga-se de passagem, foram pagas com dinheiro do caixa da campanha de Lula.

Apanhado, Hamilton Lacerda deixa a campanha de Aloizio Mercadante. O senador, por sua vez, admite ter se encontrado com Osvaldo Bargas e Expedito Veloso, dez dias antes da apreensão do R$ 1,7 milhão. Mas garante não ter tomado conhecimento da operação para prejudicar José Serra, seu adversário direto na disputa pelo governo de São Paulo. Acredite se quiser.

Para a Polícia Federal, foi Hamilton Lacerda quem levou o dinheiro apreendido ao Hotel Ibis Congonhas. Ele foi filmado por câmeras de segurança no saguão do hotel, um dia antes das prisões. Portava uma mala. As imagens não deixam dúvidas: o homem com cabelos grisalhos, tenso, entra no lobby do hotel por volta das 8 horas da manhã. Nas mãos de Hamilton Lacerda, a mala preta de viagem, com a alça em volta do ombro esquerdo – para ninguém roubar a preciosa carga. Ele está acompanhado de Gedimar Passos. Os dois pegam o elevador. As câmeras também o filmam andando pelo corredor onde fica o quarto em que Gedimar Passos está hospedado. Hamilton Lacerda entra no quarto. Sai em seguida. Sem a mala.

Mais tarde, Gedimar Passos é filmado com a mesma mala, caminhando em direção ao restaurante do hotel. Foi fazer uma refeição, mas preferiu não deixar a mala no quarto. Na madrugada do dia 15, horas antes das prisões, Hamilton Lacerda volta ao Ibis Congonhas. Desta vez, porta uma maleta e uma sacola plástica. Vai embora pouco depois. Sem a sacola. Para a Polícia Federal, ele foi levar uma segunda remessa de dinheiro ao hotel. O R$ 1,7 milhão não cabia apenas em uma mala.

Trecho do depoimento de Hamilton Lacerda à Polícia Federal: "O declarante informa que, provavelmente na última semana de agosto, foi contatado por Jorge Lorenzetti e Expedito Veloso, afirmando que existiam documentos em Cuiabá relacionados à 'máfia dos sanguessugas' e que poderiam ser utilizados na campanha em desfavor dos candidatos do PSDB, caso fossem verdadeiros; que o material existente teria um reflexo negativo na campanha nacional e estaduais onde concorresse o PSDB."

Ou seja, a campanha de Lula seria diretamente beneficiada pela operação. Quando as fotografias da montanha de dinheiro apreendida no hotel apareceram nos jornais, o PT tentou impedir a divulgação das imagens nos programas eleitorais. Não conseguiu.

Em entrevista ao jornal O Globo, Lula é questionado se perguntou aos envolvidos no escândalo, quase todos ligados historicamente a ele e ao PT, sobre quem teve a idéia de comprar o dossiê e qual a origem do dinheiro. Resposta do presidente:

- Não perguntei nem perguntarei.

Tradução: Lula não sabia de nada, como sempre, nem se interessou em saber. Mais uma vez, porém, era o beneficiário direto de um esquema de corrupção.

Para o presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ), não há dúvida:

- A origem do dinheiro é criminosa.

De acordo com Biscaia, os petistas envolvidos na compra do dossiê "não eram peixes pequenos". Diz Biscaia, fazendo alusão ao escândalo do mensalão:

- Antigamente, no PT, o cara dava uma entrevista e, por aquela entrevista, sofria comissão de ética no partido. Hoje o cara é acusado de desvio de recurso e fica por isso mesmo.

Lula foi reeleito presidente do Brasil.